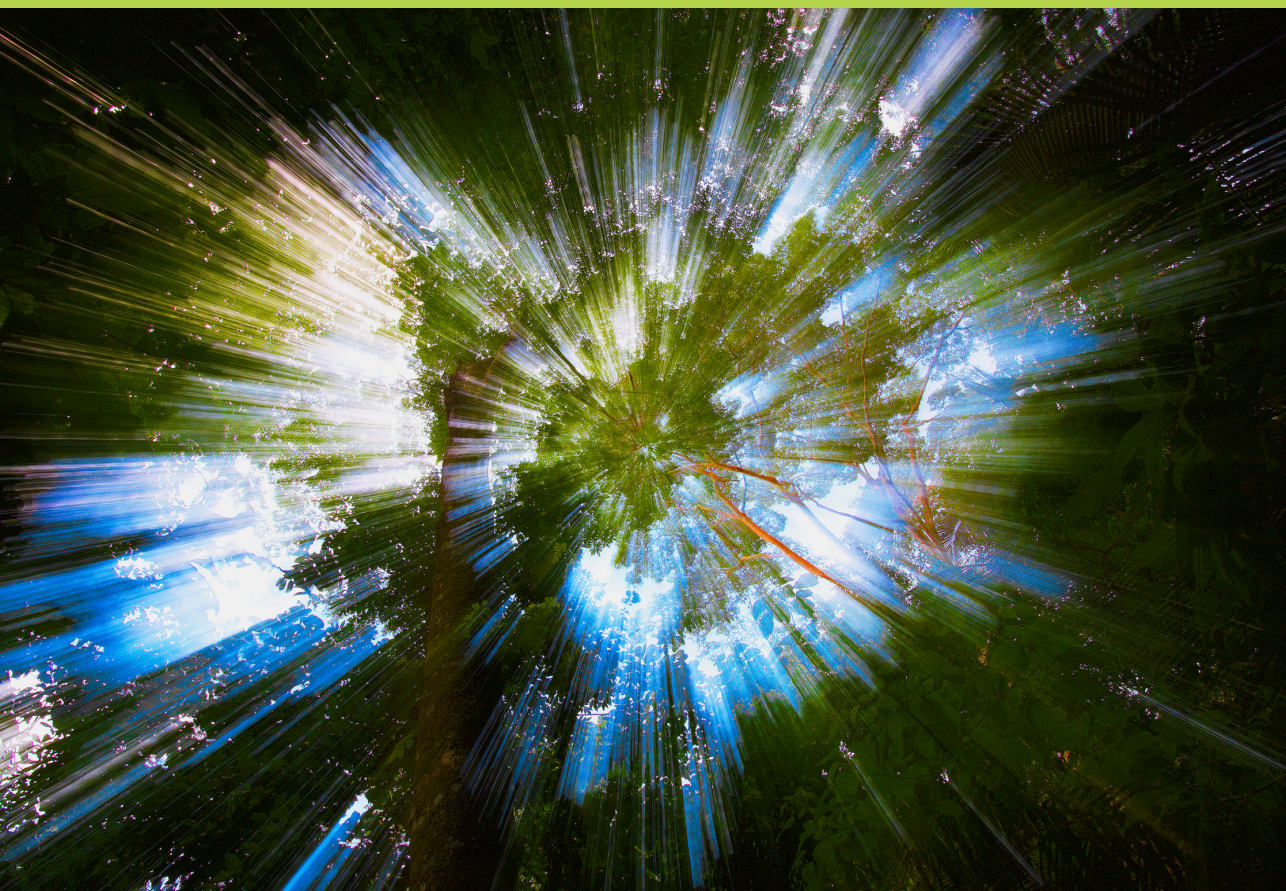


IGNACIO BERDUGO GÓMEZ DE LA TORRE (Coord.)

AMAZÔNIA BRASILEIRA: PROBLEMAS E DESAFIOS



Ediciones Universidad
Salamanca

AMAZÔNIA BRASILEIRA: PROBLEMAS E DESAFIOS

IGNACIO BERDUGO GÓMEZ DE LA TORRE (Coord.)

AMAZÔNIA BRASILEIRA: PROBLEMAS E DESAFIOS



Ediciones Universidad
Salamanca

BIBLIOTECA BRASIL, 9

© Ediciones Universidad de Salamanca
y los autores

Motivo de cubierta: Clareira
Fotografía de: Igor Fotopoulos

Elisa Tavares Duarte y Esther Gambi Giménez (Eds.)

1ª edición: julio, 2025

ISBN: 978-84-1311-989-2 (impreso)

ISBN: 978-84-1311-990-8 (PDF)

ISBN: 978-84-1311-991-5 (ePub)

DOI: <https://doi.org/10.14201/oBR009>

Depósito legal: S 269-2025

Ediciones Universidad de Salamanca
Plaza San Benito s/n
E-37002 Salamanca (España)
<http://www.eusal.es>
eusal@usal.es

Hecho en UE-Made in EU

Maquetación y realización:
Cícero, S.L.U.

Tel.: +34 923 12 32 26
37007 Salamanca (España)

Impresión y encuadernación:
Nueva Graficesa S.L.
Teléfono: 923 26 01 11
Salamanca (España)

Todos los derechos reservados.
Ni la totalidad ni parte de este libro
puede reproducirse sin permiso escrito de
Ediciones Universidad de Salamanca.



CEP. Servicio de Bibliotecas

AMAZÔNIA brasileira. Problemas e desafios / Ignacio Berdugo Gómez de la Torre (coord.).

—1ª edición: julio, 2025.—Salamanca : Ediciones Universidad de Salamanca, [2025]

432 páginas.—(Biblioteca Brasil ; 9)

Textos en portugués y español, abstracts en portugués, español e inglés

DL S 269-2025.—ISBN 978-84-1311-989-2 (impreso).—ISBN 978-84-1311-990-8 (PDF).

—ISBN 978-84-1311-991-5 (ePub)

DOI: <https://doi.org/10.14201/oBR009>

1. Amazonía brasileña (Brasil). 2. Problemas-. I. Berdugo Gómez de la Torre, Ignacio, Coord.

504(292.88)

349.6

Índice

Introdução

A Amazônia brasileira: alguns desafios

Ignacio BERDUGO GÓMEZ DE LA TORRE.....	11
--	----

PARTE I

HISTÓRIA E TERRITÓRIO

O trabalho escravo contemporâneo na Amazônia brasileira

Lucas Isaac SOARES MESQUITA.....	21
----------------------------------	----

Barroco-Açu. A Amazônia na geografia artística do Sul global

Renata Maria DE ALMEIDA MARTINS	35
---------------------------------------	----

O “cangaço” indigenista no Maranhão, nos anos 1910-1930

István VAN DEURSEN VARGA	45
--------------------------------	----

Percepções sobre a pesquisa em Saúde Pública em Rondônia, na voz de atores-chave: contribuições da Análise Discursiva

Cristiane PAIÃO MACEDO & José GADELHA DA SILVA JUNIOR.....	59
--	----

A comunidade ribeirinha de Calama: lutas e desafios na Amazônia

Lucileide FEITOSA SOUSA	73
-------------------------------	----

Etnoconhecimento e conservação da agrobiodiversidade pelas mulheres camponesas no Projeto de Assentamento Mártires de Abril/Pará

Regina OLIVEIRA	87
-----------------------	----

Se Maria não é Branca, não há Penha: feminicídio indígena na Amazônia e a interseccionalidade de raça, gênero e espaço em <i>Mulheres empilhadas</i> Larissa BOUGLEUX	101
A casa ribeirinha: as influências exercidas pelo seu entorno como exemplo de sustentabilidade Gleison José MENDES DE SOUZA JUNIOR.....	127
Planejamento urbano e segregação socioespacial em cidades médias na Amazônia brasileira: uma análise de Macapá-AP Antonio Carlos RODRIGUES SANTOS & Ricardo Ângelo PEREIRA LIMA .	135
PARTE II	
A QUESTÃO AMBIENTAL	
A bioeconomia na Amazônia: ética, desenvolvimento sustentável e justiça social Luciana RODRIGUES DOS SANTOS & Vanessa BRASIL CAMPOS RODRIGUEZ..	153
Amazônia brasileira e o desmonte ambiental no governo Bolsonaro: o impacto do agronegócio no metabolismo da natureza Luciana P. BENETTI	167
O Brasil e a questão ambiental: Amazônia em foco Shiguenoli MIYAMOTO.....	183
O papel das Terras Indígenas na prevenção do desmatamento em Rondônia José JOACI BARBOZA & Edison HÜTTNER.....	197
Dano eficiente e ecocídio: responsabilidade ambiental, direitos da natureza e cooperação internacional como soluções conjuntas Bárbara Natália LAGES LOBO	213
O Fator Amazônico e a gestão de políticas públicas Edval BERNARDINO CAMPOS	227
Vulnerabilidade e Amazônia: narrativas jornalísticas do feminicídio durante a pandemia de covid-19 Luana Fernanda ROSA MARTINS & Cynthia MARA MIRANDA.....	241
Experiências jornalísticas inovadoras na Amazônia brasileira: os veículos Amazônia Real e InfoAmazonia na pandemia de covid-19 Elaide MARTINS & Eduardo Miranda.....	253

PARTE III

SOCIEDADE, ECONOMIA E EDUCAÇÃO

Educação intercultural – Mapeamento de práticas pedagógicas entre escolas indígenas, quilombolas, do campo e de fronteira nas regiões Norte e Nordeste do Brasil	
Renata MONTECHIARE	273
Entre saberes e poderes: uma proposta de análise do filme <i>Ex-Pajé</i>	
Meire OLIVEIRA SILVA	287
Educação pública de rios e florestas: sensibilização para o <i>ethos</i> da cultura amazônica	
Inês RIBEIRO & Lucia GOUVÊA PIMENTEL	299
Bioeconomia, fitoterápicos e conhecimentos tradicionais amazônicos: desafios e recomendações	
Carla LADEIRA PIMENTEL ÁGUAS & Leda Maria CAIRA GITAHY	313
Amazônia Brasileira: atualizações acerca de sua socioeconomia e sua relação com a sustentabilidade ambiental	
Marcelo BENTES DINIZ & Márcia JUCÁ TEIXEIRA DINIZ	329
Extrativismo em pequena escala para soberania alimentar e desenvolvimento sustentável na Amazônia	
Jonas DIAS DE SOUZA & Máximo Alfonso RODRIGUES BILLACRÊS	355
Ribeirinhos: agricultores de várzea e agentes ambientais	
Delma PESSANHA NEVES	371
Atendimento de demandas científicas a ribeirinhos em várzea do rio Amazonas sobre criação de abelhas nativas da Amazônia	
Alcilene MAGALHÃES CARDOSO, Lucietta GUERREIRO MARTORANO, Daniel SANTIAGO PEREIRA & Adcléia PEREIRA PIRES	385
Amazônia do extrativismo e ilegalidades à bioeconomia	
Danielle MENDES THAME DENNY, Michelle Márcia VIANA MARTINS & Heloisa LEE BURNQUIST	403

INTRODUÇÃO

A AMAZÔNIA BRASILEIRA: ALGUNS DESAFIOS

IGNACIO BERDUGO GÓMEZ DE LA TORRE

Universidad de Salamanca

UM DOS ELEMENTOS que caracterizam a identidade do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca (CEB) é a promoção do estudo e do debate sobre a Amazônia brasileira. Nos primeiros anos da instituição, o CEB publicou uma obra centrada na região amazônica (Santos Pérez & Petit, 2006), com artigos de vários especialistas, que analisavam alguns momentos relevantes da história da região.

A Amazônia brasileira é uma região com características singulares. A sua natureza e habitantes fazem dela uma realidade particular, por isso, requer políticas diferenciadas para responder seus problemas e desafios. Divulgar essa realidade é hoje um objetivo prioritário para o CEB, que busca cumpri-lo realizando atividades acadêmicas e culturais. Entre as atividades culturais, destacamos o ciclo de entrevistas radiofônicas “Vozes amazônicas”, organizado em colaboração com o Instituto Peabiru (Belém, Brasil), um espaço onde moradores e pesquisadores da Amazônia debatiam sobre a atualidade da região.

Um pouco antes, em 2019, a *Revista de Estudios Brasileños*, com a coordenação dos pesquisadores Jacques Marcovitch (Universidade de São Paulo, USP, Brasil) e Adalberto Val (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, INPA,

Brasil), publicou um número especial dedicado aos problemas da Amazônia¹. Em abril de 2021, sob a minha coordenação, o CEB organizou o seminário internacional “Reflexões políticas e jurídicas sobre a proteção do meio ambiente e as políticas de desenvolvimento na Amazônia”, que contou com a participação de especialistas internacionais, além de ter produzido outra publicação. As páginas deste volume são um passo mais nessa direção.

Mas, o leitor se perguntará o motivo da nossa insistência na Amazônia. As razões são muitas, pois também são muitos os problemas e desafios na região. Uns e outros apresentam uma dimensão dupla: por um lado, nacional, não só do Brasil, mas também dos outros oito países que compreende o bioma amazônico²; e, por outro, internacional, diretamente vinculada aos efeitos globais do risco ambiental, a tensão com o desenvolvimento econômico, as consequências da questão climática e, especialmente, as relações entre os Estados no marco de uma internacionalização que, em alguns temas, tem implicações negativas (Berdugo, 2021, p. 1235 e ss.).

Esta introdução me permite compartilhar duas reflexões sobre dois problemas, que também são desafios, e que mantêm uma vinculação direta com a região amazônica: a necessidade de garantir os direitos dos povos indígenas e a proteção ao meio ambiente.

A finais dos anos 1960, foi publicado um relatório oficial sobre a situação dos povos indígenas no Brasil, conhecido como *Relatório Figueiredo*³. Naquela época, a imprensa brasileira classificou o seu conteúdo como o escândalo do século. E mais, de sua leitura, o jornalista britânico Norman Lewis publicou no *Sunday Times*, um artigo com o título provocador “*Genocide*” (Lewis, 1969), pois o relatório destacava as práticas de eliminação física de indígenas, que haviam acontecido em alguns pontos da região amazônica (Lewis, 2010, p. 155 e ss.).

A geografia da região, somada à escassa presença do Estado, fazia – ainda hoje faz – com que o poder estivesse em outras mãos, e que elas o utilizassem em benefício próprio. Por outro lado, a história do *Relatório* também é indicativa de uma recente e dramática história do Brasil. Oficialmente, o relatório desapareceu num incêndio no Ministério da Agricultura e, pouco mais tarde,

¹ Ver o número 11, de 2019, da *Revista Estudios Brasileños* intitulado *Bioma Amazônia e seus desafios*, disponível no link [<https://revistas.usal.es/cuatro/index.php/2386-4540/issue/view/REB2019611>].

² Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Suriname, além do território da Guiana Francesa.

³ Assinado pelo procurador geral do Brasil Jäder Figueiredo Correia; documento disponível em [<https://documentosrevelados.com.br/relatorio-figueiredo-na-integra/>].

o autor, o promotor Figueiredo, teve que abandonar Brasília, vindo a falecer depois em um acidente nunca investigado.

A política implementada pela Ditadura brasileira na Amazônia se caracterizou por um desenvolvimentismo que prescindia da incidência ambiental e por entender os povos indígenas como potenciais obstáculos ao desenvolvimento. As páginas do *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (2014) do Brasil são suficientemente reveladoras do lado sombrio dessas políticas econômicas. Ainda assim, recorde-se que entre as contribuições da CNV está a recuperação de um exemplar do *Relatório Figueiredo*⁴, que estava no Rio de Janeiro, entre o acervo do Museu do Índio.

A situação dos povos indígenas, não só na Amazônia, mudou substancialmente, pelo menos de maneira formal, com a Constituição de 1988⁵. Mas, a vigência material dos mandatos do texto constitucional requer políticas que desenvolvam e plasmem seus preceitos e isso nem sempre aconteceu. Entre as políticas que necessariamente devem ser abordadas para dar-lhes conteúdo – obviamente não são as únicas –, estão as ambientais, particularmente na região amazônica. O significado especial que tem o meio ambiente para a população da região, como elemento fundamental de suas culturas, foi destacado em todos os relatórios elaborados pela Comissão Americana de Direitos Humanos sobre a situação dos povos indígenas (CIDH, 2013; CIDH, 2019). Igualmente, assim também reconhece a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada em 2007, e pela Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2016. O especial significado do meio ambiente na cultura desses povos está também criticamente refletido nas palavras da jovem líder indígena Txai Surui⁶, diante dos incêndios da floresta amazônica, ao afirmar: “Não estão queimando só a Amazônia, estão queimando as pessoas de lá também”.

Esta incidência evidente sobre os direitos dos povos indígenas, associada à proteção do meio ambiente, nos aproxima, em muitos casos, ao conteúdo do genocídio cultural. Essa definição de genocídio se indicava com caráter geral com relação aos povos indígenas, não só da região amazônica, pela doutrina

⁴ Sobre o *Relatório*, cf. Guimarães (2015).

⁵ O art. 231 do texto constitucional estabelece o reconhecimento aos povos indígenas de “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

⁶ Entre as muitas entradas na rede que referenciam esta jovem líder ambiental, cf. [<https://www.infobae.com/america/medio-ambiente/2021/11/04/quien-es-txai-surui-la-joven-del-amazonia-que-encandilo-la-cop26/>].

brasileira e apresentada à jurisdição internacional⁷. O problema está aí. A necessidade de abordá-lo por imperativo constitucional, assim como pelos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

No início desse texto, tratava do especial significado da proteção do meio ambiente na região amazônica. No entanto, não podemos ignorar o caráter global que o risco ambiental apresenta, resultado, ademais, da ação humana e com efeito sobre todo o planeta.

O meio ambiente e a necessidade de comprometer-se com a sua proteção confluem em vários fatores: as grandes catástrofes ambientais, a contribuição da *Green criminology* sobre suas causas, os estudos científicos, que evidenciam o aquecimento do planeta e suas consequências. Para tratar com êxito um risco global, como o ambiental, é preciso de políticas globais. Muitas conferências internacionais pretenderam elaborar políticas globais, porém até agora alcançaram resultados bem limitados. Particularmente, recorde-se a de Estocolmo, em 1972⁸, e a do Rio de Janeiro, em 1992; nessa última, foi estabelecida a conexão entre meio ambiente e populações indígenas⁹. Os acordos dessas e de outras conferências têm um conteúdo importante, ainda que em grande parte não tenham passado de recomendações, limitadas pelos interesses em disputa dos Estados mais poderosos. Enquanto isso, o aquecimento do planeta continua aumentando progressivamente.

⁷ Cf. o monográfico da revista do Instituto Humanitas, da Unisinos (2015), intitulado *Genocídio dos povos indígenas. A luta contra a invisibilidade, a indiferença e o aniquilamento* (<https://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/478>). Em 2019, o Coletivo de Defesa dos Direitos Humanos (CADHu) e a Comissão Arns, formada por ex-ministros de vários governos e intelectuais brasileiros para velar pelos direitos humanos, apresentaram uma denúncia no Tribunal Penal Internacional contra o presidente Bolsonaro, por genocídio e crimes de lesa humanidade em relação com os povos indígenas, a qual, em 2020, soma-se outra apresentada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), cf. <https://www.survival.es/genocidio-brasil>.

⁸ O princípio 2 do texto aprovado na Conferência estabelece: “Os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento”.

⁹ O princípio 23 do texto aprovado no Rio de Janeiro estabelece: “As populações indígenas e suas comunidades, assim como outras comunidades locais, desempenham um papel fundamental no planejamento do meio ambiente e no desenvolvimento, graças aos seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os Estados deveriam reconhecer e aprovar devidamente sua identidade, cultura e interesses e tornar possível sua participação efetiva na obtenção do desenvolvimento sustentável”.

Nesse contexto, a necessidade de garantir a integridade do bioma amazônico adquire um especial significado simbólico, ao mesmo tempo em que se sublinha seu potencial para atuar como freio ao deterioro do planeta e o valor de sua diversidade biológica. Mas a necessidade de proteção também precisa da, até agora limitada, colaboração internacional, que passa por aceitar o princípio de que quem contamine, pague. Ou seja, os Estados que mais contaminam devem colaborar no financiamento de políticas ambientais de terceiros países, nesse caso, para manter a integridade da floresta amazônica para que continue sendo a maior reserva biológica do planeta e uma ferramenta contra o aquecimento global.

Para que seja possível uma política ambiental, que coexista com o desenvolvimento baseado na valorização dos recursos naturais da região, é preciso também adotar políticas nacionais, o que não vinha acontecendo nos últimos anos. Será suficiente a referência aos incêndios na Amazônia, que proporcionam terras para uma agropecuária extensiva e uma agricultura sem vinculação com os recursos naturais locais, ou a mineração ilegal e incontrolada, ou as obras públicas em toda a região. Mais uma vez, também aqui voltamos a políticas que refletem um desenvolvimentismo econômico a curto prazo, com efeitos devastadores sobre o ambiente e sobre os direitos das populações indígenas.

Aproximar-se ao estudo dos efeitos negativos globais sobre o meio ambiente ou sobre os direitos dos povos indígenas – considerados *ius cogens*, que estão, portanto, acima das decisões que os Estados possam tomar –, leva à necessidade de adotar respostas internacionais diferentes. Provavelmente, a mais relevante é a criação de um crime internacional que tipifique esses comportamentos, o crime de ecocídio, sobre o qual, depois de diferentes tentativas infrutuosas, continua trabalhando um importante grupo de pesquisadores do Direito penal internacional.

Este livro é resultado do II Congresso Internacional de Ciências Sociais e Humanas, dedicado à “Amazônia brasileira: problemas e desafios”. Com esta obra, pretendemos contribuir para esse importante debate. Os estudos aqui reunidos, trabalho de pesquisadores e pesquisadoras de diversas instituições e universidades brasileiras e da região amazônica, apresentam reflexões sobre muitos dos problemas que comentamos nesta introdução. São os desafios que requerem medidas para solucioná-los, e essas medidas, obviamente, estão condicionadas politicamente. O leitor e leitora talvez pensem que nos movemos no campo das utopias, mas almejar objetivos utópicos, ainda que nunca percam essa condição, é o que torna possível a transformação da realidade, afinal, isso dependerá da vontade da cidadania.

A primeira parte da obra está dedicada a duas linhas de estudo muito concretas: história e território. Encontramos aqui desde uma análise do trabalho

escravo contemporâneo na Amazônia, o tema do Barroco-Açu, as comunidades ribeirinhas, a planificação urbana na região, feminicídio indígena, entre outros temas. A segunda parte aborda a questão ambiental em sentido amplo, incluindo aspectos do direito ambiental, políticas públicas e bioeconomia. Entre outros temas, destacamos, por exemplo, o desmatamento na Amazônia durante o governo Bolsonaro, o ecocídio e os direitos da natureza, e abordagens distintas sobre a atuação dos meios de comunicação na região.

Finalmente, a terceira parte se centra na sociedade, economia e educação, pois entendemos a importância da formação intercultural e do trabalho de sensibilização das novas gerações. Por isso, nessa parte, os leitores encontrarão estudos dedicados ao conhecimento tradicional na Amazônia, a relação da socioeconomia com o desenvolvimento sustentável, as práticas pedagógicas em escolas indígenas e quilombolas e o papel de agentes ambientais desempenhado por comunidades ribeirinhas.

E, para terminar esta introdução, destaco, com muito orgulho, que por trás das páginas deste livro, além do esforço dos autores e autoras, como sempre, está o compromisso e o trabalho da equipe do Centro de Estudos Brasileiros, de Elisa Duarte, Esther Gambi, Lucas Mesquita e Vicente Justo. Como sempre, meu agradecimento a eles.

Salamanca, abril de 2022

IGNACIO BERDUGO GÓMEZ DE LA TORRE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERDUGO GÓMEZ DE LA TORRE, I. (2021). Los retos del Derecho penal internacional en la Amazonia brasileña. In R. DE VICENTE *et al.* *Libro homenaje al profesor Luis Arroyo Zapatero. Un Derecho Penal Humanista* (Vol. II). Madri: Boletín Oficial del Estado e Instituto de Derecho penal Europeo e Internacional.
- COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (2013). *Pueblos indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial en las Américas: recomendaciones para el pleno respeto de los Derechos humanos*. Recuperado em 21 de janeiro de 2021, de [http://www.oas.org/es/cidh/indigenas/docs/pdf/informe-pueblos-indigenas-aislamiento-voluntario.pdf].
- COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (2019). *Situación de los Derechos Humanos de los pueblos indígenas y tribales de la Panamazonia*. Recuperado em 21 de janeiro de 2021, de https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/panamazonia2019.pdf.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE DO BRASIL (2015). *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Recuperado em 21 de janeiro de 2021, de http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/.
- GUIMARÃES, E. (2015). *Relatório Figueiredo. Entre tempos, narrativas e memórias*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado em 21 de janeiro de 2021, de http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12210.
- IHU. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, 478, (2015, nov. 31). Recuperado em 21 de janeiro de 2021, de https://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao478.pdf.
- LEWIS, N. (1969, fev. 23). Genocide. *Sunday Times*. rb.gy/2mwcZ
- LEWIS, N. (2010). *El expreso de Rangún, Genocidio y otros relatos*. Badalona: Alair.
- SANTOS PÉREZ, J. M., & PETIT, P. (2006). *La Amazonía brasileña en perspectiva histórica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

PARTE I
HISTÓRIA E TERRITÓRIO

O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

LUCAS ISAAC SOARES MESQUITA

Universidad de Salamanca (USAL, Espanha)

RESUMO

Desde 1995, o Estado brasileiro reconhece a existência da escravidão contemporânea em seu território e desenvolve uma política de Estado para combater e erradicar essa prática. No total, cerca de 60 mil trabalhadores já foram resgatados, mas a prática persiste. Aproximadamente 43% destes foram explorados labor ilegal na área correspondente à Amazônia legal, principalmente em atividades relativas à agropecuária. Nas décadas de 1970 e 1980, as principais denúncias de escravidão contemporânea que tomaram projeção nacional ocorreram na Amazônia, com ênfase especial no sudeste paraense. Foram casos sucedidos na região que levaram à solução amistosa junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (José Pereira) e à sentença da Corte Interamericana (Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde). O objetivo deste artigo é introduzir a importância da Amazônia no despertar das políticas públicas, apontar a necessidade do planejamento e da elaboração de mecanismos de prevenção, monitoramento e punição do trabalho escravo e, conseqüentemente, da redução e eliminação da produção de vulnerabilidade e miséria na região.

Palavras-chave: Trabalho escravo contemporâneo; Amazônia; Brasil.

I. INTRODUÇÃO

O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO É UM PROBLEMA GLOBAL e, desde o final do século XIX, há uma movimentação internacional a fim de criar ferramentas para erradicar esse tipo de exploração. Apesar de relevantes tratados e convenções, decisões paradigmáticas junto aos tribunais de direitos humanos, acordos multi e bilaterais entre países e corporações, a prática

segue se reproduzindo em números alarmantes, impactando a vida de trabalhadores e trabalhadoras, fazendo com que muitas vezes os próprios cidadãos se tornem consumidores de produtos resultantes de escravidão, a exemplo de eletroeletrônicos, vestuários e até mesmo de alimentos.

Fomentados pela produção de miséria e vulnerabilidade, os trabalhadores, considerados descartáveis, são compelidos a entregar sua força de trabalho em situações que desembocam na escravidão, formas análogas à escravidão, trabalho forçado e o tráfico de pessoas, modalidades que configuram a chamada escravidão contemporânea.

No Brasil, a discussão surgiu atrelada ao tema da violência no campo, principalmente na Amazônia. Apesar de quase quatro séculos de escravidão negra e indígena, foi apenas em 1995 que o governo deixou de negar as denúncias da sociedade civil e de movimentos sociais, passando a comprometer-se com o desenvolvimento de políticas públicas de combate à escravidão. Graças a esse esforço coletivo, que teve uma melhora qualitativa a partir de 2003, pode-se ter um diagnóstico oficial a respeito desse crime no Brasil.

Chama atenção a alta taxa de incidência de trabalhadores escravizados na produção agropecuária e na própria Amazônia legal. Por essa razão, este artigo objetiva apresentar reflexões acerca da exploração do trabalho escravo contemporâneo na região, considerando o despertar das políticas públicas, dados e publicações realizados por entidades estatais e organizações não governamentais, visando elucidar questionamentos ou imprecisões acerca da temática e contribuir na manutenção das políticas públicas existentes, bem como na elaboração e implementação de novos mecanismos de prevenção, monitoramento e punição do trabalho escravo que atuem no combate e erradicação deste vilipêndio à dignidade da pessoa humana e, consequentemente, da produção de vulnerabilidade e miséria na região. A metodologia utilizada parte da pesquisa bibliográfica, de documentos e a análise de dados de domínio público.

2. HISTÓRICO DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

Para entender a presença do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, é necessário estabelecer a noção de que não se discutem as mesmas formas de exploração ocorridas durante o período colonial e imperial, em que um Estado escravocrata tinha sua economia, direito, sociedade e costumes estruturados nas relações de trabalho compulsórias. Apesar disso, é imprescindível reportar a forte influência do legado escravocrata na configuração das relações de trabalho no país.

O ponto de partida é de um Estado que legitimou a escravidão de indígenas e negros durante quase quatro séculos, dispondo de um sistema jurídico

organizado e cruel, que a partir de uma ideologia de terror e tortura, exemplificada na repressão e nos castigos aos cativos, sequestrava, comercializava, explorava e escravizava trabalhadores (Campello, 2018).

Além de ser o último país das Américas a extinguir formalmente a escravidão em 1888, o Brasil recebeu cerca de 46% dos negros vindos da África destinados ao continente americano, o que representa mais de 12,5 milhões de seres humanos (Davis, 2010, p. xvii), sem considerar que foram também escravizados os que aqui nasceram, tendo em conta o princípio do *partus sequitur ventrem*¹.

As cidades do Rio de Janeiro, de Salvador e de Recife figuram respectivamente como primeiro, segundo e sétimo portos do mundo que mais importaram seres humanos escravizados entre os anos de 1501 e 1867 (Eltis & Richard, 2010, p. 29).

O sentido da colonização brasileira e sua vida econômica após independência se orientavam para a exportação de monoculturas com vistas a abastecer o mercado europeu, produzidas em latifúndios a partir da exploração do trabalho escravo de negros e indígenas (Prado Jr., 2011, p. 29; Pires, 2021, p. 293).

Esta escravidão deixou marcas profundas na história brasileira. E não só no mundo do trabalho, seja ele rural ou urbano, doméstico ou fora de casa. Estabeleceu influências e determinações na economia, nas relações sociais, na divisão sexual e racial do trabalho, na reprodução social, na política e principalmente no racismo, que segue se reproduzindo.

É importante evidenciar que além dos empresários e proprietários, o Estado lucrava com a escravidão, seja porque tinha seus próprios escravizados, ou porque havia um sistema tributário que se beneficiava da cobrança de tributos sobre a propriedade de escravos (Alencastro, 2018, p. 71).

A Lei Áurea representa um marco formal no combate à escravidão pois a partir de 13 de maio de 1888, restou abolida qualquer relação de propriedade de uma pessoa sobre outra, trazendo impactos diretos na vida de pelo menos 750 mil libertos (Campello, 2021, p. 1048).

Cabe alertar que o processo formal de abolição da escravatura não foi tão simples, tampouco automático. Muitas rebeliões negras, resistências, dispu-

¹ O princípio atribuía ao nascido a mesma condição jurídica de sua mãe. Se ela fosse escrava, o filho pertencia ao proprietário da genitora. Essa legitimação da transmissão da escravidão estimulou a busca dos donos de escravos pela procriação massiva das trabalhadoras (Campello, 2018, p. 184).

tas políticas, pressões internacionais, legislações e jurisprudências anteriores contribuíram, para o deslinde da questão.

No entanto, o ponto é que inexistiu uma política de inserção da população recém liberta e seus descendentes na sociedade brasileira. A legislação e o Estado nada fizeram para dirimir as desigualdades, apagar as hierarquias e o racismo. Na verdade, em sentido contrário, houve uma deliberada política de exclusão dessas populações, negando-lhes trabalho, direitos e a própria cidadania (Moura, 1988; Brito, 2020). Com isso, criou-se uma exclusão social sem precedentes, relegando os libertos à miséria e à subcidadania.

A ausência de uma política pública de inserção desses trabalhadores, fez com que por muito tempo a culpa pela miséria e pela submissão à exploração laboral fosse atribuída a eles, e não à deliberada inexistência de políticas estatais.

O entendimento da configuração do trabalho livre no Brasil precisa ser feito a partir da manutenção de relações de trabalho muito próximas à escravidão, da entrada de trabalhadores imigrantes europeus no país a partir dos anos 1840 e das consequentes diferenças na inserção destes e dos libertos no mercado de trabalho livre, respaldados pelo racismo estrutural que, obviamente, não foi revogado com a Lei Áurea (Alves, 2017, pp. 56-57).

Após a abolição, destacam-se três ciclos em que se pode constatar a alta exploração do trabalho escravo na Amazônia: (a) entre o fim do século XIX e início do XX; (b) durante a Segunda Guerra Mundial², os dois primeiros relacionados ao extrativismo e exportação do caucho (látex); e, por último (c) a partir da década de 1970, com a suposta ocupação espacial da região (Figueira, Prado & Palmeira, 2021, p. 17; Figueira, 2020, posição 708).

3. A LUTA CONTRA A ESCRAVIDÃO NA AMAZÔNIA NO FIM DO SÉCULO XX

Nas décadas de 1970 e 1980, apesar da repressão e censura existentes durante o regime ditatorial empresarial-militar brasileiro, denúncias sobre a escravização de trabalhadores do campo tomaram força graças ao trabalho de organizações religiosas e de trabalhadores. Antes dessa época, já haviam sido documentadas outras acusações de escravidão em razão da ocupação do território amazônico e a consequente expansão da fronteira agrícola (Rocha & Brandão, 2013; Figueira, Prado & Palmeira, 2021, p. 16).

² A alta demanda pela borracha durante a Segunda Guerra Mundial criou um exército de “soldados da borracha” composto principalmente por trabalhadores nordestinos que migravam para a região amazônica para trabalhar na extração da matéria prima (Figueira, 2020, posição 775).

A carta “Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, assinada pelo bispo espanhol Pedro Casaldáliga, divulgada em 10 de outubro de 1971 denuncia o sistema de escravidão contemporânea³ na floresta aos quais eram submetidos os chamados peões, que eram aliciados pelos gatos. Vinculados de maneira compulsória ao trabalho exaustivo e degradante nas fazendas, submetidos a diversos tipos de coerções, violências e ameaças de morte. Boa parte desses trabalhadores era composta por migrantes de regiões mais longínquas, o que aumentava as condições de isolamento e o impacto da violência a que eram submetidos (CIMI, 2011; Figueira, Prado & Palmeira, 2021, pp. 16-18).

Essas fazendas eram subsidiadas pelo Estado, porque faziam parte das políticas de progresso econômico da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). O modelo de ocupação incentivado e financiado pelo governo ditatorial visava a ocupação agropecuária da Amazônia através de “subsídios fiscais e empréstimos e com uma taxa negativa de juros” concedidos a empresas multinacionais (das áreas financeira, de construção e madeiras) e familiares⁴ (Figueira, 2004, pp. 105-106).

Estas empresas adquiriam grandes propriedades, geralmente de maneira ilegal com utilização de grilagem e violência, intensificando o processo de escravidão e desmatamento na região da floresta para o desenvolvimento de projetos agropecuários e de mineração. Ricardo Rezende Figueira descreve:

A ocupação do espaço rural se realizou em geral de forma desorganizada, com sobreposição de títulos definitivos, dificultando a imissão de posses e o assentamento de colonos. De um lado, se tornou visível uma circulação de riqueza que antes não havia, pelo aumento do tráfego dos carros e dos aviões, pelo movimento do comércio, pelo surgimento de vilas e cidades, pela abertura de novas agências bancárias, pela instalação de postos telefônicos, pela extensão de linhas domésticas de telefone e pela ampliação das

³ Até a metade da década de 1980 entre os próprios estudiosos não era comum a utilização do termo “trabalho escravo”, sendo mais recorrente o uso de eufemismos como “peonagem”, “morada”, “semiescravo”, “trabalho humilhado” ou “trabalho cativo” (Figueira, 2020, posição 741-744).

⁴ Ricardo Rezende Figueira (2004, pp. 105-106) menciona como beneficiadas da sudam as multinacionais da área financeira “Bradesco, Bamerindus, Mercantil e Atlântica Boa Vista –, industrial – Óleos Pacaembu, Nixdorf, Volkswagen, Manah, Supergásbras –, de construção – Cetenco Engenharia S/A, Encol, Andrade Gutierrez –, e madeira – Madeireira Agropecuária S/A Ind. Com. Agropecuária (Magainco)”. Já no ramo das empresas familiares, enfatiza os sobrenomes “Lunardelli, Barbosa, Bannach, Quagliato, Avelino, Andrade, Pires, José Coelho Vitor e Maurício Pompéia Fraga”.

horas de funcionamento do motor de energia elétrica. De outro, persistiu a ausência do Estado para impor o cumprimento da lei, impedir a violência, regular a apropriação de terra ou as relações de trabalho. O Estado se manifestou apenas parcialmente, através de pequenos contingentes de policiais mal remunerados e despreparados, acobertando ou participando de crimes; através de poucos juizes e promotores que, amedrontados ou coniventes, não promoveram o funcionamento da Justiça, salvo raras e temporárias exceções (Figueira, 2004, p. 108).

Tal fator agravava os conflitos de terra na Amazônia e as denúncias no sentido de afirmar que além de não dispor de mecanismos de combate à escravidão, o Estado brasileiro punha parte de suas receitas à disposição deste crime. Como resposta, o governo descredibilizava as denúncias, inclusive da mencionada carta, afirmando que era subversiva e caluniosa, e exaltando o projeto agrário governamental (Ribeiro & Freitas, 2020, pp. 31-32; Figueira, Prado & Palmeira, 2021, p. 19).

Já na década de 1980, uma denúncia feita pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e publicada em página interna do jornal *O Globo*, em 1985, afirmava que entre 600 e 800 camponeses estavam sendo submetidos a trabalho escravo na fazenda Vale do Rio Cristalino, um terreno de aproximadamente 140 mil hectares localizado no sul do estado do Pará e pertencente à fábrica alemã Volkswagen. Além disso, somava-se à denúncia casos de violência sexual, ameaças de morte e tentativas de homicídio. A notícia teve repercussão dentro e, principalmente, fora do Brasil (Neher, 2017). Visando esquivar-se das denúncias, representantes da fazenda convidaram deputados, jornalistas e representantes da CPT para constatar as condições de trabalho na Fazenda, e, durante inspeção, foi registrado por estes um trabalhador amarrado na carroceria de um carro⁵ (R. R. Figueira, comunicação pessoal, 29 de novembro de 2022).

Entre 1985 e 1993, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) apresentou cerca de 8,9 mil denúncias de trabalho escravo (Arbex, Galiza & Oliveira, 2018, p. 114). Diante da alta concentração de terras e a forte violência no campo que culminava no assassinato trabalhadores já no período da redemocratização, sobretudo militantes e religiosos, entre eles Chico Mendes e Expedito Ribeiro de

⁵ Após a realização de acordo institucional em 2020 para reparação histórica pela perseguição contra trabalhadores e colaboração “sistemática e ativa com a ditadura no Brasil” feita pela Volkswagen, abriu-se também um canal de discussão junto com a Procuradoria Geral do Trabalho acerca da responsabilização e dever de indenização da multinacional pela escravização e outros crimes ocorridos na região do município de Rio Maria, no Pará (Ninja, 2020).

Souza. Foi fundado o Fórum Contra a Violência no Campo e contra o Trabalho Escravo, que agregava órgãos estatais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais e pôs na agenda nacional o debate sobre os conflitos de terra e trabalho existentes no sudeste do Pará. Em 1995, diante do Comitê de Direitos Humanos da ONU, o Brasil reconheceu formalmente a existência e a permanência do trabalho escravo em seu território, comprometendo a tomar medidas para coibi-lo (OIT, 2020).

O “caso José Pereira”⁶, de nº 11.289, ocorrido em uma fazenda no sudeste do Pará em 1989, e apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 1994 organizações não governamentais Américas Watch e pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), resultou numa solução amistosa em 2003 e foi essencial para a mudança na postura do Estado Brasileiro e no desenvolvimento de políticas públicas concretas, a exemplo da criação da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) e da mudança legislativa no artigo 149 do Código Penal (CIDH, 2003).

A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, de 2016, que condenou o Brasil no caso da escravização dos trabalhadores da Fazenda Brasil Verde, a partir de denúncias de fatos ocorridos entre 1988 e 2000, no Estado do Pará, explicitou a discriminação estrutural ao reconhecer um padrão social das pessoas que foram escravizadas. O Estado Brasileiro, além de ser responsabilizado civilmente, foi compelido a adotar medidas para reverter a situação de miséria, desumanização seletiva e sobreposição de violações de direitos humanos que tornam esses trabalhadores mais suscetíveis ao aliciamento para o trabalho em condições análogas à de escravo em todo o país⁷ (Corte IDH, 2016, pp. 87-89).

4. O CONCEITO DE TRABALHO ESCRAVO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Apesar de existir desde 1940, o artigo 149 do Código Penal definia de maneira genérica o crime de redução à condição análoga à de escravo. A falta de

⁶ José Pereira e outro trabalhador conhecido como “Paraná” fugiram da fazenda Espírito Santo (localizada no sudoeste do Pará) em que eram escravizados, mas foram alcançados por pistoleiros que desferiram tiros em suas cabeças. Fingindo-se de morto, Zé Pereira, que à época tinha 17 anos, conseguiu novamente escapar e denunciar o que havia ocorrido (R.R. Figueira, comunicação pessoal, 29 de novembro de 2022).

⁷ No entanto, quando foi proferida, a decisão coincidiu com um declínio das políticas públicas de combate à escravidão contemporânea no país, o que seria motivo para um outro estudo mais aprofundado.

precisão jurídica contribuiu na formação de entraves hermenêuticos e consequentemente na impunidade de tais práticas.

A Lei nº 10.803/2003, um dos produtos do acordo amistoso do Caso José Pereira, ampliou e complementou a tipificação, que atualmente conta com as seguintes espécies: (a) trabalho forçado, (b) jornada exaustiva, (c) condições degradantes de trabalho e (d) servidão por dívida.

Após a mudança legislativa, o Código Penal declara que:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Existem critérios objetivos que fazem com que essas tipificações não sejam conceitos indeterminados, a exemplo da Instrução Normativa STJ nº 139/2018 e das decisões do STF nos inquéritos 3412/AL e Inquérito 2131/DF.

Optou-se, portanto, por tornar mais explícitas as práticas do trabalho escravo a partir do que se constatava na realidade, principalmente nos resgates de trabalhadores, quais sejam: a negação de liberdade do trabalhador (trabalho forçado e servidão por dívida) e a violação de sua dignidade (o trabalho degradante e a jornada exaustiva), podendo tais critérios ser constatados de maneira cumulada ou separadamente. Por conseguinte, é importante compreender que a restrição de liberdade do trabalhador não é o único elemento caracterizador do crime, tampouco é necessária.

O trabalho em condições análogas à de escravo não significa uma mera infração trabalhista ou descumprimento do direito do trabalho, mas uma violação “intensa e persistente”, analisando-se de forma concreta, isto é caso a caso de que forma os direitos básicos dos trabalhadores foram desconsiderados (STF, 2012, pp. 4-5).

O consentimento do trabalhador é irrelevante para a caracterização do tipo penal, tendo em vista que sua vulnerabilidade econômica e social (a chamada

“precisão”⁸) podem gerar um vício na sua possibilidade de escolha (Cavalcanti, 2020, posição 1018).

O trabalho forçado atenta contra o direito de liberdade e livre locomoção do trabalhador, a jornada exaustiva diz respeito à intensidade e frequência do trabalho realizado, as condições degradantes se referem à falta de condições de execução do labor, que pode ser expressa pelo tripé da degradância composto pela falta de abastecimento de água para consumo, instalações sanitárias e alojamento decente (Haddad, 2020, p. 180).

Com o conceito assegurado no artigo 149 do Código Penal, visa-se salvar múltiplos bens jurídicos protegidos constitucionalmente: a organização do trabalho; os direitos fundamentais, a exemplo da “dignidade da pessoa humana, a liberdade, o direito de livre manifestação da vontade e o decoro pessoal”; os direitos econômicos sociais e culturais, tal como “direito ao trabalho, condições dignas de trabalho, à alimentação adequada e à moradia”; e a própria ordem econômica, constatando-se os efeitos de desequilíbrio de concorrência provocados pela exploração de mão de obra escrava (também conhecido como *dumping* social) (MPF, 2017, p. 2).

Em consonância com o artigo 149 do Código Penal, pode-se ainda encontrar artigos que tratam de temas correlatos, a exemplo do artigo 149-A (tráfico de pessoas, inclusive para fins de trabalho escravo), 197 (atentado contra a liberdade de trabalho), 206 (aliciamento para o fim de emigração) e 207 (aliciamento de trabalhadores de um local para o outro do território nacional).

O trabalho escravo está conectado ainda a outros crimes, como utilização ilegal de agrotóxicos não autorizados, “posse ilegal de armas, desmatamento ilegal e tráfico de pessoas”, impactando as relações trabalhistas, a economia, o meio ambiente e o recolhimento de tributos (Conforti, 2019, p. 346).

A situação de pobreza e miséria dos trabalhadores, bem como a “realidade rústica” não podem funcionar como justificativas para a exploração ilícita no ambiente de trabalho. Urge, enquanto sociedade, desmistificar a ideia de que qualquer trabalho é melhor do que nenhum trabalho. A construção social da legislação trabalhista demonstra que existe uma base mínima que rege o labor humano, orientado pela dignidade da pessoa humana e da cidadania.

⁸ A “precisão” vem da necessidade do trabalhador por uma fonte de renda, o que faz com que muitos acreditem que ter qualquer tipo de emprego é melhor do que estar desempregado. Este termo também é o título de um documentário produzido no ano de 2019 pelo Ministério Público do Trabalho e pela Organização Internacional do Trabalho, disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=IGK_m8VKNsM&t=48s.

5. DADOS SOBRE A ESCRAVIDÃO NA AMAZÔNIA

De acordo com a inspeção do trabalho no Brasil, de 1995 a 2022, mais de 59 mil trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo foram resgatados em ações interinstitucionais coordenadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Desse total, 78% executavam trabalho rural (SIT, 2023).

Entre os principais setores econômicos que exploraram a mão de obra escravizada nesse período, se destaca a criação de bovinos para corte, o cultivo de cana de açúcar, a produção florestal, o cultivo do café, a fabricação de álcool, a construção de edifícios e a agricultura em geral (MPT & OIT, 2023a). Evidencia-se também as atividades de desmatamento, pecuária, roça de pasto (ou juquira), carvão vegetal, mineração e lavouras temporárias (Arbex, *et al.*, 2018, p. 127). Prevalece, portanto, o ramo agropecuário em atividades que demandam o uso da força física.

Em sua forma atual no capitalismo neoliberal, o trabalho escravo é reforçado pelo histórico colonial, mas ganha espaço quando se constata, por exemplo, fazendas em que a produção ultramoderna (de grãos ou de carne de gado, por exemplo) coexiste com o trabalho escravo (Repórter Brasil, 2021), gerando renda para cadeias de produção e sua correspondente empresa transnacional beneficiária.

Enfatiza-se a relação de simbiose entre o trabalho escravo e o desmatamento dos biomas nativos como Floresta Amazônica, Pantanal, Cerrado e Mata Atlântica. Além do desmatamento, outras questões estão correlatas à utilização de mão de obra escravizada, como os conflitos pela terra, o uso de agrotóxicos e a consequente contaminação da água, ar e solo, a expropriação de terras de povos indígenas e quilombolas e o avanço do agronegócio e da mineração (Leão, 2020). Pode-se incluir ainda o fator exploração sexual e o tráfico, principalmente de mulheres e meninas, em casos de grandes empreendimentos como construções de hidrelétricas e mineração.

Entre os anos de 2003 e 2019, 42,8% das pessoas resgatadas em condições análogas à de escravo trabalhavam na área correspondente à Amazônia Legal brasileira. Chama atenção o aliciamento e a consequente migração de trabalhadores para a região conhecida como “Arco do Desmatamento”, compreendida entre o sudoeste do Pará, oeste do Maranhão, norte do Tocantins e do Mato Grosso, leste do Acre e quase todo o estado de Rondônia (Sá, Fischer, & Mesquita, 2020, p. 212). Há uma tendência migratória de trabalhadores nordestinos para áreas de expansão de fronteira agropecuária (como Pará, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso do Sul) (MPT & OIT, 2023b).

Outro ponto que merece atenção é o aumento exponencial do fluxo de refugiados venezuelanos a partir de 2016, com o recrudescimento da crise política no país, trazendo impactos migratórios nos países da América do Sul, entre eles Brasil, Colômbia, Equador e Peru. O estado de Roraima, que recebeu a maior quantidade desses imigrantes no Brasil, constatou o aumento de situações que os subjugavam ao trabalho em condições análogas à de escravo. Um exemplo muito evidente é que cerca dos 32 mil venezuelanos que vivem em Boa Vista (capital do estado), estima-se que 2,9 mil estejam em situação de rua e mais expostos a esse tipo de aliciamento (Correia, 2020, p. 435), seja por desconhecimento das leis brasileiras, por isolamento cultural e geográfico, em função da miséria, da precisão e outros inumeráveis fatores.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as principais políticas públicas desenvolvidas no combate ao trabalho escravo contemporâneo podem ser mencionados o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, coordenado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho; a Lista Suja do Trabalho Escravo; os Planos Nacionais de Erradicação do Trabalho Escravo; as Comissões Nacional, Estaduais e Municipais de Erradicação do Trabalho Escravo; e o Sistema IPÊ de denúncia. Além disso, cabe também reportar o papel fundamental da sociedade civil organizada, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra, da ONG Repórter Brasil e de Universidades.

Apesar das conquistas, a região amazônica concentra boa parte dos casos de trabalho escravo do país, seja por suas proporções continentais, o alto contingente de atividades econômicas desenvolvidas, a histórica ausência e omissão do Estado, as dificuldades recorrentes na fiscalização, o aumento no desmatamento e a expansão da fronteira agrícola sobre a floresta, respaldados pela legitimação do governo Bolsonaro e a constante impunidade de seus agentes perpetradores.

Em função do próprio déficit democrático pelo qual atravessou o Estado brasileiro (de 2016 a 2022), observou-se um enfraquecimento da legislação social brasileira e consequentemente da política de combate ao trabalho escravo, a partir da redução de recursos e da contratação de auditores fiscais do trabalho, com o questionamento da política desenvolvida a partir de agentes estatais que levaram a tentativas de mudança no artigo 149 do Código Penal e na suspensão da lista suja entre 2014 e 2016. Ademais, são mencionados como exemplos concretos dessa erosão de direitos sociais no Brasil o golpe parlamentar de 2016, a Emenda Constitucional 95/2016, que restringiu o orçamento nacional para gastos sociais, as reformas trabalhista e previdenciária, a extinção do Ministério do Trabalho e da Previdência Social (2019-2021) e a

atuação do governo federal brasileiro durante a pandemia. Espera-se que com o terceiro governo Lula essa situação seja minimamente revertida.

Nesse sentido, atentando-se às idiossincrasias de cada região e demandas locais, a garantia e efetivação de direitos sociais básicos, como saúde, educação, moradia e terra, saneamento básico e meio ambiente adequado continuam sendo as medidas mais adequadas para visar a redução da vulnerabilidade e da miséria e, conseqüentemente, do trabalho escravo. Só assim serão efetivadas soluções multifacetadas e adaptadas à complexidade do fenômeno, tratando as causas econômicas, sociais, culturais e jurídicas que contribuem e permitem a desigualdade estrutural e perpetuam os abusos.

Deve-se fortalecer as políticas públicas de fiscalização, combate, punição e conscientização acerca do desmatamento na Amazônia e sobre o trabalho em condições análogas à de escravo, tendo em conta, principalmente, as condições de vulnerabilidade das populações mais pobres e socialmente excluídas, mais suscetíveis à escravização, além dos fatores de raça, etnia, gênero e migração que, de acordo com o Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e pela OIT estão diretamente relacionados.

É necessário, portanto, desenvolver políticas e tecnologias mais refinadas de fiscalização de trabalhos mais propensos à utilização de trabalho escravo, assim como de suas cadeias de produção que estimulam práticas ilícitas e geração de pobreza ao invés de coibir os danos ambientais e sociais, como a exploração do trabalho escravo, em sentido contrário ao que preconiza a Constituição brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO, L. F. (2018). África, números do tráfico atlântico. In L. M. SCHWARCZ & F. GOMES (Orgs.). *Dicionário da escravidão e da liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ALVES, R. R. (2017). *Entre o silêncio e a negação: uma análise da CPI do trabalho escravo sob a ótica do trabalho “livre” da população negra*. Dissertação, Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- ARBEX, A., Galiza, M., & OLIVEIRA, T. (2018, abril). A política de combate ao trabalho escravo no período recente. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, 64, III-138.
- BRITO, L. C. (2020). Democracia e república são como arroz e feijão no Brasil 2. *Curso de introdução à política*: aula 06.1. São Paulo: IREE.
- CAMPELLO, A. B. (2018). *Manual jurídico da escravidão: Império do Brasil*. Jundiaí: Paco editorial.
- CAMPELLO, A. B. (2021). *Manual jurídico da escravidão: cotidianos da opressão*. Jundiaí: Paco editorial.

- CAVALCANTI, T. M. (2020). Como o Brasil enfrenta o trabalho escravo contemporâneo. In L. SAKAMOTO (Org.). *Escravidão contemporânea*. São Paulo: Contexto.
- COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. (2003). *Relatório nº 95/03, Caso 11.283, Solução amistosa, José Pereira, Brasil, 24 de outubro de 2003*. Recuperado em 21 outubro de 2020, de <https://cidh.oas.org/annualrep/2003port/Brasil.11289.htm>.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. (2011, outubro 11). *40 anos da carta pastoral “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”*. Recuperado em 8 outubro de 2020, de <https://cimi.org.br/2011/10/32664/>.
- CONFORTI, L. P. (2019). *Interpretações do conceito de trabalho análogo a de escravo: a luta pelo direito ao trabalho digno e pelo direito fundamental de não ser escravizado no Brasil*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- CORREIA, M. N. T. (2020). Migrantes venezuelanos e o grupo especial de fiscalização móvel: planejamento e execução das operações no estado de Roraima. *Revista da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho*, 4, 434-457.
- CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. (2016). *Caso trabajadores de la Hacienda Brasil Verde vs. Brasil. Sentencia de 20 de octubre de 2016*. Recuperado em 9 fevereiro de 2022, de https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_318_esp.pdf.
- DAVIS, D. B. (2010). Foreword. In D. ELTIS & D. RICHARD. *Atlas of the transatlantic slave trade*. Durham: Yale University.
- ELTIS, D., & RICHARD, D. (2010). *Atlas of the transatlantic slave trade*. Durham: Yale University.
- FIGUEIRA, R. R. (2004). *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FIGUEIRA, R. R. (2020). O trabalho escravo após a Lei Áurea. In L. Sakamoto (Org.). *Escravidão contemporânea*. São Paulo: Contexto.
- FIGUEIRA, R. R., PRADO, A. A. & PALMEIRA, R. F. (2021). *A escravidão na Amazônia: quatro décadas de depoimentos de fugitivos e libertos*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- HADDAD, C. H. B. (Coord.). (2020). *Raio-x das ações judiciais de trabalho escravo de 2008 a 2019*. Belo Horizonte: Governo Federal.
- LEÃO, L. [Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses]. (2020, set. 21). *Ciclo de debates: Entre a escravidão e a busca pela dignidade do trabalho. Saúde do/a trabalhador/a e a questão étnico-racial* [Arquivo de vídeo]. Youtube. Recuperado em 21 setembro de 2020, de <https://www.youtube.com/watch?v=gV2WoxhOLQY>.
- MOURA, C. (1988). *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. (2017). *Nota técnica 2CCR/MPF nº 1, de 20 de janeiro de 2017*.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO & ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. (2023a). *Perfil dos casos de trabalho escravo. Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas*. Recuperado em 11 janeiro de 2023, de <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/o?dimensao=fluxosmigratorios>.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO & ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. (2023b). *Resgatados do trabalho escravo. Observatório da Erradicação do Trabalho Es-*

- cravo e do Tráfico de Pessoas*. Recuperado em 11 janeiro de 2023, de <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/o?dimensao=fluxosmigratorios>.
- NEHER, C. (2017, junho 27). *De carros a gado: o polêmico agronegócio da Volkswagen na Amazônia*. Recuperado em 8 outubro de 2020, de <https://www.dw.com/pt-br/de-carros-a-gado-o-pol%C3%AAmico-agroneg%C3%B3cio-da-volkswagen-na-amaz%C3%B4nia/a-39422759>.
- NINJA (2020, SET. 24). *Volkswagen na ditadura: Comissão da Verdade diz que acordo de indenização pode 'rebaixar' reparação histórica*. Recuperado em 9 janeiro de 2023, de <https://midianinja.org/volkswagen-na-ditadura-comissao-da-verdade-diz-que-acordo-de-indenizacao-pode-rebaixar-reparacao-historica/>.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. (2020). *O trabalho forçado no Brasil*. Recuperado em 8 outubro de 2020, de https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-escravo/WCMS_393066/lang-pt/index.htm.
- PIRES, T. (2021, maio/agosto). Legados de liberdade. *Revista Culturas Jurídicas*, 8(20), 291-316. Recuperado em 6 dezembro de 2021, de <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/52371/30444>.
- PRADO JR., C. (2011). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- REPÓRTER BRASIL. (2021). *Monitor 8: Trabalho escravo na indústria da carne*. Recuperado em 16 abril de 2021, de <https://n9.cl/elmzc>
- RIBEIRO, A. M. M., & FREITAS, E. O. (2020, julho/dezembro). A CPT e as denúncias sobre trabalho escravo no Pará: o papel dos religiosos e seus saberes na construção de estratégias de enfrentamento à violência. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, (77), 21-41.
- ROCHA, G., & BRANDÃO, A. (2013, julho/dezembro). Trabalho escravo contemporâneo no Brasil na perspectiva da atuação dos movimentos sociais. *Revista Katálysis*, 16(2).
- SÁ, E. V. H. C., FISCHER, L. R. C., & MESQUITA, V. J. C. (2020). Trabalho escravo contemporâneo: série histórica dos 25 anos de Grupo Especial de Fiscalização Móvel, no Brasil e na Amazônia Legal. *Revista da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho*, 4, 197-233.
- SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO. (2023). *Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil*. Recuperado em 10 janeiro, 2023, de <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. (2012). *Inquérito 3412/AL, 29 de março de 2012*. Relator: Min. Marco Aurélio. Voto Ministra Rosa Weber. Recuperado em 23 novembro de 2020, de <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3076256>.

BARROCO-AÇU. A AMAZÔNIA NA GEOGRAFIA ARTÍSTICA DO SUL GLOBAL¹

RENATA MARIA DE ALMEIDA MARTINS
Universidade de São Paulo (USP, Brasil)

RESUMO

Este texto busca contribuir para redefinir o lugar da Amazônia brasileira na geografia artística do Sul Global, a partir do estudo das artes e da arquitetura produzidas no âmbito das missões jesuíticas (1622-1759); considerando a centralidade da atuação e a agência dos povos de culturas indígenas, e de africanas e mestiças, seus saberes e suas práticas de re-existência. Inscreve-se no quadro dos objetivos propostos pelo Projeto Jovem Pesquisador Fase 2, por mim coordenado, intitulado *Barroco-Açu, A América Portuguesa na Geografia Artística do Sul Global*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2022-2027). Pretende-se ampliar as nossas investigações anteriores sobre o trânsito de livros, objetos, artistas, materiais e técnicas nas áreas de antigas missões jesuíticas, suas oficinas e seus atores plurais, homens e mulheres, procurando conexões com a América Hispânica. A história da Amazônia brasileira ocupa um lugar central nas estratégias do Projeto *Barroco-Açu*, podendo oferecer uma contribuição destacada para novas formas de planejamento territorial, mais democráticas e participativas, incorporando, graças aos aportes do saber histórico, as diversas culturas presentes na região numa perspectiva sul-americana, decolonial e de longa duração.

¹ Artigo elaborado no âmbito do Projeto Jovem Pesquisador Fase 2, por mim coordenado, intitulado *Barroco-Açu, A América Portuguesa na Geografia Artística do Sul Global*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP nº 2021/06538-9).

Palavras-chave: Amazônia; Geografia Artística; missões jesuíticas; perspectiva decolonial; Sul Global.

I. INTRODUÇÃO: UMA GEOGRAFIA CULTURAL E ARTÍSTICA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA A PARTIR DE ÁREA DE ANTIGAS MISSÕES JESUÍTICAS

PARA COMEÇAR a estabelecer uma geografia cultural e artística no grande território da América portuguesa, a partir das implantações jesuíticas, será necessário citar vários centros irradiadores, quase sempre oficinas ligadas aos colégios ou residências e fazendas, que representaram referências para suas regiões, graças à atuação e conhecimento dos povos indígenas, e de africanos e mestiços. Em relação à região Norte do Brasil, a área em questão seria o território que formava o Estado do Maranhão e Grão-Pará (desde 1750, Estado do Grão-Pará e Maranhão), aproximadamente equivalente à atual Amazônia brasileira, separado administrativamente do Estado do Brasil desde 1621 até 1823 (Martins, 2009b). Os jesuítas se estabeleceram em São Luís do Maranhão em 1622 e em Belém do Grão-Pará em 1653.

Como sabemos, as cidades da Amazônia foram assentadas em áreas ocupadas anteriormente por extensas aldeias indígenas. Estes territórios, posteriormente missões, dentro do processo de expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses promovido pelo governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, desde 1750, culminado com a expulsão da Companhia em 1759, foram elevadas a vilas, quase sempre tendo seus nomes indígenas substituídos pelos de localidades portuguesas. Este é o caso, por exemplo, da cidade de Santarém no Pará, local de encontro dos rios Tapajós e Amazonas, densamente ocupado de forma contínua desde o século x (Neves, 2015), sendo com muita probabilidade a povoação organizada mais antiga do Brasil. O lugar foi aldeia dos indígenas Tapajó, depois Missão Jesuítica dos Tapajós em 1661, Vila dos Tapajós, e a partir das políticas pombalinas, Santarém.

No Estado do Maranhão e Grão-Pará, a partir de 1750, Grão-Pará e Maranhão, as principais igrejas e colégios jesuíticos foram os de Nossa Senhora da Luz em São Luís, sagrada em 1699 (hoje Catedral de Nossa Senhora da Vitória); a casa-escola de Tapuitapera (hoje Alcântara); a Igreja de São Francisco Xavier no Colégio de Santo Alexandre em Belém do Pará, inaugurada entre 1718 e 1719 (atual Museu de Arte Sacra); e a casa-colégio da Nossa Senhora da Madre de Deus em Vigia, dos anos 1730/40 (Martins, 2009).

O frei carmelita Pedro de Santo Eliseu, num poema em que relata uma viagem feita em 1714, de Belém do Pará à Missão Jesuítica de Nova Cartagena de Santiago de la Laguna, hoje Lagunas, na Amazônia peruana, informa a existência de pinturas e decorações em outras missões localizadas ao longo

do grande rio. A igreja da missão de Araticu, atual Oeiras do Pará, é descrita pelo religioso como “suntuosa” e de “arquitetura sutil”. Outra importante igreja existia na missão da Ilha Tupinambarana, na área da atual cidade de Parintins no Estado do Amazonas, que estaria entre as mais notáveis, segundo Frei Pedro de Santo Eliseu, por sua imponência e pelo artifício de sua construção. Por sua vez, as pinturas da igreja da missão Abacaxis – antiga aldeia de Serpa, atual Itacoatiara – na foz do rio Madeira, são comparadas àquelas de célebres autores da antiguidade. Não há vestígios da decoração dessas igrejas, mas é fácil imaginar que a tradição artística e arquitetônica das culturas indígenas foi decisiva para a constituição de todos esses lugares, como também nas capitais, São Luís e Belém, e em outras cidades e municípios, onde ainda encontramos conservado, mesmo que em parte, este patrimônio.

Segundo o pe. Serafim Leite, as principais instalações da Vice Província do Maranhão da Companhia de Jesus seriam as seguintes (entre parênteses os nomes atuais):

Na Ilha de São Luís do Maranhão

Colégio e Igreja de Nossa Senhora da Luz (hoje Catedral de Nossa Senhora da Vitória); Casa da Madre de Deus; Aldeia ou Fazenda de Anindiba (Paço do Lumiar); São Francisco; Capela e residência de São Marcos; Fazenda de São Brás; Fazenda de Nossa Senhora da Vitória de Amandijuí; Aldeia de São Gonçalo; e Aldeia de São José

Em frente à Ilha de São Luís do Maranhão

Aldeia de Uçaguaba (Vinhais); e Casa-Colégio de Tapuitapera (Alcântara)

No Rio Itapicuru (Maranhão)

Seminário de Guanaré; Aldeias Altas (Tredizelas-Caxias); Aldeias dos Barbados (Grande e Pequena); e Aldeia de São Miguel

Rio Monim

Fazenda de Monim; Aldeia de São Jacob de Icatu; Aldeia de São Gonçalo de Icatu; Fazenda de Tatuaba (até o catálogo de 1740); Aldeia de Atotoia, ou Tutoia; Aldeia dos Gamela (Lapela); Aldeia de Maracu (Viana); Engenho de São Bonifácio; Aldeia do Carará (Monção); São João (Cortes); e São Cristóvão.

Em Belém do Pará

Colégio de Santo Alexandre e Igreja de São Francisco Xavier (Museu de Arte Sacra do Pará).

Na margem esquerda do Rio Amazonas

No Rio Negro: Aldeia de Tarumás e Residência da Casa Forte (Manaus, Estado do Amazonas); Aldeias de Abacaxis (Serpa, Itacoatiara); Aldeia de Santa Cruz do Jamundá (Faro); Aldeia de Gurupatuba (Monte Alegre, Estado do Pará); Aldeia de Urubucuará (Outeiro, Prainha, Estado do Pará); Aldeia de Jacuacuara; e no Cabo Norte (atual Estado do Amapá)

Na margem direita do Rio Amazonas

No Rio Javari: Aldeia de São Francisco Xavier (fronteira entre as terras de Portugal e as da Espanha); no Rio Madeira: Aldeias de Santo Antônio das Cachoeiras, Trocano (Borba), Abacaxis e Tupinambarana; no Rio Tapajós: Aldeia dos Tapajós (Santarém, Pará), Aldeia de Iburari ou dos Borari (Alter do Chão, Pará), Arapiuns ou Cumaru (Vila Franca), Santo Inácio (Vila Boim), São José de Maitapus (Pinhel), Santa Cruz e Aveiro; no Rio Xingu: Aldeias de Muturu (Porto de Moz), Itacuruçá (Veiros), Piraviri (Pombal), Aricari (Sousel).

No Rio Tocantins

Aldeia de Camutá (Cametá, Pará), Aldeia de Inhaúba, Aldeia de Parijó e Aldeia de Itaboca

Na Região dos Furos (entre a boca do Rio Xingu e Belém do Pará)

Aldeias de Mortigura (Vila do Conde, Pará); Aldeias do Guamá; Aldeia de Sumaúma (Beja, Pará); Aldeia de Aricarú, Nheengaíbas ou Ingaybas (Melgaço, Ilha do Marajó, Estado do Pará); Aldeia de Arucarã (Portel, Pará); Aldeia dos Bocas; Aldeia de Araticum (Oeiras, Pará); Fazenda de Gibirié (Barcarena Velha, Pará); Fazenda de Jaguarari (no Rio Moju, Pará)

Na Região do Baixo até o Salgado ou Costa-Mar (Estado do Pará)

Casa-Colégio e Igreja da Madre de Deus em Vigia; Aldeia de Cabu ou Tupinambás (Colares); Aldeia de Maguari (Icoaraci); Aldeia de Muribira (Mosqueiro); Aldeia de Mocajuba; Aldeia de Tabapará; Aldeia de Maracanã; Aldeia de Caeté (Bragança); Aldeia de Gurupi; Fazenda de São Caetano (São Caetano de Odivelas); Fazenda de Mamaiacu (Porto Salvo); e Fazenda de Curuçá. (Martins, 2009a, pp. 169-173).

2. SOBRE A PRODUÇÃO DE OBJETOS NAS MISSÕES JESUÍTICAS DA AMAZÔNIA E A HISTÓRIA LOCAL/GLOBAL DAS ARTES

Os objetos produzidos nas oficinas das missões jesuíticas, preservados nos atuais estados do Maranhão e do Pará, juntamente com outros objetos de tradição indígena do período colonial, conservados majoritariamente no exterior, são documentos da cultura material, técnica e artística produzidos pelos e pelas indígenas nas oficinas missionárias. Em minhas pesquisas procuro romper a distância que ainda separa os estudos sobre esses objetos – de modelo europeu e de tradição ameríndia –, que passaram a frequentar por muitas vezes os mesmos espaços coloniais (Martins, 2009a, 2015, 2016, 2017, 2020a, 2020b).

O conhecimento da produção artística das culturas indígenas da América do Sul também nos parece urgente e necessária para as pesquisas sobre arte e arquitetura do período colonial, sem traçar separações entre os territórios que faziam parte dos domínios da coroa espanhola ou da portuguesa. Existem inúmeras conexões importantes, que foram desconsideradas, e que estão

vinculadas a experiências ameríndias comuns ou muito semelhantes, como no caso da Pan-Amazônia.

Por exemplo, a produção de vernizes naturais pelas culturas ameríndias, que os missionários comparavam à laca chinesa ou japonesa, e foram posteriormente adotados para revestir objetos de inspiração asiática, ou continuaram a ser usados em objetos indígenas, destinados ao mercado, que passaram a ganhar novas decorações, que lembram os têxteis tradicionais e porcelanas vindas da Ásia (Martins, 2017, 2020a; Martins & Migliaccio, 2021).

A comparação feita pelos missionários entre o verniz de cor preta, produzido pelas indígenas de Gurubatuba, e a laca (*rhus vernicifera*, laca vegetal) ou charão da China, sugere que aqueles da floresta igualavam ou até superavam em qualidade aqueles asiáticos (Martins, 2016, 2017; Martins & Migliaccio, 2021). Temos notícias semelhantes no México, da chamada laca mexicana, o *maque*; ou na Colômbia e no Equador, o verniz conhecido como *barniz de Pasto* (Martins, 2020a).

Objetos com acabamento em laca estão presentes nos inventários da expulsão, como recipientes e uma “caixa nova” de charão da Índia, além de um “relógio com a caixa pintada de “charão”, e ainda, caixões e crucifixos feitos de “pão preto”, talvez igualmente uma menção à laca (Martins, 2020a), que também podem ter sido produzidos localmente.

Outro fator que une toda a América é o conhecimento ancestral indígena sobre as inúmeras espécies de madeiras, e o trabalho escultórico com as mesmas, incluindo técnicas sofisticadas de confecção de embutidos, com madrepérola de rio ou sementes diversas – como na Amazônia, o uso da jarina (*Phytelephas macrocarpa*) –, amplamente reaproveitadas nas Missões, em imagens, crucifixos, mobiliários etc. Há muitas outras tradições valiosas, como os trabalhos com a argila, a palha, as fibras e as cascas de árvores, a borracha, as pedras, as plumas de pássaros, e os chifres de animais (Martins, 2016).

Os inventários da expulsão dos jesuítas também registram inúmeras imagens e crucifixos de marfim presentes nas principais igrejas da Companhia no Maranhão e Grão-Pará. Frequentemente, essas imagens eram acompanhadas por cruzeiros de ébano, contendo incrustações de casco de tartaruga e florões de prata. No capítulo “Da Grande Habilidade e Aptidão dos Índios” do seu tratado intitulado *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* o jesuíta João Daniel comenta que os indígenas tinham o costume de fazer desenhos e embutidos com dentes de cutia. Ele também nos conta que a mesma perícia havia sido aplicada quando da feitura de um crucifixo (Daniel, 2004; Martins, 2009b, 2016, 2020b).

Estão conservadas em Portugal, nas coleções da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, as pranchetas para aspirar o paricá (*Anadenanthe*

ra peregrina) – pó alucinógeno extraído de cascas ou sementes de árvores –, coletadas entre os rios Madeira e Tapajós por volta de 1786. Estas peças demonstram a alta técnica e a sofisticação de esculpir a madeira pelas culturas indígenas; neste caso, dos povos Mawé e Mura. Algumas dessas peças são zoomórficas, em forma de crocodilo (jacaré), cujos olhos foram representados pela madrepérola do rio (*Itaã*) (Martins, 2016, p. 75).

Numa lista de objetos, organizada pelo jesuíta Anselmo Eckart, estão mencionadas “duas pequenas estátuas de osso. A maior feita de osso por um português do Pará; a menor de um dente transversal de um tigre, de um escultor maranhense, que tinha sangue africano misturado com americano” (Papavero & Porro, 2013, p. 328; Martins, 2016, p. 80), é possível verificar que os escultores da Amazônia – indígenas, filhos de portugueses nascidos na terra, afro-indígenas – a partir de seus conhecimentos e de toda ordem de materiais, produziram diversos trabalhos artísticos nas missões, e não apenas as imagens de madeira destinadas ao culto cristão mais contempladas pela historiografia (Martins, 2009b, 2016, 2017).

Assim, o conhecimento ancestral da natureza da Amazônia, patrimônio dos povos indígenas e das culturas ribeirinhas, tem grande valor para estudos da produção artística do período colonial. Muitas etnias indígenas e comunidades tradicionais ainda continuam trabalhando e recriando estas mesmas qualidades de objetos, e seguem utilizando e conhecendo profundamente estas técnicas e materiais, reaproveitados e transformados, também em seus significados e usos pela invasão colonial, mantidos por práticas artísticas de re-existência (Martins, 2020a).

As talhas, as imagens, o mobiliário, e as mais diversas classes de objetos produzidos por indígenas, mestiços e africanos nas oficinas das missões jesuíticas da Amazônia ou em área circundante, são objetos sensíveis, donos de uma biografia que envolve a história da arte global, e a ressignificação e a transformação das culturas locais. É necessária uma leitura das obras que agreguem pesquisas sobre os elementos da natureza e da paisagem cultural da região, e, portanto, o conhecimento indígena e ribeirinho, para um estudo mais conectado à realidade da Amazônia, de todos os tempos.

3. ESCULTORES INDÍGENAS, AFRICANOS E MESTIÇOS NAS MISSÕES JESUÍTICAS

No texto do Catálogo do Colégio de Belém do Pará do ano de 1720 (Martins, 2009a, 2009b) estão nomeados carpinteiros procedentes da Fazenda de Mamayacú (Porto Salvo, Pará), entre eles, Antonio Guaiapi e Raimundo Tupinambá. Antônio, portanto, é um indígena da cultura Waiãpi o Guaiapi, de língua tupi, povos que habitavam a região do baixo rio Xingu, estabelecidos

atualmente no Estado do Amapá; e Raimundo é de etnia Tupinambá, povos de língua tupi que ocupavam grande parte do litoral brasileiro, e que hoje estão localizados, por exemplo, em Olivença no sul do estado da Bahia (Martins, 2020b).

Já algumas décadas antes da escrita do Catálogo, o jesuíta luxemburguês João Felipe Bettendorff (1990), relata a participação a partir de 1692 nas obras de construção da Igreja definitiva de São Luís, de indígenas da cultura Gua-jajara, de família linguística tupi-guarani, ainda hoje habitantes em territórios maranhenses. O mesmo jesuíta também comenta a delicadeza e a “curiosidade” de banquinhos e outros objetos semelhantes entalhados por povos Caripuna, denominação comum às diversas nações que viviam na margem direita do baixo rio Solimões. Há também citações de outros indígenas artífices, cujos lugares de procedências apenas são mencionados, mas não suas etnias. Por exemplo, Francisco, escultor indígena, natural do Maranhão; Lucas pintor, que trabalhava na Casa de São Francisco Xavier de Giberiê. As vezes, os documentos registram somente relações de parentesco, como Martinho, que era cunhado do cacique, e juntamente com outros indígenas, teria entalhado o retábulo da Fazenda de Maracanã no Grão-Pará, onde vivia (Martins, 2009a, 2020b, p. 333).

Sabemos igualmente por Bettendorff (1990) que o escultor indígena Francisco, antes mencionado, participou das obras de embutido de casca de tartaruga dos móveis da sacristia da igreja de Salvador da Bahia, como também do entalhe dos retábulos da capela-mor da igreja de Anindiba (Paço do Lumiar), juntamente com os carpinteiros indígenas Mandú e Miguel; e colaborou com o português Manuel Manços no retábulo da Capela-Mor da igreja de São Luís, ainda parcialmente conservado na mesma igreja, atual Catedral de Nossa Senhora da Vitória. Por sua vez, em se falando da oficina que funcionou no Colégio de Santo Alexandre em Belém do Pará, sob o comando do coadjutor temporal tirolês João Xavier Traer (ativo na região entre 1705 e 1737), o jesuíta João Daniel (2004) atribui a escultores indígenas o par de anjos tocheiros e os púlpitos da igreja de Belém (Martins, 2009b, 2020b), ainda conservados no mesmo espaço, hoje Museu de Arte Sacra do Pará.

As oficinas mais importantes, onde trabalhavam juntos, artífices e oficiais indígenas, mestiços e africanos, funcionavam nos colégios do Pará e do Maranhão, mas a atividade artística das missões alcançou um vastíssimo território, graças justamente aos saberes e fazeres destes homens e mulheres da terra.

4. MULHERES INDÍGENAS ARTISTAS

Apagada e invisibilizada, a temática da participação das mulheres ameríndias na produção e na transformação de objetos de tradição indígena no universo das missões jesuíticas, envolvendo o campo da história das artes, não foi suficientemente considerada, apesar de sua grande relevância, inclusive para o comércio, a economia e o sustento das missões (Arenz & Gaia, 2019).

Em textos de minha autoria já publicados, ou ainda em processo de edição (Sevilha, Granada & Montevideu) venho dedicando atenção particular à produção de tintas e vernizes (Martins, 2009, 2016, 2017; Grandino, 2021), de cuias (frutos da *crescentia cujete*) (Martins, 2009b, 2017, 2020a; Martins & Migliaccio, 2021; Martins & Saldanha, 2022; Amaral & Martins, 2022), e mais recentemente, de redes de dormir e tecidos de algodão, como ainda de cerâmicas (“louças de barro”), e trançados feitos a partir de fibras de folhas palmeiras.

Parte da documentação e dos objetos que venho analisando – mais recentemente em parceria com estudiosos de diferentes áreas – como as cuias pintadas e decoradas no Baixo Amazonas, envolvem, até hoje, os saberes ancestrais de mulheres indígenas e/ou ribeirinhas (Martins, 2020b; Martins & Saldanha, 2022; Amaral & Martins, 2022). No que se refere às culturas indígenas e às artes no quadro da economia e manutenção das missões jesuíticas, vale dizer que os diversos ofícios não foram apenas repassados pelos missionários, como é mais comum encontrar na historiografia. Houve, muito mais do que esse fato, uma importante e frequente transmissão de conhecimentos sobre técnicas e materiais da floresta, sobre a geografia e a natureza, ensinados e compartilhados pelas culturas ameríndias, para solução das mais diversas situações na Amazônia, completamente distintas daquelas europeias: clima, hábitos alimentares, enfrentamento de doenças (Martins, 2015, 2017, 2020a, 2020b).

Como já mencionado, saberes e experiências milenares no campo de produção de objetos e pigmentos, que incluíam crenças e práticas religiosas próprias dos indígenas, foram incorporadas nas oficinas dos colégios e/ou nas “casas” das fazendas (olarias, carpintarias etc.), que invariavelmente contavam com a sabedoria de escravizadas/os e libertas/os de inúmeras etnias indígenas e africanas, muito pouco identificadas nos documentos, mas bastante presentes (Martins, 2020a, 2020b).

Assim, as pesquisas realizadas no âmbito do Projeto *JP2 Barroco-Açu* pretendem, ainda, dar uma maior relevância e atenção ao lugar e ao protagonismo das mulheres, indígenas, africanas, mestiças, e filhas de europeus nascidas na “terra”, nos fazeres artísticos, no sustento, e nos negócios da Companhia de Jesus na região norte do Brasil; contribuindo para a preservação e conhecimento destas memórias e saberes, e evitando a continuidade do silenciamento

da história e do protagonismo das mulheres na Amazônia da época colonial aos dias atuais.

5. CONCLUSÕES

O desafio de estudar este enorme território no período colonial, mesmo com um recorte a partir das missões jesuíticas, só poderá ser superado com projetos multidisciplinares, que também envolvam as comunidades tradicionais e os povos indígenas. A ancestralidade e a permanência dos saberes e fazeres artísticos, nas suas inúmeras relações com a natureza, deverão ser consideradas, dentro de uma opção de leitura decolonial, a partir das complexas realidades das várias Amazonas.

O Projeto JP2 FAPESP *Barroco-Açu* desenvolvido na FAUUSP por uma equipe de pesquisadores associados de diferentes formações e instituições, e alunos de graduação e pós-graduação do grupo de estudos *Abya-Yala* FAU e Ásia Global, pretende inovar as pesquisas sobre a região numa abordagem a partir do sul global, ao fomentar em São Paulo – em parceria com especialistas reconhecidos, jovens investigadores, e sobretudo, intelectuais e artistas indígenas –, estudos em novas disciplinas optativas de graduação e de pós-graduação, que privilegiam diferentes culturas, e sobretudo, a Amazônia; como ainda, através dos projetos de extensão, como as *Quintas Ameríndias*, e as bolsas PUB-usp, *Amazônia na FAU USP / FAU USP na Amazônia*. Esperamos assim, através do Projeto *Barroco-Açu*, contribuir para criar um espaço de debate e diálogo constante e aberto com a região amazônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENZ, K., & GAIA, S. (2019). Mulheres Indígenas em Narrativas Jesuíticas da Amazônia Portuguesa (séculos XVII-XVIII). *Habitus*, 7(2), 394-413.
- AMARAL, A. M. & MARTINS, R. M. DE A. (2022). Arqueologia e práticas artísticas de mulheres da Amazônia: as cuias no contexto das missões jesuíticas da região de Santarém. In R. MARTINS, & L. MIGLIACCIO (Eds.). *De rede e cuia. Circulação de imagens, artistas, e objetos nas missões jesuíticas da América Portuguesa*. Córdoba: Revista IHS - *Antiguos Jesuitas en Iberoamerica*; CONICET; Universidad Nacional de Córdoba.
- BETTENDORFF, J. F. (1990). *Crônica dos Padres da Companhia no Estado do Maranhão*. Belém: Secult.
- DANIEL, J. (2004). *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* (v. 1). Rio de Janeiro: Contraponto; Belém do Pará: Prefeitura Municipal de Belém.
- GRANDINO, L. (2021). *Cores da Amazônia. Materiais e Técnicas Ameríndias no tratado das tintas do jesuíta João Daniel*. Trabalho Final de Graduação, Facul-

- dade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Orientadora: Renata Maria de Almeida Martins.
- MARTINS, R. M. de A. (2009a). O Manuscrito do Catálogo do Colégio Jesuítico de Santo Alexandre em Belém do Grão-Pará (1720), Coleção Lamego do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo - IEB-USP. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo* - IEB-USP, 49, 183-204.
- MARTINS, R. M. de A. (2009b). *Tintas da Terra, Tintas do Reino: Arquitetura e Arte nas missões jesuíticas do Grão-Pará, 1653-1759*. Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- MARTINS, R. M. de A. (2015). Além do Olhar: as fontes sobre a apropriação das técnicas e dos materiais das culturas indígenas nas artes da Amazônia colonial. In P. KNAUSS, & M. MALTA (Eds.). *Objetos do olhar: história e arte* (pp. 139-154). São Paulo: Rafael Copetti Editor.
- MARTINS, R. M. de A. (2016). Uma cartela multicolor: objetos, práticas artísticas dos indígenas e intercâmbios culturais nas missões jesuíticas da Amazônia colonial. *Revista Caiana*, 8. Recuperado em 2 maio de 2022, de http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=articles/article_1.php&obj=233&vol=.
- MARTINS, R. M. de A. (2017). Cuias, Cachimbos, Muiraquitãs: a arqueologia amazônica e as artes do período colonial ao Modernismo. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* - MPEG, 12(2), 406-426.
- MARTINS, R. M. de A. (2020a). Práticas de Re-existência e opção decolonial nas artes da Amazônia: indígenas pintoras e redes de circulações locais/globais de saberes e objetos. In R. MARTINS, & L. MIGLIACCIO (Eds.). *No embalo da rede. Trocas culturais, História e Geografia artística do Barroco na América Portuguesa* (pp. 343-363). Sevilla; São Paulo: Enredars; UPO; Projeto JP FAPESP *Barroco Cifrado*; FAUUSP.
- MARTINS, R. M. de A. (2020b). Escultura en las Misiones Jesuíticas: en la Amazonía brasileña y la región guaraníca. In R. GUTIÉRREZ, & G. VIÑUALES (Eds.). *Misiones y Doctrinas Jesuíticas. Apuntes sobre la integración artística de los indígenas americanos* (pp. 57-66). Buenos Aires: Centro de Documentación de Arquitectura Latinoamericana - CEDODAL; Fundación Bunge y Born.
- MARTINS, R. M. de A., & MIGLIACCIO, L. (2021). Pelos mares, entre sertões. Redes de circulação e de conexões do gosto asiático na arte do Barroco no Brasil. In R. GUZMÁN, Y. MARÍ, & I. SAÉZ (Eds.). *Identidades y Redes Culturales* (Actas del V CIBI) (pp. 489-498). Granada: Universidad de Granada.
- MARTINS, R. M. de A., & SALDANHA, A. L. R. (2022). As mulheres nas artes da América Portuguesa: indígenas pintoras da região do Baixo Amazonas no Pará. In M. C. MAGNANI & M. de L. FERREIRA (Coords.). *Mulheres do Brasil: artes e artistas*. Sevilla; Diamantina: Enredars; UPO; UFVJM.
- NEVES, E. (2015, dezembro). Santarém: a cidade de todos os tempos. *Revista Nacional Geographica*, pp. 79-90.
- PAPAVERO, N., & PORRO, A. (Eds.) (2013). *Anselmo Eckart Sjö e o Estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785)*. Belém do Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi.

O “CANGAÇO” INDIGENISTA NO MARANHÃO, NOS ANOS 1910-1930

ISTVÁN VAN DEURSEN VARGA

Universidade Federal do Maranhão (UFMA, Brasil)

RESUMO

Contesta-se, neste trabalho, o consenso predominante entre as várias matrizes interpretativas e os muitos pesquisadores do chamado “ciclo do cangaço”, quanto a este não ter chegado a envolver o Maranhão (cuja porção oeste está inclusa na Amazônia). Enfatiza-se a importância e a originalidade de uma de suas manifestações no Maranhão: a dos “cangaceiros de Antônio Bastos” (como chegaram a ser chamados por seus detratores): um “bando” de centenas de indígenas (Gamella e Guajajara), quilombolas e sertanejos que, inspirados e liderados por Antônio Bastos, contestaram e enfrentaram organizadamente, tanto os “coronéis” e senhores de engenho locais, quanto políticas de governo em si mesmas (dos governos municipal, estadual e mesmo federal), e suas práticas.

Palavras-chave: Cangaço; indigenismo; Maranhão; Guajajara; Gamella.

1. INTRODUÇÃO: NORTE, O NORDESTE, O CORONELISMO, O CANGAÇO E O ENGENHO CENTRAL, NO MARANHÃO DAS DÉCADAS DE 1910-1930

OS INVESTIMENTOS FEDERAIS (financeiros e políticos) do período privilegiavam os pólos mais lucrativos da cafeicultura (sobretudo na então mais modernizada, do Oeste paulista) e da produção de látex, na Amazônia (Varga, 2008). Mesmo a sucricultura (e seus tradicionais senhores de engenho, “Coronéis” da Guarda Nacional), no Agreste, passaria a ser preterida – condição que teria desencadeado o movimento desses senhores de engenho a partir da década de 1920, para a implantação de uma nova região administrativa no país,

distinta tanto do Sudeste cafeeiro quanto do Norte seringueiro: o Nordeste do açúcar, do algodão, da pecuária extensiva – e das secas, cujo combate também exigia socorro e investimentos federais (Albuquerque Júnior, 1996).

As secas passaram a estabelecer diferenças intrarregionais: áreas mais imunes e aptas a produções alternativas se tornavam concentradoras de mão-de-obra, como o Vale do Cariri (em que Padre Cícero Romão Batista exerceu forte liderança religiosa e política, e incentivou a cultura da maniçoba); o médio Vale do São Francisco (com a produção de ceras vegetais); Lavras Diamantina (na Bahia); e os vales úmidos do Maranhão. Fluxos migratórios para essas áreas foram estimulados tanto pelos governos dos estados de origem dos emigrantes (como válvula de escape para seus conflitos sociais internos) quanto pelos de assentamentos imigrantes (como contingentes para o “desbravamento” das matas, caso do Acre e do Maranhão). É deste período a profecia das “bandeiras verdes”, que orientou sucessivas ondas migratórias do Sertão semiárido para a Amazônia: Padre Cícero teria dito, no Cariri, que “quando a situação piorasse, os fiéis deveriam partir, atravessar o grande rio e buscar as Bandeiras Verdes” (Sader, 1986, pp. 106-107).

Nestas regiões estabeleceram-se relações de trabalho distintas das dos latifúndios canavieiro e algodoeiro (Varga, 2008). Este é, também, o cenário social, econômico e político do chamado “ciclo do cangaço” em boa parte dos estados dessa nova região Nordeste, entre os quais geralmente considera-se que o Maranhão não estaria incluído – tese que, como em Varga (2006), também questionamos neste trabalho.

Em 1882, a recém-fundada Companhia Progresso Agrícola iniciou a instalação do chamado Engenho Central (inaugurado em 16 de agosto de 1884), nas terras da antiga Colônia de São Pedro do Pindaré – instituída, logo no início do II Império, para a atração dos Guajajara, que habitavam o Vale do rio Pindaré já muito antes da ocupação francesa no Maranhão: em 1840, Fernando Luis Ferreira (Tenente-Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros), foi enviado ao baixo Pindaré, pelo Cel. Luís Alves de Lima e Silva (futuro Barão e Duque de Caxias, no comando das tropas que reprimiam a Balaiada), para dar andamento a um “plano de civilização” para os Guajajara, que assegurasse a defesa da região contra incursões dos rebelados, e que os indígenas não viessem a aderir a eles. Este plano resultou na criação da Colônia São Pedro do Pindaré (Varga, 2008, p. 88), sede do futuro povoado com o mesmo nome.

Em 1914, o Engenho Central encerrava suas atividades produtivas (no contexto desses desinvestimentos governamentais e da crise generalizada da sucicultura) e tanto as terras aforadas à Companhia Progresso Agrícola como seus equipamentos, passaram a ser objeto de negociações de venda. Os equipamentos, tecnologicamente avançados para a época (que contavam com abastecimento elétrico local, e uma ferrovia), acabaram vendidos para empresários

do Sul do país: o que seria motivo de duras críticas por parte de Antônio Bastos, como veremos aqui.

O presente trabalho tem por objetivos: apresentar um resumo das informações já levantadas em nossa pesquisa “Antônio Bastos e a aliança entre comunidades indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais no Vale do Pindaré, nos anos 1910-1920”; ressaltar a importância histórica da aliança interétnica estabelecida, à época, entre comunidades indígenas, quilombolas e de trabalhadores rurais, na região; e trazer novos subsídios para o campo das pesquisas sobre o cangaço (que lhe configurem, eventualmente, uma nova matriz interpretativa).

Destacamos a experiência indigenista formadora de Antônio Bastos no Acre, rondonista de primeira geração no Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), seguida pela de professor e “encarregado da escripta” do Posto Indígena Gonçalves Dias, do SPILTN no Maranhão.

Os trechos citados no trabalho são de matérias publicadas nos principais jornais maranhenses do período (*Pacotilha*, *Diário de S. Luiz*, *Folha do Povo*, *O Jornal*, *O Imparcial* e *O Combate*), levantadas em consultas ao acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, utilizando a ferramenta de busca disponibilizada no sítio da própria Hemeroteca, acionando-a para as palavras chave “Antônio Bastos”, ao exame dos acervos de cada um desses periódicos (das quais estão destacadas nas referências como “Anônimo” ou “Pseudônimo” as eventuais autorias ocultas) e foram mantidas suas grafias originais.

Selecionamos os que consideramos relevantes para descrever suas concepções sobre (e experiência com) povos e comunidades indígenas; suas concepções sobre o Brasil republicano, políticas de desenvolvimento, políticas indigenistas, e o modo como deveriam ser administrados, naquele contexto, os conflitos de interesse no campo, entre proprietários de terra, trabalhadores rurais, indígenas e negros; seus posicionamentos e ações diante dos vários fatos que presenciou e protagonizou no Vale do rio Pindaré, entre as décadas de 1910 e 1930.

2. ANTÔNIO BASTOS: DO INDIGENISMO ACREANO-RONDONISTA AO “CANGAÇO”

Sobre a família de Antônio Bastos, o que a pesquisa realizada até o momento nos permitiu apurar¹, é que era filho de Maria Bastos Nogueira e cunhado

¹ Não pudemos localizar a data e o local de seu nascimento nem sua filiação paterna.

de José de Oliveira Bastos, de Maranguape/CE (Santos Junior, 1934). Arrimo de sua mãe e irmãs desde a adolescência, como muitos cearenses, na primeira década do século XX (cf. Barboza, 2011; Moreira & Macrae, 2011), “muito moço ainda, quasi criança” migrou, em busca de trabalho para sustentá-las, para o Departamento do Juruá/Riozinho da Liberdade (hoje, uma Reserva Extrativista), no então Território do Acre, onde trabalhou no comércio (Fernandes, 1920b).

Mais tarde, passou a dedicar-se à “espinhosa e árdua missão de civilizar os índios arredios”, atraído pela propaganda do então Coronel (futuro Marechal) Taumaturgo de Azevedo (quando Prefeito do acima referido Departamento), e do jornalista Fran Pacheco (seu secretário), tendo como pioneiro “...e paladino naquela região o destimido cearense Luís Izidio do Nascimento e o maranhense Guilherme Duque de Andrade, natural de Caxias, que importantes serviços prestou á causa dos índios, recebendo por vêzes em trabalho alguns ferimentos (...)” e vários outros jovens cearenses, maranhenses e pernambucanos (Fernandes, 1920b).

Instituído o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) em 1910, e com a designação, para o Acre, do Tenente Escobar, como seu Inspetor, e de Máximo Linhares, como Ajudante, a partir de 1911 (Bastos, 1921a), Antônio Bastos, juntamente com os demais jovens (acima mencionados), já anteriormente envolvidos com este trabalho “...dêsde o regime da catechese feita pela prefeitura do Juruá a melhor organizada que teve as regiões Acreânas”, teriam sido arregimentados para lhe dar continuidade (Bastos, 1921a).

Prestou Bastos os seus serviços nos vários tributários do Juruá, Breu, Quatipurú, São João, Acuriá, Tejo, Grajaú, Paraná, Natal, Riozinho, Amoacas, Valparaíso, Môa, etc..., civilizando os índios das tribus Sacán-Maitês-Chipinauás, Jaminauás, Amuacas, Saninanás, Ananás, e o resto da formidável tribu Poianauás, valente e aguerrida tribu que contiveram em tempo – a expedição científica de Chandlers e que foram os primitivos donos das terras, onde agora se ergue, – a bela e florescente cidade do Cruzeiro do Sul e suas adjacências, além da nobre cruzada onde trouxe a comunhão civilizadora quatrocentos e tantos irmãos, genuínos Acreânos, filhos das floréostas do nosso grande e querido Brasil, bateu-se nobremente ao lado dos denodados cearenses coroneis Mancio Lima, Alfredo Téles de Menezes e outros pela justa causa da autonomia do Acre no Juruá (Fernandes, 1920a, p. 4).

Em 1915, vindo do Acre, Antônio Bastos chegava ao Maranhão onde, inicialmente, trabalhou na Companhia Ferro Carril, em São Luís (Pseudônimo Xisto, 1920), e, na sequência, contratado pelo SPILTN, como “encarregado da escripta” e professor do Posto Gonçalves Dias. Neste cargo, foi designado para chefiar, em 1916, expedição a Alto Alegre e, na sequência, encarregado

de uma “vigilância aos Índios” em Alto Tury, Alto Alegre e Balsas (Bastos, 1921a). Episódio de divergências com o ex-encarregado do Posto Gonçalves Dias, Francisco Chaves, teriam motivado o seu pedido de demissão do SPILT e, na sequência, se instalou como “lavrador”, inicialmente, no povoado de Balsas (Bastos, 1920).

Em novembro de 1917, Antônio Bastos (já se tendo mudado para o povoado de São Pedro do Pindaré), Manoel Castro, Obd David e dezoito de seus companheiros, anunciavam a intenção de publicar um jornal e instalar “um gremio civico” em S. Pedro (Bastos *et al.*, 1917).

Em 1º de junho de 1918, Antônio Bastos publicava longo artigo relatando e criticando os fatos que levaram à desativação do Engenho Central, instalado em S. Pedro do Pindaré, à venda de seus equipamentos e de suas terras, que argumentava estarem eivadas de ilegalidades e irregularidades (Bastos, 1918a).

Joaquim Julio Corrêa & Cia., que adquirira por compra judicial as terras do Engenho Central, anteriormente incorporadas pela antiga Companhia Progresso Agrícola (proprietária do referido engenho), ameaçou de expulsão dali os que não reconhecessem sua propriedade (Corrêa & Cia, 1918a, 1918b).

Em 27 de junho de 1918, Antônio Bastos contestou a publicação de Joaquim Julio Corrêa & Cia., ressaltando que as terras pertenciam à antiga Colonia dos Guajajara, denominada São Pedro (Bastos 1918b).

Em sucessivas notas, Antônio Bastos denunciou expulsões, pelo subdelegado local, de famílias de trabalhadores rurais da região (Bastos, 1918c), irregularidades do alistamento enviado aos membros da Junta Militar, que deixou de incluir determinadas pessoas, “suas familias e partidarios” (Bastos, 1918d), “...as politiquices soezes dos que machiavelicamente abusam dos cargos que, infelizmente, exercem...” e “...tudo urdem e tramam contra os amigos do governo, organizando perseguições, estimulando discórdia entre agricultores e criadores, patrocinando escandalosamente d. Juans prostituidores” (Bastos, 1918d).

Já no início de 1919, Antônio Bastos denunciava, com requintada ironia, as ameaças que teria recebido em carta anônima (Bastos, 1919a).

Em artigo de 6 de fevereiro de 1919, recomendava que o governo do estado não se envolvesse na compra de terras do antigo Engenho Central, e prometia que o Gremio Civico Luiz Domingues, através de seu periódico *Correio do Pindaré*, trataria “...minuciosamente deste assunto” (Bastos, 1919b). Na mesma data, Francisco Lima (1919) anunciava a reabertura do Externato 15 de Novembro, sob a direção de Antônio Bastos, e a futura abertura de um curso primário noturno, dedicado a adultos pobres, que denominar-se-ia Luiz Gama (nome bastante revelador de seu ideário).

Em 13 de novembro de 1919, Antônio Bastos era recebido e aclamado por “grande massa de povo” em Engenho Central, “reinando calma e alegria” (Carvalho, 1919).

Em 6 de maio do ano seguinte, foram publicadas uma sequência de seis denúncias contra Antônio Bastos, seus companheiros (que uma das notas qualificava como protagonistas de “movimentos revolucionários maximalistas”) e a situação em Engenho Central. Em 8 de maio de 1920, foi publicada uma sequência de quatro notas de autoria de companheiros de Antônio Bastos, desmentindo as notas acima e trazendo sua própria versão, e informações bem mais detalhadas, sobre a situação em Engenho Central.

Em 5 de junho de 1920, Antônio Bastos concluía publicação da matéria, iniciada em 29 de maio do mesmo ano, com um diagnóstico sobre os problemas da região do Engenho Central e do Vale do Pindaré como um todo. Em 9/6/1920, adversários de Antônio Bastos e de seus companheiros, subscritos como “Algumas vítimas”, publicavam nota mencionando especificamente Euzebio que chefiaria... “...quarenta caboclos, os quais moram no Capivari e obedecem cegamente Antônio Bastos” (Pseudônimo Algumas Vítimas, 1920, p. 1), o que nos leva a crer que se tratasse dos Gamella.

Um dos editores do *Pacotilha* publicava, em 17 de junho de 1920, nova longa matéria sobre a situação em Engenho Central e Antônio Bastos, desta feita acusando-o, mais explicitamente, de “bolshevismo” e de ser devoto de “Lenine e Trotsky”.

O *Pacotilha* publicou carta de autoria Luís Bueno Horta Barboza, Diretor Interino do Serviço de Proteção aos Índios (do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio), datada de 15 de março de 1920, dirigida a Antônio Bastos, Martinho José de Sá e Salustiano de Oliveira e Sousa, com elogios públicos à resolução do Grêmio Cívico Luiz Domingues, sob sua direção, de pugnar, junto às autoridades do governo do estado, “no sentido de ser respeitada a propriedade territorial dos índios Guajajaras no Termo de Monção e Município de Penalva, sobre as glebas por elles occupadas e havidas de seus maiores por occupação primaria imemorial” (Horta Barboza, 1920, p. 1).

Vicente Bezerra de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Monção, publicou, em 18 de agosto de 1920, moção aprovada pela mesma, contra as ações de Antônio Bastos e seus companheiros, sobretudo contra suas menções a “...‘terras de índios’ imaginariamente existentes” naquele município, com especial referência ao povoado Santo Antônio (distante “um quarto de légoa” da sede de Monção, em direção à fronteira com o de Penalva), que afirma ser habitada apenas por “caboclos”. Ressaltava que “Os moradores do povoado ‘Santo Antônio’ são chamados ‘caboclos’, na linguagem vulgar, e dahi não se pode concluir que, sejam índios bravios, como quer o sr. Bastos

fazer crêr, lá no sul, onde não se conhecem os nossos costumes”, que “...nada mais são que os nossos lavradores...” homens que “...aqui nasceram, teem vivido em nosso meio com nossos uzos e costumes, vendem-nos o que produzem de suas lavouras, pagam-nos os impostos devidos...” (*sic*), reforçando os argumentos apresentados em Varga (2019), sobre o uso da categoria “caboclos” numa classificação luso-brasileira dos grupos indígenas na Amazônia, estes tidos como pacíficos, em oposição à categoria dos Ka’apor (referidos como “Urubús”), tidos como bravios, muito perigosos e antropófagos.

A indicação explícita, nesta moção, dos povoados habitados por “caboclos” em Capivary, Matta do Boi, além do de Santo Antônio, que estariam sendo insuflados por Antônio Bastos (a quem chamam de “ex-sacristão do padre Cicero do Ceará”), reforça ainda mais nosso argumento de que se tratava dos Gamella na região:

A seguir em direção á villa de Penalva, municipio limitrophe com o nosso, existe, um povoado denominado “Santo Antônio”, situação colocada em terras do patrimonio deste Municipio e que dista apenas desta villa um quarto de légoa, não havendo duvida, quanto a propriedade do local, quer no que concerne a posse, quer no que diz respeito ao dominio; tanto que, os proprios moradores, respeitam, e ahi residem a titulo de tolerancia. O sr. Bastos, ancioso por adquirir adeptos ao seu ascetismo tem procurado incutir no espirito desses pobres homens que elles são indios, e que essas terras lhes pertencem, estando elle Bastos incumbido pelo governo de partilha-las com os moradores. (...) Os moradores do povoado “Santo Antônio” são chamados “caboclos”, na linguagem vulgar, e dahi não se pode concluir que, sejam indios bravios, com quer o sr. Bastos fazer crêr, lá no sul, onde não se conhecem os nossos costumes.

Se bem que em Capivary, Matta do Boi, e outros lugares existam homens empregados na lavoura e que nós appelidamos “caboclos” e designamos suas moradas por “Centros” de Lavouras, todavia, elles mesmos, os moradores, dão-nos a prova, na maioria dos casos, de que nada teem comum com os indios, tanto que adoptam o baptismo de Santo Antônio, Santo Ignacio e outros santos para o local onde se formam os pontos obrigados dos povoados que habitam (Oliveira, 1920, p. 4).

Em 15 de setembro de 1920, *Pacotilha* publicava o longo Depoimento do tenente Esmeraldo José Rodrigues, prestado a 3 de setembro à Delegacia Geral em São Luís, sobre as expedições chefiadas pelo Tenente Dias para captura do chamado “Bando Negro” (chefiado por Tito Reis da Silva, que vinha aterrorizando os moradores da região, com vários assaltos, homicídios e diversos atos de violência) – captura na qual viriam a ter participação decisiva os companheiros de Antônio Bastos (a pedidos do próprio Governador Urbano Santos, o que lhes renderia grande respeito e prestígio pelas autoridades,

para desespero de seus adversários) – e sobre sua violenta intervenção na região de Mata do Nascimento, em Codó (Rodrigues, 1920), liderada por Manoel Bernardino (Almeida, 2010; Barros, 2015).

Em 1º de novembro de 1920, o médico Achilles Lisbôa, Delegado Geral de Recenseamento no Maranhão (e proprietário do jornal *Pacotilha*), enviava, de Barra do Corda, solicitando sua publicação, despacho seu ao Encarregado da mesma Delegacia, com efusivos elogios a Antônio Bastos e seus companheiros, e a seu empenho na captura do “Bando Negro” de Tito Silva.

Em 4 de novembro de 1920, *Pacotilha* publicava notícia de que o “Bando Negro” de Tito Silva teria sido cercado por tropas do Capitão Ulisses, do Tenente Albuquerque, de “dr. Salazar” e de Antônio Bastos, no lugar denominado Picada (Anônimo, 1920b), enquanto o *Diario de S. Luiz* publicava, na mesma data, longo editorial intitulado “A legalização do banditismo”, com muitas e graves críticas à atuação de Antônio Bastos e seus companheiros, e à iniciativa do governo de incumbi-los da captura do “Bando Negro” de Tito Silva (Anônimo, 1920b).

Em 6 de novembro de 1920, o *Diario de S. Luiz* publicava nota virulenta contra Antônio Bastos e seus companheiros (rotulando-os como praticantes do que descrevia como um “comunismo incipiente”), e contra a política e procedimentos do governo de Urbano Santos no Maranhão (“...este pequeno pedaço da Rússia vermelha, barbara e enigmatica...”), que os apoiava (Anônimo, 1920c).

Em 2 de dezembro de 1920, *Pacotilha* publicava o longo depoimento do próprio Tito Silva, preso “...por cento e tantos cabôclos, a que se vieram juntar quatro homens de Antônio Bastos” (Silva, 1920, p. 4).

Em 11 de julho de 1921, *Pacotilha* publicava extensa matéria de Antônio Bastos, datada de 9 de julho de 1921, em que refutava detalhadamente, uma a uma, as acusações que aquele jornal vinha divulgando a seu respeito (detalhando, inclusive, o motivo de seu desentendimento com um funcionário do SPI, que teria resultado em sua suspensão, logo revogada, bem ao contrário do indicado pelo redator de *Pacotilha*), da qual destacamos aqui os trechos em que comentava o momento de sua vinda ao Maranhão, seu trabalho com indígenas, e seus (e de seus companheiros) projetos para a região de Engenho Central (Bastos, 1921a, p. 4).

Em julho de 1921, *O Jornal* publicava uma longa matéria, de Antônio Bastos, dividida em três de suas edições, sobre a história do Acre e dos eventos que ali testemunhou (Bastos, 1921b, 1921c, 1921d), que constituíram sua iniciação indigenista e forjaram sua visão (que optamos, aqui, por caracterizar como rondonista) sobre a construção da sociedade brasileira republicana.

O *Pacotilha* publicava, em 28 de agosto de 1921, nota comentando a soltura de Antônio Bastos e três de seus companheiros (que haviam sido presos pela polícia local), em função de não terem sido pronunciados (Anônimo, 1921a).

Em 1º de setembro de 1921, o próprio Virgílio Bandeira, Inspetor do SPI, se engajava (desta vez pessoal e diretamente) no debate, publicando em *Pacotilha* longa matéria sobre a situação das comunidades indígenas no Vale do Pindaré, sobre Antônio Bastos e seus companheiros, e sua atuação naquele contexto e região, refutando com veemência as acusações que lhe vinham sendo dirigidas através de *Pacotilha* e *O Jornal*, e mesmo invertendo-as, criticando a exploração que “negociantes árabes” vinham praticando contra os indígenas (Bandeira, 1921, p. 4).

Em 21 de dezembro de 1921, *O Jornal* publicava breve nota informando que “...o quartel da força policial no Engenho Central foi ontem, atacada pelos cangaceiros de Antônio Bastos”, e que dois praças teriam sido mortos no confronto (Anônimo, 1921b).

Em 27 de janeiro de 1922, Antônio Bastos mudava-se para Fortaleza, em busca de tratamento de saúde (Anônimo, 1922).

Em 9 de maio de 1922, o *Diário de S. Luiz* iniciava a publicação, em vários números, de longa matéria com o “Relatório apresentado pelo dr. Achilles Lisbôa”, sobre os trabalhos com o Recenseamento, com destaque para a importância do apoio de Antônio Bastos para sua realização, e especial menção a sua liderança entre os indígenas, que reconhecia como os verdadeiros responsáveis pela prisão do bando de Tito Silva (Lisbôa, 1922, p. 1).

O *Diário de S. Luiz*, em 8 de março de 1924, publicava matéria de anônimos, subscritos como “a população”, sobre a situação em Engenho Central, as diversas intrigas entre “syrios”, autoridades, e chefes locais e ameaças explícitas de morte a Antônio Bastos “...segundo afirma Joaquim Mamede da Silva Junior, Manoel Aprigio de Moraes, a seu mando, iria arrancar, a bala, os miolos de Bastos, para ganhar 300\$” (Pseudônimo A População, 1924).

Antônio Bastos retornava do Ceará a São Luís em 7 de abril de 1924, visitando a sede do *Diário de S. Luiz* no dia seguinte (Anônimo, 1924).

Em 23 de janeiro de 1925, Laurindo Baptista publicava, na *Folha do Povo*, matéria trazendo sua própria versão (que anuncia como independente da de qualquer dos envolvidos) bastante detalhada sobre os distúrbios, arbitrariedades, desmandos e violência generalizada praticadas pelas autoridades de Engenho Central, sobretudo contra os pobres (“a pobreza”) do local, ressaltando que “O sr. Antônio Bastos, com tres grandes roças derrubadas e um enorme canavial, está apenas cuidando de sua lavoura e de sua vida” (Baptista, 1925a).

Em 21 de abril de 1925, Laurindo Baptista publicava, na *Folha do Povo*, nova matéria trazendo mais detalhes sobre os distúrbios, arbitrariedades, desmandos e violência generalizada praticadas pelas autoridades de Engenho Central, e contestando artigo de Ernesto Brauna, publicado no *Pacotilha* de 6 de janeiro de 1925, em que este teria afirmado que o Laurindo Batista, que subscrevera seu artigo anterior, seria um pseudônimo.

Em trecho revelador e impactante, Laurindo Batista afirma ter sido, com Brauna, adversário de Bastos, no passado (“Elle sabe que Laurindo Baptista é aquelle que nesse mesmo tempo, ao seu lado gritava, viva nós e morra o Bastos!”) – mas que teria sido testemunha de trama altamente comprometedora de Brauna, da qual quase teria sido levado a ser protagonista – o que o teria levado, inclusive, mudar de posição em relação a Antônio Bastos: “aquelle que teve hombridade bastante para reppellir a vergonhosa incumbencia que lhe quizeram dar de embriagar o povo para assignar um abaixo assignado contra Antônio Bastos...” (Baptista, 1925b).

Em 30 de março de 1928, *Pacotilha* publicava telegrama de Antônio Bastos, relatando vários homicídios, violências e ameaças praticadas por milícias armadas e mesmo autoridades da região, fornecendo listas de nomes, tanto das vítimas, quanto dos praticantes dessas violências, implorando pelo socorro das autoridades do estado (“Índios alarmados”) para garantia de suas vidas, seguido de longo comentário e posicionamento, do redator do jornal, buscando deslegitimar estas informações e denúncias de Bastos (Bastos, 1928).

Em 10 de agosto de 1932, após uma sequência de prisões e solturas de Antônio Bastos, e culminando uma nova articulação entre seus poderosos inimigos de Engenho Central e autoridades do governo do estado, ocorria seu assassinato com requintes de crueldade e violência (característicos, aliás, do terrorismo com que eram tratados indígenas e sertanejos rebeldes, à época, e ainda hoje – cf. Varga, 2019, p. 17) em Igarapé Fundo, local próximo a Santa Inês, onde costumava se reunir com seus companheiros indígenas e trabalhadores rurais.

3. CONCLUSÕES

Antônio Bastos: um icônico rondonista cearense-acreano-maranhense a ser conhecido, estudado e celebrado.

Há consenso entre pesquisadores quanto ao chamado ciclo do cangaço, das décadas de 1920 e 1930, não ter alcançado o Maranhão, limitando-se aos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Bahia. São raros os que o questionam (Varga, 2006).

Discutindo o coronelismo e suas estreitas relações com o cangaço, Dória (1982) comenta como os “coronéis”, dos anos 1920 e 1930, foram incorporados aos novos blocos políticos, alinhados com o eixo econômico hegemônico pelas elites do Sudeste e do Sul. Embora se referindo a esses outros estados que foram palco do cangaço entendemos, como em Varga (2006), que as observações desses pesquisadores (como Durham, 1973, e Dória, 1982), também se aplicam ao Maranhão.

O tecido social no Maranhão rural, ao longo de todo o século XIX até a década de 1950, manteve-se assentado sobre a mesma ordem clientelística-patronal, tanto no caso de comunidades indígenas quanto no de trabalhadores rurais. No Maranhão rural das décadas de 1910-20, a profissionalização da violência também se deu na forma do cangaço-banditismo (como o de Lampião e Corisco: foi o caso do “Bando Negro” de Tito Silva e de outros, de menor impacto), mas não só deste.

Há uma notável e importante originalidade no cangaço maranhense da época: a insurgência do que chamaremos aqui desses cangaços “utópicos”, ou “libertários”, de Manoel Bernardino e seus companheiros, em Mata do Nascimento (atual município de Dom Pedro), na região de Codó (cf. Almeida, 2010; Barros, 2015), e de Antônio Bastos e seus companheiros, aqui exposto: opuseram-se ideológica e militarmente à jagunçagem reinante, tanto do banditismo (no caso da captura do “Bando Negro” pelos companheiros indígenas de Antônio Bastos), quanto da violência e do terrorismo institucionalizado, expressão característica do poder e domínio local dos “coronéis”, praticados justamente pelos prepostos das polícias a serviço desses coronelatos (por sua vez, senão coniventes com, submissos ao projeto nacional hegemônico).

Este, no vale do Pindaré, herdando experiências anteriores das insurgências tanto dos Guajajara, como da aliança quilombola-Gamella (cf. Araújo, 2014; Varga, 2019), se organizou e expressou a partir dessa experiência e (do que descrevemos aqui como) concepção acreano-rondonista bastante elaborada (cf. Martins, 2011), de Antônio Bastos, sobre como deveria se dar o processo de construção republicana da sociedade brasileira, que passaria pela pacificação e reordenamento agrário, e pela proteção a comunidades indígenas e de trabalhadores rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. (1996). *A invenção do Nordeste*. São Paulo: Editora Cortez.
- ALMEIDA, G. F. (2010). *O Lenine Maranhense: fuzilamentos e cultura histórica no interior do Maranhão (1921)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil.
- ANÔNIMO. (1920, novembro 4)a. Avulsos - Telegramas. *Pacotilha*, p. 1.

- ANÔNIMO. (1920, novembro 4)b. A legalização do banditismo. *Diario de S. Luiz*, p. 1.
- ANÔNIMO. (1920, novembro 6)c. O banditismo no interior. *Diario de S. Luiz*, p. 9.
- ANÔNIMO. (1921, agosto 28)a. No Engenho Central. *Pacotilha*, p. 1.
- ANÔNIMO. (1921, dezembro 21)b. No Engenho Central. *O Jornal*, p. 4.
- ANÔNIMO. (1922, janeiro 27). Partidas e chegadas. *Pacotilha*, p. 4.
- ANÔNIMO. (1924, abril 9). Notas Mundanas - Antônio Bastos. *Diario de S. Luiz*, p. 4.
- ARAÚJO, M. (2014). *Insurreição de escravos em Viana - 1867*. São Luís: SIOGE.
- BANDEIRA, V. (1921, setembro 1). Serviço de proteção aos índios. *Pacotilha*, p. 4.
- BAPTISTA, L. (1925, janeiro 23)a. Cartas do Engenho Central. *Folha do Povo*, pp. 1-2.
- BAPTISTA, L. (1925, abril 21)b. Pelo Engenho Central. *Folha do Povo*, p. 2.
- BARBOZA, E. H. L. (2011). “Cabeça Chata, Testa de Macaco”: conexões entre migrantes e escravos fujões, desde o Ceará aos portais da Amazônia (1877-1880). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 42, 391-418.
- BARROS, R. H. S. (2015). *Fuzilamentos no Sertão Maranhense (1921): “conspiração” política e repressão oligárquica nos escritos jornalísticos de José do Nascimento Moraes*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil.
- BASTOS, A. *et al.* (1917, novembro 14). Telegramas - Engenho Central. *O Jornal*, p. 4.
- BASTOS, A. (1918, junho 1)a. Tribuna Livre - Engenho Central. *O Jornal*, p. 2.
- BASTOS, A. (1918, junho 27)b. Pelo Engenho Central - Villa S. Pedro. *O Jornal*, p. 2.
- BASTOS, A. (1918, julho 30)c. Do Engenho Central. *O Jornal*, p. 4.
- BASTOS, A. (1918, setembro 4)d. Do interior do Estado. *O Jornal*, p. 4.
- BASTOS, A. (1919, janeiro 18)a. Tribuna Livre - A Cezar o que é de Cezar: dê-se o seu a seu dono. *O Jornal*, p. 2.
- BASTOS, A. (1919, fevereiro 6)b. Do interior do Estado - Interior. *O Jornal*, p. 1.
- BASTOS, A. (1920, julho 3). Telegramas - Avulsos - Esmagando uma calúnia. *Pacotilha*, 1.
- BASTOS, A. (1921, julho 11)a. Pelo Engenho Central - Esclarecendo factos e desfazendo infâmias. *Pacotilha*, 4.
- BASTOS, A. (1921, julho 21)b. Tribuna Livre - Pelo Brazil e brasileiros, Patriotas e patrioteiros. *O Jornal*, 1-2.
- BASTOS, A. (1921, julho 23)c. Tribuna Livre - Pelo Brazil e brasileiros, Patriotas e patrioteiros. *O Jornal*, 1-2.
- BASTOS, A. (1921, julho 30)d. Pelo Brazil e brasileiros, Patriotas e patrioteiros. *O Jornal*, 1-2.
- BASTOS, A. (1928, março 30). [sem título]. *Pacotilha*, 1.
- CARVALHO, T. A. (1919, novembro 14). Do Interior do Estado. *O Jornal*, p. 4.
- CARVALHO, T. A. (1920, dezembro 4). Tribuna Livre - Monção - Notas e reparos. *O Jornal*, p. 2.
- CORRÊA & CIA, J. J. (1918, junho 6)a. Engenho Central. *O Jornal*, p. 4.
- CORRÊA & CIA, J. J. (1918, junho 12)b. Tribuna Livre - Engenho Central. *O Jornal*, p. 4.
- DÓRIA, C. A. (1982). *O Cangaço*. São Paulo: Brasiliense.
- DURHAM, E. R. (1973). *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva.

- FERNANDES, A. (1920, junho 17)a. Engenho Central - Esclarecendo verdades e direitos. *Pacotilha*, p. 4.
- FERNANDES, A. (1920, junho 18)b. Engenho Central - Esclarecendo verdades e direitos. *Pacotilha*, p. 4.
- HORTA BARBOZA, L. B. (1920, junho 29). Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio - Serviço de Protecção aos Indios. *Pacotilha*, p. 1.
- LIMA, F. (1919, fevereiro 2). Do interior do Estado - Interior. *O Jonarl*, p. 1.
- LISBÔA, A. (1922, maio 9). Recenseamento - Relatorio apresentado pelo dr. Achilles Lisbôa. *Diario de S. Luiz*, p. 1.
- MARTINS, F. S. R. A. (2011). Os ‘infelizes patrícios da selva’, a ‘massa anonyma’ e o ‘pessoal civilizado’: O processo de implementação do Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais no Maranhão (1910-1918). *Sim-pósio Nacional de História XXVI* (Anais Eletrônicos), 1-17. Recuperado em 20 de julho de 2022 de <https://n9.cl/cryci>
- MOREIRA, P., & MACRAE, E. (2011). *Eu venho de longe: Mestre Irineu e seus companheiros*. Salvador: EDUFBA.
- OLIVEIRA, V. B. (1920, agosto 18). Monção. *Pacotilha*, p. 4.
- PSEUDÔNIMO ALGUMAS VÍTIMAS. (1920, junho 9). Telegramas - Avulsos. *Pacotilha*, p. 1.
- PSEUDÔNIMO A POPULAÇÃO (1924, março 8). Engenho Central. *Diario de S. Luiz*, p. 4.
- PSEUDÔNIMO XISTO. (1920, junho 26). Engenho Central. *Pacotilha*, p. 8.
- RODRIGUES, E. J. (1920, setembro 15). O caso da Mata. *Pacotilha*, p. 3.
- SADER, M. R. C. T. (1986). *Espaço e luta no Bico do Papagaio*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- SANTOS JUNIOR, R. (1934, junho 29). Solicitadas - o caso Antônio Bastos caiu no olvido. *O Combate*, p. 3.
- SILVA, T. (1920, dezembro 2). Os crimes no interior - o depoimento de Tito Silva - Conclusão. *Pacotilha*, p. 4.
- VARGA, I. V. D. (2006). Antônio Bastos e a aliança entre comunidades Guajajara e de trabalhadores rurais no Vale do Pindaré, nos anos 1920-1930. *Anais do 5º Encontro de História Oral do Nordeste*, São Luís, Maranhão, Brasil.
- VARGA, I. V. D. (2008). A insustentável leveza do Estado: devastação, genocídio, doenças e miséria nas fronteiras contemporâneas da Amazônia, no Maranhão. *Acta Amazonica*, 38, 85-100.
- VARGA, I. V. D. (2019). A Cabeça Branca da Hidra e seus pântanos: subsídios para novas pesquisas sobre comunidades indígenas, quilombolas e camponesas na Amazônia maranhense. *Revista de História*, 178, 1-34.

PERCEPÇÕES SOBRE A PESQUISA EM SAÚDE PÚBLICA EM RONDÔNIA, NA VOZ DE ATORES-CHAVE: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DISCURSIVA

CRISTIANE PAIÃO MACEDO

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Brasil)

JOSÉ GADELHA DA SILVA JUNIOR

*Instituto de Comunicação e Informação Científica
e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz, Brasil)*

RESUMO

Este estudo propõe-se a analisar a dimensão histórica vivida por pesquisadores da área da Saúde no estado de Rondônia, região Norte do Brasil, a partir da primeira metade da década de 1980. Neste período, deram-se grandes transformações no desenvolvimento da pesquisa em Saúde Pública no Brasil, sobretudo em relação às doenças negligenciadas, as quais nos remetem às populações que se encontram em situações de pobreza e desigualdade social. Aqui, buscamos compreender como se realizou a produção de sentidos simbólicos nos discursos orais coletados para a obra *Fiocruz Rondônia: histórias de vidas dedicadas à Ciência na Amazônia*. Além disso, também buscamos entender como se deram as condições de produção desses enunciados no período histórico analisado. Tais observações são necessárias para a compreensão deste momento sócio-histórico, relacionado, sobretudo, ao desenvolvimento dos estudos sobre as doenças endêmicas em Rondônia, especialmente a malária, pioneiros na América Latina.

Palavras-chave: Amazônia brasileira; doenças negligenciadas; malária; Saúde Pública; Rondônia.

I. INTRODUÇÃO

ESTE TRABALHO traz a dimensão histórica vivida por pesquisadores da área da saúde no estado de Rondônia, região Norte do Brasil, a partir da primeira metade da década de 1980. Neste período, ocorreram grandes transformações no contexto do desenvolvimento da pesquisa em Saúde Pública na Amazônia brasileira, mais especificamente em relação às doenças negligenciadas.

Buscamos, aqui, um resgate histórico, por meio das narrativas dos pesquisadores (sujeitos desta análise) entrevistados para a elaboração da obra *Fiocruz Rondônia: histórias de vidas dedicadas à Ciência na Amazônia*, desenvolvida em homenagem¹ ao aniversário de 120 anos da Fundação Oswaldo Cruz no Brasil, Fiocruz (celebrado no dia 25 de maio de 2020), e aos 10 anos de implantação do Escritório Técnico da instituição no estado de Rondônia (Fiocruz Rondônia), comemorados no dia 09 de fevereiro de 2019.

As narrativas que analisamos aqui estão inseridas na seção 2 do livro acima citado, que recebeu o título de “Luiz Hildebrando: histórias, ensinamentos e contribuições”. Nessas páginas, estão entrevistas realizadas com cientistas que contribuíram imensamente com os estudos sobre a malária, doença que, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), órgão ligado à Organização Mundial da Saúde (OMS), chegou a 520 mil casos em 2021 nas Américas (OPAS, 2022).

É neste contexto que se insere o município de Porto Velho, aliás, local de nossa pesquisa, citado pelos cientistas analisados, e caracterizado justamente por apresentar alta endemidade da malária² ao longo de várias décadas, desempenhando também importante papel na disseminação do parasita causador da doença em outras regiões do Brasil, conforme Angelo *et al.* (2017).

Segundo Angelo *et al.* (2017), em Rondônia, a abertura de estradas e rodovias, provocada pelo projeto de integração nacional do governo militar, esteve fortemente associada à evolução destes números, chegando ao patamar de 300 mil casos anuais de malária, com incidência parasitária anual (IPA) – número de casos de malária por 100 mil habitantes – superior a 120.

¹ Projeto contemplado em Chamada Interna da Fiocruz (2020) para projetos de Memória Institucional.

² No Brasil, existem três espécies de *Plasmodium* que afetam o ser humano: *P. falciparum*, *P. vivax* e *P. Malariae*. O mais agressivo é *P. falciparum*, que se multiplica rapidamente na corrente sanguínea, destruindo de 2% a 25% do total de hemácias (glóbulos vermelhos) (Portal Fiocruz, s.d.).

Como relatam pesquisadores da área, entrevistados por ocasião deste estudo, o estabelecimento e a consolidação das pesquisas sobre a malária na Amazônia, mais especificamente em Rondônia, encontram seus passos iniciais ainda no começo da década de 1980, a partir dos grupos de estudos pioneiros coordenados pelo Laboratório de Malária da Fundação Universidade de Brasília (FUB), em Costa Marques-RO, como descreve Mauro Shugiro Tada, um dos nossos entrevistados:

Nesse período, conseguimos implementar vários trabalhos interessantes, muito mais ligados à Entomologia. (...) Conseguimos iniciar um processo de pesquisa e passamos a entender como funcionava a malária (M. S. Tada. Comunicação pessoal).

Assim como Tada, outros cientistas importantes também somaram esforços nesse processo de construção da pesquisa no contexto de outras doenças endêmicas na região como dengue, leishmaniose e hepatites, a partir de interesses científicos no conhecimento da malária, enfermidade que chegou a registrar, no fim da década de 1980, em torno de 500 mil casos anuais no país, sendo a região amazônica responsável por 95,5% desses índices.

Além de Mauro Tada, foi de fundamental importância o conhecimento dos trabalhos realizados por Erney Felício Plessmann de Camargo, Luís Marcelo Aranha Camargo, Henrique Krieger e Juan Miguel Villalobos-Salcedo, os quais dão corpo à esta narrativa, recontextualizando suas vivências por meio de histórias orais. Dentre os cinco pesquisadores mencionados, para este estudo, centramos nossas análises em um recorte de três depoimentos, oriundos das entrevistas de Mauro Tada, Erney Camargo e Luís Marcelo Aranha Camargo.

É precisamente esse conjunto de narrativas orais que constitui o nosso objeto de análise, sendo apresentado ao leitor à luz das contribuições da Antropologia e da Análise de Discurso (linha francesa), evidenciando os sujeitos discursivos numa perspectiva de entendimento das condições de saúde da população e dos meios disponíveis ao fazer científico.

2. METODOLOGIA

Utilizamos a Análise Discursiva de enunciados, como metodologia, presentes em textos orais dos sujeitos entrevistados para a realização da obra: *Fio-cruz Rondônia: histórias de vidas dedicadas à Ciência na Amazônia*, lançada oficialmente em novembro de 2022, nos formatos físico e *e-book*, cumprindo um papel social de disseminação do conhecimento científico acerca do tema.

As entrevistas foram realizadas em duas etapas: inicialmente entre os meses de agosto e setembro de 2020, os pesquisadores convidados responderam, por

e-mail, a um questionário contendo sete perguntas contemplando informações como formação acadêmica, os passos iniciais na pesquisa científica, principais áreas de interesse e a trajetória na pesquisa em doenças negligenciadas.

Entre setembro e novembro de 2020, que correspondem à segunda etapa, as entrevistas foram gravadas de forma remota, por meio de aplicativo de software de videoconferência – durante a excepcionalidade da pandemia de covid-19 – desta forma, permitindo um maior contato com os pesquisadores participantes, bem como o aprofundamento das respostas às perguntas, uma vez que buscou-se enfatizar nesta conversa momentos como a chegada dos pesquisadores ouvidos ao estado de Rondônia, o encontro com o professor Luiz Hildebrando Pereira da Silva, os trabalhos realizados em colaboração com o cientista e suas contribuições ao desenvolvimento da pesquisa em saúde na região.

Com as gravações, buscamos priorizar uma conversa informal, de maneira que os entrevistados ficassem mais à vontade, uma vez que aquele seria o primeiro contato de forma visual (mesmo que em ambiente virtual) entre entrevistador e entrevistados.

Todas as falas foram transcritas. Depois de minuciosamente revisado, o material foi organizado e, após a aprovação dos pesquisadores, serviu de base para a nossa análise, centrando-se na produção discursiva dos cientistas com suas experiências vividas e histórias orais entrelaçadas à vida de Hildebrando.

A escolha pela história oral de vida proposta por Meihy (1996) nos permitiu documentar fatos históricos importantes relacionados à escassez de pesquisas em Rondônia, sobretudo ligadas às doenças infecciosas de interesse da Saúde Pública, a exemplo da leishmaniose, dengue, doença de Chagas e malária, dentre outros agravos transmissíveis como a hepatite. Essas leituras dão significados à vida de quem conta, relembra, evidenciando um espaço pessoal muito subjetivo, vinculado às emoções, memórias, linguagens, vontades e vidas públicas dos sujeitos entrevistados. Os temas evidenciados nos relatos orais dos pesquisadores revelam suas marcas pessoais, as dificuldades vividas, a vontade de pesquisar temas ligados às doenças endêmicas na Amazônia, o compromisso com a produção científica e o pioneirismo em estudos de temáticas até então não exploradas em Rondônia.

3. DOENÇAS TROPICAIS NEGLIGENCIADAS: CONCEITOS, SENTIDOS E (RE)SIGNIFICAÇÕES

O primeiro “Dia Mundial das Doenças Tropicais Negligenciadas” foi celebrado no dia 30 de janeiro de 2020. Depois de um longo debate internacional, a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou novas metas para orientar a luta

contra as chamadas “DTNS” que, desta vez, deveriam ser cumpridas por todos os países até 2030.

Assim são chamadas a malária, as doenças diarreicas e a tuberculose, por exemplo, além de outras cerca de 20 doenças tropicais negligenciadas reconhecidas como dengue, *chikungunya*, doença de Chagas, leishmaniose, entre outras, que afetam mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo. Até pouco tempo atrás o termo “doenças negligenciadas” se confundia com outro ainda bastante utilizado pela mídia: “doenças tropicais”. Significativamente menos citado nas narrativas aqui analisadas, ele parece ser utilizado pelos especialistas da Fiocruz Rondônia com muito mais parcimônia e cuidado justamente porque faz parte de narrativas de cientistas que integram um movimento de luta pelo fortalecimento da pesquisa científica na Amazônia e, inclusive, pela redução das desigualdades neste campo da academia não apenas no Brasil, como no cenário internacional.

Conforme avançamos nas leituras dos seus relatos, vemos como suas trajetórias pessoais e profissionais se misturam: são amigos, estudam juntos, são alunos uns dos outros, alguns se conheceram por meio de familiares que já eram amigos pessoais e colegas de trabalho de longa data, em redes de pesquisa não apenas no Brasil, mas também em instituições internacionais. A partir de suas narrativas, percebemos que, ao longo do tempo, foram se conformando relações duradouras para além dos laboratórios de pesquisa, caminhos que se entrecruzam à mudança de paradigmas e estereótipos, do imaginário presente no senso comum em relação à Amazônia e suas populações, igualmente em relação a doenças como a malária e tantas outras que fazem parte do cotidiano desses grupos negligenciados.

Se, a princípio, falar em doença “tropical” é aceitável, com o passar do tempo, este termo é contestado e não mais genericamente aplicado. Os laboratórios mudam, inclusive, de nome, os grupos de pesquisa se reestruturam. Com isso, nas últimas décadas, este vocabulário foi questionado e alterado. A classificação para as doenças foi reelaborada, o que representou uma evolução para a denominação “doenças tropicais” porque foi entendido que era preciso contemplar todo um complexo contexto de desenvolvimento político, econômico e social para as populações que eram acometidas por epidemias deste tipo.

Como explica Morel (2006), recentemente a OMS e os Médicos Sem Fronteiras (MSF) propuseram três novas denominações. As doenças globais seriam as que ocorreriam no mundo todo; as negligenciadas, as mais prevalentes nos países em desenvolvimento e, por fim, as mais negligenciadas, as encontradas exclusivamente nos países em desenvolvimento. Nesta nova classificação, o

objetivo era desconstruir a antiga visão herdada do colonialismo do que podemos chamar de determinismo geográfico para a causalidade das doenças.

É justamente o que destaca Erney Camargo, um dos cientistas aqui analisados, em um artigo publicado em 2008. No texto, o pesquisador enfatiza como não faz sentido, em termos de relações globais, pensar simplificarmente em “doenças tropicais”, se partirmos do princípio de que os seres vivos do planeta Terra historicamente sempre transitaram por entre os mais diversos continentes e, assim sendo, ora estiveram na África, ora na América, ora na Europa, ora na Antártida...

A malária é um bom começo para a análise. Os microrganismos que a causam são protozoários parasitas dos glóbulos vermelhos do sangue, distribuídos em quatro espécies do gênero *Plasmodium*. Dentre todos os animais da terra, essas quatro espécies parasitam apenas o homem, a quem são transmitidas por um mosquito que as leva de um homem doente a um homem sadio (por pouco tempo). Esse mosquito hematófago, arqui-inimigo da humanidade, chama-se *Anopheles*, surgiu na terra milhões de anos antes das espécies humanas de plasmódio e conta com um contingente de milhares de espécies espalhadas por todo o mundo. Por sua vez, as quatro espécies de plasmódio acompanham o homem desde que, juntos, *Homo sapiens* e *Plasmodium spp.*, saíram da África para povoar a Terra. Em cada canto da Terra, gelido, temperado ou tropical, a dupla contou com a cumplicidade de uma já existente espécie de *Anopheles* para se perpetuar e proliferar. A tríade Homem-Plasmódio-*Anopheles* ocupou o mundo. Nenhum recanto habitado pelo homem pôde evitar a malária, exceto as regiões polares. A malária tornou-se flagelo universal. Nenhuma nação antiga ou moderna lhe escapou. A própria Europa foi vitimada pela malária a partir de sua invasão pelo *Homo sapiens* há mais de 50 mil anos, e dela continuou vítima pelo século xx adentro, independentemente de religiões e regimes sociais. Uma doença universal, pandêmica, não restrita aos trópicos, como o foram a varíola e a peste (Camargo, 2008, p. 96).

Do ponto de vista da Antropologia, é importante apontar, neste sentido, que a designação “doença tropical” carrega por si só fortíssimos elementos de colonialidade que precisam ser objeto de reflexão e (re)significação, pois indicam linhas de continuidade de práticas que colocam tudo que está fora dos padrões europeus como inferior e negativamente valorado, inversamente destacado num padrão imaginário de uma dada evolução global, extremamente questionável para os contextos etnográficos atuais.

E é intrigante pensar que, mesmo após todos esses embates científicos e ideológicos em relação ao termo “doença tropical”, que a malária continue listada como “tropical” na definição da oms, mesmo sendo encontrada mun-

dialmente. E isso para citar apenas uma das inúmeras doenças que flagelam as populações amazônicas. Qual seria, então, essa razão?

Segundo alguns pesquisadores, tanto das ciências biológicas quanto econômicas/sociais, uma das principais explicações para isso seria justamente uma tentativa de manutenção dos quadros de desigualdades/assimetrias sociais, e da consequente miséria das populações negligenciadas, por parte dos governos locais. E é aí que entra a contribuição da Ciência no embasamento e na conformação de políticas públicas de qualidade por meio do fornecimento de dados consolidados.

É o que apontam as narrativas dos cientistas aqui apresentados, objetos de nossa análise, precisamente quando constituem redes de relacionamentos pessoais e profissionais duradouras, que perpassam não apenas diferentes estados do território brasileiro, como também instituições de outros continentes, sobretudo o europeu, e acabam conformando tramas bastante relevantes para compreendermos seus esforços para o desenvolvimento de suas pesquisas, e denúncias sociais.

Assim, vemos como suas atividades científicas e institucionais podem ser entendidas como um dos inúmeros componentes que colaboram para que este complexo sistema de inovação em saúde possa de fato ser global. É por este motivo que diferentes atores são acionados, para que, conforme alianças se estabeleçam, o conhecimento sobre estas doenças possa se difundir e, assim, tanto governos locais e até mesmo empresas e grandes indústrias passem a atuar em redes internacionais. No caso dos cientistas, aqui apresentados, este cuidado passou por um olhar diferenciado para a formação de recursos humanos, que privilegiasse os pacientes e a população amazônica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DISCURSIVA

Para uma melhor compreensão das escolhas que nos levaram à Análise de Discurso como proposta metodológica, é necessário tecer um breve histórico sobre Michel Pêcheux, francês, que estudou Filosofia na École normale supérieure (1959-1963) e atuou na docência no Département de Psychologie du Centre National de la Recherche Scientifique-CNRS, em 1966, onde chegou a ser diretor de pesquisas.

Foi por meio de Michel Pêcheux que a Análise de Discurso (AD) foi desenvolvida. Entre os anos de 1960 e 1970, Pêcheux teorizou sobre a materialidade do discurso e conceituou que o discurso tem sua materialidade por meio da língua; que sua produção depende das condições históricas. Mas a grande contribuição de Michel Pêcheux foi mostrar que o discurso é efeito ideoló-

gico. Sendo assim, o que ele propõe é uma análise “semântica do discurso”, para identificar em quais condições a ideologia se manifesta.

Sua contribuição baseia-se na concepção de análise semântica do discurso em compreender em que condições históricas a linguagem se manifesta e quais efeitos estão subjacentes (que são para Pêcheux efeitos ideológicos). Pode o discurso ser determinado pelas condições históricas? Sim. Para Orlandi (2015), o sujeito do discurso produz o seu dizer a partir das condições históricas que o determinam. Estas determinações históricas e da linguagem, que contribuem para a materialidade do discurso, constituem as suas condições de produção.

Sendo assim, na historicidade, o sujeito é aquele que se posiciona porque está ligado a diferentes contextos (social, econômico e político), de modo que ao falar o seu discurso torna-se efeito destas condições que o determinam, a história e a sociedade. Para compreendermos melhor o discurso precisamos perceber a relação que se estabelece entre a língua, o sujeito e a história, pois conforme Pêcheux (1997) citado por Orlandi (2012, p. 17) “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”.

É a partir das condições de produção, que são históricas, que o discurso tem sua materialidade, produz sentidos, cabendo ao analista estabelecer jogos de relações para compreender como se dão os processos de significação dos enunciados, verificando como o sujeito articula-se à língua e à história para se significar. Diante disso, será este o trabalho analítico que será realizado por este estudo, o de buscar compreender o fenômeno discursivo em torno de um momento histórico de grande importância na formação das bases para o desenvolvimento da pesquisa em Saúde Pública em Rondônia, a partir da chegada de pesquisadores renomados que vieram de diferentes regiões, motivados pelo interesse em estudos sobre a malária.

Luiz Hildebrando se estabeleceu definitivamente em Rondônia na década de 1990. A história do pesquisador é constituída de dedicação aos estudos, à ciência, à população, frustrações, vitórias e condições políticas que o cercavam. Dos pesquisadores que foram entrevistados e atuaram ao lado de Hildebrando, ressaltamos, a seguir, o testemunho do cientista Erney Felício Plessmann de Camargo, com o qual começaremos nossas análises.

Erney produz seu relato sobre a personalidade e os desafios enfrentados por Luiz Hildebrando ao longo de sua carreira científica. Logo, serão analisadas a regularidade do discurso de Erney Camargo e a produção de sentidos pelos enunciados. O acesso ao discurso de Erney Camargo se deu em um texto produzido por 2.911 palavras, sendo que diversas vezes os nomes Luiz (55 vezes) e Hildebrando (13 vezes) são citados pelo entrevistado, ao longo do de-

poimento. Orlandi (1996) enfatiza que o texto, nessa perspectiva, não assume o papel de uma unidade fechada em si mesma, mas abre-se enquanto objeto simbólico a diferentes possibilidades de leituras.

Observa-se que Erney matinha uma estreita relação de amizade e proximidade com o professor Hildebrando, pela frequência em que o nome Luiz é citado. E é justamente essa relação entre os dois cientistas que permite observar os rumos da pesquisa, de direções mudadas no Brasil devido ao Regime Militar de 1964, com implicações nas escolhas pessoais e profissionais de ambos os cientistas.

Em decorrência do Regime Militar, Luiz Hildebrando e Erney Camargo, dentre outros cientistas brasileiros, sofreram interrupções na prática científica, impondo-lhes condições restritivas de exclusão e controle em relação às pesquisas que desenvolviam no Brasil no referido período. Após sua prisão durante o Regime Militar, Luiz Hildebrando emigrou para a França em 1964, retornando ao país em 1968, conforme relata Erney Camargo: “Solto, Luiz partiu para a França, para o laboratório do François Jacob e André Lwoff no Instituto Pasteur em Paris, onde ficaria até voltar para o Brasil em 1968” (E. F. P. de Camargo. Comunicação pessoal). No entanto, sua permanência no Brasil foi por pouco tempo. Em abril de 1969, baseado no AI-5, novo decreto foi publicado aposentando professores universitários, entre eles Luiz Hildebrando, que retorna a Paris.

No Instituto Pasteur, em Paris, Luiz Hildebrando passou a intensificar seus estudos com relação a malária, de acordo com este fragmento: “Luiz, no Pasteur, também assumiu a chefia da Parasitologia, passando a trabalhar com a Biologia Molecular do *Plasmodium falciparum* e a epidemiologia da Malária na África” (E. F. P. de Camargo. Comunicação pessoal). Antes mesmo de voltar para o Brasil, Hildebrando demonstrava enorme interesse pelo estado de Rondônia, devido ao grande número de casos de malária que avançavam na região.

No excerto a seguir, iremos observar o contexto em que se deram esses acontecimentos nos anos de 1980:

Nos anos 80, tomou corpo em Rondônia uma enorme epidemia de Malária resultante da migração em massa de sulistas e paranaenses em busca de terras oferecidas pelo Governo Federal. Essa epidemia de dimensões maiores que as precedentes da Madeira/Mamoré e Exército da Borracha passou a nos preocupar muito, tanto o Luiz quanto a mim (E. F. P. de Camargo. Comunicação pessoal).

Conforme diz o sujeito do discurso, pode-se observar no recorte acima que as condições históricas e sanitárias do estado de Rondônia naquele período

eram de uma “enorme epidemia de malária”. Situação que retrata a gravidade do contexto social ocasionada pela epidemia de malária, em decorrência dos processos migratórios.

No enunciado em questão, o locutor (autor do depoimento) aciona outras “vozes” e as traz embutidas em sua fala quando diz que a atual epidemia (de malária) possuía maiores dimensões que “as precedentes da Madeira/Mamoré e Exército da Borracha”, num resgate à memória coletiva, visto que a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (1907/1912) e o movimento migratório da Batalha da Borracha (1941/1945) foram dois acontecimentos responsáveis pelo deslocamento de grandes contingentes populacionais para a Amazônia, sendo que a construção da ferrovia se deu em uma região altamente insalubre, cujos esforços de execução só foram bem sucedidos em sua terceira e última tentativa.

Podemos considerar as condições de produção como sendo circunstâncias para o aparecimento da enunciação. As circunstâncias da enunciação são o contexto, daquela determinada conjuntura social e histórica. Deste modo, as condições de produção incluem os contextos sócio-histórico e ideológico, Orlandi (2015). Neste sentido, é no interior da conjuntura social e histórica que os discursos são produzidos (região, instituições, organizações, e sociedade etc.). A partir disso, podemos ter a noção do indivíduo sendo interpelado pela ideologia, significando-se como sujeito do discurso, aquele que produz enunciado.

A análise deste recorte nos dá evidências de que essa conjuntura permite o surgimento de discursos favoráveis para a empreitada científica no Norte do Brasil. Essas são as condições de produção: de um lado, políticas de incentivo do Governo Brasileiro para o avanço do fluxo migratório com destino a Rondônia que acabaram influenciando o aparecimento de doenças (a exemplo da malária), de outro, o desejo destes pesquisadores e a necessidade de envolver-se com estudos sobre doenças parasitárias e infecciosas no Norte do Brasil, sobretudo, em Rondônia, onde o aumento exponencial dos casos de malária tornava-se motivo de preocupação.

Oriundo da entrevista de Luís Marcelo Aranha Camargo o próximo recorte nos remete à realidade vivida no estado de Rondônia, no começo da década de 1990, em relação à pesquisa em saúde. Momento que passa a contar com a fixação de Luiz Hildebrando em Rondônia, após sua aposentadoria do Instituto Pasteur:

Sem sombra de dúvidas, a vinda de professores da USP, para executar o projeto sobre malária encabeçado pelo Prof. Hildebrando e Erney Camargo (USP), merece destaque nesse processo. A presença permanente da Universidade de São Paulo, assessorando o governo local, auxiliando na gestão da política de saúde, criando o arcabouço físico para a realização de pesquisa

e a atração de massa crítica das áreas mais desenvolvidas do país, sem dúvida, foi o estopim para o florescimento das atividades de pesquisa em saúde no estado de Rondônia (L. M. A. Camargo. Comunicação pessoal).

Em relação ao depoimento anterior, este foi pronunciado por um sujeito diferente, no entanto, a posição que caracteriza a formulação enquanto enunciado configura-se como algo em comum entre os colaboradores entrevistados. Neste sentido, os protagonistas do discurso estão inseridos como parte de uma ordem social, de uma cultura, em condições específicas, sendo tomados em relação à posição que ocupam no interior dessa formação histórica e social. Falam da posição de pesquisador, se reconhecem como tal e se identificam com a causa em questão: os desafios em torno da pesquisa em saúde em Rondônia, como ficou evidenciado quando o sujeito do discurso atribui a este momento, em especial, a criação do “arcabouço físico para a realização de pesquisa e a atração de massa crítica das áreas mais desenvolvidas do país”.

Com base neste enunciado, pode-se perceber que antes deste momento histórico – a vinda de professores da USP para Rondônia a fim de realizar pesquisas sobre malária – não havia na região estruturas físicas minimamente adequadas ou que pudessem abrigar grupos de pesquisadores, contexto em que surgem mobilizações importantes tanto no sentido de orientar as autoridades governamentais locais sobre medidas de controle e gestão de políticas públicas de saúde, quanto em desenvolver estratégias de captação de novos pesquisadores/massa crítica em outras localidades do país.

O terceiro depoimento é de Mauro Shugiro Tada, que compartilhou suas memórias ligadas à chegada ao município de Costa Marques-RO, no começo da década de 1980. O compromisso do pesquisador é evidenciado ao mencionar os projetos dedicados à pesquisa da malária em área de difícil acesso:

Quando chegamos ao município de Costa Marques, tiveram início um plano e um projeto dos nossos serviços de malária em 1986 e que foram desenvolvidos até 1994. Nesse período, conseguimos implementar vários trabalhos interessantes, muito mais ligados à Entomologia. Nós tínhamos um acordo, ou melhor, um convênio com a Walter Reed do Exército Americano. Era uma parceria bastante importante com os maiores especialistas na linha de pesquisas entomológicas no mundo. Conseguimos iniciar um processo de pesquisa e passamos a entender como funcionava a malária. Durante esse período de quatro anos e meio, obtivemos um conhecimento importante sobre a transmissão, a evolução da malária em áreas isoladas de difícil acesso e que avançou de certa forma em várias linhas, em vários projetos de pesquisa e de intervenção sob a supervisão do professor Aluizio Prata (M. S. Tada. Comunicação pessoal).

Neste depoimento, Mauro Tada registra o universo da pesquisa, as parcerias importantes e a contribuição dos maiores especialistas na linha de pesquisas entomológicas do mundo, os quais se dedicaram ao entendimento da malária quanto à transmissão e evolução em áreas isoladas e de difícil acesso na região amazônica. Muitos desafios fizeram parte da caminhada do pesquisador, foi um tempo de aprendizado, superação e enfrentamento das dificuldades encontradas para a realização de estudos sobre a malária, constituindo-se em pesquisas pioneiras, que puderam contribuir expressivamente para o conhecimento sobre a doença e abriram caminhos para novas abordagens e linhas de investigação, como descreve o autor do depoimento.

Assim como nos demais depoimentos, a maneira como o discurso foi construído está ligada à memória e à identificação do sujeito com o seu lugar de fala – que é o de pesquisador na Amazônia – determinado a vencer os obstáculos impostos à pesquisa e, ao mesmo tempo, ascender no conhecimento sobre a malária.

Isso permite compreender o valor do pesquisador na Amazônia, seu vínculo com a região e o compromisso do fazer científico. Esse registro permite observar sua função social e subjetividades repletas de sentidos, legados, principalmente ligados ao grande engajamento profissional e aos vários significados de alcance dessas pesquisas para os campos da saúde e da medicina. Nessa ênfase, Bosi (1994) destaca que o modo de lembrar é individual tanto quanto social, repercutindo nessa memória comunitária, ligada a um tempo e espaço. A trajetória de Mauro Tada expressa o compromisso afetivo, o trabalho ombro a ombro, corpo a corpo com os demais pesquisadores e a plena consciência de uma atuação engajada em prol das populações mais vulneráveis da Amazônia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados trouxeram dados significativos sobre as nossas inquietações e expõem fatos desconhecidos de boa parte da população sobre a história da pesquisa em saúde no estado de Rondônia. Olhando para o atual momento, em que a humanidade atravessa os efeitos da pandemia de covid-19, cujos esforços para o entendimento da doença também encontram-se ancorados nas pesquisas científicas realizadas em Rondônia, não será difícil compreender que tais esforços possuem uma história e os empreendimentos de pesquisa da atualidade refletem diretamente o engajamento dos pesquisadores entrevistados, sobre suas experiências do passado.

Todo o esforço de pesquisa, desde a década de 1980, foi motivado pelo interesse em estudos da malária e consequentemente surgiram novas linhas

de investigação dedicadas a outras doenças também endêmicas, a exemplo das hepatites, doença de Chagas, dengue e leishmaniose. O retorno à essa memória, aos dizeres que se materializam nos discursos analisados, permite observar o jogo de relações que se estabelece entre língua, sujeito e história, visto que o sentido é sempre a relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história, conforme as contribuições de Orlandi (2015).

Assim, na busca por compreendermos como se dá o funcionamento desses discursos, percebemos a(s) identidade(s) dos sujeitos também analisados, com seus conflitos, questionamentos, aspirações, interesses e formas de produzir sentidos, seja por meio da pesquisa (buscando a produção de um novo conhecimento acerca de doenças endêmicas na região), ou recorrendo à memória, a fatos que reclamam sentidos de um tempo cheio de desafios, demonstrando a presença de pesquisadores também anônimos, cujas narrativas poderão ser acessadas, não exclusivamente pelos próprios pares (a comunidade científica), mas por outros sujeitos, aqueles que desconhecem o rigor, as limitações e como funcionam as dinâmicas do campo científico.

Por fim, esperamos, com este artigo, apresentar realidades, mesmo que vistas a partir do nosso mirante de observações e de nossas escolhas, para propor ampla reflexão à importância que vem sendo dada ao saber científico, sobretudo, aquele construído à margem dos grandes centros cujos esforços de pesquisa dispõem de mais investimentos e estrutura para o engajamento de seus pesquisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGELO, J. R. *et al.* (2017). O papel da mobilidade espacial na transmissão da malária, na Amazônia brasileira: o caso do município de Porto Velho, Rondônia, Brasil (2010-2012). *Plos One*, 12(2). Recuperado em 7 de março de 2021, de <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0172330>.
- BOSI, E. (1994). *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CAMARGO, E. P. (2008). Doenças tropicais. *Dossiê Epidemias. Estudos avançados*, 22(64). Recuperado em 6 abril de 2021, de <https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000300007>.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. (s.d.). *Doenças no Portal Fiocruz: malária*. Recuperado em 8 março de 2021, de <https://portal.fiocruz.br/doenca/malaria>.
- MEIHY, J. C. S. B. (1996). *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola.
- MOREL, C. M. (2006). Inovação em saúde e doenças negligenciadas (Editorial). *Caadern de Saúde Pública*, 22(8), 1522- 1523.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. (2022, novembro 04). *Intervenções locais são cruciais para atingir o objetivo da eliminação da malária*. Recuperado em 16 janeiro, 2023, de <https://n9.cl/mjk8j>

- ORLANDI, E. P. (1996). *Interpretação - Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes.
- ORLANDI, E. P. (2012). *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez Editora.
- ORLANDI, E. P. (2015). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos* (12^a ed.). Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, M. (1997). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp.

A COMUNIDADE RIBEIRINHA DE CALAMA: LUTAS E DESAFIOS NA AMAZÔNIA¹

LUCILEYDE FEITOSA SOUSA

Universidade do Minho (UMinho, Portugal)

RESUMO

Calama é uma comunidade ribeirinha no rio Madeira, Porto Velho-Rondônia, com cerca de 356 famílias. Este trabalho analisa as lutas sociais e históricas, saberes locais, memórias individuais e coletivas, experiências que ajudam na sustentabilidade da vida na Amazônia. Através de uma pesquisa empírico-qualitativa, dentro de uma visão da Geografia humanista, realizaram-se, durante 2021, diversas observações e entrevistas gravadas, que resultaram numa Série de 11 *podcasts* com temas ligados ao rio Madeira: cheias e vazantes, viver ribeirinho, formas de trabalho, comunidade, plantas aromáticas e banhos medicinais, trajetórias das mulheres, memórias relacionadas ao rádio, o sentido da mata, dicas de segurança etc. Privilegiando-se as vozes locais, estes *podcasts* pretendem divulgar e debater o conhecimento local, valorizando e dando visibilidade aos modos de vida da população ribeirinha da Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia; rio Madeira; população ribeirinha; Geografia Cultural.

¹ Este trabalho teve por base o Projeto Territórios de Comunicação: o papel do rádio na Comunidade Ribeirinha de Calama, Porto Velho, realizado no âmbito do Estágio Científico Avançado de Pós-Doutoramento no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (Portugal) sob a supervisão dos doutores João Sarmento e Madalena Oliveira.

I. INTRODUÇÃO

ESTE TRABALHO ANALISA AS LUTAS SOCIAIS E HISTÓRICAS, SABERES LOCAIS, memórias individuais e coletivas da população ribeirinha da comunidade de Calama, no Município de Porto Velho-Rondônia. São experiências que ajudam no entendimento do viver amazônico delineado pela convivência nem sempre harmoniosa com o rio e a mata. Esta população tradicional vive à margem do rio Madeira e vivencia inúmeras problemáticas: falta de saneamento básico, água potável, coleta dos resíduos sólidos, acessibilidade inadequada para crianças e idosos, entre outros, levando a comunidade a viver em situação de risco permanente e vulnerabilidade social.

Calama é constituída por 356 famílias que dependem da pesca, do extrativismo vegetal, da agricultura, da atividade garimpeira e do funcionalismo público. O principal meio de acesso é via fluvial, por meio de recreios (barcos motorizados construídos de madeira ou ferro) que transportam passageiros e cargas para as mais diversas localidades ribeirinhas no interior da Amazônia.

A comunidade de Calama tem sofrido com os impactos das construções de duas usinas hidrelétricas no rio Madeira (Santo Antônio e Jirau), os quais refletem na diminuição dos peixes mais apreciados pela comunidade, enchentes e o medo dos desastres ambientais, no caso, o rompimento das barragens.

Nesse sentido, o modo de vida ribeirinho sofre alterações relativas à dinâmica espacial encontrada nessa região, o que impacta na própria sustentabilidade da vida dessa população na Amazônia. De modo geral, percebe-se a desassistência por parte do poder público em relação à problemática vivida pelos ribeirinhos, o que afeta diretamente a qualidade de vida e permanência dessa população em seus territórios.

O espaço amazônico ribeirinho apresenta muitas possibilidades de pesquisa e os territórios de comunicação despertam interesse em se tratando da análise de como as populações elaboram estratégias de sobrevivência, de resistência, lutas históricas e sociais, transmissão cultural, e das relações comunicativas em áreas de difícil acesso. O interesse por esta pesquisa tem muito a ver com o cotidiano da pesquisadora que atua no jornalismo divulgando essa Amazônia Ribeirinha, caracterizada por modos de vida de estreita relação com os rios e as matas.

Na construção teórica toma-se como ponto de partida uma visão da geografia humanista, a qual se preocupa com a dimensão humana, valores transmitidos e ressignificados ao longo do tempo, atitudes, emoções no campo da experiência humana e do entendimento do espaço vivido. Pensando na importância dessa análise, buscou-se trabalhar a cultura, comunicação comunitária, memória, saberes locais, tornando imprescindível trazer a contribuição

de autores, tais como Loureiro (1995), Claval (2007, 2009), Bakhtin (1999), Sousa (2014, 2018, 2021C), Kozel, Silva, & Gil Filho (2007); Kozel & Souza (2009); Kozel Teixeira & Souza (2013) e Bosi (1994).

Para Loureiro (1995), a cultura amazônica, de origem rural ribeirinha, expressa manifestações decorrentes de um imaginário, de profundas relações com a natureza, consolidando poeticamente o imaginário dos indivíduos que estão dispersos às margens dos rios amazônicos. Nesse diálogo com Loureiro, Claval (2007) define a cultura como indispensável ao indivíduo no seu plano material porque por meio dela permite sua inserção no tecido social. Isto é, a cultura dá significação à existência humana e à dos seres que o circundam.

Bakhtin (1999) enfatiza a linguagem múltipla, viva, a qual resulta da criação humana acontecida na história, por meio das relações sociais e do diálogo significativo. Traz uma concepção de linguagem dialógica, mostrando que o eu e o outro estão intimamente ligados nesta articulação da própria linguagem. O signo social e o dialogismo nos processos interlocutivos se inter-relacionam e permitem pensar o homem amazônico no seu espaço vivido.

Para Sousa (2018, p. 205), “pensar os lugares, viver o cotidiano de uma população, eis o desafio da ciência geográfica e de pesquisadores dedicados ao estudo do homem no espaço que promovem o debate importante sobre a cultura, linguagem”. Esse olhar reflexivo do pesquisador vai sendo trabalhado, lapidado nesse encontro com o campo e entrevistados na Amazônia.

Kozel (2018) destaca que as múltiplas dimensões das representações têm subsidiado as pesquisas nas áreas humana e social, ampliando as reflexões sobre o momento histórico vivenciado. Nesse contexto, o espaço é apreendido pela experiência, formas e cores, compondo esse campo rico de relações espaciais.

Bosi (1994) destaca que o lembrar não é apenas o reviver, mas re-fazer, cabendo nesse contexto amazônico de transformação do espaço, onde a memória é social, logo, essa memória-trabalho emerge para compreensão desse trabalho docente em comunidade amazônica.

No centro desse debate consideram-se os significados atribuídos ao espaço, às memórias, vozes de uma comunidade amazônica que resiste a tantos problemas ambientais e sociais. Comunicar a experiência vivida na Amazônia significa evidenciar modos de vida, saberes locais que se encontram ameaçados. Desenvolver alguma pesquisa nessa Amazônia Ribeirinha exige o aperfeiçoamento do olhar do pesquisador quanto a essa dimensão da subjetividade humana, em olhar a cultura sem estigmas e compreender a lógica de organização de uma comunidade tradicional-ribeirinha.

Nessa perspectiva, tornou-se relevante evidenciar o repertório cultural e identitário de uma comunidade amazônica, o papel da linguagem na trans-

missão de uma cultura, a paisagem sonora na produção dos *podcasts*, os temas de interesse dos entrevistados e as pautas urgentes de suas lutas sociais.

2. METODOLOGIA

A base metodológica escolhida traz contribuições capazes de pensar a subjetividade humana, as lutas históricas e sociais de uma comunidade ribeirinha em relação à produção do espaço geográfico, contextualizado por meio de uma visão humanista e dialógica com a comunidade de Calama, localizada no Baixo Madeira em Porto Velho, estado de Rondônia.

A pesquisa empírico-qualitativa foi realizada na comunidade de Calama, no período de janeiro a julho de 2021, em meio à excepcionalidade da pandemia de covid-19, caracterizando-se pelos seguintes aspectos: a) medidas de prevenção (uso de máscaras, álcool em gel e distanciamento) para proteção dos entrevistados; b) realização de diversas observações na comunidade; c) realização de entrevistas gravadas com os moradores e profissionais que colaboram com a comunidade baseada em critérios pré-estabelecidos; d) gravação de áudios dos pássaros, os quais resultaram na produção de 11 *podcasts*.

Antes de qualquer processo de gravação de uma história é imprescindível o pesquisador conhecer a comunidade a que se propõe pesquisar, criar vínculos de confiança e isso leva tempo. Portanto, de forma ética e compromissada, cabe ao pesquisador ir ao encontro do entrevistado, conhecer a dinâmica do viver amazônico, trabalhar a escuta, perceber a paisagem sonora do lugar como forma de construir essa base de confiança entre pesquisador e entrevistado para que o mesmo consiga expressar-se livremente.

Nesse sentido, o pesquisador é parte dessa investigação, sua compreensão é construída na vivência com os entrevistados e nas relações dialógicas estabelecidas com o outro e o espaço amazônico. Foram realizadas 14 entrevistas gravadas e os conteúdos dos podcasts resultaram na Série Amazônia Ribeirinha e ligados ao rio Madeira: cheias e vazantes, viver ribeirinho, formas de trabalho, comunidade, plantas aromáticas e banhos medicinais, trajetórias das mulheres, memórias ligadas ao rádio, o sentido da mata, alimentação ribeirinha e dicas de segurança.

Priorizou-se na produção dos *podcasts* um áudio simples e estrutura narrativa que enfatize o campo das experiências ligadas ao espaço ribeirinho, especialmente as vozes dos entrevistados, sendo que cada podcast tem em média entre 16 a 36 minutos. As entrevistas privilegiaram as vozes locais, as lutas sociais e históricas, problemas sociais e ambientais vivenciados no contexto atual e os territórios de comunicação. Destaca-se o valor da transmissão cultural, das subjetividades humanas, espacialidades que mostram a produção

desse espaço geográfico. As entrevistas foram narradas de uma maneira lúdica, significativa e reflexiva, sendo um convite para conhecer muito mais o espaço ribeirinho na Amazônia.

Tomando-se esse arcabouço metodológico, pensa-se a dimensão humana do morador, as estratégias de sobrevivência, como o espaço é percebido, vivido, sendo consideradas às vozes, experiências espaciais, lutas e saberes locais.

2.1. *Área de estudo*

Calama é um distrito pertencente ao Município de Porto Velho, no estado de Rondônia. Localiza-se à margem direita do rio Madeira, sentido Porto Velho-Manaus, entre os rios Machado e Maicy, na divisa com o estado do Amazonas.

O tipo climático dominante é o tropical, quente e úmido. A forma de subsistência da comunidade é baseada na pescaria, extrativismo vegetal, agricultura, produção de farinha, pequenos comércios, garimpagem de ouro e funcionalismo público, sendo um modo de vida bastante integrado com a natureza.

A comunidade de Calama possui cinco bairros: São Francisco, São José, Tancredo Neves, Sapezal e São João (área central). Conta com duas escolas que ofertam desde o Ensino Fundamental ao Médio (Dra. Ana Adelaide Granjeiro e General Osório), não havendo oferta de ensino superior no distrito.

O meio de transporte é exclusivo o fluvial. Da área urbana de Porto Velho a comunidade de Calama navega-se por aproximadamente entre seis e nove horas, descendo o rio, e na subida por até catorze horas, dependendo da potência do motor da embarcação e dos ciclos das cheias e vazantes.

Os barcos são motorizados, em sua maioria construídos de madeiras, e fazem linhas regulares, transportando passageiros e cargas para as mais diversas localidades ribeirinhas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O espaço ribeirinho é entendido como produtor de experiência humana e a linguagem é fundamental nesse processo de transmissão de saberes locais e essenciais à proteção da vida no interior da Amazônia.

Claval (2007) mostra a importância da cultura no processo de transmissão das experiências, por isso faz parte da investigação compreender as linguagens, intersubjetividades, sentimentos, comportamentos, privilegiando-se o campo dos saberes locais e as relações espaciais.

A cultura é feita de processos interlocutivos, articula-se no discurso e realiza-se na representação como observado na entrevista do comandante Marcelo Nunes no Episódio 1: O rio Madeira e o viver ribeirinho:

Eu tenho a profissão como paixão, desde criança navegando no rio Madeira, eu vim crescendo e trazendo aquilo para mim, uma tradição que veio dos meus tios. E eu acho importante essa convivência pelo fato de eu ter parentes, amigos que através da profissão eu também pude ser essencial para a vida de algumas pessoas e o fato de estar ali naquela convivência, orientando, procurando ser responsável pela necessidade que o ribeirinho tem. Às vezes de trazer informação, às vezes por passarem por dificuldades que tem até mesmo de comunicação (Souza, 2021a).

Bosi (1994) destaca a memória social, a atribuição do sentido aos lugares, sendo um re-fazer nessa compreensão dos sentidos atribuídos ao espaço, evidenciando atitudes e visões de mundo, se configurando na entrevista do morador Antônio Pantoja Episódio 4: Viver e interagir na comunidade amazônica, quando diz:

Aquela terra era bonita. Existia assim bem plana, quando chegava esse tempo, o pessoal, a mulherada estava plantando melancia, plantando jerimum (abóbora), feijão, batata, macaxeira para comer, tudo plantava naquela beirada de rio. Ninguém mexia com nada de ninguém e todo mundo tinha lá e aí começou a cair (desbarrancar a margem do rio), foi caindo...(Souza, 2021b).

A memória individual acaba sendo a coletiva, uma vez que são evidenciadas emoções, lembranças do tempo de muita fartura e do respeito ao que cada um plantava e colhia para a sua própria subsistência.

Os *podcasts* versaram sobre assuntos de interesse da comunidade de Calama, sendo consideradas suas memórias, lutas, conquistas, percepções, paisagens sonoras e reflexões sobre temas polêmicos que precisam ser mais bem enfrentados e debatidos no âmbito das políticas públicas locais como destacados na entrevista da professora Maria Alves. Episódio 11: Mulheres ribeirinhas: trajetórias e desafios cotidianos:

Na questão da violência contra a mulher, apesar de ser comunidade muito distante, mas não estão muito fora do padrão do Brasil mesmo que a gente ver essa situação. Só que acontece muito intimamente, a gente sabe porque o vizinho viu, contou, mas dificilmente eu nunca soube de nenhum caso que foi denunciado. Raramente acontece de procurar a justiça, mas que existe, existe e a minha percepção que o índice é muito alto (...). A gente sabe muito pelas próprias crianças que chegam na escola, contando para

gente a situação, as brigas, contam realmente que presenciaram. É com tristeza que eu vejo tudo isso (Souza, 2021C).

A situação da violência contra a mulher no espaço ribeirinho merece mais atenção por parte do poder público, considerando que os maiores problemas que afetam às mulheres ribeirinhas é mesmo a falta de políticas públicas que a tornem protagonistas das suas ações e dessa forma poderem transformar a realidade de suas vidas e de seus familiares.

Os conteúdos de cada podcast nos levaram à reflexão em relação à condição de vida em comunidade ribeirinha na Amazônia, sobretudo em Calama, mostrando esse cotidiano marcado por lutas, indignações, resistências, desassistências, esperanças, saberes locais que merecem ser conhecidos e divulgados.

A experiência sonora faz parte de todos os episódios da Série *Amazônia Ribeirinha*², no sentido de promover a expressão dos territórios de comunicação dessa comunidade amazônica e nesse recorte foram escolhidos dentre os onze episódios, nove para compor a presente análise:

3.1. *Episódio 1: O rio Madeira e o viver ribeirinho*

Priorizou-se nesse episódio o rio Madeira como a única via de acesso a Comunidade de Calama, os tipos de embarcações que trafegam nesse rio de água barrenta, uma vez que os barcos fazem parte da visualidade amazônica, possuem várias tipologias e usos e funcionalidades diferenciadas.

O rio Madeira tem importância no viver ribeirinho, nem sempre apresenta profundidades propícias ao tráfego de embarcações. É tido como um dos rios mais perigosos à navegação na Amazônia em razão das peculiaridades existentes (troncos de árvores, afloramentos rochosos conhecidos como pedrais, paliteiros, bancos de areia, mudança de canal e intempéries da natureza).

O viver ribeirinho conta com vários espaços de socialização e lazer. As casas, por exemplo, apresentam uma arquitetura diversificada e muitas possuem varandas para armarem redes: são construídas de madeira, alvenaria com madeira e somente alvenaria, protegendo os moradores das enchentes e dos animais peçonhentos, especialmente cobras venenosas (pico de jaca, jararaca e coral).

² Toda a Série divulgada em <https://open.spotify.com/show/2pygEtaobTm54YEome-Rile?si=56e4a5124faf4441&nd=1>.

3.2. *Episódio 2: O pulso do rio: vazantes e cheias*

Priorizou-se nesse episódio o pulsar das águas do Madeira, com destaque para os ciclos das vazantes e cheias na relação desse viver ribeirinho e como percebem os desafios diários.

Os moradores vivem em áreas esparsas e suas casas estão próximas aos rios, sendo funcionais pela facilidade de comunicação, acesso, ancoradouro para canoas, voadeiras e barcos recreios (embarcações motorizadas). As várzeas do rio Madeira apresentam grande fertilidade e são ideais para plantações de macaxeira, melancia, feijão, milho, abóbora. Das várzeas saem os alimentos da vida, da venda e da manutenção da família.

Os moradores de Calama vivenciam os ciclos das cheias e vazantes, os quais interferem na dinâmica do viver amazônico. A última enchente ocorreu em 2014 e muitas casas foram soterradas, cemitérios alagados, água e solos contaminados, causando transtornos até hoje porque teve maior incidência de urubus, cobras venenosas e roedores, assim como a dificuldade de acesso à água potável para muitas das comunidades ribeirinhas pertencentes ao Município de Porto Velho.

3.3. *Episódio 3: Formas de trabalho*

Priorizou-se nesse episódio as formas de trabalho encontradas no espaço ribeirinho: pescaria, garimpagem de ouro, agricultura, extrativismo vegetal e a transitividade do pescador para a atividade garimpeira devido às proibições impostas, as apreensões dos equipamentos de pesca, diminuição dos peixes no rio Madeira e o medo de prisão, colaborando para o desinteresse dos pescadores tradicionais em relação à atividade de pesca.

A pesca é essencial nas comunidades ribeirinhas, o peixe é o alimento básico com a farinha, açaí, bacaba, pupunha, tucumã, entre outros, mas está ameaçada devido a dificuldade no trabalho com a pesca e isso impacta diretamente o modo de vida de comunidades amazônicas. Os pescadores e agricultores estão ressignificando suas vidas no garimpo, o qual tem atraído pessoas de diversas faixas etárias, homens e mulheres, em busca de melhores condições de vida, ganho fácil e sorte rápida.

3.4. *Episódio 4: Viver e interagir na comunidade amazônica*

Priorizou-se nesse episódio o viver na comunidade de Calama, a natureza exuberante, os causos, as personalidades históricas que ajudaram na construção dessa localidade e sua importância no desenvolvimento da cidade de Porto Velho.

O viver ribeirinho é feito de resistência, luta, incertezas e espera. Não é fácil morar numa área com poucos serviços públicos. Os moradores vivenciam problemas históricos, desde a falta de saneamento básico ao acesso à água potável.

A falta de acesso à água potável mostra uma realidade geográfica de exclusão. A água potável deve ser assegurada aos moradores e a não oferta revela o abismo das desigualdades sociais, o distanciamento das políticas públicas, sendo uma grande contradição, uma vez que esta população habita a maior bacia hidrográfica do mundo e não tem acesso à água potável de qualidade, sendo um cenário de desassistência.

3.5. *Episódio 5: Plantas aromáticas, chás e banhos medicinais*

Priorizou-se nesse episódio a importância das plantas medicinais para a preparação de chás, garrafadas e banhos, as quais fazem parte do cotidiano das populações ribeirinhas. Em tempo de pandemia de covid-19 os moradores de Calama recorreram aos chás naturais para a prevenção do coronavírus.

As plantas com seus aromas e funcionalidades diversas ajudam muito na melhoria do bem-estar, na cura, alívio e prevenção de doenças, principalmente nas crianças que são as mais vulneráveis.

Os saberes locais acabam sendo compartilhados por meio das receitas, dos chás preparados, da ajuda mútua estabelecida entre os vizinhos. O cuidado é muito especial numa região com pouco acesso às políticas públicas.

3.6. *Episódio 6: Alimentação Ribeirinha*

Priorizou-se nesse episódio a alimentação porque oferece a oportunidade de conhecer a dinâmica de uma comunidade ribeirinha, os gostos, os hábitos alimentares, os sentidos atribuídos aos alimentos, além da contribuição da culinária indígena e nordestina.

A cultura alimentar é uma herança mantida, preservada e transmitida ao longo de gerações. O peixe é uma das bases alimentares de uma família ribeirinha, sendo os mais apreciados tambaqui, pirarucu, pacu, jatuarana, tucunaré, sardinha, curimatá, entre outros.

As famílias mantêm nos quintais ou terreiros de suas casas o jirau, espécie de canteiro para plantar as hortaliças que dão o sabor aos alimentos, a exemplo das famosas pimentas: malaguetas, murupi, realçadores dos sabores dos alimentos e são utilizadas nas carnes e peixes.

3.7. *Episódio 9: O sentido da mata na cultura ribeirinha*

Priorizou-se nesse episódio o sentido da mata com suas simbologias e representações. A mata é o espaço dos sons, das melodias dos pássaros e ani-

mais silvestres, das caçadas com muitas histórias. Há um modo de vida construído nessas relações com a natureza, que preza o respeito aos mais velhos, a transmissão das tradições aos filhos.

A mata oferece a farmácia natural, o sentir as fragrâncias das plantas e chás, garrafadas e banhos medicinais. Da mata surgem as árvores cujos chás são amargos e aliviam as dores do estômago. Por outro lado, a mata se defende com os seus inúmeros insetos, tipos e tamanhos, cada um tem o poder de enfrentar quem abusa de sua generosidade. E nessa relação com a mata há a descoberta de plantas e ensinamentos transmitidos nas rodas de conversa em família e nos círculos de amigos.

Os cantos de alguns pássaros como rasga mortalha, acauã e urutau são associados aos agouros, notícias ruins, má sorte e infortúnios, assim como outros animais que causam medo: queixadas (porcos do mato) gostam de andar em bando, cortam tudo que acham pela frente e trituram o que encontram pelo caminho.

3.8. *Episódio 10: Dicas de segurança e proteção à maneira ribeirinha*

Priorizou-se nesse episódio dicas de segurança e proteção à vida, uma vez que os rios e as matas possuem peculiaridades e perigos distintos. O medo faz parte do espaço ribeirinho e a comunicação comunitária ajuda a evitar riscos. Prevenção e cuidados, consciência e responsabilidade colaboram na proteção da vida no interior da Amazônia.

Nesse território da existência é preciso saber se prevenir das cobras mais venenosas: jararaca, pico de jaca (surucucu) e coral. As comunidades não dispõem do acesso rápido ao anti-veneno (soro) e em situação de acidente ofídico os moradores precisam se deslocar com urgência ao hospital mais próximo, isso pode levar muitas horas e se essa ida demorar mais de seis horas a vítima corre sérios riscos de morte, hemorragias ou amputações.

Na Amazônia, muitos moradores são acometidos por acidentes com cobras venenosas, causando medo e apreensão entre os moradores em razão das distâncias, locomoção e transporte para a busca do socorro imediato. O atendimento urgente é necessário, ainda mais em locais de difícil acesso.

Esse tema deve ser multiplicado no âmbito da família e da escola para fins de melhor prevenção e cuidados redobrados, ainda mais no período intenso de chuvas na região amazônica.

Tais trocas de experiências fortalecem o território da comunicação, ajudam a salvar vidas, sendo aprendizados necessários nessas relações sociais e espaciais.

Destaca-se a importância da família e muito mais da escola em trabalhar com esses temas locais cujas pautas salvam vidas e chamam a responsabilidade do poder público para oferecer condições dignas de atendimento às vítimas desses acidentes ofídicos.

3.9. *Episódio 11: Mulheres ribeirinhas: trajetórias e desafios cotidianos*

Priorizou-se nesse episódio o papel das mulheres na construção do espaço ribeirinho, suas vozes, anseios e lutas. Por outro lado, enfrentam problemas de invisibilidade social e política e isso reflete no seu cotidiano por meio de violências diversas. Acabam sendo carentes de políticas públicas, ficando esquecidas e sem a devida valorização.

A violência contra a mulher é muito presente nesse espaço ribeirinho e afeta toda família. A falta de efetivação de políticas públicas tem vitimado mulheres, reforça a desigualdade social e promove a exclusão no interior da Amazônia.

A distância geográfica é duplicada pela falta de assistência e acesso aos serviços públicos básicos, especialmente àqueles voltados às mulheres ribeirinhas. Infelizmente, o Brasil compõe uma estatística negativa em relação aos altos índices de violência contra a mulher, a qual afeta toda a família, sendo uma triste realidade e presente no espaço ribeirinho da Amazônia.

Os *podcasts* constituem material valioso de registro, os conteúdos destacam temas de interesse da comunidade de Calama, a pluralidade de vozes representativas dos moradores e suas demandas urgentes e atuais, constituindo um registro valioso para análise geográfica e jornalística na Amazônia.

4. CONCLUSÕES

A realização dessa pesquisa, no âmbito do Estágio Científico Avançado de Pós-Doutoramento, nos oportunizou trabalhar com a mídia *podcast* na interface da Geografia Cultural com o Jornalismo, evidenciando novos olhares na pesquisa geográfica produzida na Amazônia.

A mídia *podcast* possibilita disponibilizar conteúdos sob medida, sendo um formato em expansão e prático do ponto de vista do acesso à informação por meio dos dispositivos móveis. A produção de *podcasts* ajuda a evidenciar as percepções, experiências de comunicação social e cenas do espaço ribeirinho, permitindo construir um conhecimento sobre o território de comunicação de uma comunidade amazônica e a contribuição dessa mídia nos estudos geográficos.

Portanto, a pesquisa realizada continua sendo amplamente divulgada nas principais plataformas digitais, na perspectiva de evidenciar as lutas e desafios na comunidade de Calama, mostrando a importância desses saberes locais na visibilidade de um modo de vida que ajuda na preservação da floresta amazônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. (1999). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (M. Lahud & Y. F. Vieira, trans.). (9ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- BOSI, E. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. (7ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- CLAVAL, P. (2007). *A geografia cultural*. tradução de (L. F. PIMENTA & M. de C. A. PIMENTA, trans.). (3ª ed.). Florianópolis: EdUFSC.
- CLAVAL, P. (2009). A cultura ribeirinha na Amazônia: perspectivas geográficas sobre o papel de suas festas e festejos. In S. Kozel et al. *Expedição amazônica: desvendando espaços e representações dos festejos em comunidades amazônicas. "A festa do boi bumbá": um ato de fé*. Curitiba: SK Ed.
- KOZEL, S., SILVA, J. C., & GIL FILHO, S. F. (2007). *Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista*. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER.
- KOZEL, S., & SOUSA, L. F. (2009). Parintins, que espaço é esse? Representação espacial sob a ótica do morador e do visitante. In S. Kozel et al. *Expedição amazônica: desvendando espaços e representações dos festejos em comunidades amazônicas. "A festa do boi bumbá": um ato de fé*. Curitiba: SK Ed.
- KOZEL, S. (Org.). (2018). *Mapas Mentais: dialogismo e representações*. Curitiba: Appris.
- KOZEL TEIXEIRA, S., SOUSA, L. F. (2013). Contribuição de Paul Claval à Geografia Brasileira. In M. G. ALMEIDA & T. A. ARRAIS (Orgs.). *É geografia, é Paul Claval*. Goiânia: FUNAPE/UFG.
- LOUREIRO, J. J. P. (1995). *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. Belém: CEJUP.
- SOUSA, L. F. (2014). *Espaços dialógicos dos barqueiros na Amazônia: uma relação humanista com o rio*. Porto Velho: Temática.
- SOUZA, L. F. (2021a). *Podcast Amazônia Ribeirinha. Episódio 1: O rio Madeira e o viver ribeirinho* [Podcast]. Spotify. Recuperado de <https://open.spotify.com/episode/2xwhSstjnHims2gHtFPboV>.
- SOUZA, L. F. (2021b). *Podcast Amazônia Ribeirinha. Episódio 4: Viver e interagir na comunidade amazônica* [Podcast]. Spotify. Recuperado de <https://open.spotify.com/episode/1gUnL8Brd3tYPZ6uotogqv>.
- SOUZA, L. F. (2021c). *Podcast Amazônia Ribeirinha. Episódio 11: Mulheres ribeirinhas: trajetórias e desafios cotidianos*. [Podcast]. Spotify. Recuperado de <https://open.spotify.com/episode/2xrVngpgWE9SiiXrKAlpti>.
- SOUSA, L. F. (2018). Mapas Mentais e a interface dialógica dos barqueiros e ribeirinhos do rio Madeira. In S. Kozel (Org.). *Mapas Mentais: dialogismo e representações*. Curitiba: Appris.

- SOUSA, L. F. (2021c, novembro 16). *Ouçá a série “Amazônia ribeirinha” em podcast*. Recuperado em 22 abril de 2022, de <https://n9.cl/ns46q>
- SOUSA, L. F. (2022). *Narradores das Barrancas: histórias que povoam o imaginário amazônico*. Curitiba: CRV.

ETNOCONHECIMENTO E CONSERVAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE PELAS MULHERES CAMPONESAS NO PROJETO DE ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL/PARÁ

REGINA OLIVEIRA

Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém, Brasil)

RESUMO

A relação entre o etnoconhecimento e suas contribuições para a conservação da diversidade agrícola representa um desafio no entendimento da manutenção da segurança alimentar nas áreas rurais, atendendo a um dos princípios básicos de qualquer projeto em desenvolvimento rural sustentável. Esta pesquisa teve como objetivo investigar o conhecimento dos produtos da agrobiodiversidade e o papel da mulher nas relações sociais camponesas no Projeto de Assentamento Mártires de Abril, localizado no município de Belém, no Estado do Pará. Foram utilizados métodos participativos e de Etnoecologia para mapear a diversidade agrícola e os conhecimentos entre as mulheres agricultoras deste assentamento periurbano, com destaque para a discussão de gênero. A aplicação de questionários semiestruturados e o levantamento da história local contribuíram para entender a organização no espaço social vivenciado pelas mulheres, os sistemas produtivos e os modos de vida em um Assentamento Periurbano. Foram entrevistados 59,2% (N=45) assentados entre homens e mulheres. A riqueza total foi de 256 etnoespécies distribuídas em 63 famílias botânicas cultivadas e extraídas. A produção comercial é inexpressiva e a maior parte da produção está voltada à segurança alimentar. Por meio das redes de troca as mulheres assumem importante papel na diversidade agrícola do assentamento.

Palavras-chave: Amazônia; assentamento periurbano; Etnoecologia; gênero.

I. INTRODUÇÃO

A RELAÇÃO ENTRE O ETNOCONHECIMENTO e suas contribuições para a conservação da diversidade agrícola representam um desafio para manutenção da segurança alimentar nas áreas rurais, atendendo a um dos princípios básicos de qualquer projeto em desenvolvimento rural sustentável: valorização do conhecimento local e protagonismo dos atores sociais envolvidos. Consideramos aqui etnoconhecimento como o conhecimento produzido por diferentes grupos sociais em diferentes locais transmitidos de geração em geração, ordinariamente de maneira oral e desenvolvidos à margem do sistema social formal. Além disso, há toda uma análise a ser considerada a partir da visibilidade das mulheres da agricultura familiar. Os assentamentos da reforma agrária são os locais onde, em geral, as mulheres adquirem certa visibilidade em função das regras locais da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No entanto, estas mulheres ainda estão invisíveis frente às políticas públicas que tratam da temática reforçando as situações de não equidade entre os gêneros (Siliprandi, 1998). Deve-se considerar a importância de estudos sobre a transformação dos sistemas agrícolas tradicionais amazônicos, nos quais estes têm sido realizados, em geral, no contexto da abertura de estradas e da integração das populações locais em uma economia de mercado. As atividades de produção, entre as quais a agricultura, originalmente praticadas em contextos florestais, estão sendo modeladas por novos condicionantes oriundos da esfera urbana, em particular, por novos modelos culturais e por novas condições fundiárias (Empereire & Eloy, 2008).

O papel da mulher nas relações sociais camponesas são informações escassas causado pela invisibilidade nas análises de gênero e na divisão sexual do trabalho e sua relação com a natureza geram perda de conhecimento dos produtos da agrobiodiversidade.

Essa abordagem vai ao encontro da consideração de que a questão ambiental não pode ser vista somente como produto de uma relação entre homem e natureza, mas no campo das relações que os diferentes grupos estabelecem no espaço social. No caso de assentamentos da reforma agrária, devem ser consideradas também as estratégias elaboradas desde a apropriação da terra, os modos de uso e as diferentes formas de manejo do ambiente. Estas, muitas vezes elaboradas a partir dos padrões de intervenção na natureza que são reflexos das diferentes dimensões culturais e sociais, econômicas e políticas que se interagem no processo de ocupação para definir as práticas agrícolas.

Entretanto, é preciso conhecer como estas informações formam um processo de tomada de decisão, bem como de um processo de avaliação, indivi-

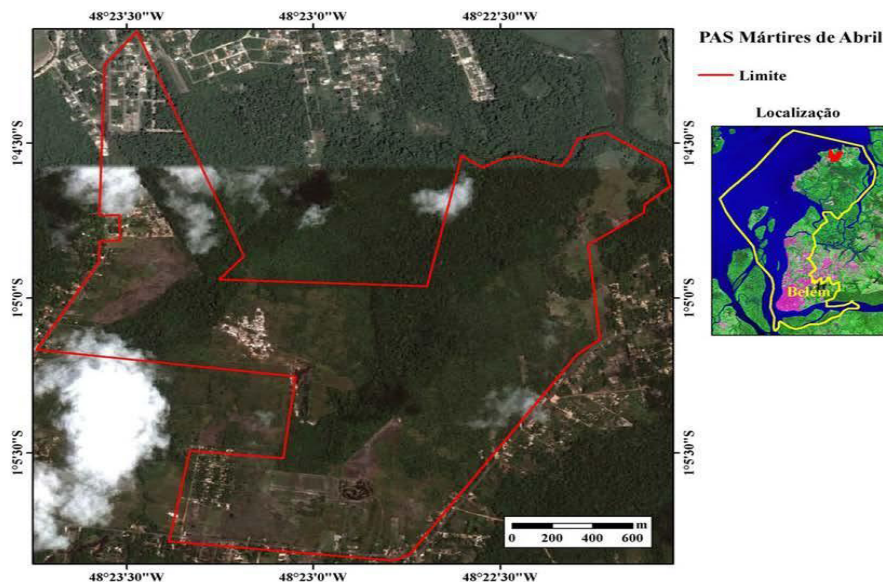
dual ou coletivo, que muitas vezes tem suas raízes na formação étnica (Diegues & Arruda, 2001). A temática da agrobiodiversidade é tida por muitos autores como um novo paradigma de desenvolvimento agrícola, em que se procura associar conservação e manejo da biodiversidade com desenvolvimento sustentável, incluindo a associação de vários setores e atividades. A agrobiodiversidade, ou diversidade agrícola, constitui uma parte importante da biodiversidade e engloba todos os elementos que interagem na produção agrícola: os espaços cultivados ou utilizados para criação de animais domésticos, as espécies direta ou indiretamente manejadas, como as cultivadas e seus parentes silvestres, e a diversidade genética a eles associada (Santilli, 2009).

No intuito de refletir sobre o futuro das agriculturas em assentamentos da reforma agrária a partir da conservação de diversidade agrícola e de saberes femininos, este estudo teve como objetivo entender o conhecimento e o uso da agrobiodiversidade visando gerar subsídios para a elaboração dos planos de desenvolvimento do Projeto de Assentamento Mártires de Abril (PAS-MA). As questões que conduziram as discussões neste estudo foram: como ocorre a integração de novas espécies ou variedades em assentamentos periurbanos? E qual o papel das mulheres neste contexto? De que forma acontece a dinâmica do uso da terra neste assentamento a partir da lógica feminina?

2. MATERIAL E MÉTODOS

O Projeto de Assentamento Mártires de Abril (PAS Mártires de Abril) localiza-se na Ilha de Mosqueiro, distante 77 km do centro da cidade de Belém, no estado do Pará. No PAS Mártires de Abril foram assentadas 91 famílias distribuídas em uma área de 408 ha divididas entre agrovila e o lote. A maioria das moradias localiza-se na agrovila. Os terrenos na agrovila possuem dimensões de 20m x 30m e seus lotes de produção familiar têm em média 3,6 ha, onde estão alguns residentes. Atualmente residem no PAS 76 famílias inicialmente assentadas (moradores que possuem seu cadastro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). E cerca de 100 famílias incluindo os agregados (Figura 1).

FIGURA 1. Localização do Projeto de Assentamento Mártires de Abrile as áreas de uso.



Fonte: Lab.UAS/MPEG.

Segundo o cadastro do Incra (2006), o Projeto de Assentamento Mártires de Abril tem como data de ocupação 3 de maio de 1998, sendo o assentamento criado em 30 de outubro de 2001. A instituição do Assentamento foi realizada em parceria do Incra com a Prefeitura Municipal de Belém por meio do Projeto Casulo.

A região do PAS Mártires de Abril é caracterizada por uma vegetação secundária, ou capoeirão (como é comumente chamada pelos assentados). No interior do PAS há o lago Balneário das Borboletas influenciado pela maré. Alguns lotes possuem igarapés perenes e os chamados “olhos d’água” ou cacimbas. Há também uma área de pasto, com plantação de capim quicuiu (*Brachiaria humidicola* (Rendle) Schweick vr. Lanero) remanescente da antiga fazenda ocupada, áreas de vegetação rasteira localmente chamadas de “campos da natureza”, áreas de baixios que alagam no período de chuvas e várzea formada pelo igarapé do Sucurijuquara. No que diz respeito à fauna, segundo os assentados, há presença de mamíferos como macaco-prego, capivara e cutias. Além de ofídios, répteis, quelônios e aves como tucanos e gaviões. A distribuição espacial no PAS-MA, segundo os assentados é caracterizada como: agrovila (local das moradias e quintais); lotes (áreas de produção familiar); área patrimonial (locais de infraestrutura da fazenda e área de preservação);

área de projetos coletivos (locais onde se desenvolveram os projetos agrícolas coletivos) e as áreas de sobra de terra (que são doadas ou se permite o uso para as novas famílias que chegam ao PAS).

Além da consulta aos registros nas fontes secundárias de informação, foi realizada atividade de campo combinando técnicas de pesquisa-ação com entrevistas semiestruturadas e observação participante. A pesquisa-ação como uma prática que promove interação entre os pesquisadores e os sujeitos sociais e a pesquisa participante com o objetivo de conhecer melhor as formas vida social, política, econômica e cultural dos moradores para o estabelecimento de ações (Thiollent, 2003; Haguete, 2003). Nesse contexto, a pesquisa de campo teve como pressuposto a interdisciplinaridade, sendo possível a realização de uma abordagem sob diversas perspectivas.

2.1. *Coleta e análises de dados*

O trabalho de campo foi realizado nos períodos de julho de 2011, com a visita da coordenação local para apresentação do projeto; de 9 a 12 de agosto de 2011 quando da aplicação dos questionários e entrevistas às pessoas-chave e reconhecimento da área e em 24 a 29 de novembro de 2011, ocasião em que se percorreu os lotes e se realizou levantamentos etnobiológicos. O questionário aplicado abordou temas concernentes à identificação da família, origem e histórico de migração dos moradores, aspectos socioeconômicos, características da produção e do uso da terra, agrobiodiversidade, fundiários e percepção e sua relação com o meio ambiente.

Durante as atividades de campo foram identificadas as paisagens e a distribuição espacial do PAS-MA, segundo seus moradores. A interlocução com pessoas-chave e visitas aos lotes, e a aplicação do questionário possibilitou a obtenção dos dados sobre as etnoespécies e etnovariedades cultivadas e extraídas na área. O termo etnovariedade é empregado aqui no sentido da etnoclassificação e nomeação que os assentados fazem a respeito das variedades botânicas cultivadas e extraídas. A identificação das espécies citadas foi baseada em literaturas especializadas sobre espécies úteis da Amazônia. O sistema de classificação utilizado para a organização da tabela de espécies foi o Angiosperm Phylogeny Group (APGIII, 2009).

Os dados foram sistematizados no programa Excel (versão 2007), e as análises realizadas por meio de métodos da estatística descritiva, com auxílio de representações gráficas e em tabelas. Para se verificar a suficiência amostral, foi construída a curva de rarefação cujo o objetivo é estabelecer o número de espécies conhecidas ou utilizadas por um determinado grupo humano, considerando o número de citações de cada etnoespécie em cada entrevista que

compõe uma amostra (Hanazaki, Tamashiro, Leitão-Filho, & Begossi, 2000; Peroni, Martins, & Ando, 2008). Para este estudo foi utilizado o estimador Bootstrap, o qual é calculado pela fórmula:

$$S_{boot} = S_{obs} + \sum_{K=1}^{S_{obs}} (1 - p_K)^m$$

Onde:

Sobs: número total de etnoespécies observado;

pK: proporção de amostras que contém a etnoespécie K;

m: número total de amostras

Tanto a curva de rarefação quanto a curva do estimador foram geradas por meio do programa Estimate Swin 8.20. Para se calcular a diversidade de usos dos recursos da agrobiodiversidade, empregou-se o índice de Shannon-Wiener (Begossi, 1996). A fórmula para calcular o Índice de Shannon-Wiener é:

$$H' = -\sum (p_i) (\ln p_i)$$

Onde:

S = número de espécies;

$p_i = n_i/N$;

n_i = número de citações por espécie;

N = número total de citações;

H' = Índice de diversidade.

Foram entrevistados 59,2% (N=45) dos moradores assentados, sendo a maior parte mulheres (N=38), uma vez que este grupo constitui o foco do trabalho e em sua maioria com residência na agrovila.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. *Caracterização social dos assentados*

Os moradores do assentamento são na sua grande maioria emigrados das periferias de Belém, Ananindeua e Castanhal no estado do Pará, além de Amazonas, Maranhão, Goiás e Minas Gerais. Muitos foram arregimentados e cadastrados pelo trabalho de base do MST. As razões da migração incluem a expulsão de suas regiões de origem, mudança de área de assentamento, a falta de oportunidades e as dificuldades enfrentadas para estabelecimento de condições de vida; não caracterizando todos os assentados como oriundos da agricultura familiar. A idade dos entrevistados variou entre 17 a 69 anos, a média de idade foi de 44 anos. A chegada dos moradores no assentamento

ocorreu em dois momentos: o primeiro na ocupação em maio de 1999 e o segundo após os períodos de despejo quando algumas famílias abandonaram o assentamento, já no segundo ano de ocupação. A maior parte dos assentados está na área há mais de 10 anos. Os mais recentes chegaram convidados por suas famílias ou após a saída ou falecimento de outros assentados.

O nível de escolaridade dos assentados entrevistados é desigual. No PAS-MA é possível encontrar assentados que apenas assinam o nome e assentados com ensino superior. A predominância dos que possuem ensino fundamental incompleto (correspondendo a 4ª série) está entre os mais velhos. Os mais jovens buscam capacitação nas escolas próximas ou nos cursos de formação promovidos pelo MST. Todos no assentamento têm seus documentos civis e as crianças nascidas são registradas. A maioria dos entrevistados 53% vivem juntos (concubinato) e 36% são casados; os demais se declaram solteiros (6,6%) e divorciados (4,4%). No Assentamento 48,8% declaram-se protestantes (inseridos todos os grupos religiosos) e 42% católicos. Apenas duas pessoas declaram não ter religião. As doenças mais comuns mencionadas foram: gripe, febre, verminose e tosse. Alguns citaram sofrer de diabetes, pressão alta, problemas na coluna e colesterol. Os assentados buscam tratamento no posto de saúde localizado no bairro de Sucuriçuquara, próximo do assentamento. São as mulheres das famílias que encaminham os doentes à busca por tratamento. As rezadeiras/benzedeira do PAS-MA quando solicitadas, os tratam com rezas e garrafadas produzidas localmente.

A organização social nos assentamentos é inserida desde o início da ocupação e em geral segue as determinações do MST. As famílias recebem orientação e formação ao longo do período de ocupação e as lideranças constituídas se estabelecem na Coordenação do Movimento e do Assentamento. No caso do pas Mártires de Abril não foi diferente. Atualmente, possui duas associações. A Associação dos Produtores do Assentamento Mártires de Abril (Aproama), criada logo após a constituição do Projeto de Assentamento para viabilizar os financiamentos e organizar a produção, representando as famílias junto aos órgãos públicos; e a partir de 2008 surge a Associação Agroecológica Familiar do Assentamento Mártires de Abril (Aproaf), ligada a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar e que emergiu da divisão política do MST.

Após a criação do Projeto de Assentamento, no período de 2001 a 2002 iniciou-se a organização propriamente dita. Segundo uma liderança local, a estrutura organizacional pensada foi composta de Coordenação do Movimento, Coordenação do Assentamento e Coordenadores de Núcleos Familiares ou de Base e Coordenadores de Setores. Os setores se distribuíam em educação, saúde, produção e gênero. A inserção nas coordenações segundo os entrevistados ocorreu com “cada acampado se afinando com quem tinha afinidade”, sobretudo para a composição dos Núcleos de Base. No período inicial do

assentamento foram constituídos 10 núcleos de base para produção. Cada núcleo optou por uma ou mais linhas de produção que variaram entre culturas permanentes, consórcio de cultivos, horticultura orgânica, piscicultura e criação de pequenos animais.

3.2. *A atividade produtiva no PAS Mártires de Abril*

As estratégias de subsistência econômica dos moradores do PAS-MA estão baseadas principalmente na agricultura familiar, com destaque ao cultivo de produtos oriundos dos projetos instalados. Pequenas roças de mandioca para a produção de farinha são mantidas e há intensa busca por outras espécies a serem cultivadas. Em passado recente o PAS-MA manteve uma dinâmica de produção em função dos projetos instalados com o apoio do Incra. Os projetos de curto prazo adotados com vistas à fixação dos moradores na área foram de criação de frango, horta e barco de pesca; em médio prazo plantio de banana e maracujá; e em longo prazo o plantio consorciado de cupuaçu com açaí. Os recursos vieram por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf A). Os produtos eram comercializados em nível regional, tendo como objetivo a geração renda para manutenção das famílias e para novos empreendimentos.

Neste contexto, os assentados assumiram realizar mais de uma atividade, principalmente as mulheres que sabem dar visibilidade ao seu papel como agricultora e como “dona de casa”. A agricultura e a criação de animais foram as vocações mais citadas com 22 e 7 menções respectivamente. As demais vocações estão entre trabalhar no comércio local como cozinheira, garçone, sobretudo no período de férias e do verão quando aumenta o fluxo de turistas e moradores que possuem casas de veraneio na Ilha de Mosqueiro. Oito outras atividades foram citadas revelando o enfoque multifuncional da agricultura familiar e sua relação rural-urbana, considerando a proximidade do PAS-MA com a Capital Belém.

Está nos quintais e lotes a maior parte dos produtos cultivados. Quintais são considerados como um sistema agrícola tradicional muito difundido na maioria das regiões tropicais do mundo (Lamont, Eshbaugh, & Greenberg, 1999). Ressalta-se que os quintais no PAS-MA, estão presentes nos lotes e na agrovila, reconhecidos como a área próxima da casa. Alguns assentados mensuram e delimitam esse espaço em seus lotes em até 100m ao redor da casa. Nele estão os criadouros de pequenos animais, frutíferas, hortas, plantas medicinais e até produtos comercializados. Os quintais na agrovila são utilizados de forma semelhante aos dos lotes, porém em menor proporção, servindo como área experimental para a produção de mudas.

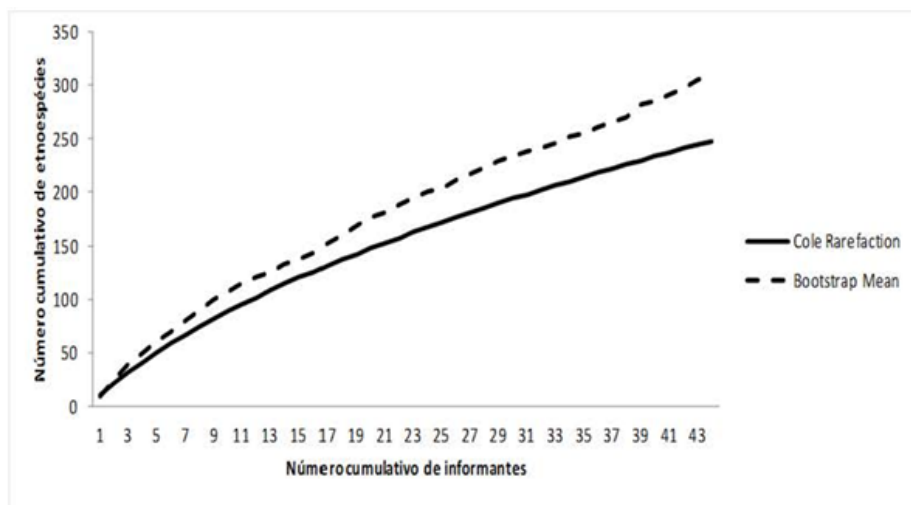
3.3. *Riqueza de espécies da agrobiodiversidade*

A riqueza global considerando todos os questionários respondidos pelos 36 assentados que declaram ter alguma produção foi de 256 etnoespécies, das quais 151 estão representadas ao nível de gênero ou espécie, distribuídas em 63 famílias botânicas. Banana (*Musa* sp. L.), açaí (*Euterpe* sp. Mart.), manga (*Mangifera* sp. L.), limão (*Citrus* sp), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd.ex Spreng) K.Schum), caju (*Anacardium occidentale* L.), coco (*Cocos nucifera* L.), feijão (*Phaseolus* sp. L.), abacate (*Persea americana* Mill), goiaba (*Psidium guajava* L.), ingá (*Inga edulis* Mart.), macaxeira (*Manihot sculenta* Crantz), laranja (*Citrus sinensis* (L.)Osbeck), cacau (*Theobroma cacao* L.) e acerola (*Malpighia Glabra* L.), nesta ordem de importância, foram as plantas mais citadas. Este grupo de espécies corresponde a mais de 50% do total das 545 citações. Lourenço *et al.* (2009) registrou 70 espécies vegetais em estudo realizado em quintais de três assentamentos na Amazônia Central, com aproximadamente o mesmo período de tempo de existência que o PAS Mártires de Abril. Oliveira (2010) registrou em um único quintal do PAS-MA mais de 1.400 plantas cultivadas.

Com relação à riqueza botânica por família, Fabaceae foi mais representativa com nove gêneros/espécies, seguida das famílias Lamiaceae, Arecaceae, Brassicaceae, Anacardiaceae, Curcubitaceae com sete, seis representantes para as duas primeiras respectivamente e as demais com cinco. A família botânica Fabaceae está representada por espécies de importância alimentar como o feijão e o ingá, medicinal como o jucá (*Libidibia férrea*) e de recuperação de solo como a mucuna preta (*Mucuna aterrina* (L.) D.C. var. *utilis*). Resultados semelhantes onde Fabaceae foi a família com maior número de espécies foram encontrados por Ming e Amaral Junior (2005) e Lima, Coelho-Ferreira, & Oliveira (2011) na Amazônia e Cunha e Bortolotto (2011) em Mato Grosso, todos com plantas medicinais.

A curva de acumulação de etnoespécies citadas (Gráfico 1) não apresenta estabilidade. Observa-se que a curva gerada pelo estimador bootstrap está em ascensão indicando que se mais assentados fossem entrevistados, provavelmente, seria registrada uma diversidade ainda maior.

GRÁFICO 1. Curva de acumulação de etnoespécies citadas pelos assentados no PAS Mártires de Abril. (N= 36).



Fonte: Elaborado pela autora.

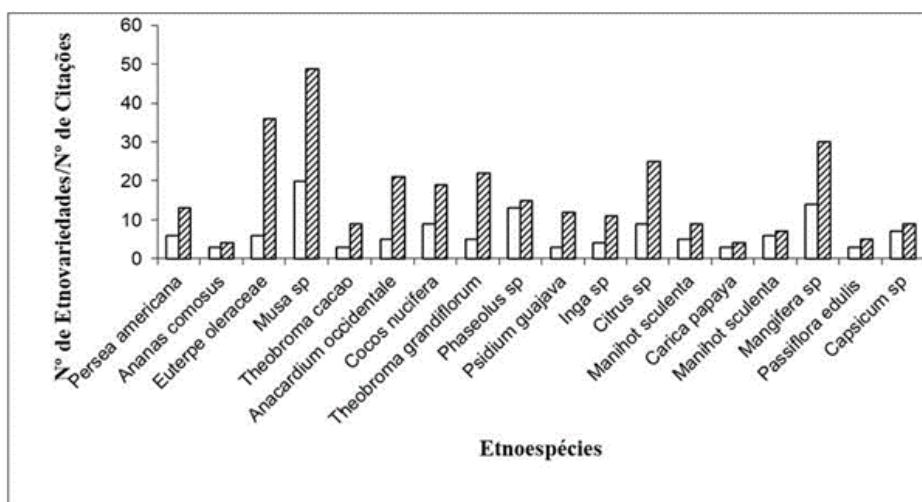
As espécies mais representativas do PAS-MA, principalmente devido às suas etnovariiedades, são *Musa sp*, *Mangifera sp*, *Phaseolus sp*, *Citrus sp* e *Cocos nucifera*. Cabe destacar que os cocos já estavam na área desde a ocupação e as demais espécies foram plantadas pelos assentados. Consideraram-se somente as citações dos entrevistados, não houve mensuração de abundância (Gráfico 2).

A maioria das plantas presentes nos lotes e quintais do PAS-MA é cultivada, com destaque para açaí (*Euterpe sp.*), produtos da roça como mandioca (*Manihot esculenta*, Crantz), macaxeira (*Manihot esculenta*, Crantz) e feijão (*Phaseolus sp.*) e frutíferas como maracujá (*Passiflora edulis*), acerola (*Malpighia glabra* L), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd.ex Spreng) e hortaliças.

O conhecimento adquirido através da observação da natureza, dos testes feitos com plantios durante o período de implantação de projetos e da transmissão do etnoconhecimento adquirido dos pais muito provavelmente contribuíram para a diversidade agrícola encontrada no assentamento. Segundo Diegues (2000), a transmissão do etnoconhecimento é feita dos mais velhos aos mais novos através das gerações como na fala de Dona Raimunda: “aprendi sobre as plantas com minha mãe de pegação que me deixou um livro de orientação sobre as curas e ensinou as práticas desde criança” (Dona Raimunda. Comunicação pessoal). Há também integração e trocas de conhecimento entre os assentados, como afirmado por Dona Dos Anjos: (Comunicação pes-

soal) “cada um aprende com o outro. São pessoas de muitos lugares diferentes e um aprende com o outro”, referindo-se aos diferentes modos de cultivos e as diversas plantas cultivadas em seu quintal.

GRÁFICO 2. Espécies com maior número de etnovariedades e citações pelos assentados. Em rachurado o número de etnovariedades e em traços inclinados o número de citações.



Fonte: Elaborado pela autora.

É possível perceber que no PAS os assentados que estão há mais tempo residindo na área citaram mais etnoespécies e muitos afirmaram que aprenderam com seus pais sobre a espécie cultivada, pode-se afirmar que essa transmissão cultural é mantida nas práticas agrícolas em seus lotes (Tabela 1).

TABELA 1. Número de etnoespécies citadas por tempo de moradia dos assentados (N=36).

Tempo no PAS	Nº de assentados	Nº de citações
Até 1 ano	1	5
1 a 5 anos	8	80
6 a 10 anos	10	223
Acima de 10 anos	17	237
Total	36	545

Fonte: Pesquisa de campo elaborada pela autora.

A obtenção das plantas foi classificada como compradas, ganhas ou trocadas. Há uma intensa preocupação com o enriquecimento da diversidade agrícola como constatado durante uma entrevista “as sementes é um vício que nós temos, por onde anda traz”. Com exceção das plantas que chegaram via projetos (N=18), as demais são adquiridas no próprio assentamento onde ocorrem as trocas de sementes ou mudas (N=92) entre os vizinhos e dos assentamentos próximos como o PAS Paulo Fontelles e o PAS Elizabeth Teixeira. A relação familiar, reuniões e viagens são responsáveis pela chegada de 98 das etnoespécies citadas e as feiras e os mercados por 54 das etnoespécies.

O índice de diversidade foi usado para comparar as diferentes categorias de uso citadas pelos assentados. Considerando a diversidade de Shannon $H' = 1,78$, obtida no PAS-MA, Oliveira (2008) encontrou valores inferiores ($H' = 1,73$) para estudo realizado em cinco comunidades na Amazônia. Ressalta-se que neste trabalho os assentados estão utilizando a área a cerca de 10 anos apenas.

Considerando as treze categorias de uso para as etnoespécies, o consumo (N=162), seguido do consumo e venda (N= 58) e uso medicinal (N=30) foram as categorias com mais etnoespécies citadas. A venda de produtos agrícolas não é importante. Apenas doze etnoespécies são comercializadas. O ingá chinelo (*Inga sp.*), a pimenta verde (*Capsicum sp*), o cheiro verde (*Coriandrum sativum L.*) e o açaí são os produtos consumidos e quando excedem são comercializados, principalmente no período de verão. Já a alface lisa, o noni (*Morinda citrifolia*), o cupuaçu melhorado (*Theobroma grandiflorum* cultivar), o feijão (*Phaseolus sp*), a pimenta de cheiro (*Capsicum sp*) e as etnovarietades de coco Pará e de coco anão são categorias de uso utilizadas exclusivamente para a venda. Cabe destacar que o número de plantas citadas como ornamentais foi expressivo (N=25), há uma preocupação por parte das mulheres em “enfeitar e perfumar” seus quintais. Considerando que os quintais são os espaços de ação e experimentação das mulheres, os cultivos encontrados nos quintais do PAS-MA são de múltiplos usos, e onde as mulheres garantem a segurança alimentar e alguma renda.

No entanto, se comparadas a riqueza de espécies dos quintais dos assentados com a riqueza de espécies dos quintais agroflorestais das comunidades tradicionais da Amazônia, ela está um pouco abaixo. Noda *et al.* (2007) descrevem que na área dos agricultores familiares da várzea da calha Solimões-Amazonas foram registradas 287 espécies cultivadas no sistema denominado de sítio, terreiro ou quintal.

4. CONCLUSÕES

O trabalho das mulheres no Assentamento Mártires de Abril mostrou-se como um dos grandes responsáveis pelo intercâmbio de material genético e serviços ambientais, fazendo uma associação dos ecossistemas naturais e as tradições das populações locais. Destaca-se ainda que a manifestação destas trocas culturais ocorreu, principalmente, nos quintais que são os espaços de experimentos, trocas e enriquecimento da agrobiodiversidade das áreas ocupadas, sendo que na Amazônia os quintais têm importante função tanto na vida rural como urbana (Winklerprins, 2002).

As políticas para a agricultura familiar na Amazônia devem considerar que a população dos assentamentos depende também das culturas comerciais. Para as mulheres do PAS Mártires de Abril o etnoconhecimento parece ter contribuído para a diversidade agrícola e como consequência é o que tem garantido a segurança alimentar de suas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APG (THE ANGIOSPERM PHYLOGENY GROUP) III. (2009). An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants: APG III. *Botanical Journal of the Linnean Society*, 161, 105-121.
- BEGOSSI, A. (1996). Use of Ecological Methods in Ethnobotany: Diversity Indices. *Economic Botany* 50(3), 280-289.
- CUNHA, S. A., & BORTOLOTO, I. M. (2011). Etnobotânica de plantas medicinais no assentamento Monjolinho, município de Anastácio, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Acta Botanica Brasilica* 25(3), 685-698.
- DIEGUES, A. C. (Org.). (2000). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec.
- DIEGUES, A. C., & ARRUDA, R. S. V. (2001). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- EMPERAIRE, L., & ELOY, L. (2008). A cidade, um foco de diversidade agrícola no Rio Negro (Amazonas, Brasil)? *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 3(2), 195-211.
- HAGUETE, T. M. F. (2003). *Metodologias qualitativas na Sociologia* (9ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- HANAZAKI, N., TAMASHIRO, J. Y., LEITÃO-FILHO, H. F., & BEGOSSI, A. (2000). Diversity of plant use in two caçara communities from the atlantic forest coast, Brazil. *Biodiversity and Conservation*, 9, 597-615.
- INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (2006). Projetos de Reforma Agrária. Processo nº 541.00.001308/2001-62, referente à criação do Projeto Casulo Mártires de Abril. Belém: INCRA.

- LAMONT, S. R., ESHBAUGH, W. A., & GREENBERG, A. M. (1999). Composition, diversity, and use of homegardens among three Amazonian villages. *Economic Botany*, 53(3), 312-326.
- LIMA, P. G. C., COELHO-FERREIRA, M. R., & OLIVEIRA, R. (2011). Plantas medicinais em feiras e mercados públicos do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, Estado do Pará, Brasil. *Acta Botanica Brasilica*, 25, 422-434.
- LOURENÇO, J. N. P., SOUSA, S. G. A., WANDELLI, E. V., LOURENÇO, F. S., GUIMARÃES, R. R., CAMPOS, L. S., SILVA, R. L., & MARTINS, V. F. C. (2009). Agrobiodiversidade nos quintais agroflorestais em três assentamentos na Amazônia Central. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 4(2), 965-969.
- MING, L. C., & Amaral Junior, A. (2005). *Aspectos etnobotânicos de plantas medicinais na Reserva Extrativista "Chico Mendes": florística e botânica econômica do Acre, Brasil*. Recuperado em 20 maio de 2012, de <http://www.nybg.org/bsci/acre/www1/medicinal.html>.
- NODA, H. *et al.* (2007). Agricultura e extrativismo vegetal nas várzeas da Amazônia (pp. 91-146). In S. Noda (Orgs.). *Agricultura familiar na Amazônia das Águas*. Manaus: UFAM.
- OLIVEIRA, A. E. M. (2010). *Quintais agroecológicos em assentamentos da reforma agrária na Ilha de Mosqueiro-Região Amazônica*. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Belém, Pará, Brasil.
- OLIVEIRA, R. (2008). *Biodiversidade e políticas de conservação: o caso do Parque Estadual Monte Alegre*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- PERONI, N., MARTINS, P. S., & ANDO, A. (1999). Diversidade inter e intra-específica e uso de análise multivariada para morfologia da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz): um estudo de caso. *Science Agricultural*, 56, 587-595.
- SANTILLI, J. F. R. (2009). *Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores*. Brasília: Peiropólis.
- SILIPRANDI E. (1998). Projetos de desenvolvimento e a valorização da agricultura familiar. In M. Nobre; E. Cademartori Siliprandi; S. Quintela; R. Menasche (Orgs.). *Gênero e Agricultura Familiar* (pp. 9-14). São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista.
- THIOLENT, M. (2003). *Metodologias da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.
- WINKLERPRINS, A. M. G. A. (2002). House-lot gardens in Santarém, Pará, Brazil: Linking rural with urban. *Urban Ecosystems*, 6, 43-65.

AGRADECIMENTOS

Às mulheres e às lideranças do Projeto de Assentamento Mártires de Abril por sua participação e apoio ao estudo. Ao CNPq pelo financiamento por meio do edital de pesquisa 020/2010, no âmbito do Projeto de pesquisa. "Relações de Gênero e agrobiodiversidade no campo: a figura da mulher em sistemas de produção familiar camponeses no Projeto de Assentamento Mártires de Abril - Pará". Este estudo visa ainda contribuir com o Plano Nacional de Política para as Mulheres.

SE MARIA NÃO É BRANCA, NÃO HÁ PENHA: FEMINICÍDIO INDÍGENA NA AMAZÔNIA E A INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA, GÊNERO E ESPAÇO EM *MULHERES EMPILHADAS*

LARISSA BOUGLEUX

University of Texas at Austin (UTEXAS, Estados Unidos)

RESUMO

A violência contra as mulheres tem-se apresentado de forma desenfreada e subexaminada ao longo da história. Crimes contra mulheres racializadas e em áreas marginalizadas são alvos proeminentes de pouca ou nenhuma atenção e responsabilização. O presente ensaio aborda essa lacuna na literatura ao trazer à pauta a questão contemporânea do feminicídio na Amazônia brasileira. A análise literária concentra-se no romance *Mulheres Empilhadas* (2019), o qual é lido através da lente da interseccionalidade, com especial atenção a estudos indígenas de autoria feminina. Utiliza-se também teorias psicossociais e geoespaciais para situar a relação inerente entre o ambiente físico e a sociedade e refletir sobre o espaço fronteiriço. Emprego a noção de imaginários geográficos para caracterizar o que chamo de “paradigma da desatenção” com respeito aos espaços marginalizados e as mulheres indígenas. Para que haja mudança dessa realidade, além de implementações legislativas, é necessário mudar as percepções raciais e de gênero sobre o espaço, bem como as percepções espaciais de raça e gênero. Em um corpo de estudos sobre violência de gênero no Brasil voltado principalmente para espaços urbanos e/ou centrais de violência, este artigo contribui para um mapeamento dos espaços periféricos e raramente focalizados da violência contra as mulheres.

Palavras-chave: Amazônia; populações indígenas; racialização do espaço e espacialização da raça; feminicídio; diáspora indígena.

1. REFLEXÕES INICIAIS

A Lei Maria da Penha não
resolve nada ali. Ela serve
para a mulher branca.
Da cidade.
- Melo, 2019, p. 156.

PARA INICIAR ESTA DISCUSSÃO, parte-se do comentário de Patrícia Melo em *Mulheres Empilhadas* (2019), que inspira o título deste ensaio. A observação vem da personagem promotora Carla Penteado, encarregada do principal julgamento discutido no romance, o sequestro, estupro e tortura, seguido de assassinato da indígena Txupira. Em conversa com a advogada e narradora sobre a corriqueira ocorrência de violência contra a mulher indígena¹ em sua comunidade, a promotora explica que as leis ocidentais não contemplam o território indígena. A explicação é relevante ao revelar os nexos entre espaço, gênero, raça, classe e violência. A Lei Maria da Penha, discutida mais a frente, se atenta à violência doméstica contra a mulher no Brasil. Porém, como salientam Tânia Kanoé (da etnia Kanoé), Alves e Silva (2018), a sua falta de aplicabilidade nos territórios indígenas expõe a relativização de direitos em função do território e serve como um exemplo sinédoque, já que, como se argumenta neste ensaio, a responsabilização de crimes contra a mulher indígena de forma integral, parece adotar perspectivas socioespaciais.

Tal adoção ocorre, pois, como ressaltam Nelson e Seager (2005, p. 3), as discussões sobre geografias femininas, apesar de ainda incipientes, iniciadas nos anos 70, contribuem para um melhor entendimento da relação entre o espaço geográfico e a violência contra a mulher, à medida que mapeiam, entre outros, os entraves espaciais que obstruem o exercício cívico de mulheres, seu movimento e a reivindicação de seus direitos. Por exemplo, no que tange às mulheres originárias em particular, Kanoé *et al.* (2018) explicam a relevância socioespacial no caso da violência através de uma série de fatores. Primeiro, as nativas que gostariam de procurar soluções para tal

¹ Ao trazer à pauta essa questão, gostaria de expor minha própria localização social, como mulher brasileira não-indígena, e salientar que me expresso a partir desse lugar de fala (distinto de um lugar de representatividade), com a modesta intenção de fomentar debates críticos a fim de, como atenta Djamila Ribeiro (2020, p. 88), contribuir para o “rompimento de postulados de silêncio”. Da mesma forma, parto do princípio de que a autora do romance analisado, Patrícia Melo, não sendo uma mulher indígena, dialoga com o tema a partir do mesmo posicionamento.

violência fora de suas comunidades (o que, nem sempre, é o caso, dado o preconceito racial que sofrem as comunidades indígenas) encontram barreiras para receber a informação necessária à busca, já que os governos federal e local não levam informativos físicos às aldeias, limitam a informação à língua portuguesa e não provêm conexão de internet de qualidade nessas áreas, para que tal acesso seja possível para a comunidade indígena.

Em segundo lugar, a distância entre a vítima e as redes judiciárias ocidentais de proteção da mulher, tais como Delegacias da Mulher, Secretarias da Mulher, Centros Especializados de Atendimento à Mulher ou Secretarias de Apoio à Vítimas de Violência, aumenta significativamente no contexto das mulheres originárias, em função da localização menos urbana das comunidades indígenas e da falta de instalação de tais redes nas proximidades das comunidades indígenas. Finalmente, o acesso às longas distâncias onde se localizam as redes de proteção é ainda mais dificultado pela falta de sistemas privados ou públicos de transporte eficazes nas imediações das aldeias (Kanoé, *et al.*, 2018, p. 5). Como assinala Luana da Silva Cardoso (2019, p. 305), do povo Kumaruara, muitas vezes o transporte e comunicação supracomunitária é realizado através de barcos, que tomam, muitas vezes, dias até chegarem a delegacias mais próximas.

Dado o impacto socioespacial no caso da violência contra a mulher, este ensaio propõe uma reflexão sobre a desatenção social ao feminicídio indígena, sobretudo quando a violência está situada em sócio-ecologias periféricas, como é o caso da fronteira amazônica brasileira. O estado do Acre tem os maiores índices de feminicídio do Brasil (Bueno *et al.*, 2021), que, por sua vez, se encontra na lista de países com os mais altos níveis de insegurança e risco para a mulher (GIWPS, 2020). Em particular, de acordo com as estatísticas da Artigo 19 (2018), o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking de países com maior taxa de feminicídio. O estudo ainda relaciona o fato ao momento atual, destacando que o feminicídio no estado sofreu um aumento de 300% durante a pandemia do novo coronavírus (2019-2023). Em relação às estatísticas de violência contra mulheres com distinção étnico-raciais, o relatório de violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) constatou em 2019 que no estado do Acre foram cometidos cinco vezes mais casos de homicídios contra mulheres não brancas do que contra mulheres brancas (IPEA, 2021)².

² Apesar dos resultados do estudo racial do relatório de violência indicarem que o número de assassinatos de mulheres não brancas é superior ao de brancas, a análise baseia-se na classificação racial do IBGE, e leva em consideração a autodesignação de negras e pardas como a base de formação para o grupo “não brancas,”

Apesar do destaque, o Acre raramente é foco de atenção midiática, governamental ou acadêmica sobre tal violência. Como esse artigo demonstra a partir de novas produções culturais que tentam romper com a desatenção, a violência é ainda mais marginalizada quando está associada aos corpos de mulheres indígenas. Argumenta-se a partir desta discussão que, atrelado a questões puramente sociais, tal desatenção ocorre também em função da localização socioespacial de tais crimes. Ao ser situado na interseção do corpo feminino, indígena e em uma região fronteiriça – tanto geopolítica, entre o Brasil, Peru e Bolívia, quanto paisagística, entre limites urbanos e rurais ou naturais, quanto antropológica, entre povos originários, colonizadores e mestiços, e mesmo entre sociedades que se autoconsideram “civilizadas” e as que são por elas não consideradas como tal –, nessas interseções o feminicídio de mulheres dos povos originários amazônicos encontra-se em um imaginário geográfico (Said, 1979) o qual este estudo denomina de “paradigma da desatenção”.

Isto é, ao ocorrer no espaço-temporal da fronteira, cujas delimitações (sociais, regulatórias, geográficas) ainda estão em formação, e ao sujeito marginalizado socialmente por sua condição de gênero, etnia e raça, o feminicídio de mulheres indígenas se torna periférico em relação à atenção social e governamental no Brasil. Esse nexo entre geografia e sociedade, entre espaço e

ao passo que considera a autodesignação de brancas, amarelas e indígenas como a base para o grupo “brancas”. Nenhum dado foi encontrado sobre feminicídios no estado com a variável étnico-racial indígena isolada. Porém, como a classificação do IBGE é auto considerativa, como as ameríndias podem facilmente se considerar “indígenas,” “pardas” ou “negras”, e, como frequentemente os dados censitários das comunidades rurais e indígenas são subestimados, ou até mesmo não coletados (Jo Little, 2017; Liana Melo, 2020), a análise de feminicídios por subgrupos raciais torna-se imprecisa. Além disso, a própria estatística censitária do IBGE em relação à distribuição racial do Acre é igualmente ambígua, já que aponta uma população branca de 23,3%, negra de 5,7 e indígena de 2,1%, porém uma população parda de 66,9% (IBGE, 2010). Isto é, apesar do percentual da população indígena parecer ser inferior ao da negra e branca, uma grande parcela da porcentagem considerada parda provavelmente pertence de fato à da população indígena. Desta forma, além da expansão na coleta de dados das populações indígenas locais, estudos futuros que evidenciem a variável racial indígena isoladamente em função de casos de feminicídios contribuirão para um melhor entendimento da relação entre violência de gênero e os povos originários na região (e, de fato, para além dela). Entretanto, dada a conjuntura estatística atual, é importante ressaltar que, exatamente porque os dados das comunidades indígenas são correntemente subestimados, sugere-se que os números de feminicídio indígena sejam maiores do que indicados em relação às outras etnias.

corpos que o habitam, ocorre em função do que George Lipsitz (2007, p. 12) chama de racialização do espaço e espacialização da raça: a experiência racial tem uma dimensão espacial e vice-versa. Apesar de Lipsitz analisar o sócio-espaço estadunidense, tal noção é facilmente aplicada a outros contextos, como os territórios indígenas brasileiros.

Kanoé *et al.* (2018) observam, por exemplo, como

o contexto no qual as populações indígenas habitam é marcado por uma condição geral de pobreza e dificuldade de acesso, de forma qualitativa, à recursos básicos fundamentais como saúde, educação e saneamento básico (Kanoé *et al.*, 2018, p. 2).

Kanoé *et al.* (2018, pp. 10-11) relacionam essa realidade com a tripla interseccionalidade de gênero, etnia e classe, e, no contexto fronteiriço amazônico, chamam atenção para a dificuldade de responsabilização de crimes em detrimento da complexidade de identificação dos perpetradores no espaço pouco fiscalizado de fronteiras internacionais.

Luana Cardoso (2019) articula de forma ainda mais abrangente o nexo entre geografia e a esfera sociopolítica, ao destacar a icônica inadimplência da demarcação territorial indígena no Brasil. Ela afirma que quando estavam doentes em sua comunidade, não tinham direito a atendimento nos postos de saúde, pois a comunidade não fazia parte do território demarcado. Laís dos Santos (Aleixo, 2019), da etnia Maxacali, ressalta que a principal pauta do seu povo é efetivar a prometida demarcação de terras, pois essas viabilizam qualquer outra conquista política. Ailton Krenak (1987), dentre outras inúmeras lideranças indígenas, vêm reivindicando há décadas a iniciativa e efetivação governamental brasileira em demarcar os territórios indígenas. Tal falta, além da evidente desvantagem territorial, provoca danos nos estratos social e econômico, como exemplifica a supracitada denúncia de Cardoso. Por fim, Davi Kopenawa (2015, pp. 196-197), do povo Yanomami, relembra o que deveria ser sabido, ao observar que o território hoje entendido pela maioria como sendo legado europeu era em sua totalidade povoado pelas diversas sociedades indígenas da região.

Como se vê, a vicissitude da relação socioespacial não é nova e impõe adversidades políticas, econômicas e culturais em função da geografia há séculos. Esse problema é ainda mais notório no escopo de minorias. Nesse sentido, o conceito aqui desenvolvido de paradigma da desatenção estabelece relação dialética com a noção de “imaginários geográficos” e da “perenidade de fronteiras” de Antonio Ioris (2021), em intersecção com a percepção de interseccionalidade, com particular atenção ao nexo entre gênero e etnia indígena, discutida por teóricas indígenas, tais como Eliane Potiguara (2004), Aura

Estrela Cumes (2017), Tânia Kanoé (2018) e Luana Cardoso (2019). Através da relação antitética com espaços centrais, o espaço fronteiriço é perpetuado e marginalizado para sustentar a esfera econômico-social do centro, (re)criando na fronteira desigualdades perenes (Ioris, 2021, pp. 10-17).

No âmbito social da fronteira, especificamente no caso da amazônica, intelectuais indígenas, como Potiguara (2018), Cumes (2017) e Cardoso (2019), acrescentam a camada do gênero à étnico-racial e enfocam o debate de interseccionalidade em particular na experiência de mulheres indígenas. Cumes observa, por exemplo, que na experiência interseccional, *“es difícil separar qué cosas sufren exclusivamente como mujeres y que específicamente como indígenas”* (2017, p. 2).

Desta forma, “paradigma da desatenção” é a condição socioespacial de marginalidade no escopo específico que entrelaça o cenário geopolítico próprio da fronteira à interseção identitária social da mulher indígena em particular. Tal paradigma se torna quase *sui generis*, pois o espaço fronteiriço imagina divisões territoriais, econômicas, sociais e culturais. Tais divisões imaginadas trazem à realidade da fronteira dinâmicas complexas de proibições (como restrições de movimento), disputas territoriais e econômicas (como confrontos interestaduais, ou mesmo, guerras internacionais) e confrontos culturais (como discriminações étnicas, raciais e linguísticas, entre outras, que acompanham os interesses econômicos). Em oposição ao centro, Ioris (2021, p. 17) explica que a fronteira é estabelecida como uma região nova, de definições incertas, regulações dúbias e fiscalizações relapsas, e, desta forma, injustiças sociais como a violência encontram condições oportunas de instalação. Assim, em sua maioria, a visibilidade que recebem crimes cometidos nesse contexto é escassa, seus julgamentos são acelerados e imponderados, e, problematicamente, sua criminalidade permanece impune (Potiguara, 2018, p. 44), o que incentiva sua proliferação. Porém, como exatamente chamar atenção para o paradigma da desatenção?

2. MULHERES EMPILHADAS

Uma maneira de evidenciar o problema é através de produções culturais. Carvalho e Macedo Júnior (2018) defendem que expressões culturais do ambiente físico por meio de outras manifestações culturais, como a literatura³,

³ Para esta breve análise, limita-se ao escopo do romance, não transbordando o corpus em busca de depoimentos ou entrevistas que vão além do romance. Porém, intenciona-se expandir esta análise futuramente para incorporar com maior atenção o escopo extra diegético com o qual ele dialoga.

são importantes meios de dar voz às injustiças silenciadas nas ecologias marginalizadas e são, portanto, significativas para orientar um desenho físico e social mais justo. Em ressonância com seu argumento, trago à discussão o olhar crítico de Patrícia Melo no romance *Mulheres Empilhadas* (2019)⁴. A obra denuncia a desatenção a mulheres indígenas violentadas e perpassa a ficção e realidade, ao trazer casos verídicos de violência e assassinato de mulheres, registrados por jornais, e a história fictícia (porém facilmente real) de uma advogada paulista que investiga crimes cometidos contra mulheres indígenas no Acre. Em particular, o romance enfoca-se no feminicídio da pré-adolescente Kuratawa⁵ Txupira, sequestrada, torturada, violentada e assassinada por três adolescentes acreanos não-indígenas. A narradora é uma mulher (sem nome) branca de São Paulo⁶, que, ao perceber

⁴ Apesar do tema da mulher nativa brasileira ser incluído em importantes discussões epistemológicas geradas através de autoras indígenas brasileiras (Potiguara, 2004; Minapóty, 2014; Tabajara, 2018; Wayna Kambeba, 2018; Pachamama, 2018; entre outras), este ensaio analisa *Mulheres Empilhadas* nesse ensaio por seu caráter ficcional contemporâneo e enfoque na temática do feminicídio na Amazônia brasileira. Outros textos contemporâneos à *Mulheres Empilhadas* discutem relevantemente o tema do feminicídio no Brasil, ao exemplo do romance de Sulamita Esteliam (2019) e o artigo histórico de Márcio Meira (2021), porém não abarcam concomitantemente o aspecto racial, espacial e temporal do feminicídio indígena atual na Amazônia. Tampouco foi encontrada em pesquisa para esta publicação literatura brasileira indígena (e não indianista) contemporânea que aborde a questão em um romance, apesar de serem notáveis as produções acadêmicas de Potiguara (2018), Cardoso (2019), Cumes (2017), Ascencio, Rojas, Guardián, & Fabián (2020), entre outras. Ademais, apesar de *Mulheres Empilhadas* não se tratar de literatura indígena, está a ela dialeticamente conectada e confere ao tema saliente atenção para debates. Ressalta-se, por fim, que subseqüentes pesquisas que correlacionem o romance a futuras perspectivas literárias indígenas sobre o feminicídio na Amazônia trarão debates frutíferos para a discussão.

⁵ Em sua estada em Cruzeiro do Sul, a narradora visita duas comunidades nativas, designadas no romance como 'Kuratawa' e 'Ch'Aska', por questões tanto profissionais quanto pessoais. Tais comunidades são fictícias no romance, porém, como argumenta Magri (2021), a localização – cortadas pela BR-364 (Melo, 2019, pp. 136-137) – e características das comunidades sugerem referência às comunidades reais dos povos Katukinas que habitam a região.

⁶ Por um lado, ao adentrar a jornada pessoal da narradora, a discussão é desviada do escasso espaço existente para geografias e demografias marginalizadas ao se atentar ao passado de uma mulher paulista branca. Não se sugere aqui que outras assimetrias sociais não mereçam atenção ou que seu mérito deva ser diminuído em função de outras assimetrias. Porém, se sugere aqui se o espaço para as discutir não seria mais propício em outras circunstâncias que não no reduzido local de reflexão sobre

no seu próprio relacionamento indícios de violência de gênero, se muda intencionalmente para um dos estados mais periféricos da geografia brasileira, o Acre. A advogada-narradora se instala em Cruzeiro do Sul, a segunda cidade mais populosa do estado. Lá, a narradora pretende participar de julgamentos⁷ contra crimes de gênero cometido contra mulheres nativas, com objetivo de coletar dados para uma pesquisa elaborada por sua firma e que visa salientar a cumplicidade estatal *vis-à-vis* a responsabilidade desses crimes.

No Acre, a advogada se depara com a verdadeira protagonista da história: a multitude de “mulheres empilhadas” a multidão – real – de mulheres que, esquecidas pelo sistema penal, acabam empilhadas. Ao longo desse processo, a narradora acaba por enfrentar seu próprio passado reprimido. Além de confirmar a natureza abusiva de seu relacionamento, através do contato com as mulheres envolvidas em sua pesquisa, ela toma consciência de que sua própria mãe havia sido vítima de feminicídio perpetrado por seu pai. Relevantemente, sua conscientização é possibilitada através do auxílio de epistemologias indígenas locais, na forma de chás com a erva camiri das xamãs da comunidade Ch’aska. Como ressaltam diversas pensadoras indígenas, como, por exemplo, Eliane Potiguara (2018) e Aura Estela Cumes (2017), o conhecimento dos povos indígenas, suas tradições e espiritualidades são, no mínimo tão valiosos quanto o conhecimento ocidental, e devem ser respeitados (Potiguara, 2018, pp. 43-44), e para mais, valorizados. Além disso, o fato de a narrativa agenciar o xamanismo feminino, menos visível em contraste com sua contraparte masculina, reforça a presença contra-hegemonia duplamente, ao protagonizar tanto a epistemologia originária quanto a liderança feminina. De fato, é uma realidade que muitas lideranças femininas indígenas têm que enfrentar o machismo de seus parentes para poder alcançar tais posições de respeito em suas comunidades, como denuncia Putanny Yawanawá, uma das primeiras mulheres do povo Yawanawá, a se tornar pajé (Gama, 2022). Assim, se faz pertinente pensar sobre como se configura a construção social do espaço.

mulheres indígenas. Por outro lado, a utilização da experiência de outras mulheres me parece propícia à relativização da violência de gênero em sua interseccionalidade de raça e classe. Por exemplo, ao discutir o feminicídio de sua mãe, a narradora ressalta precisamente como o crime contra mulheres não-brancas ou desfavorecidas economicamente é marginal em relação a suas contrapartes: “com minha mãe não puderam [pensar: ‘é só uma preta; uma puta, uma coisa’] por uma razão muito simples. Ela era branca. E não era pobre” (Melo, 2019, p. 19).

⁷ Apesar de outros julgamentos não fictícios e fictícios serem abordados marginalmente na narrativa, o romance enfoca-se no caso de Txupira.

3. A MARGINALIZAÇÃO INTERSECCIONAL GEOGRÁFICA

Quando o ex-namorado abusivo da advogada descobre que ela se mudou para o Acre, passa a persegui-la através de mensagens conflituosas que oscilam entre declarações de amor e mais agressões: “Quer levar uma flechada de índio? Que porra é essa de Cruzeiro do Sul? O que você está fazendo aí? Beijos apaixonados, Amir. PS: Ninguém merece ir para o Acre!” (Melo, 2019, p. 28). Além do confronto, a mensagem acima exprime a perspectiva dominante a respeito do estado do Acre, a perspectiva dos grandes centros urbanos que se disseminam para o resto do país. Tal perspectiva é caracterizada pelo isolamento geográfico do estado aliada a obscuridade (“que porra é essa de Cruzeiro do Sul?”), indesejabilidade (“ninguém merece ir para o Acre!”) e de ecologias indígenas caracterizadas de forma arquetípica e pejorativa (“quer levar uma flechada de índio?”). Assim se perpetua o imaginário geográfico do Acre e antropológico dos povos indígenas como tropo de atraso e escárnio; assim, o Acre é reduzido a sinônimo de um espaço “de índio,” tenebroso e violento, onde se pode levar “flechadas de índio”.

Para melhor entender esse espaço, se faz oportuna sua visualização. Quatro são os escopos geográficos relevantes a esta análise, mapeados abaixo na Figura 1. De um lado, se tem São Paulo, o maior centro urbano do hemisfério sul. Do outro, três principais localidades acreanas: Cruzeiro do Sul, no qual a narradora se instala, e duas comunidades indígenas, Kuratawa e Ch’Aska, localizadas ao longo da malha rodoviária que liga Cruzeiro do Sul à capital, Rio Branco.

O trajeto entre Cruzeiro do Sul e as comunidades indígenas que traça a narradora em suas visitas propicia a oportunidade de observar sua caracterização através das lentes da advogada. Sobre a viagem à Ch’Aska, ela relata:

Havia sido uma longa viagem, duas horas de carro até uma pequena vila às margens do rio Môa, e de lá pegamos uma voadeira, num trajeto de quatro horas pela floresta até a aldeia de Ch’aska. Ao caminhar pela mata, antes de chegar à comunidade, fiquei maravilhada com o ar da floresta que, de tão denso, parecia uma fruta carnosa, a ser comida em gomos (Melo, 2019, p. 64).

Sobre o trajeto à Kuratawa, ela comenta:

Com as chuvas, as estradas estavam em péssimo estado. Havíamos feito em cinco horas um trajeto que poderia ser realizado em três. (...) Fiquei momentaneamente cega ao entrar naquele ambiente escuro, que me lembrou um planetário, cravejado com minúsculos pontos de luz que varavam o teto, uma trama densa de folhas de babaçu (Melo, 2019, pp. 138-139).

FIGURA 1. Mapa do Brasil com destaque para as regiões relevantes à narrativa.



Fonte: Base cartográfica Google Maps, acessado em março de 2022, esquema elaborado pela autora.

Destaca-se na passagem o afastamento do local através da indicação do tempo de chegada à comunidade, a falta de manutenção das estradas e a atenção à presença da natureza. Como se discute mais à frente, o descaso institucional – o que Kanoé *et al.* (2018) chamam de “violência institucional” – já é evidenciado aqui através da negligência estatal *vis-à-vis* o sistema público de transporte, como a manutenção das estradas. Tal descaso contribui para o isolamento das comunidades indígenas de maneira geral e sobretudo das mulheres indígenas. As duas fotografias abaixo (Imagens 1 e 2) retratam algumas composições ecológicas de comunidades reais Katukinas, na região norte do Acre, beirando a divisa com o estado do Amazonas (Varinawá, Feijó, Sena

Madureira, AC), as quais se entende que as comunidades Ch'Aska e Karutawa fazem referência.

IMAGEM 1. Choupanas Katukinas.



Fonte: Povos Indígenas no Brasil. Recuperado em fevereiro 2022, de https://pib.socio-ambiental.org/en/Povo:Katukina_Pano.

IMAGEM 2. Mesclagem semi-urbana da paisagem Katukina.



Fonte: Povos Indígenas no Brasil. Recuperado em fevereiro 2022, de https://pib.socio-ambiental.org/en/Povo:Katukina_Pano.

Bonam, Taylor, & Yantis (2017, p. 2) classificam o ambiente físico como aquele que compreende os ambientes construído e natural. O último é tipicamente concebido dentro de estudos espaciais em oposição ao ambiente construído. Diferentemente do ambiente construído, o natural é identificado por unidades ecológicas (como solo e vegetação) e recursos naturais (como ar e água) e se contrasta com o ambiente construído ao ser entendido pela ausência de áreas fundamentalmente transformadas pela atividade humana, tal como ocorre em áreas urbanas. Bonam e suas pares postulam que o espaço construído é um construto social na medida que sua produção e percepção são mediadas através do corpo social. No escopo geográfico do sul global e, para mais, da região amazônica, a noção supra-histórica de imaginários geográficos se faz particularmente relevante, ao desvelar o processo de alterização de certas geografias a partir da perspectiva ocidental.

Essa perspectiva, baseada no tripé do iluminismo, protestantismo e positivismo euro-ocidentais, no qual a razão antropocêntrica, legitimada pelo entendimento científico da época, e o foco no trabalho capitalista são valorizados em detrimento de outros princípios culturais. Assim, se opõe sociedade à natureza, situa-se a primeira acima da última, e se estabelece a noção de que, o progresso e superioridade de uma sociedade são construídos a partir da dominação e transformação da natureza para fins de acumulação capital. Observa-se na passagem a relação dicotômica entre elementos do sublime da natureza e da modernidade na ênfase do aspecto extraordinário da natureza tropical, de “florestas densas”, “frutas carnosas” a serem comidas “em gomos”, e a tentativa de modernização desse ambiente, em estradas construídas através de projetos federais milionários durante os anos 1970, mas que se encontram em “péssimo estado”, em abandono governamental.

Problematicamente, como a próxima seção discute mais extensamente, as populações indígenas são arrojadas dentro do imaginário do ambiente natural, sendo assim, por conseguinte, caracterizadas como não-humanas, já que o ambiente natural é aquele que não sofre interferência humana. Entretanto, como as imagens 2 e 3 acima corroboram, a interferência humana está sim presente nas comunidades indígenas. A imagem 2 traz um cenário mais modificado, mais urbanizado que a imagem 1, possivelmente influenciado pelo contato dos locais com as populações não-indígenas. Davi Kopenawa (2015, pp. 174-175) objeta-se a essa influência dos brancos às populações indígenas, sobretudo jovens, que passam muitas vezes a reproduzir os costumes brancos e esquecer os próprios, talvez como ilustra a imagem 2. Em todo caso, notamos já na imagem 1 um ambiente construído, com choupanas que se mesclam com o ambiente natural de maneira sutil, não exigindo grandes modificações arquitetônicas para sua coexistência com a natureza. Apesar de sutil, no entanto, é clara a interferência humana no ambiente. Portanto,

essas não podem ser entendidas como o ambiente natural. Saber alterar o ambiente natural de forma a ainda o coabitar em equilíbrio sustentável, como retrata a supracitada descrição da comunidade Ch'Aska (Katurina) não significa que seus habitantes sejam tolhidos de cultura.

Pelo contrário, negar sua cultura é reproduzir a mentalidade colonial, como argumenta Quijano (2000), de que a “natureza indomada” de que “o território desocupado”, permanecem passivamente à espera de se tornarem produtivos e desenvolvidos pela modernidade da mão do homem branco, ênfase no gênero masculino, como salienta María Lugones (2010). Assim, negar a cultura das comunidades ameríndias é desumanizá-las. Como sublinha Quijano, tais práticas colonialistas justificaram os projetos imperialistas de conquista territorial no século XVI e, longe de terem sido apagados no momento pós-colonial, seguem perpetuando-se na ideologia presente nos imaginários geográficos tropicalizados⁸. No contexto neocolonial da região Amazônica, exemplos icônicos dessa prática geoestratégica e econômica são o extrativismo da borracha e da castanha no século XIX, como assinala Bertha Becker (2004), e os projetos militares de ocupação “dos vazios demográficos” (Becker, 2004) da região dos anos 1970 do século XX, como mais profundamente problematiza Tracy Guzmán (2013, p. 165).

Dentro do imaginário amazônico pensado através da ótica do ambiente natural, são problemáticas as concepções de isolamento, fronteira e femininidade. A associação da natureza à mulher, é observada, por exemplo, na caracterização da comunidade Ch'Aska descrita acima (Melo, 2019, p. 64), na qual a natureza se mostra misteriosa e virgem (“tão densa”) e em elemento que nutre e provê alimento e cuidado (“uma fruta carnososa”). Largamente acompanhada do substantivo adjetivador “mãe”, a natureza é comumente associada ao gênero feminino. Beauvoir (1974) problematiza o engendramento da natureza, ao apontar sua reflexão da cultura patriarcal hegemônica, na qual ambas são socialmente subordinadas: a mulher ao homem e a natureza à sociedade.

Ademais, o vínculo da região amazônica com a noção de isolamento, sugerida pela descrição da viagem difícil, longa e onerosa da narradora,

⁸ Utiliza-se o adjetivo “tropicalizado” seguindo a noção de David Arnold (2000), para caracterizar o imaginário geográfico pejorativo do colonizador a respeito do espaço colonizado em regiões de clima tropical como subdesenvolvidas, privadas de cultura e desabitadas ou habitadas por sociedades consideradas não-civilizadas. Ressalta-se que tal imaginário não permaneceu no momento colonial, mas, pelo contrário, perdura na pós-colonidade. Portanto, justifica-se seu uso ao discutir a contemporaneidade.

confere menor obstáculo a práticas de violência e maior dificuldade à circulação de informação. Por exemplo, em sua análise do espaço não-urbano no Reino Unido, Jo Little (2017, p. 474) observa que “os dados de violência doméstica reportados pela polícia são notoriamente subestimados”. Little complementa que, apesar da larga área territorial em ecologias periféricas parecerem oferecer espaço para refúgio de vítimas de violência, precisamente por causa desse território abrangente, a violência antagonicamente ocorre de forma mais profusa. Isso ocorre entre outros motivos, porque, por mais que a vítima fuja, ela toma tempo para encontrar auxílio em uma espacialização mais dispersa; porque a posse de carros é substancialmente mais corrente entre homens do que entre mulheres (Mobilize Brasil, 2021) e porque quando a mulher encontra ajuda, é comum que essa não lhe seja oferecida por uma pluralidade de comunidades mais tradicionais existentes em ambientes menos urbanos (Little, 2017). Essa falta de mobilidade das vítimas está atrelada, como Bowstead (2011) destaca, à noção foucaultiana de tecnologias panópticas de vigilância, nas quais o movimento da vítima e a procura por socorro são restringidas.

No contexto da região amazônica, Liana Melo (2020) reporta que a invisibilidade estatística da violência contra a mulher nativa no município mais indígena do país, São Gabriel da Cachoeira, AM, é notória: “oficialmente, as denúncias diminuíram, mas a violência aumentou”. Institucionalmente, a invisibilidade estatística ocorre em grande parte em função do descaso socioespacial do qual alertam Kanoé *et al.* (2018), pois, como denuncia Melo (2020), a cidade de São Gabriel da Cachoeira não conta com uma defensoria pública e só em 2020, a delegacia local foi guarnecida de uma equipe especializada de mulheres para ouvir as vítimas e passou a incluir informação étnica nos boletins.

Finalmente, a fabricação da região Amazônica como uma área fronteira de divisa da “civilização”, estimula e perpetua injustiças sociais. Isto é, na fronteira, as regulações e fiscalizações em relação às práticas impostas e reproduzidas de acordo com a ideologia nuclear são difusas e incertas (Ioris, 2021, p. 14). A prescrição da hegemonia cultural e econômica de centros urbanos em regiões fronteiriças também culmina tanto na desapropriação dos valores culturais e padrões econômicos locais (Quijano, 2000; Potiguara, 2018; Cumes 2017), como no aumento da indigência nessas sociedades. Ambas as repercussões podem ser observadas na narrativa de *Mulheres Empilhas* pela reflexão da narradora ao comparar as aldeias Ch’Aska e Kuratawa:

O que na aldeia [Ch’Aska] era frescor, e encantava pela riqueza e originalidade do feitio, ali era miséria e carência. Um cheiro forte de fritura carregava o local. (...) A aldeia dos Ch’aska, cujas terras maiores e mais

isoladas proviam caça abundante para seus membros. Na aldeia dos Kuratawa, cortada pela BR-364 e cercada por ocupações agrícolas, a situação era outra. De madeira nobre ali não tinha mais nada. Nem espaço para roça. Ou para os animais. “Capivara, porco do mato, cateto, paca, que antes eram abundantes, agora são raros. Nos rios, ainda tem lambari, pirapará, xangó, mas tudo contaminado por agrotóxicos”, explicara Marcos (Melo, 2019, pp. 139-140).

O constante contraste salientado nessa passagem entre o contato da civilização ocidentalizada e a tropicalizada apontam para as assimetrias de poder. Daí a presença predatória do agronegócio na região, que concorre com a economia sustentável de subsistência corrente em outras culturas e, através da autointitulada autoridade ocidental, culmina em espistemicídios das culturas locais. Ao tentar a substituição de um modelo econômico para outro, o espaço acaba por não o alcançar ao mesmo tempo que imbuí graves consequências econômicas e sociais para a ecologia local. Desta forma, as associações de isolamento, fronteira e femininidade à região contribuem para sua situação no paradigma que chamo “de desatenção,” através das diversas formas de diminuição de sua importância social. Mas, se, por um lado, percebe-se a racialização (Lipsitz, 2007) e subjugamento de gênero e classe do espaço através do paradigma geográfico da desatenção, por outro, a pergunta que permanece é: de que forma a sociedade é espacializada (Lipsitz, 2007) em um paradigma social da desatenção?

4. A MARGINALIZAÇÃO INTERSECCIONAL DEMOGRÁFICA

Quando o olhar narrativo pousa sobre a comunidade Kuratawa, oportuniza-se a meditação sobre o nexos da espacialização social. O primeiro encontro da narradora com a comunidade ocorre no fórum de Cruzeiro do Sul, quando a advogada assiste ao julgamento do caso de Txupira:

Entrei no tribunal juntamente com uma velha indígena [que] usava uma camiseta desbotada com a logo da Batavo, saia vermelha, de brim e sandálias de dedo muito gastas nos calcanhares, e no seu rosto vincado, via-se uma faixa larga de coloração ocre ao redor dos olhos. (...) Aquela pintura, de certa forma, restituía a dignidade étnica que as vestimentas e calçados miseráveis lhe roubavam (Melo, 2019, p. 33).

Destaca-se na observação o contraste entre a indigência e performatividade étnica percebida na aparência da anciã. Tal como o espaço da aldeia incorpora fronteiras urbanas, arquitetônicas, culturais, também suas habitantes demonstram a mesclagem que transita entre aspectos da cultura indígena e não-indígena. Kopenawa (2015, pp. 174-175) comenta que as co-

munidades originárias sofrem grande influência da comunidade branca, por exemplo, em suas roupas e atividades, em decorrência da aproximação da população branca à aldeia, e afastam-se dos próprios costumes. Ele esclarece ainda que parte da comunidade indígena reproduz os costumes brancos por ingenuamente acreditarem poder tornarem-se brancos. De fato, o aspecto “miserável” de sua vestimenta ocidentalizada chama atenção à carência que sofre a comunidade, no seu contato com a cultura branca. Como destaca Frantz Fanon (1967[1952], pp. 126-127), o processo de identificação pelo qual passa a sociedade colonizada induz a adoção subjetiva da cultura colonizadora através do aparato social hegemônico, que superioriza essa e inferioriza aquela, porém, deve-se “*resort to the obvious fact that wherever he goes, a black man remains a black man*” (Fanon, 1967[1952], p. 150). Aplicada ao contexto ameríndio, o indígena ocidentalizado, fundamentalmente por ainda permanecer fenotipicamente indígena, sofre discriminação da sociedade ocidental, e, assim, não consegue usufruir dos benefícios oferecidos pelo poder hegemônico branco. Assim, no amálgama cultural incitado pelo ocidente, por meio de diversas formas, sobretudo econômica, como se discute mais à frente, a população ameríndia acaba afastando-se de seus próprios costumes, ao mesmo tempo que não atinge o status socioeconômico e político dominante do ocidente.

Quando a protagonista acompanha a promotora Carla em visita a aldeia dos Kuratawa, ela observa a população novamente, desta vez no contexto da sua aldeia, e destaca o contato transcultural ainda mais claramente:

Os Kuratawa, assim como os indígenas da aldeia Ch’aska, não andavam nus. Bermudas coloridas, tops, camisetas de times de futebol desbotadas, velhos jeans, trapos de algodão, bonés, chinelos de dedos e tênis rotos compunham a vestimenta. As mulheres, no seu próprio hábitat, sem a maquiagem de urucum nos olhos que galvanizou o plenário no julgamento de Txupira, me pareciam mais desindianizadas do que no ambiente urbano onde as conheci. (...) Eu não era uma turista entusiasmada esperando um espetáculo folclórico de pingentes e penachos. Já estava em Cruzeiro do Sul havia tempo suficiente para saber das dificuldades que as comunidades indígenas enfrentavam. Mas os Kuratawa sequer pareciam indígenas. Eram apenas pobres. Abandonados. Fui tomada de uma súbita angústia ao ver toda aquela precariedade (Melo, 2019, p. 138).

A descrição denuncia o impacto da cultura ocidentalizada no ambiente e comunidade indígena através da precariedade. O impacto da imposição

⁹ Ênfase no original.

ideológica modernista ocidental no milieu tropicalizado lhe confere tanto um status de classe inferior àquele dado ao ambiente urbano, como de fato prejudica o seu desenvolvimento econômico além daquele corrente no sistema ocidental. Através da influência do agronegócio e indústria pecuária, as ecologias indígenas terminam nem alcançando desenvolvimento econômico a partir do paradigma ocidental, nem retornando ao seu próprio sistema funcional de subsistência. Circunscritas nessa situação, as comunidades indígenas se tornam, na contingência transcultural, mais vulneráveis tanto à indigência quanto a práticas discriminatórias. Conceitualmente em mais uma fronteira, os povos originários se encontram assim em uma diáspora indígena, de caráter territorial, social e cultural, como assinalam Melo e Costa (2018, p. 361), “em constantes movimentos, (...) cujos deslocamentos transculturais (...) desestabiliza(ra)m as identidades dentro e fora de suas comunidades”.

Em uma segunda camada de análise, nota-se na descrição da comunidade o foco na vestimenta dos povos. Há aqui uma expectativa, da qual a narradora tenta se distanciar, ao dizer que não é uma turista com expectativas do espetáculo, entretanto ainda sustenta, ao comentar que as indígenas “pareciam mais des-indianizadas” na comunidade que na cidade. Essa expectativa da comunidade branca parece romantizar e, ao mesmo tempo, depreciar os povos originários ao prescrever que esses devam vestirem-se de dada maneira, ou não se vestirem de modo algum. Importantemente, a nudez, entendida em função do temor do biológico em relação aos povos colonizados, imprime associação ao animalesco (Fanon, 1967, p. 142). Na primeira conjuntura, na qual se espera que os povos nativos se vistam de forma caricaturada, a expectativa é a de que esses ostentem uma caracterização estereotipada pelo imaginário ocidental constantemente, de fato em um espetáculo, ao invés de, como qualquer outra população, ter um espectro de opções que convenham situações diversas, como festividades e o dia a dia. Por exemplo, a Imagem 3 a seguir ilustra vestimentas usadas por mulheres Katukina em circunstâncias festivas, mas que não são utilizadas a todo momento.

Com efeito, ao escolher uma ornamentação característica para o dia do julgamento em *Mulheres Empilhadas*, e a imprimir na sua pele, ao intencionalmente performar a imagem arquetípica dos povos originários, parece haver uma tentativa da parte das Kuratawas de comunicar sua subjetividade à comunidade ocidentalizada; uma tentativa de sensibilização para sua situação. Toma-se emprestado aqui o conceito de “pele social”, que Turner (2012) desenvolve a partir dos seus estudos com os povos amazônicos Kayapó. De acordo com o conceito, algumas populações indígenas utilizam-se de uma caracterização seletiva, optando por manifestar certas expressões e adornos corporais, impregnados de sentido, a fim de comunicar sua subjetividade e

sociabilidade a outros povos. Como destacam Valdivia *et al.* (2021, p. 96), esses adornos sinalizam diversas categorias humanas, tais como senioridade, estado civil e liderança.

IMAGEM 3. Indígenas Katukinas caracterizadas em cerimônia.



Fonte: Comissão Pró-Índio do Acre. Recuperado em março de 2022, de <https://cpiacre.org.br/mulheres-indigenas-na-linha-de-frente-na-luta-por-direitos/>.

A seguir, eu gostaria de retornar para esse momento na narrativa do julgamento da menina Txupira, de quatorze anos, no qual se apresenta o testemunho dos perpetradores do feminicídio. Aqui, o tom irônico da narradora incorpora a perspectiva do agressor:

A índia agora estava ali, dando sopa, (...) desfrutável. (...) a selvagem saiu em disparada. Então, um deles teve que ir atrás. Caçar a moça. Enfiá-la no carro. À força. Não para estuprar, nem para matar, mas para se divertir, porque eles acharam engraçado ver a índia assustada, como bicho, (...) ela não entendia [o] diziam, ficava olhando com uns olhões grandes, com cara de tonta, e isso eles também acharam muito cômico, e depois – ele nem sabe explicar como tudo aconteceu, mas foi assim, uma coisa levando à outra, ela não parava de gritar, e por isso eles rasgaram a camiseta dela e a amordaçaram. (...) assim, ela ficou com os peitos de fora, e Txupira era uma índia muito bonita, (...) a coisa foi (...) acontecendo “naturalmente”, sabe? Antônio passou a mão nos peitos de Txupira, e não é que a maluca deu um

tapa no rosto [dele]? Por isso ela teve as mãos amarradas (...) Abelardo veio com uma faca, não para matar, nem para torturar, era só para assustar, (...) acabaram no celeiro, onde Txupira foi pendurada num desses ganchos de açougueiro para “se acalmar”. E foi assim que eles acabaram estuprando, torturando e matando Txupira, (...) que acabou morrendo. (...) o corpo de Txupira foi encontrado boiando, (...) seus mamilos extirpados, dentro do útero, cacos de vidro (Melo, 2019, pp. 36-37).

Impossível de ignorar na perspectiva narrada é a ausência de culpabilidade do agressor, um obstáculo central na violência contra a mulher. Problematicamente, essa é transferida para a vítima. A utilização da voz passiva, as locuções adverbiais de causa e consequência são empregadas através da retórica linguística para eximir o agressor da culpa. Assim, o testemunho dos criminais lhes tolhe a agência, pois um deles “teve” que ir atrás dela – quando ela tentou fugir de seus agressores – insinuando que ele não tinha outra alternativa e quase foi forçado a fazê-lo por alguma força invisível; pois eles “acabaram” no celeiro; o fato da menina ter gritado – em decorrência de estar sendo atacada, sequestrada, torturada e sexualmente abusada – é construído como a causa que justifica despi-la; sua morte é narrada como acidental, já que “aconteceu naturalmente”, depois que eles a penduraram um gancho de açougueiro. Absolutamente ausente do seu testemunho também está o estupro em si. Entretanto, essa foi a única parte do depoimento ao qual a leitora tem acesso na narrativa.

Difícil de descompactar uma cena tão grávida de significados e de significados tão graves. Para esta análise, se concentra nos aspectos sócio interseccionais do crime, de seus atores e da vítima. Primeiro, se observa a questão de classe. Recorrentemente caracterizados como afluentes, esses ofensores são filhos de fazendeiros, estudantes de escolas particulares caras da cidade, famílias descendentes dos coronéis seringalistas que iniciaram a invasão à região acreana, e o conceito e história do Acre, como hoje majoritariamente entendido em âmbito nacional. Novamente se percebe o prejuízo da influência ocidental branca à ecologia. Em contraste, como ilustram as supracitadas passagens, Txupira e seu povo sofrem o que Kanoé *et al.* (2018, p. 3) denominam como fenômeno da “feminização da pobreza”. Dada a relevância racial discutida neste ensaio, adiciona-se também a noção da racialização da pobreza.

A segunda camada do tecido social que se destaca na passagem é a racial. A alusão à índia, à caça, ao açogue, à selvagem, vai além da des-subjetificação de Txupira: ela a desumaniza. Assim, se torna conspícuo o argumento de Laís dos Santos (Aleixo, 2019) que relaciona a violência de gênero contra mulheres originárias à racialização, na medida que expõe o estupro à mulher indígena como uma forma de dominação forçada que deslegitima e desestrutura toda a comunidade. Santos salienta o caráter racial dessa violência

que vai além do físico-psicológico de um indivíduo, atingindo o coletivo e se justificando através da hipersexualização que o branco faz da indígena (Aleixo, 2019). Analogamente, assim como se justifica a exploração da terra ao caracterizá-la como improdutiva, se justifica o assassinato do Outro, ao caracterizá-lo como animal. Dessa forma, a passagem evoca novamente a noção do imaginário geográfico, porém, desta vez, associado à demografia. Em diálogo com a colonialidade do poder, de Quijano (2000), Lipsitz (2007) defende que prescrever características identitárias negativas a populações de um espaço a partir daquelas atribuídas ao local, além do incentivo à deterioração do meio, fomenta também construções redutivas de estereótipos e discriminações contra essas populações.

À vista disso, a comunidade indígena (Kuratawa ou outra), é rotulada como primitiva, selvagem, inferior. Tais prescrições identitárias instalam-se no inconsciente comunitário, como explica Fanon (1967), através de práticas discursivas e do aparato social de poder e constroem o que Žižek (2008) chama de violência sistêmica: aquela que está no campo discursivo e que precede a violência física. Assim, se estabelece uma ideologia de desvalorização social de certas populações, racializadas, engendradas, classializadas, marginalizadas. Desta maneira, buscando manter o *status quo*, segundo Žižek, a violência sistêmica autoriza a violência simbólica, que, por sua vez, legitima a violência subjetiva; essa, mais ostensiva, perpetuada fisicamente por um agente, como, por exemplo, é o caso do feminicídio.

O que nos leva, por fim, à interseccionalidade de gênero, evidente na passagem ao mostrar a objetificação da mulher através do seu corpo, a noção de direito que os criminosos têm de sequestrar, abusar, torturar, estuprar e matar uma mulher simplesmente pelo seu gênero. Como argumenta María Lugones (2010), dentro da lógica colonial de poder, nas quais pessoas colonizadas eram bestializadas e, assim, destituídas de subjetividade e direitos, o gênero, entendido a partir da perspectiva euro-ocidental, foi mais uma dessas camadas de subjetividade destituídas dos povos colonizados. Assim, não se os viam como “mulheres” e “homens,” mas como “fêmeas” e “machos.” Desta maneira, dentro do sistema de castas de Quijano, onde, antes de Lugones, havia ao topo o povo caucasiano europeu e, abaixo o colonizado, agora há no topo o homem branco, seguido da mulher branca, acima do “macho” racializado, acima da “fêmea” racializada – na base da pirâmide hierárquica. Portanto, a indígena se torna não só não-humana, mas também não-mulher. Em um viés similar, como animais, as populações indígenas são hipersexualizadas, porém, diferentemente do “macho,” a “fêmea” é vista como passiva e, logo, passiva de caça e cópula forçada (estupro) – e, se necessário, assassinato.

5. REFLEXÕES FINAIS

Isso posto, se argumenta neste artigo que, dentro de ecologias periféricas, em sociedades marginalizadas, que tanto a violência subjetiva a qual tais populações são submetidas é incitada, quanto a aplicação da responsabilidade criminal de transgressores é desprezada pelo corpo civil e judiciário. Ou seja, são nesses interstícios sociais que se instaura, para além do biopoder de Foucault (1979), a ordem necropolítica de Mbembe (2019). Desta forma, se desvela a convivência do estado. Retornando à citação inicial, se estabelece sua relevância, ao descobrir os nexos entre espaço, gênero, classe, raça e violência. A Lei Maria da Penha (nº 11.4340/2006) visa a prevenção e punição de atos de violência contra a mulher no âmbito doméstico. Sancionada em 2006, ela obteve destaque internacional ao conferir ao grave problema da violência contra a mulher no Brasil exclusividade legislativa. Porém, intra-categoricamente, como sugere o comentário da promotora Carla Penteado sobre a Lei Maria da Penha que abre a discussão deste artigo, ainda há um sistema hierárquico que previne o exercício indiscriminado da lei.

Lais dos Santos explica em primeiro lugar que a desatenção governamental com respeito à diversidade de línguas brasileiras impede muitas vezes que os povos originários tomem conhecimento da Lei Maria da Penha (Aleixo, 2019). Ademais, Kanoé *et al.* (2018, p. 11) relembram que o deslocamento físico até uma instituição da rede de proteção à mulher é dificultado pela distância e sistema de transporte público, como retrata a narrativa de *Mulheres Empilhadas* sobre a condição das estradas e demora na chegada a comunidade. O caminho reverso, da comunidade à cidade, é ainda mais dificultado, tanto fisicamente, pela falta de meios de transporte privado da parte de indígenas quando comparado à população branca da cidade, quanto socialmente, como observa Potyra Tê:

Sofremos tanto, lutamos contra esse sistema e vamos entregar um parente nosso a ele? (...) eu já levei mulheres à delegacia e, mesmo com nível superior e a carteira da OAB na mão, não me senti à vontade dentro da delegacia da mulher (Aleixo, 2019, s/p).

Como já observado, apesar da Lei Maria da Penha se destinar à violência doméstica, ela serve como exemplo para a violência mais abrangente, já que, se nem uma lei amplamente conhecida tem efeito em ecologias periféricas, que dirá outras com menor visibilidade. Talvez uma dessas leis menos visíveis, mas central a esta discussão, seja a Lei do Feminicídio (nº 13.104/2015), sancionada em 2015. Essa lei especifica legalmente e criminaliza o assassinato de mulheres em decorrência de sua condição de gênero. A lei também aumenta significativamente a pena para o crime de feminicídio. A partir dessa legis-

lação, estabeleceu-se a Política de Dados Abertos (Decreto nº 8.777/2016), na qual algumas instituições públicas e privadas podem utilizar as informações (que chegam a serem registradas)¹⁰ para gerar bancos de dados abertos que podem informar a população sobre os registros. Tais órgãos são, por exemplo, o Conselho Nacional no Ministério Público e o Fórum de Segurança Pública. Apesar dessa rede de acolhimento à mulher parecer, em teoria, ampla, como o artigo 19 (2018, p. 6) adverte, há problemas com esse sistema. Primeiro, à nível da colheita e divulgação da informação, os dados apresentam-se em sua maioria de forma descontextualizada – o que dificulta o entendimento do crime no Brasil –, sem licenças – o que culmina em mal entendimento no uso dos registros – e a maioria de sua atualização no sistema ocorre anualmente – o que gera desinformação por longos períodos.

Para otimizar a utilização eficaz do sistema de registros, a Iniciativa Latinoamericana pelos Dados Abertos (ILDA) recomenda padronizar as variáveis coletadas sobre o feminicídio no Brasil e o artigo 19 sugere que construa-se uma base de dados nacional (sustentável, centralizada e adequadamente financiada) e que sejam implementadas estratégias para melhorar a qualidade dos sistemas de coleta de dados sobre o feminicídio, em particular, em prover treinamento adequado e sensibilização aos profissionais envolvidos (artigo 19, 2018, p. 7). Aliada à melhoria no registro de informações sobre o feminicídio, deve-se ampliar sua divulgação e criar campanhas informativas e preventivas para que o problema seja mais concretamente confrontado.

Para além da Lei Maria da Penha, da Lei do Feminicídio e o Decreto da Política de Dados Abertos, no âmbito mais abrangente do sistema legislativo e judiciário, Kanoé *et al.* (2018) destacam mais barreiras institucionais no combate e prevenção a crimes contra a mulher. As autoras ressaltam que, apesar da criação da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Secretaria de Políticas para as Mulheres e a realização de Fóruns Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta durante a administração petista de Lula da Silva e Dilma Rousseff, que contemplaram ações específicas para as mulheres do campo e da floresta Kanoé, *et al.*, 2018, pp. 12-13), os governos subsequentes não só extinguiram tais secretarias, como reduziram em 61% o orçamento federal que contempla o atendimento à mulher em situação de violência e restringiram a presença de mulheres em cargos públicos, através dos quais, decisões legislativas e judiciárias são tomadas Kanoé, *et al.*, 2018, pp. 16-17.

¹⁰ Relembra-se que as estatísticas de modo geral sobre feminicídio e, em particular, sobre o feminicídio indígena, são frequentemente sub-registradas.

Sônia Guajajara, coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (AIPB), correlaciona a forma como as barreiras institucionais existentes são um legado da colonialidade: “(...) A violência vivida por nós [é] advinda do processo colonial [e] desestruturou as organizações sociais, principalmente as regras internas de organização. A colonização trouxe a violência institucional que atinge principalmente as mulheres” (Aleixo, 2019, s/p). Assim, a vida – e importantemente, a morte (Mbembe, 2009) – de mulheres indígenas, particularmente associada a ecologias periféricas, se tornam negligenciadas, deprimindo sua relevância social e, por extensão, penal. Por conseguinte, se estabelece a cumplicidade estatal na perpetuação dos crimes contra essas mulheres, seu descaso e abandono.

Propõe-se ressaltar nestas reflexões finais que o abandono estatal, validado através da alterização de geografias e demografias minoritárias, vai além de simplesmente segregá-las. Como Brown (2019), Lipsitz (2007) e outros estudos demonstram, a segregação física desloca-se para o terreno da economia, educação, saúde e bem-estar, inseridos na biopolítica vigente (Lipsitz, 2007, p. 10). Além – e por causa – de sua localização no escopo geográfico fronteiro e de isolamento e de sua posição duplamente marginalizada no escopo social por sua condição de gênero e raça/etnia, a mulher indígena que sofre violência é marcada pelo estigma ambiental. Em uma relação dialética com Lipsitz; Bush, Moffatt & Dunn (2001) chamam atenção à desqualificação social a qual são submetidas pessoas ao serem associadas a ecologias estigmatizadas. Assim, no contexto amazônico, a mulher indígena se torna ainda mais isolada, acentuando sua localização no paradigma da desatenção. Com a contínua desvalorização dos ambientes marginalizados e a intangibilidade da liberdade de mobilização espacial, grupos desprivilegiados permanecem desprivilegiados e, problematicamente, transferem intergeracionalmente as mesmas restrições para seus descendentes.

Melhor entender o espaço fronteiro da região amazônica viabiliza melhor compreender as dinâmicas sociais de poder que habitam esse espaço e, assim, se aumentam os recursos que podem ser utilizados para combater o paradigma da desatenção. Isso pode ocorrer ao chamar atenção para a falta de um sistema estruturado de auxílio a mulheres indígenas vítimas de violência nas proximidades de suas comunidades. Por sua vez, atenção a essa falta pode mobilizar instituições sociais, legislativas e jurídicas para, por exemplo, levar para comunidades originárias informação inteligível a mulheres indígenas sobre como se proteger e buscar auxílio para além da comunidade, bem como diminuir a distância entre as comunidades e a rede de proteção à mulher ou, ao menos, facilitar o deslocamento entre as duas através de melhorias no sistema de transporte nas proximidades dos territórios indígenas. Porém, para que haja mudança dessa realidade, além de implementações legislativas,

é necessário mudar as percepções raciais e de gênero sobre o espaço, bem como as percepções espaciais de raça e gênero. Talvez assim caminhemos em direção a um exercício cívico – e jurídico – mais equânime.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEIXO, I. (2019, 30 de abril). *Existe feminismo indígena? Seis mulheres dizem pelo que lutam*. Recuperado em 25 maio de 2022, de <https://n9.cl/txk8h>.
- ARNOLD, D. (2000). “Illusory Riches”: Representations of the Tropical World, 1840-1950. *Singapore Journal of Tropical Geography*, 21(1), 6-8.
- ASCENCIO, Y. T., ROJAS, L. I., GUARDIÁN, R. R. & FABIÁN, G. T. (2020). La demanda por justicia de género en una autonomía indígena: las mujeres de Cherán contra el feminicidio. *Revista de Ciencias Sociales y Humanas*, 6, 139-166.
- ARTIGO 19 BRASIL. (2018, mar.). *Dados sobre feminicídio no Brasil*. Recuperado em 24 maio, 2022, de <https://n9.cl/rorps>.
- BEAUVOIR, S. (1974). *The second sex*. (M. C. SHEILLA, Trad.). London: Penguin.
- BECKER, B. (2004). *Amazônia: geopolítica na virada do milênio*. Rio de Janeiro: Garamond.
- BONAM, C., TAYLOR, V., & YANTIS, C. (2017). Racialized physical space as cultural product. *Social And Personality Psychology Compass*, 11(9), 1-12.
- BOWSTEAD, J. (2011). Space and place as constraints and resources in women’s strategies to escape domestic violence. *Metronome*, 1, 9-17.
- BUENO, S. et al. (2021). Violência Contra Mulheres em 2021. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. Recuperado em 4 de julho 2023 de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>.
- BROWN, T. (2019). Racialized Architectural Space: A Critical Understanding of its Production, Perception and Evaluation. *Architecture_Media_Politics_Society*, 15(3), 1-34.
- BUSH, J., MOFFATT, S., & DUNN, C. (2001). “Even the birds round here cough”: stigma, air pollution and health in Teesside. *Health & Place*, 7(1), 47-56.
- CARDOSO, L. S. (2019). Memorial de uma liderança indígena: a construção política da trajetória... driblando as armadilhas da colonização. *Tellus*, 19(39), 293-307.
- CARVALHO, C. O. de & Macedo Júnior, C.S.M. (2018). Em que cidade você se encaixa: direito à cidade em *BaianaSystem*. In C. O. de CARVALHO, K. GRASSI, & S. F. C. GRAZIANO SOBRINHO. *Vidas Urbanas e a Vida nas Cidades: regramentos urbanos, ambientais, seletividade e violências* (pp. 138-152). Caxias do Sul: EDUCS.
- CUMES, A. E. (2017). Mujeres indígenas, patriarcado y colonialismo: un desafío a la segregación comprensiva de las formas de dominio. *Anuário de Hojas de Warmi*, 17. Murcia: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia.
- ESTELIAM, S. (2019). *Em nome da filha*. Maringá: Visu.
- FANON, F. (1967). *Black skin, white masks* (C. L. MARKMANN, Trad.). Grove Press.
- FOUCAULT, M. (1979). *Discipline and punishment: the birth of the prison* (A. Sheridan, Trad.). New York: Vintage Books.

- GAMA, L. (2022, jul. 12). *Dez mulheres indígenas que são símbolos de resistência*. Recuperado em 24 maio, 2022, de <https://www.dicasdemulher.com.br/mulheres-indigenas/>.
- GEORGETOWN INSTITUTE FOR WOMEN, PEACE AND SECURITY. (2020). Women Peace and Security Index. Recuperado em fevereiro, 2022, de <https://giwps.georgetown.edu/the-index/>.
- GUZMÁN, T. (2013). A native critique of sovereignty: the Brazilian Indigenous Movement in the new millennium. *Native and National in Brazil: Indigeneity after Independence*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (2021). *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. "Atlas da Violência". Recuperado em 14 julho de 2022, de <https://n9.cl/p4ofc3>.
- IORIS, A. (2021). Making the Amazon a frontier: were less space is more. *Distinktion: Journal of Social Theory*, 22(2), 1-23.
- KAMBEBA, M. W. (2018). *Ay Kakyrytama: eu moro na cidade*. São Paulo: Jundaíra.
- KANOÉ, T., ALVES, H. V. S, & SILVA, M. G. S. N. (2018). Mulheres Indígenas: O combate à violência através das leis dos costumes e da cultura dos povos da Terra Indígena Rio Guaporé em Rondônia. *XIX Encontro Nacional de Geógrafxs. 'Pensar e Fazer a Geografia Brasileira no Séculos XXI: Escalas, Conflitos Socioespaciais e Crise Estrutural na Nova Geopolítica Mundial'* (pp. 1-20).
- KOPENAWA, D. & Albert, B. (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.
- KRENAK, A. (2019, outubro 24). Discurso de Ailton Krenak, em 04/09/1987, na Assembleia Constituinte, Brasília, Brasil. *GIS - Gesto, Imagem e Som - Revista de Antropologia*, 4(1), 421-422.
- LIPSITZ, G. (2007). The racialization of space and the spatialization of race: theorizing the hidden architecture of landscape. *Landscape Journal*, 26(1), 110-123.
- LITTLE, J. (2017). Understanding domestic violence in rural spaces: A research agenda. *Progress in Human Geography*, 41(4), 473-488.
- LITTLE, P. (2001). *Amazonia*. Baltimore: John Hopkins.
- MAGRI, I. (2021). Nova descida ao inferno: Patrícia Melo e as mulheres que matam. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, 62.
- MBEMBE, A. (2019). *Necropolitics*. Durham: Duke University Press.
- MEIRA, M. (2021). O martírio de mulheres indígenas do rio Negro em documentos do Serviço de Proteção aos Índios (1914-1915). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 16(1), 1-20.
- MELO, L. (2020, agosto 28). *Violência contra mulheres também nas Aldeias*. Recuperado em 24 maio, 2022, de <https://projeto colabora.com.br/ods/violencia-de-genero-nas-aldeias/>.
- MELO, P. (2019). *Mulheres Empilhadas*. São Paulo: Leya Brasil.
- MELO, C. A., & COSTA, H. R. (2018). Identidades femininas indígenas em movimento na poética de Eliane Potiguara. *Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS*, 11(3), 361-374.
- MINAPÓTY, L. (2014). *Taiñaly, uma menina Maraguá*. Curitiba: Editora Positivo.

- MOBILIZE BRASIL (2021). Elas vão de transporte público e a pé. Recuperado em 4 de julho de 2023, de <https://n9.cl/b0xrb>.
- NELSON, L., & SEAGER, J. (2005). *A companion to feminist geography*. Malden: Blackwell Publishing.
- QUIJANO, A. (2000). Coloniality of Power and Eurocentrism in Latin America. *International Sociology*, 2(15), 215-232.
- PACHAMAMA, A. (2018). *Guerreiras*. Rio de Janeiro: Editora Pachamama.
- POTIGUARA, E. (2018). *Metade cara, metade máscara*. Rio de Janeiro: Grumín Edições.
- RIBEIRO, D. (2020). *Lugar de Fala*. São Paulo: Jandaíra.
- SAID, E. (1979). *Orientalism*. New York: Vintage.
- TABAJARA, A. (2018). *Coração na aldeia, pés no mundo*. Lorena: Uk'a Editorial.
- TURNER, T. (2012[1980]). The Social Skin. *HAU: The Journal of Ethnographic Theory*. 2(2), 486-504.
- VALDIVIA, G. *et al.* (2021). Real and mythical bodies weaving social skin: two waorani women disrupting genres of Amazon humanity. In B. Gökariksel *et al.* (Eds.). *Feminist geographies unbound*. Morgantown: West Virginia University Press.
- ŽIŽEK, S. (2008). *Violence: Six Sideways Reflections*. New York: Picador.

A CASA RIBEIRINHA: INFLUÊNCIAS EXERCIDAS PELO SEU ENTORNO COMO EXEMPLO DE SUSTENTABILIDADE

GLEISON JOSÉ MENDES DE SOUZA JUNIOR

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo levantar questões que envolvem a casa ribeirinha e a importância das águas para estas comunidades, entendendo as suas transformações com o passar dos anos, reconhecendo a herança indígena no que diz respeito às suas técnicas construtivas, e abordar a relação destas comunidades ribeirinhas com o meio em que estão inseridas. É possível utilizar como exemplo as interações que estas comunidades desenvolveram ao longo de décadas, no que se refere a relação entre o ser humano e o meio ambiente, se fazendo valer de elementos disponíveis na natureza, até mesmo suas relações religiosas, que envolvem diretamente o indivíduo com a floresta, sendo estes bons exemplos relacionados à sustentabilidade e aos assuntos que cercam este tema.

Palavras chave: Casa ribeirinha; arquitetura indígena; comunidades ribeirinhas.

1. INTRODUÇÃO

PARA DAR INÍCIO à análise é preciso entender alguns conceitos que englobam os rios e as cidades. O Brasil possui a maior rede hidrográfica e conta com a maior reserva de água doce do planeta, entretanto, sua relação problemática com os cursos é motivo de inúmeros questionamentos. Em virtude da facilidade de acesso a recursos essenciais, é muito comum que diferentes comunidades ribeirinhas surjam e se desenvolvam às margens dos rios, sendo posteriormente abraçadas pelo crescimento das cidades.

A princípio, é interessante entender a importância dos rios, em especial o Rio Acre, que banha o recorte de estudo, para o processo de formação das cidades que o cercam. Destaca-se a importância da vegetação para as margens deste rio, que possui cerca de 1.190km desde as suas nascentes até a sua desembocadura.

Utilizando a Amazônia como panorama e a cidade de Rio Branco (Acre) como referência contextualizadora do trabalho, é possível observar as transformações da paisagem ribeirinha, tanto em relação à sua história de formação, quanto ao seu processo de desenvolvimento. Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é entender as relações entre a casa ribeirinha e a natureza, que podem ser observadas através de diversos elementos, como por exemplo as suas técnicas construtivas, a relação entre o rio e a ação humana que influencia e modifica o modelo das edificações, a herança indígena e acontecimentos ligados à Primeira Guerra Mundial.

Quanto à metodologia do trabalho, vale destacar que a análise teve início a partir de pesquisas bibliográficas em revistas e artigos especializados nos temas abordados. Também foi realizado um estudo historiográfico, com o intuito de destacar a integração entre a casa ribeirinha e a natureza. Quanto à estruturação, além desta parte introdutória, o artigo conta com outros dois capítulos. O capítulo 2, que se refere a relação entre a natureza e as comunidades ribeirinhas traz uma contextualização a respeito da relação entre o habitar indígena, assim como o habitar ribeirinho, observando suas relações e a proximidade com a natureza. O desfecho vem após, com as considerações finais seguidas por referências bibliográficas.

2. A RELAÇÃO ENTRE A NATUREZA E AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS

É importante entender primeiramente que a cidade de Rio Branco surgiu e se desenvolveu através das margens do rio Acre. O ciclo da borracha foi um dos principais fatores do desenvolvimento de parte dos estados da região amazônica, entre eles o Acre. No final do século XIX, a borracha teve alto índice de exportação, desencadeando uma exploração e povoação da região Amazônica por brasileiros, sobretudo, nordestinos que saíam de suas terras na esperança de melhores condições de vida e de trabalho.

Entretanto, questões relacionadas à logística de transporte da matéria-prima em solo brasileiro, à diminuição drástica do seu valor de mercado e à utilização das sementes amazônicas para a criação de seringais, realizados pelos portugueses em diversos países, como na Malásia, Sri Lanka (anteriormente conhecido como Ceilão) e na África, fizeram com que mais de 60 mil trabalhadores ficassem sem alternativas de trabalho.

Estes acontecimentos, aliados a falta de políticas públicas que cuidassem destes trabalhadores, auxiliando-os ao seu regresso para os estados de origem, fez com que estes se distribuíssem através das margens dos rios que envolviam a floresta amazônica, trazendo para o nosso recorte de estudo, às margens do rio Acre, onde construíram suas residências e criaram comunidades.

Com isso, a herança indígena acaba se manifestando por meio de moradias comumente localizadas nas margens dos rios (Imagem 1) e através de várias atividades realizadas, como a agricultura de pequena escala, extrativismo vegetal, criação de animais e a pesca artesanal, esta última sendo a atividade mais realizada.

IMAGEM 1. Exemplo de arquitetura ribeirinha indígena.



Fonte: Acervo do autor (2021).

As habitações indígenas acabaram por influenciar diretamente nas edificações ribeirinhas, atuando como uma referência histórica, tornando-se um excelente exemplo ao representar de maneira contundente as adequações e interações entre o ser humano e o meio ambiente, se fazendo valer desde materiais e técnicas construtivas, até a costumes e suas relações religiosas, que envolvem diretamente o indivíduo com a floresta, a fim de criar soluções que vão além do simples fato de morar sem levar em consideração questões socioculturais. Podemos citar Diegues para afirmar este discurso:

Conhecimento tradicional pode ser entendido como o conjunto de saber-fazer com relação ao mundo natural e sobrenatural transmitido através

da oralidade de geração em geração por uma dada sociedade. Para muitas dessas sociedades há uma forte ligação entre o natural, o sobrenatural e a organização social (Diegues, 2000, p. 30).

É possível observar como principal característica absorvida pelas comunidades ribeirinhas a adaptação de materiais presentes na floresta, para serem utilizados em construções de habitações, tendo como exemplo desde as folhas das palmeiras manuseadas para a fabricação de coberturas, até a utilização da madeira para a elaboração da sua estrutura.

Desta forma, são empregadas técnicas adquiridas através da herança indígena, utilizando palafitas ou perna-mancas, para que as edificações ribeirinhas alcancem níveis mais altos a fim de evitar as possíveis inundações nos períodos de cheias. Esta variação ocorre de acordo com o comportamento dos rios durante o inverno amazônico, tendo como referência o terreno natural, porém esta medida comumente é guiada tendo como relação sempre as métricas das maiores enchentes registradas nas proximidades.

É possível visualizar a aproximação da arquitetura ribeirinha com elementos da natureza, como por exemplo a sua estrutura em madeira, que também é bastante utilizada para efetuar as vedações das edificações. A paxiúba também é amplamente destinada para este fim, comumente encontrada em áreas alagadiças, é também aproveitada na cobertura, assim como a palha, como pode ser observado na Imagem 1. Estes são alguns exemplos de técnicas e materiais que deveriam ser considerados como um patrimônio cultural oriundos da herança indígena. Reafirmando este discurso, resgatamos os apontamentos feitos por Gonçalves:

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformações em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas, estruturas urbanísticas, em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de “representação” que funda a memória e a identidade. (...) Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público (Gonçalves, 2007, p. 155).

IMAGEM 2. A casa ribeirinha no século XXI.



Fonte: Acervo do autor (2021).

Posteriormente, algumas comunidades passaram a utilizar telhas metálicas ou de fibrocimento, como pode ser observado na Imagem 2, pelo seu baixo custo e fácil instalação. Após abordados elementos que envolvem a casa ribeirinha, é possível observar a importância das águas para estas comunidades, mostrando ser um insumo essencial à preservação da vida, estando em crescente escassez, poluição e deterioração, gerando preocupação mundial e se tornando um problema ambiental crescente. A distribuição espacial dos recursos naturais nem sempre acompanha as maiores demandas geradas pela concentração populacional e pelas atividades econômicas dependentes da água. Sua disponibilidade finita exige que demandas de usos múltiplos, por diferentes atividades humanas, sejam compatibilizadas. Para se confirmar este pensamento, podemos recorrer ao art. 2 da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997), quando diz que é dever:

- I - Assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;
- II - A utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;
- III - A prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais;
- IV - Incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento de águas pluviais.

É possível observar também observar fortes ligações entre as comunidades ribeirinhas e o seu comprometimento com questões ecológicas, responsáveis pelos ecossistemas: seres vivos e estruturas físicas, entendendo-as como sis-

temas em constante equilíbrio, estabelecendo critérios para que esta harmonia dos sistemas naturais não seja destruída, e sustentáveis, que têm como principal enfrentamento – tanto em termos econômicos quanto em questões socioculturais –, os graves problemas de escassez de recursos e de poluição que se previam.

Como abordado anteriormente, estas relações podem ser observadas através do modo com que estas comunidades se relacionam com o meio em que está inserido, exercendo uma relação de identidade cultural, diretamente ligada ao ciclo hidrológico amazônico, deste a utilização de técnicas construtivas oriundas da herança indígena, como a utilização de materiais presentes na natureza, até a relação religiosa com a floresta, que estreitam esta relação entre o ser humano e a floresta. Zanin (2006) aborda estes pensamentos quando diz que:

A etnoarquitetura é uma expressão cultural da relação dos indivíduos com o ambiente que os cerca, sendo que nas atividades que a expressem são utilizados recursos naturais disponíveis para tais indivíduos, de modo que as estruturas desenvolvidas sob a luz desse conceito apresentam relação direta com o contexto físico, social e com a manutenção da vida (Zanin, 2006, p. 22).

Os ribeirinhos desenvolvem permanentemente uma relação estreita com o ambiente, a qual se manifesta em uma intensa interação. Isso pode ser revelado em diversos aspectos do cotidiano em relação a conservação do solo, da água, da fauna e da flora que caracterizam a condição sociocultural das comunidades tradicionais. A sua ocupação às margens dos rios os possibilita adaptar-se às condições ecológicas existentes. Com o passar dos anos, ações humanas acabaram por modificar o espaço urbano, alterando a sua paisagem, influenciando diretamente para a exposição das comunidades ribeirinhas a condições de vulnerabilidade. Como consequência destas ações pode se usar como exemplo as enchentes que ocorrem ano após ano, e contribuem para de maneira preponderante para a marginalização e segregação destas comunidades. Levando em consideração estes pontos, podemos citar Lepetit (2001) que diz:

Não se “secciona” historicamente os centros dos demais espaços das cidades e, do mesmo modo, não é possível se referir aos centros apenas pelos motivos de sempre, ou seja, pela infraestrutura instalada, pela facilidade de transporte, pelo acesso aos serviços e ao comércio, pelo estoque de edifícios (em geral caracterizados como antigos), mas também porque nesses centros, histórias urbanas e sociais se somam expondo constantes, e também diferentes, aspectos da identidade e da memória. Neles, evidenciam-se paisagens, em seu conjunto de formas, que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre ho-

mem e natureza (2). Neles se evidenciam a “presentificação” das cidades (3), pois nos centros históricos se acumulam as marcas de uma construção histórica, as marcas das sociedades, da cultura, dos conflitos, fracassos e sucessos da cidade. Evidenciam-se processos por meio dos quais se constituem e se legitimam os marcos, lugares e cenários da memória social (Lepetit, 2001, p. 37).

É possível observar a importância no aprofundamento em questões que permeiam a arquitetura indígena para o entendimento e para a valorização da arquitetura ribeirinha, que acabou por influenciar de diferentes formas as habitações de um modo geral, transformando como o uso de técnicas construtivas e a relação entre o ser humano e o meio ambiente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os aspectos observados até aqui, evidencia-se que o aprofundamento em questões que permeiam a arquitetura indígena é de suma importância para o entendimento e para a valorização da arquitetura ribeirinha, que acabou por influenciar, de diferentes formas, a habitação de um modo geral, como o uso de técnicas construtivas e a relação entre o ser humano e o meio ambiente.

É importante destacar que, nos primórdios, tínhamos uma comunidade indígena com bastante mobilidade no que diz respeito à territorialidade, atualmente o que vemos é cada vez mais o isolamento destas comunidades, tendo como uma das causas as ações por parte do poder público em diminuir seus territórios, que são seus por direito, em detrimento de questões econômicas, agropecuárias e extrativistas. Também é importante ressaltar que a especulação imobiliária, o crescimento desordenado aliados a falta de políticas públicas que atuem a favor da preservação da casa ribeirinha, são fundamentais para combater questões relacionadas ao ocultamento destas edificações, que exerce uma relação de identidade cultural, importante para a preservação da memória local.

Entende-se que apesar de todas as dificuldades enfrentadas, sobretudo neste período pandêmico, os objetivos do trabalho foram cumpridos, proporcionando uma ampliação do olhar sobre questões que envolvem a casa ribeirinha e suas comunidades, bem como a sua relação entre estas comunidades e a natureza. Os resultados obtidos através deste trabalho dão margem para que outras questões e aprofundamentos possam ocorrer, gerando novos desdobramentos e servindo como base para novas análises.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIEGUES, A. C. (2000). *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente.
- GONÇALVES, J. R. S. (2007). *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, Brasil: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais.
- GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. (2006). *Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Zoneamento Ecológico-Econômico: Indicativos para a gestão territorial do Acre*. Documento Final. Rio Branco: SECTMA, Fase II.
- LEPETIT, B. (2001). *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, C. F. de. (2010, outubro). Sustentabilidade nas cidades. Preservação dos Centros Históricos. *Arquitextos*, ano 11, nº 125.06. Recuperado em 10 de setembro de 2022, de <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.125/3569>.
- PONTES, C. J. F. (2014, dezembro 10). O primeiro ciclo da borracha no Acre: da formação dos seringais ao grande colapso. *South American Journal of Basic Education, Technical and Technological*, 1(1).
- SOUZA, C. A. A. de (1998). Os “empates” como forma de resistência: modo de vida dos seringueiros da Amazônia Ocidental. *Clio: Série História do Nordeste*, 1(18), 37-51.
- SOUZA, C. A. A. de. (2013). *História do acre: novos temas, nova abordagem*. Rio Branco.
- LEI Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. (1997). Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília. 1997. Recuperado em 10 setembro de 2022, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm.
- ZANIN, N. Z. (2006). *Abrigo na natureza: construção Mbyá-Guarani, sustentabilidade e intervenções externas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

PLANEJAMENTO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DE MACAPÁ-AP

ANTONIO CARLOS RODRIGUES SANTOS

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP, Brasil)

RICARDO ÂNGELO PEREIRA LIMA

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP, Brasil)

RESUMO

O artigo objetiva discutir o planejamento urbano e segregação socioespacial em uma cidade média da Amazônia brasileira. As noções conceituais e legais de cidades médias foram basilares na compreensão da produção do espaço urbano segregado, materializado nas ocupações das áreas inundáveis da cidade de Macapá, capital do Amapá, pela população de baixa renda, denominadas localmente de áreas de ressaca. A metodologia é de caráter interdisciplinar e envolveu a análise documental baseada nos aspectos legais que norteiam as políticas urbanas de Macapá. O levantamento cartográfico visou entender a espacialidade e temporalidade da segregação urbana em questão. A pesquisa revelou que a intervenção urbana na ressaca do Canal do Jandiá, que consistiu no remanejamento da população para o conjunto habitacional Macapaba, reforçou a segregação e as desigualdades socioespaciais no tecido urbano desta cidade amazônica, mantendo essa população privada em termos quantitativos e qualitativos do acesso à infraestrutura urbana e dos serviços públicos essenciais. Destarte, o planejamento não foi capaz de atender as demandas dos cidadãos e reforçou a segregação socioespacial ao distanciar parcela da população da “cidade”, em função das limitações de bens e serviços existentes no habitacional Macapaba.

Palavras-chave: Planejamento urbano; segregação; áreas de ressaca; Macapá.

1. INTRODUÇÃO

A SEGREGAÇÃO URBANA é uma constante no espaço urbano, materializada sob vários aspectos, entre eles, a questão da moradia, de modo que o déficit habitacional brasileiro em 2019 foi estimado em 5,8 milhões de moradias e, quando acrescentado a este quesito alguma condição inadequada, esse número sobe para 24,8 milhões de residências (Brasil, 2019). Ressalta-se que nessas condições se enquadram as populações de baixa renda que, em muitos casos, residem em áreas impróprias para moradias, como as encostas de morros, fundo de vale e áreas úmidas ou alagadas. Muitas vezes esses moradores são deslocados para as periferias urbanas por meio das políticas públicas, a exemplo das construções de conjuntos habitacionais, onde as condições de habitação são precárias e os serviços de saúde, educação, saneamento, segurança, transportes são de baixa qualidade e até inexistentes.

Nesse caso, na urbanização, marcada por fortes disparidades socioespaciais, as ações intervencionistas por meio das políticas públicas devem vir acompanhadas de participação social e que tragam um conjunto de ações e proposições que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população urbana, centradas nas condições de infraestrutura urbana e na inclusão social, ou seja, nos dizeres de Souza (2002, p. 75) promover a melhoria da qualidade de vida e o aumento de justiça social.

Nessa senda, a urbanização da Amazônia tem forte ligação com os investimentos estatais, os quais geraram padrões diferenciados de organização espacial. Nota-se que nas últimas três décadas vem crescendo na região uma reestruturação urbana com o crescimento exponencial das cidades médias. Nesse contexto, Macapá é uma cidade em que as desigualdades estão estampadas na paisagem urbana, onde parcela da população de baixa renda ocupa áreas alagadas em alguns meses do ano: as áreas de ressaca. Tal situação gera desafios urbanos e sociais de grande porte, uma vez que a ocupação dessas áreas não representa apenas uma questão de moradia, mas também socioambiental.

A pesquisa aqui apresentada visa discutir a situação da segregação urbana em Macapá, através da análise do referencial bibliográfico, do arcabouço jurídico e documental que disciplinam o uso e ocupação do solo urbano da cidade, assim como da cartografia, visando avaliar a espacialidade da segregação no tecido urbano.

2. CIDADES MÉDIAS: CONCEITOS E PRINCIPAIS ABORDAGENS

A partir dos anos 1990 crescem os debates acadêmicos sobre os novos papéis das cidades médias na realidade urbana brasileira, apesar de que as

discussões acerca dessa tipologia de cidades ocorrem desde a década de 1970. Sobre esse aspecto, Rodrigues (2015, p. 74) destaca as contribuições de Amorim Filho (1973) que adota como critério na definição de cidades médias os dados demográficos, a organização interna e as relações externas que elas apresentam. Também aquelas de Andrade e Lodder (1979) acerca da evolução dos estudos sobre as cidades médias no campo do planejamento urbano regional brasileiro. Esses dois autores definem cidades médias como aquelas que possuem entre 50 mil e 250 mil habitantes, onde a questão populacional constituiu a centralidade do debate na definição das cidades médias no Brasil.

Destaca-se que o quantitativo demográfico é um indicador importante, porém, outros aspectos e características das cidades devem ser utilizados para balizar a construção do conceito de cidades médias. Portanto, não há entre os órgãos nacionais e supranacionais uma compreensão “unificada” sobre o tema, como destaca Rodrigues (2015). No Brasil, as cidades médias são aquelas que possuem entre 100 mil até 500 mil habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Essa situação quantitativa segundo Santos, constitui um obstáculo, pois:

Cabe, todavia, levantar uma questão: podemos classificar as cidades com mais de 20.000 habitantes como médias? Um dos problemas que se apresentam nas ciências humanas é o do uso e interpretação das séries estatísticas, pois o número, em momentos distintos, possui significado diferente. O que chamávamos de cidade média em 1940/50, naturalmente não é cidade média dos anos 1970/80. No primeiro momento, uma cidade com mais de 20.000 habitantes poderia ser classificada como média, mas hoje, para ser cidade média uma aglomeração deve ter população em torno dos 100.000 habitantes (...) isto não invalida o uso de quadros estatísticos, mas sugere cautela em sua interpretação (Santos, 1994, pp. 70-71).

Diante desse desafio, é válido destacar que as características das cidades médias são complexas e não excludentes, conforme destaca Conte, ao afirmar que:

A maior parte dos estudiosos afirma ser de extrema importância na análise das cidades médias, o cruzamento de dados de outra natureza, como posição regional e na rede urbana, estrutura econômica, relações funcionais externas, alcance de influência polarizadora, além de características socioeconômicas e demográfica da área, entre outros aspectos (Conte, 2013, pp. 51-52).

Santos e Silveira afirmam que o sistema de cidades constitui uma espécie de geometria variável, levando em conta a maneira como as diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global e asseguram que:

As cidades médias têm como papel o suprimento imediato e próximo da informação requerida pelas atividades agrícolas e, desse modo, se constituem em intérpretes da técnica e do mundo. Em muitos casos, a atividade urbana acaba sendo claramente especializada, graças às suas relações próximas e necessárias com a produção regional (Santos e Silveira, 2001, p. 281).

Nota-se a pertinência dessa matriz discursiva diante da dinâmica da produção do espaço e suas articulações socioespaciais dentro da rede urbana nas diversas escalas tempo/espaço. Daí Sposito (2010, p. 52) assegurar que as cidades médias são “aquelas que desempenham papéis de intermediação no âmbito dos sistemas urbanos simples ou complexos”.

Considerando a dinâmica e arranjos espaciais urbanos no Brasil, marcado por características diversas numa perspectiva regional, Trindade Jr. estabelece a necessidade de diferenciação entre cidade de porte médio, cidade intermediária e cidade média no contexto urbano amazônico:

No primeiro caso, considera-se o patamar populacional para reconhecer tão simplesmente o tamanho demográfico das cidades. As cidades intermediárias, por sua vez, são definidas tendo em vista sua posição relativa e intermediária (...), independentemente de sua expressividade político-econômica no contexto hierárquico de uma rede urbana. São noções, portanto, que se diferenciam daquela que identifica o que seja a cidade média. Esta última leva em conta a importância sub-regional apresentada por uma dada cidade intermediária, *ipso facto*, pelas fortes centralidades que aí se materializam por meio de fluxos, a ponto de contribuírem significativamente para o ordenamento do espaço regional em que se inserem (Trindade Jr., 2011, p. 136) .

Observa-se que essas disparidades regionais não implicam em isolamento das cidades, e sim processos diferenciados de produção do espaço urbano. Nessa direção, as cidades médias da Amazônia, apresentam uma profunda ligação à lógica intencional do Estado, principalmente a partir da década de 1960.

Nesse debate, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM, 2019) destaca que as cidades, sobretudo as médias da região amazônica, devem ser entendidas como espaços de relações entre cidades e entre essas e regiões, as quais são estruturadas em nós e fluxos, caracterizando-se como pontos de encontro e passagem obrigatória. Essas cidades atuam como centralidades atrativas de um grande número de pequenos centros urbanos, intermediação entre seu entorno e os grandes centros, recebendo e emanando fluxos materiais e imateriais, bem como, fornecendo serviços e produtos que as pequenas cidades não dispõem. Essa discussão constitui elemento de análise a seguir.

3. AS CIDADES MÉDIAS NA REDE URBANA AMAZÔNICA

A rede urbana amazônica é constituída por cidades de portes diversos, os quais refletem a dinâmica das forças socioeconômicas na produção e organização do espaço regional. Nessa direção, Corrêa (2011) destaca que a configuração de rede urbana amazônica com um padrão espacial dendrítico¹, tendo Belém e Manaus como os dois maiores núcleos urbanos exercendo polarização sobre outros núcleos menores, distribuídos nas margens dos principais rios da região, se manteve sem grandes alterações até o início da segunda metade do século XX. Para o autor, o Estado é o principal agente norteador do desenvolvimento regional a partir da década de 1960, provocando transformações nesse cenário, com a abertura de grandes eixos rodoviários como a Transamazônica (BR-230) e a Cuiabá - Porto Velho (BR-363).

Gonçalves (2001, p. 79) ressalta que a organização do espaço amazônico, incluindo-se o urbano, valorizava os elementos dos ecossistemas existentes, denominado por ele de rio-várzea-floresta, o qual foi alterado para estrada-terra firme-subsolo. Destaca-se que esses dois padrões são contraditórios entre si.

Nesse contexto, as cidades amazônicas tornaram-se bases logísticas para as políticas de desenvolvimento regional e para a ressocialização da população migrante. O desenvolvimento econômico planejado para atender aos interesses do grande capital, motivou migrações para a região, pela ideia de progresso que os grandes empreendimentos representavam e, ainda, pela promessa de acesso à terra promovida pelo Governo Militar (1964-1985).

Em consequência, a Amazônia passou a registrar um rápido crescimento populacional, fortemente centrado nos núcleos urbanos, inclusive fazendo surgir novas cidades e redefinindo novas tendências na sua urbanização.

Nesse cenário, Trindade Jr. (2011) define as cidades médias amazônicas como sendo aquelas que assumem um determinado papel na estrutura urbana como centro sub-regional, não sendo simplesmente centros locais, mas núcleos urbanos com capacidade de polarizar e influenciar cidades menores, funcionando como anteparos e suportes às metrópoles regionais. Destarte, Macapá, capital do Amapá, entra em cena na urbanização da região, conforme veremos a seguir.

¹ Trata-se de rede de origem colonial, com a principal cidade localizada em estuário de ampla via de circulação fluvial, por onde se fará a ocupação e, a seguir, o escoamento dos produtos primários da hinterlândia. As interações espaciais seguem os cursos da rede fluvial, culminando com a cidade-primaz no estuário (Corrêa, 2011, p. 214).

3.1. *Macapá como cidade média*

Macapá, como cidade média na hierarquia urbana regional, desempenha funções de mediações entre pequenas cidades da região e Belém, metrópole regional na porção oriental da Amazônia. Segundo Silva (2016, p. 56), ela também possui importância e centralidade na sub-região norte do arquipélago do Marajó².

Essa polarização de Macapá ganha força, sobretudo, a partir de sua condição de capital do Estado do Amapá em 1988, papel que contribuiu para a expansão e diversificação dos seus serviços públicos e atividades econômicas, a exemplo daquelas estimuladas pela criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) em 1991, o que também estimulou a urbanização no seu entorno. Esse fato se refletiu no expressivo crescimento populacional de Macapá, conforme apontam Amorim e Santana:

Após a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), em 1991, a população passa de 179.252 para 398.204 habitantes em 2010, segundo dados do IBGE. Durante esse período, a população macapaense mais que dobrou, pois, agregada à criação da ALCMS, adiciona-se também a transformação do Território Federal do Amapá em estado, a partir da Constituição de 1988, o que acarreta migrações inter-regionais nesse período para o recém-criado estado do Amapá (Amorim e Santana, 2019, p. 11).

O crescimento populacional total e a evolução da população urbana de Macapá são retratados na Tabela 1, em que se percebe um forte crescimento demográfico entre 1980 a 2010, de modo que de 1980 a 1991, esse número saltou de 93.132 para 132.668 habitantes, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 42,45%. Nota-se ainda que em 2010 o número de população de Macapá foi de 398.204 habitantes, dos quais 381.214 eram urbanos, representando cerca de 95,74% da população.

Observa-se que no período entre 1991 e 2010, a população mais que duplicou, saltando de 132.668 para 270.628 habitantes, apresentando uma taxa de crescimento de 103,98%. Neste segundo intervalo, o crescimento populacional urbano de Macapá é reflexo direto da estadualização ocorrida em 1988 e também da ALCMS implantada na primeira metade da década de 1990. Esses fatores

² Para definir centralidade, Corrêa (1994) busca a Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller, ao afirmar que todas as cidades são dotadas de funções centrais através da oferta de bens e serviços para uma população do seu entorno. Quanto maior essa oferta, maior a sua centralidade e mais significativo aquilo que Santos (1996) define como sistema de fluxos.

direcionaram fortes fluxos migratórios para Macapá, que somado ao crescimento vegetativo, desencadearam os índices de crescimento populacional apresentados no quadro anterior.

TABELA 1. Evolução da população urbana de Macapá de 1980 a 2010.

Período	População Total	População Urbana	População Rural	% da População Urbana
1980	137.451	93.132	44.319	67,76
1991	153.572	132.668	20.904	86,39
2000	283.308	270.628	12.680	95,53
2010	398.204	381.214	16.990	95,74

Fonte: IBGE (1980, 1991, 2000 e 2010).

Vale destacar que de acordo com os dados do IBGE, a taxa de urbanização no período retratado foi uma das maiores entre as capitais da Região Norte.

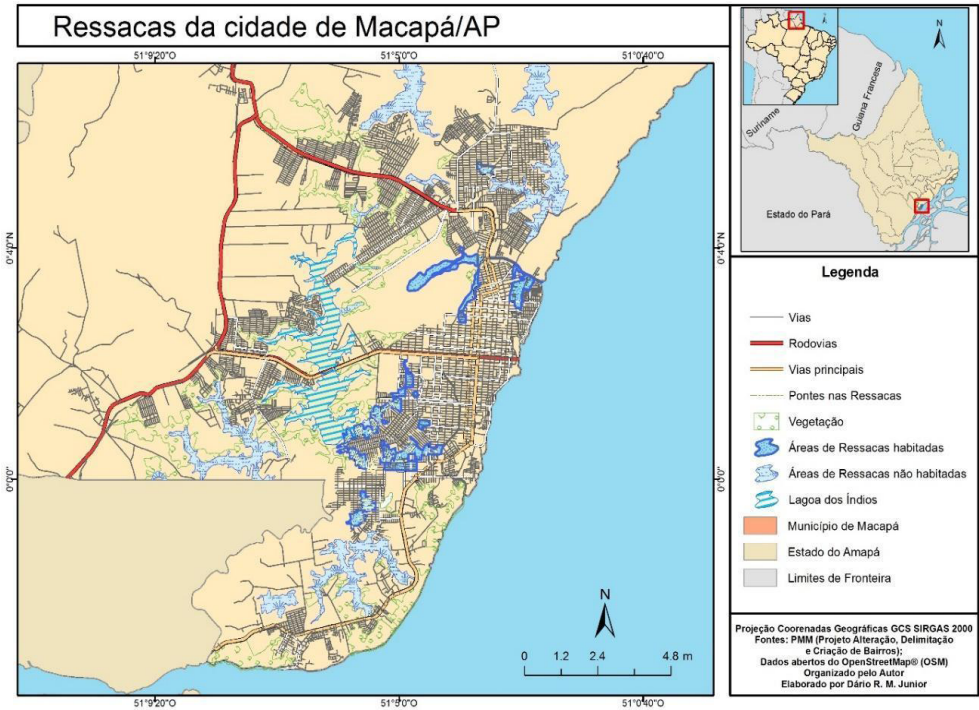
O papel de cidade média e a centralidade de Macapá também passou a ser exercida sobre municípios do interior do Amapá, pois segundo Amorim e Santana (2019, p. 11), como não possuíam infraestrutura e atividades econômicas intensas, eles estavam atrelados de forma direta à produção econômica da capital amapaense. Desde a década de 1990, essa posição de Macapá na rede urbana amazônica ficou ainda mais evidente, reforçando sua polarização sub-regional.

Em decorrência dessa dinâmica urbana, a segregação que era uma marca na paisagem urbana macapaense, ganhou novos contornos e intensidades. Considerando-se esse aspecto, convém analisar, a seguir, o papel do planejamento e das ações governamentais nas políticas urbanas de Macapá e seus efeitos na segregação socioespacial.

4. PLANEJAMENTO, INTERVENÇÃO URBANA EM ÁREAS DE RESSACA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM MACAPÁ

Na capital amapaense, uma parcela da população ocupa áreas que durante boa parte do ano são alagadas: as áreas de ressaca, que são definidas no Plano Diretor de Macapá, no §4º, art. 5º como reservatórios naturais de água, apresentando um ecossistema rico e singular e que sofrem a influência das marés e das chuvas de forma temporária (MCPÁ, 2004). Elas estão distribuídas conforme retratado na Figura 1.

FIGURA 1. Áreas de ressaca na cidade de Macapá (2021).



Fonte: Santos (2022).

No tecido urbano macapaense, as ressacas abrigam uma imensa parcela da população de baixa renda. Tostes (2016, p. 4), afirma que nelas as condições de moradia são precárias e na maioria dos domicílios as instalações sanitárias são externas, fatores que demonstram o desconforto e a insalubridade em que vivem os moradores. Esse aspecto, aliado ao fato de que as mesmas apresentam particularidades do ponto de vista ambiental, as torna lugares únicos, com uma dinâmica própria, onde as condições de existência da população se diferem daquelas vistas no restante do espaço urbano.

Apesar dessas especificidades, um traço em comum na paisagem dessas ressacas antropizadas é a presença de casas de palafitas e pontes ou passarelas de madeira, muitas vezes em estado precário (Imagem 1).

IMAGEM 1. Ocupação em área de ressaca.



Fonte: Acervo dos autores (2021).

Além do aspecto físico, nota-se uma semelhança entre elas do ponto de vista socioeconômico, em que a exclusão social, a pobreza e a violência compõem o quadro de segregação socioespacial ao qual os moradores destes espaços estão submetidos.

Ressalta-se que um efetivo planejamento urbano sob uma perspectiva sistêmica, poderia minimizar os impactos da ocupação das ressacas e melhorar a qualidade de vida de seus moradores. Desse modo, segundo Barcellos e Barcellos (2004, p. 141), seria possível suplantar o planejamento urbano cartesiano tradicional, que é executado de cima para baixo.

Segundo esses dois autores, a base do planejamento na perspectiva sistêmica implica em ver a dinâmica urbana dentro de um processo embasado no pensamento sistêmico e na dinâmica dos sistemas de objetos e de ações, distanciando esse modelo da concepção cartesiana tradicional, a qual é geralmente elaborada e executada pelo Estado e seus tecnocratas na gestão das cidades brasileiras. Por sua vez, Saboya (2008) assegura que nessa concepção tradicional a cidade não é vista como um organismo em evolução, ou, ao menos, os instru-

mentos de intervenção sobre a cidade não levavam em consideração a evolução do sistema urbano, apenas seu estado final.

A nova concepção de planejamento na perspectiva sistêmica iria considerar outros saberes adquiridos por agentes com outras vivências e percepções no espaço urbano que poderiam ajudar na construção de cidades mais justas e menos segregadas (Saboya, 2008). Nesse sentido, seria dado protagonismo a outros grupos, como as associações de moradores ou os movimentos populares de luta pela moradia.

Vale destacar que o planejamento urbano tradicional não foi capaz de amenizar as contradições nas cidades brasileiras, pois desde meados do século passado os problemas urbanos vêm se agravando em decorrência de vários fatores, entre eles o acelerado crescimento urbano sem a companhia de instrumentos e ações favoráveis ao disciplinamento e acesso ao solo, assim como aos equipamentos e serviços públicos de qualidade à grande parcela da população.

Dada essa ambiência urbana, nas últimas décadas do século passado observou-se crescente pressões sociais sobre a questão urbana, resultando na sua inserção na legislação brasileira nos artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, os quais foram regulamentados com a promulgação da Lei nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade (EC). Essa lei estabelece um rol de diretrizes para a política urbana, que devem conduzir à construção de uma cidade com equidade e justiça social.

O EC em seu artigo 4º destaca uma série de instrumentos a serem utilizados para viabilizar o desenvolvimento econômico e social urbano. Dentre os mecanismos citados no artigo, o Plano Diretor passa a ser obrigatório para as cidades com mais de 20 mil habitantes, assim como o disciplinamento do uso e da ocupação do solo urbano, o zoneamento ambiental e inúmeros outros, os quais em conjunto lançam um olhar mais amplo sobre a cidade.

Na esteira desse preceito legal, em 2004 a Prefeitura Municipal de Macapá (PMM) promulgou o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PD-DUAM) por meio da Lei nº 026/2004, o qual logo na sua introdução destaca “a necessidade de condicionar o desenvolvimento urbano à capacidade da infraestrutura, ao acesso universal a equipamentos e serviços e à construção de uma cidade sustentável e sem desigualdades sociais”, como diretrizes e critérios que devem nortear tal instrumento. Porém, após duas décadas de sua aprovação, os problemas urbanos continuam a perseguir a cidade e sua população.

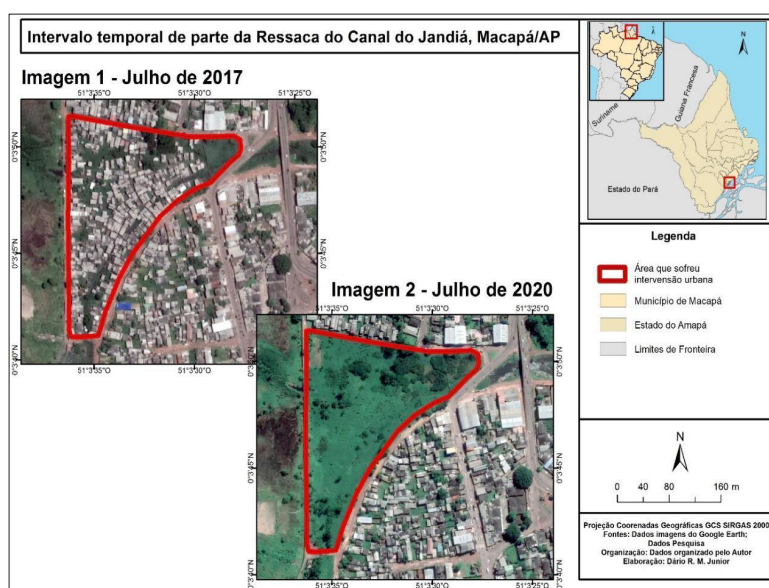
Para o PDDUAM (2004), nos artigos 5º e 6º, as áreas de ressacas são prioritárias na proteção ambiental em função de sua fragilidade e esse documento direciona certas possibilidades de usos sustentáveis e proteção das mesmas, por meio de criação de unidades de conservação, projetos de geração de emprego e renda, educação ambiental e valorização do patrimônio cultural ambiental de Macapá. Entretanto, Sales e Santos (2013) destacam que apesar das áreas de ressaca de Macapá possuírem um arcabouço jurídico protetivo em todos os níveis

administrativos, acredita-se que essa proteção é relativa e parcial, uma vez que o próprio PDDUAM reconhece a necessidade de atuar nessas áreas no sentido da proteção e da requalificação urbana.

As desigualdades socioespaciais também são reconhecidas pelo PDDUAM e em relação à questão da moradia, destaca a necessidade de políticas públicas voltadas para a melhoria habitacional nas áreas ocupadas por população de baixa renda. Em relação às áreas de ressaca, as ações devem consolidar a urbanização nas áreas ocupadas e aterradas, instalar sistema de drenagem, reassentar e transferir famílias, incentivar a participação da população nessas ações e coibir novas ocupações.

Nesse contexto, ocorreu em 2018 a intervenção urbana feita pelo poder público na ressaca do Canal do Jandiá (Figura 2), a qual consistiu no remanejamento de uma parcela de seus moradores para o conjunto habitacional Macapaba, financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida³ do Governo Federal.

FIGURA 2. Parte da ressaca do Canal do Jandiá com intervenção urbana.



Fonte: Santos (2022).

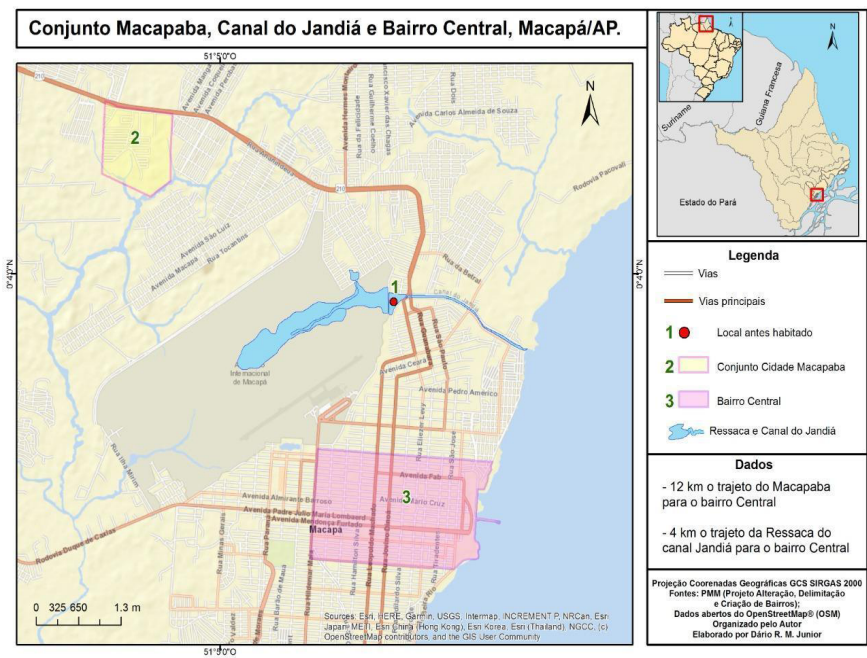
³ Este programa do Governo Federal ofereceu condições atrativas para o financiamento de moradias populares nas áreas urbanas para famílias com renda familiar bruta de até R\$ 7.000,00 por mês através de parceria com governos estaduais, municipais, empresas e entidades sem fins lucrativos. Na implantação do Macapaba, o Governo Federal firmou parceria com o Governo Estadual.

Este conjunto habitacional está localizado na periferia da zona norte da cidade. Neste caso, a solução para a questão da moradia não foi suficiente para resolver a segregação, uma vez que além do afastamento dessa população para a periferia, ela se viu privada de uma oferta suficiente de serviços e infraestrutura capazes de atender às suas necessidades, como o acesso à educação, à saúde, à segurança, ao transporte, assim como políticas de geração de emprego e renda.

Nessa perspectiva, Santos e Moura (2019), destacam que a realidade vivenciada pela população remanejada é outra, e, isso revela um quadro bastante distinto entre o que foi planejado e aquilo que foi implementado no conjunto.

Esse remanejamento colocou a população diante de um novo desafio: a carência de equipamentos urbanos e serviços públicos no Conjunto Macapaba, que está localizado em uma área periférica na zona norte da cidade, distante 12 quilômetros do centro, exigindo um longo tempo de deslocamento até esta área central (melhor servida por esses equipamentos e serviços), principalmente, com a utilização de transporte coletivo local o qual é extremamente deficitário em todo o município de Macapá (Santos & Moura, 2019, p. 210). A Figura 3 representa o que expressamos.

FIGURA 3. Localização da ressaca do Canal do Jandiá, Conjunto Macapaba e Bairro Central.



Fonte: Santos (2022).

Ao lado da ausência de meios de transportes eficiente e de qualidade, nota-se a inexistência de um terminal rodoviário no local, o qual obriga os moradores a utilizarem, de forma improvisada, o espaço de uma quadra comunitária como ponto de parada principal dos ônibus e de apoio aos funcionários das empresas de transportes coletivos.

Ressalta-se que a dificuldade de acesso ao transporte público em áreas periféricas, como é o caso do conjunto Macapaba, implica na privação da população de seu direito de ir e vir. Mas os problemas dessa população vão além disso, pois Santos e Moura (2019, p. 213) ainda retratam deficiências em serviços como: rede escolar insuficiente no local, assistência à saúde limitada, pois há apenas uma Unidade Básica de Saúde no conjunto.

Também se destacam o serviço de policiamento que não está conseguindo atender às necessidades dos moradores diante do aumento dos índices de violência ocorridos no local, a constante falta de água potável, pois o conjunto é abastecido por um sistema isolado e as interrupções no fornecimento por problemas técnicos/mecânicos são constantes.

Esse cenário de problemas urbanos no conjunto Macapaba, ao qual o poder público submeteu os moradores remanejados da ressaca do Canal do Jandá, juntamente com aqueles realocados de outras partes da cidade, é reflexo da ausência de ações de planejamento dentro de uma visão sistêmica. Vale ressaltar que o Conjunto Macapaba foi concebido para ser o maior conjunto habitacional do estado do Amapá, para cerca de 31 mil pessoas, um quantitativo de moradores que chega a ser maior do que a população de 13 municípios dos 16 que compõem o Estado, fato que iria provocar uma grande pressão sobre os serviços público na área onde ele se localiza e também nos bairros adjacentes (Santos & Moura, 2019, pp. 200-201).

Nota-se que a execução dessa política pública não observou o papel do planejamento, sobretudo o sistêmico, deixando de lado inclusive a tecnologia, um meio indispensável na implementação e no gerenciamento dos serviços públicos, sendo capaz de simular modelos e situações, de modo que os planejadores a utilizem de maneira a estar constantemente encontrando modos mais eficientes para as intervenções urbanas. Nesse sentido, Barcellos e Barcellos (2004, p. 134) mostram que o uso da tecnologia por meio de uma dinâmica de sistemas é um método que examina os mais variados aspectos das inter-relações que ocorrem no mundo através de modelos e simulações computacionais.

Dada a disponibilidade tecnológica, é possível traçar inúmeros cenários a nível de projeto, os quais ajudariam a “prever” e “solucionar” os futuros problemas a serem enfrentados nos espaços alvo das operações urbanas, além de propiciar uma melhor racionalidade nas tomadas de decisões.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Macapá é uma cidade média que desempenha funções atrativas e de mediações na rede urbana regional, apresentando um acelerado crescimento populacional decorrente do processo de ocupação recente da Amazônia.

Nessa cidade, a segregação urbana coloca grande parcela da população de baixa renda em condições socioeconômicas desfavoráveis e, com ela, o acesso à cidade torna-se um desafio. Ao lado dessa produção do espaço urbano segregado, tem-se também os aspectos normativos que disciplinam o uso e a ocupação do solo urbano, que intencionam amenizar as condições de ocupações, de moradia e infraestrutura das áreas ocupadas por essa população.

Entretanto, essas ações costumam ser pontuais e seletivas numa perspectiva socioespacial. Logo, nota-se a falta de um planejamento sistêmico, que conceba a cidade a curto, médio e longo prazo. A ausência dessa ferramenta, assim como das continuidades dos programas e das políticas públicas urbanas que minimizem a segregação urbana da população de baixa renda, desafia a construção da justiça social e do acesso à cidade.

Destarte, o planejamento sistêmico e participativo pode vir a ser uma ferramenta capaz de contribuir para a melhoria da qualidade do ambiente urbano, ao propiciar uma maior democratização nos processos decisórios das políticas urbanas desde a concepção, implementação e avaliação, ou será que as decisões “técnicas” do planejamento cartesiano ainda são capazes de restabelecer esse quadro de injustiça social e de acesso ao solo urbano em qualidade e quantidade para todos?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, J. P. A., & SANTANA, E. J. M. (2019). Reflexões sobre a centralidade urbana de Macapá-AP-Brasil. *Inter Espaço*, 5(17), 01-16.
- AMORIM FILHO, O. B. (1973). *Contribution à l'étude des villes moyennes au Minas Gerais - Formiga et le Sud-Ouest du Minas Gerais*. Bordeaux: Université de Bordeaux III.
- ANDRADE, T. A., & LODDER, C. A. (1979). *Sistema urbano e cidades médias*. Rio de Janeiro: IPEA.
- BARCELLOS, P. F. P., & BARCELLOS, LUIZ F. P. (2004). Planejamento urbano sob perspectiva sistêmica: considerações sobre a função social das propriedades e a preocupação ambiental. *Revista FAE*, 7(1), 129-144.
- CONTE, C. H. (2013). Cidades médias: discutindo o tema. *Sociedade e Território*, 25(1), 45-61.
- CORRÊA, R. L. (1994). *A rede urbana*. São Paulo: Ática.
- CORRÊA, R. L. (2011). Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. *Revista Cidades*, 9(16).
- GONÇALVES, C. W. P. (2001). *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto.

- IBGE (2014). *Censos demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010. Dados do arquivo de universo*. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação.
- LEI COMPLEMENTAR n° 26, de 20 de janeiro de 2004 (2004). Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Macapá. Macapá.
- LEI n° 10.257, de 10 de julho de 2001 (2001). Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília. Recuperado em 10 fevereiro, 2021, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm.
- RODRIGUES, J. C. (2015). *Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas: análise de Santarém e Marabá, Pará*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho FCT/UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
- SABOYA, R. (2008, setembro 14). O planejamento sistêmico/racional-abrangente. *Urbanidades: urbanismo, planejamento urbano e planos diretores*. Recuperado em 30 junho, 2021, de <https://urbanidades.arq.br/2008/09/14/o-planejamento-sistemico-racional-abrangente/>.
- SALES, J. S., & SANTOS, M. M. (2013). *Proteção jurídica de áreas de ressacas em Macapá*. Recuperado em 15 fevereiro, 2021, de <https://www.academia.edu/23585280/Prote>.
- SANTOS, A. C. R. dos (2022). *Segregação socioespacial na produção do urbano: o caso da área de ressaca do Canal do Jandia em Macapá-AP*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amapá-UNIFAP. Macapá-AP.
- SANTOS, M. (1994). *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, M. (1996). *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, M., & SILVEIRA, M. L. (2001) *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record.
- SANTOS, N. V. DOS, & MOURA, E. A. F. (2019). Planejamento urbano e o direito à moradia: análise do Residencial Macapaba no município de Macapá-AP. *Novos Cadernos NAEA*, 22(3), 199-218.
- SILVA, J. P. da (2016). *Centralidade política e econômica de Macapá na sub-região Norte do Marajó entre 1990 a 2015: Gurupá e Afuá*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil.
- SOUZA, M. J. L. (2002). *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SPOSITO, M. E. B. (2010, janeiro/abril). Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. *Geografia*, 35(1), 51-62.
- SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (2019). *Cidades intermediárias da Amazônia Legal*. Belém: SUDAM.
- TOSTES, J. A. (2016). As fragilidades urbanas e ambientais de áreas de ressaca na Amazônia. *Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Porto Alegre: Brasil.
- TRINDADE JR., S. C. (2011). Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, 13(2), 135-151.

PARTE II

A QUESTÃO AMBIENTAL

A BIOECONOMIA NA AMAZÔNIA: ÉTICA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E JUSTIÇA SOCIAL

LUCIANA RODRIGUES DOS SANTOS
Universidade Salvador (Unifacs, Brasil)

VANESSA BRASIL CAMPOS RODRIGUEZ
in memoriam

RESUMO

A Amazônia é considerada o maior patrimônio do planeta, levando em conta sua biodiversidade. A preservação das riquezas naturais é tema de extrema relevância, diante do cenário de destruição e risco de sobrevivência das espécies no planeta causado pela interferência humana no meio-ambiente para fins econômicos, estando diretamente vinculada a ordenamentos político-ambientais a nível mundial, como a Agenda 2030. Diante desse cenário, questiona-se: quais os fundamentos éticos que sustentam a bioeconomia na Amazônia? Este estudo tem por objetivo compreender a preservação da Amazônia aliada ao desenvolvimento econômico-social, a fim de consolidar as diretrizes do Estado socioambiental. Utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, para abordar assuntos como o conhecimento das populações tradicionais e justiça social e desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Amazônia; ética ambiental; sustentabilidade; justiça social.

1. INTRODUÇÃO

A AMAZÔNIA COMPREENDE UM TERRITÓRIO TRANSNACIONAL, que abrange oito países (Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname) e um território ultramarino (Guiana Francesa), sendo denominado de Amazônia Internacional ou Pan Amazônia. O Brasil detém a maior parte dessa área, chegando a mais de 50% da extensão da Amazônia Internacional, sendo denominada Amazônia Legal, a área da região circunscrita no território brasileiro.

A região amazônica é considerada a maior em biodiversidade do mundo, dentre espécies animais e vegetais, contando ainda com o maior sistema de água doce existente no planeta Terra. Em meio às riquezas de recursos naturais, a Amazônia é também alvo de frequentes ataques humanos à sua biodiversidade, decorrentes de práticas capitalistas de mercado, ocasionando o desmatamento de suas florestas, a contaminação de seus solos e suas águas, a violência contra as populações tradicionais e por fim, o risco da extinção da sobrevivência na Terra, pelo aquecimento global.

Nesse contexto de degradação e danos irreversíveis, compreende-se o surgimento de uma ética ambiental a partir da década de 60 do século xx, pautada numa relação harmônica homem-natureza, a partir de uma crítica à sociedade contemporânea de consumo e de danos irreversíveis ao meio-ambiente, que percebe os engendramentos do capitalismo como *modus operandi* na construção de uma sociedade fluida (Bauman, 2001), propondo um novo paradigma de defesa das vidas e preservação do meio-ambiente, voltada ao consumo consciente, ao desenvolvimento sustentável e à justiça social, corroborando para o destaque do meio-ambiente em pautas mundiais, a exemplo da Conferência de Estocolmo, que se desencadeará mais tarde, novos pactos como o Acordo de Paris e a Agenda 2030.

A percepção da urgência de um dever de cuidado com o meio-ambiente levou à proposição de novas formas de desenvolvimento que considerassem a energia vinda da natureza e, mais recentemente, estudos direcionados à região amazônica, tendo em vista sua imprescindibilidade ao resguardo da sobrevivência das formas de vida no planeta Terra, já que fortemente ameaçados pela forma invasiva de exploração e destruição causadas pelo sistema capitalista. Destaca-se, nesse contexto, a bioeconomia, estritamente ligada aos fundamentos da ética ambiental, quais sejam, justiça social, preservação ambiental, sustentabilidade e dignidade.

Este estudo tem por objetivo compreender a preservação da Amazônia aliada ao desenvolvimento econômico-social, a fim de consolidar as diretrizes do Estado socioambiental.

No estudo aqui retratado, foram empregadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, com o levantamento de referências coletadas em livros, doutrinas, legislações, artigos científicos e periódicos em revistas, tendo por objetivo fundamentar as reflexões sobre o problema. A base teórica principal consiste nos seguintes autores: Boff (2003), Braúna (2021), Georgescu-Roegen (2012), entre outros.

O desenvolvimento do artigo, delinea-se da seguinte maneira: seção 1, com a introdução, contextualizando o estudo e introduzindo a questão problemática.

A seção 2, “Ética Ambiental: origem, definição e aspectos relevantes”, traz o contexto do surgimento da ética ambiental como contraposição à degradação ambiental interposta pelo sistema capitalista de mercado, propondo um novo paradigma para a superação dos desafios, uma reconstrução da consciência humana voltada à valorização de todas as formas de vida existentes.

A seção 3, “A proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável nos acordos internacionais”, expondo a importância na norma político-jurídica internacional para o desenvolvimento de políticas que tenham por finalidade o desenvolvimento sustentável, destacando-se o Acordo de Paris e a Agenda 2030, agindo em cooperação com a norma constitucional e infraconstitucional brasileira.

A seção 4, “A bioeconomia na Amazônia: economia, valores sociais e meio-ambiente”, pontuou a importância da aplicabilidade de projetos de bioeconomia na região amazônica, estabelecendo os vieses: econômico, social e ambiental, com o intuito de preservação do bioma amazônico, a valorização do conhecimento dos povos tradicionais aliados à tecnologia e a geração de emprego e renda, por meio da sustentabilidade, capaz de propiciar paz, equidade e justiça social à população amazônica.

Por fim, a seção 5, com as considerações finais a respeito do presente estudo.

2. ÉTICA AMBIENTAL: ORIGEM, DEFINIÇÃO E ASPECTOS RELEVANTES

A necessidade do ser humano em se compreender como parte da natureza remonta aos escritos dos filósofos pré-socráticos, que tinham a concepção de uma cosmologia sem dualismos e dicotomias. Nesse sentido, deuses, homens e natureza integravam o mesmo *locus* (Froehlich & Braida, 2010), atribuindo-se valores e funções determinadas a cada organismo.

Essa realidade de interação harmônica permeou o contexto da ética naturalista, sendo referência para a concepção da ética ambiental, muito embora venham a tratar de paradigmas diferentes, seja em relação à temporalidade, à

noção de moralidade ou a crítica à religião. É importante destacar o significado da conduta do ser humano para com o meio no qual ele vive, a exemplo do trecho do diálogo entre Oru e o Capelão, na obra *Suplemento à Viagem*, de Diderot a seguir transcrita:

Queres saber, em todos os tempos e em todos os lugares, o que é bom e mau? Apega-te à natureza das coisas e das ações; a tuas relações com teu semelhante; à influência de tua conduta particular e o bem geral. Estás delirando se crês que haja algo, seja no alto, seja embaixo, no universo que possa acrescentar ou subtrair às leis da natureza (Diderot, 1979, p. 319).

O excerto acima evidencia a condição de inferioridade do ser humano diante das leis da natureza, sendo a principal transposição da fundamentação da ética naturalista à ética ambiental, que surgiu na tentativa de recolocar o ser humano na posição de elemento da natureza, restaurando a ideia de indivisibilidade e unicidade, uma vez que a Revolução Industrial ocorrida no século XVIII, provocou uma ruptura nessa compreensão de mundo, emergindo a ética antropocêntrica no contexto do capitalismo, com a preocupação exclusiva das necessidades humanas, da produção acelerada de produtos, da busca por mercados consumidores, da exploração sem limites das riquezas naturais e da desvalorização da mão de obra humana.

Esse novo modelo econômico que teve por base a imposição da compra sem necessidade, mas pelo ideal de pertencimento, levando o homem a definir-se através do consumo, como manifestação de sua essência individual (Faria, 2019), foi responsável pela transformação nos códigos morais da sociedade, passando a ser moralmente aceitável a prática do consumo extravagante, refletindo mudanças comportamentais de ordem subjetiva, cultural, estética e ética, produzindo efeitos nas classes sociais não aristocráticas (comerciantes, artesãos, pequenos proprietários rurais, etc.), sendo vistas como consumidores de alto potencial (Barbosa & Campbell, 2006).

O capitalismo trouxe consigo a mudança no espaço natural, modificando e interferindo cada vez mais na organização social e levando em consideração estritamente o proveito econômico, saindo de uma economia de subsistência para uma economia de mercado, com o crescimento exponencial da exploração econômica dos recursos naturais. Boff (1999) então destaca que um princípio de autodestruição está em ação, pondo em risco, a continuidade do experimento da espécie *homo sapiens e demens*. A partir da Revolução Industrial, as catástrofes ambientais já não são decorrentes de problemas ambientais, mas da ação humana na natureza, causando desequilíbrio ecológico (Aragão, 2011).

Essa realidade de destruição ambiental levou a profundas reflexões na comunidade científica a partir da década de 1960, trazendo várias problema-

tizações acerca do papel da empresa como agente principal da destruição do meio-ambiente, dando origem à ética ambiental.

Em 1972, foi publicado o *Relatório Meadows*¹, também chamado de “Os limites do crescimento”, tendo dado origem no mesmo ano, à Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento e meio ambiente, também chamada de Conferência de Estocolmo (Meadows, 1973).

A ética ambiental é fundamentada na amplitude do ser, sendo esta verdadeiramente, a que tem importância no universo das coisas, mas só será possível através da consciência humana numa interpretação da vida de uma forma geral, e não restrita à singularidade do ser humano (Jonas, 2006).

Boff (1999) ressalta a importância de se construir um novo *ethos* que aproxime a condição humana de um universo maior ao que ele simplesmente esteja incluído, revisitando a sabedoria ancestral e se colocando na posição de aprendizes e aprendentes com os demais seres da comunidade biótica. De forma que a ética ambiental “é a ferramenta para substituir o deformado antropocentrismo num saudável biocentrismo” (Nalini, 2003, p. 3), considerando que o biocentrismo seja o eixo fundamental da ética ambiental, consistindo na visão de que os seres humanos possuem o mesmo valor dos demais seres vivos e sua relação com eles determina o agir para o bem ou para o mal e essa conduta humana reflete a importância para resguardar a unicidade do meio-ambiente, tendo em vista que todas as vidas importam para o ecossistema.

A possibilidade da convivência harmoniosa entre homem e natureza só será viável através de uma ética planetária que possa enfrentar as questões de injustiça social e degradação do meio ambiente, com ideais e princípios éticos como justiça, precaução, equidade e cooperação, sensibilização com o sofrimento alheio e o compartilhamento de um mesmo destino histórico do planeta (Fischer, Cunha, Renk, Sganzerla & Santos, 2017).

Dessa forma, haveria uma alteração no paradigma de devastação ambiental, que caminha juntamente com a injustiça social (Boff, 2003). Questões como responsabilidade social da empresa; responsabilidade ambiental administrativa, civil e criminal; desenvolvimento sustentável, dentre outros, são objetos de estudo e normatização recentes e cada vez mais frequentes, buscando pontuar a ética ambiental aos desafios impostos pelo mundo capitalista.

¹ Representa uma prospecção sobre a utilização dos recursos naturais indiscriminadamente, salientando o colapso do sistema se não houver mudança de atitudes humanas em relação ao meio-ambiente.

3. A PROTEÇÃO AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS ACORDOS INTERNACIONAIS

O presente capítulo não visa esgotar todo o ordenamento jurídico relacionado à proteção ambiental, mas demonstrar a importância do eixo normativo para a efetivação das políticas de proteção ambiental, reforçando o caráter ético disposto na norma. Braúna (2021) leciona que a exploração do meio ambiente sem levar em conta a normatização levaria as sociedades ao caos, pois todo o planeta está correlacionado em um mecanismo harmônico na forma de sistema ecológico, não havendo que se falar em defesa ambiental de forma modular. Nesse contexto, vigoram as normatizações existentes em tratados internacionais firmados por países que entenderam a necessidade da preservação climática e de áreas como a Amazônia. Tratados que indicam o caminho para que as legislações internas alcancem o mínimo conveniente do desenvolvimento sustentável.

A Constituição Federal (1988) dispõe em seu art. 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Esse normativo disciplinou a necessidade de um Estado garantidor do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, destacando-se a importância do ordenamento jurídico, dado os avanços de ordem político-ambiental em relação ao tema.

Convém salientar a ideia de Braúna (2021) em relação ao sentido do meio ambiente equilibrado disposto na Constituição, referindo-se à ideia de os seres vivos se encontrarem em condições ideais de vida, envolvendo uma série de fatores como condições climáticas, equilíbrio entre as espécies, disponibilidade de alimentos e meios de conseguir energia vital, sendo necessária a articulação intergovernamental para a colaboração planetária na defesa da região amazônica para garantir a sobrevivência das espécies na Terra.

O entendimento sobre a indivisibilidade do meio-ambiente e a compreensão da preservação da Amazônia em nível mundial como meio de manutenção do equilíbrio da vida na Terra, levou o Brasil a firmar pactos internacionais, destacando a necessidade de uma mudança de paradigma de devastação territorial e florestal da Amazônia para um novo paradigma de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido de cooperação planetária de proteção ambiental e sustentabilidade, figuram como protagonistas o Acordo de Paris e a Agenda 2030, a seguir delineados.

3.1. *Acordo de Paris*

Desde o ano de 1995, acontece anualmente a Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP), com 156 países e a União Europeia a fim de discutir as regras práticas da Convenção do Clima. Atualmente, a COP está em sua 26ª edição, que ocorreu em Glasgow, na Escócia. No entanto, a edição mais conhecida é a 21ª, uma vez que foi a partir dela que foi elaborado o documento conhecido como “Acordo de Paris”, que possui o objetivo de reduzir o aquecimento global, limitando-se a um aumento médio de temperatura a 2° C, tratando-se de estimativa comparada aos níveis pré-industriais (Vieira & Tavares, 2021).

Verifica-se a preocupação do ordenamento mundial em torno de ações estratégicas que visem a redução do aquecimento global para fins de sobrevivência no planeta Terra, destacando-se nesse caso, todas as espécies humanas e não humanas, refletindo a abrangência ética ambiental no contexto.

Considera-se ainda importante destacar o limite do aquecimento global a níveis pré-industriais, havendo uma forte tendência de valorização do eixo da conscientização do consumo, contrapondo-se nesse sentido, à lógica imposta pelo capitalismo, de geração de lucro a qualquer preço, caracterizada na teoria de Bauman (2001), como sociedade de consumidores, instável e fluida, tendo o mercado como orientador das regras.

Em contraposição ao Acordo de Paris, do qual o Brasil é signatário, constata-se o desrespeito ao referido documento, principalmente na forma como a Amazônia ainda se encontra distante das políticas governamentais de proteção. Aponta-se para a emergência da implementação de políticas de valorização da sociobiodiversidade da região. Nesse sentido, é importante observar que caso não se apresente uma conduta ética de cuidado à Amazônia, as gerações presentes e futuras sofrerão problemas de saúde decorrentes dos impactos ambientais, sendo constatado que a região amazônica se aproxima de uma “virada irreversível”, onde 50% de seu volume florestal está perto de se tornar uma grande savana, devido a ações humanas que trazem grande prejuízo à biodiversidade e ao invés de minimizar, acabam aumentando o aquecimento global e mudanças climáticas nas próximas décadas (Boulton, Lenton & Bouers, 2022).

3.2. *Agenda 2030*

A Agenda 2030 consiste em uma declaração com um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. Surgiu em decorrência da reunião no ano de 2015 de representantes de 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo o

Brasil, no qual reconheceram que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Através do documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, os países se comprometeram a tomar medidas ousadas e transformadoras a fim de promover o desenvolvimento sustentável nos 15 anos subsequentes.

A Agenda 2030 possui 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ods) que são o núcleo do documento, 169 metas que estabelecem meios de implementação e de parcerias globais, bem como um roteiro para acompanhamento e revisão (ONU, 2015). Dentre os 17 ods's, mais da metade referem-se ao modelo de sustentabilidade direcionado ao meio-ambiente, como pode ser visualizado na figura a seguir.

FIGURA 1. Objetivos do desenvolvimento sustentável.



Fonte: ONU (2015).

Esse documento evidencia uma preocupação com a questão da justiça social, relacionando-a diretamente à questão do desenvolvimento sustentável. Isso quer dizer que não há como falar em proteção ambiental sem resguardar também o conteúdo “humano”, sobretudo as populações tradicionais no contexto da Amazônia, enfaticamente abordando justiça social, como meio de oportunidades àquelas pessoas mais desfavorecidas, conteúdo indissociável de políticas públicas de educação, saúde, saneamento básico etc.

A sustentabilidade conclama o ser humano a buscar um recomeço, reque-rendo uma mudança na mente e no coração, bem como, um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal, desenvolvendo um paradigma de vida sustentável nos níveis local, nacional, regional e global (Boff, 2012).

4. A BIOECONOMIA NA AMAZÔNIA: ECONOMIA, VALORES SOCIAIS E MEIO-AMBIENTE

O termo bioeconomia tem sido objeto de estudos frequentes nos últimos anos. Apesar de aparentar um novo ramo da economia, surgiu no início da década de 1970, com Georgescu-Roegen, considerado o “pai da bioeconomia”, por ter sido o primeiro a relacionar biologia e processo econômico, com base na Lei da Entropia. Pode ser definida como: “um índice da quantidade de energia não utilizável contida num dado sistema termodinâmico num determinado momento da sua evolução” (Georgescu-Roegen, 2012, p. 81).

O processo de conversão de energia para formas dissipativas é inexorável. Ainda que sem a interferência de atividades humanas e industriais, ele ocorreria, porém as atividades econômicas capitalistas, que têm como premissa o consumismo desenfreado, aceleram o ritmo da conversão de energia, sendo consideradas sistemas abertos, regidos pelas leis de demanda e oferta; no entanto, essa conjectura econômica não leva em consideração a troca de matéria e energia com o meio ambiente, sendo considerado um sistema fechado (Georgescu-Roegen, 1971).

Ao longo dos anos, não se deu a importância devida à teoria de Georgescu-Roegen, mas recentemente, a partir do início do século XXI, devido principalmente à crise ambiental causada pelas elevadas taxas de carbono na atmosfera, ocasionando o desequilíbrio ecológico em decorrência da expansão urbana, considerando uma maior produção de energia para suprir a demanda populacional de consumo (Braúna, 2021), a comunidade científica vem buscando novas formas de desenvolvimento econômico que afetem minimamente o meio ambiente e, nesse contexto, ressurgiu a bioeconomia como forma de trazer desenvolvimento econômico sem ignorar as questões socioambientais.

As definições de bioeconomia variam, mas encontram alguns pontos de convergência de acordo com o contexto e o lugar. Para fins de traçar as lógicas do presente estudo, escolheu-se o modelo de bioeconomia elaborado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2020) por apresentar todos os vieses da bioeconomia relacionados à ética ambiental, conforme apresentado na figura a seguir.

FIGURA 2. Visão esquemática das 3 dimensões da bioeconomia fundamentada na sustentabilidade.



Fonte: CGEE (2020).

De acordo com a figura, é possível visualizar que a bioeconomia engloba as questões econômicas, sociais e ambientais, sendo que todas têm por base a sustentabilidade, processo de construção de valores no qual o desenvolvimento sustentável figura como modo de implementação (Baracho, Cunha, & Dantas, 2018).

Desse modo, a bioeconomia não está ligada apenas à obtenção de novos produtos a partir da inovação tecnológica, mas sobretudo, deve vir acompanhada do uso mínimo de recursos naturais, menor impacto ambiental, maior impacto social e causar repercussão econômica positiva, como a geração de emprego e renda (CGEE, 2020), de modo que a bioeconomia amazônica pode ser definida como atividades econômicas e comerciais que envolvam cadeias da sociobiodiversidade sustentáveis e nativas da Amazônia (Viana *et al.*, 2020).

O investimento em bioeconomia na Amazônia é imprescindível diante do cenário de super exploração e destruição de suas riquezas naturais decorrentes do capitalismo, levando em conta que a região seja considerada o maior acervo de espécies vivas – animais e vegetais – do mundo (Teich, 2021), e ainda a banalização das questões socioculturais existentes, que compreendem a preservação das vidas e o conhecimento de origem ancestral dos povos tradicionais (Porto-Gonçalves, 2015), dentre eles: povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e peconheiros.

Segundo Leff (2000), a crise ambiental e a crise do saber surgem como a acumulação de externalidades do desenvolvimento do conhecimento e do

crescimento econômico, que ignoram o campo real e do saber desconhecido pela modernidade, emergindo a necessidade de uma internalização da dimensão ambiental através de um método transdisciplinar que visa reintegrar o conhecimento para aprender a realidade que se vive.

Considerando a abrangência e a transdisciplinaridade dedicadas à bioeconomia na Amazônia, salienta-se o caráter ético ambiental quando se resguarda a proteção formal, destinando-se à proteção jurídica e às políticas públicas de preservação; e material, quando se conjugam as políticas já existentes e aquelas ainda em discussão, aos ideais dos atores sociais envolvidos no processo, estabelecendo interconexões por meio do desenvolvimento da economia, a partir de um proveito oriundo do próprio habitat, de forma minimamente invasiva e de valorização dos saberes dos povos tradicionais incorporados à tecnologia, gerando condições de vida digna à população local, equivalendo-se à justiça social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Industrial do século XVIII causou ao território global não apenas uma mudança de paradigma nas relações sociais, aprofundando as desigualdades, mas também provocou danos irreversíveis ao meio-ambiente decorrente das atividades humanas, pondo em risco a vida das gerações presentes e futuras, sendo necessário um agir humano consciente baseado na ética ambiental a fim de traçar novos caminhos para o desenvolvimento sustentável, que possa valorizar o meio-ambiente e todos os seres que dele fazem parte.

Nesse contexto de degradação ambiental, emerge a preocupação mundial com a Amazônia, que tem sido alvo frequente da ação humana para usurpação de suas riquezas, devastação de suas florestas e contaminação de seus rios, afetando com isso todas as espécies vivas da região, inclusive as vidas humanas, dentre elas, os povos indígenas isolados que vivem em áreas de proteção ambiental.

Essa conduta de destruição implica numa urgente mudança de paradigma direcionada à Amazônia, sendo necessário o agir através de uma ética ambiental, que vá para além dos ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais, que possa sustentar a preservação do meio-ambiente para as gerações futuras.

Assim, de uma forma geral, a elaboração do presente artigo teve como objetivo compreender a preservação da Amazônia aliada ao desenvolvimento econômico-social, a fim de consolidar as diretrizes do Estado socioambiental, o que permitiu concluir sobre a relevância do estudo da ética ambiental diante dos ordenamentos político-jurídicos a nível mundial.

Ainda que tenha um marco teórico recente, a ética ambiental é a base das políticas de desenvolvimento para a região amazônica, devendo pensar o meio ambiente de forma uma, indivisível. Nesse contexto, é extremamente necessário a menção de alguns aspectos inerentes à ética ambiental, tais como paz e justiça social, a partir de políticas de geração de emprego e renda para a população local apoiadas na sustentabilidade.

Constata-se que o desafio de preservar a biodiversidade da Amazônia não é tarefa das mais simples, sobretudo, diante da violência imposta pelo capitalismo à cultura e modos de vida das populações tradicionais. Desse modo, não é admissível que o Brasil, detentor da região com maior área de biodiversidade do mundo, seja omissa diante da devastação de suas riquezas naturais, sendo importante destacar sua posição como Estado socioambiental no contexto econômico, político e jurídico; buscando dirimir políticas de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável com foco na melhoria da qualidade de vida da população amazônica, práticas que sejam vinculadas aos pactos internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

Percebe-se que o Estado brasileiro apresenta-se como agente fundamental para a estabilidade climática, bem como para desenvolvimento de ações que tenham como premissa a integridade da biodiversidade amazônica, no entanto, e, apesar da normatividade acerca da proteção ambiental, é notório o fomento de políticas contrárias à ética ambiental, a exemplo do Decreto nº 10.966/2022, que cria o Programa de apoio ao desenvolvimento da mineração artesanal e em pequena escala, elegendo a Amazônia como centro dessa exploração. Tal medida, além de produzir graves danos socioambientais à região, pode também vir a configurar práticas de trabalho escravo, uma vez que o garimpo na região implica uma alternativa de sobrevivência para as pessoas que estão em condições econômicas desfavoráveis.

Pontua-se que muito se tem a fazer nas esferas governamentais, de modo a satisfazer exigências éticas, legais e políticas, apresentando estratégias de desenvolvimento com ações voltadas à prática do consumo consciente, valorização da cultura local e interferência humana mínima na biosfera amazônica, porém a bioeconomia se mostra um caminho viável e promissor, uma vez que perpassa por todos esses elementos, destinando à Amazônia, ética, desenvolvimento sustentável e justiça social, além de minimizar os efeitos nefastos do aquecimento global.

Assim, se faz urgente um novo e diferente agir para enfrentar os problemas apresentados pela Amazônia, destinando à bioeconomia papel relevante, como medida de justiça, igualdade e pautado em uma ética altruística ambiental, buscando tentar a superação da crise decorrente do capitalismo, sendo esta a verdadeira missão do estado socioambiental, capaz de dirimir os pro-

blemas ambientais através de ações políticas que possam incluir atores sociais importantes para o desenvolvimento da região amazônica, resguardando vida digna a todos os seres e ainda uma possibilidade de garantir a sobrevivência do planeta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGÃO, A. (2011). Direito Constitucional do ambiente da União Europeia. In J. J. G. CANOTILHO & J. R. M. LEITE. *Direito Constitucional Ambiental* (4ª ed.). São Paulo: Saraiva.
- BARACHO, H. U., CUNHA, B. P., & DANTAS, T. B. (2018). Ética ambiental e desafios na pós-modernidade: responsabilidade social, empresa, comunidade e meio ambiente. In S. B. P. ARARUNA, J. F. MEDEIROS JÚNIOR (Orgs.). *Ética ambiental e desafios na pós-modernidade: responsabilidade social, empresa, comunidade e meio ambiente*. Curitiba: Apris.
- BARBOSA, L., & CAMPBELL, C. (2006). O estudo do consumo nas sociedades contemporâneas. In L. Barbosa, & C. Campbell (Orgs.). *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: FGV.
- BAUMAN, Z. (2001). *Modernidade Líquida* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BOFF, L. (1999). *Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes.
- BOFF, L. (2003). *Ethos mundial*. Rio de Janeiro: Sextante.
- BOFF, L. (2012). *Sustentabilidade: o que é, o que não é*. Petrópolis: Vozes.
- BOULTON, C. A., LENTON, T. M., & BOERS, N. (2022, março). Pronounced loss of Amazon rainforest resilience since the early 2000s. *Natural Climate Change*, 12, 271-278.
- BRAÚNA, F. J. F. (2021). *Direito Ambiental brasileiro: para estudantes e operadores do Direito Ambiental*. Brasil: E-book.
- CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. (2020). *Oportunidades e desafios da bioeconomia brasileira com base em inovações tecnológicas e de mercado*. Brasília: CGEE.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988). Brasília. Recuperado em 30 de julho de 2022, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- DIDEROT, D. (1979). *Suplemento à viagem de Bougainville*. São Paulo: Victor Civita.
- FARIA, A. B. (2019). Ética, consumo e meio ambiente. Rio de Janeiro: Ape'Ku.
- FISCHER, M. L., CUNHA, T., RENK, V., SGANZERLA, A., & SANTOS, J. Z. (2017). Da ética ambiental à bioética ambiental: antecedentes, trajetórias e perspectivas. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, 24(2), 391-409.
- FROELICH, J. M., & BRAIDA, C. R. (2010). Antinomias pós-modernas sobre a natureza. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, 17(3), 627-641.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. (2012). *O decrescimento: entropia, ecologia, economia*. São Paulo: Senac.

- GEORGESCU-ROEGEN, N. (2021). *The Entropy Law and the Economic Process*. Cambridge: Harvard University Press. E-book.
- JONAS, H. (2006). *O princípio vida: fundamentos para uma biologia filosófica*. Petrópolis: Vozes.
- LEFF, E. (2000). *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Ed. da FURB.
- LEFF, E. (2010). *Epistemologia ambiental* (Sandra Valenzuela, Trad.) (5ª ed.). São Paulo: Cortez.
- MEADOWS, D. H. et al. (1973). *Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade* (Tradução Inês M. F. LITTO, Trad.). São Paulo: Perspectiva.
- NAÇÕES UNIDAS. (2015). *Agenda 2030*. Recuperado em 20 de julho de 2022, de <http://www.agenda2030.com.br/sobre/>.
- NAÇÕES UNIDAS. *Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática*. Recuperado em 30 de julho de 2022, de <https://nacoesunidas.org/cop21/>.
- NALINI, J. R. (2003). *Ética ambiental* (2ª ed.). Campinas: Millennium.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2015). Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: uma contribuição para a ecologia política da região. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 107, 63-90.
- TEICH, D. H. (2021, setembro 05). *Amazônia, a potência da biodiversidade*. Recuperado em 20 de julho de 2022, de <https://brasilamazoniaagora.com.br/2021/amazonia-potencia-da-biodiversidade/>.
- VIANA, V. et al. (2020). *Reforma Tributária, Zona Franca de Manaus e Sustentabilidade: é hora de evolução*. Manaus: FAS. Recuperado em 20 de julho de 2022, de <https://n9.cl/2raze>
- VIEIRA, J. P. B., & TAVARES, M. H. (2021, janeiro 27). *Acordo de Paris: o que é?* Recuperado em 20 de julho de 2022, de <https://www.politize.com.br/acordo-de-paris/>.

AMAZÔNIA BRASILEIRA E O DESMONTE AMBIENTAL NO GOVERNO BOLSONARO: O IMPACTO DO AGRONEGÓCIO NO METABOLISMO DA NATUREZA

LUCIANA P. BENETTI

Universidade Federal do ABC (UFABC, Brasil)

RESUMO

Partindo do conceito de ruptura metabólica, o presente artigo busca analisar o impacto do projeto político de desmonte ambiental do presidente Jair Bolsonaro na Amazônia Brasileira. O método utilizado é qualitativo, de natureza teórica e modalidade sociopolítica com análise interdisciplinar. A partir do materialismo histórico, são analisadas reflexões teóricas de autores das áreas da economia, ciência política, sociologia e ecologia assim como dados levantados em documentos, relatórios e legislações. A crise climática é um problema internacionalmente reconhecido e o papel do Brasil é fundamental na sua contenção ou agravamento. É urgente, portanto, além de necessário, o aprofundamento e entendimento dos movimentos que impulsionam essa crise em uma abordagem sistêmica, que considere o neoliberalismo como propulsor do ecocídio no país.

Palavras-chave: Ruptura metabólica; agronegócio; Amazônia; governo Bolsonaro.

I. INTRODUÇÃO

O MOMENTO HISTÓRICO em que a humanidade se encontra é fatídico. Sua existência está ameaçada por uma série de fatores responsáveis por uma crise climática aguda, uma ruptura irreversível do metabolismo entre sociedade e natureza, cuja envergadura é capaz de alterar todos os siste-

mas terrestres (Foster, 2000). Para Leff (2021), as respostas desenvolvidas pelo capitalismo, como o desenvolvimento sustentável, antecipam não mais uma crise, mas sim, uma catástrofe. A ruptura do metabolismo entre sociedade e natureza é a causa da grave crise climática ecossistêmica em curso. Alguns exemplos desta crise são: efeito estufa e aquecimento global, aumento da poluição atmosférica, uso de agrotóxicos e alimentos transgênicos, queimadas e desmatamento, acumulação de resíduos, desastres ambientais, o surgimento de “ilhas” de plástico nos mares e oceanos acarretando a morte de milhares de animais anualmente, acidentes nucleares, e, mais, recentemente, o surgimento de novas doenças e epidemias graças à manipulação humana de espécies animais voltadas ao abate (Wallace, 2020; Foster, 2000).

O Brasil assume um papel cada vez mais relevante neste intrincado quebra-cabeças. O que anteriormente destacava o país como grande reserva ambiental, hoje se torna motivo de preocupação internacional: estima-se que a floresta Amazônica passou a produzir mais CO₂ do que é capaz de absorver. O motivo é o avanço neoliberal sobre o bioma amazônico, decorrente da comoditização da natureza intensificado pelo desmonte ambiental provocado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Através de um projeto político voltado exclusivamente para o benefício de alguns grupos, sua gestão foi marcada pela aliança com o bloco ruralista e o apoio de mineradoras. Sua controversa política ambiental promoveu o avanço do desmatamento, o aumento na comercialização e uso de agrotóxicos, o aumento de queimadas, a facilitação da grilagem, da mineração ilegal e da caça em territórios indígenas, o envenenamento de populações por mercúrio e pesticidas usados em plantações, além do aumento significativo da violência no campo.

Através da intersecção dos conceitos de neoliberalismo e ruptura metabólica entre natureza e sociedade, o desmonte das políticas ambientais e sanções que favorecem o agronegócio são interpretados por meio de uma perspectiva que não ignora o fator sistêmico por trás destas ações. Em outras palavras, considera o neoliberalismo como um fator imperativo que conduziu a ação governamental para a lógica do mercado. É, portanto, necessário, considerar a influência exercida pela fase neoliberal do capitalismo, especialmente na conjuntura daquele momento, a qual provocou um direcionamento das forças para decisões voltadas puramente para a economia capitalista em detrimento do metabolismo da natureza e sociedade. O método utilizado é qualitativo, de natureza teórica e modalidade sociopolítica com análise interdisciplinar. A partir do materialismo histórico, são analisadas reflexões teóricas de autores das áreas da economia, ciência política, sociologia e ecologia assim como dados levantados em documentos, relatórios e legislações.

A fim de explicar as crises climática e ambiental, John Bellamy Foster (2000) resgata o conceito marxiano de metabolismo entre sociedade e nature-

za. Segundo ele, os seres humanos só podem existir através de uma relação metabólica com o restante da natureza sendo que o desequilíbrio destas relações de interdependência, provocado pelo modo de produção capitalista, desencadeia um processo chamado ruptura metabólica (Foster, 2000; 2016). Este metabolismo, sob o sistema capitalista, adquiriu características de dominação e exploração voltadas à acumulação.

No neoliberalismo há uma intensificação das práticas de acumulação através de um Estado cada vez mais austero marcado por privatizações em massa e avanço extrativista nos países colocados à margem do sistema, como o Brasil, acelerando os processos de aquecimento global e crises climáticas pela acentuação da ruptura metabólica já existente entre sociedade e natureza (Fernandes, 2020; Foster, 2016). Aqui, a justificativa neoliberal é de que o problema não tem origem apenas no desequilíbrio ecológico provocado pela expansão do capital, “mas também ao fato de não terem sido atribuídos direitos de propriedade e preços aos bens comuns” (Leff, 2021, p. 118). Além disso, qualquer impacto ou dano socioambiental é considerado uma externalidade, libertando o capital da responsabilidade por prevenções ou mitigação. Desta forma, quem arca com as consequências são a população e o Estado.

No Brasil, além do extrativismo mineral e petrolífero, o extrativismo agrícola é um marco da fase neoliberal iniciada após o processo de desindustrialização do país. Pautada na produção e exportação de *commodities*, esse período, além de desencadear o avanço do desmatamento e acirramento de disputas no campo entre o patronato agrícola e povos indígenas e quilombolas, garantiu o surgimento de um bloco de poder ruralista de grande influência política.

A hegemonia do bloco de poder composto pelo agronegócio na conjuntura atual é um resultado histórico da disputa de forças dentro e fora do campo, assim como da própria luta de classes. Com a eleição de Bolsonaro à presidência e a cooptação de importantes setores do agronegócio, se consolidou um bloco de poder cujas forças gerem o setor de forma político-institucional a partir do Estado (Firmiano, 2020, p. 367).

A conjuntura durante o governo Bolsonaro foi marcada pelo desmonte de políticas ambientais e concessões que beneficiaram o agronegócio e a mineração em detrimento da população e da natureza, com especial intensidade na Amazônia Brasileira. Desta forma, é possível afirmar que durante o governo Bolsonaro esteve em curso uma intensificação de práticas predatórias que colocaram ainda mais em risco o metabolismo entre sociedade e natureza, ou seja, que impactaram diretamente a crise ambiental.

2. O AGRONEGÓCIO E A RUPTURA METABÓLICA

O conceito de metabolismo, desenvolvido por cientistas do século XVIII para explicar as trocas energéticas entre os organismos em seus habitats, foi utilizado por Karl Marx no materialismo histórico para tratar das relações entre trabalho e produção e entre sociedade e natureza. Para ele, seres humanos e natureza existem em uma relação metabólica, de interdependência que, quando afetada pelo modo de produção capitalista, é rompida. Esse processo é chamado de ruptura metabólica (Foster, 2000; 2016).

Em pleno século XIX, Marx (2017) já havia percebido que a divisão entre cidade e campo causava uma ruptura metabólica e empobrecimento do solo, uma vez que a produção agrícola era consumida longe de sua origem. Desta forma, os nutrientes originados de seu consumo não retornavam ao solo, dando origem à necessidade de fertilização artificial no campo enquanto o meio urbano precisava lidar com o descarte e dejetos (Foster, 2016). Partindo desta noção, já havia em Marx uma preocupação com os efeitos da industrialização agrária e o aumento da produção de alimentos voltada para a acumulação capitalista.

A noção de agronegócio (*agrobusiness*), criada na década de 1950 nos Estados Unidos para se referir a todas as ações relacionadas à produção e distribuição alimentos, foi adotada no Brasil apenas na década de 1990 através de desdobramentos que envolviam a industrialização da agricultura (Pompéia, 2020). Isto coincidiu com a desindustrialização do país e adoção de práticas agropecuárias voltadas à produção de *commodities*.

A questão fundiária é considerada por diversos teóricos, o ponto central da degradação do meio ambiente (Wallace, 2020), sendo que a principal causa do desmatamento na Amazônia é a atividade agrícola (Arima, Barreto, & Brito, 2005). Somente na primeira década do século XXI, estima-se que 30% do desmatamento no país tenha ocorrido em função das atividades do agronegócio, especialmente o plantio de soja e a pecuária, também responsáveis pela emissão de cerca de 2,7 toneladas de carbono na atmosfera. Karstensen, Peters e Andrew (2013), afirmaram que o aumento das exportações iria demandar a utilização de cada vez mais terra e a intensificação da produção. Segundo eles, a previsão de queda na produtividade agrícola até 2021 – em decorrência da soja estar alcançando seu nível de rendimento máximo – resultaria no aumento crescente do desmatamento com finalidades produtivas.

A divisão internacional do trabalho passou por uma reorganização que pôs fim ao período de industrialização da economia na América Latina ocorrida entre as décadas de 1930 e 1970. Como resultado de mais uma das recorrentes crises do capital, a região adotou um padrão exportador determinado pela especialização produtiva apoiado na mineração, extração de petróleo e derivados e, especialmente, *commodities* agropecuárias (Osório, 2012). Desta

forma, a acumulação de capital desloca-se para o exterior através do controle de vantagens comparativas naturais que conduz à uma reprimarização da economia graças à desindustrialização (Firmiano, 2020).

Assim, por força das novas condições de acumulação/valorização encetadas pela mundialização do capital, e em razão do lugar ocupado pelo Brasil na estrutura global do capital, o setor primário, e particularmente o agronegócio, passou a dispor de um lugar permanente no bloco de poder de todos os governos que emergem desde a última redemocratização (Firmiano, 2020, p. 367).

3. PASSANDO A BOIADA: O DESMONTE AMBIENTAL NO GOVERNO DO BOLSONARO

O Brasil, assim como parte considerável da América Latina, passou por uma fase progressista, a Maré Rosa, durante o período de governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Entre 2002 e 2016, o país foi governado por Luiz Inácio Lula da Silva, que completou dois mandatos, retornando para um terceiro em 2023, seguido de Dilma Rousseff, a primeira mulher a assumir o cargo no Brasil e que teve seu segundo mandato interrompido após um golpe que levou ao seu impeachment. Apesar de progressistas, os governos do PT foram marcados pelo tom conciliador, que buscava favorecer tanto a classe trabalhadora quanto a burguesia (Fernandes, 2019). Em relação ao meio ambiente, apesar da grande redução nas taxas de desmatamento, o período foi marcado por obras controversas, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte e no Rio Madeira, na fronteira com a Bolívia.

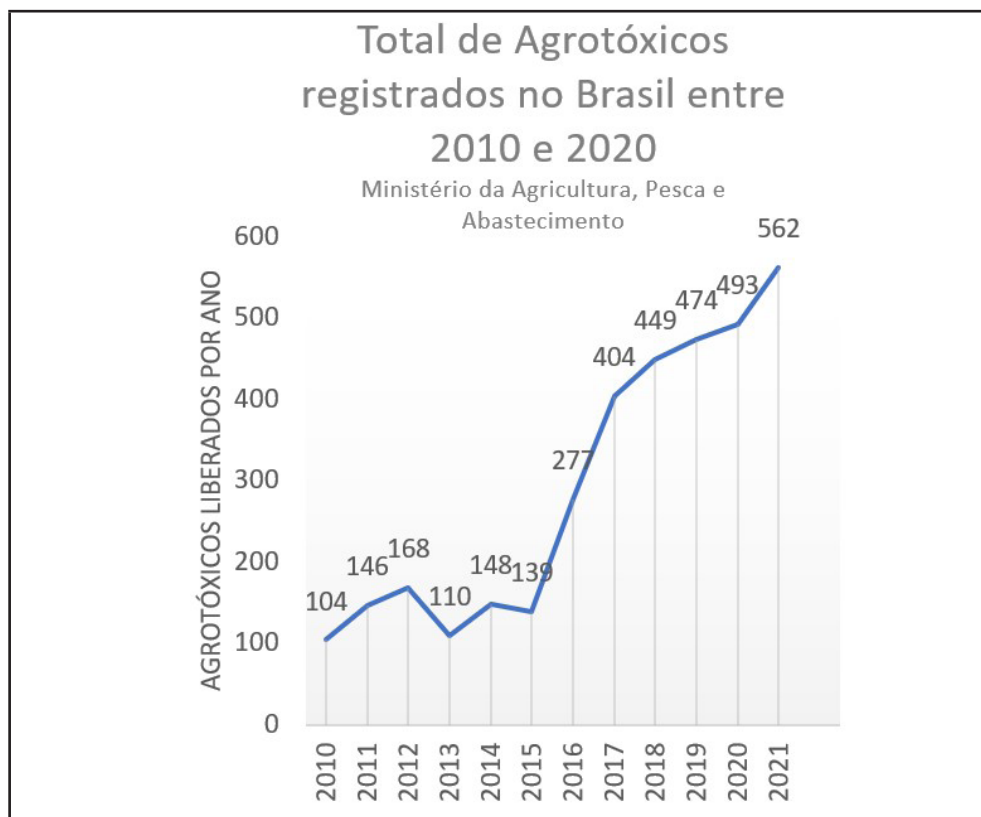
Com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, seu vice, Michel Temer, assumiu a presidência e logo cedeu ao bloco ruralista iniciando o processo de desmonte de políticas ambientais que alcançam seu ápice através de seu sucessor, Jair Bolsonaro. Ainda sob o governo Temer, iniciou-se a liberação de um número crescente de agrotóxicos e as taxas de desmatamento voltaram a subir. Além disso, concedeu anistia a multas ambientais e flexibilizou as características de trabalho escravo. Como resultado, iniciou-se uma crescente de violência no campo que, ainda em 2017, já colocava o Brasil no topo do ranking mundial de países mais perigosos do mundo para ambientalistas e ativistas sociais.

Jair Bolsonaro assumiu a presidência do país em 2019 e, logo no início de sua gestão, iniciou o processo de desmonte das políticas ambientais, intensificando algumas das ações tomadas por seu antecessor, Michel Temer, e, principalmente, criando novas. Assim que assumiu, Bolsonaro reduziu para dezesseis o número de ministérios, enfraquecendo alguns em detrimento de outros. Um dos beneficiados foi o Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento (Mapa), concedido à Tereza Cristina, do Democratas, também conhecida como “a musa do veneno” em função da PL 6.299/2002, a PL do Veneno.

A agenda de Tereza Cristina basicamente contou com dois temas distintos: a liberação do uso de agrotóxicos e o licenciamento ambiental. Apenas nos primeiros seis meses de governo, já haviam sido aprovados 290 novos agrotóxicos, que, segundo Firmiano (2020), foi o ritmo mais elevado já registrado na história até então. Alguns dos agrotóxicos liberados são considerados perigosos ou extremamente perigosos, sendo 32% deles de uso proibido na União Europeia. Em 2020, foram liberados 493 pesticidas, 4% a mais que no ano anterior, segundo o *Diário Oficial da União*, e, até julho de 2022, já haviam sido liberados 309.

GRÁFICO 1. Total de Agrotóxicos registrados no Brasil entre 2010 e 2021.



Fonte: Mapa (2021).

No gráfico acima, pode-se visualizar o aumento expressivo na liberação de agrotóxicos a partir de 2016, quando Michel Temer assumiu a presidência após

o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. A tendência iniciada por Temer se intensificou no governo Bolsonaro. Juntos, liberaram mais agrotóxicos que Lula e Dilma em seus quatorze anos de governo (Mapa, 2020).

Ainda no primeiro dia do governo Bolsonaro, o Mapa passou a ter controle sobre a identificação e demarcação de terras indígenas, antes função da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). No dia seguinte, o Mapa também passou a gerenciar o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), antes vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e responsável pelo levantamento de dados sobre preservação ambiental em imóveis rurais, e se responsabilizar pelo licenciamento ambiental, que poderia atingir povos indígenas. Em apenas dois dias, terras indígenas e assuntos relacionados à preservação ambiental foram postos nas mãos do agronegócio. Após anos de disputa, ruralistas, os maiores responsáveis pela destruição ambiental e emissão de gases de efeito estufa no país, finalmente obtiveram a possibilidade de controlar territórios tradicionais e terras públicas.

Além disso, Ibama e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) foram transferidos para o Mapa, implicando um controle estrito dos ruralistas sobre suas atividades. Um exemplo desse impacto ocorreu durante as queimadas do Pantanal em 2019. Os cortes de verba e desmonte do Ibama impediram a fiscalização da região ocasionando um número elevado de queimadas iniciadas por ação humana. Além disso, o governo, além de não enviar auxílio ao combate do fogo, não promoveu qualquer ação em relação à reparação das áreas destruídas.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi designado à Ricardo Salles, do Partido Novo. Além de esvaziar o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), reduzindo de 96 para 22 integrantes, trabalhou intensivamente na revisão de áreas sob proteção e sua classificação, agindo de forma a revogar decretos que criaram áreas de conservação ambiental em diversos biomas do país. Salles, além da atitude negacionista em relação à destruição ambiental, se tornou figura de inúmeras polêmicas.

A gestão estatal dos agronegócios, da agricultura familiar, dos territórios indígenas e quilombolas e a governança ambiental passou, pois, à trinca do agronegócio, representada pelas forças mais conservantistas do mundo agrário brasileiro: Tereza Cristina, Ricardo Salles e Nabhan Garcia (Firmiano, 2020, p. 371).

No dia 22 de abril de 2020, aconteceu uma reunião ministerial com a presença dos ministros do governo e do próprio então presidente Jair Bolsonaro. A gravação da reunião foi divulgada pelo STF cerca de um mês depois explicitando o projeto de desmonte ambiental. O então ministro do Meio Ambiente defendeu que

precisa ter um esforço nosso aqui, enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque *só fala de covid, e ir passando a boiada, ir mudando todo o regramento, simplificando normas*, de Iphan, de Ministério da Agricultura, de Ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de *unir esforços para dar de baciada a simplificação regulatória que nós precisamos*, em todos os aspectos. (...) não precisamos de Congresso. Porque coisa que precisa de Congresso também, nesse fuzuê que está aí também, nós não vamos conseguir aprovar. Agora tem um monte de coisa que é só parecer, caneta, parecer, caneta. Sem parecer também não tem caneta, porque dar canetada sem parecer é cana. Então, isso aí vale muito a pena. A gente tem um espaço enorme pra fazer (CNN Brasil, 2020, grifos da autoria).

A análise do discurso evidencia a intenção governamental. Enquanto a sociedade a nível mundial estava preocupada com a dispersão do novo coronavírus (SARSCOV2), o governo deveria realizar reformas infralegais, “ir passando a boiada” (CNN Brasil, 2020), que passariam despercebidas pela população e imprensa. A intenção claramente sugerida é a desregulação fora do debate público – sem aprovação do congresso – através de portarias, atos administrativos e instruções normativas (Bronz, Zhouri, & Castro, 2020). Esse posicionamento vai de encontro com a ideia de Estado mínimo defendida pela aquela gestão através de uma estratégia de redução cada vez maior de empecilhos administrativos e demonstra a intencionalidade das ações tomadas por aquele governo, ou seja, seu projeto político responde exclusivamente aos ditames do capital.

Em maio de 2019, o combate ao desmatamento e às queimadas na Amazônia passou a ser responsabilidade das Forças Armadas, enquanto que órgãos de fiscalização, como o Ibama, tiveram redução drástica no seu orçamento. Com a baixa fiscalização resultante da crise orçamentária e do “combate” realizado pelas forças armadas, o desmatamento aumentou, chegando a um recorde histórico no mês de agosto. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) registrou aumento de 278% no desmatamento em relação ao mesmo mês do ano anterior. Sob ataque do governo recebendo a acusação de conluio com ONGs para a publicação de um falso relatório, o então diretor do instituto, Ricardo Galvão, renomado físico brasileiro e membro da Academia de Ciências Brasileiras, se posicionou em defesa da ciência, contrapondo os ataques deferidos pelo presidente do país, o que lhe rendeu demissão do instituto. Ainda em 2019, Galvão foi nomeado pela revista *Nature* como um dos dez cientistas mais importantes do ano. Dois anos depois, recebeu o prêmio *Scientific Freedom and Responsibility Award* pela *American Association for the Advancement of Science* (AAAS) pela defesa da ciência contra o negacionismo praticado por Bolsonaro.

Em dezembro de 2020 ocorreu a maior apreensão de madeira extraída ilegalmente da história do país. Duzentos mil metros cúbicos de madeira, equivalente a cerca de 65 mil árvores de angelim, ipê, cumaru e maçaranduba, oriundos do Pará foram apreendidos pela Polícia Federal do Amazonas enquanto eram transportados em balsas pelo rio Madeira. Em abril de 2021, Ricardo Salles, então Ministro do Meio Ambiente, se reuniu com madeireiros em Santarém, no estado do Pará, para a análise dos documentos referentes à apreensão. Salles, além de se comprometer com a devolução parcial da madeira, ainda afirmou que a extração havia sido feita de forma legal, não havendo nenhuma irregularidade na carga apreendida.

Em maio, a Operação Akvanduba, que fez buscas e apreensões em propriedades de Salles, apontou indícios de sua ligação com um esquema de extração e exportação ilegal de madeira. Além de Salles, Eduardo Bim, então presidente do Ibama, também foi apontado como cúmplice nos crimes de facilitação de contrabando e advocacia administrativa. No relatório entregue pela Polícia Federal, há um capítulo dedicado exclusivamente a Salles onde é detalhado o método utilizado por ele: o mesmo descrito pelo então ministro na reunião ministerial de abril de 2020.

O esquema “parecer, caneta, parecer, caneta” (STF, 2020) iniciou-se quando carregamentos de madeira amazônica foram interceptados em portos dos Estados Unidos por irregularidade documental. Os madeireiros contataram o Ibama para liberação da carga, que emitiu certidões que não foram aceitas. A diretoria do Ibama então solicitou outro tipo de documentação, prontamente liberada por Salles logo após uma reunião sua com representantes das madeireiras envolvidas em fevereiro de 2020. Os documentos fornecidos incluíam, inclusive, pareceres técnicos retroativos, referente a cargas ilegais expedidas entre 2019 e 2020. Ainda segundo o relatório, assinado pelo delegado Franco Perazzoni, em 19 dias foi revogada a norma que exigia um documento de autorização de exportação de madeira emitido pelo Ibama nos portos brasileiros através de um despacho providenciado por Eduardo Bim. Servidores do Ibama que participaram do esquema eram recompensados por Salles com promoções, ao passo que aqueles que descumpriam as ordens eram exonerados. Além disso, a Polícia Federal identificou diversas movimentações financeiras atípicas na conta do escritório de advocacia do qual Salles é sócio.

Em decisão do STF, assinada pelo Ministro Alexandre de Moraes, em 13 de maio de 2021, afirma-se a existência de grave esquema de facilitação ao contrabando de produtos florestais o qual teria o envolvimento de autoridade com prerrogativa de foro nessa Suprema Corte, no caso, o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles; além de servidores públicos e de pessoas jurídicas (CNN Brasil, 2020).

No mesmo documento, afirma-se ainda que crimes ambientais foram cometidos pelo interesse privado em benefício de indivíduos empresários em detrimento dos interesses públicos. Além disso, o esquema facilitou a exportação ilegal através da criação de obstáculos para a fiscalização causando graves prejuízos ambientais. Salles foi exonerado cerca de um mês depois, em 23 de junho. Em seu lugar, Joaquim Álvaro Pereira Leite, herdeiro de uma tradicional família de cafeeiros de São Paulo, foi nomeado ministro. O novo ministro do Meio Ambiente está envolvido em uma disputa de uma área da Terra Indígena Jaraguá, entre São Paulo e Osasco. Fica claro que Salles foi exonerado não por ter se envolvido em esquemas de lavagem florestal, e sim pelo fato de ter sido descoberto. A indicação de Pereira Leite como substituto evidencia o projeto de desmonte ambiental do governo Bolsonaro, que seguiu indicando ministros de capacidade duvidosa, preferencialmente envolvidos em polêmicas e esquemas com algum nível de ilegalidade.

Bolsonaro perdeu a eleição em 2022 para Luiz Inácio Lula da Silva, que retorna para seu terceiro mandato. Após o segundo turno das eleições, ocorrido em 30 de outubro de 2022, Bolsonaro manteve-se atipicamente recluso e fora das redes sociais. Mais tarde descobriu-se que esteve articulando um golpe antidemocrático contra o presidente eleito com o intuito de fechar o Congresso Nacional e anular as eleições. Na casa de seu ex-ministro, Anderson Torres, foi encontrado um documento impresso com decreto de estado de defesa que seria utilizado caso o ataque que destruiu parcialmente os três prédios do governo federal em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023, tivesse sido vitorioso (Camargo, Nery, & Duailib, 2023).

Com mais de mil pessoas presas em flagrante, as investigações do Ministério da Justiça e Segurança Pública se concentram na identificação dos financiadores do ataque de 8 de janeiro. Após meses de acampamentos em frente aos quartéis, reivindicando intervenção militar, dezenas de ônibus lotados de apoiadores de Bolsonaro foram enviados concomitantemente à Brasília nos dias que antecederam a tentativa de golpe. As investigações revelaram que, além de pagar o transporte, empresários do Brasil todo, bancaram despesas com alimentação e acomodação, além de providenciar um pagamento diário para cada apoiador. Apesar de haver empresários de diversos setores envolvidos, uma parte está relacionada ao agronegócio. Além de financiarem os atos antidemocráticos, ruralistas fizeram convocatórias nas redes sociais. Um dos perfis pertence ao “Movimento Brasil Verde e Amarelo” e reúne cerca de 300 entidades relacionadas ao agronegócio. Muitos dos presos, em depoimento, afirmara ter recebido financiamento de “gente do agro” de acordo com informações da PF e da Casa Civil (Pinto, 2023). Outro nome citado foi Alípio Maggi, empresário do agronegócio na Amazônia, que também fretou caravanas para

Brasília. Não é a primeira vez que seu nome aparece relacionado a atos golpistas (Bassi & Fialho, 2023).

Após quatro anos comandando o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Ministério da Agricultura Pesca e Abastecimento, controlando assim o avanço sobre terras indígenas, a liberação de agrotóxicos, a falta de fiscalização em relação ao desmatamento, o setor extremista do agronegócio se viu ameaçado. Com uma política de reconstrução ambiental e combate às mudanças climáticas, o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, deixou claro a centralidade do meio ambiente em sua nova gestão. Ao contrário dos dois primeiros mandatos, em que o tema era um pano de fundo, Lula afirmou que este, junto com o combate à fome e desigualdade, são as prioridades de sua gestão. O antigo Ministério do Meio Ambiente foi renomeado para Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas e está sob a tutela de Marina Silva, ambientalista que também foi ministra nos mandatos anteriores do presidente. Na primeira semana de governo, o Fundo Amazônia, suspenso durante o governo Bolsonaro, foi restabelecido e Noruega e Alemanha, que haviam interrompido as doações por discordâncias com ex-presidente, já disponibilizaram respectivamente R\$3 bilhões e R\$200 milhões para investimento imediato (JN, 2023).

Outras medidas impostas por Bolsonaro também foram revogadas nas primeiras 24 horas de governo Lula, entre elas o decreto que permitia o garimpo ilegal em Terras Indígenas. Também restabeleceu o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) que, entre 2004 e 2012 foi responsável pela diminuição de 83% no índice de desmatamento na Amazônia (Freitas, 2023).

Tal projeto político ameaça a setores produtivos que se beneficiaram do desmonte ambiental provocado nos últimos quatro anos, provocando a participação e financiamento destes setores em atos golpistas e terroristas como o ocorrido em 8 de janeiro.

4. AMAZÔNIA E O TRIPÉ DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

O relatório do IPCC publicado em agosto de 2021 expõe a gravidade da crise ambiental e traz alguns alertas específicos para o Brasil. Segundo o documento, é preciso zerar as emissões de gases de efeito estufa o mais rapidamente possível para evitar a concretização dos cenários mais críticos projetados. A floresta Amazônica, em decorrência do desmatamento e queimadas causados pelo agronegócio, já está emitindo mais gases do que é capaz de absorver. Em vez de ser o grande purificador de ar do planeta, a floresta está se convertendo em um dos maiores emissores de gases de efeito estufa. Este cenário se agravou com

o governo Bolsonaro através do projeto de desmonte ambiental que facilitou a destruição não somente da Amazônia, como também do Cerrado e do Pantanal.

Fernandes (2021), ao tratar de imperialismo ecológico, sintetiza a agenda antiecológica do governo Bolsonaro através de um tripé de degradação ecológica: armas, vírus e soja. Segundo a autora, as três questões estão interseccionadas no que tange ao projeto governamental. A flexibilização no porte de armas de fogo, juntamente com um discurso de ódio e violência culminam na presença massiva das Forças Armadas em cargos importantes do governo, especialmente à frente de ministérios e o aumento da violência no campo. Um exemplo foi a publicação de uma imagem pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) no dia 28 de julho de 2021, dia do Agricultor. A imagem mostra um jagunço armado representando um agricultor em uma clara mensagem de incitação à violência no campo.

No que tange ao elemento “vírus” do tripé elaborado por Fernandes (2021), o posicionamento de descaso em relação à disseminação do coronavírus entre a população, o atraso na negociação de vacinas, a falta de medidas em relação à população de baixa renda que causou o crescimento da insegurança alimentar e o retorno do Brasil ao mapa da fome e a disseminação de *fake news* e movimento antivacinação, favoreceram a distração da população e da mídia em relação a medidas tomadas em paralelo. A exemplo, o caso já abordado da fatídica reunião ministerial em que o termo “passar a boiada” se tornou sinônimo do projeto de destruição ambiental do governo.

A questão da soja, terceiro elemento do tripé supracitado, está relacionada com diversos agentes do governo que vão desde as “canetadas” de Salles até a agenda do Mapa. O desmatamento da Amazônia, assim como Cerrado e do Pantanal, estão diretamente relacionados com a produção de soja e, consequentemente, com a criação de animais para abate. A soja é o produto agrícola mais produzido e exportado no país. Além disso, também é o que tem a maior quantidade de sementes geneticamente modificadas e o maior uso de agrotóxicos em sua cultura. 65% dos agrotóxicos utilizados no país correspondem a apenas três tipos de produção: soja, milho e algodão, todos com altos índices de sementes geneticamente modificadas. Destes 65%, 71% são utilizados na soja. No entanto, o uso de agrotóxicos não se relaciona ao aumento da sua produtividade. Pelo contrário, as sementes geneticamente modificadas são desenvolvidas para aumento da resistência à herbicidas, ou seja, são projetadas para resistirem ao uso exponencial de agrotóxicos (Firmiano, 2020).

No relatório publicado por Larissa Bombardi (2021), fica evidente a relação entre desmatamento, plantio de soja e aumento no uso de agrotóxicos. Segundo o relatório, as áreas na Amazônia Legal em que o uso de pesticidas aumentou, coincide com a área de aumento do desmatamento e de plantação de

soja. A flexibilização no registro de agrotóxicos, sendo a maioria deles de uso proibido na União Europeia, evidencia o papel do Brasil na economia mundial como exportador de *commodities*, ou seja, na transferência de riqueza natural para países do Norte Global, enquanto importa tecnologia e produtos já obsoletos, e, neste caso, proibidos.

Desde o primeiro dia de governo, Jair Bolsonaro evidenciou claramente seu projeto político através da entrega de órgãos delicados na mão de ruralistas, como o que ocorreu com a transferência da função de demarcação das terras indígenas da FUNAI para o Mapa. No decorrer de sua gestão, seja através de ações, do seu discurso ou dos recorrentes escândalos, tornou-se inquestionável o objetivo de seu governo, que respondeu exclusivamente a grandes empresas e ao sistema bancário. Sua agenda neoliberal promoveu a privatização de órgãos públicos, investimentos trilionários no sistema bancário em plena pandemia, em detrimento da saúde pública e do meio ambiente. Bolsonaro “passou a boiada” continuamente, desmontou intencionalmente políticas ambientais, incitou queimadas e desmatamento através de discursos de ódio e promoveu danos ambientais que colocam em risco a vida dos Povos da Terra.

5. CONCLUSÃO

É evidente que o governo Bolsonaro relacionou questões ecológicas como um impedimento para o crescimento do capital. Neste cenário de desmonte ambiental, o agronegócio cresceu 24,31% em 2020, obtendo lucros recordes. Enquanto uma parcela ínfima da população acumulou cada vez mais capital através da destruição de recursos naturais, a insegurança alimentar voltou a ser um problema no país. Desta forma, é possível afirmar que os constantes ataques e desmontes envolvendo a política ambiental fizeram parte de um projeto político, sendo o dano causado, intencional. Fica claro que as ações do ex-presidente configuraram também o crime de ecocídio.

Para Leff (2021), os Povos da Terra reconfiguram a luta de classes em uma disputa para além de territórios. A luta é pela soberania, pela cultura e identidade, pelo direito de gerir seus recursos e saberes, suas cosmovisões e, em última escala, pelo direito à vida.

No Sul do mundo – na periferia e no subdesenvolvimento do processo de globalização –, precipitam-se tempos históricos que revivem no campo da ontologia política, fundamentada em uma ontologia da vida em que se emancipa a diversidade cultural do gênero humano propondo o desafio de pensar aí, com os movimentos sociais que hoje surgem em defesa das diversas formas do ser cultural, o futuro sustentável da vida no planeta (Leff, 2021, p. 94).

A ruptura metabólica entre sociedade e natureza aprofundou-se rapidamente graças ao projeto político ecocida da gestão Bolsonaro. Destruição ambiental sem precedentes, sindemia devido a coexistência de um vírus altamente volátil e agressivo com desnutrição e insegurança alimentar, aumento dos índices de violência evidenciam a intencionalidade deste projeto. A agenda foi clara: através do autoritarismo, Bolsonaro buscou o controle cada vez maior da população, desarticulando e perseguindo movimentos sociais e minando qualquer forma de resistência, seja social ou administrativa, que facilitasse a conversão de riquezas naturais em mercadorias para exportação, causando danos extensos e permanentes ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIMA, E., BARRETO, P., & BRITO, M. (2005). *Pecuária na Amazônia: tendências e implicações para a conservação ambiental*. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.
- BASSI, B. S., & FIALHO, T. (2023). *Primo de Blairo Maggi é o “empresário do agronegócio” citado por Ramiro caminhoneiro*. Recuperado em 14 janeiro, 2023, de <https://n9.cl/3gyq2>.
- BOMBARDI, L. M. (2021). *Geography of Asymmetry: the vicious cycle of pesticides and colonialism in the commercial relationship between Mercosur and the European Union*. Brussels: The Left group in the European Parliament.
- BRONZ, D., ZHOURI, A., & CASTRO, E. (2020). Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. *Revista Antropolítica*, 49, 8-41.
- CAMARGO, I., NERY, N., & DUAILIBI, J. (2023). *PF encontra na casa de Anderson Torres minuta de decreto para instaurar o estado de defesa no TSE*. Recuperado em 14 janeiro, 2023, de <https://n9.cl/jhnlv>.
- CNN BRASIL. (2020). *STF divulga íntegra do vídeo da reunião ministerial de 22 de abril*. São Paulo: 1 vídeo (114 min.), son., color. Recuperado em 10 de agosto, 2020, de <https://bit.ly/3kifS3s>.
- FERNANDES, S. (2019). *Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira*. Autonomia Literária: São Paulo.
- FERNANDES, S. (2020). *Se quiser mudar o mundo: um guia político para quem se importa*. São Paulo: Planeta.
- FERNANDES, S. (2021). Ecological Imperialism and Jair Bolsonaro's Agenda in Brazil. *NewPolitics*, XVIII(3), Whole Number 71.
- FIRMIANO, F. D. (2020, junho). Quem lamenta os estragos - se os frutos são prazeres? O bloco de poder agro do governo Bolsonaro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 28(2), 364-387.
- FOSTER, J. B. (2000). *Marx's Ecology: Materialism and Nature*. Monthly Review Press: New York.
- FOSTER, J. B. (2016). Marxism in the Anthropocene: Dialectical Rifts on the Left. *International Critical Thought*, 6.

- FREITAS, C. (2023). *Lula faz revogação e retoma projetos ambientais em menos de 24h*. Recuperado em 14 janeiro, 2023, de <https://n9.cl/myfgf>.
- JORNAL NACIONAL. (2023). Noruega investe R\$3 bilhões no Fundo Amazônia, reativado pelo president Lula. Recuperado em 14 janeiro, 2023, de <https://n9.cl/gxwst>.
- KARSTENSEN, J., PETERS, G. P., & ANDREW, R. M. (2013). Attribution of CO₂ emissions from Brazilian deforestation to consumers between 1990 and 2010. *Environmental Research Letters*, 8(2). Recuperado em 13 fevereiro, 2021, de <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/8/2/024005>.
- LEFF, H. (2021). *Ecologia Política: da destruição do capital à territorialização da vida*. Campinas: Editora Unicamp.
- MARX, K. (2017). *O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da acumulação capitalista*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- OSÓRIO, J. (2012). América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva - estudo de cinco economias da região. In C. Ferreira, J. Osório, & M. Luce (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- PINTO, D. (2023). *Movimento ruralista fez convocação para atos que resultaram em terrorismo em Brasília*. Recuperado em 14 janeiro, 2023, de <https://n9.cl/9ozlo>.
- POMPÉIA, C. (2020). Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35(104).
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. (2021, maio 13). *Petição 8.975 Distrito Federal*. Recuperado em 09 agosto, 2021, de <https://static.poder360.com.br/2021/05/Alexandre-Moraes-PGR-Competencia-25-mai-2021.pdf>.
- WALLACE, R. (2020). *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo: Editora Elefante.

O BRASIL E A QUESTÃO AMBIENTAL: AMAZÔNIA EM FOCO¹

SHIGUENOLI MIYAMOTO

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Brasil)

RESUMO

Desde meados do século xx, a Amazônia brasileira tem sido alvo de atenção mundial, seja de governos ou de organizações não-governamentais. O objetivo deste texto é analisar as políticas brasileiras, em um período amplo, com ênfase nas últimas décadas e nos anos mais recentes, direcionadas para a conservação do meio ambiente das florestas tropicais. De um lado, observar se realmente o governo tem se preocupado com a preservação da região e, de outro lado, as respostas que têm sido oferecidas à comunidade internacional. Pretendemos, portanto, verificar se as políticas públicas dirigidas para a Amazônia têm contemplado os interesses das comunidades locais ou se atendem a outros agentes voltados apenas para a exploração dos recursos naturais amazônicos, contribuindo assim, para sua degradação. O texto não aborda o novo governo que assumiu a Presidência da República em 1º de janeiro de 2023.

Palavras-chave: Amazônia brasileira; ocupação territorial; meio ambiente; política ambiental; planejamento governamental.

¹ A produção deste texto e a participação no evento contaram com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, nível 1A, concedida ao autor.

1. INTRODUÇÃO

A PRESERVAÇÃO OU NÃO DO MEIO AMBIENTE afeta a todos, sociedades e Estados, sem respeitar fronteiras, ideologias, regimes políticos, formas de governo ou modelos econômicos. Os inúmeros problemas verificados pelo aquecimento global, têm mostrado a importância de se elaborarem e seguirem políticas que respeitem o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento sustentável. Medidas adotadas de forma inadequada em um país, podem apresentar reflexos sobre o seu entorno, e mesmo em grande parte do mundo.

Um dos maiores problemas reside no modo como cada governo concebe as prioridades de seu próprio desenvolvimento, negligenciando as consequências de suas atitudes. As incontáveis convenções sobre o clima ilustram o *modus operandi* das grandes potências, reticentes quando se coloca um prazo para adotar medidas mais rigorosas que restrinjam o uso de energias ambientalmente degradantes.

A maioria dos Estados (leia-se governos) raciocina em termos egoísticos, ao considerar que suas políticas dizem respeito tão somente a eles. Como entes soberanos, entendem que são eles, e apenas eles, os que devem opinar e planejar sobre os usos de seus territórios e suas riquezas.

Com esse mesmo raciocínio, a política ambiental brasileira (ou a falta de) tem enfrentado dificuldades para ser executada a contento, sem atender aos interesses da sociedade, na busca de proteger a fauna e a flora amazônicas.

As pressões exercidas pelas organizações não-governamentais nacionais e estrangeiras, agências de fomento, militantes ambientalistas e autoridades de outros países têm sido insuficientes para sensibilizar as autoridades brasileiras e alterar os rumos das políticas governamentais.

O objetivo deste texto é discutir como a questão ambiental tem sido tratada no país, com ênfase na região amazônica.

Para a elaboração das presentes notas, utilizamos documentos oficiais, escritos publicados por acadêmicos e instituições de pesquisa, declarações e discursos de autoridades, além de material divulgado pela mídia.

Não objetivamos realizar análise de discurso, mas apresentar dados, as medidas tomadas pelo governo e verificar como a política ambiental para a Amazônia tem sido conduzida ao longo das últimas décadas.

Traçamos aqui apenas um quadro amplo e rápido da questão amazônica, em face dos limites do tamanho do texto. Vários aspectos (geopolítica, fronteiras, defesa e segurança, problema indígena), aqui ligeiramente mencionados, encontram-se melhor desenvolvidos em nossos escritos disponibilizados nas plataformas sociais ORCID, academia.edu e researchgate.net.

2. BREVES ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Última parte do país a ser explorada, com infraestrutura deficiente e índices demográficos inferiores ao restante das demais regiões, nem por isso a Amazônia deixou de despertar interesses internacionais e do governo no decorrer de sua história.

Veja-se a seguir alguns indicadores oficiais de 2010, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o Brasil (8.516.000 quilômetros quadrados) e as regiões Norte (3.870.000 quilômetros quadrados) e Sudeste (924.511 quilômetros quadrados), as duas últimas com a menor e a maior densidade demográfica nacional, respectivamente.

TABELA 1. População brasileira em diversos censos.

	1872	1920	1950	1980	2010	Índice demográfico
Brasil	9.930.478	30.635.605	51.944.397	121.150.573	190.755.799	22,43
Norte	332.847	1.439.052	2.048.696	6.767.249	15.864.454	4,12
Sudeste	4.016.922	13.654.934	22.548.494	52.580.527	80.364.410	86,92

Fonte: IBGE (2010).

Para as outras três regiões do país, conforme esse censo, os índices demográficos são os seguintes: Nordeste/34,15 h/km²; Sul/48,58 h/km²; Centro-Oeste/8,75 km².

Sempre se teve presente a baixa densidade demográfica do Norte brasileiro. Por isso, ainda que de forma secundária iniciativas com motivações variadas foram realizadas para ocupar essa parte do país.

Em 1927, o empresário norte-americano Henry Ford realizou um acordo com o governo do estado amazonense do Pará, para a construção de uma cidade, com toda a infraestrutura visando produzir látex para abastecer sua indústria automobilística. Denominada Fordlândia, com uma área total de 14,5 mil quilômetros quadrados, perdeu fôlego logo após a Segunda Guerra Mundial, quando a borracha sintética passou a ser economicamente mais rentável.

Dentre várias outras propostas podemos mencionar a tentativa de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA), quando já se falava na internacionalização da região (tema recorrente sobre a Amazônia), contando com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Apresentada em 1946 pelo representante brasileiro junto a essa instituição, Paulo Estevão de Berredo Carneiro, a iniciativa nunca foi concretizada, tanto por causa das negativas de outros países-membros amazô-

nicos em assinar o documento para formalizar o IIHA, como pelas dificuldades encontradas no Congresso Nacional brasileiro.

Em 1953, no governo de Getúlio Vargas, ocorreu o advento da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Pela Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, Manaus foi transformada em Porto Livre e, pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, convertida em Zona Franca de Manaus.

Na década de 1960, chegou-se a especular sobre a criação dos grandes lagos, em estudo de Roberto Panero e que ligaria a Bacia Amazônica com a Bacia do Prata (Panero, 1968, pp. 13-50).

Em período mais recuado, ainda no século XIX, propôs-se a ocupação da região amazônica com a vinda de habitantes negros oriundos dos Estados Unidos (Luz, 1968).

A carência de infraestrutura, o baixo adensamento populacional e as distâncias quase insuperáveis dos grandes centros, sempre fizeram com que a região amazônica permanecesse secundariamente relegada no planejamento governamental. Prioridades eram concedidas às regiões mais densamente povoadas, e onde se concentrava a maioria do parque industrial e econômico nacional, como o Sul e o Sudeste.

Mesmo nos aspectos de defesa e segurança, as preocupações não eram tão alarmantes, uma vez que os países vizinhos do Norte também concentravam suas cidades e populações voltadas para o Oceano Pacífico e para o Caribe.

3. O PERÍODO MILITAR (1964-1985)

Sob perspectivas diferentes, uma vez que o regime ditatorial apresentou grupos em disputa pelo controle do aparato de Estado, o binômio segurança e desenvolvimento orientou parte apreciável das políticas públicas. Mais preocupados com a institucionalização e manutenção do regime, os militares estiveram voltados para combater aqueles que divergiam do governo. Apesar disso, procurou-se ocupar o espaço territorial, na tentativa de integrá-lo fisicamente, embora de forma desordenada.

Para nossas discussões, duas questões merecem destaques. De um lado, verificar se as orientações do governo nas diversas etapas seguiram as diretrizes apresentadas em um conhecido livro do general Golbery do Couto e Silva (1981). Em segundo lugar, o espaço concedido às questões ambientais nesse período.

Análise mais detida indica que a primeira colocação não contempla as decisões dos marechais e generais presidentes. O livro mencionado constitui-se

em um apanhado de vários escritos produzidos no auge da guerra fria, e cujas premissas não serviram de respaldo para a formulação das políticas públicas. Não forneceram, portanto, subsídios para o planejamento nacional, mesmo no caso da ocupação do espaço amazônico.

Uma observação atenta das ações implementadas nos diversos governos, que nem sempre comungaram dos mesmos ideais acerca dos rumos do país, confirma que os planos econômicos relegaram ao nível secundário aspectos geoestratégicos, apoiando-se na variável econômica, distante das elucubrações geopolíticas do general Golbery.

Os ministros da Fazenda, do Planejamento e demais instâncias econômicas não eram oriundos da caserna, mas sim de instituições como a Fundação Getúlio Vargas e a Universidade de São Paulo. Pouco afeitas aos conceitos militares, e denominados tecnocratas, identificavam-se com o regime, daí terem ocupado tais cargos. Podem ser lembrados, entre outros, Octávio Gouvêa de Bulhões, Hélio Beltrão, Roberto de Oliveira Campos, Antônio Delfim Neto, João Paulo dos Reis Velloso, Carlos Geraldo Langoni, Mário Henrique Simonsen, Ernane Galvêas e Karlos Heinz Rischbieter.

Na área diplomática, ainda que ocorressem pontos de identificação entre a política externa do governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) com os Estados Unidos da América, esse fato deve ser considerado normal, porque a grande potência hegemônica do mundo ocidental mantinha sob sua área de influência o continente americano. Além do mais, a derrubada do governo de João Belchior Marques Goulart (1961-1964), ocorreu sob o clima de guerra fria, agudizado pela ascensão de Fidel Castro ao poder em Cuba em 1959, prevalecendo, portanto, a ótica do conflito Leste-Oeste e de segurança hemisférica.

Nos demais governos, que se seguiram de 1967 a 1985, a perspectiva adotada pelo Brasil no campo das Relações Internacionais esteve voltada para as desigualdades econômicas no eixo Norte-Sul. No plano doméstico, o anticomunismo se manteve presente através da Doutrina de Segurança Nacional e da legislação excepcional representada pelos Atos Institucionais (fundamentalmente o AI-5) e pelos Decretos-Leis.

Apesar das divergências entre os diversos ocupantes do Palácio do Planalto, o binômio segurança e desenvolvimento marcou presença nas tomadas de decisão, ainda que tal dualidade fosse invertida no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), ao enfatizar-se o desenvolvimento com segurança, como se pode observar em seu projeto econômico designado II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Daí, também, a importância de instâncias como o Conselho de Segurança Nacional (CSN) na definição das políticas públicas.

Nesses anos, a questão ambiental se converteu em motivo de preocupação por parte da sociedade e da imprensa, que denunciavam o desmatamento da floresta amazônica.

A imprensa apresentava continuamente o que ocorria com as florestas amazônicas, em reportagens que preenchiam páginas inteiras de jornais como *O Estado de S. Paulo*. O que se percebia era a tentativa de ocupação desenfreada da região amazônica, sem se preocupar com os danos e consequências dessas medidas. Um dos grandes objetivos nacionais era integrar o país de Norte a Sul, de Leste a Oeste, sobretudo na região menos ocupada demograficamente. Para isso, viabilizou-se uma política de incentivos fiscais, através de instâncias como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966 em lugar da SPVEA (Costa, 1979).

Alguns meses antes de a SPVEA ser extinta e substituída pela SUDAM, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, em evento realizado na cidade de Macapá, em 1º de fevereiro de 1966, traçava as diretrizes para a região Norte, através da Operação da Amazônia, com a finalidade de transformar a economia da Amazônia, fortalecer suas áreas de fronteiras e integrar o espaço amazônico no todo nacional (MDR, 2020).

Uma das iniciativas do período, com tal intuito, foi a construção da BR-230 Transamazônica, entre 1969 a 1973, no período do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), ligando o Nordeste (Cabedelo, na Paraíba) aos últimos rincões nacionais do estado do Amazonas (Lábrea) em uma extensão de 4.260 quilômetros.

Em todo esse período, o meio ambiente recebeu, em parte, atenção porque se levantava o tema da internacionalização e da soberania amazônicas, atingindo, portanto, os interesses nacionais e dos demais países da região (Andersen, 2005, pp. 157-164). Por isso, em 1978, através de iniciativa brasileira, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) foi assinado por oito países sul-americanos.

Nesse documento considerava-se que “para lograr um desenvolvimento integral dos respectivos territórios da Amazônia é necessário manter o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente” (MRE, 1978, p. 9). Pelo Artigo IV, ressaltava-se que

as partes contratantes proclamam que o uso e aproveitamento exclusivo dos recursos naturais em seus respectivos territórios é direito inerente à soberania do Estado e seu exercício não terá outras restrições senão as que resultem do Direito Internacional (MRE, 1978, p. 10).

Esse tratado, porém, nasceu fadado a produzir resultados limitados, apesar de se ressaltar a cooperação em diversos níveis, como o comércio entre

os membros signatários, incrementar o turismo, conservar as riquezas etnológicas e arqueológicas, criar infraestrutura física de transportes e comunicações etc., entre os membros-signatários (MRE, 1978). Além de uma secretaria *pro tempore*, a falta de vontade política e de recursos orçamentários para efetivar as propostas, inviabilizou o tratado, que teve inclusive seu nome alterado para Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em 1995, na primeira administração de Fernando Henrique Cardoso (1994-1997; 1997-2011).

4. AMAZÔNIA: POLÍTICA E ECOLOGIA

Embora as preocupações do governo brasileiro com as pressões internacionais se fizessem sentir desde a década de 1970, ou mesmo antes, as políticas efetivas para responder ao que se considerava perigo para os interesses nacionais só começaram a ser implementadas após o término da ditadura.

Este é um dado deveras curioso. As Forças Armadas e o governo castrense, durante o tempo em que estiveram à frente da administração pública, não se manifestaram de forma mais vigorosa para defender a região amazônica, em termos estratégico-militares. O que se verifica, após o fim da ditadura, é que a questão ambiental e o problema amazônico se convertem em motivo de segurança nacional, conforme os documentos então produzidos passaram a enfatizar.

Em 1985, no início do governo de José Sarney (1985-1990) foi realizada, sob a chancela da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, a primeira investida para ocupar a Amazônia em larga escala militar. Embora o Projeto Calha Norte (designação posteriormente alterada para Programa Calha Norte) fosse administrado por Andrea Calabi, Secretário do Tesouro Nacional, as premissas da iniciativa denominada “Desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas”, tinham como escopo defender as fronteiras. É o que se pode depreender do ofício encaminhado à Presidência da República, em 19 de junho de 1985, pelo general Rubens Bayma Denys, então Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional. Nessa exposição de motivos nº 018/85 destacava no item 1 que a região amazônica “trata-se de uma área praticamente inexplorada, correspondendo a 14% do Território nacional e delimitada por uma extensa faixa de fronteiras praticamente habitada por indígenas” (Denys, 1985, p. 1). No item 4 avaliava que

o imenso vazio demográfico da região, o ambiente hostil e pouco conhecido, a grande extensão de feixe de fronteira, escassamente povoada, bem como a susceptibilidade da Guiana e do Suriname à influência ideológi-

ca marxista, aspectos estes que tornam vulnerável a soberania nacional (Denys, 1985, p. 1).

Como propostas para assegurar o domínio na região, propunha vários objetivos entre os quais: incrementar as relações bilaterais, aumentar a presença militar na área do projeto, definição de uma política indigenista junto à comunidade Yanomami (CSN, 1986, pp. 3-4).

A preocupação com a questão indígena adquiriu força porque se falava em projetos para a criação de um território autônomo Yanomami, envolvendo o lado brasileiro e a Venezuela, através de uma área denominada Parque Yanomami. Por isso, também, o problema da demarcação das terras indígenas, sobretudo de forma contínua junto às fronteiras, sempre teve forte rejeição governamental, que evoca motivos de segurança e de soberania para sua não homologação.

Ainda sob José Sarney, o Decreto nº 96.944/88 criou a Comissão Executiva para a implementação do Programa Nossa Natureza. Ao encaminhar o relatório de fevereiro de 1989, a Exposição de Motivos/EMI, dirigida à Presidência da República pelo general Rubens Bayma Denys e por João Alves Filho, ministro do Interior, afirmava que se “aprofundou estudos buscando soluções para implementar de forma mais efetiva os fundamentos de uma nova política nacional de meio ambiente e dos recursos naturais, particularmente na Amazônia Brasileira” (Presidência da República, 1989, p. 3). A Comissão Executiva, composta por membros dos Ministérios da Agricultura, do Interior, da Ciência e Tecnologia, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, do Gabinete Civil da Presidência da República e das Secretarias de Planejamento e Coordenação e de Assessoramento da Defesa Nacional, avaliou as atividades dos grupos de trabalho durante mais de 5 meses, e selecionou as sugestões “em obediência aos princípios estabelecidos para a defesa do complexo de ecossistemas da Amazônia” (Presidência da República, 1989, pp. 3-12). Inquietações com a questão indígena, degradação ambiental, problemas fundiários e ordenação territorial eram itens, ao lado de outras sugestões chamadas

medidas acauteladoras dos impactos ambientais na região, através de ações não diretamente relacionadas com as questões ambientais, como a agilização da reforma agrária (...) e estudo sobre a viabilidade de montagem de estrutura unificada de monitoramento territorial (Presidência da República, 1989, p. 11).

Além desses, pelo menos mais quatro documentos foram elaborados nos anos posteriores, que colocavam a Amazônia em foco. O primeiro foi a divulgação da Política Nacional de Defesa, no governo de Fernando Henrique Cardoso (Presidência da República, 1996). Em versão mais elaborada, este docu-

mento foi reapresentado pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva, seguidos pela Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa (Presidência da República, 2005; Ministério da Defesa, 2008; Presidência da República, 2012).

Em todos esses textos a Amazônia merece especial destaque. Da mesma forma que se colocava no PCN, na PDN de 1996 ressaltava-se que

no âmbito regional, persistem zonas de instabilidade que podem contrariar interesses brasileiros. A ação de bandos armados que atuam nos países vizinhos, nos lindes da Amazônia brasileira, e o crime organizado internacional são alguns dos pontos a provocar preocupação (Presidência da República, 1996, p. 7).

Daí, como diretrizes, itens que indicavam a necessidade de “proteger a Amazônia brasileira, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar”, e priorizar “ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteiras, em especial nas regiões norte e centro-oeste” (Presidência da República, 1996, p. 11).

Na versão atualizada, a nova PDN definida pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, manteve idêntica ênfase sobre os problemas amazônicos. Assim, considerava-se pelo item 4.4. que

a Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas pela baixadensidade demográfica e pelas longas distâncias, associadas à precariedade do sistema de transportes terrestre, o que condiciona o uso das hidrovias e do transporte aéreo como principais alternativas de acesso. Estas características facilitam a prática de ilícitos transnacionais e crimes conexos, além de possibilitar a presença de grupos com objetivos contrários aos interesses nacionais. A vivificação, política indigenista adequada, a exploração sustentável dos recursos naturais e a proteção ao meio-ambiente são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras, é condição necessária para a conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento integrado da Amazônia (Presidência da República, 2005).

Como documentos amplos, pela sua própria natureza de propostas abrangentes e gerais sobre as políticas públicas direcionadas para a defesa nacional, a Amazônia e a região Norte, igualmente receberam atenção na estratégia nacional. Vale lembrar ainda os projetos Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), gestados na administração de Fernando Henrique Cardoso e cuja finalidade era controlar e vigiar o espaço

aéreo amazônico. Certamente que afirmações como as do então presidente François Mitterrand sobre a internacionalização da Amazônia em 1989, notícias do jornal *The New York Times*, entre outras tantas declarações, contribuíram e serviram de pretexto para que a questão ambiental passasse a ser observada e tratada pelo governo brasileiro sob o crivo militar, colocando-se a necessidade de defender o território em nome da soberania nacional (Costa, 1989).

5. OS ANOS RECENTES

No dia 6 de abril de 2022, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmen Lúcia Antunes Rocha atendendo aos pedidos protocolados pelos partidos da oposição governamental (PDT, PT, PCDOB, PSOL, Rede, PV e PSB), acolheu a denúncia por eles formulada sobre os desmatamentos, queimadas e falta de fiscalização da Amazônia. Por outro lado, o recém-nomeado ministro André Luiz de Almeida Mendonça pediu vistas do processo, o que suspendeu a análise do mesmo por tempo indeterminado. Ao mesmo tempo, a Procuradoria Geral da República (PGR) e a Advocacia Geral da União (AGU), manifestaram-se contrárias à ação impetrada pelos partidos (Ramalho, 2022).

Logo depois, no dia 8 de abril, as manchetes dos jornais estamparam a notícia de que no site *Facebook*, oficiais do Exército divulgavam através de perfis falsos, *fake news* sobre problemas ambientais e índices de desmatamento das florestas amazônicas. Esse tipo de atuação, com o uso também de outras plataformas sociais, operava desde 2020, tendo sido então desativadas pelas administrações das redes (Romani, 2022; Godoy, 2022).

Esses dois fatos indicam várias coisas. Em primeiro lugar, as fortes divergências existentes dentro de instituições como o STF, sobre a questão ambiental. Aqueles a favor de investigação e de políticas de controle mais rígidas sobre os recursos naturais e os que defendem as medidas governamentais, sem se preocupar com os danos e prejuízos à fauna e à flora, mas apenas solidarizando-se com o Palácio do Planalto. Em segundo lugar, a existência de outras entidades como a PGR e a AGU que servem de apoio às decisões presidenciais. Em terceiro lugar, ainda que se mencione que os responsáveis serão identificados e punidos, instâncias como o Exército têm sido complacentes com a atuação de seus oficiais, no uso de plataformas sociais, que emitem e divulgam informações falsas e atuando politicamente.

Os índices de queimadas e desmatamentos frequentemente estão na ordem do dia. A cada vez que os indicadores são divulgados, o Governo Federal costumeiramente refuta os dados, acusando os mesmos de estarem superdimensionados, causando inclusive mudanças nas composições diretoras dos organismos encarregados de fazer a fiscalização e mapeamento dos locais

afetados. Como exemplo, pode ser aqui mencionado o fato ocorrido após a divulgação dos índices de desmatamento em 3 de julho de 2019, quando se informou que, comparado ao ano anterior, ocorreu um acréscimo de 88% nas áreas afetadas. Após intensas refutações e descontentamentos envolvendo o próprio presidente Jair Messias Bolsonaro, no dia 2 de agosto Ricardo Galvão, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), após reunião com o então ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Marcos Cesar Pontes, foi comunicado que seria exonerado do cargo, fato ocorrido no dia 7. Alguns dias depois, a Alemanha e a Noruega interromperam o fornecimento de recursos para o Fundo Amazônia, do qual faziam parte. O primeiro país bloqueou a importância de R\$ 155 milhões no dia 10 de agosto, enquanto o segundo fez o mesmo com o valor de R\$ 133 milhões, no dia 15, por entenderem que o Brasil não cumpria as metas com o desmatamento (Negrão, 2019).

Os últimos dados (ainda preliminares para apenas 29 dias), sobre desmatamento mostram que em abril deste ano, segundo o INPE, foram devastados mais de mil km quadrados da Amazônia, equivalente a 140 mil campos de futebol, considerado novo recorde para a média histórica do mês. Para Roberta Del Giudice, secretária do Observatório do Código Florestal, o problema reside justamente na falta de fiscalização, o que gera, por sua vez, expectativa de impunidade. Esse contexto contribui, assim, para o aumento da destruição das florestas (Sant'Anna, 2022, p. A22).

Ligado ao problema do desmatamento, o segundo grande problema verificado para a deterioração das condições ambientais amazônicas, diz respeito à mineração em terras indígenas. Alguns projetos inclusive foram apresentados para garantir a exploração das riquezas minerais, no Congresso Nacional. O último foi o Projeto de Lei (PL) 191/20, que visa regulamentar a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas. Tal projeto teve o trâmite para apreciação aprovado em regime de urgência pela Câmara dos Deputados no dia 9 de março de 2022, em proposta encaminhada pelo parlamentar Ricardo Barros (PP-PR), obtendo 279 votos favoráveis contra 190 (Massalli, 2022).

As denúncias sobre a extração ilegal de ouro e contrabando desse metal, segundo informações frequentemente veiculadas pela imprensa, envolvem extensa cadeia de interessados, desde a extração até o consumo final em países europeus (Henrique & Magalhães, 2021).

Os desmandos da política ambiental têm sido resultado da pouca aplicação do governo federal que, através das instâncias responsáveis, além de exonerar fiscais, se mantém negligente para punir os infratores, e restringir a atuação de grupos frequentemente denunciados como associados ao crime organizado, nos casos de extração e venda de madeira e ouro.

A atuação conturbada do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo de Aquino Salles, por exemplo, foi marcada por decisões e declarações que caminham em sentido contrário à preservação do meio ambiente. Basta ser lembrado o episódio ocorrido em reunião no Palácio do Planalto em 22 de abril de 2019, em plena pandemia de covid-19, quando o ex-ministro fez a seguinte sugestão:

Precisa ter um esforço nosso aqui, enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só se fala de covid, e ir passando a boiada, e mudando todo o regramento (ambiental), e simplificando normas (Schalders, 2019).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ambiental sempre ocupou espaço modesto na agenda governamental. Apesar das pressões de ONGs, de autoridades diversas internacionais e de personalidades do meio artístico, como o cantor Sting que esteve presente no I Encontro das Nações Indígenas do Xingu realizado em Altamira em 1989, foi só a partir da morte do seringalista acreano de Xapuri, Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988, que o governo passou a sentir o impacto das denúncias mundiais sobre a falta de políticas adequadas para a preservação do meio ambiente amazônico.

Na realidade, os olhares governamentais para a Amazônia passaram a ser para lá dirigidos após o final da década de 1970, quando se construiu a barragem de Itaipu e se reduziu parte substancial das tensões argentino-brasileiras. Com o encerramento dos regimes militares na Argentina e no Brasil, e com a assinatura em 1986 dos protocolos de integração entre os dois países, que culminaram com o surgimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1994, o relacionamento na Bacia do Prata, passou a ser visto sob o prisma da cooperação, minimizando as querelas pela hegemonia regional.

Alvo inicial do governo brasileiro em termos diplomáticos, com o TCA, a região Norte assumiu importância estratégico-militar, sobretudo pelas pressões mundiais, quando o tema da internacionalização da Amazônia como patrimônio da Humanidade adquiriu ímpeto maior, já que publicações como o relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987), coordenado por Gro Harlem Brundtland, defendia abertamente a soberania compartilhada sobre recursos comuns.

Nota-se que, em nenhum momento, os interesses das populações ribeirinhas, a demarcação das terras indígenas, a preservação da fauna e da flora mereceram real destaque nas prioridades governamentais, ocorrendo a deterioração das condições ambientais em escala cada vez maior.

Contudo, não se deve estranhar tais políticas e formas de atuação do governo nos temas que dizem respeito ao meio ambiente. Tal comportamento não diz respeito apenas ao momento atual, mas tem sido uma constante nas diversas administrações municipais, estaduais e federais.

Os anos mais recentes, por outro lado, mostram que tem ocorrido uma política governamental deliberada de descuido com o meio ambiente, em todos os níveis, principalmente no que tange aos recursos amazônicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSEN, S. M. (2005). *Geopolitics and ecology in Brazil (1964-1985)*. Doctoral dissertation, University of Aberdeen, Aberdeen, Scotland.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. (1987). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL (1985). *Desenvolvimento e segurança na região ao norte das calbas dos rios Solimões e Amazonas*. Brasília: Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, fac-símile.
- COSTA, C. T. (1989, março 12). Por ambiente, países devem abrir mão da soberania, diz Mitterrand. *Folha de S. Paulo*, Seção Cidades, C-3.
- COSTA, V. (1979). *Sociologia do planejamento estatal. A SUDAM e o desenvolvimento da Amazônia*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP, Brasil.
- DENYS, R. B. E. M. (1985, junho 19). *Ofício nº 018/85. Enviado ao Exmo. Sr. Presidente da República José Sarney*. Brasília.
- GODOY, M. (2022, abril 8). Comando do Exército afirma não ter envolvimento e fala em punição severa. *O Estado de S. Paulo*, Seção Política, p. A10.
- HENRIQUE, G., & MAGALHÃES, A. (2021, junho 21). *Ouro do sangue Yanomami*. Recuperado em 29 abril, 2022, de <https://amazoniareal.com.br/dtvms/>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2010). *Censos demográficos*. Recuperado em 30 abril, 2022, de <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>.
- LUZ, N. V. (1968). *A Amazônia para os negros americanos (as origens de uma controvérsia internacional)*. Rio de Janeiro: Saga.
- MASSALLI, F. (2022, março 9). *Câmara aprova urgência para PL sobre mineração em terras indígenas*. Recuperado em 15 abril, 2022, de <https://n9.cl/715no>.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. (2008). *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (1978). *Tratado de Cooperação Amazônica*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. (2020, outubro 13). *Histórico - SUDAM*. Recuperado em 22 abril, 2022, de <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/institucional/historico-sudam>.

- NEGRÃO, H. (2019, agosto 15). *Após Alemanha, Noruega também bloqueia repasses para Amazônia*. Recuperado em 28 abril, 2022, de https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219_277747.html.
- PANERO, R. (1968). Um sistema sul-americano de grandes lagos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, IX (41-42), 13-50.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SADEN/PR). (1989). *Programa Nossa Natureza*. Brasília: SADEN, fac-símile.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1996). *Política de Defesa Nacional*. Brasília: Presidência da República.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2005). *Política de Defesa Nacional*. Recuperado em 20 abril, 2022, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2012). *Livro Branco de Defesa*. Brasília: Presidência da República.
- RAMALHO, R. (2022, abril 6). *Carmen Lúcia vota por reforço na fiscalização da Amazônia e Mendonça pede vista*. Recuperado em 8 abril, 2022, de <https://n9.cl/gmmzy>.
- REIS, A. C. F. (1965). *A Amazônia e a cobiça internacional* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Edinova.
- ROMANI, B. (2022, abril 8). Facebook diz que militares montaram rede de desinformação sobre Amazônia. *O Estado de S. Paulo*, Seção Política, p. A10.
- SANT'ANNA, E. (2022, maio 7). Amazônia supera mil km² desmatados em abril pela 1ª vez. *O Estado de S. Paulo*, Seção Metrôpole, p. A22.
- SCHALDERS, A. (2020, outubro 1). *Passando a boiada: 5 momentos nos quais Ricardo Salles afrouxou regras ambientais*. Recuperado em 24 abril, 2022, de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54364652>.
- SILVA, G. do C. e (1981). *Conjuntura política nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

O PAPEL DAS TERRAS INDÍGENAS NA PREVENÇÃO DO DESMATAMENTO EM RONDÔNIA

JOSÉ JOACI BARBOZA

Universidade Federal de Rondônia (UNIR, Brasil)

EDISON HÜTTNER

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, Brasil)

RESUMO

O presente capítulo é resultado de uma revisão bibliográfica sobre a questão da contribuição das Terras Indígenas para a preservação do meio ambiente, essa temática tem se tornado uma questão primordial em virtude do avanço dos segmentos da mineração, grilagem de terras, crescimento do desmatamento ilegal e, principalmente a questão sobre o Marco Temporal das Terras Indígenas; uma tese jurídica que defende que os povos indígenas só terão acesso as terras ocupadas ou em litígio pela posse em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal em vigor. Essa tese desconsidera que vários povos foram retirados dessas terras por ação ou inação do Estado que atuou para despovoar as terras e repassá-las para os colonizadores. Todos os resultados das pesquisas aqui apresentadas afirmam o protagonismo indígena na preservação da terra, que para eles não é um produto que pode ser comercializado, transformado em mercadoria.

Palavras-chave: Povos indígenas; preservação ambiental; Terras Indígenas.

1. INTRODUÇÃO

O PRESENTE ARTIGO VISA ANALISAR, a partir de fontes bibliográficas, a relação entre preservação do meio ambiente e produção entre as comunidades indígenas da Amazônia, de modo especial do estado de Rondônia; procurando demonstrar que as terras indígenas antes do período colonial (invasão) e mesmo depois de inseridas na lógica do sistema capitalista, ainda conseguem manter suas áreas preservadas, o que no caso de povos mais isolados da comunidade envolvente significa riqueza alimentar, menos doenças decorrentes de uma alimentação industrializada, diferentemente das comunidades mais próximas das mesmas.

Ele se estrutura da seguinte forma: uma introdução histórica em que contextualizaremos o estado e as populações aqui existentes, posteriormente numa análise da situação dos territórios indígenas comparados com o entorno e os municípios onde as terras indígenas (TIs) estão inseridas; e considerações finais.

O presente artigo não é resultado de um diálogo mais efetivo com as comunidades indígenas de Rondônia, não que os autores não possam desenvolver, quer por relações com as comunidades indígenas de Rondônia ou por qualquer outro motivo que não a pandemia, que isolou a todos e de modo especial as comunidades indígenas, as mais afetadas pela doença e pela ausência do Estado, que em sua política negacionista não atendeu devidamente essas comunidades.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E APROXIMAÇÃO HISTÓRICA

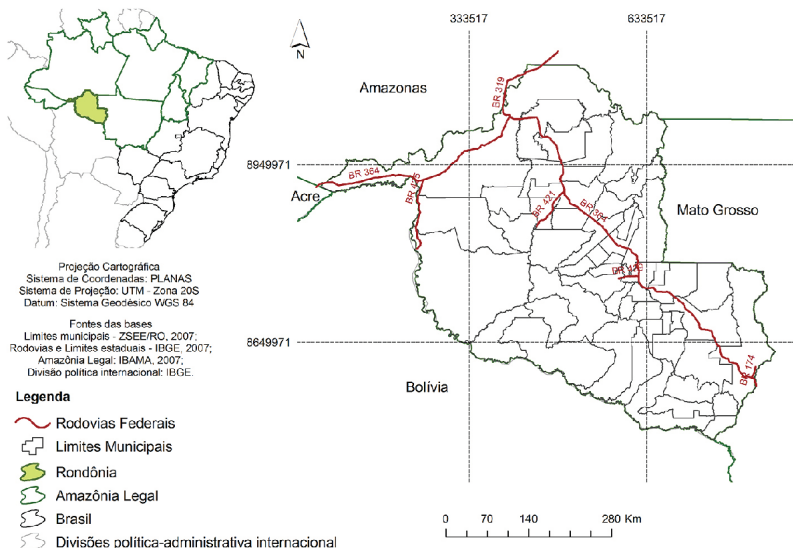
O território do Estado de Rondônia está localizado entre os meridianos 66° 36' 49" e 60° 43' 17" de longitude oeste e os paralelos 7° 58' 33" e 13° 41' 57" de latitude sul. A área total de Rondônia é de aproximadamente 23,7 milhões de hectares, representando 4,7% da Amazônia Legal (Figura 1), com uma população estimada em 1,79 milhão de habitantes (dados previstos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] para o ano de 2020) sendo que em 2010, segundo censo do IBGE, o estado tinha uma população indígena de 13.078.

Rondônia possui uma diversidade muito grande de povos indígenas, e consequentemente uma variedade de línguas; embora, devido ao contato de alguns grupos tanto os mais antigos quanto outros mais recentes na perspectiva histórica, como os de 1970, Cinta Larga (1974) e *Suruí-Paiter* (1969/1073), e os de 1980 *Uru-Eu-Wau-Wau* (1981), *Amondawa* (1981/1987), teremos como consequência uma depopulação em decorrência de doenças transmitidas pelos não indígenas.

A primeira ocupação do espaço que hoje compreende o estado de Rondônia se dará entre 12 mil e 7 mil anos a.C., embora Niède Guidon (2007) fale da presença humana no Brasil há mais de 100 mil anos. Importa para nossos objetivos afirmar que essas populações foram se adaptando ao ambiente encontrado, assim como foram transformando-o em função da relação entre os homens e seu entorno, ou seja, existe uma relação natural entre o homem e a natureza. Mais um processo de interação de um com o outro, como nos diz Viveiros de Castro:

A relação entre as sociedades indígenas e o ambiente amazônico não é a de uma adaptação passiva das primeiras ao segundo (que contrastaria assim com a destruição ativa levada a cabo pela sociedade nacional), mas a de uma história comum, onde sociedade e ambiente evoluíram em conjunto. Hoje se começa a descobrir que a floresta amazônica, nos aspectos fitogeográficos, faunísticos e pedológicos, condicionou tanto a vida humana quanto foi condicionada por ela: a Amazônia que vemos hoje e a que resultou de séculos de intervenção social, assim como as sociedades que ali vivem são o resultado de séculos de convivência com a Amazônia (Viveiros de Castro, 1995, pp. 116-117).

FIGURA 1. Localização do estado de Rondônia no Brasil.



Fonte: Piontekowski, Matricardi, Pedlowski, & Fernandes (2014).

Nesse processo, homens e mulheres foram criando e recriando seu entorno e, na medida em que o faziam, eram alterados por ele. Um exemplo clássico

foi a domesticação de um tubérculo venenoso, a mandioca¹, até o ponto de se transformar em vários componentes da gastronomia nacional, como a farinha, alimento constante nas mesas de todo o Brasil e parte do mundo, assim como o Tucupi, utilizado na fabricação do tacacá e do pato no tucupi², a goma de tapioca e o beiju, além da produção de bebidas como a chicha ou cauim³.

Quando os europeus chegaram em Rondônia, no século XVII, utilizaram o espaço territorial como passagem de produtos vindos da Europa, e escoavam pelo vale dos rios Guaporé-Mamoré-Madeira o ouro produzido na primeira capital do Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade. A primeira missão jesuíta do rio Madeira foi a de Tupinambarana fundada pelo padre Manuel Pires em 1663 e se enquadrava na perspectiva de posse do território e visava impedir o comércio com outras potências europeias que disputavam o território, conforme relato de Emanuel Pontes Pinto: “A atividade dos jesuítas no rio Madeira começou em 1669, com instalação de um estabelecimento missioneiro pioneiro na ilha de Tupinambarana, para centralizar a catequese dos indígenas nos arredores e evitar que eles continuassem a comerciar com os holandeses estacionados no rio Negro” (Pinto, 1993, p. 10).

Durante esse período do estabelecimento da primeira missão jesuítica no rio Madeira até o primeiro *boom* da borracha, em 1870, os processos de efetiva ocupação não foram exitosos, principalmente em função da resistência de vários povos indígenas da Amazônia e, de modo especial no Madeira, do povo Mura, evidenciando o protagonismo na resistência a conquista dos povos indígenas.

No final do século XIX, ocorreu na Amazônia o que ficou denominado como o primeiro ciclo da borracha. Várias foram as tentativas de comercialização desse produto como a fabricação de capas de chuva ou mesmo de botas e sapatos, porém, sem sucesso, levando-se em conta que o produto ficava rígido no frio e elástico quando submetido ao calor, inviabilizando-o comercialmente.

¹ A partir da raiz da mandioca (*Manihot esculenta*), são produzidas: as farinhas seca, d'água e mista; a goma ou fécula; o tucupi; e a farinha de tapioca.

² O pato no tucupi é um prato típico da Amazônia, muito consumido durante os festejos do Círio de Nazaré, em cujo preparo vai o molho de tucupi e as folhas de jambu, que dão um sabor especial e uma dormência na língua.

³ Cauim ou chicha é uma bebida tradicional dos povos indígenas do Brasil desde tempos pré-colombianos, é feito através da fermentação da mandioca ou do milho, às vezes misturados com sucos de fruta. Ainda é feito hoje em comunidades indígenas da América do Sul.

Como a seringueira⁴ da Amazônia é uma planta nativa, as árvores estão dispostas na natureza de forma não linear, diferentemente no caso da produção industrializada, em que uma árvore fica ao lado da outra, e por isso na Amazônia é sempre necessário ampliar as áreas exploradas. Outro problema intrínseco para o processo produtivo era a questão da mão de obra, o que de certa forma foi resolvido com a disponibilidade da força de trabalho disponível no Nordeste e transportada para o Norte.

A produção do látex se insere dentro de um quadro de quase absoluto respeito ao ecossistema, o ideal não é a derrubada das árvores, inclusive o corte inadequado dela pode gerar punições para o seringueiro, pois pode levar à morte da árvore. Esse processo é definido por Carlos Walter Porto Gonçalves (2008) como a tríade rio-várzea-floresta. Os impactos gerados pela atividade extrativa, que sempre existem, são efetivamente muito pequenos se comparados aos projetos desenvolvidos para a Amazônia nas décadas de 1970-1980.

Como já estudado por autores como Gilberto Francisco Dalmolin (2004), Carlos Walter Porto Gonçalves (2008), com o fim do primeiro ciclo em 1910, até a retomada da produção na região, o que virá a ocorrer na Segunda Guerra Mundial, a população que não conseguiu retornar aos locais de origem se adaptou perfeitamente na região. E a qualidade de vida de todos melhorou sensivelmente.

Durante o primeiro ciclo, o comum era, ao tentar incluir novas áreas da floresta ao seringal, os seringalistas mandarem seus peões ou capangas darem tiros a esmo com o intuito de afugentar comunidades indígenas que poderiam se constituir em obstáculo para a extração do látex. Essas ações ficaram conhecidas como “correrias”, além é claro, das várias escaramuças entre indígenas e seringueiros.

Esses conflitos em Rondônia, com maior ou menor intensidade, ocorreram até a década de 1980. Contudo, essa não foi a única marca do período na relação entre os mais recentes colonos e as populações tradicionais. O mais comum, como detectado por Carlos Correia Teixeira (1999) nesse intervalo entre o primeiro e o segundo ciclo da borracha, foi o arrefecimento das tensões. As trocas foram muitas, basta ver o estilo das casas indígenas em Rondônia para

⁴ Seringueira é o nome popular dado à planta do gênero *Hevea*. Acredita-se que seu nome tem origem no termo “seringa”, uma referência à forma como é extraído o látex. Normalmente é feito pequenos cortes rasos na árvore para extrair o leite que é amparado num pequeno recipiente. Se os cortes forem profundos leva a morte da árvore.

percebermos a influência dos seringueiros, como o uso de palafitas⁵ construídas de cascas de madeira, palmeira de paxiúba ou de bambu coberta de palhas, com poucos utensílios e; por parte dos ribeirinhos ou caboclos vamos encontrar vários mitos indígenas como a da cobra grande (boiuna), do dono da mata, ou mesmo do panema⁶.

3. A ABERTURA DA BR-364 E SEUS IMPACTOS

No ano de 1960, o governo de Juscelino Kubistchek decide construir a BR-364 ligando Cuiabá, Rondônia e Acre, dando-se início ao modelo de desenvolvimento estrada – terra-firme – subsolo definido por Carlos Walter Porto Gonçalves (2008). Ou seja, ocorre um deslocamento do extrativismo vegetal e mineral predominante até aquele momento. O Estado orientará sua ação para a infraestrutura. A terra, que até então não tinha valor comercial, passa a ser um produto comercializado e com alto valor, e a BR será asfaltada na década de 1980. Com isso, o eixo econômico é deslocado para a exploração agrícola.

O ideário da Guerra Fria vai impulsionar a ligação do Norte do país com o Sul, e para isso investiu-se nas construções de rodovias, como a 364 ou a Transbrasiliana:

Existiam também argumentos de defesa da criação da estrada que tinham por mote o temor de o “elemento vermelho” conquistar a Amazônia, em razão de sua pouca densidade demográfica (Andrade, 2019, p. 378).

Em 1970, são criados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (In-cra), os projetos de colonização da Amazônia com o intuito de integrar para não entregar⁷. Nesse contexto, são criados os seguintes projetos: Projeto Integrado de Colonização, posteriormente os Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) e por último os Projetos de Assentamento Rápido (PAR). Esses projetos pegavam as terras devolutas do Estado, loteavam para colonos que, para terem seus registros efetivados, tinham de comprovar os benefícios realizados na terra, o principal dentre eles era o desmatamento.

⁵ Palafitas são casas suspensas do chão normalmente para evitar inundações e o contato com bichos peçonhentos e, era muito comum nos seringais.

⁶ Panema é a ausência de sorte no ato de caçar ou pescar, normalmente por não respeitar os espíritos das matas ou dos rios, ou ainda provocado por feitiços.

⁷ Plano de Integração Nacional criado pela ditadura civil militar com o intuito de integrar a Amazônia ao restante do país e excluir o risco de guerrilheiros comunistas assumissem a região e a transformassem num enclave comunista.

Na década de 1980, o governo cria o Programa Polonoroeste⁸, com um volume grande de recursos, oriundos de bancos externos, entre os quais Banco Mundial, para ser aplicado em obras de infraestrutura, como estradas vicinais, pontes e assentamentos de colonos conforme descrição:

Com recursos aproximados de 1,5 bilhões de dólares, e financiamento parcial do Banco Mundial, o Programa Polonoroeste começou a ser implantado em 1982, ao norte de Mato Grosso e Rondônia. O núcleo central do Programa foi o asfaltamento da rodovia Cuiabá-Porto velho, ao qual se acrescentaram projetos de colonização e programas de regularização fundiária, proteção à saúde dos índios e meio ambiente. Para esses dois últimos componentes, deveriam destinar-se 3% do total de recursos e previa-se um período de 5 anos para a realização do programa (Mindlin, 1988, p. 3).

O resultado, no médio e longo prazo, é o desmatamento, feito inicialmente para a pequena agricultura familiar, posteriormente por falta de incentivos e políticas públicas, acabam abandonando ou desfazendo de suas terras, ampliando a concentração para a pecuária e posteriormente com o avanço da soja em fase de crescimento para essa monocultura. Esse raciocínio é desenvolvido por Andrade:

Uma das maiores consequências do processo desordenado de colonização da estrada foi a concentração de terras nas mãos de poucos fazendeiros, fazendo a maior parte da população empregar-se no desmatamento e plantio de capim para os rebanhos (Andrade, 2019, p. 377).

Ainda dentro desse modelo de (des)envolvimento, outro fator importante na perspectiva econômica é a construção de grandes hidrelétricas nos rios amazônicos, visando inicialmente atender a demanda desse insumo para a indústria do Centro-Oeste e Sul do país e, que deixa um rastro de destruição do ecossistema em questão, não gerando os empregos prometidos nos discursos ideológicos para convencer a sociedade, além de um custo elevado no preço do kilowatts.

4. AS POPULAÇÕES INDÍGENAS EM RONDÔNIA NA ATUALIDADE

Rondônia foi o berço de desenvolvimento de culturas fundamentais para a segurança alimentar de milhares de pessoas, além de ser, provavelmente, o berço do tronco linguístico Tupi. Mesmo após o contato que provoca uma

⁸ Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste) foi criado em 1981.

grande depopulação decorrente das doenças trazidas pelo não indígena, e os que sobreviveram (re)existem, apesar de todos os vaticínios contrários.

Na atualidade, temos 19 terras indígenas regulamentadas, uma homologada, uma em estudo e outra com termo de cessão de uso, que abrigam, na sua grande maioria, uma diversidade de grupos étnicos falantes das mais variadas línguas. Esse processo de juntar grupos étnicos vem desde o período colonial e foi amplamente difundido desde o início do século XIX, por Rondon, seguido pelo SPI e posteriormente pela FUNAI em toda a Amazônia e no estado de Rondônia.

Para exemplificarmos, citemos duas das muitas terras indígenas que comportam uma diversidade de povos indígenas: a Terra Indígena Sagarana, localizada no município de Guajará-Mirim e a Terra Indígena Rio Branco, nos municípios de Alta Floresta, São Francisco e São Miguel do Guaporé. A primeira comporta as seguintes etnias: Oro Waran, Oro Waran Xijein, Makurap, Oro Eu, Cao Oro Waje, Oro Nao', Aruá e Oro Mon. A segunda comporta sete povos distintos: Aikanã, Arikapú, Aruá, Djeoromitxi, Kanoé, Makurap e Tupari.

Podemos definir a partir de nossas pesquisas que em Rondônia existem dois tipos de terras indígenas: aquelas mais próximas das zonas urbanas ou de áreas econômicas ligadas ao agronegócio, e aquelas distantes das cidades e das fazendas de gado ou ligadas à produção em grande escala para a exportação. Quanto maior a proximidade, menor a qualidade de vida, e quanto mais isolados, melhor a qualidade.

Em ambas, o traço comum é a preservação do ecossistema; uma agricultura de subsistência ou no máximo a produção de um pequeno excedente comercializado na região do entorno como ocorre em Guajará-Mirim, onde os indígenas comercializam banana e farinha produzidas nas aldeias com o intuito de suprir as demandas de produtos industrializados. Porém, nas aldeias mais isoladas, onde o entorno é mais preservado, é nítido como a fartura é maior.

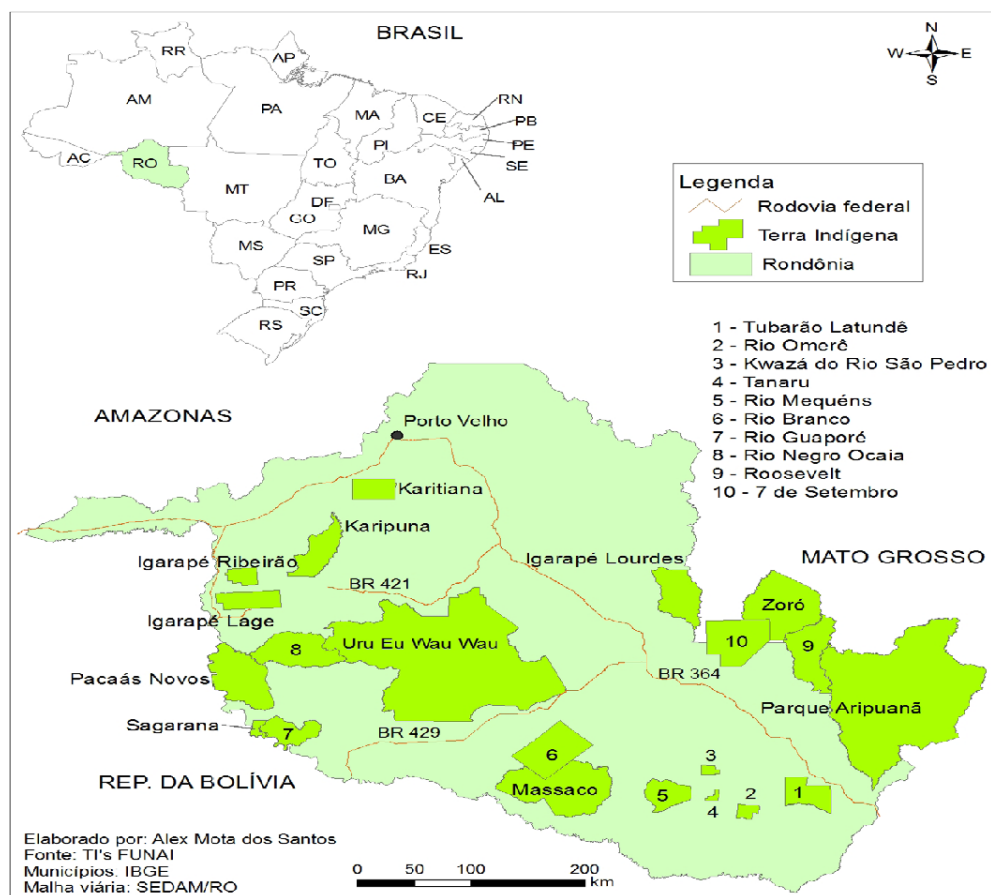
5. O DESMATAMENTO

Como afirmamos acima, o modelo de (des)envolvimento calcado no sistema estrada-terra firme-subsolo vai provocar em toda a região um profundo desmatamento, pois impera duas lógicas: primeira, a de que desenvolvimento não combina com harmonia entre o homem e a natureza, que se coloca ora como um inimigo a ser domado, logo um obstáculo ao progresso. Segunda, a que vê a natureza como fonte de recursos inesgotáveis para serem utilizadas como insumo produtivo.

Isoladas ou combinadas, essas lógicas vão provocar na Amazônia um clima de terra arrasada, que segundo Andrade:

A perspectiva de “integração” revelou-se, na prática, uma política enviesada que tinha o objetivo de trazer a Amazônia (apresentada como rural, vazia e, principalmente, atrasada) para o padrão urbano-industrial que começava a se mostrar majoritário no Sudeste (Andrade, 2019, p. 379).

Figura 2. Localização das terras indígenas no estado de Rondônia (2015).



Fonte: Santos (2015).

Em Rondônia, a efetiva colonização se dará a partir do final da década de 1970, com a abertura da BR-364 e, se consolidará nas décadas subsequentes, quando o estado passa a ser o que apresenta maior índice de crescimento demográfico. Para exemplificarmos, em 1960, o território federal tinha uma população estimada em 70.232 habitantes. Na década seguinte, a população cresceu para 111.064 habitantes, um crescimento de 58,14%. Em 1980, fomos para

uma população de 491.069 habitantes, crescimento de 342,15%. No ano de 1996, a população passou para 1.229.306 habitantes, um crescimento de aproximadamente 148%.

Esse crescimento demográfico é um desdobramento das políticas de colonização e em sua maioria, o destino primeiro dessa migração, era o campo, ou melhor, a floresta em pé, doada aos migrantes e que tinham de pôr a floresta abaixo para poder ter a certificação da posse pelo Incra. Ou seja, todos iam para um dos projetos de colonização citados aqui no texto, e posteriormente esses colonos eram obrigados a fazerem uma segunda migração do campo para a cidade em virtude da inexistência de políticas de incentivo agrícola, ou mesmo pela ausência de infraestrutura, provocando uma forte concentração urbana.

No caso de Rondônia, aplica-se perfeitamente bem o que diz Bacha (2004, p. 394) sobre esse problema: “As causas imediatas do desmatamento são a expansão da agropecuária, a criação de infraestrutura econômica (como estradas, hidrelétricas, barragens, por exemplo), a expansão urbana e a extração florestal”. Aqui se destacam a infraestrutura como aberturas de estradas vicinais, hidroelétricas e o desmatamento para a pecuária, além do garimpo.

Os desmatamentos em Rondônia expõem todas as comunidades tradicionais, aqui entendidas como populações indígenas, beradeiros⁹, seringueiros, quilombolas, caboclos, pescadores artesanais. No caso, vamos enfocar de modo especial as terras indígenas, para vermos a preservação delas.

Quanto às áreas indígenas, Alex Mota dos Santos e Maria Lúcia Cerada Gomide (2015, p. 419), afirmam: “(...) as Terras Indígenas que ocupam 50.618,38 km², o que corresponde a 21,31% da área do Estado de Rondônia”. Segundo o GTA (2008), observa-se que essas terras sofrem uma enorme pressão das sociedades do entorno que, ao desmatarem as áreas, deixam algumas aldeias como verdadeiras ilhas cercadas de fazendas e porteiras, sem a caça tradicional e sem os peixes no rio, em decorrência do desmatamento e do uso de agrotóxicos.

Ainda segundo estes autores:

Os resultados revelaram que as áreas de entorno de todas as Tis totalizaram 5.504.717,63 hectares, sendo que destas, 1.438.577,46 estavam comprometidas por usos múltiplos. A vegetação predominou no entorno das Terras Indí-

⁹ Segundo a definição dada no livro *Carapanã encheu, voou: o “portovelhês”*, a definição de beradeiro consiste na pessoa que mora na beira do rio ou que sente orgulho de ser portovelhense ribeirinho (Amaral, 2015). Antigamente, era utilizada como pessoa cafona, brega. Aqui utilizamos no sentido de ribeirinhos.

genas e cobriu 3.740.833,75 hectares, o que correspondeu a 67,95% da área estudada. A pecuária ocupou 1.178.447,71 e a agricultura 234.654,49 hectares, o que correspondeu a 21,41 % e 4,26%, respectivamente, do total da área analisada (Mota & Gomide, 2015, p. 422).

É perceptível que o entorno das terras indígenas está sendo pressionado pela pecuária, que é feita sempre desmatando para incluir novas áreas. Em visitas a essas ilhas secas, as quais são aldeias cercadas de fazendas, percebemos que os impactos para essas comunidades tradicionais são devastadores, trazendo consequências como a fome e doenças intermitentes.

Além das 20 terras indígenas, o estado de Rondônia possui 40 unidades de conservação (Figura 3). Segundo Ivaneide Bandeira Cardozo, essas unidades de conservação

que foram instituídas e geridas por essa instância e estão ligadas ao Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), instituído pelo Decreto Lei nº1.144, de 12 dezembro de 2002, e estão classificadas em dois grupos: Proteção Integral e Desenvolvimento Sustentável (Bandeira Cardozo, 2020, p. 130).

O desmatamento ilegal nas terras indígenas e unidades de conservação cresceu em torno de 400% no início da década de 2000, o que demonstra a incapacidade do Estado, em assegurar sua efetiva preservação, nos moldes do agenciamento indígena, pois conforme a citação:

Uma questão importante, que foi demonstrada pelos resultados de ambos os mapeamentos (PRODES e SEDAM), foi o aumento substancial do desmatamento ilegal ocorrido nos últimos dez anos dentro de áreas protegidas (incluindo terras indígenas e unidades de conservação de uso direto) no Estado de Rondônia. Neste caso, o desmatamento aumentou 400% entre 2002 e 2011 em relação ao total desmatado até 2001, dentro de áreas protegidas em Rondônia (Piontekowski *et al.*, 2014, p. 304).

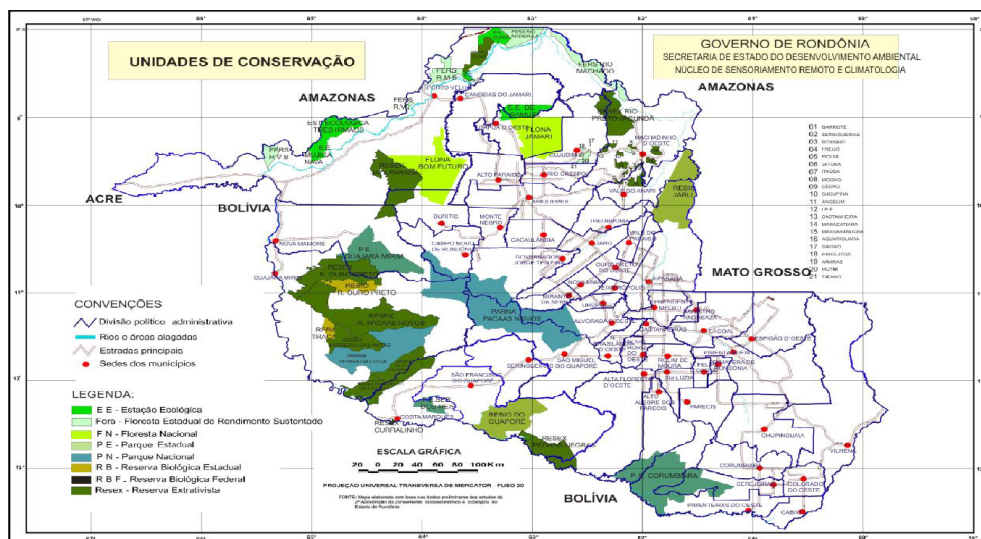
Os estudos sobre as terras indígenas têm demonstrado que apesar de toda a pressão externa, elas ainda conseguem preservar significativamente o meio ambiente. Kamila de Brito Otoni constata que

a eficiência das Unidades de Conservação e Terras Indígenas foi mostrada no estudo do Ferreira (2007) para uma proporção de 6.377 áreas desmatadas dentro e fora dessas áreas protegidas. Os valores que o autor encontra no estudo foi cerca de dez a vinte vezes menor do que nas regiões fora delas (Otoni, 2015, p. 41).

Manuela Carneiro da Cunha, Sônia Barbosa Magalhães, Cristina Adams organizaram uma coletânea denominada *Povos tradicionais e biodiversidade no*

Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças, publicada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), publicado em 2021, vão demonstrar essa constatação que estamos defendendo nesse artigo.

FIGURA 3. Unidades de conservação em Rondônia.



Fonte: SEDAM (2003).

Logo na introdução, as organizadoras citam uma pesquisa que estudou as trajetórias de mudança dos usos da terra entre 1985 e 2018 conduzidas por:

Juan Doblás e Antonio Oviedo, em um artigo original, estudaram as trajetórias de mudança de uso da terra entre 1985 e 2018 a partir da coleção 4.1 do MapBiomass. Avaliaram as determinantes espaciais e temporais das trajetórias nos territórios tradicionalmente ocupados e zonas de amortecimento correspondentes, em todos os biomas brasileiros. Os resultados mostraram a efetividade das terras indígenas, unidades de conservação e territórios tradicionalmente ocupados em manter a cobertura vegetal nativa, reforçando seu papel como escudos do desmatamento e sugerindo a necessidade de políticas públicas para fortalecer a proteção desses territórios, bem como para a restauração ambiental das zonas de amortecimento. Resende *et al.* (2019) chegaram a resultados semelhantes para o Cerrado (Cunha, Magalhães, & Adams, 2021, p. 12).

Nas páginas subsequentes, Juan Doblás e Antonio Oviedo vão apontar os resultados sobre as unidades de conservação e as terras indígenas na Ama-

zônia e, além de demonstrar como essas áreas são as de maior proteção, conforme se nota:

1. A análise de tendência das trajetórias diferenciais na cobertura vegetal mostra que os territórios tradicionais desmataram consistentemente menos em seu interior quando comparado com o entorno em todos os biomas. Quando avaliamos a tendência de desmatamento dos territórios tradicionais em comparação com a média do bioma, o desempenho é ainda melhor. No bioma Amazônia, por exemplo, as TIS e UC-PCTS apresentam uma tendência positiva em mais de 90% dos territórios.
2. Para os seis biomas estudados, os resultados mostram um déficit de cobertura vegetal natural, até 2018, de 2,95 milhões de quilômetros quadrados. Os biomas Mata Atlântica, Cerrado, Pampa e Caatinga apresentam déficits de cobertura vegetal natural alarmantes.
3. A cobertura natural no interior dos territórios tradicionais totaliza 1,62 Mkm², o que representa 29,1% do total de vegetação natural do Brasil. As terras indígenas são os territórios tradicionais que mais preservam a cobertura vegetal, ou seja, apenas 2% do território perdeu sua cobertura vegetal (Dobla & Oviedo, 2021, p. 14).

Percebemos que apesar das pressões efetivadas pela precarização da qualidade de vida nas aldeias localizadas próximas às fazendas de gado, onde o desmatamento é enorme, a caça e a pesca ficam completamente prejudicadas, e as atividades agrícolas tradicionais ficam cada vez menos capazes de assegurar o mínimo necessário para a subsistência. Ainda assim, os estudos demonstram que elas são de fundamental importância para a preservação do bioma.

Desnecessário dizer que o Estado necessita assumir uma postura mais proativa no sentido de assegurar a vigilância sobre essas áreas, e que não o faz porque sofre as injunções dos grandes proprietários de terras, dos fazendeiros, madeireiros, mineradoras que lucram com o desmatamento, as queimadas e toda sorte de ataque ao bioma. Esses segmentos veem as terras indígenas como um obstáculo ao desenvolvimento ou ao progresso.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As terras indígenas em Rondônia compõem um total de 20 áreas regulamentadas e se constituem num manancial de preservação do bioma. No entanto, hoje é comum ouvir nos meios de comunicação, nas ruas e mesmo nas universidades perguntas do tipo “para que índio quer tanta terra?”. Esse questionamento não revela uma ignorância ou desconhecimento de que eles são os primeiros donos da terra e que lhes foram usurpadas; ou um desconhecimento da Constituição Federal de 1988. Refletem o discurso do dominador

que deseja usurpar essas terras e destruir o meio, alegando que isso sim é desenvolvimento.

As pesquisas aqui apresentadas afirmam o protagonismo indígena na preservação da terra, que para eles não é um produto que pode ser comercializado, transformado em mercadoria. A terra é para eles a grande mãe que os alimenta e da qual eles fazem parte, veem-se como verdadeiros guardiões, jardineiros. É notório que há um problema de ultrapassar ou não o limite dessa cosmologia, que este artigo só aponta de leve. Mas a questão não quer calar, já que é um problema existencial de sobreviver e viver, pois ao mesmo tempo em que há um agenciamento exógeno, há outro, gritando para não ser eliminado, o agenciamento tradicional.

Esperamos ter demonstrado que os desmatamentos ocorridos no Brasil e, na Amazônia de forma particular, são frutos da ação humana, de projetos econômicos que visam o lucro a qualquer custo em detrimento do bem-estar dos seres vivos do presente e principalmente do futuro, que estimulam a destruição da terra para alimentar a acumulação de riquezas. Essas são escolhas humanas e, como diz Paulo Freire (1996), elas podem ser desfeitas, pois não são dados escatológicos, algo fixo, determinado. São constructos humanos e, portanto, podem ser mudados ou transformados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, N. F. G. do. (2015). *Carapanã encheu voou: o “portovelhês”*. Porto Velho: Temática Editora.
- ANDRADE, R. de P. (2019). Vencidas a distância e floresta!: A Transbrasiliana e a Amazônia desenvolvimentista. *Tempo*, 25(2).
- BACHA, C. J. C. (2009). O uso de recursos florestais e as políticas econômicas brasileiras: uma visão histórica e parcial de um processo de desenvolvimento. *Estudos econômicos*, 34(2), 393-426.
- CARDOZO, I. B. (2020). Unidades de conservação estaduais de Rondônia - território ameaçado. In M. M. de A. Cavalcante. *Planejamento e gestão do território na Amazônia*. Porto Velho: EDUFRO.
- CASTRO, V. de. (1995). Sociedades indígenas e natureza na Amazônia. In A. L. DA SILVA & L. D. B. GRUPIONI. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO.
- CUNHA, M. C. da, MAGALHÃES, S. B., & ADAMS, C. (Orgs.). (2021). *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).
- DALMOLIN, G. F. (2004). *O papel da escola entre os povos indígenas: de instrumento de exclusão a recurso para emancipação sociocultural*. Rio Branco: Edufac.

- FREIRE, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO. (2008). A Devastação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Estado de Rondônia. Recuperado em 20 maio 2021, de http://www.kaninde.org.br/upload/2012/04/o_fim_da_floresta_1333816947.pdf.
- GUIDON, N. (2007). Arqueologia com preocupação social. Recuperado em: 21 dezembro 2021, de <https://www.camara.leg.br/noticias/102433-niede-guidon-arqueologia-com-preocupacao-social/>.
- GONÇALVES, C. V. P. (2008). *Amazônia, Amazônias* (2ª ed.) São Paulo: Contexto.
- MINDLIN, B. (1988). Índios e grandes projetos econômicos um exemplo: o projeto Polonoroeste (Mato Grosso e Rondônia, 1982-87). São Paulo: Iamã.
- OTONI, K. de B. (2015). *Desmatamento em áreas protegidas no estado de Rondônia*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade de Brasília, DF, Brasil.
- PINTO, E. P. (1993). *Rondônia, evolução histórica: criação do território federal do Guaporé, fator de integração Nacional*. Rio de Janeiro: Expressão Cultural.
- PIONTEKOWSKI, V. J., MATRICARDI, E. A. T., & PEDLOWSKI, M. A., & FERNANDES, L. C. (2014). Avaliação do desmatamento no Estado de Rondônia entre 2001 e 2011. *Floresta e Ambiente*, 21(3), 297-306.
- SANTOS, A. M., & Gomide, M. L. C. (2015). A ocupação no entorno das terras indígenas em Rondônia, Brasil. *Boletim Goiano de Geografia (Online)*, 35(3), 417-436.
- SOUZA, M. (1994). *Breve história da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero.
- TEIXEIRA, C. C. (1999). *Visões da natureza: seringueiros e colonos em Rondônia*. São Paulo: Educa.
- TEIXEIRA, M. A. D., & FONSECA, D. R. da. (1998). *História regional (Rondônia)*. Porto Velho: Rondoniana.

DANO EFICIENTE E ECOCÍDIO: RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, DIREITOS DA NATUREZA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COMO SOLUÇÕES CONJUNTAS

BÁRBARA NATÁLIA LAGES LOBO

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG, Brasil)

RESUMO

O presente artigo objetiva verificar de que forma a atuação estatal, consideradas as funções executiva (administrativa), legislativa e judiciária, colaborou com ações de entidades privadas para o ecocídio da Amazônia. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2021 foi o ano de maior taxa de desmatamento da Amazônia, em 15 anos. Fundamental reconhecer a participação dos agentes públicos, especialmente do governo federal, em exercício entre os anos de 2019 e 2022, cúmplices ou negligentes, nesta destruição. O dano eficiente se manifesta pela flexibilização das normas ambientais, ausência de fiscalização, irresponsabilidade e impunidade de forma vantajosa para quem o pratica. Incêndios, extração e garimpo ilegais, grilagem, execução de ativistas, disseminação da pandemia nas comunidades tradicionais, desinformação e falseamento de dados. A impunidade via anistias legislativas, ausência de legislação, morosidade e inefetividade judiciais incentivam a prática de crimes e danos ambientais. A efetiva responsabilidade ambiental, o reconhecimento dos direitos da natureza e a cooperação internacional apresentam-se como soluções conjuntas, dentre tantas possíveis, para impedir o avançar da destruição ambiental, reverter os danos e proteger a floresta. A metodologia adotada é descritiva, analítica, crítica, dialética e reflexiva, apresentando-se os resultados e conclusões da investigação.

Palavras-chave: Amazônia; dano eficiente; ecocídio; direitos da natureza; responsabilidade.

1. INTRODUÇÃO

ENTRE 2019 E 2022, assistiu-se à degradação exponencial da Floresta Amazônica, desmonte executivo (administrativo e fiscalizatório) e legislativo ambientais, somado à perseguição e execução de membros das comunidades originárias e lideranças socioambientais. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2021 foi o ano de maior taxa de desmatamento da Amazônia em 15 anos. Em 2022, as avaliações do desmatamento demonstraram a continuidade da devastação, sendo o governo 2019-2022 responsável pela perda de 45,5 mil km² de floresta da Amazônia Legal (Chaves, 2022). Somada à degradação ambiental, a atuação violenta junto às comunidades originárias e às lideranças socioambientais apresentam o Brasil como o quarto país mais perigoso para ativistas ambientais, em pesquisa realizada pela Organização Não-Governamental *Global Witness*, no ano de 2021.

Esta atuação violenta, sem a intervenção incisiva institucional por parte do Executivo, Legislativo e Judiciário, revelam a impunidade como incentivadora e propulsora de danos e crimes ambientais. A atuação danosa e criminosa, sem a devida responsabilização, configura a prática de dano eficiente, entendido como a eficiência lucrativa ou lucratividade pela prática de danos e crimes. Relativo aos danos ambientais, refere-se aos lucros obtidos com a atuação extrativista ilegal, poluente, criminosa e danosa à natureza e ambiente, ante a ausente ou baixíssima punibilidade das referidas práticas, o que representa o cenário ideal para a sua continuidade. O fenômeno agrava-se quando se considera não somente a atuação de entes privados ou a negligência pública, mas a própria cumplicidade estatal com a prática dos referidos danos e crimes.

A extensão e o avanço da prática de danos à natureza e crimes ambientais na Floresta Amazônica permitem afirmar a configuração do ecocídio, concepção que será explorada no presente artigo, com negligência e cumplicidade dos governos em exercício no Brasil entre os anos de 2019 e 2022. Previamente, relaciona-se ao dano eficiente pela lucratividade e impunidade que se naturalizaram nas práticas criminosas ecocidas.

Com a tentativa de salvaguardar e encontrar medidas para proteção da Amazônia, a busca por soluções unívocas revela-se infrutífera ante à voracidade da degradação, sendo fundamental, portanto, encontrar soluções conjuntas públicas e privadas, transversais e cooperativas, no nível interno e internacional, para impedir a completa destruição do bioma, com impactos significativos à crise climática e ambiental em todo o planeta.

Apresenta-se como objetivo principal deste artigo investigar soluções possíveis socioeconômicas, políticas e jurídicas, fundadas na consideração de ser o ambiente sadio e a qualidade de vida direitos fundamentais e humanos. Para tanto buscar-se-á apresentar a efetiva responsabilidade ambiental pela

prática de danos e crimes ambientais, bem como o reconhecimento dos Direitos da Natureza e a instrumentalização de medidas de cooperação internacional como algumas dessas soluções.

A metodologia utilizada é descritiva, analítica, crítica, dialética e reflexiva, a partir da análise das concepções trabalhadas na presente investigação, bem como a verificação da atuação do Poder Público no cumprimento de sua responsabilidade constitucional, além de medidas adotadas por entidades diversas para fins de cooperação protetiva da Amazônia.

2. DANO EFICIENTE E ECOCÍDIO: O ESTADO COMO ALIADO DA DESTRUIÇÃO AMBIENTAL

Inicialmente, é importante compreender a concepção de dano eficiente e sua contextualização na degradação ambiental. O dano eficiente configura-se pela atuação de agentes econômicos de forma danosa, criminosa e/ou ilegal, com a máxima eficiência financeira, considerada a impunidade ou irresponsabilidade por suas ações. Assim, a lucratividade auferida com a prática do dano e violação de direitos é superior a eventuais, possíveis (raras) ou inexistentes responsabilizações e punições que os responsáveis possam vir a sofrer por suas condutas criminosas, ilegais e danosas. Dano eficiente, portanto, é a mensagem implícita na impunidade de que o “crime compensa”. É a premiação pelo agir ilegal, reforçada por flexibilizações legislativas, ausência ou insuficiência de fiscalizações e morosidade judicial.

Trata-se de condutas antiéticas próprias da cegueira moral (Bauman & Donskis, 2014), inerentes ao sistema econômico capitalista, desde a sua imposição originária, maximizadas pelo neoliberalismo. O dano eficiente é concepção aplicável a diversas áreas jurídicas, como a prática de *law fare* e a divulgação de *fake news*, no âmbito político e constitucional (Lobo, 2016), os danos aos consumidores nas práticas consumeristas (Lana, 2019) e a violação dos direitos dos trabalhadores no âmbito justabalhista. Nesta última, os exemplos são fartos: o empregador que deixa de pagar aos empregados os devidos direitos trabalhistas e prossegue auferindo o lucro proveniente da exploração do seu trabalho, considerada a necessidade de trabalho e hipossuficiência do trabalhador, posterior e eventualmente, condenáveis na esfera judicial ou passível de conciliação com a sensível redução (e/ou parcelamento) do valor devido decorrente da violação dos direitos trabalhistas, como horas extras, férias, acúmulo de funções, exercício de trabalho insalubre ou perigoso, danos morais etc. Bancos, empresas de telefonia, grandes varejistas, intermediárias de serviços terceirizados e plataformas de prestação de serviços, como a Uber, são exemplos de contumazes violadores de direitos trabalhistas na dinâmica do dano eficiente.

Assim, considerado o contexto do Direito Ambiental, o dano eficiente pode ser manifesto utilizando-se exemplos de crimes ambientais recentes. Cita-se a ruptura da barragem de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, que matou 270 pessoas, bem como a degradação ambiental direta e indireta de extraordinária monta. Ainda há cinco pessoas desaparecidas. A mineradora Vale S.A., exploradora da atividade econômica, embora tenha arcado com aproximadamente R\$3 bilhões com o pagamento de indenizações, no ano de 2018, em que ainda estava em atividade a mineração na região, auferiu lucro de mais de R\$25 bilhões. Uma operação matemática simples permite concluir que o lucro é imensamente superior aos prejuízos advindos da responsabilização pelos danos e crimes causados pelo exercício da atividade. Seguem impunes os responsáveis pelo derramamento de óleo no litoral brasileiro, em 2019; bem como os responsáveis pelo movimento denominado “Dia do fogo”, em 10 e 11 de agosto de 2019, no estado do Pará.

A efetividade da responsabilidade ambiental opõe-se ao dano eficiente. No sistema judicial brasileiro, não há a aplicação das *punitive damages*, ou seja, ações judiciais cujo valor da indenização possua significativo caráter compensatório e pedagógico de modo a impedir que a referida prática ocorra. No entanto, é fundamental a efetiva responsabilização judicial dos autores de crimes e danos ambientais em todas as esferas cabíveis: civil, administrativa e criminal, na forma do art. 3º da Lei nº 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. A impunidade é incentivadora e propulsora da continuidade das práticas econômicas danosas e criminosas sobre o ambiente, pois a ausência de responsabilização transparece a inefetividade institucional e normativa. A flexibilização de normas ambientais também expressa a eficiência da prática de danos e crimes, como a anistia aos desmatadores em Áreas de Preservação Permanente, pela aprovação do Código Florestal (Lei nº 12.651), em 2012, que autorizou medidas alternativas mediante adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

No Brasil, o percentual de efetividade punitiva e execução de multas por danos e crimes ambientais ainda é insuficiente, na ordem de 3% a 5% (Kafruni, 2020). Perdem os cofres públicos, perde a população, perde a Natureza. Saliente-se, ainda neste contexto, a tramitação no Supremo Tribunal Federal do Recurso Extraordinário com Agravo (nº 1.352.872), com reconhecida repercussão geral em acórdão do Plenário, de 03 de fevereiro de 2022, em que se analisa a prescritibilidade da execução de prestação pecuniária oriunda da conversão de condenação penal relativa a crime ambiental. A decisão do STF revelar-se-á fundamental na punibilidade ou sedimentação da impunidade por crimes ambientais.

Diante da impunidade dos danos e crimes ambientais no Brasil, é de conclusão inegável a lucratividade daí decorrente, configurando o dano eficiente, ou seja, é extremamente lucrativo o descumprimento de normas e prática de crimes ambientais no Brasil. No contexto dos crimes e danos ambientais ocorridos na Amazônia, a aplicação da concepção de dano eficiente é inequivocamente cabível. A ineficiente e ineficaz atuação do Estado neste contexto, contrárias aos Princípios 11 a 16 da Declaração do Rio Sobre Ambiente e Desenvolvimento, por flexibilização normativa da punibilidade, morosidade processual e impunidade corroboram com a prática de danos e crimes ambientais. Neste contexto se relaciona o dano eficiente com o ecocídio.

A concepção de ecocídio, grafada com o prefixo eco- (derivado do grego *oikos*, casa) e com o sufixo -cídio (derivado do latino *cidium*, corte, deitar abaixo), introduzido juridicamente para a configuração da morte, significa a morte da casa, em outras palavras, a destruição ecológica ou a matança do planeta. A inscrição do ecocídio como crime internacional mobiliza a criminologia, ecologistas e o Direito Ambiental (Saad-Diniz, 2019; Cho, 2016; Higgins, 2010). Ainda sem previsão normativa internacional e interna, as concepções teóricas socorrem a busca por sua definição, sendo elementar e urgente a disposição normativa sobre a prática do ecocídio no Direito Internacional (especialmente pela alteração do Estatuto de Roma) e nos ordenamentos jurídicos dos Estados.

A relação entre a sustentabilidade, proteção ambiental e a paz encontra-se no art. 1º, alínea “e”, da Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz (1999) e na Carta da Terra (2000). A degradação ambiental é violenta, contrária à paz, aos direitos humanos e à democracia¹. A transposição para a Natureza do já reconhecido crime de genocídio ainda é desafio que se impõe ao Direito Internacional e aos ordenamentos jurídicos dos Estados.

Neste sentido, importa verificar a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (1948) para que se faça a respectiva analogia. Segundo o artigo 2º da referida convenção, entende-se por genocídio os atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. No mesmo artigo, as alíneas apresentam, exemplificativamente, práticas que configurariam o crime, quais sejam:

¹ “Os humanos não são nem os únicos habitantes nem os únicos beneficiários. Não podem, portanto, exercer soberania ilimitada sobre este mundo. Assim sendo, a verdadeira democracia só pode ser a do vivo como um todo. Esta democracia do vivo exige um aprofundamento não no sentido do universal, mas do ‘em comum’ e, portanto, um pacto de cuidado, o cuidado do planeta, o cuidado de todos os habitantes do mundo, humanos e não-humanos” (Mbembe, 2021, p. 57).

a) assassinato de membros do grupo; b) atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; c) submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; d) medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) Transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo.

Assim verificadas, práticas ecocidas podem ser consideradas aquelas que impliquem, por exemplo: a) a destruição parcial ou total de um bioma ou ecossistema, áreas naturais ou elementos da natureza; b) atentar contra a integridade da Natureza; c) submissão deliberada da Natureza a práticas que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; d) medidas que impeçam a continuidade, resiliência e regeneração da vida natural, dentre outras. No México, a Lei Ambiental de Proteção à Terra (*Ley Ambiental de Protección a la Tierra en el Distrito Federal*), pela reforma de 23 de abril de 2021, dispõe sua definição de ecocídio, no art. 5º:

Ecocidio: la conducta dolosa determinada por las normas penales, consistente en causar un daño grave al ambiente por la emisión de contaminantes, la realización de actividades riesgosas o la afectación de recursos naturales, en contravención a lo dispuesto en la presente ley o en las normas oficiales ambientales mexicanas.

A degradação ambiental criminosa pontual grave (como a ruptura de uma barragem com a causa significativa de danos ambientais por ação ou negligência do explorador da atividade econômica) ou sistêmica, como desertificação e desmatamento, configuram ecocídio. O desmatamento da Amazônia, portanto, é atuação ecocida.

Somadas às violências perpetradas contra as populações originárias ou comunidades que dependam social, econômica e culturalmente da área natural para viverem, haveria a cumulatividade dos crimes de genocídio (atentado grave à integridade física e mental de grupo étnico) e ecocídio. Neste aspecto, a negligência estatal com os povos originários durante a pandemia da covid-19, acumulada com o avançar de práticas grileiras, de desmatamento e de mineração ilegal expressam exemplos da cumulatividade dos crimes.

O direito ao ambiente sadio e ecologicamente equilibrado é direito humano e direito fundamental (Lobo, 2018). No âmbito brasileiro, considera-se a disposição constitucional do direito fundamental presente no artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988):

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Assim, o mencionado artigo atribui tanto aos entes públicos quanto aos particulares a responsabilidade pela defesa do ambiente. No §1º do artigo, dispõe-se sobre as incumbências do Poder Público para realização do mister e, no §3º, estabelece a responsabilidade e dever de reparação pelos danos causados. Destaque-se quanto ao §4º do referido artigo, a disposição constitucional de ser a Floresta Amazônica brasileira, junto a outros importantes biomas, patrimônio nacional, cuja utilização deva ser feita na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente.

Contemporaneamente, o reconhecimento da proteção ambiental como direito humano foi adotado pela Resolução 48/13, no dia 8 de outubro de 2021, pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, que reconheceu que o ambiente limpo, saudável e sustentável é um direito de todas as pessoas. Em 28 de julho de 2022, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a resolução nº 76/300, publicada em 01 de agosto de 2022, reconhecendo o direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável como direito humano. Esta resolução reafirma que os Estados possuem a obrigação de respeitar, proteger e promover os direitos humanos, inclusive no que se refere a todas as atividades destinadas a fazer frente aos problemas ambientais, devendo adotar medidas para proteção de todas as pessoas, especialmente em situação de vulnerabilidade, ante à degradação ambiental.

Ainda que se argumente sobre o caráter de *soft law* dos direitos humanos, o que é equivocadamente considerada a juridicidade do direito internacional público, parte significativa dos estados democráticos, incluindo o Brasil, reforçam em suas constituições a aplicabilidade como direitos fundamentais dos direitos humanos (art. 5º, §1º a §4º da CRFB). O reconhecimento do direito ao ambiente enquanto direito humano somente reforça o que já é reconhecimento em tantos estados como direito fundamental, ainda que sob a vertente antropocêntrica.

A atuação de particulares e do Estado na degradação ambiental, como violadora de direitos humanos e fundamentais, observada a gravidade trágica dos recentes danos e crimes ambientais na Amazônia, configura o ecocídio, sobretudo verificada a naturalização do dano eficiente. O princípio da responsabilidade do poluidor, aplicável tanto à materialidade do Direito Ambiental quanto às políticas públicas ambientais, foi violado e precarizado especialmente pelos agentes do governo em exercício nos anos de 2018-2022, consequentemente resultando a violação de diversos princípios correlatos, dentre os quais: princípio da sustentabilidade, princípio da solidariedade entre gerações, princípios da proteção, prevenção e precaução, princípio do poluidor-pagador, princípio da transparência e publicidade, princípio da recuperação

ou reparação, princípio da responsabilidade, princípio da transversalidade das políticas ambientais e o princípio da cooperação.

Desse modo, especificamente relacionado à destruição da Amazônia (mas não somente), pode-se afirmar que para os exploradores de atividades econômicas com substanciais impactos ambientais neste território e para os agentes públicos negligentes no dever de defesa do ambiente e promoção de políticas ambientais protetivas, bem como cúmplices dos danos e crimes praticados, ainda impunes, apresentou-se vantajosa e lucrativa a atuação ambiental ilegal e danosa, pois conscientes da naturalização da impunidade.

3. RESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL E PRIVADA, DIREITOS DA NATUREZA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: SOLUÇÕES CONJUNTAS PARA ENFRENTAMENTO DO DANO AMBIENTAL EFICIENTE E DO ECOCÍDIO

Dada a complexidade dos fatores e práticas de danos e crimes ambientais, somada à impunidade e consequente estímulo, o enfrentamento do dano ambiental eficiente e do ecocídio requer a busca por soluções múltiplas, transdisciplinares e intercomunicantes. Importa aqui apresentar apenas três dentre as tantas soluções possíveis. Ressalte-se não se olvidar na presente investigação da importância epistemológica e metodológica dos saberes populares das comunidades da Amazônia, bem como da inescusável participação e formulação de políticas pelas próprias comunidades e lideranças que tradicionalmente atuam no território.

Considerada a naturalização da prática de danos ambientais no âmbito brasileiro, especialmente encampada pelos agentes dos governos 2016-2022 e a referida configuração como dano eficiente e ecocídio, consideradas as concepções verificadas no tópico anterior, as mencionadas práticas e condutas omissivas ensejam a responsabilização privada e estatal objetiva e subjetiva, considerada a atuação dos agentes públicos como cúmplices dos referidos crimes e danos. Citar-se-á novamente como exemplo a negligência estatal e mesmo prática de crimes de desinformação na gestão da pandemia por covid-19 junto às populações indígenas. Ressalte-se que a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) estabelece a responsabilidade objetiva da Administração Pública por danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, conforme disposição do art. 37, §6º. A responsabilidade extracontratual civil pela prática de atos ilícitos, por ação ou omissão, é disposta no art. 186 do Código Civil (2002).

Reflexivamente, há que se ponderar que os efeitos da responsabilização do Estado brasileiro pelas práticas genocidas, ecocidas, criminosas e danosas na

Amazônia, de forma objetiva, recaem sobre o erário, arcando toda a população com os efeitos da má-gestão pública. São os efeitos indesejáveis do golpe encampado também pelos ruralistas e extrativistas, bem como da eleição de programas de governo declaradamente descomprometidos e contrários à proteção ambiental. Entretanto, releva-se a responsabilidade individual e subjetiva dos agentes públicos que atuaram criminosos ou negligentemente com as condutas puníveis. É salutar e inequívoca a responsabilização dos Ministros do Ambiente da gestão 2018-2022.

No que se refere à responsabilização, defende-se aqui a especialização institucional judiciária para apuração de danos e crimes ambientais. Considerada a relevância das questões ambientais e a quantidade de ações judiciais relacionadas a danos e crimes ambientais, não pode mais o Judiciário prescindir da institucionalização especializada por Varas, Tribunais ou Justiça própria (como se especializou a Justiça do Trabalho), exclusivamente competentes para as ações ambientais. A morosidade processual e a não especialidade jurisdicional (institucional) atuam contrariamente à efetividade da justiça ambiental, ante a voracidade da degradação ambiental no Brasil.

A justiça ambiental não pode ser apenas uma concepção vaga, restrita apenas aos âmbitos teóricos e normativos. Deve ser materializada nas instituições estatais, como já ocorre com a especialização ambiental no âmbito do Ministério Público, devendo ser transposta para o Judiciário. Para tanto, uma reforma judiciária que levasse em consideração esta necessidade é urgente e se revelaria eficaz para a efetividade protetiva ambiental. Igualmente, estaria em consonância especialmente com os 13º a 16º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, quais sejam: 13º “Ação Climática”, 14º “Proteger a Vida Marinha”, 15º “Proteger a Vida Terrestre” e 16º “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”.

Outra necessidade urgente e de mais alta importância, especialmente na contemporaneidade neoconstitucional latino-americana, é a ruptura do Direito Constitucional Ambiental com o paradigma antropocêntrico, pelo reconhecimento dos direitos da natureza (Gudynas, 2019; Lobo, 2021) como direitos fundamentais, assim como realizado na Constituição da República do Equador (2008), aprovada em Lei Nacional do Panamá (Ley nº 287), em 24 de fevereiro de 2022, e em vias de reconhecimento na constituição chilena, conforme antecipado pela Convenção Constitucional.

Não se nega o avanço do reconhecimento da proteção ambiental como direito humano pela ONU. Entretanto, a ruptura com o paradigma antropocêntrico de proteção ambiental para instituição do paradigma biocêntrico (ou ecocêntrico) (Gudynas, 2019; Lobo, 2021), pelo reconhecimento dos valores intrínsecos e da dignidade da Natureza é primordial. Não há que se falar em

“pós-modernidade” mantendo-se a estrutura separatista e não integralizada entre seres humanos e Natureza, como inscrita na Modernidade: “a natureza não pode mais ser compreendida fora da sociedade, ou a sociedade fora da natureza”, como afirmou Ulrich Beck (2018, p. 60) ao analisar a “sociedade de risco”.

Reconhecer constitucionalmente os direitos da natureza é possível via emenda constitucional, como recentemente se acrescentou ao art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), pela EC nº 115, de 2022, o inciso LXXIX, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais. Não pode haver descompasso entre a proteção dos direitos das pessoas e a proteção dos direitos da natureza, pois são intrinsecamente relacionados. O reforço normativo e institucional da proteção ambiental no Brasil é imperioso. A reforma constitucional para que se acresça aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil e aos direitos fundamentais os direitos da natureza está em consonância com os anseios democráticos e revela-se fulcral para o enfrentamento da lógica extrativista colonial-imperial-neoliberal ainda vigente. O referido reconhecimento trará maior proteção não somente no âmbito amazônico, mas para todos os biomas e elementos naturais do território brasileiro.

Considerado o dever fundamental de atuação conjunta pública e privada insita no direito fundamental ao ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável, integrante das concepções de cidadania e democracia ambiental, o *compliance* ambiental apresenta-se como instituto relacionado à boa governança, transparência e responsabilidade socioambiental (Oliveira, Costa, & Silva, 2018). Destacam-se, neste âmbito, os Princípios do Equador (2002/2003), bem como o comprometimento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos, além da observância aos termos do Acordo de Paris (2015) para a redução da emissão de gases de efeito estufa.

Revela-se a correlação entre os crimes ambientais e a corrupção, sendo necessário neste aspecto o reforço ao viés preventivo do princípio do poluidor-pagador, bem como a efetividade dos princípios da proteção, precaução e prevenção, responsabilidade, além da sustentabilidade ambiental. Cite-se como exemplos o combate à utilização de matérias-primas, como couro/pele, madeira e ouro proveniente de empresas que praticam extrativismo ilegal e que exploram suas atividades em áreas protegidas ou pela intermediação de indivíduos ou empresas que o façam.

O *compliance* ambiental implica a elaboração e aplicação de normas e códigos de conduta intersetoriais que regulamentem o exercício da atividade econômica comprometido com a proteção da natureza, o que implica a implementação de práticas diversas avaliativas, fiscalizatórias, diligenciais,

auditoriais relacionadas à eficácia de programas de sustentabilidade. Estas ações estariam em consonância com o 12º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, qual seja “Produção e consumo sustentáveis”. Ressalte-se não se defender no presente artigo qualquer prática relacionada ao ecocapitalismo, bem como qualquer ilusionismo resultante de *greenwashing*, mas a atuação verdadeiramente responsável estatal e das empresas no sentido de proteção ambiental.

A atuação interna do governo, também conectada à comunidade internacional e sociedade civil, bem como a atuação do setor privado e outros atores (como organizações não-governamentais) revelam-se importantes e consentâneas ao 17º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (“Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”).

Para além do âmbito interno, considerada a glocalidade das questões ambientais, bem como o caráter transfronteiriço, especialmente no que se refere à proteção da Floresta Amazônica, revela-se a necessária cooperação internacional, não só no âmbito latino-americano, dada a fundamentalidade mundial do bioma. Releva aqui a necessidade orçamentária do Fundo Amazônia, prejudicado pela *persona non grata* e pária internacional que chefiou o Executivo federal entre 2019-2022. A desconfiança internacional provocada pelo presidente e seus agentes, junto à atuação omissa, reconhecida por decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 59, em 03 de novembro de 2022, prejudicou gravemente a arrecadação e aplicação financeira do Fundo para a proteção e fiscalização da Amazônia Legal. O reconhecimento pelo STF da omissão inconstitucional do governo federal, desde 2019, é precedente judicial para a inequívoca responsabilização administrativa, criminal e civil dos agentes públicos que atuaram (inclusive por negligência) pela degradação ambiental recorde dos biomas brasileiros entre 2019 e 2022.

A retomada da cooperação internacional apresenta-se promissora, com recepção de maiores fluxos e doações ao Fundo, logo na primeira semana do Governo Lula, iniciado em 01 de janeiro de 2023, já manifestando maior comprometimento com a proteção ambiental, notadamente pela criação do Ministério dos Povos Indígenas do Brasil e remodulação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (anteriormente denominada Fundação Nacional do Índio – FUNAI), liderados, pioneiramente, por duas mulheres indígenas, respectivamente, Sônia Guajajara e Joênia Wapichana. Além disso, a reestruturação do Ministério do Ambiente, anteriormente sucateado e instrumentalizado para a destruição ambiental, na gestão atual como Ministério de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, sob liderança da ambientalista Marina Silva, revela novos rumos no que se refere à responsabilidade estatal para a proteção ambiental e enfrentamento dos danos e crimes ambientais.

Também dentre as primeiras medidas do governo com grande impacto na proteção da Floresta Amazônica e dos demais biomas brasileiros, tem-se a publicação do Decreto nº 11.373, em 01 de janeiro de 2023, que incrementa o Fundo Nacional do Meio Ambiente, com a destinação de 50% dos valores arrecadados em pagamento de multas aplicadas pela União por infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, bem como estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, o que se apresenta como medida para enfrentamento do dano eficiente e da impunidade por crimes ambientais.

4. CONCLUSÃO

O presente artigo teve por objetivo analisar e verificar possíveis concepções para as práticas de dano eficiente e ecocídio sobre a Natureza, mais especificamente sobre a Floresta Amazônica. Entendidos estes como institutos ainda não reconhecidos pelo direito brasileiro, mas passíveis de configuração normativa e institucional, revelam-se como práticas públicas e privadas de degradação ambiental, mediante a violação de direitos humanos, direitos fundamentais, direitos e princípios ambientais, bem como dos direitos da natureza, em sua dignidade, que se revela lucrativa pela ausência de responsabilidade. O avançar da crise climática impõe a necessária reversão deste quadro.

A prática do dano eficiente, ínsita ao sistema capitalista, a impunidade por danos e crimes ambientais, bem como a invisibilidade internacional e interna do ecocídio atuam pela degradação da Floresta Amazônica e da Natureza em sua totalidade. Repensar a efetividade do Direito Ambiental impõe reflexões sobre as éticas individuais e coletivas na proteção da Natureza para adoção de medidas urgentes, sendo necessárias atuações transversais, locais, nacionais e internacionais (globais), com vistas a evitar a completa destruição. Nesse sentido, apresentou-se algumas das possíveis soluções jurídicas, políticas e econômicas, cumulativas em sua implementação e aplicação, para que os responsáveis por danos e crimes ambientais não se ancorem no sentimento e materialidade da impunidade, respondendo por seus atos em todas as esferas cabíveis.

Em vez de anistia e flexibilização normativa, incisiva fiscalização e responsabilização (civil, penal e administrativa) dos agentes públicos e privados por danos ambientais, pelo que também importa a atuação mais célere e eficaz do Judiciário. Para cumprimento deste mister, releva a especialização da Justiça Ambiental, não apenas como conceito abstrato, mas como realidade institucional decorrente de reforma judiciária.

Também no que se refere ao Direito Constitucional Ambiental, a disposição dos direitos da natureza robustece os direitos fundamentais sob o paradigma biocêntrico, ao reconhecer os valores intrínsecos da Natureza, para além da visão antropocêntrica enquanto recursos naturais.

É urgente a metamorfose² (Beck, 2018, p. 15) das estruturas e dinâmicas relacionais institucionais, estatais e individuais para a cooperação e atuação conjunta no enfrentamento à destruição. Neste aspecto, tanto no âmbito internacional quanto interno, apresentam-se possibilidades multidimensionais e locais³ de se evitar a catástrofe ambiental planetária.

A essas ações, pelo dever fundamental de proteção ambiental imposto tanto aos entes públicos como privados, somam-se medidas de *compliance* ambiental, não falseados pelo ecocapitalismo ou reprodutores de uma lógica de *greenwashing*, mas verdadeiramente comprometidas com a transparência, boa governança e responsabilidade socioambiental dos agentes econômicos no exercício de suas atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Z. & Donskis, L. (2014). *Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BECK, U. (2018). *A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BRASIL (2021). Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Estimativa de desmatamento por corte raso na Amazônia Legal para 2021 é de 13.235 km². Recuperado em 17 julho, 2023 de: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/divulgacao-de-dados-prodes.pdf>.
- CHAVES, L. (2022, novembro 30). Desmatamento na Amazônia cai 11% em 2022, mas índice é o segundo pior dos últimos 14 anos. Recuperado em 13 janeiro, 2023 de <https://n9.cl/jz44l>.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. (1998). Brasília. Recuperado em 13 janeiro, 2023 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

² Refere-se à concepção de metamorfose desenvolvida por Ulrich Beck (2018, p. 15): “Mudança implica que algumas coisas mudam, porém outras permanecem iguais – o capitalismo muda, mas alguns aspectos do capitalismo continuam como sempre foram. A metamorfose implica uma transformação muito mais radical, em que as velhas certezas da sociedade moderna estão desaparecendo e algo inteiramente novo emerge”.

³ Vocábulo resultante da junção entre as palavras local e global.

- CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO E REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO (1948). Organização das Nações Unidas. Recuperado em 13 janeiro, 2023 de <https://n9.cl/bf6goy>.
- GUDYNAS, E. (2019). *Os Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Elefante.
- HIGGINS, P. (2010). *Eradicating Ecocide Laws and governance to prevent the destruction of our planet*. London: Shephard-Walwyn (Publishers) Ltd.
- KAFRUNI, S. (2020, novembro 30). *Impunidade beneficia criminosos ambientais no país*. Disponível em: <https://n9.cl/r8xg9>.
- LANA, H. A. (2019). Análise econômica do direito e o direito consumerista: o dano eficiente nos juizados especiais. *Revista da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza*, 26(2). Recuperado em 13 janeiro, 2023 de <https://revista.pgm.fortaleza.ce.gov.br/revista1/article/view/360>.
- LOBO, B. N. L. (2016, abril 16). *O impeachment como dano eficiente*. Recuperado em 13 janeiro, 2023 de <https://emporiiododireito.com.br/leitura/o-impeachment-como-dano-eficiente>.
- LOBO, B. N. L. (2018). A eficácia do Direito Ambiental Constitucional: uma análise Sistêmica nos 30 anos da Constituição Brasileira. In H. K. M. COSTA & M. F. MIRANDA. *Temas de Direito Ambiental: 30 anos da Constituição* (pp. 121-149). Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- LOBO, B. N. L. (2021). Direitos da Natureza e Biopolítica. In C. C. Assis *et al.* (Orgs.). *Direito e Emergência(s): reflexões jurídicas na pandemia da covid-19* (pp. 99-105). Belo Horizonte: Dialética.
- MARCONDES, G. C. J. *et al.* (2022). Unmasking the impunity of illegal deforestation in the Brazilian Amazon: a call for enforcement and accountability. *Environmental Research Letters*, 17, 041001. Recuperado em 17 julho, 2023, de <https://www.icv.org.br/website/wp-content/uploads/2022/02/coelho-junior-2022-environ-reslett-17-041001.pdf>.
- MBEMBE, A. (2021). *Brutalismo*. Lisboa: Antígona.
- LEY AMBIENTAL DE PROTECCIÓN A LA TIERRA EN EL DISTRITO FEDERAL. (2021). Ciudad de México. 2021. Recuperado em 13 janeiro, 2023 de <https://n9.cl/ch3ux>.
- LEY n° 287 (2022). Que reconoce los derechos de la Naturaleza y las obligaciones del Estado relacionadas con estos derechos. Panamá.
- OLIVEIRA, M. L., COSTA, B. S. & SILVA C. F. P. (2018). O instituto do *compliance* ambiental no contexto da sociedade plurissistêmica. *Veredas do Direito*, 15(33), 51-71.
- SAAD-DINIZ, E. S. (2019). Vitimização corporativa e dependência comunitária na criminologia ambiental: o acerto de contas com os desastres ambientais. *Boletim IBCCRIM*, ano 27, (327), 2-5.

O FATOR AMAZÔNICO E A GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EDVAL BERNARDINO CAMPOS

Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil)

RESUMO

A gestão de políticas públicas no Brasil, na prática, pauta-se por diretrizes políticas-administrativas condizentes com um Estado unitário, constituído em bases geopolítica e social com elevadas taxas de homogeneidade. Esta cultura centralista impõe encargos aos gestores subnacionais considerando-se que o Brasil é uma federação heterogênea. A Amazônia é uma região singular, marcada por característica que vão das extensões territoriais aos espaços de ausência cívicas. Tais singularidades, também expressas no seu tecido social e na presença de múltiplas etnias, compunham, conceitualmente, aquilo que a ditadura militar, conceituava como “Fator Amazônico”, entendido somente como problemas e dificuldades, conceito repudiado por Pinto. Contemporaneamente, este conceito só pode ser aceito como expressão de singularidades e apreendido como afirmação e como demanda equalizadora de direitos.

Palavras-chave: Fator Amazônico; gestão; políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

ESTE ARTIGO discute algumas interpelações do denominado “Fator Amazônico” ao processo de gestão de políticas públicas, com ênfase nas políticas de corte social. Desta forma, trataremos de apresentar, em primeiro lugar, a característica central do Fator Amazônico adotada pelo regime militar que governou o Brasil por 21 anos de 1964 a 1985; em segundo lugar, destacaremos como os seus elementos constitutivos, analisados na perspectiva democrática, ensejam e demandam outras leituras, radicalmente distintas

daquela procedida pelos tecnocratas da ditadura militar. Sem dúvida que a gestão pública da Amazônia requer uma atenção diferenciada em relação as demais regiões do Brasil. Daí a necessidade de superar as tradicionais análises conservadoras, que primam por destacar dificuldades, e realçar aspectos “negativos”, da região, para cotejá-la em suas potencialidades, as quais podem contribuir sobremodo para a grandeza do Brasil.

O objetivo central desse artigo é apresentar uma reflexão sobre as implicações do denominado Fator Amazônico para o processo de gestão de políticas públicas na Amazônia brasileira. A base de dados apoia-se em pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa, de natureza qualitativa, prima por uma abordagem descritiva e analítica.

2. INTERPELAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: COMPREENDENDO O FATOR AMAZÔNICO

O termo “Fator Amazônico” foi adotado originalmente, por volta dos anos 1970 e 1980, pelos planejadores do regime militar. Eles utilizaram este termo para destacar aspectos negativos da região, que interferiam no sucesso dos empreendimentos em curso. Na verdade, era um recurso ideológico para ocultar o entreguismo das riquezas regionais aos conglomerados internacionais e também para justificar desmatamentos, a degradação ambiental daí resultante e, principalmente, a subordinação do projeto autocrático aos interesses do capital monopolista.

Após 1988, já sob o signo da ordem democrática, adotamos o termo Fator Amazônico com o objetivo de explicitar demandas e características próprias da região e, também para ressaltar que a sua complexidade socioeconômica e política não pode mais ser desdenhada, sob pena de que as diferenças regionais aprofundem desigualdades históricas que penalizam esta região. Novas pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos¹ valorizam abordagens que rompem com enfoques tradicionais prisioneiros de uma visão genérica.

É importante considerar a Amazônia no esplendor das suas exuberâncias (territorial, riquezas naturais, biodiversidade, heterogeneidade cultural, étnica, e seu povo) enquanto região estratégica para o desenvolvimento do Brasil, pela posição estratégica no mundo. Conforme destacado pela pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos:

¹ A Coleção Formação Regional da Amazônia, organizada em 4 volumes e reunindo trabalhos de dezenas de pesquisadores, com diferentes enfoques em todos os Estados da Amazônia brasileira é uma importante iniciativa nessa direção.

O capital de recursos naturais que possui (florestas, biodiversidade, recursos hídricos, minérios) coloca a região em posição estratégica, nas relações do Brasil com outros países. A região congrega 1/3 das florestas tropicais úmidas do planeta, inigualável diversidade biológica, imenso potencial genético e de princípios ativos farmacológicos de interesse para o mercado, bem como de alta relevância social (Simonian, *et al.*, 2015, p. 15).

Nesta mesma linha de abordagem, Silva (2015) destaca: “A Amazônia Brasileira corresponde a 61,2% (5.217.423 Km²) da superfície territorial do Brasil (8.515.767,049 Km²). Já no plano da Amazônia internacional, ocupa aproximadamente 50% do território da América do Sul, sendo dividida territorialmente entre nove países” (p. 35). Sendo assim, a dimensão da Amazônia Legal, constituída pela Lei nº 1.806/1953, cujos limites territoriais foram estabelecidos com base em critérios socioeconômicos, expandindo-a para além dos biomas que a caracterizam na abordagem geográfica tradicional.

Contemporaneamente compreendemos o denominado Fator Amazônico com base em perspectivas teóricas e metodológicas que sejam capazes de elucidar os desafios sociais, econômicos, políticos e ambientais que a região encerra e, ao mesmo tempo, cotejar suas possibilidades para um desenvolvimento que zele por sua preservação ambiental – sem sacralizá-la – e, principalmente, pela atenção ao bem-estar dos seus habitantes. Teixeira (2013), identifica “quatro componentes da particularidade amazônica, que já produzem agora e produzirão mais ainda, intercorrências substantivas nas políticas públicas (...)” (p. 15) e, de forma mais acentuada naquelas de corte social como a assistência social, a saúde e a educação. Mesmo considerando que sua abordagem está focada nas interpelações do Fator Amazônico para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, as reflexões da autora contribuem para uma visão mais ampliada dessas implicações em relação a outras políticas públicas. Para a autora em exame (2013), os componentes da particularidade que caracterizam o Fator Amazônico, são: “a) o território amazônico; b) as etnias amazônicas e seus diferentes paradigmas culturais; c) as tensões, violência e conflitos originados da introdução de algumas formas de propriedade na Amazônia; d) Os espaços de ausências dos referenciais republicanos” (pp. 15-16).

Esta perspectiva analítica, ao contemplar a região por diferentes aspectos, questiona as abordagens que primam por uma versão genérica e idealizada da Amazônia, isenta de conflitos de interesses de classes sociais, de povos e de etnias. Descurar destes traços que conformam a história das sociedades regionais, concorre para silenciar o grito oculto de povos e grupos sociais subalternizados pelo poder do grande capital. Abordagens sobre a Amazônia que vilipendiam os dilemas enfrentados pelos seus residentes têm contribuído historicamente para que a sua inclusão na agenda nacional do governo não ultrapasse os horizontes de interesses do capital monopolista. A aborda-

gem suscitada por Teixeira (2013), reclama dos governantes e planejadores, particularmente daqueles situados nas arenas decisórias da União, uma nova percepção sobre a região contemplando-a em sua diversidade e originalidade.

3. INTERPELAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS

Este interstício aborda interpelações decorrentes das características do território amazônico e das tensões e conflitos relacionados às disputas fundiárias. O pressuposto da argumentação consiste em dimensionar a natureza dos conflitos como sendo fundamentalmente dimanadas do questionamento sobre os direitos dos povos indígenas e de outras populações tradicionais, como quilombolas e povos das florestas, sobre o território que ancestralmente ocupam. Não são conflitos ou disputas entre indivíduos sobre a titularidade de propriedades territoriais; são disputas entre indivíduos, invasores ou não, contra uma forma particular de propriedade coletiva, legalmente reconhecida pela sociedade brasileira e, consignada constitucionalmente. O artigo 231 estabelece: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Brasil, 1988).

A negação ao direito da terra às populações tradicionais e, principalmente aos povos indígenas, consiste na negação das suas existências. Para os povos indígenas a terra tem um significado muito particular. De acordo com Ramos:

Para os povos indígenas, a terra é muito mais do que o simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural – e tão importante quanto este – é um recurso sociocultural (Ramos, 1995, p. 102).

3.1. *A vastidão territorial*

Dentre as variáveis que conformam os custos (investimentos) da gestão de políticas públicas, o território merece uma atenção especial. De par com as decisões políticas, que dizem respeito às opções governamentais para o atendimento de demandas públicas, o território é um fator relevante à definição do orçamento, pois poderá afetar diretamente a eficácia e eficiência das mesmas.

O território amazônico abordado em uma perspectiva geofísica revela-se bastante diferente das demais regiões do Brasil. Por esta razão é plausível conjecturar que a inobservância a esta variável tenderá a interferir nos pro-

dutos das ações governamentais, por meio de políticas públicas, afetando diretamente a qualidade de vida dos residentes da região. É nesta região do país, onde as distâncias físicas decorrentes da vastidão territorial, mais comprometem e oneram os deslocamentos de pessoas, de mercadorias, de produtos diversos, de insumos, etc. Os custos para a construção e manutenção de estradas, ferrovias, hidrovias, escolas, hospitais e demais equipamentos públicos estão subordinados a cálculos e valores diferentes daqueles praticados nas demais regiões do país.

A vastidão territorial associada a uma baixa densidade populacional impõem custos adicionais aos processos de efetivação das políticas em diferentes domínios: pelas particularidades dos processos de abordagens e acompanhamentos técnicos de pessoas, famílias e grupos; nas despesas relacionadas aos deslocamentos de profissionais; processos licitatórios para aquisições de material necessário à prestação de serviços; os deslocamentos dos usuários dos serviços públicos às unidades de atendimento, etc. No Brasil há uma média de 20 hab./Km²; na região amazônica essa média cai para cerca de 4,7 hab./Km². Há municípios, como Altamira, no Estado do Pará, por exemplo, que em seu território tem um distrito que fica 1.000 quilômetros (km) distante da sede.

Os municípios que integram essa região, em sua grande maioria (62,17%) têm população abaixo de 20 mil habitantes. Na sociedade brasileira são identificados pela baixa capacidade de iniciativa própria de governo em decorrência da inexpressividade dos respectivos tesouros. Conforme Arretche (2000), “o Brasil caracteriza-se pela existência de uma esmagadora maioria de municípios pequenos, com reduzida densidade econômica, dependentes de transferências fiscais e sem tradição administrativa e burocrática” (p. 17). Esta situação é mais acentuada na Amazônia. De acordo com matéria publicada por Mali (2021), dos 772 municípios da Amazônia Legal, 480 (65,02%) dependem em 90% de recursos externos para custearem as suas despesas. Este número é superior à média nacional de 48,4%. É fato que os recursos externos estão subordinados a determinação constitucional. Esta condição aplica-se, entre outras, aos repasses relacionados ao Fundo de Participação dos Municípios, ao Fundo Nacional de Saúde e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.

A repartição do orçamento na direção dos municípios valoriza os indicadores relativos ao número de habitantes por município ou, de forma proporcional, os critérios correspondentes às demandas da educação (número de matrículas no ensino básico) ou da saúde (*per capita* e investimento do poder local). Em todos os casos o governo Federal (governo da União), desdenha da heterogeneidade que conforma a República Federativa do Brasil, não cumprindo a diretriz constitucional concernente a descentralização político-administrativa para a gestão de políticas públicas. Processos de descentralização

político-administrativa das políticas públicas, contudo, não é matéria pacífica entre os entes federados. Redistribuir competências, prerrogativas e, sobretudo, recursos, mobiliza adesões e oposições de diferentes ordens. Além disto, conforme destaca a cientista política Martha Arretche:

A descentralização das políticas sociais no Brasil envolve um processo de reforma do Estado de dimensões consideráveis, sob um Estado federativo, em um país caracterizado por expressivas desigualdades estruturais de natureza econômica, social, política e da capacidade administrativa de seus governos locais (Arretche, 2000, p. 34).

A persistência na adoção de critérios uniformes para as transferências monetárias aos governos subnacionais penaliza algumas regiões, aprofundando as desigualdades regionais e, elidindo, desta forma, a constituição, no âmbito dos municípios mais dependentes, de espaços efetivos de poder político autônomo.

A descentralização político-administrativa da gestão das políticas públicas, contemplando as singularidades decorrentes do Fator Amazônico no tocante ao seu custeio, é uma pré-condição, embora não se limite a isto, para adoção de mecanismos correspondentes às demandas regionais. Vale considerar, conforme Campos (2013), “que o território amazônico é fisicamente vasto, socialmente diversificado e politicamente complexo. As suas vastidões territoriais, em alguns casos, abrigam no mesmo município diferentes sociedades, estruturadas por lógicas distintas, em uma heterogeneidade paradoxal de valores” (p. 38).

3.2. *As tensões, violência e conflitos originados pela forma da grande propriedade fundiária introduzida na Amazônia*

A violência no campo não é uma exclusividade da Amazônia e os malefícios decorrentes desse fenômeno são abundantemente conhecidos e semelhantes em outras regiões do país: a desterritorialização dos residentes; a destruição das famílias em decorrência do assassinato de seus membros; a imposição da grande propriedade e a destruição de modos de produção baseados na economia de pequena escala, familiar, etc. O que há de singular e artificial nesta região são os produtos de uma forma especial de ocupação da terra, por meio do latifúndio (produtivo ou improdutivo), com efeitos ambientais e sociais deletérios.

Na região Amazônica as tensões e conflitos no mundo não urbano decorrem de diferentes motivações e atende objetivos diversos. O principal determinante é a disputa sobre o paradigma de propriedade. O ponto mais agudo

neste sentido, está relacionado à disputa das terras de propriedade coletiva pertencentes às comunidades ancestrais, notadamente aos povos indígenas e populações quilombolas. Estas vastidões territoriais são disputadas por grandes grupos econômicos vinculados principalmente aos setores agropecuarista, mineração e madeireiras e, na presente conjuntura, contam com o apoio do governo do Sr. Jair Bolsonaro. Em flagrante desrespeito à Constituição do Brasil (art. 231 e 232), o Presidente tem empreendido esforços para eliminar os direitos destas populações sobre os territórios que ocupam. A esse respeito Truffi (2019) publicou o seguinte: “Nos últimos dias o presidente Jair Bolsonaro tem atacado os processos de demarcação², dizendo que se depender dele, não haverá mais nenhuma demarcação de terra indígena no país”.

De acordo com o relatório do Conselho Indigenista Missionário (2020), “Das 1.299 terras indígenas no Brasil, 832 (64%) delas estão com procedimentos de demarcação paralisados e as demais, em geral, encontram-se invadidas” (p. 18). Mais da metade destas terras (50,36%) estão localizadas na região Amazônica.

O empenho para negar o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas sobre estas terras, integra uma estratégia de redistribuição da propriedade entre os grandes proprietários dos setores econômicos antes mencionados, em prejuízo das populações tradicionais e do meio ambiente. Duas iniciativas do governo federal são ilustrativas nessa direção: a) o Projeto de Lei 191/2020 que permite a exploração minerária, de gás e petróleo, além da construção de hidrelétricas em terras indígenas; b) a Instrução Normativa – 09/2020, publicada pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, que permite a certificação de propriedades privadas em terras indígenas não homologadas, mesmo que em estágio de demarcação. Estas iniciativas, ao mesmo tempo em que atentam abertamente contra os direitos dos povos indígenas, desrespeitam flagrantemente, disposições constitucionais (vigentes) inscritas nos parágrafos 2º e 3º do artigo 231:

As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

As terras de que trata este artigo (terras indígenas) são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas imprescritíveis (Brasil, 1988).

Comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, povos da floresta) e povos indígenas, por exemplo, são vítimas de diferentes formas de violências,

² As demandas pela demarcação de terras indígenas no Brasil estão presentes em várias regiões, contudo, a Amazônia concentra 50,39% do total.

sendo a mais severa, a sua eliminação enquanto tipo particular de sociedade. Atualmente o povo Ianomâmi está sendo vítima de ataques criminosos por uma horda (bando) de invasores que assaltam o seu território, violam seus costumes, ritos e crenças; destroem a floresta e os assassinam, ante o silêncio, a indiferença e a convivência dos poderes públicos que deveriam proteger. São vítimas da escalada secular do genocídio e etnocídio indígena.

4. INTERPELAÇÕES ÉTICAS E POLÍTICAS

Este tópico aborda dois aspectos que compõem o significado de Fator Amazônico. Um diz respeito à diversidade étnica presente na região. Certamente incomparável com outras regiões do Brasil. O tecido social é plural em sua morfologia e em seu metabolismo. É diversificado, também, em suas manifestações culturais, nas agendas econômicas e políticas e nos valores que conformam a psicologia social regional; o outro aborda os vazios de vida cívica, a ausência de valores republicanos, o domínio da força, o despudor de agentes públicos aliados a interesses egoístas, predatórios, de indisfarçável desrespeito ao contrato social que rege o Brasil.

4.1. *A diversidade étnica e a heterogeneidade de paradigmas culturais.*

Na região amazônica, diferente da maioria do Brasil, não parece apropriado a tradicional divisão dual entre o mundo urbano e o mundo rural. O mundo não urbano, onde vive cerca de 31% da população, é conformado por uma diversidade socioeconômica, diferentes etnias e povos.

Os povos indígenas no Brasil representam mais de 305 povos, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), congregando cerca de 890 mil pessoas. Estes povos estão distribuídos em quase todos os estados da federação nacional e falam, segundo a mesma fonte, em torno de 274 línguas. Mesmo considerando que o maior grupo populacional vive na Amazônia, esta região concentra 242 povos distribuídos nos nove estados.

Concomitante, a região também abriga um número significativo de comunidades quilombolas. De acordo com informações do Instituto socioambiental (2019), o Brasil tem 5.972 comunidades quilombolas, das quais 1.739 (29,11%) estão na região amazônica. É importante registrar que dentre os 10 municípios brasileiros com os maiores números de comunidades quilombolas, 9 estão na Amazônia representados por 496 comunidades.

Também na região Amazônica vivem outras populações tradicionais que representam uma pluralidade social, econômica e cultural. Os povos da floresta, por exemplo, constituem-se em comunidades de coletores, extrati-

vistas, pequenos produtores (seringueiros, ribeirinhos, pescadores, micro agricultura familiar), operando com formas próprias de organização social, contudo, aliançados por valores éticos e políticos comuns e distintos dos povos originais. São povos e comunidades que não se relacionam com a terra e com o meio ambiente, orientados por valores liberais burgueses egoístas, consumistas e destruidores do meio ambiente. O ideal de propriedade que adotam é baseado em princípios comunitários, preservacionistas e solidários. A propriedade só faz sentido como fonte de riquezas para suprir as necessidades das gerações do presente e também as gerações do futuro. É o fundamento da solidariedade substantiva, entre as pessoas de agora e do amanhã, que os torna protetores do meio ambiente. Proteger para preservar as condições de vida.

Os valores éticos que estruturam esse modo de vida estão consignados na Constituição Brasileira como um reconhecimento da sociedade ao pluralismo étnico. De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 231 da Constituição Federal (1988), as terras indígenas:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua preservação física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (Brasil, 1988).

Esta pluralidade étnica e, esta diversidade de sociedades interpelam com diretrizes estruturantes das políticas públicas, especialmente aquelas de cortes sociais, todas concebidas a partir de valores liberais burgueses. A título de exemplo, acerca desta questão, vale destacar o ideal de família que é um eixo estruturador de grande parte das políticas sociais.

O ideal de família, na ordem burguesa contemporânea, é a expressão dos valores liberais: do individualismo, da busca do sucesso pessoal, da subordinação ao consumismo e do apego à propriedade privada. Contemporaneamente, a família constituída com base nos valores liberais, vem se comportando predominantemente como um núcleo de indivíduos competidores e, cada vez menos, enquanto um coletivo solidário orientados para objetivos comuns.

Nas famílias tradicionais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, os valores de solidariedade, de cooperação, de vida coletiva, de preservação ambiental, de pertencimento comunitário, por exemplo, se sobrepõem aos interesses individuais questionando, desta forma, a lógica estruturante e o conteúdo dos serviços, das ações e dos benefícios (individuais) que caracterizam estas políticas públicas.

4.2. *Os espaços de ausência dos referenciais republicanos*

Talvez em nenhuma região do Brasil o Estado esteja tão ausente e os valores civilizacionais sejam tão negligenciados como na região amazônica.

Para examinar os indicadores de referenciais republicanos, adotaremos, entre outros, parâmetros relacionados ao desenvolvimento humano por considerá-los relevantes na apreciação do bem estar social da população. Neste sentido, é importante destacar a pesquisa do Observatório das Metrópoles sobre a qualidade de vida nos municípios brasileiros. Em estudo publicado em 2017³, o “Observatório” apresenta as 100 cidades brasileiras com os melhores índices de desenvolvimento humano municipal (IDH-M). Nesta classificação não há municípios da região amazônica; por outro lado, na relação que classifica os 100 piores em qualidade de vida, comparecem 94 municípios da região amazônica. Esta informação corrobora e também expressa a situação de dependência destes municípios em relação aos recursos externos, não havendo possibilidades financeiras para além do atendimento de demandas ordinárias da gestão. Esta situação, não está restrita aos municípios. Ao examinar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos estados integrantes da Amazônia legal, constatamos que o desempenho médio (0,730) está abaixo da média nacional que é de 0,778, com um agravante: todos os estados da região apresentam índices abaixo da média nacional.

A pesquisa realizada pela Macroplan (2017)⁴ sobre os desafios da gestão municipal, investigou a qualidade de vida nas 100 cidades mais populosas do Brasil, dentre as quais, 11 estão situadas na Amazônia. O estudo examinou 16 indicadores em torno de 4 áreas estratégicas: educação, saúde, segurança e saneamento. Apenas uma cidade, Palmas – TO, integra o grupo das 30 melhores avaliadas; 9 estão entre as vinte com piores indicadores de qualidade de vida.

Outro indicador relevante em relação aos referenciais republicanos é a presença da Defensoria Pública nos municípios. A região amazônica tem uma taxa de provimento dos cargos da Defensoria Pública na ordem de 67,4% das vagas, significando um número ligeiramente acima da média nacional que é de 66,6%. Esta informação, todavia, precisa ser apreciada tendo em consideração a distribuição espacial destes serviços. Considerando as escalas espaciais da região, a concentração dos recursos em comarcas micro regionalizadas pode dificultar o acesso da sociedade a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos

³ O Observatório das Metrópoles é uma agência de pesquisa vinculada ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT).

⁴ A Macroplan é uma empresa de consultoria sediada no Rio de Janeiro.

direitos individuais e coletivos, conforme a disposição constitucional prevista no artigo 134. A título de ilustração dos vazios republicanos nesse domínio, elegemos dois casos que são emblemáticos. O estado do Pará tem uma taxa de provimento de 80% dos cargos, contudo, segundo matéria do GI – PA (2020, s/p): “Quase metade dos municípios paraenses estão com problemas de atendimento da Defensoria Pública. Segundo o órgão 66 municípios, 45,8% do total, estão sem defensores ou com falta de profissionais”. No estado do Tocantins a taxa de provimento é de 81,5%, no entanto, conforme Abreu (2021), sob o título “A DPE está presente em todas as comarcas do Estado”, a realidade se apresenta de forma diferente, ainda mais preocupante: as comarcas com serviços regionalizados estão presentes em 42 municípios o que representa, apenas, 30% do total. A centralização de tais recursos em alguns municípios impõe elevados custos aos cidadãos das demais localidades, dificultando a mobilização e o acesso aos serviços, sobretudo, aos cidadãos mais pobres.

Na ausência do Estado e dos correspondentes valores republicanos, o que tem lugar é o império da força. Nas regiões mais remotas onde o Leviatã (Estado) não se faz presente, onde os referenciais civilizatórios não foram desenvolvidos, a vida está subordinada aos ritos da emergencialidade, do prazer, da ganancia e da força. Em muitas áreas remotas, a vida cidadã não é um bem público; não há justiça social, inexistente a proteção aos direitos fundamentais como a vida e a dignidade humana.

Em muitos espaços, principalmente naqueles mais distantes dos grandes centros urbanos, o Estado está ausente como instrumento civilizador, e, em vários casos, comparece associado – por ação ou omissão – aos agentes criminosos, invasores de terras, de propriedade coletiva, destruidores de florestas, de rios e de povos. A tolerância com o desmatamento da floresta, por meio de queimadas criminosas, a indiferença com o assassinato de indígenas e lideranças de trabalhadores rurais, expressa a dimensão desse consórcio criminoso. É ilustrativo a esse respeito a matéria veiculada por Pajolla:

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) fiscalizou apenas 1,3% dos alertas de desmatamento na Amazônia, publicados entre 2019 e 2020 pela plataforma MapBiomas, que reúne universidades e organismos ambientais. Isto significa que o principal órgão ambiental do Brasil promoveu embargos e autos de infração em 6% das áreas desmatadas na Amazônia Legal (Pajolla, 2022, s/p).

Grande parte dos conflitos e, especialmente a exacerbação deles, muitas vezes tem relações diretas com a ausência do Estado republicano, representante e fiador do interesse público. Matéria veiculada por Dantas (2021), informa, com base em relatório da Comissão Pastoral da Terra – CPT (2021), que o número de conflitos no campo, em 2020, é o maior nos últimos 35 anos. Ainda

na matéria, de acordo com a representante da Coordenação Nacional da CPT, Isolete Wichinicki, estes conflitos são agravados em decorrência da negligência do Estado brasileiro com as populações vítimas da violência e, de forma particular, pela indiferença do governo federal em relação às demandas da região. Segundo a entrevistada:

Já percebemos, desde 2016, uma paralisação neste tipo de medidas (políticas públicas). A reforma agrária está parada e a demarcação de terras indígenas, assim como a titulação das terras quilombolas, não anda. Isso sem falar nas desregulamentações e na falta de fiscalização e gestão das unidades de conservação (Dantas, 2021, s/p).

Os formuladores de políticas públicas estão desafiados a reconhecer a Amazônia em suas singularidades, como demanda e também como recursos com características específicas. A incorporação da Amazônia à agenda nacional não pode continuar subordinada aos interesses econômicos do grande capital, é urgente a adoção de políticas públicas para assegurar direitos e proteções republicanas aos seus residentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Fator Amazônico em uma perspectiva contemporânea, positiva, afirmativa de singularidades sociais, econômicas, étnicas e territoriais interpela os formuladores de políticas públicas brasileiros, nos diferentes domínios, econômicas, ambientais, energéticas, sociais, entre outras, para considerarem a Amazônia em suas múltiplas demandas, mas, também, como fonte de recursos fundamentais para o Brasil, para o continente e para o mundo. Dito de outra forma, os governantes brasileiros estão desafiados a compreender o país como uma federação. Primeiro, no sentido do reconhecimento das unidades subnacionais como centros de poder político que necessitam adquirir viabilidade econômica e social; em segundo lugar, o desafio consiste em compreender e considerar que uma federação também é a expressão de um tecido social, econômico e cultural diverso, com localidades com características proeminentes que as singulariza na relação com as demais. E, por serem assim, precisam ser reconhecidas como demandas e como recurso. É o caso da Amazônia, que há séculos tem sido objeto de intervenções a serviço de interesses de agentes externos. Neste sentido, parece que a realidade corrobora com Pinto (2009), para quem: “a grande característica da fase contemporânea da Amazônia é que ela deixou definitivamente de ser uma área de reserva, deixou de ser um elemento de utopias e passou a ser um elemento de negócios, um elemento dos processos produtivos” (p.iii).

A descentralização político-administrativa, contemplando a redistribuição de competências, de poderes, de recursos e de responsabilidades entre o governo central e os governos subnacionais, precisa ser valorizada como uma estratégia com possibilidades de superar as desigualdades e as distorções que historicamente marcam o desenvolvimento do país. As bases políticas e éticas estão constitucionalmente estabelecidas nos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, em seu artigo 3º e incisos.

A pluralidade étnica, marca que segundo a professora Joaquina Barata Teixeira (2013), singulariza a Amazônia é uma característica positiva, pois expressa uma diversidade sociocultural que empresta grandeza em valores morais e em experiências ao conjunto da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, C. (2021). *A DPE está presente em todas as comarcas do Estado. Confira as unidades da instituição*. Defensoria Pública do Estado do Tocantins. Recuperado em 20 julho, 2022 de <https://n9.cl/kx2li>.
- ARRETCHE, M. (2000). *Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. São Paulo: FAPESP.
- BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Recuperado em 20 julho, 2022, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- CAMPOS, E. B. (Ed.) (2013). *Fator Amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social*. Belém: ICSA/UFGPA.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (2020). *Relatório contra os povos indígenas no Brasil dados de 2020*. Recuperado em 20 julho, 2022 de: <https://n9.cl/2t7yg>.
- DANTAS, J. E. (2021, maio 31). *Violência no campo: número de conflitos registrados pela CPT em 2020 é o maior dos últimos 35 anos*. Recuperado em 20 julho, 2022 de: <https://n9.cl/ii543>.
- GI PARÁ (2020, fevereiro 28). *Quase metade dos municípios do Pará estão com falta de defensores públicos, afirma DPE*. Recuperado em 20 julho, 2022 de: <https://n9.cl/b5qc5>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). *Censo Demográfico de 2010*. Recuperado em 20 julho, 2022: https://w.w.w.ibge.gov.br/indigena_censo2010.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (2019). *Quilombolas*. Recuperado em 20 julho, 2022 de <https://socioambiental.org/pt-br/tags/quilombolas>.
- MACROPLAN (2017). *Índice Desafios da Gestão Municipal – idgm*. Recuperado em 20 julho, 2022 de <https://w.w.w.macroplan.com.br>.
- MALI, T. (2021). *Quase metade das cidades brasileiras dependem em 90% de repasses*. Recuperado em 20 julho, 2022 de <https://n9.cl/umrn5>.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2017). *Qualidade de vida nos municípios brasileiros*. Recuperado em 20 julho, 2022 de <https://n9.cl/017f3>.

- PAJOLLA, M. (2022). *Impunidade: apenas 1,3% dos alertas de desmatamento foram fiscalizados pelo Ibama na Amazônia*. Recuperado em 20 de julho, 2022: <https://n9.cl/c32nlz>.
- PINTO, L. F. (2009). A Amazônia entre estruturas desfavoráveis. In. M. A. D’Incao & I. M. Silveira (Eds). *A Amazônia e a crise da modernização* (2ª ed.) (pp.109-115). Lugar: ICSA/UFGA.
- RAMOS, A. R. (1995). *Sociedades indígenas*. Lugar: Editora Ática.
- SILVA, S. S. (2015). Formação socioambiental do Estado do Acre. In. L. T. L Simonian & E. R. Baptista. (Eds.). *Formação Regional da Amazônia: Volume 3: Formação socioambiental da Amazônia* (pp. 35 a 112). Lugar: NAEA.
- SIMONIAN, L. T. L & Baptista, E. R. (Eds.) (2015). *Formação socioambiental da Amazônia*. Formação Regional da Amazônia: Volume 3. Lugar: NAEA.
- TEIXEIRA, J. B. (2013). A Amazônia e a interface com o SUAS. In. E. B. Campos. (Ed.) *Fator Amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social* (pp.12-29). Lugar: ICSA/UFGA.
- TRUFFI, RENATO (2019). *Não vou demarcar terra indígena enquanto for presidente, diz Bolsonaro*. Recuperado em 20 julho, 2022 de <https://n9.cl/gv52k>.

VULNERABILIDADE E AMAZÔNIA: NARRATIVAS JORNALÍSTICAS DO FEMINICÍDIO NA PANDEMIA DE COVID-19

LUANA FERNANDA ROSA MARTINS

Universidade Federal do Tocantins (UFT, Brasil)

CYNTHIA MARA MIRANDA

Universidade Federal do Tocantins (UFT, Brasil)

RESUMO

O capítulo tem como objetivo analisar as narrativas jornalísticas sobre os feminicídios que ocorreram no território amazônico no segundo semestre de 2021, período em que a pandemia de covid-19 se intensificou e deu visibilidade às desigualdades sociais e de gênero na Amazônia. Por meio da análise de conteúdo, foram examinados textos jornalísticos sobre feminicídio selecionados de portais de notícias de referência das capitais dos estados que compõem a Amazônia Legal. O uso da palavra feminicídio foi verificado nos textos para compreender como as narrativas jornalísticas fazem referência aos mencionados crimes.

Palavras-chave: Narrativas jornalísticas; feminicídio; Amazônia.

I. INTRODUÇÃO

O PRESENTE CAPÍTULO analisou as narrativas jornalísticas sobre os feminicídios que ocorreram no território amazônico no segundo semestre de 2021, período em que a pandemia de covid-19 intensificou e deu visibilidade às desigualdades social e de gênero na Amazônia. Em razão da ampla dimensão social do feminicídio, considerado o ápice de todas as vio-

lências contra a mulher, levantou-se a seguinte indagação: como as narrativas jornalísticas trataram desses crimes na região amazônica no período em que o mundo vivenciava os impactos de uma pandemia?

A violência contra mulher assume muitas formas, que vão além da violência física, como a violência simbólica, psicológica e patrimonial. No Brasil, desde 2006, as vítimas de violência doméstica e familiar são amparadas pela Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que configura violência contra a mulher “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (art. 5º). A lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, tendo em vista que a legislação a caracteriza como “doméstica e familiar”.

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (Lei nº 11.340, 2006).

O feminicídio, crime do assassinato de mulheres em razão do seu gênero, entrou no Código Penal Brasileiro em 2015. Após a publicação da Lei nº 13.104/2015, o crime foi tipificado como homicídio qualificado de mulheres em razão do gênero e foi incluído no rol de crimes hediondos. A pena prevista para homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos.

A primeira vez que se utilizou a palavra feminicídio foi no ano de 1976, pela ativista feminista Diana Russel. O termo foi empregado em Bruxelas, capital da Bélgica, no Tribunal Internacional sobre Crimes contra as Mulheres no âmbito da criminalização dos assassinatos de mulheres em razão do seu gênero (Radford & Russel, 1992). No contexto da América Latina, o conceito foi reapropriado por Lagarde (2005) que, em concordância com Russel, usou o termo feminicídio como uma forma de narrar os assassinatos impiedosos às mulheres seguidos da exposição de seus corpos pelas ruas de Ciudad Juárez, no México.

No Brasil, a violência contra a mulher e o feminicídio são cada vez mais pautados por diferentes veículos de comunicação, contudo geralmente são os casos mais graves que tendem a ganhar mais repercussão. Nessa direção, pensar o exercício profissional do jornalismo na perspectiva da responsabilidade social implica considerar que o mesmo assuma o compromisso de tratar os grandes problemas sociais do país para conscientizar a população sobre

eles, a violência contra mulher e o feminicídio ocupam amplo espaço entre as mazelas sociais brasileiras. Para Santos, Sanchotene, & Vaz:

Os veículos de comunicação são considerados mecanismos formadores de opinião. O combate ao feminicídio é um esforço que tem relação direta com a necessidade de uma mudança cultural e estrutural do comportamento social para mitigação desse tipo de crime. Esse esforço que deveria ser adotado pelas distintas esferas da sociedade, tem na imprensa um espaço importante para sensibilização sobre o referido problema social (Santos, Sanchotene, & Vaz, 2019, p. 9).

Nesta direção, o presente capítulo promoveu reflexões preliminares sobre as narrativas jornalísticas do feminicídio na Amazônia Legal durante a pandemia de covid-19 em portais de notícia de referência na região. A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Maranhão. O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resume ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país (IPEA, 2008).

A região amazônica apresenta acentuadas ocorrências de crimes relacionados a violência contra mulher e feminicídio por vários motivos, entre eles a desigualdade social. Para Miranda e Carvalho:

A referida região ainda concentra grandes vazios urbanos e apresenta uma diversidade de territórios onde populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas vivenciam diversos conflitos sociais e em que as mulheres da cidade, do campo, da floresta e das águas são vítimas permanentes de violências físicas e simbólicas, nem sempre retratadas pelos meios de comunicação locais, regionais e nacionais. Os crimes de feminicídio na Amazônia expressam o ápice da vulnerabilidade da vida das mulheres, resultado de uma constante privação da liberdade em diversos âmbitos de suas vidas (Miranda e Carvalho, 2022, p. 53).

Estudar narrativas do feminicídio em um território tão diverso exige compreender as nuances que as vulnerabilidades podem assumir em cada território. Para desenvolver a proposta, utilizamos como metodologia a análise de conteúdo (Bardin, 1977). A respeito das definições dos métodos de análise, Bardin (1977) afirma que a análise de conteúdo trata de um conjunto de instrumentos metodológicos em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (con-

teúdos e contingentes) extremamente diversificados e assim no presente estudo a referida metodologia oferece orientação para a análise das notícias. Assim, nosso objetivo geral foi analisar as narrativas jornalísticas do feminicídio na Amazônia como forma de reflexão sobre o papel social do jornalismo.

Nessa direção, o presente capítulo promove reflexões sobre as narrativas do feminicídio durante a pandemia de covid-19 na Amazônia. Para desenvolver a proposta, faremos uma breve revisão conceitual sobre a violência contra mulher e as narrativas jornalísticas do feminicídio e analisaremos as notícias. Por último, apresentaremos algumas considerações sobre a responsabilidade social do jornalismo na cobertura dos referidos crimes.

2. ASPECTOS CONCEITUAIS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E AS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS DO FEMINICÍDIO

A violência contra as mulheres como grave problema social no país exige amplo destaque nos meios de comunicação para que seja oferecido esclarecimento adequado para população sobre o tema. Durante a pandemia de covid-19, essa violência esteve mais latente ainda nos lares brasileiros já que com as medidas de isolamento social, as mulheres tiveram que passar mais tempo em suas casas e conviver com seus agressores o que revela uma contradição, pois o espaço doméstico que deveria ser mais seguro para as mulheres, com a pandemia tornou-se um espaço nocivo.

Dados do Instituto DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, apontaram em dezembro de 2021 que 86% das mulheres brasileiras notaram aumento na violência cometida pelo sexo masculino. Dito isso e levando em consideração esses altos índices de violência contra as mulheres na Amazônia, Miranda e Nogueira destacam que:

Ao considerar os altos índices de violência contra a mulher que o Brasil possui e a forma como afeta à sociedade, estima-se que esta seja uma pauta que os meios de comunicação se interessem, devido ao seu valor-notícia, o qual se constitui a partir de conceitos subjetivos por meio dos quais os editores avaliam o que será ou não veiculado naquele meio de comunicação (Miranda e Nogueira, 2017, pp. 165-166).

Um fato que pode ser observado nas notícias sobre feminicídio é que muitas delas revelam uma história apelativa para chamar à atenção do público mais pela barbaridade do assassinato e curiosidade do receptor, do que pelo problema em si que é a violência contra a mulher no mais elevado grau, ou seja, a morte da vítima apenas pela circunstância de ser mulher e se encontrar em condições vulneráveis ao agressor e à sociedade como um todo.

Quanto mais “espaço” um determinado assunto ganha na mídia, mais propenso fica a ocupar as discussões do imaginário social com a possibilidade inclusive de chegar ao poder público e, conseqüentemente, poderá chamar a atenção das autoridades para desenvolverem políticas públicas que possam resolver determinados problemas sociais, como é o caso da ocorrência dos feminicídios no país. Contudo, cabe questionar que nem todo feminicídio é transformado em narrativa jornalística, alguns tendem a ocupar mais espaço nos noticiários.

Vivarta (2011, p. 17) descreve que se questões como a “igualdade de gênero” motivam preocupação nos meios de comunicação e, conseqüentemente, ter diversas abordagens nas notícias das televisões, rádios, sites e outros veículos, “ela certamente será alçada à lista de prioridades da sociedade e, conseqüentemente, por pressão popular, do governo”.

Ser mulher em um contexto pandêmico e amazônico foi um desafio diante do aumento da situação de vulnerabilidade. Diante da crise mundial da saúde ocasionada pela covid-19, muitas mulheres vivenciaram, ainda mais de perto, as agressões no lar, sofridas especialmente pelos companheiros ou ex-companheiros. Um olhar direcionado às vítimas que residem na região amazônica do país aponta mulheres que estão mais vulneráveis à violência por residir em locais esquecidos pela gestão pública e conseqüentemente pelos interesses das empresas jornalísticas. Carvalho destaca sobre a forma que a mídia expõe e conta essas histórias:

A exemplo de narrativas que acabam levando ao apagamento narrativo de vítimas e tantas outras estratégias midiáticas que amplificam preconceitos, práticas de ódio e variadas modalidades de violências físicas e simbólicas contra pessoas ou coletividades. Interessa em particular refletir sobre as mídias jornalísticas como promotoras de violências – talvez mais especificamente as simbólicas – tomando como referência múltiplas facetas das relações de gênero, e mais amplamente, a realidade da Amazônia Legal (Carvalho, 2020, p. 120).

As narrativas são importantes nas diversas formas contadas porque o narrador, em particular as jornalistas e os jornalistas, não estão falando de si, mas se apropriando de outras histórias que serão levadas ao público. Por esta prerrogativa é importante ter sensibilidade com a notícia contada, mas sobretudo, na visão de Carvalho (2020), é irresponsável e “imprudente” que o(a) autor(a) se coloque na narrativa considerando “os acontecimentos segundo lógicas de supostas” questões da história, mas que, todavia, diz mais respeito à consciência individual do jornalista sobre o fato.

“Ademais, como não somos os únicos responsáveis pelas narrativas sobre nós mesmos, tampouco controlamos unilateralmente os acontecimentos que

nos afetam, é necessária atenção a outras atrizes e atores atuando nessas dinâmicas, que têm no jornalismo agente importante” (Carvalho, 2020, pp. 122-123). Na visão do autor é importante prestar atenção a todos os paradigmas envolvendo a violência contra as mulheres para que as histórias contadas através da mídia sejam um elo de coletividade em prol da luta dos direitos dos vulneráveis e não a banalização do tema violência, em sua gravidade mais insana, o feminicídio. As reportagens devem ser uma voz consciente e não o contrário. A seguir, será realizada a análise de conteúdo das notícias selecionadas de portais de notícias de referência das capitais dos estados da Amazônia Legal sobre o feminicídio para verificar como a narrativa jornalística referenciou os assassinatos de mulheres em razão de condição de gênero.

3. ANÁLISE DAS NOTÍCIAS SOBRE FEMINICÍDIO NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

Para desenvolver a proposta de análise de conteúdo sobre a narrativa jornalística do feminicídio na Amazônia Legal foi realizada uma busca de notícias com a palavra-chave “feminicídio” nos estados pertencentes à Amazônia Legal: Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso. O portal de notícia escolhido para a busca das notícias foi o G1. O mesmo pertence à Rede Globo de Televisão e suas afiliadas nos estados da Amazônia Legal, que possuem a versão estadual do portal contemplando notícias tanto das capitais como de outros municípios dos referidos estados. Trata-se de um portal de notícias de amplo alcance não apenas nas capitais amazônicas, mas nos demais municípios dos estados.

O recorte temporal escolhido para seleção das notícias foi o segundo semestre de 2021, compreendendo os meses de agosto a dezembro. O período escolhido justifica-se tendo em vista o aumento dos crimes de feminicídio na Amazônia Legal em decorrência da pandemia de covid-19, que fez com que muitas mulheres tivessem que ficar isoladas em suas casas junto com os seus agressores. Foram selecionadas nove notícias no referido período, sendo uma de cada capital do estado da Amazônia Legal. A seguir destacamos o título de cada notícia e a data da publicação:

“Mulher é morta pelo marido em frente aos filhos durante crise de ciúmes no interior do AM”, notícia publicada no dia 24 de novembro de 2021, no portal G1 Amazonas (G1 Amazonas, 2021).

“Mulher morre após ser esfaqueada e estrangulada em Rio Branco; marido é preso e confessa crime”, notícia publicada no dia 9 de julho de 2021, no portal G1 Acre (Gadelha, 2021).

“Marca de estrangulamento é fator para polícia prender suspeitos que tentaram simular suicídio de mulher em RO”, notícia publicada no dia 7 de dezembro, no portal G1 Rondônia (Núbia, 2021).

“Mulher é morta com 18 facadas durante briga com marido na zona Oeste de Boa Vista”, notícia publicada no dia 15 de julho, no portal G1 de Roraima (G1 Roraima, 2021).

“Modelo é morta a facadas pelo ex-namorado que não aceitava fim do relacionamento, diz família”, notícia publicada no dia 1º de setembro, no portal G1 do Pará (G1 Pará & TV Liberal, 2021).

“Mulher é morta na frente da filha pelo ex-namorado em São Luís”, notícia publicada no dia 27 de setembro, no portal G1 do Maranhão (G1 Maranhão, 2021).

“Mulher é morta a facadas dentro da própria casa em Macapá; PM suspeita de feminicídio”, notícia publicada no dia 14 de setembro, no portal G1 de Amapá (Pacheco, 2021).

“Técnica de enfermagem é morta a facadas na frente da filha de 12 anos e suspeito é ex-marido dela”, notícia publicada no dia 6 de dezembro, no portal G1 de Mato Grosso (G1 Mato Grosso, 2021).

“Mulher é morta a tiros na frente da família pelo ex-companheiro; suspeito tirou a própria vida”, notícia publicada no dia 24 de agosto, no portal G1 do Tocantins (G1 Tocantins & TV Anhanguera, 2021).

Com base nas notícias analisadas nos portais de cada um dos estados que compõem a Amazônia Legal, foi possível identificar que grande parte desses crimes foi cometida pelos companheiros ou ex-companheiros das vítimas, dentro da própria casa do casal ou da ex-companheira. Outra característica comum na análise destas notícias é que os feminicídios são praticados por arma branca (faca) e estrangulamento.

Das nove notícias analisadas, três estados, Maranhão, Roraima e Acre, não usaram a palavra feminicídio no título ou no corpo da matéria, o que presume que o/a jornalista que escreveu a notícia não considerou a legislação sobre o feminicídio ao relatar o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres. Os outros portais até mencionaram a palavra feminicídio, porém, de forma bastante superficial e nenhuma destas notícias especificou, de fato, o que é o crime de feminicídio.

Na pesquisa também foi possível constatar que dos nove portais analisados, apenas o G1 Amapá, com a matéria “Mulher é morta a facadas dentro da própria casa em Macapá; PM suspeita de feminicídio” citou o nome feminicídio no título da notícia. No corpo da notícia, o nome foi citado apenas uma vez.

As notícias analisadas apontam que os feminicídios ocorreram após discussão de casal e algumas das mortes aconteceram na frente dos filhos. Outra característica também comum nas histórias contadas nas notícias é que os homens não aceitavam o fim do relacionamento e matavam as vítimas. Algumas dessas mulheres possuíam medida protetiva contra o agressor e mesmo assim foram assassinadas. Os crimes ocorreram nas madrugadas e à luz do dia. Entre as notícias analisadas, as vítimas, de cor branca ou preta, pertenciam a diversas classes sociais.

As notícias analisadas nos portais de notícia dos estados da Amazônia não apresentaram informações aprofundadas sobre tais crimes e nem dados sobre a estatística desses crimes nos estados. Algumas notícias ainda deixaram a dúvida se a morte ocorreu em razão do gênero ou se ocorreu por outro motivo. Somente o G1 de Mato Grosso, na notícia “Técnica de enfermagem é morta a facadas na frente da filha de 12 anos e suspeito é ex-marido dela”, na Figura 1, mapeou os dados de feminicídio naquele estado e colocou um retrato do número de casos deste tipo de crime.

A notícia do G1 Mato Grosso também cita que 56% das mortes ocorreram nas residências das vítimas. O levantamento apontado pelo site revelou que em 38% das mortes, o principal meio empregado pelos autores dos crimes foram armas brancas (facas), como o próprio caso relatado na notícia de feminicídio analisada deste portal.

FIGURA 1. Notícia do *G1 Mato Grosso* ‘Técnica de enfermagem é morta a facadas na frente da filha de 12 anos e suspeito é ex-marido dela’.



Fonte: Adaptado de *G1 Mato Grosso* (2021).

Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ainda do ano de 2015 (a última desta natureza realizada pelo instituto), apontou que o pior estado de todo país para ser mulher é Roraima. O levantamento, publicado em uma reportagem da jornalista Valéria Bretas, na Revista Exame, dois anos depois, destacou que a “taxa de mortes no estado foi de 11,4 para cada grupo de 100 mil mulheres” (Bretas, 2017, p. 2).

Na mesma matéria, a revista indica que o número é quase três vezes maior do que a média nacional, de 4,4, e quase cinco vezes superior do que o estado mais populoso do país, São Paulo. Esse último estado, conforme mapeou o IPEA e apontou a Revista Exame, é a unidade federativa com menor índice de mulheres mortas do Brasil, 2,7 mortes para cada 100 mil habitantes.

No geral, a proporção de mulheres assassinadas tem crescido nos últimos anos. Segundo o estudo, a taxa de homicídios entre mulheres saltou 7,5% entre 2005 e 2015. Por outro lado, em alguns estados, houve melhora na variação da taxa de violência: São Paulo teve uma redução de 35% nesse período (Bretas, 2017, p. 3).

O levantamento do instituto também indica que outros estados da região Amazônica entraram no ranking com maior número de assassinatos de mulheres. Estes estados são: Rondônia, Pará, Tocantins e Amazonas, sucessivamente (Bretas, 2017).

Numa análise ampla, pode-se observar que as notícias dos portais analisados abordam de maneira superficial os casos de feminicídio e a violência contra a mulher, em um contexto mais amplo.

Em relação às vítimas, elas foram apresentadas também de uma forma superficial, sem aprofundamento sobre a história de vida da mulher assassinada ou tampouco a representação social que ela exercia na sociedade. As notícias relataram os casos de forma factual. Nenhuma delas fez menção, por exemplo, a uma possível relação da pandemia de covid-19 com o aumento de casos de feminicídio nos estados.

Miranda e Carvalho (2022) pontuam que mesmo com aumento nos estudos de comunicação de gênero no Brasil, a mídia ainda se encontra cercada de características herdadas de um país conservador, sexista e machista. As notícias, dessa maneira, são reflexo de uma sociedade de intensa desigualdade entre os gêneros, o número restrito de notícias sobre feminicídio selecionadas nos meses de agosto a dezembro de 2021 é um exemplo disso. Os feminicídios continuam ocorrendo em escalada na Amazônia Legal, a pandemia de covid-19 favoreceu esse cenário, mas muitos desses casos estão longe de serem agendados pela narrativa jornalística.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das notícias sobre feminicídio coletadas no portal G1 dos estados da Amazônia Legal apontou para a falta de aprofundamento sobre o motivo da ocorrência desses crimes e o seu aumento durante a pandemia de covid-19. As notícias trataram a ocorrência dos feminicídios de maneira factual e sem aprofundar em questões de combate e prevenção da violência, por exemplo. As reportagens analisadas silenciaram a trajetória de vida das mulheres assassinadas, ignorando o seu pertencimento familiar e social e não foi mencionado se as mulheres assassinadas sofriam outros tipos de violência pelos seus companheiros ou mesmo se elas foram ameaçadas de mortes previamente aos assassinatos. O tema deveria ganhar mais espaço na mídia de forma problematizada para que o debate sobre a violência contra mulher e o feminicídio possa alcançar, cada vez mais, a esfera social e a gestão pública para a transformação do cenário da desigualdade entre os gêneros no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BRETAS, V. (2017, 16 de julho). *Os piores estados para ser mulher no Brasil*. Recuperado em 23 de fevereiro de 2022 de <https://exame.com/brasil/os-piores-estados-para-ser-mulher-no-brasil/>.
- CARVALHO, A. C. (2020). Notas sobre relações entre acontecimento, jornalismo e violência. In C. M. MIRANDA, M. E. SOUSA, C. A. CARVALHO, & L. R. LAGE (Orgs.). *Vulnerabilidades, narrativas, identidades* (pp. 109-130). Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG.
- G1 AMAZONAS. (2021, 24 de novembro). *Mulher é morta pelo marido em frente aos filhos durante crise de ciúmes no interior do AM*. Recuperado em 23 de fevereiro de 2022 de <https://n9.cl/inxvc>
- G1 MARANHÃO. (2021, 27 de setembro). *Mulher é morta na frente da filha pelo ex-namorado em São Luís*. Recuperado em 23 de fevereiro de 2022 de <https://n9.cl/hifoc>
- G1 MATO GROSSO. (2021, 06 de dezembro). *Técnica de enfermagem é morta a facadas na frente da filha de 12 anos e suspeito é ex-marido dela*. Recuperado em 23 de fevereiro de 2022 de <https://n9.cl/sen8r>
- G1 PARÁ & TV LIBERAL. (2021, 1º de setembro). *Modelo é morta a facadas pelo ex-namorado que não aceitava fim do relacionamento, diz família*. Recuperado em 23 de fevereiro de 2022 de <https://n9.cl/aodwp>
- G1 TOCANTINS & TV ANHANGUERA. (2021, 24 de agosto). *Mulher é morta a tiros na frente da família pelo ex-companheiro; suspeito tirou a própria vida*. Recuperado em 23 de fevereiro de 2022 de <https://n9.cl/hfidg>

- GI RORAIMA. (2021, 15 de junho). *Mulher é morta com 18 facadas durante briga com marido na zona Oeste de Boa Vista*. Recuperado em 23 de fevereiro de 2022 de <https://n9.cl/ye0ia>
- GADELHA, A. (2021, 09 de julho). *Mulher morre após ser esfaqueada e estrangulada em Rio Branco; marido é preso e confessa crime*. Recuperado em 23 de fevereiro de 2022 de <https://n9.cl/arljtk>
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (2008). *O que é a Amazônia Legal? Desafios do desenvolvimento*, ano 5, edição 44. Recuperado em 23 de fevereiro de 2022 de https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:-catid=28
- LAGARDE, M. (2005). *Los cautiverios de las mujeres: madreposas, monjas, putas, presas y locas*. México D. F.: Universidad Nacional Autónoma de México.
- LEI Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília. 2006. Recuperado em 19 de fevereiro de 2022 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm.
- LEI Nº 13.104, de 9 de março de 2015. (2015) Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília. 2015. Recuperado em 19 de fevereiro de 2022 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm.
- MIRANDA, C. M., & CARVALHO, C. A. (2022). Pela adoção de visadas éticas e políticas em desafios metodológicos em perspectiva de gênero para análise de narrativas jornalísticas sobre feminicídios na Amazônia. In A. LEITE, B. LEAL, L. GHIZONI, & R. A. DARWICH (Orgs.). *Inspirações metodológicas em contextos amazônicos*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG.
- MIRANDA, C. M., & NOGUEIRA, R. D. S. (2017). A cobertura da violência contra a mulher no Jornal do Tocantins. In G. PÔRTO JR., D. T. CASTRO, G. P. MELO, & A. BACELAR (Orgs.). *Comunicação, ensino e tecnologia: experiências e discussões pertinentes à formação do profissional*. Porto Alegre: Editora Fi.
- NÚBIA, J. (2021, 07 de dezembro). *Marca de estrangulamento é fator para polícia prender suspeitos que tentaram simular suicídio de mulher em RO*. Recuperado em 14 de março de 2022, <https://n9.cl/h8epbh>
- PACHECO, N. (2021, 14 de setembro). *Mulher é morta a facadas dentro da própria casa em Macapá; PM suspeita de feminicídio*. Recuperado em 14 de março de 2022 de <https://n9.cl/2lx27>
- RADFORD, J., & RUSSELL, D. (1992). *Femicide: the politics of woman killing*. New York: Twayne Pub.

- SANTOS, A., SANCHOTENE, N., & VAZ, P. (2019). A invenção do relacionamento abusivo: sofrimento e sentido nas relações amorosas ontem e hoje. *Líbero*, 22(44), 122-135.
- VIVARTA, V. (Coord.). (2011). *Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística*. Brasília: Instituto Patrícia Galvão.

EXPERIÊNCIAS JORNALÍSTICAS INOVADORAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: OS VEÍCULOS AMAZÔNIA REAL E INFOAMAZONIA NA PANDEMIA DE COVID-19¹

ELAIDE MARTINS

Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil)

EDUARDO MIRANDA

Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil)

RESUMO

Esta pesquisa procura compreender distintas formas de manifestação da inovação no jornalismo a partir da análise de projetos especiais voltados à cobertura da pandemia de covid-19 na Amazônia brasileira. A análise recai sobre os veículos jornalísticos Amazônia Real e InfoAmazonia, incluindo, ainda, seus textos institucionais. Metodologicamente, adota-se a análise de conteúdo (Bardin, 1977), com levantamento e

¹ Este artigo resulta das aproximações da pesquisa de estágio pós-doutoral “Modos e sentidos da inovação no jornalismo: dimensões e implicações no jornalismo contemporâneo”, realizada pela Profa. Dra. Elaide Martins (PPGCOM/UFPA) e supervisionada pela Profa. Dra. Raquel Longhi (PPGJor/UFSC) no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com a pesquisa de Iniciação Científica “Experiências inovadoras em jornalismo no Brasil”, realizada pelo graduando/bolsista Eduardo Miranda no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibic) da Universidade Federal do Pará (UFPA) sob orientação da Prof. Dra. Elaide Martins, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM/UFPA).

exploração dos dados coletados nos *sites* dos respectivos veículos e uso de categorias analíticas com base em suas características e práticas. Como principais resultados, percebeu-se que a inovação nos veículos analisados se manifesta na abordagem ativista sobre a Amazônia, em seus aspectos organizacionais, produtos e serviços, como também nas formas de participação do público. Constatou-se, ainda, que ambas as iniciativas contam com parcerias e apoio financeiro, sobretudo, de plataformas e instituições internacionais, o que pode comprometer a autonomia e independência de tais experiências.

Palavras chave: Experiências jornalísticas inovadoras; Amazônia; Amazônia Real; InfoAmazonia; pandemia; covid-19.

1. INTRODUÇÃO

O EIXO CENTRAL DESTE TRABALHO está em torno das distintas formas de inovação no jornalismo, cuja premissa básica indica mudanças e possíveis melhorias em um determinado cenário. Na prática jornalística, a inovação pode ser entendida em diferentes dimensões como “nas formas narrativas, nos processos produtivos, nos dispositivos tecnológicos e/ou interativos ou mesmo nas etapas de circulação e consumo das informações” (Martins, 2018, p. 37).

Compreende-se que a necessidade de inovação no jornalismo é justificada por um contexto de reconfigurações e crises. Anderson, Brick e Shirky (2013) argumentam que a convergência digital e a internet inserem o jornalismo em uma fase pós-industrial, em que o monopólio de produção de conteúdo pode ser reduzido devido às ferramentas digitais, as quais ajudam a diversificar iniciativas jornalísticas, aumentar a concorrência e alterar o papel da audiência. Esta, por sua vez, deixa de ser o ponto-final no processo comunicacional e pode passar a colaborar com a produção de conteúdo e expressar sua opinião, principalmente por meio das plataformas de redes sociais. Nesse contexto de concorrência ampliada e de um público mais ativo e disperso pela internet, desponta uma crise no modelo de negócio baseado nos planos de assinatura e em anúncios publicitários, uma vez que a fidelização da audiência vem diminuindo e a concorrência, mais pulverizada, faz com que o preço da publicidade caia significativamente, afetando a receita das empresas jornalísticas.

Em meio a essa conjuntura, emergem arranjos jornalísticos autodenominados independentes, classificados por Fígaro, Nonato e Kinoshita (2017) como aqueles que priorizam conteúdos vinculados à justiça social, aos direitos humanos e à diversidade cultural, em oposição à narrativa hegemônica da mídia. É o caso da agência Amazônia Real e da plataforma de geojornalismo InfoAmazonia, nativas digitais e miradas neste estudo. Ambas visam atrair a audiência com suas abordagens diferenciadas e focadas em temáticas mais es-

pecíficas, voltadas a movimentos sociais, grupos minoritários e ativistas, meio ambiente e, claro, à região amazônica.

Notadamente, os jornalísticos independentes e/ou alternativos ganharam fôlego no Brasil com a popularização da internet, como bem sinaliza o Mapa do Jornalismo Independente (<https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>), lançado em novembro de 2016 pela Agência Pública com uma listagem inicial de 79 iniciativas e hoje conta com mais de 100 veículos, “que nasceram na rede, fruto de projetos coletivos e não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas” (Dip, Dias, & Aguiar, 2016). Com atuação que faz menção à mídia alternativa, esses veículos têm como uma de suas principais aliadas às ferramentas digitais, usadas tanto na produção de conteúdo como na própria criação das plataformas e em sua visibilidade no espaço público.

Apesar da facilidade de criação de *sites* na rede, esses veículos contra-hegemônicos acabam por enfrentar problemas semelhantes aos da imprensa tradicional, seja quanto às possibilidades de financiamento para sua manutenção, ou quanto às formas de atrair e fidelizar a audiência diluída na rede. Nesse viés, a inovação se apresenta como elemento primordial para a atividade, uma vez que contribui com as possibilidades de renovação do jornalismo e amplia os horizontes frente às constantes crises e necessidade de reconfiguração.

Ademais, este estudo dirige o seu olhar à Amazônia brasileira, uma região complexa devido aos grupos humanos que a ocuparam historicamente e às questões culturais, sociais e econômicas que a permeiam. Desde a trágica redução das populações indígenas a partir da vinda de exploradores europeus no ano de 1500, passando pelos clássicos ciclos econômicos demarcados pela produção da borracha extraída do látex das gigantescas seringueiras amazônicas, do ouro retirado pelos garimpos espalhados na região, pela implantação de grandes projetos de mineração de multinacionais saqueadoras até as recentes ondas migratórias, percebe-se que o uso da terra adquire diferentes contornos, sendo o espaço amazônico interpretado como um meio de subsistência, mas também de poder político e econômico.

O contexto contemporâneo é marcado pelo avanço de atividades econômicas, como a mineração, a agropecuária extensiva e grandes empreendimentos em torno delas, a exemplo de usinas hidrelétricas. Isso traz implicações socioambientais, uma vez que a região é marcada por ações de latifundiários e garimpeiros que culminam no desmatamento, na violência no campo e intensificam as disputas por terras, dentre outros conflitos, tornando evidente a vulnerabilidade de populações tradicionais, como as indígenas, quilombolas e ribeirinhos, além de outros núcleos populacionais que sofrem com a desigualdade social e a fragilidade e/ou ausência de políticas públicas e de ações do Estado.

Diante disso, o jornalismo é fundamental para denunciar e tentar mudar essa realidade, considerando-se que é o seu dever reportar os fatos e apresentar o contexto social para sua audiência, a fim de promover o debate público e incentivar medidas contra a exploração ambiental, violência e desigualdade social, situações que se amplificaram na Amazônia durante a pandemia de covid-19. Nesse sentido, esta pesquisa busca identificar, analisar e compreender distintas formas da inovação no jornalismo a partir de um olhar mais atento aos veículos InfoAmazonia e Amazônia Real, cuja abordagem prioritária é a realidade amazônica, lócus escolhido para este trabalho.

Adotamos como técnica metodológica a Análise de Conteúdo definida por Bardin (1977, p. 9) como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento”. Dentre suas etapas, iniciamos a pré-análise (planejamento e organização) por meio de pesquisa bibliográfica e leitura temática flutuante, além de levantamento e seleção de veículos no Mapa do Jornalismo Independente. Depois, partimos para a exploração e tratamento dos dados coletados nos sites dos veículos selecionados, analisando, além dos projetos especiais desenvolvidos no contexto da pandemia, as suas abas institucionais (Amazônia Real/arquivos, s.d.; Amazônia Real/especiais, s.d.; Amazônia Real/financiadores, s.d.; Amazônia Real/quem somos, s.d; Amazônia Real/transparência e melhores práticas, s.d; InfoAmazonia/mapas, s.d; InfoAmazonia/notícias, s.d; InfoAmazonia/projetos especiais, s.d.; e InfoAmazonia/sobre nós, s.d.). Vale ressaltar que, para fazer a coleta de dados, definimos o período de março de 2020, quando foi registrado o primeiro caso de covid-19 na Amazônia brasileira, até março de 2022, fechando dois anos como recorte temporal².

Ao nos debruçarmos sobre o material coletado, seguimos para mais uma etapa da análise de conteúdo, no caso, a decodificação. Aqui, a meta foi transformar os dados brutos em uma representação do conteúdo analisado, primeiramente agrupando-os para transformá-los em categorias de análise depois. Com isso, elaboramos planilhas para organizar os dados de cada veículo, como o ano de criação, linha editorial, financiamento, parcerias, projetos especiais e outros. De posse desses dados, analisou-se o conteúdo dos *sites* e as ações dos veículos voltadas à pandemia de covid-19 na Amazônia, a fim de identificar e compreender suas formas de inovação. Nessa direção, chegamos às seguintes categorias: abordagens, aspectos organizacionais, produtos/serviços e participação do público, utilizando-se diversos autores do campo da

² Em agosto de 2022, quando estávamos finalizando os relatórios de pesquisa, fizemos nova busca para atualizar os dados e, na ocasião, nenhum projeto especial novo foi identificado.

comunicação e do jornalismo para embasar as reflexões. Antes de discorrer sobre elas, convém apresentar os veículos em foco.

2. AMAZÔNIA REAL E INFOAMAZONIA

Os veículos jornalísticos em estudo surgiram na década de 2010, sendo que a agência Amazônia Real foi criada em 2012 em Manaus-AM e teve a Fundação Ford como seu primeiro financiador. Já o InfoAmazonia foi fundado em São Paulo em 2013 a partir de uma parceria entre as agências O Eco e a *Earth Journalism Network*, com financiamento das instituições *International Center for Journalists-ICFJ* e *Climate and Development Knowledge Network-CDKN*. Em relação à origem, ambos têm em comum o fato de terem sido lançados por jornalistas remanescentes da mídia tradicional: Kátia Brasil, com experiência na *Folha de São Paulo*, e Elaíze Farias, no jornal *A Crítica*, fundaram a Amazônia Real; e Gustavo Faleiros, com atuação no jornal Valor Econômico, idealizou o InfoAmazonia.

Em seus *sites*, tanto a Amazônia Real como o InfoAmazonia se autodenominam independentes. Mas de que independência estariam falando? “Geralmente se equaciona independência e autonomia no jornalismo em relação ao poder do Estado” (Lima, 2010, p. 113). Essa vertente que separa o jornalismo da influência política se relaciona à tentativa de superação da censura, em certos momentos históricos, institucionalizada, como na época da ditadura militar no Brasil. Pode-se considerar também a independência no sentido de se desvincular aos moldes econômicos da mídia tradicional, marcada pelo financiamento advindo da publicidade, “um jeito diferente de fazer o jornalismo, onde as regras do mercado e da indústria convencional não aprisionariam a criatividade e a liberdade autoral dos produtores” (Assis, Camasão, Silva, & Christofolletti, 2017).

No caso do InfoAmazonia e Amazônia Real, a independência é almejada à medida em que se aliam à pauta dos movimentos sociais e visam contestar formas de dominação, inclusive pelas ações governamentais ou atuação da classe dominante, além de buscarem meios de financiamento que visem respaldar a independência editorial/financeira. Durante a pandemia, essa independência pôde ser percebida nas abordagens ativistas que esses veículos adotaram em suas reportagens, assim como em suas ações ativistas, nas parcerias e apoios financeiros para seus projetos especiais, cujas produções estão resumidas no quadro (1) a seguir.

QUADRO 1. Projetos Especiais da Amazônia Real e InfoAmazonia voltados à pandemia covid-19.

Amazônia Real	
Projeto	Resumo
Blog Jovens Cidadãos da Amazônia	Deriva do projeto de educação midiática “Oficina Jovens Cidadãos”, cujo público-alvo são as comunidades tradicionais da Amazônia. O objetivo é a aprendizagem de produção de conteúdo em <i>podcast</i> , vídeos, fotografias e texto para mídias digitais. Com a pandemia de covid-19, o projeto focou-se na ação de comunicadores indígenas a respeito das formas de enfrentar a crise sanitária. Este projeto conta com o financiamento do <i>Rainforest Journalism Fund</i> e com o apoio do <i>Pulitzer Center</i> para oferecer equipamentos, como aparelhos móveis, e bolsas de produção de conteúdo.
Um Vírus e Duas Guerras	Trata-se de “uma série de reportagens que monitora a violência contra a mulher e feminicídios na pandemia e é realizado em parceria entre os veículos Amazônia Real, Agência Eco Nordeste, AzMina, #Colabora, Marco Zero Conteúdo, Ponte Jornalismo e Portal Catarinas” (Amazônia Real <i>et al.</i> , 2021).
#CoberturaCovid19Amazônia	Composto por um conjunto de matérias, é financiado pela <i>Google News Initiative</i> , tem o intuito de investigar, supervisionar, informar e reportar os impactos socioculturais do coronavírus nas populações tradicionais da região amazônica.
Marcas da Covid na Amazônia	É apoiado pela organização <i>Open Society Foundations</i> no âmbito da cobertura jornalística da pandemia. Reúne reportagens sobre diferentes aspectos da pandemia como ações governamentais, situação hospitalar, impactos econômicos, vacinação, entre outros.

InfoAmazonia	
Projeto	Resumo
Amazônia Sufocada	Produzido com o apoio financeiro do <i>Rainforest Journalism Fund</i>, em parceria com o <i>Pulitzer Center</i>, foi lançado em 2020, faz cobertura especial sobre queimadas, desmatamento e suas consequências na saúde da população amazônica com forte componente respiratório na pandemia. Com uma equipe de cinco profissionais, traz três frentes de atuação: 1 Mapa interativo com visualização em tempo real dos focos de calor e dados do sensor VIIRS do satélite S-NPP, da Nasa. 2 Reportagens, relatos das populações locais e narrativas reforçando os dados dos mapas. 3 Plataforma de <i>bot</i> no Twitter (atual X), que envia mensagens diárias alertando sobre os pontos críticos de fogo no mapa.
Engolindo Fumaça	Lançado em 2021, tem proposta semelhante ao projeto “Amazônia Sufocada”, investigando efeitos da poluição do ar causada pelas queimadas sobre a saúde da população amazônica no contexto da pandemia. Contudo, seu diferencial é o painel de dados, ao invés de mapas. Sua equipe é formada por 21 profissionais, entre jornalistas, geógrafos e estatísticos do InfoAmazonia, em parceria com pesquisadores do LabGama, da Universidade Federal do Acre, e do Observatório Clima e Saúde/ICICT, da Fiocruz. O projeto utiliza dados de satélite e da base do DataSus referentes a 2020 e recebeu apoio da bolsa de jornalismo <i>John S. Knight</i> e do programa <i>Big Local News</i>, da Universidade de Stanford.
Pandemias na Amazônia	Mapeamento em que os indígenas relatam suas visões e estratégias frente à pandemia de covid-19. O projeto foi desenvolvido em parceria com o Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena da Universidade Federal do Amazonas (NEAI/UFAM) e permite às comunidades e/ou seus mediadores inserirem, em uma plataforma digital, conteúdo de texto, áudio e vídeo.

InfoAmazonia	
Projeto	Resumo
Visões do Coronavírus	Depoimentos e representações artísticas na cosmovisão e nas práticas ancestrais dos povos indígenas amazônicos de quatro países – Brasil, Peru, Colômbia e Equador. Possui parcerias com o <i>site</i> peruano <i>Ojo Público</i> , o portal colombiano <i>El Telespectador</i> e com a <i>Revista Vistazo</i> , do Equador. Tem apoio orçamentário de <i>Rainforest Journalism Fund</i> e <i>Ford Foundation</i> .
Monitor Covid-19	Mapeamento diário por meio de dados do portal <i>Brasil.io</i> dos casos de infecção e óbitos decorrentes do novo coronavírus em estados e municípios da região.

Fonte: Autoria própria com dados da pesquisa (2022).

Ao nos debruçarmos sobre os projetos especiais voltados para a pandemia de covid-19 produzidos pelos dois veículos em foco, é possível destacar algumas constatações. No caso da Amazônia Real, com exceção do projeto “Um vírus e duas guerras”, lançado em junho de 2020 e atualizado até 2021, os demais projetos seguiram publicando conteúdo até 2022, evidenciando a construção de uma narrativa expandida e continuada. Quanto ao InfoAmazonia, produziu cinco projetos enfocando a pandemia, entre séries de reportagens, mapeamentos e serviços. Destaca-se o uso de recursos audiovisuais e interativos nos mapas, infográficos, linhas do tempo e no uso de serviços em redes sociais para os usuários. O conjunto de projetos deste veículo manteve suas publicações até 2021, com exceção do “Monitor Covid-19”, que seguiu seu monitoramento até 2022 e “Amazônia Sufocada”, com conteúdo ainda em 2023, reforçando a continuidade e expansão da narrativa.

3. FORMAS DE INOVAÇÃO NOS VEÍCULOS EM FOCO

Partindo da concepção de inovação no jornalismo em distintas dimensões, como nas narrativas, processos produtivos, produtos, gestão etc. (Martins, 2018), examinamos as ações e conteúdos dos veículos Amazônia Real e InfoAmazonia para identificar suas possíveis formas de inovação, as quais foram adotadas enquanto categorias de análise. Ressaltamos que, apesar de identificar a presença da inovação em suas narrativas, não nos detivemos à abordagem desta dimensão neste trabalho porque já analisamos as narrativas

em pesquisas anteriores, a exemplo de Martins e Miranda (2020); Miranda e Martins (2020); Macedo e Martins (2020); Martins (2022). No presente trabalho, enfocamos as formas inovadoras a seguir:

3.1. *Inovação nas abordagens*

Os *sites* da Amazônia Real e do InfoAmazonia apresentam aspectos inovadores na medida em que adotam abordagens diferenciadas e ativistas em suas produções, defendendo os direitos dos cidadãos (Soares, 2009), a democratização do acesso à informação e as comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas...), movimento sem-terra, vítimas de barragens etc. Nesse sentido, valorizam grupos invisibilizados ao enfatizar seus relatos e posicionarem-se a favor de suas lutas. Dentre os projetos especiais, como o “Pandemias na Amazônia” e o “Visões do coronavírus”, ambos do InfoAmazonia, há mapeamento colaborativo de textos e relatos sobre experiências de comunidades tradicionais com relação à covid-19, dando visibilidade à cultura local e aos modos de interpretar o mundo.

No *site* da Amazônia Real, o “Blog Jovens Cidadãos” permite que a juventude indígena possa enviar imagens e textos. Os quilombolas também são enfatizados pela agência na série “Marcas da Covid-19 na Amazônia” e a questão da violência contra a mulher entra em pauta no especial “Um vírus e duas guerras”, produzido em parceria com outros veículos alternativos. Tais abordagens refletem a linha editorial desses veículos. Em seu *site*, a Amazônia Real se descreve praticante de “Jornalismo independente e investigativo que dá visibilidade às populações e questões da Amazônia” (Amazônia Real/quem somos, s.d.).

Já o InfoAmazonia se apresenta como “veículo independente que utiliza dados, mapas e reportagens geolocalizadas para contar histórias sobre a maior floresta tropical contínua do planeta” (InfoAmazonia/ sobre nós, s.d.). Portanto, ambos se inserem na lógica do jornalismo especializado, classificado como uma prática disseminada no século xx “para atender às distintas necessidades da nova sociedade industrial diante da segmentação do conhecimento, com leitores exigindo cada vez mais profundidade informativa e um conteúdo melhor elaborado” (Moral & Ramírez, 1993, *apud* Belmonte, 2017, p. III).

Isso favorece a prática do ativismo (Martins, 2022), que nos veículos analisados pode ser percebida na defesa de lutas sociais e no engajamento para mudar a realidade amazônica. Comumente, jornalismo e ativismo encontram obstáculos para caminhar juntos, uma vez que a narrativa ativista não condiz com certos ideais jornalísticos clássicos, como a objetividade e imparcialidade, sob os quais os fatos “falariam” por si, sem fazer juízo de valor. Christofolletti

(2004, p. 92) destaca que tais ideais servem “como um ritual estratégico que preserva o profissional de críticas à qualidade de seu trabalho, de questionamentos a sua legitimidade, de acusações de parcialidade em uma cobertura” e que, portanto, dão credibilidade ao discurso jornalístico no debate público.

Se por um lado, a prática ativista desses veículos foge ao ideal da imparcialidade, por outro traz inovação ao jornalismo ao assumir posicionamentos, opiniões e defesa de seus ideais nas reportagens (Martins, 2022), logo, indo além dos editoriais. Assim, os dois veículos reforçam o compromisso jornalístico em atender ao interesse público pela adoção de uma investigação detalhada, no caso, sobre questões que permeiam a região amazônica, como desmatamento, mineração, poluição e agropecuária, fazendo oposição aos interesses de grandes empresas, latifundiários e investidores que estão por trás do agravamento de problemas ambientais. Trata-se, portanto, de uma tentativa “de reverter a lógica das instâncias de poder, contrapondo-se à dominação estabelecida” (Martins, 2022, p. 100). Tal posicionamento sinaliza que esses veículos não estão atrelados aos interesses hegemônicos como na maioria das vezes observamos na mídia tradicional, em que o capital que explora a Amazônia acaba, de certa forma, financiando o jornalismo por meio de patrocínios e publicidade.

3.2. *Inovação organizacional*

Essa forma de inovação pode ser percebida sob dois aspectos que, de certa forma, se interligam: financeiro e colaborativo. Ao propor práticas distintas da mídia tradicional e que garantem sustentabilidade financeira em um cenário de crise intensificada pela convergência digital, conforme abordado, as iniciativas independentes vêm buscando novos modelos de negócio. No que tange à Amazônia Real e InfoAmazonia, foi necessário o apoio de instituições de fomento ao jornalismo para que ambos pudessem realizar seus projetos. Como já citado, a Amazônia Real contou com a Fundação Ford como primeiro financiador; e o InfoAmazonia conta com recursos das instituições *ICFJ* e *CDKN*. Receberam, ainda, financiamento institucional para projetos específicos, como da *Open Society Foundations* para o “Marcas da Covid-19 na Amazônia”, da Amazônia Real, e do *Rainforest Journalism Fund* para o “Amazônia Sufocada”, do InfoAmazonia.

Se por um lado os recursos dessas instituições são fundamentais para manter os veículos e seus projetos, convém ressaltar que somente esta via de arrecadação pode colocar em xeque sua independência, pontuada como diferencial por esses veículos. Citado em artigo de Nelson Sá (2013) na coluna Ilustríssima da Folha de S.Paulo, Mauro Porto, então coordenador do projeto “Mídia e liberdade de expressão” da Fundação Ford, declara que esta funda-

ção não tem o intuito de ser o pilar da mídia alternativa na América Latina e incentiva que seus parceiros não dependam exclusivamente dela, uma vez que isso significa “uma ameaça à sustentabilidade e à independência financeira” (Sá, 2013).

Entretanto, alguns passos rumo à tão almejada independência têm sido praticados, como a adoção do financiamento coletivo recorrente pela Amazônia Real. Também chamado de *crowdfunding*, esse modelo de negócio ocorre quando um grupo de pessoas apoia financeiramente determinado projeto em função de suas causas e/ou valores (Sequeira, 2013). Na prática jornalística, isso se evidencia pela colaboração financeira de usuários às atividades desses veículos. No caso da Amazônia Real, ocorre por meio da plataforma Catarse na qual o público pode contribuir mensalmente a partir de R\$20,00 recebendo recompensas, como aparecer na galeria de apoiadores do *site*, participar de grupo de discussão no *Facebook*, votar/escolher reportagens a serem produzidas pela equipe etc.

Portanto, o *crowdfunding* pode ser considerado inovador no jornalismo, visto que além de diversificar os modelos de negócio, leva o veículo a se aproximar do público que, por sua vez, tende a conferir credibilidade ao trabalho exercido pelos veículos e reconhecer a necessidade do financiamento, apoiando projetos e engajando-se. O financiamento coletivo recorrente foi a principal forma de financiamento considerada inovadora percebida na Amazônia Real, enquanto o InfoAmazonia se restringe ao apoio de instituições filantrópicas. Isso evidencia que ambos os veículos, principalmente o InfoAmazonia, precisam encontrar outros modelos de negócio para viabilizar sua independência e sustentabilidade financeira.

Outro aspecto de inovação organizacional percebido nos veículos em análise trata-se da cooperação entre os meios. Se na mídia tradicional ainda impera a concorrência entre diferentes grupos, na agência Amazônia Real e no InfoAmazonia há parcerias para republicação de conteúdo e produção de reportagens em sistema de colaboração com outros veículos. Essa lógica de atuação está em consonância com uma dinâmica mais colaborativa no jornalismo, considerando-se a união de diferentes vozes e de organizações midiáticas com o intuito de produzir e divulgar material jornalístico, assim como de reduzir custos e resolver possíveis problemas de logística no contexto amazônico.

Em ambos os veículos, notam-se parcerias com a Agência Pública, Diálogo Chino, Projeto Colabora, O Eco, Ponte Jornalismo e outros. Vale ressaltar que algumas ocorrem no âmbito internacional, como a parceria entre a Amazônia Real e a agência de notícias EFE, formada por países ibero-americanos com sede na Espanha; e a colaboração entre InfoAmazonia e o *site* de notícias

peruano *Ojo Público*, o portal colombiano *El Telespectador* e a revista equatoriana *Vistazo*.

Dessa forma, compreende-se que a cooperação entre os veículos visa superar barreiras – geográficas, financeiras etc. – na execução de reportagens investigativas, barreiras essas impulsionadas pela redução de profissionais nas redações³ e pelo alto custo das produções, principalmente em uma região como a Amazônia, que exige maiores deslocamentos devido à grande extensão territorial. Além do ganho no quantitativo de profissionais e da racionalização de custos na produção, a cooperação entre os veículos também pode criar uma espécie de rede de proteção ao trabalho, especialmente em casos que envolvam disputas de poder, contendo possíveis represálias aos profissionais.

3.3. *Inovação em produtos e serviços*

Nesta dimensão da inovação, destaca-se o trabalho do InfoAmazonia com a construção de mapas e infográficos interativos sobre os temas abordados em seus projetos, como desmatamento, queimadas, mineração, pecuária, enchentes e covid-19 na região. Há uso de dados de órgãos governamentais, como IBGE e INPE, além de dados do portal Brasil.io, que compila informações das Secretarias Estaduais de Saúde sobre a pandemia de covid-19. Há a opção de baixar mapas de acordo com a personalização feita pelo usuário, delimitando o resultado conforme as áreas de interesse e os filtros utilizados no desenho de seus próprios mapas – um recurso valioso em pesquisas, levantamentos de dados e reportagens de outros veículos, por exemplo. Essa opção pode ser considerada um serviço dentro de um produto oferecido ao público, visando melhorar a experiência do usuário com os dados e conteúdos disponibilizados e constituindo-se, inclusive, uma forma de inovação no fazer jornalístico.

Além de produção noticiosa, os veículos disponibilizam outros produtos e serviços para seu público. Na Amazônia Real, o projeto “Blog Jovens Cidadãos” volta-se à educação midiática por meio de oficinas de produção de *podcast*, vídeos em celular, fotografias, textos para mídias digitais e combate à desinformação nas redes sociais. As oficinas visam diminuir a desigualdade

³ Até 20 de janeiro de 2023, o InfoAmazonia contava com uma equipe fixa de 14 profissionais e uma ampla rede de profissionais e veículos na Pan-Amazônia. Já a Amazônia Real contava com quatro editores e sete profissionais entre colaboradoras, consultoras, social media e designer em sua equipe fixa, além de uma rede de 18 jornalistas, 10 colunistas e 15 comunicadores da Amazônia brasileira.

no acesso à mídia e incentivar grupos minoritários a serem protagonistas de suas próprias histórias. Já no InfoAmazonia, o projeto “Amazônia Sufocada” presta assistência às comunidades vulneráveis a queimadas por meio do serviço de alerta feito por meio de robô/*bot* na rede social *Twitter*. Desse modo, essas iniciativas almejam ampliar o papel social do jornalismo, servindo ao interesse público, o que reforça a visão de Varoni (2017) de que inovar no jornalismo é causar impacto social.

3.4. *Inovação na participação do público*

A participação mais ativa, que pode levar à adesão e ao engajamento do público, é um dos pontos-chave na lógica de sustentabilidade financeira dos veículos que almejam independência. Em nossa análise, podemos destacar, novamente, os serviços de alerta do projeto “Amazônia Sufocada” e os relatos nos projetos “Visões do coronavírus” e “Pandemias na Amazônia”, ambos exemplos de participação no InfoAmazonia. Neste último, a plataforma disponibiliza um formulário em que indígenas podem relatar suas experiências e estratégias em relação à pandemia de covid-19. Pensar a participação ativa enquanto dimensão da inovação no jornalismo, nos leva a considerar também a adesão financeira dos usuários que, ao se identificarem com os ideais, valores e linha editorial dos veículos, podem ficar mais suscetíveis à colaboração, a exemplo do financiamento coletivo na Amazônia Real. Ainda nesta agência, o projeto “Blog Jovens Cidadãos”, como dito, procura promover educação midiática, algo importante para envolver o público, preservar a democracia e reafirmar o papel do jornalismo na abordagem de temas relevantes e/ou conflitantes no tecido social. Portanto, os veículos, ao ampliarem as possibilidades de envolvimento do usuário, valorizam o papel mais ativo exercido pelo público com a consolidação de meios digitais de comunicação, cujas ferramentas permitem criar, compartilhar e propagar conteúdos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os veículos jornalísticos digitais independentes enfrentam uma certa dualidade em suas vivências: ao mesmo tempo em que a digitalização facilita a criação e/ou ampliação de iniciativas desse tipo, há impasses na adaptação das práticas e da sustentabilidade financeira no contexto de convergência digital. O chamado jornalismo pós-industrial aponta mudanças no papel desempenhado pelo público, desprendendo-se de sua passividade anterior e se tornando um usuário mais atuante e relevante. Além disso, com a expansão do jornalismo digital nesse contexto pós-industrial, emerge uma crise naquele

já citado tradicional modelo de negócios por conta da queda na arrecadação publicitária. A necessidade de encontrar alternativas de financiamento exige práticas inovadoras, sobretudo para quem busca autonomia e independência. Assim, veículos como a agência Amazônia Real e a plataforma InfoAmazonia enfrentam muitos desafios devido à restrição nas modalidades de financiamento e aos impasses para que não se comprometa a prerrogativa da tão desejada independência.

Nesse cenário, entra em cena a inovação, cujo papel no jornalismo, evidenciado nesta pesquisa, é a busca de soluções e aprimoramento para as atividades jornalísticas. Tal inovação pode se manifestar em diferentes dimensões e ser analisada por meio de categorias distintas. Adotando a análise de conteúdo para nos debruçarmos sobre os dados coletados, a presente pesquisa apontou para as seguintes categorias analíticas: inovação nas abordagens, nos aspectos organizacionais, nos produtos/serviços e na participação do público.

Como destaque dentre as formas de inovação nos dois veículos observados, questão que norteia esta pesquisa, apontamos as abordagens ativistas sobre temas da complexidade amazônica, como desmatamento, agronegócio, conflitos de terra, mineração, ações governamentais e a situação de grupos vulneráveis, a exemplo das comunidades indígenas e quilombolas em meio à pandemia. Aliada ao ativismo, soma-se a utilização de recursos multimídias para delinear a narrativa produzida, com ênfase aos mapas e infográficos elaborados pelo InfoAmazonia a fim de melhorar a experiência e a absorção de dados extraídos pelo usuário com relação às temáticas trabalhadas. O público aparece como parte fundamental da constituição das narrativas desses veículos, visto a presença de canais de compartilhamento de relatos, como nos projetos “Pandemias na Amazônia” e “Visões do coronavírus” do InfoAmazonia e no destaque à fala dos grupos indígenas e quilombolas em reportagens especiais da Amazônia Real, assim como a educação midiática tão presente no “Blog Jovens Cidadãos da Amazônia” e nas oficinas promovidas por esta agência.

Além disso, pontua-se como relevante o fato de os usuários contribuírem financeiramente com a Amazônia Real por meio de financiamento coletivo, sem o vínculo que a assinatura tradicional exige para o acesso ao conteúdo. Destaca-se que essa contribuição pode ser feita de forma livre, ou seja, de acordo com o valor que cada usuário queira doar, constituindo-se, assim, um dos pilares de sustentabilidade do veículo. Nesse cenário de viabilização das produções, a colaboração entre veículos é presente por intermédio de parcerias para a produção de reportagens especiais entre diferentes veículos como Agência Pública, O Eco, Ponte Jornalismo, Projeto Colabora, Repórter Brasil e outros já citados, uma forma inovadora de reduzir custos, otimizar a prática investigativa e ampliar a divulgação de seus conteúdos.

Dentre os pontos negativos percebidos nas experiências jornalísticas analisadas, podemos destacar a pouca diversificação de formas de financiamen-

to, principalmente no InfoAmazonia, o qual se baseia preponderantemente em financiamento institucional. Não há dúvida de que essa restrição pode comprometer o ideal de autonomia e de independência que tais experiências pretendem alcançar, considerando-se que boa parte das organizações filantrópicas derivam de grandes empreendimentos capitalistas, como a Fundação Ford, financiadora de ambos os veículos, cuja criação se dá em meio à trajetória da empresa automobilística Ford, a qual historicamente teve ações de exploração da região amazônica, a exemplo da construção da cidade de Fordlândia no estado do Pará, no fim do ciclo da borracha, na década de 1920. Tal impasse nos modelos de negócio é um elemento caro ao jornalismo de cunho independente, que pode ser utilizado como fruto de análise em pesquisas futuras.

Logo, constata-se que, apesar das dificuldades e certas contradições, as iniciativas estudadas têm muito a contribuir para o debate público, especialmente em um cenário como o amazônico, cujos acontecimentos não são trabalhados com tanta minuciosidade e compreensão da complexidade regional no âmbito da mídia hegemônica. Dessa forma, veículos dessa natureza possibilitam formas de engajamento ao público, que é convidado a participar de debates, de campanhas e de ações de resistência, visando mudanças nos aspectos político, social e ambiental da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMAZÔNIA REAL, AzMINA, #COLABORA, ECO NORDESTE, MARCO ZERO CONTEÚDO, PONTE, & PORTAL CATARINAS. (2021, 8 de março). *Um vírus e duas guerras: na pandemia, três mulheres foram vítimas de feminicídio por dia*. Recuperado em 1º de fevereiro de 2022, de <https://ponte.org/um-virus-e-duas-guerras-violencia-mulher-pandemia-feminicidio/>.
- AMAZÔNIA REAL. (s.d.). *Arquivos*. Recuperado em 31 de janeiro de 2022, de <https://amazoniareal.com.br/arquivos/>.
- AMAZÔNIA REAL (s.d.). *Especiais*. Recuperado em 31 de janeiro de 2022, de <https://amazoniareal.com.br/especiais/>.
- AMAZÔNIA REAL. (s.d.). *Financiadores*. Recuperado em 1º de fevereiro de 2022, de <https://amazoniareal.com.br/financiadores/>.
- AMAZÔNIA REAL. (s.d.). *Quem somos*. Recuperado em 1º de fevereiro de 2022, de <https://amazoniareal.com.br/quemsomos/>.
- AMAZÔNIA REAL. (s.d.). *Transparência e melhores práticas*. Recuperado em 1º de fevereiro de 2022, de <https://amazoniareal.com.br/transparencia-e-melhores-praticas/>.
- ANDERSON, C. W., BELL, E., & SHIRKY, C. (2013). Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. *Revista de Jornalismo ESPM*, 5(3), 30-89.

- ASSIS, E., CAMASÃO, L., SILVA, M. R., & CHRISTOFOLETTI, R. (2017). Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea. *Pauta Geral - Estudos em Jornalismo*, 4(1), 3-20.
- BARDIN, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BELMONTE, R. V. (2017, julho/dezembro). Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 6(2), 110-125.
- CHRISTOFOLETTI, R. (2004). *A medida do olhar: objetividade e autoria na reportagem*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- DIP, A., DIAS, M., & AGUIAR, T. (2016). Especial: o mapa do jornalismo independente – Sobre. *Agência Pública*. Recuperado em 4 de novembro de 2021, de <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/sobre/>.
- FIGARO, R., NONATO, C., & KINOSHITA, J. (2017). *Jornalistas em arranjos econômicos independentes de corporações de mídia: métodos e análises iniciais*. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba, PR, Brasil.
- INFOAMAZONIA. (s.d.). *Mapas*. Recuperado em 3 de março de 2022, de <https://infoamazonia.org/maps/>.
- INFOAMAZONIA. (s.d.). *Notícias*. Recuperado em 3 de março de 2022, de <https://infoamazonia.org/noticias/>.
- INFOAMAZONIA. (s.d.). *Projetos Especiais*. Recuperado em 3 de março de 2022, de <https://infoamazonia.org/projects/>.
- INFOAMAZONIA. (s.d.). *Sobre nós*. Recuperado em 3 de março de 2022, de <https://infoamazonia.org/sobre/>.
- LIMA, V. A. (2010). *Liberdade de expressão x liberdade de imprensa: direito à comunicação e democracia*. São Paulo: Publisher Brasil.
- MACEDO, T., & Martins da Cunha, E. (2020). Em busca da inovação: os especiais multimídia para comunicar a ciência em uma instituição da Amazônia. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, 144, 279-298.
- MARTINS, E. (2018, janeiro/abril). Modos e sentidos da inovação no jornalismo. *Comunicação & Inovação*, 19(39), 35-49.
- MARTINS, E. (2022). Ativismo e resistência em tempos de pandemia: as narrativas de coletivos jornalísticos sobre a Amazônia brasileira. In A. C. Sardinha, V. M. A. LIMA, E. C. LARA, V. BELMONTE (Orgs.). *Decolonialidade, comunicação e cultura* (pp. 90-129). Macapá: UNIFAP.
- MARTINS, E., & MIRANDA, E. (2020, 17-20 de novembro). *Amazônia narrada em tempos de pandemia: a produção de coletivos jornalísticos na região*. Anais do IV Encontro de Antropologia Visual da América Amazônica-EAVAAM. Belém, PA, Brasil. Recuperado em 13 de novembro de 2021, de <https://eavaam.com.br/anais/edicao2020/>.
- MIRANDA, E., & MARTINS, E. (2020). *Inovação em tempos de pandemia: a produção de coletivos jornalísticos sobre a Amazônia*. XIII Simpósio Nacional da ABCiber-Virtualização da vida. Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- MORAL, J., & RAMÍREZ, F. (1993). *Fundamentos de la información periodística especializada*. Madrid: Síntesis.
- SÁ, N. (2013). Quem paga a conta. *Folha de S.Paulo, Ilustríssima*. Recuperado em 22 de novembro de 2021, de <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/09/1334461-quem-paga-a-conta.shtml>.

- SEQUEIRA, J. S. C. (2013). Crowdfunding no Brasil: possibilidades teóricas para o sucesso do financiamento coletivo realizado via redes sociais digitais. *Revista Belas Artes*, 13(3).
- SOARES, M. C. (2009). Jornalismo e cidadania, em duas abordagens. In M. M. VICENTE (ed). *Comunicação e cidadania* (pp. 55-70). Bauru: Edusc.
- VARONI, P. (2017, 2 de outubro). *Inovar em jornalismo é causar impacto social*. Observatório da Imprensa, Projo, ed. 960, ano 24, nº 1301. ISSN 1519-7670. Recuperado em 27 de novembro de 2021, de <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/inovacao/innovar-em-jornalismo-e-causar-impacto-social/>.

PARTE III

SOCIEDADE, ECONOMIA E EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL – MAPEAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ENTRE ESCOLAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, DO CAMPO E DE FRONTEIRA NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL

RENATA MONTECHIARE

Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil)

RESUMO

Escolas indígenas, quilombolas, do campo e da fronteira norte do Brasil vêm desenvolvendo práticas educativas contextualizadas e coerentes com seus modos de vida. Apesar da pouca repercussão que suas ações costumam ter no cenário de debates da educação nacional, são experiências com resultados expressivos e de grande inspiração também para escolas urbanas. Este trabalho apresenta pesquisa realizada ao longo de 2020 sobre escolas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. A metodologia adotada foi a filtragem do Censo da Educação Básica, produção de mapa georreferenciado e aplicação de formulário junto aos docentes para construção das matrizes dos projetos educativos identificados. A pesquisa resultou em um livro e quatro cadernos temáticos publicados. Foram identificadas mais de cento e quarenta e seis mil escolas no escopo da pesquisa e sua forte articulação comunitária tornou-se a característica em destaque, além da coerência de suas propostas pedagógicas com a vida local.

Palavras-chave: Educação intercultural; educação escolar indígena; educação escolar quilombola; educação do campo; fronteira.

I. INTRODUÇÃO

ESTE TRABALHO TRATA DE PESQUISA realizada ao longo de 2020 sobre práticas educativas desenvolvidas por escolas indígenas, quilombolas, de fronteira e do campo nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Escolas com esse perfil possuem pedagogias particulares, que pouco dialogam com os critérios hegemônicos urbanos das avaliações educacionais nacionais. A partir daí, surge a hipótese de que têm resultados pedagógicos expressivos, embora dentro de critérios próprios ao conjunto o qual integram. Conhecê-los tornou-se o objetivo principal da pesquisa, cuja estratégia utilizada foi a prévia identificação e mapeamento, e posterior aplicação de questionário junto aos professores ou coordenadores das práticas educativas realizadas.

Trabalhamos em grupo com dez pesquisadoras¹, a maioria originária dos povos e comunidades pesquisados ou integrantes de suas redes. Num primeiro momento, ser membro dos grupos pesquisados foi uma decisão institucional dos promotores da pesquisa². Incentivar a diversidade cultural e o envolvimento das populações tradicionalmente “objeto” de pesquisa em posições de opinião e decisão são bases regulares do trabalho institucional. Este fato, no entanto, tornou-se absolutamente central para a realização da investigação: com o fechamento das escolas a partir de março de 2020, em função da pandemia de covid-19, mapeá-las só foi possível porque as pesquisadoras conheciam redes de educação, escolas e comunidades.

Conhecemos, mapeamos e quantificamos a variedade de práticas educacionais realizadas por escolas do escopo da pesquisa por meio da filtragem do Censo da Educação Básica e da produção de um mapa georreferenciado. Aplicamos questionário aprofundado junto à equipe das escolas de dezesseis das setenta e quatro práticas identificadas e publicamos cinco volumes sobre elas.

As análises produzidas apontam para a centralidade da participação comunitária para o bom rendimento da escola. A presença da comunidade parece ser garantidora, em primeiro lugar, da própria existência da escola no território, e em segundo, da coerência entre a pedagogia aplicada e a vida local.

¹ Grupo de pesquisa: Rita Gomes do Nascimento, Laise Diniz, Givânia Silva, Nádia Cardoso, Debora Mate, Karla Fornari, Kamila Wanderley, Zuila Santos, Renata Montechiare, Karen Kristien, André Lázaro.

² A pesquisa foi realizada pela Flacso Brasil com financiamento da Porticus América Latina. Os resultados e publicações podem ser acessados no endereço <http://praticaseducativas.org.br/>.

2. A PESQUISA

De etnomatemática a hortas circulares; de bonecas *abayomi* à formação técnica agroextrativista, a prática pedagógica intercultural presente nos municípios e comunidades das regiões Norte e Nordeste do Brasil oferece uma grande diversidade de abordagens inspiradoras para escolas rurais e urbanas. Quando o contexto local se revela instigante para o currículo, as escolas recolhem à sua volta histórias, memórias, arte e saberes que passam a compor o cotidiano da comunidade escolar.

Autores como Nascimento (2017) e Luciano (2013) investigam a educação escolar indígena e a pluralidade dos currículos interculturais, considerando, contudo, as dissonâncias internas entre as concepções da escola diferenciada. Como intelectuais indígenas, ambos transitam entre mundos, ouvindo docentes, estudantes e lideranças sobre a escola que almejam, seja para o fortalecimento das pautas étnicas, seja para o atendimento aos seus direitos educacionais constitucionais. Nas palavras de Nascimento (2017, p. 738) “Neste processo de indigenização pedagógica da cultura, o que está em evidência é o papel mediador da escola, instrumentalizando saberes em favor das demandas dos povos indígenas”. A tomada de posição dos indígenas sobre suas escolas dialoga com a crítica sobre os problemas enfrentados pelas políticas públicas nacionais, que ignoram ou deslegitimam o modo de “pensar, organizar e fazer dos povos indígenas” (Luciano, 2013, p. 26). Nesse sentido, uma escola coerente com sua comunidade do entorno, seus anseios e necessidades, permitiria trilhar escolhas pedagógicas e curriculares dialógicas e duradouras.

Já o debate do currículo na educação escolar quilombola afirma a tríade quilombola, antirracista e transgressora como pilares para a escola que recebe esses estudantes, esteja ela dentro do quilombo ou não. Silva (2021) elenca o sentido da prática docente na educação quilombola como instrumentos de poder, de conhecer, de denúncia e de formação, evocando suas afirmações como coletivas e resultantes dos debates da I Jornada de Educação Virtual Quilombola. Este evento realizado em 2020 pela Coordenação Nacional das Comunidades Rurais Quilombolas (Conaq) e Universidade de Brasília (UnB) reuniu mais de mil pessoas para o debate sobre educação escolar quilombola, marcando o tema da educação no centro da articulação quilombola nacional. Portanto, às tradicionais pautas sobre o acesso à terra, assim como para o conjunto da educação do campo no Brasil, se somou o papel da escola na formação das comunidades e sua intervenção na sociedade brasileira. O que e como a escola ensina, desta forma, aparecem indissociáveis aos modos de vida e contextos do seu entorno.

Em busca de iniciativas conectadas com as culturas locais, a pesquisa foi organizada por meio de uma metodologia em etapas de aprofundamento sobre escolas e outros espaços com intencionalidade educativa. Realizadoras de projetos e políticas públicas para a educação de povos e comunidades tradicionais, estas instituições pareciam trabalhar pela promoção do direito à educação, mas também à cultura. A conexão com a comunidade do entorno, suas lutas históricas e suas demandas mais cotidianas enriqueciam a prática pedagógica, tornando-a singular para a aprendizagem das crianças e adolescentes. Por meio dessa conexão, a pesquisa organizou-se para compreender como outros temas de destaque para esses grupos chegavam aos estudantes, como as festas populares, o manejo sustentável de espécies nativas, saberes e fazeres tradicionais.

Nessa abordagem, conhecer o universo com o qual a pesquisa lidava parecia central para chegar até projetos realizados por escolas distantes das capitais de seus estados. Era preciso enxergar o volume de escolas do campo existentes; quantas e quais estavam oficialmente registradas como escolas quilombolas; quantas e quais eram as escolas indígenas; e onde estavam as escolas localizadas nas cidades da fronteira norte do país. Os dados do Censo da Educação Básica e Profissional, anualmente organizados pelo Inep³ pareciam o caminho mais seguro para alcançar os números oficiais.

O Censo Escolar é um instrumento de medição e acompanhamento de informações sobre as escolas do país que não ocorre sem a estreita colaboração de secretarias estaduais e municipais de educação e escolas. Sua realização é imprescindível para subsidiar decisões sobre repasse de recursos públicos, além de possibilitar aos pesquisadores e gestores conhecerem o universo da educação brasileira. É possível conhecer dados sobre o ensino regular (educação infantil, ensino fundamental e médio), educação especial, educação para jovens e adultos e educação profissional por meio das duas etapas de verificação existentes: a Matrícula Inicial e a Situação do Aluno.

Com o objetivo de documentar a condição do ensino em todas as escolas do país, o Censo alcança certo nível de conhecimento sobre elas, exigindo do pesquisador a minúcia de compor os dados de acordo com seu recorte específico de trabalho. No caso da pesquisa realizada, a busca por informações sobre escolas do campo, de fronteira, quilombolas e indígenas demandou a filtragem de um dos quatro formulários da Matrícula Inicial. Por meio dele seria facilitado o acesso às informações sobre as escolas em si, permitindo enxergar quais ofereciam ensino em língua indígena, ainda que não estivessem

³ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação.

localizadas numa Terra Indígena. Ou que escolas trabalhavam com material didático específico quilombola, revelando escolas urbanas que adotavam essa abordagem.

Assim, das cinquenta e uma perguntas do formulário do Censo, filtramos aquelas que respondiam direta ou indiretamente às escolas do escopo da pesquisa. Trabalhamos com o Censo 2018 e priorizamos respostas às perguntas sobre dependência administrativa; localização urbana ou rural; localização diferenciada da escola (área de assentamento, área onde se localiza comunidades remanescentes de quilombos, terra indígena, unidade de uso sustentável); categoria de escola privada (se particular, confessional, comunitária ou filantrópica); conveniada com o poder público; se oferece atividade complementar; modalidade de ensino; se utiliza material didático específico para atendimento à diversidade sociocultural (indígena ou quilombola); se escola indígena; língua em que o ensino é ministrado, incluindo o código da língua indígena quando necessário; e se utiliza pedagogia da alternância.

Ainda que considerando a hipótese de encontrar iniciativas realizadas por diversos outros tipos de instituições e lugares que não apenas escolas, como Pontos de Cultura, templos e igrejas, praças e quadras esportivas públicas, espaços de organizações de classe e comunitários, o volume de unidades escolares resultante desta filtragem surpreendeu a equipe. Registramos cento e quarenta e seis mil e quatro escolas quilombolas, indígenas, do campo e de fronteira nos estados do Norte e Nordeste do Brasil. De saída, a pesquisa precisou lidar com a contradição dessas escolas serem, em geral, vistas como um nicho específico, quando representam um volume gigantesco de unidades escolares, profissionais da educação, estudantes e familiares envolvidos.

Pesquisar por meio de metodologias de acompanhamento e avaliações nacionais, no caso do foco em escolas que atendem povos e comunidades tradicionais, requer senso crítico e contato com as reflexões produzidas por quem, efetivamente, vive esse cotidiano. O trabalho, portanto, teve como referência fundamental as análises de Gersem Luciano (2015) sobre o que e como o Censo emite respostas sobre as escolas indígenas. Luciano analisa as limitações da avaliação estatística do campo da educação ao destacar as especificidades dos grupos étnicos e seu direito legal a uma educação bilíngue e diferenciada.

São vários os exemplos concretos da fragilidade da identificação de dados das escolas levantados por Luciano (2015), e que impactam no que o Inep/MEC pode conhecer sobre as escolas indígenas por meio dos formulários do Censo. Um deles encontra-se logo nos primeiros campos, na identificação da escola. Luciano comenta a ausência da pergunta sobre a escola ser ou não

indígena, restando aos campos sobre se oferece ou não educação escolar indígena ou se está localizada em Terra Indígena a resposta indireta. Ainda sobre este tópico, o autor analisa a vulnerabilidade do alcance da coleta de dados sobre escolas que funcionam em outros locais que não os prédios escolares propriamente designados. No caso indígena, as salas chamadas “anexas” podem ser maiores do que as “principais”, nas sedes dos municípios, por conta da localização do agrupamento comunitário que a frequenta, da precariedade de infraestrutura, da sazonalidade dos povos, da existência de outros espaços não considerados anexos pelo Censo (galpão, rancho, paiol ou barracão) (Luciano, 2015, p. 10), etc.

A crítica sobre a dificuldade de mineração de dados no banco do Censo da Educação Básica sobre salas anexas aponta para a fragilidade dessa oferta escolar, amplamente utilizada na educação do campo no Brasil. Há um extenso debate neste campo de análise sobre políticas educacionais, em especial nas regiões Norte e Nordeste, que envolvem temas como nucleação e escolas multisseriadas (Hage, 2012; Rodrigues, Marques, Rodrigues, & Dias, 2017; Barros, 2010; Abreu & Cabral, 2022). Seguindo Hage e Reis (2018), a multisseriação ocorre quando um professor é responsável por estudantes de séries variadas numa mesma sala de aula. Orientados pelo sistema seriado das escolas sede, em especial urbanas, as multisseriadas tornam-se a forma precária e exequível de ofertar educação às populações em territórios distantes dos centros e/ou com acesso dificultado pelas condições climáticas, ambientais ou de infraestrutura local. A precariedade das estruturas que recebem essas escolas no campo, em terras indígenas e quilombolas, segundo Hage (2018) também é argumento para seu fechamento, resultando no processo de nucleação de escolas e transporte de estudantes de suas comunidades até as sedes dos municípios.

No contexto das escolas indígenas, os desafios se somam. Seguindo o alerta levantado por Luciano sobre o real alcance das avaliações nacionais quando olhadas sob o recorte indígena, André Lázaro (2020) comenta a fala de um professor indígena a respeito da Prova Brasil, método de avaliação sobre a performance dos estudantes em português e matemática. O professor questionava a obrigatoriedade dos estudantes indígenas realizarem a prova em português, uma vez que a Constituição Federal garante o direito de ensinar e aprender em suas línguas maternas. De fato, nossa pesquisa encontrou ao menos quarenta e três escolas que ensinam somente em língua materna indígena no Norte e Nordeste do Brasil.

Se o Censo pode ocultar informações importantes sobre escolas indígenas, nos chamou atenção a completa ausência de qualquer referência às escolas de fronteira. Os dados sobre escolas de fronteira trabalhados na pesquisa, portanto, são originados dos programas Escolas Bilíngues de Fronteira, Es-

colas Interculturais Bilíngues de Fronteira e dos trabalhos de campo e de identificação de escolas com esse recorte na fronteira Norte, realizados por Zuila Santos (2020).

A pesquisa foi motivada pela pergunta sobre como povos e comunidades tradicionais atuam pela proteção e o desenvolvimento integral de suas crianças. Como comentado, o grupo de pesquisadoras partia da hipótese de que as escolas situadas em contextos vinculados aos povos e comunidades tradicionais possuem práticas pedagógicas que permitem às crianças uma formação intercultural e técnica. Era preciso, portanto, compreender se haviam experiências dessa natureza e, uma vez identificadas, conhecer seu funcionamento. Como o Censo da Educação Básica oferece dados sobre as categorias de escolas, transpor esses dados para um mapa cumpriu a primeira etapa de identificação.

A filtragem das respostas dos formulários do Censo permitiu a criação de um banco de dados que, por sua vez, tornou-se a base de georreferenciamento do mapa. Conforme detalhado por Montechiare e Kristien (2020), as escolhas pelo georreferenciamento possível para a pesquisa seguiram protocolos dados pelo sistema, pelo suporte de publicização das informações e pela disponibilidade ou não das informações sobre latitude e longitude das escolas no Censo.

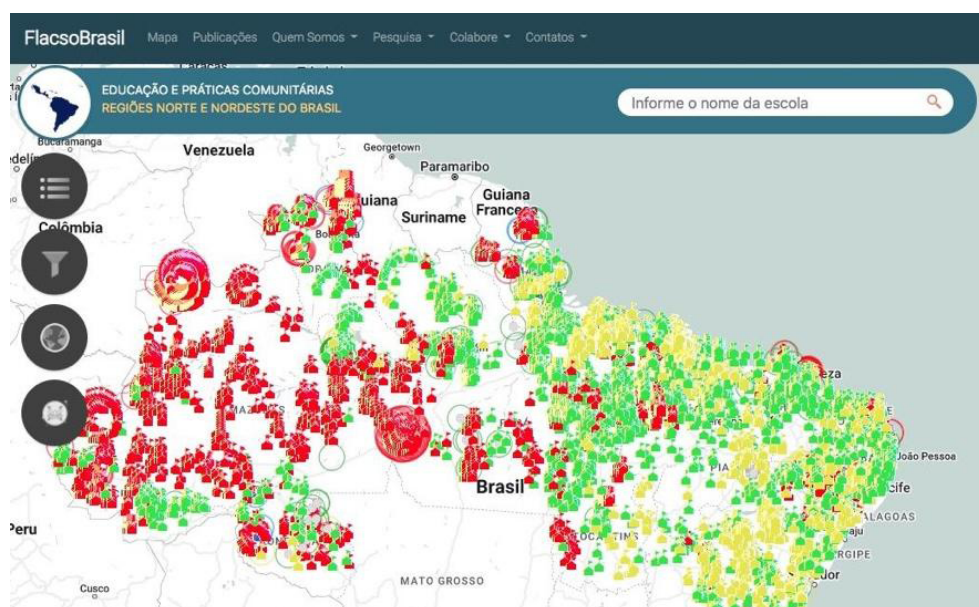
O mapa principal foi construído utilizando-se base disponibilizada por órgãos públicos como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), entre outros. Partindo do volume inicial de mais de 140 mil registros de escolas com o perfil da pesquisa situadas no Norte e Nordeste do Brasil, outros mapas secundários foram aplicados, de modo a permitir a filtragem por categoria de escola (indígena, quilombola, do campo e de fronteira) e o acesso às respostas dos formulários aplicados.

A identificação dos projetos, iniciativas e metodologias desenvolvidas pelas escolas ou com sua participação foi feito por meio do contato direto com a comunidade escolar. Conforme comentado, a presença de pesquisadoras integrantes dos grupos pesquisados possibilitou o trânsito pelas escolas, facilitando a entrada na rede de interlocutores. Além das escolas, foram contatadas organizações da sociedade civil e movimentos sociais, igrejas e demais agrupamentos religiosos, secretarias de educação e assistência social.

Por meio de ligações telefônicas, leitura de material oferecido pela escola, levantamento bibliográfico e de *clipping* de jornais, revistas e *sites*, o grupo de pesquisa passou a conhecer as experiências mais exitosas, ou as que mantiveram-se operando por muitos anos. Também conhecemos práticas inovadoras embora incipientes, realizadas pontualmente por um ou dois anos, ou que tiveram pouca repercussão fora do espaço escolar. Cada uma delas parecia

buscar soluções para problemas específicos: fosse o enfrentamento ao racismo em escolas que recebem estudantes quilombolas, embora localizadas em centros urbanos; fosse o escoamento da produção local de uma escola-família agrícola, que reverte os recursos da comercialização para o próprio sustento institucional.

MAPA 1. Mapa de práticas educativas interculturais.



Fonte: Flacso Brasil (2020b).

O detalhamento das práticas foi possível por meio da aplicação de um formulário de cinquenta e três perguntas, organizado em cinco grandes categorias (Flacso Brasil, 2020a)⁴. A cada entrevista telefônica, as matrizes de projetos eram preenchidas, respondendo sobre como a prática se realizava, o perfil dos participantes, longevidade, aportes financeiros, etc. Durante meses o grupo se dedicou a estabelecer contato com os líderes das práticas educativas nos estados do Norte e do Nordeste, e responder sobre: identificação geral da escola; pertinência; processos e resultados; sustentabilidade; influência e inspiração.

⁴ As perguntas do questionário podem ser conhecidas no *site*.

Vale ressaltar que o diálogo telefônico foi feito durante os primeiros meses da pandemia de covid-19, no primeiro semestre de 2020. A barreira ao contato com os coordenadores dos projetos era dificultada não apenas pela escola encontrar-se fechada naquela ocasião, mas pelo fato de que em muitas localidades rurais com as quais trabalhamos, a escola era o único ponto de acesso à conexão de internet e energia da comunidade. Sem a escola, em zonas rurais, o sinal de internet era instável ou inexistente. Uma simples mensagem de texto via aplicativo poderia demorar um dia inteiro para ser recebida. Portanto, uma ligação com duração suficiente para responder cinquenta e três perguntas precisava ser previamente agendada e, às vezes, realizada em mais de uma oportunidade.

Contudo, a pesquisa resultou em setenta e quatro questionários aplicados, descrevendo o detalhamento das experiências, o modo de funcionamento das atividades e os principais resultados identificados pelas lideranças. Estas práticas vinham sendo realizadas por trezentas e dez escolas indígenas, quilombolas, do campo e de fronteira, evidenciando a colaboração entre redes e escolas no desenvolvimento conjunto das atividades.

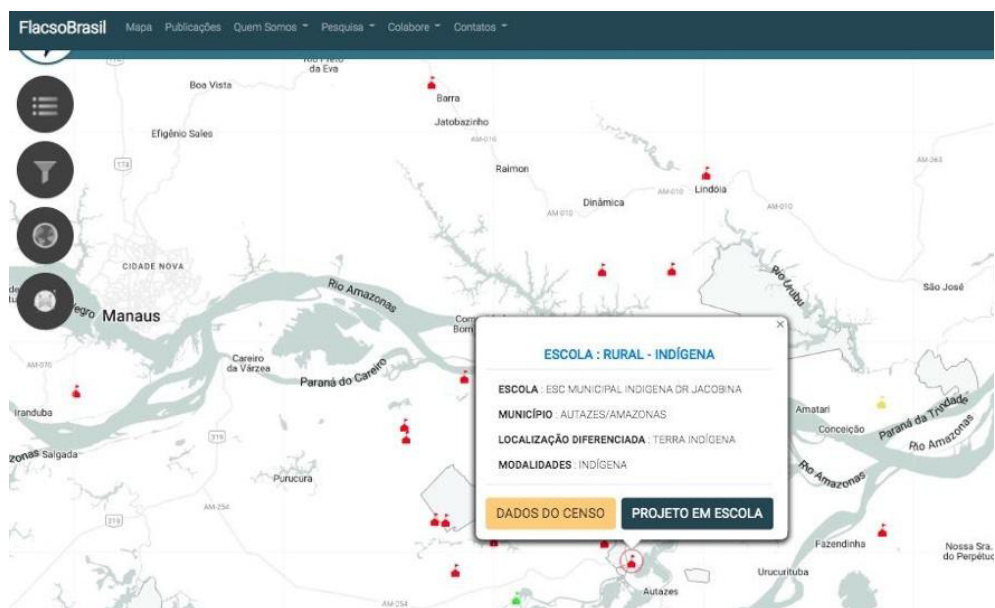
Um dado notável identificado pela pesquisa foi a escassez de registro e sistematização das experiências por parte das redes de educação, escolas e organizações sociais. Em grande parte dos casos, não havia qualquer fonte de consulta sobre o projeto, à exceção do próprio coordenador, professor, diretor ou participante. Outras escolas haviam fotografado e legendado suas ações em páginas de redes sociais, mas poucas foram as que produziram uma reflexão de maior fôlego sobre o realizado. Aquelas que haviam recebido prêmios ou eram parte de políticas públicas puderam ser localizadas em sites institucionais ou de imprensa. Outras receberam a atenção de pesquisadores e tiveram suas ações documentadas em teses e dissertações.

A fragilidade de algumas experiências ou a escassez de sistematização das práticas dificultou o preenchimento de critérios da matriz de projetos, especialmente itens sobre sustentabilidade, processos e resultados. Muitas ações sequer guardavam memória do realizado, sendo apenas uma prática reproduzida pela escola ao longo dos anos. Em alguns casos, a escola passava a denominar a ação “projeto” após a manifestação de interesse por parte do grupo de pesquisa. Estes indicadores nos apontaram para a delicada legitimidade institucional com que parte dessas práticas educativas opera, o que resulta em sua descontinuidade sistemática.

No projeto inicial da pesquisa, o grupo decidiria conjuntamente quais experiências seriam visitadas *in loco* após o mapeamento das práticas. Esta previsão de atividade foi interrompida pela pandemia de covid-19 em março de 2020 e ao longo do ano foram suspensos os planos de realizar a etapa de

campo posteriormente, dentro do período de realização da pesquisa. Como então conhecer o envolvimento e a opinião da comunidade escolar sobre a prática?

FIGURA 1. Detalhamento de dados de uma escola no mapa.



Fonte: Flacso Brasil (2020b).

Ao longo da pesquisa, algumas características identificadas nas práticas educativas ganharam destaque ou tornaram-se recorrentes. Analisamos experiências variadas que tratavam de educação integral, articulação comunitárias, acesso e uso da terra, valorização da memória e identidades locais, enfrentamento ao racismo, incentivo à permanência no campo, entre outras. Se o objetivo da pesquisa era compreender como essas práticas fazem valer o direito à educação diferenciada, no caso indígena, ou como promovem o desenvolvimento integral da criança, apesar deste critério ser pouco considerado em avaliações nacionais, a estratégia adotada seria aprofundar os conhecimentos sobre algumas práticas que impulsionam essas características em seu cotidiano. Sem a opção da visita de campo, o grupo reuniu-se para analisar as mais de setenta práticas que tiveram questionários aplicados, reativar e expandir os contatos com a comunidade escolar e sistematizar dezesseis delas em cadernos temáticos específicos.

Os quatro cadernos temáticos produzidos – educação escolar indígena, educação escolar quilombola, educação do campo e educação escolar de fronteira⁵ –, aprofundam a descrição de dezesseis das práticas pesquisadas, além de listar todas as demais e suas escolas de referência nos municípios.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ocorreu num momento histórico completamente imprevisível, que alterou de forma profunda as relações sociais e a compreensão sobre o papel da escola. Depois de mais de dois anos de escolas fechadas no Brasil, estudantes, familiares, docentes e gestores têm compreensões distintas sobre os problemas que a educação pública enfrenta no país, e quais são, efetivamente, seus gargalos. Considerar recomposição de aprendizagens no lugar de reprovação, compreender que as crianças desenvolveram habilidades socioemocionais fora do ambiente escolar e que um currículo contextualizado talvez seja necessário ao retorno às aulas são questões que, atualmente, vêm sendo consideradas.

A pesquisa, no entanto, compreendeu o período em que o modo anterior de escolarização ficou em suspenso. Em que as bases para uma forma distinta de ver o mundo, pós-pandemia, ainda não estavam sequer imaginadas. Analisar os resultados desta pesquisa, portanto, requer destacar os pontos de conexão entre esses dois mundos, ainda que atualmente seja possível verificar o agravamento dos problemas pré-pandêmicos como os sinalizados neste trabalho.

Um dos resultados mais significativos destacados pela pesquisa trata da articulação comunitária com a escola e o quanto ela aparece como decisiva para a coerência entre a vida na escola e a vida fora dela. Na reflexão sobre desenvolvimento integral da criança, quando se propõe uma educação conectada com o modo de vida local e que valorize aprendizagens para além do currículo tradicional, quem opera fora dos muros da escola tem também seu papel na formação dos estudantes. Diferentes práticas educativas sinalizaram lideranças e organizações comunitárias como responsáveis pela criação da escola no território, ou ainda por fornecer as condições básicas para que ela permaneça cumprindo sua missão. A comunidade do entorno, mostra-se, portanto, como ator importante quando a prática educativa realizada pela escola

⁵ Os quatro cadernos temáticos podem ser acessados no endereço <http://praticas-educativas.org.br/Publicacoes.html>.

tem adesão de estudantes e docentes, e é acionada como argumento para a melhoria da qualidade do ensino.

Em números, a pesquisa identificou cento e quarenta e seis mil e quatro escolas indígenas, quilombolas, do campo e de fronteira nos estados do norte e nordeste do Brasil, por meio da filtragem do Censo da Educação Básica⁶. Destas, mais de três mil e quinhentas são escolas situadas em assentamentos de reforma agrária e mais de duas mil e quinhentas estão em terras indígenas. Identificamos sessenta e duas práticas pedagógicas em educação escolar quilombola, descobrimos quarenta e três escolas que ensinam exclusivamente em língua indígena, dezessete escolas com trabalhos direcionados ao acolhimento e formação de estudantes imigrantes na fronteira norte, e setecentos e quarenta e seis escolas que adotam a pedagogia da alternância no campo.

Compreender como a comunidade escolar define suas prioridades, o projeto político pedagógico e o acolhimento às crianças, famílias e docentes em contextos de maior vulnerabilidade, no entanto, requer estabelecer contato. A pandemia de covid-19 interrompeu parte da pesquisa, inviabilizando as visitas de campo e a observação das atividades escolares. Esta é, portanto, uma etapa inconclusa, que esperamos retomar a seu tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A. C. S. S. R., & CABRAL, C. L. O. (2022) Agrupamentos em escolas no campo: multiidade, multisseriação e nucleação escolar. *Revista Educativa*, nº 25, 1-21.
- BARROS, O. F. *et al.* (2010). Retratos da realidade das escolas do campo: multissérie, precarização, diversidade e perspectivas. In M. I. Antunes-Rocha, S. M. Hage (Orgs.). *Escola de Direito: reinventando a Escola Multisseriada* (pp. 25-34). Belo Horizonte: Autêntica.
- FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. (2020a). *Educação e práticas comunitárias. Matriz 2*. Recuperado em 12 janeiro de 2023, de http://praticaseducativas.org.br/documentos/Matriz_de_Projetos.pdf.
- FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. (2020b). *Educação e práticas comunitárias. Regiões Norte e Nordeste do Brasil*. Recuperado em 12 janeiro de 2023, de <http://praticaseducativas.org.br/>.
- HAGE, S. M. (2012). Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino. *Revista em aberto*, 1(1), pp. 97-113.

⁶ Apenas a categoria “escola de fronteira” não tem origem nos dados no Censo, e sim em mapeamento próprio do grupo de pesquisa, por não haver campo de identificação com este critério nos formulários aplicados pelo Inep.

- HAGE, S. M., & REIS, M. I. A. (2018). Tempo, espaço e conhecimento nas escolas rurais (multi)seriadas e transgressão do modelo seriado de ensino. *Revista em aberto*, 31(101), 77-91.
- LÁZARO, A. (2020). Educação, adversidade, re-existência. In R. MONTECHIARE, & A. LÁZARO (Orgs.). *Educação e práticas comunitárias: educação indígena, quilombola, do campo e de fronteira no Brasil* (pp. 22-36). Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.
- LUCIANO, G. J. S. (2013). *Educação para o manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced.
- LUCIANO, G. J. S. (2015). *Relatório técnico diagnóstico e avaliação dos formulários e da metodologia do Censo Inep referente às questões indígenas*. Consultoria 6ª CCR-PGR. Mimeografado. Recuperado em 17 março, 2022, de <https://n9.cl/86ing>.
- MONTECHIARE, R., & Kristien, K. (2020). Educação comunitária: percurso e metodologia da pesquisa. In R. MONTECHIARE, & A. LÁZARO (Orgs.). *Educação e práticas comunitárias: educação indígena, quilombola, do campo e de fronteira no Brasil* (pp. 7-21). Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.
- NASCIMENTO, R. G. (2017). Escola como local das culturas: o que dizem os índios sobre escola e currículo. *Revista Educação Pública*, 26(62/1), 373-389.
- RODRIGUES, A. C. S., MARQUES, D. F., RODRIGUES, A. M., & DIAS, G. L. (2017). Nucleação de escolas do campo: conflitos entre formação e desenraizamento. *Revista Educação & Realidade*, 42(2), 707-728.
- SANTOS, Z. G. C. (2020). A escola em fronteira internacional: um entrelugar onde o fazer pedagógico pode aproximar, incluir e acolher. In R. Montechiare, & A. Lázaro (Orgs.). *Educação e práticas comunitárias: educação indígena, quilombola, do campo e de fronteira no Brasil* (pp. 191-205). Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.
- SILVA, R. A. A. (2021). Currículo e práticas docentes: o encontro da educação escolar quilombola. In G. M. SILVA, R. A. A. SILVA, & V. G. ROCHA. *Educação Quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos* (pp. 92-99). São Paulo: Jandaíra.

ENTRE SABERES E PODERES: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DO FILME *EX-PAJÉ*

MEIRE OLIVEIRA SILVA

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA, Brasil)

RESUMO

O documentário *Ex-Pajé* (2018), de Luiz Bolognesi, versa sobre a ideia do conflituoso encontro entre as culturas dos povos originários e os colonizadores no que se refere a imposições exploratórias de crenças. O povo indígena Paiter Suruí, habitante do entorno brasileiro fronteiro entre Mato Grosso e Rondônia, figura nos eventos narrados por Perpera Suruí, o ex-pajé título do filme. Centra-se, portanto, no alheamento desse antigo pajé, cerne da trama que embasa o enredo repleto de questionamentos e problematizações acerca do significado religioso atualmente disseminado entre os povos indígenas latino-americanos. A autoexclusão da comunidade indígena revela-se na adesão a crenças cristãs evangélicas que condenam de modo estigmatizado certas tradições das nações ameríndias. Entre a retomada de testemunhos e memórias – encenadas em uma espécie de docudrama, mesclado às “captações espontâneas” –, são ambientados excertos da vida do ex-pajé junto a questões familiares diante da recente conversão. Logo, *Ex-Pajé* pode ser concebido como um ensaio da resistência do país que ainda corrobora antigos movimentos de autoextermínio.

Palavras-chave: Ex-Pajé; cinema documentário brasileiro; paiter suruí; etnocídio; colonizações.

I. INTRODUÇÃO

O DOCUMENTÁRIO *Ex-PAJÉ* (Bolognesi, 2018) retoma a delicada, e sempre presente na História do Brasil, ideia do encontro entre as culturas dos povos originários e os colonizadores em suas imposições e crenças

ditas civilizadas. Ao enfocar o universo Paiter Suruí, povo indígena habitante da região fronteira situada entre Rondônia e Mato Grosso, a trama narrativa é desenvolvida a partir do relato de Perpera Suruí. Sabendo-se que se trata do ex-pajé dessa nação indígena, o enredo da destituição de seus papéis junto à comunidade em questão, erige a trama. Seu (auto)banimento é resultado da conversão às crenças evangélicas que se embatem fortemente à antiga personalidade formada dentro de sua tradição original. Por meio do resgate da memória em testemunhos próprios (Ricoeur, 2007), e algumas encenações, ambientam-se passagens de sua vida junto a outros depoimentos. Sua trajetória parece ser a de um sujeito dividido entre um passado ao qual não pertence mais, e um presente cujas regras desconhece, ainda que tente se adaptar. Seu futuro apresenta-se melancólico e incerto na expressão de um semblante de profundo abandono em si mesmo após o encontro das leis cristãs punitivas de sua natureza que, segundo os novos preceitos religiosos de origens coloniais, é demoníaca.

Questões que aludem ao etnocídio se delineiam aos poucos, a cada relato, tanto do ex-pajé quanto dos demais personagens. Há também, em meio às narrativas que se apresentam ao espectador de forma direta ou indireta, indícios da dizimação de uma cultura ancestral; desde a doutrinação neopentecostal até as explorações mineral, madeireira e do agronegócio que assolam a região. Ainda que sobressaia no documentário a denúncia da invasão da doutrina cristã na vida dos povos tradicionais, a trajetória do pajé é acompanhada pela câmera e reverbera-se nas existências dos demais membros da tribo, constituindo material relevante para se acompanhar a existência permeada por resistência dos povos ameríndios na atualidade. O contraponto entre os Paiter Suruí e a historiografia literária será levantado para se buscar os impactos da colonização nas culturas tradicionais e como esse imaginário “conciliatório” foi construído.

Autores do Romantismo Brasileiro, “inspirados” pela *Carta de Achamento do Brasil*, de Pero Vaz de Caminha – primeiro documento escrito nestas terras –, encabeçaram a empreitada de matizar as raízes nacionais a partir de “cores locais” (Candido, 1993), ainda no século XIX. Ao mesmo tempo, as “missões” francesa e austríaca contribuíram para a sedimentação do tom exótico a ser exibido aos olhares estrangeiros. E, até mesmo as revisões críticas desse período, realizadas pelo Modernismo já no início do século XX, sobrepujaram-se às ideias de compreensão de uma alteridade arraigada ao contexto histórico e social brasileiro representado pelos indígenas na formação da identidade nacional (Andrade, 2003; Souza, 2003).

As tentativas de “embranquecimento” do povo brasileiro não foram ações isoladas nos eugenistas anos 1920-1930. E somaram-se ao enraizamento de iniciativas etnocidas ocorridas, sobretudo, nos “Anos de Chumbo” da Ditadura

civil-militar (1964-1985), no que se refere ao extermínio massivo de diversas populações ameríndias, entre os anos 1960-80 (Valente, 2017). Sendo assim, é preciso localizar o etnocídio indígena como um lugar social em constante embate com os lugares de memória de um país sempre envolto em autoritarismos advindos da colonização e da escravização aqui exercidas. Logo, o documentário *Ex-Pajé* funciona como resgate e denúncia de um país que renega sua própria origem ao atestar tais práticas. A fim de proporcionar reflexão acerca das transformações culturais que perpassam os limites das ameaças à cultura originária e à identidade dos povos indígenas, alerta quanto às perseguições históricas para que se adequem a padrões relativos a normas que reatualizam práticas eliminadoras de crenças, costumes, memórias, linguagens e saberes ancestrais.

2. ALGUMAS IMAGENS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS

A estética da obra transita entre o docudrama, por meio de cenas reais entremeadas a representações ativadas pelas memórias, e simboliza uma série de percalços da saga das nações indígenas que buscam sobreviver. Com o emblemático excerto do antropólogo Pierre Clastres (2004), logo nos momentos iniciais do filme, a reflexão é lançada ao público e já demarca a posição adotada pelo cineasta. Ao aludir à questão de que “o etnocídio não é a destruição física dos homens, mas de seu modo de vida e pensamento”, constata-se a adoção de uma estética de denúncia, mas que também, devido à *mise-en-scène*, não deixa de servir como alusões visuais a partir da retratação do drama de Perpera Suruí, o ex-pajé que intitulou a obra a se desnudar – simbólica e novamente – frente às câmeras, entre dramas tão silenciosos quanto o extermínio invisível do povo indígena.

A fim de cumprir as novas funções às quais foi designado, Perpera dedica-se integralmente à igreja recentemente instaurada em sua comunidade. A crença para a qual se converteu demonstra qual será o destino de todos devido à nova catequização (Clastres, 2004). Esta, se não menos avassaladora que a de 1500, apresenta-se em nuances; afinal, não existe exatamente uma obrigatoriedade de conversão como no passado. Contudo, os medos incutidos nesses indígenas, aos poucos, instalam-se em todos. Dessa forma, a conversão inevitável, apesar de isenta de imposições, revela a passividade inerente à tribo na qual todos se embatem com uma identidade que já parece perdida. A abordagem fílmica, no entanto, acirra o retrato lírico das imagens denotando profundo zelo com as passagens de flagrante contraste entre a vida de Perpera Suruí, possivelmente, consumido por suas próprias escolhas, ainda que inconscientemente. E o longa-metragem, devido ao tratamento artístico e também à fotografia, confirma, não só o julgamento de seus realizadores

sobre a questão, mas também parece transformar o que seria denúncia em relato subjetivo dado o olhar conferido às situações. E, nesse sentido, o fator documental, o registro ou mesmo a abordagem imparcial e até jornalística atribuída geralmente a obras dessa natureza – o documentário – dão lugar à subjetividade estética e quase onírica por meio do lirismo conferido às filmagens e, sobretudo, à montagem. É possível entrever até mesmo um conflito barroco, em *chiaroscuro*, para ilustrar almas divididas entre os planos espiritual e carnal. Não faltam, portanto, cenas de escuridão e contraste entre o interior da igreja e o ex-pajé. Ambos, ainda que unidos em uma só crença, mantêm a difusa realidade que os permeia; entre luzes e trevas a rondarem os imaginários afeitos à mitologia cristã.

Perpera, inclusive, expia seus pecados em metáforas imediatas como a lavagem da igreja em seu exterior, de modo a denotar que o seu interior de indivíduo banido e captado na escuridão estivesse em consonância com uma natureza ainda não modificada. Existem, não só metáforas, mas outras figuras e recursos de linguagem aliados às narrativas de Perpera – paralelismo, paradoxos, prosopopeias etc. – que a gramática fílmica condensa. Constrói-se uma trajetória dramática repleta de fatores que norteiam o espectador à identificação com uma realidade, ao mesmo tempo distante e similar à sua própria, devido à materialidade das personagens, e com o protagonismo de Perpera a ser alçado a um patamar de herói contrário a todas as forças. Esse tipo de abordagem, ao conferir heroísmo às personagens indígenas em meio às maiores agruras, está muito presente na Literatura Brasileira, sobretudo no século XIX; com os romances, por exemplo, do escritor José de Alencar. A narrativa de superação das mazelas não só idealiza os infortúnios, mas consegue uma recepção condescendente dos leitores. Se o protagonista de tais narrativas foi vitimado por certas fatalidades, isso o conduz automaticamente a uma condição heroica aceitável e até “apaziguadora de consciências”. Consequentemente, a figura dos índios como seres humanos passa novamente a dar lugar a narrativas míticas que lhes isentam hipoteticamente de situações reais.

Junto ao ar melancólico que permeia toda a tribo nas também melancólicas tomadas do longa, são vistas a descaracterização e a desintegração gradual dos Paiter Suruí. Perpera parece condensar em si a tristeza dos demais. Através de seu silêncio, fica nítida a imagem de um homem apartado de suas raízes, de seus companheiros e de sua essência. Seu olhar parece carregar o peso de uma vida para a qual não consegue mais retornar, pois dela foi retirado. Afirma-se nesse olhar, outro ser agora designado como praticante de “coisa do diabo” por essa nova catequização norte-americana. A função que exerce na igreja simboliza a subalternização de seus saberes e do poder que representava para seu povo. Seu espírito é atormentado por medos que lhe incutiram crenças punitivas e tormentos espirituais de também ter se voltado

contra os espíritos da floresta que não aceitaram sua conversão cristã. Assim, sem pertencer ao cristianismo e por acreditar não ser mais aceito em sua espiritualidade original, não consegue adormecer na escuridão do quarto. Sente-se deslocado, alheio de tudo e sem ter a quem recorrer. Decide pedir ajuda ao espírito Goãh Ney para que cure uma enferma à beira da morte devido ao veneno de cobra; não sem hesitar penosamente antes de recorrer às suas ancestralidades. Quando o faz finalmente, o prólogo penitencial já anuncia sua expiação.

A estratégia de privilegiar planos que destaquem a fotografia, por meio de grande iluminação e planos fixos, confere às sequências uma clássica abordagem visual disposta a narrar didaticamente uma história que se mostra literal aos espectadores. Sendo assim, justapõe antíteses entre a vida indígena invadida e usurpada por uma nova organização que envolve as composições de imagens ao denotar temporalidade imersa em luzes que incidem sobre a natureza a resistir mítica. A ideia de contraposição retorna na imagem dos Paiter Suruí vitimados pelo embate entre uma cultura cada dia mais perdida entre influências avassaladoras, sobretudo a religiosa cuja “missão” deslegitima os saberes ancestrais de povos antigos perturbados e dizimados simbólica e maciçamente. A perseguição estereotipada que vincula suas crenças e tradições a alusões demoníacas concentra estratégias nocivas de apagamento memorialístico. Nesse sentido, o filme se configura como um ato de resgate de passado ao propiciar encenações dos próprios indígenas, promovendo-os a um trabalho de recuperação de histórias e memórias (Bosi, 1982), em meio à violência étnica a partir de 1969. Isso é demonstrado nas primeiras imagens do filme que anunciam o contraste entre o presente e os remotos tempos cujas tradições aparecem como irrecuperáveis. A câmera porta-se, por conseguinte, como uma observadora que não exige de seus personagens depoimentos, mas ela os acompanha ao contarem suas histórias e serem protagonistas de suas vivências a partir de suas próprias perspectivas. Por mais que haja interferências no resultado por meio de edições e seleções de montagem, a impressão é a de que os indígenas são mostrados livremente até pela ausência de um narrador *off*.

Ex-Pajé possui também um tratamento didático e pode incomodar nas muitas passagens em que o sofrimento da tribo dos Paiter Suruí parece calcado em práticas de apagamentos sucessivos. Afinal, há recorrentes violências impulsionadas sobretudo pelas mudanças tecnológicas que levaram os indígenas à escravidão nos primórdios da ocupação destas terras até as epidemias, os aldeamentos e as invasões diretas ou indiretas a essas nações ao longo de 520 anos. A própria imagem dos indígenas na sociedade brasileira sofreu diversas modificações ao longo da História como parte das identidades que formam o chamado povo brasileiro; constituidor, por sua vez, da cultura na-

cional. A controversa ideia de identidade brasileira está pautada na própria herança indígena que serviu, inclusive, para ambientar o colonizador como referência de adaptação ao território recém ocupado. Desde Darcy Ribeiro (1986), é possível entrever o indígena como protagonista do processo de busca pela identidade nacional, como demonstraram suas pesquisas voltadas sobretudo à integração das populações indígenas à sociedade. No caso de Ribeiro, não somente de maneira científica, mas com uma inclinação de defesa que o fez atuar junto a órgãos governamentais como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) examinando suas raízes e as consequências do uso dessa mão-de-obra que, ao se apropriar dessa força de trabalho, desconsiderava as idiosincrasias de sua formação.

Desse modo, o documentário localiza a luta dos Paiter Suruí no que também representa de microcosmo de resistência das populações continuamente exterminadas no curso da História. Mas o quanto dessa incorporação das culturas indígenas à sociedade brasileira, e mesmo a mestiçagem, não se configura como um mito de aceitação de extermínios históricos promovidos, inclusive, pela Literatura e Cultura canônicas? Nesse campo, o apagamento apresenta-se como projeto tais quais os empreendidos, especialmente, no século XIX com a chegada da corte de Dom João VI ao Rio de Janeiro; e a busca pela fundação de uma identidade harmônica entre os conquistadores portugueses e os povos escravizados; logo, os nativos e africanos para cá trazidos. Erigia-se o mito das três raças fundadoras. E as artes nacionais acabam se apropriando das narrativas legadas por esses povos para, muitas vezes, adaptá-las a versões idealizadas a partir de um olhar colonial sobre os corpos. Essa ideia de mestiçagem heroica, a fim de forjar uma identidade ancorada em valores coloniais é problemática. Para se inventar uma nação que correspondesse aos anseios de dominação e controle de saberes e poderes dos nativos, uma lógica violenta emergiu e se arraigou a estruturas sociais perpetuando-se em contínua extinção.

Sendo assim, pode-se entrever que o documentário de Bolognesi levanta a questão da presença indígena na formação do povo brasileiro e sua sobrevivência na contemporaneidade, convivendo inclusive com as tentativas contínuas de aniquilamentos de suas heranças principalmente em uma época na qual a demarcação de terras retorna como recorrente tema de discussão, assim como todas as conquistas duramente alcançadas ao longo dos últimos anos, desde os meados dos anos 1980, com a lenta tentativa de abertura democrática. Cabe ressaltar que a própria Constituição Federal Brasileira de 1988 tentou assegurar os direitos dos povos indígenas no que se refere à preservação de suas especificidades culturais e ocupação de suas terras, sobretudo como tentativa de reparação aos povos que necessitavam – e ainda necessitam – ser reconhecidos e integrados a mais movimentos de proteção e fortaleci-

mento. O longa-metragem é visionário, já que atento a um problema histórico latente no Brasil, e porque retrata as ações ligadas às investidas exploratórias e mercadológicas aliadas às religiões neopentecostais como os males praticamente irreversíveis responsáveis pelo desaparecimento de culturas originárias, como as dos Paiter Suruí.

A ideia de uma pátria ou nação, ao ser naturalizado o encontro de diferentes povos, aponta para um apagamento de particularidades culturais que, ao conduzir para uma noção de identidade, demonstra a ineficácia do modelo padronizador inicialmente adotado. A ideia de “descoberta” parece escamotear, na verdade, a violência da expansão colonizadora que vitimou povos de África, Ásia e América até o século xx. E tal tendência remete a uma tentativa de homogeneização da diversidade. Esta busca por integração, antes de conciliação, revela intolerância cultural que leva, por conseguinte, à violação de direitos desses povos nos âmbitos econômico, político e social, a partir do momento em que o indígena é colocado para a sociedade como aquele que resiste a se entregar à harmonia de fraternidade entre as três raças. Já que só os corpos disciplinados (Foucault, 2005) e submissos são integrados ao sistema da maneira útil que evitaria seu extermínio. Tais métodos foram adotados no processo colonizador e posteriormente na ditadura militar quando os indígenas sofreram duras perseguições por parte do regime com a suposta justificativa de não se integrarem aos valores pátrios, e de que era preciso impulsionar a economia invadindo terras para a exploração de bens naturais. Práticas destinadas às nações indígenas que oferecessem qualquer resistência às atividades que impunham uma noção de civilidade disfarçada de assimilação de valores eurocêntricos.

Nas imagens que trazem Perpera na porta da igreja no serviço de zeladoria que o fez ser aceito novamente entre a comunidade, percebe-se o alheamento de tudo que está acontecendo no culto religioso. Seu olhar, dirigido para a natureza fora do templo, talvez, seja o elo entre dois tempos, entre duas culturas e entre dois contrários; ao aludir as reminiscências de um tempo passado, ainda envolto em dissidências identitárias por saberes agora substituídos por remédios da contemporaneidade. E uma suposta permanência luta também contra as redes sociais que ora veiculam informações aleatórias ora alertam para as invasões de madeiras para a tribo na qual as narrativas ficaram no passado, após a invasão dos jogos eletrônicos. Os rituais de caça de animais são simbolizados pela discussão dos indígenas em torno da crença, anteriormente referida, de que seria necessário matar uma cobra que havia picado uma pessoa da tribo para que o veneno fosse eliminado totalmente de seu organismo. E o contraponto a isso é o fator de as crianças brincarem de jogos de caça digital.

Os *smartphones* são quase coadjuvantes do filme. E, por mais inseridos que estejam nas vivências sociais dos personagens, chamam a atenção pela conquista das novas gerações simbolizadas pelas crianças. A questão cultural emerge vigorosa também como um fim inescapável a sobrepor-se a um tempo remoto cujas raízes quase não encontram mais espaço para persistir. E a dúvida coloca-se como uma espécie de vilã de uma possível conclusão imediata acerca da moralidade do longa: seria a religião condensada no ex-Pajé do título a maior responsável pelos desapegos reais e simbólicos de histórias ancestrais? Talvez, em uma leitura apressada, essas novas inquietações sejam alento para determinados espectadores, de modo a encerrar as reflexões inquietantes. Entretanto, ao oferecer outros vilões à manutenção da cultura original indígena, o filme caminha para uma espécie de conciliação controversa ao desconsiderar as mudanças às quais todos os povos estão sujeitos. E, por isso, a questão mais adequada possa começar pelo pensamento de como sobreviver, como indivíduo, ao inevitável futuro e suas transformações.

A partir do conceito de cultura advindo dos estudos antropológicos, ou mesmo de civilização (Ribeiro, 1997), podem-se retomar essas preocupações e localizar suas origens na Europa, mais detidamente em povos ocidentais que se percebiam como disseminadores de costumes identificados como normatizações de existência. Os encontros com outros tipos de estar e expressar-se no mundo partem de parâmetros regulados para o que seria aceitável ou não. Os estudos evolucionistas de fins do século XIX atestaram características que estariam atreladas a determinados povos com aval supostamente científico. Mesmo as missões civilizatórias serviam à máquina colonizadora como uma maneira de controle dos corpos ao subalternizar existências a partir da equiparação de habilidades a vivências atreladas à colonização sob o ponto de vista que negou as diferenças culturais imbuídas do processo de aculturação a partir da incorporação de valores que, sobrepostos aos traços originários, levaria à perda da identidade não-ocidental tida então como primitiva. Daí decorrem os efeitos de extermínio de identidades culturais múltiplas que, em diversidade precisam ser resgatadas como alteridades e não fronteiras de existências em suas diferentes manifestações. E o que caracteriza uma cultura é, talvez, aquilo que a diferencia de outras existências nessas suas inúmeras fronteiras geográficas e simbólicas. O curso histórico as vai permeando de modo a promover formas de interação e demarcações contextualizadas de enfrentamento ou incorporação. Até a mudança cultural é parte natural do processo de reprodução social ancorado em elementos históricos, mas é preciso atentar a fenômenos adversos que surjam desses encontros.

3. ALGUNS DISCURSOS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS

O romance *Iracema* (2004 [1865]), de José de Alencar, se identifica como “uma lenda do Ceará”. No entanto, a representação não se dá pela ótica dos indígenas. De fato, ao ser analisada a poesia indianista romântica brasileira (Dias, 2002; Gama, 2003), do século XIX, podem-se entrever apropriações de aspectos indígenas para a construção da identidade nacional a serviço de um projeto de nação coesa e isenta de problemas étnicos e raciais. Não é de estranhar, portanto, a ausência de discussões em poemas e romances quanto ao extermínio de milhões de indígenas desde a chegada dos colonizadores. A utilização da natureza exuberante e os padrões heroicos veiculadores de bravura e coragem seriam modelos aos quais os brasileiros poderiam ser associados em descendência orgulhosa. O artista Johann Moritz Rugendas que veio ao Brasil em 1822, autor da *Viagem pitoresca através do Brasil*, volta-se para os aspectos exóticos, costumes e tradições dos povos originários das Américas, ao erigir um dos documentos fundamentais sobre esse território no século XIX. Seu foco é ressaltar elementos pitorescos que iam ao encontro das curiosidades do público europeu. Veja-se, por exemplo, em uma litogravura como *Ponte de cipó* (1830), a retratação da mata fechada com indígenas subindo em árvores, caçando em alerta sempre guerreiro entre arcos e flechas. Por contiguidade, pode-se entrever, em *Ex-Pajé*, apesar da invasão tecnológica, diversos aspectos pitorescos resistentes para manter os indígenas em locais somente reservados ao imaginário, nessas quase estanques representações de quadros e gravuras.

A exuberância da paisagem no início do filme só contribui para a romantização da vida indígena. Extraíndo-lhe os aspectos problemáticos que a rondam, o indígena não parece ser uma questão discutível em sociedade. No entanto, não se trata mais de seres intangíveis e etéreos como os dos romances *Ubirajara* (2003 [1874]) *O Guarani* (2003 [1857]) também de José de Alencar, que magicamente resolverão suas agruras. São povos que necessitam ser inseridos em pautas que lhes assegurem meios de sobrevivência adequados. Portanto, existia nas obras do XIX, a plena integração dos indígenas ao ambiente sem que houvesse qualquer destaque a elementos específicos: tudo aparecia irmanado em unidade harmônica. Os autores sempre buscavam, em vista desses recursos, defender a ideia de que a composição indígena e natureza seria a relação original que garantia o aspecto mítico dessa cultura inalcançável. *Ex-Pajé*, ao iniciar-se por uma tomada panorâmica de mata densa, em meio a línguas indígenas, também norteia aproximação para imagens da tribo Paiteer Suruí, em 1969, entre sons de cantos, danças, artefatos mesclados à paisagem natural ensolarada. Porém, um corte seco conduz essa experiência do olhar para um entardecer. Então, quase ausente de iluminação, a abundância de

árvores de outrora, dá lugar a uma paisagem menos exuberante e à lâmpada elétrica. A visualidade se volta ao estabelecimento de contrastes entre um tempo perdido e o presente pleno de tecnologias que tomaram conta do local. Metaforiza-se na energia elétrica, no mosquito da cama em que dorme o pajé e na recepção de visitas que chegam de moto e mochila, mesmo que ainda falem em sua língua original – o pajé não fala português – vertida a outros idiomas pelas legendas. A entrega de uma pesquisa chega pelo correio. Trata-se do estudo do antropólogo francês Cédric Yvinec. Pelo diálogo entre Perpera e o rapaz, percebe-se que foi parte de um estudo em que o antropólogo, segundo as palavras do ex-pajé, “gostava de perguntar sobre o tempo em que era Pajé” (6min). A extensa pesquisa causa admiração: “É assim que os brancos fazem? Parece bem feito.” E a sequência retoma-se com fotos do passado em que, nostálgico afirma “antigamente consultavam o pajé, agora só tomam aspirina” (7min51seg) Naquele homem, em algum lugar, o pajé ainda existe e sua resistência se afirma na memória, por mais que relute em aceitá-la (Krenak, 1999; Chauí, 2000).

Na ditadura militar, como exposto anteriormente, o extermínio indígena alcançou níveis cada vez mais preocupantes dada a exploração de garimpo e jazidas minerais que promoveu colapso sanitário devido às epidemias. E, sob o distanciado olhar estrangeiro, pode-se remeter à fotografia Claudia Andujar, que acompanhou a nação indígena Yanomami em séries de fotografias que visavam à compreensão de História e Cultura por meio de imagens através do tempo erigindo concepções memoriais engendradas a saberes e tradições. Das relações de poder imbricadas às narrativas, emergem questões referentes à necropolítica. E, aos poucos, tramas enredadas às sobreposições visuais conduzem ao entendimento de que diversos meios de subjugação dos povos indígenas estão atrelados a subjetividades. Estereótipos longamente construídos por literatura e cultura nacionais desde o século XVI, a partir da colonização que condensou toda multiplicidade cultural em elementos generalizantes apagaram as perspectivas históricas. Nesse sentido, a obra de Andujar é um grito contra incessantes iniciativas de dizimação dos povos originários ao retratar o cotidiano de sua espiritualidade profundamente ligada à natureza e, por isso, alvo direto dos mecanismos de controle afeitos às políticas de morte como pilar de negociatas voltadas ao potencial lucrativo do ecossistema.

Suas exposições nacionais e internacionais visibilizaram as questões indígenas, talvez, por suas raízes judaicas também perseguidas ancestralmente uma vez que era descendente de uma família dizimada pelo Holocausto, tendo que se exilar da Europa migrando para os Estados Unidos e, posteriormente, ao Brasil. Assim, irmanou-se a medidas contrárias à intolerância que desde tempos remotos promove o extermínio. Portanto, sua obra dialoga com a de Luiz Bolognesi, porque literalmente registra e retrata materialmente memórias

que estão sendo minadas pela invasão de territórios e mentes também de maneira sutil. Através da arte, porém não com intuitos fundadores ou classificadores, Andujar questiona essa cultura estruturalmente genocida. Paralelamente, *Ex-Pajé*, configura-se como realidade atemporal que acompanha os povos originários sul-americanos que ainda resistem às investidas simbólicas e reais de extermínio e oferecem pistas para a compreensão de uma civilização voltada ao aniquilamento da memória social cada dia mais distante. Relegadas a teias de enredos fragmentados e esvaziados de acordo com interesses subjetivos, muitas dessas memórias e experiências são assoladas por discursos de mortes epistêmicas. Esses desmandos se dispõem a anular as possibilidades dos indivíduos de continuarem a produzir saberes como sujeitos históricos detentores de suas próprias narrativas, fator determinante para a manutenção da democracia através da preservação dos Direitos Humanos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Possivelmente o resultado do documentário, como alerta, seja o de que pensar e buscar a preservação dos povos indígenas está ligado naturalmente a iniciativas que saiam do plano da discussão ideal para o campo de políticas públicas efetivas que zelem pela manutenção de dignidade e bem-estar social a fim de integrá-los à população brasileira em termos de direitos e acesso a bens públicos que lhes permitam viver de maneira plena. Sua argumentação constrói-se a partir da premissa de que é preciso assegurar proteção de territórios, garantir atendimento médico, hospitalar e de vacinação.

De modo indireto, refere-se ao acesso às universidades, à proteção da integridade desses corpos expostos a práticas de genocídios que necessitam de mapeamento de modo que sejam incluídos em planos de governo e segurança como todos os cidadãos do país. Por fim, a angústia do ex-pajé como microcosmo de diversas culturas em extinção perpassa a tela e a narrativa para repudiar intolerâncias e preconceitos cada vez mais presentes na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, J. (2003 [1857]). *Guarani*. São Paulo: Ática.
ALENCAR, J. (2004 [1865]). *Iracema*. São Paulo: Ática.
ALENCAR, J. (2003 [1874]). *Ubirajara*. São Paulo: Ática.
ANCHIETA, J. (1973 [c. 1583]). *Auto representado na festa de São Lourenço*. Recuperado em 02 de julho de 2023, de http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/autofestasaelourenco.pdf.
ANDRADE, O. (2003). *Pau Brasil* (2ª ed.). São Paulo: Globo.

- BOLOGNESI, L. (dir.). (2018). *Ex-Pajé* [Documentário]. Gullane Filmes.
- BOSI, A. (1992). *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CANDIDO, A. (1993). *Formação da literatura brasileira* (7^a ed.) Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia.
- CHAUÍ, M. (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fund. Perseu Abramo.
- CLASTRES, P. (2004). *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naif.
- DIAS, G. (2002). *Poesia indianista* (2^a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (2005). *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: F. Universitária.
- GAMA, B. (2003). *O Uruguai*. Rio de Janeiro: Record.
- KRENAK, A. (1999). O eterno retorno do encontro. In A. NOVAES. *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RIBEIRO, D. (1997). *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Vozes.
- RICOEUR, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP.
- SOUZA, GILDA DE MELLO, E. (2003). *O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma*. São Paulo: Ed. Duas Cidades/Ed. 34.
- VALENTE, R. (2017). *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras.

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE RIOS E FLORESTAS: SENSIBILIZAÇÃO PARA O *ETHOS* DA CULTURA AMAZÔNICA

INÊS RIBEIRO

Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil)

LUCIA GOUVÊA PIMENTEL

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil)

RESUMO

Esta comunicação é resultado da pesquisa de doutorado realizado no Programa de Pós-graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais – (UFMG, Brasil). Investigou-se sobre as experiências de formações profissionais que possibilitaram a compreensão da dinâmica do processo de formação permanente de professores das escolas públicas de rios e florestas, bem como em que suas contradições, limites, avanços e recuos se dão e podem gerar novas chances para o ensino/aprendizagem em arte, promovendo a qualidade de ensino/aprendizagem na formação artística-cultural. A partir da análise das concepções e práticas da formação permanente em Arte no âmbito da educação básica brasileira, os objetivos específicos buscavam analisar os sentidos políticos, artísticos e pedagógicos dos conteúdos de formação permanente em artes; desenvolver práticas multiculturais e compreender a práxis-poiesis de professores-artistas. A questão detonadora foi: Como propostas de práticas artístico-pedagógicas podem possibilitar processos diversificados de ensino/aprendizagem em Arte/Teatro? O caminho metodológico foi o da pesquisa participante, com o fim de descrever a lógica do problema, propor plano de ação e propor intervenção. A meta a ser alcançada foi haver o entendimento dos problemas e serem elaboradas alternativas que vão ao encontro de um projeto de formação permanente para professores. Pretende-se, também, contribuir com proposições teórico-metodo-

lógicas para a formação continuada de professores que incorpore um currículo multicultural na Amazônia.

Palavras-chave: Formação-continuada; arte; teatro; currículo-multicultural.

I. INTRODUÇÃO

A PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA para professores do campo ribeirinho deve ser compreendida na perspectiva da “sensibilização para o ethos da cultura amazônica”, pois, conforme Ribeiro,

a interface entre essas duas perspectivas possibilita considerar a escola como uma instituição com política de formação afirmativa e socializadora dos saberes culturais. Indica também, a inclusão da cultura no currículo escolar (...) aproximando Arte, Ciência, Tradição (Ribeiro, 2019, p. 28).

Considera-se a concepção de que a formação continuada de professores deve ser proposta com base no pensamento reflexivo e crítico, a partir das situações-problemas relativas ao ensino/aprendizagem dentro da sala de aula das escolas de rios e florestas. O ponto de partida é um processo colaborativo que estabeleça canais de diálogo entre professores das instituições formadoras e universidades, com professores das escolas de Ensino Fundamental da Educação Básica brasileira, com interesse de atingir os objetivos democráticos e de provocar discussões sobre o papel da Arte nas escolas. E, ainda, de como estas podem promover reflexões sobre as vantagens de Arte/Teatro para a formação humana integral, afetando a experiência do aluno e do professor e, conseqüentemente, influenciar a aprendizagem de outros campos de conhecimento. Isto posto, recorreremos ao pensamento de Paulo Freire que, no livro *A Pedagogia do Oprimido* (2005), enfatiza a importância de articularmos diálogos para a produção de explicações, entendimento e significação para a resolução de problemas sociais, econômicos, políticos e culturais a partir de nossa própria autocrítica, buscando novos caminhos e aprofundamento de nossas posições, incorporando novos parâmetros práticos e teóricos.

Segundo Freire “à medida que um método ativo ajuda o homem a tomar consciência da sua problemática, da sua condição de pessoa, e logo de sujeito, ele adquirirá os instrumentos que lhe permitirão fazer escolhas” (1980, pp. 47-48).

Portanto, na pesquisa realizada, a pedagogia libertadora de Paulo Freire possibilitou a construção de diálogos a partir das situações problemas na própria experiência dos professores vivenciadas com toda a comunidade escolar. Foi proposta a análise de concepções e práticas da formação continuada em Arte no âmbito da Educação Básica, a partir da construção coletiva

do conhecimento e a utilização do diálogo como estratégia da consciência como meta de planejamento coletivo. Buscou-se, ainda, analisar os sentidos políticos, artísticos e pedagógicos dos conteúdos de formação continuada em Artes, pensando a construção de conhecimento como decorrência de uma ação partilhada entre sujeitos e desenvolver ações e práticas de formação continuada multiculturais ao pensar a constituição de homens e mulheres pela/na Cultura do tempo constituinte desta. Foi importante, também, compreender a *práxis-poiesis* de professores-artistas, pois a função social da arte permite a comunicação da experiência individual e coletiva dos sujeitos, na concepção do sujeito como histórico-cultural, considerando cultura como parte integrante da natureza de cada ser humano. Já na concepção da área Artes, considera-se que o jogo teatral enriquece o diálogo, a cooperação e o incentivo às capacidades individuais, uma vez que nele aparecem as funções sociais e culturais durante o desenvolvimento da criança no processo ensino/aprendizagem.

Em síntese, é adequado considerar que esses princípios orientam uma proposta de formação continuada de professores no intuito de fazer a sensibilização para o *ethos* da cultura amazônica, via pesquisa cultural amazônica, presumindo a formação continuada de professores na perspectiva do respeito à identidade dos professores e dos alunos ribeirinhos como os reais sujeitos das escolas de rios e florestas. O foco metodológico parte da problematização dos condicionantes e potências da vida cotidiana na escola: condições de trabalho, conflitos nas relações de poder na escola, projetos da escola, saberes comunitários de aprendizagens dos alunos.

2. PROCESSOS E ABORDAGENS DE PESQUISA

O pressuposto orientador desse processo de formação continuada vem da problematização da realidade educacional em que se encontra o professor das escolas de rios e florestas. Nesse sentido, é necessário compreender quais as características complexas do campo ribeirinho (Loureiro, 2015), no intuito de conhecer os saberes da comunidade, pois as crianças são também educadas nas práticas cotidianas da sua comunidade. Como nos diz Freire (2005), o homem, posto diante do mundo, estabelece uma relação sujeito-objeto da qual nasce o conhecimento, que ele expressa por uma linguagem. Esta relação é feita pela via preponderantemente sensível e por via preponderantemente reflexiva. Deste modo, surge da primeira captação uma compreensão preponderantemente “mágica” da realidade. Da segunda, uma compreensão preponderantemente crítica. Ainda conforme Freire (2005), o que teríamos que fazer então seria levá-lo a substituir a captação mágica por uma captação cada vez mais crítica, ajudando-o a assumir formas de ação também críticas, pois, respondendo às exigências de democratização fundamental e inserindo-se no

processo histórico, ele renunciará ao papel de simples objeto e exigirá ser o que é por vocação: sujeito.

Assim, a organização de formação permanente de professores deve incluir as reais demandas da escola, considerando os conceitos freireanos de diálogo, autonomia e participação como basilares para propostas formativas na escola. Para tanto, é necessário que o formador inicialmente identifique os valores, ideias e referenciais simbólicos, buscando compreender o *ethos* da comunidade onde o professor ribeirinho desenvolve sua trajetória profissional. A pesquisa utilizou a noção freireana de educação crítica, ou seja, análise da formação humana, para estabelecer limites e esclarecimentos a partir do pensar em relação à realidade e refletir sobre si. Outro aspecto da pesquisa foi ressaltar a preocupação com a diferença cultural da formação entre as escolas dos rios e florestas e as escolas da cidade, visto que a cultura ribeirinha é, segundo Loureiro, “dissonante dos cânones urbanos, o homem amazônico, o caboclo, busca desvendar os segredos do seu mundo, recorrendo predominantemente aos mitos e estetização” (2015, p. 48). Para tanto, buscou-se compreender as características básicas da cultura ribeirinha e pretendeu-se desenvolver atividades que potencializassem as manifestações artísticas, seus ritmos, dança, teatro etc. onde a escola pública ribeirinha está situada. Loureiro diz que “convém ainda discutir as questões do lugar da cultura cabocla na cultura regional” (2015, p. 52).

A pesquisa realizada teve relevância, uma vez que possibilitou a execução da proposta da tese do doutorado para o atendimento à demanda de formação teatral de professores da rede pública das escolas das ilhas de Belém, com objetivo de contemplar as normas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 e garantir a democratização do acesso às Artes Cênicas pelos professores da Educação Básica que atuam na área das ilhas do Município de Belém. As ações de ensino/aprendizagem de Arte/Teatro se configuram como uma experiência ímpar, visando provocar alterações na formação continuada de professores que resultem em protagonizar a expressão artístico-cultural ribeirinha, a partir das experiências humanas originárias da Amazônia. Ainda como relevância acadêmica, está a instalação e consolidação do primeiro Grupo de Estudos e Pesquisa em Arte Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil), ampliando a atuação do grupo de pesquisa que tem sede em Belém, permitindo maior intercâmbio entre pesquisadores e estudantes de *campi* dos municípios do interior do Pará e favorecendo a vivência dos estudantes do campus de Belém em grupo de pesquisa.

A relevância social está em contribuir com a Educação Básica, trazendo dados da realidade educacional, sistematizando e construindo subsídios para a elaboração de políticas públicas educacionais e culturais do município. Segundo Minayo (1998), a metodologia da pesquisa é o caminho do pensamento e a prática exercida na percepção da realidade.

Minayo (1998) entende que a pesquisa alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente a realidade do mundo. Para essa autora, a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares de um nível da realidade que não pode ser quantificado. Ela trabalha com um universo de significados, motivos, crenças, percepções, sentimentos e valores, no nível mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos. No escopo da pesquisa qualitativa, a pesquisa participante, ou pesquisa-ação, é considerada por Imbernón (2016) como possibilidade de refletir sobre a ação docente, unir projetos de mudanças na escola e realizar formação a partir das situações problemas de dentro da escola. Isso pode ocorrer a partir de um processo colaborativo que estabeleça canais de diálogo entre professores das instituições formadoras, universidades com professores das escolas de Educação Básica com interesse de atingir os objetivos democráticos do currículo e a aproximação entre teoria e prática educativa na área Artes e outras áreas do conhecimento.

Pimentel considera que

A metodologia é o caminho para se chegar aos objetivos da pesquisa. Esse caminho pode ser variável e diferente para cada pesquisador/a e para cada pesquisa. O que se busca é o caminho mais adequado, ou seja, a metodologia mais adequada, que diz respeito ao sentido mais lógico, que releva o ponto de vista pessoal de quem o escolhe e o paradigma teórico em que o/a pesquisador/a está atuando (Pimentel, 2015, p. 95).

Neste sentido, em termos teórico-metodológicos, para maior aproximação com nosso objeto de pesquisa adotamos a pesquisa participante e assumimos os princípios do Teatro do Oprimido de Augusto Boal (1996) e da concepção freireana de Educação, com destaque para: a) cada ser humano é capaz de fazer aquilo de que um ser humano é capaz. Talvez, não tão bem como os outros, melhor que outros, mas cada um faz sempre melhor que si mesmo” (Boal, 2003); b) a arte pode ser entendida de muitas maneiras, mas depende de um ato autônomo e específico da mente humana e que é gerado pelo poder da forma estética; c) atuar como professora é problematizar as ações humanas na realidade (Freire, 2005).

A metodologia deve estar aberta para qualquer mudança no processo de construção da formação continuada junto com os professores. Se for necessário mudar o caminho, será mudado. Agindo assim, abrimos espaços para a criatividade do grupo de professores e os preparamos para resolver o inesperado. Segundo Morin (2000), o inesperado surpreende sempre que nos instalamos de maneira segura em nossas teorias e ideias, e estas não têm estrutura para acolher o novo. É necessário saber organizar o caminho para ajudar a estratégia de pensamentos para receber o novo.

As escolas onde foi desenvolvido o trabalho de campo da pesquisa fazem parte das ações do projeto de extensão *Preamar Teatral: arte, educação e cidadania nas escolas de rios e florestas* que, desde o ano de 2010, vem desenvolvendo propostas de formação continuada, por via da extensão universitária, em consonância com o projeto político pedagógico do curso de Licenciatura em Teatro da UFPA. Nessa perspectiva, trabalhamos em um campo em que não pudemos isolar variáveis, mas lidamos com situações-problemas de formação de professores em Arte/Teatro, levando em conta o contexto socio-cultural e educacional ribeirinho. Isso possibilitou um enfoque em espiral e a análise da lógica interna dos problemas e bloqueios vivenciados no processo de ensino/aprendizagem em Arte/Teatro.

Os professores e as pesquisadoras estiveram envolvidas na pesquisa sobre a prática docente a partir do Estudo da Realidade (ER). A técnica de coleta de dados foi coletiva, utilizando-se a observação participante, cadernos de protocolos em que todos registraram o que sentiam, a história de vida, a entrevista de grupo, os documentos produzidos no contexto estudado, o diário das aulas e vivências teatrais desenvolvidas com o grupo de professores. Assim, a base teórica se construiu ao longo da coleta e análise de dados, e o caminho metodológico foi o da prática para a teoria. Foi possível descrever a lógica do problema, propor plano de ação e propor intervenção, ou seja, a Organização do Conhecimento (OC). Para tanto, foi primordial o interesse de participação dos professores na formação continuada em Arte/Teatro, a comunicação entre a UFPA e as escolas públicas dos rios e florestas, além de conhecer e compreender a institucionalidade e os significados atribuídos pelos professores à sua prática docente na escola e às situações que os afetam. É importante destacar que já está em construção um projeto com atividades formativas para possibilitar a desenvolvimento do currículo em Arte/Teatro e sua aplicabilidade. Além disso, houve momentos para trabalhar com a autoavaliação, estabelecer processos de pensamento e reflexão sobre a prática docente nas escolas ribeirinhas, ao se aproximar de uma realidade, confrontar hipóteses e elaborar a tese. Ou seja, ir para além da aparência do fenômeno estudado e buscar a sua essência.

Em uma primeira etapa, foi realizada a construção do projeto de formação junto com os professores das escolas públicas das ilhas de Belém escolhidas para participação da formação. Na segunda etapa, foi exercitada a prática didático-metodológica do ensino/aprendizagem Arte/Teatro na sala de aula, com professores, coordenadores pedagógicos, comunidade e alunos, todos juntos. Como procedimento teórico-metodológico, a pesquisa-ação possibilitou a organização do trabalho de campo que consistiu no recorte empírico da construção teórica elaborada. Essa etapa combinou selecionar uma escola para a pesquisa de campo, organizar a proposta de formação juntamente com a escola, elaborar uma proposta de formação e levar para ser aprovada pelos

professores e, em seguida, iniciar a formação continuada com um grupo de professores e a participação de discentes da UFPA.

Como produtos da pesquisa, além da tese de doutorado, estamos publicando artigos em periódicos, capítulo de livros e anais completos em congressos e seminários. Podemos ainda citar a orientação de estudantes de graduação em suas monografias, a realização de reuniões de discussão e seminários sobre pesquisa, realizando aprofundamento teórico e discutindo sobre como pode ser feito o tratamento de dados documentais e empíricos de uma pesquisa em Artes. Nota-se o fortalecimento do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Arte Educação na Escola de Teatro e Dança da UFPA.

3. ESCOLA DE RIOS E FLORESTAS E TEMPO DE VIDA

Escrever sobre o campo da pesquisa requer não uma descrição e tampouco uma completude do espaço amazônico ribeirinho, mas “contextualizar, unir, globalizar, e, ao mesmo tempo, reconhecer o singular, o individual e o concreto” (Morin, 2003, p. 30) da interrelação espiral do conhecimento físico do chão amazônico com o conhecimento cultural, social, político e os conhecimentos da tradição dos sujeitos ribeirinhos. Trata-se de exercer sobre o objeto de estudo um pensamento que possa dar conta da complexidade do lugar de vivência social ribeirinha, saiba lidar com os conhecimentos e modos de vida dos sujeitos a partir de suas atitudes, hábitos e valores construídos e compartilhados dentro desse espaço.

A comunicação da pesquisa realizada é resultado do trabalho docente no Ensino Básico e no Ensino Superior, representando uma reinterpretação do já vivido nesse espaço. É uma tentativa de explicar o campo de pesquisa a partir de estruturas locais de saber, trocar uma série de dificuldades bem mapeadas por outras de estruturas quase desconhecidas.

Para tanto, é necessário tomar distância da racionalidade cosmopolita para compreender a identidade étnico-cultural da população ribeirinha para além de uma razão fundamentada no paradigma da racionalidade e de sociabilidade urbanocêntrica, que reduz a identidade do sujeito ribeirinho a estereótipos de preguiçoso, inadaptado para o trabalho etc. Essa razão insensível produz invisibilidades das populações do campo e hierarquizações e preconceitos entre os modos de vida urbano e rural.

Em oposição ao paradigma que provoca crise de identidade, foi preciso realizar a tarefa de trazer um entendimento do espaço ribeirinho não capitalizado pela lente do pensamento binário, mas na perspectiva da abordagem de Morin (2000), que não isola o objeto de estudo do seu contexto, dos seus antecedentes, de seu devir.

Em relação à organização sociocultural, o sujeito ribeirinho se organiza externamente com a floresta, o rio e o tempo em uma comunidade predominantemente rural. Sujeito de poucos recursos, mora disperso e isolado em pequenas áreas da mata, à beira de rios, igarapés e furos. Tem profundo conhecimento do chão da mata com habilidade para nadar, caçar, plantar, reconhecer trilhas, plantas venenosas, animais peçonhentos, períodos das safras de frutas, peixes etc. São remeiros, guias, caçadores e pescadores. Registre-se que a maioria das casas não têm energia elétrica e água potável, nem sanitários.

As crianças ribeirinhas gostam de brincar de fazer barraco no fundo do quintal com folhas da palmeira do açaí, se divertem com barro fazendo esculturas dos elementos da cultura paraoara, como vasos, casas, potes, animais, pássaros, frutas, gostam de brincar com palha tecendo roupas, pratos, ornamentos, pulam n'água para tomar banho no rio, na praia fazendo montanhas, pegam peixes com a mão e com “timbó”, se jogam de cima de troncos e na varanda das casas. A primeira educação é com a convivência das crianças com a mãe, o pai, com muitos irmãos e primos. Educam-se para enfrentar o local onde moram e sabem da importância de saber nadar logo cedo, de enfrentar o rio. Vivem também com o pé na terra, ajudando a família no cultivo da mandioca, nos afazeres da pesca e sabem cuidar dos irmãos menores. As crianças vivem livres em grandes quintais-florestas¹.

Vive-se pela relação íntima com a natureza, baseada na lógica autóctone de território. Segundo Loureiro (2015), o rio é um ser vivo que tem grande influência na vida dos ribeirinhos. Assume uma importância fisiográfica e humana excepcional na Amazônia, tornando-se um fator dominante nessa estrutura, conferindo um *ethos* e um ritmo à vida regional. Inclusive, determina o ritmo das escolas públicas das ilhas, que se dá pelas cheias e secas do rio; portanto, essa lógica autóctone deve ser levada em consideração no contexto educacional ribeirinho. É, como afirma Geertz (2014), compreender os significados localizados e próprios dos contextos culturais que são produzidos, senão se estará falando de uma educação abstrata.

Para Loureiro,

a Cultura Amazônica onde predomina a motivação de origem rural ribeirinha é aquela na qual melhor se expressa, mais vivas se mantêm as manifestações decorrentes de um imaginário unificador refletido nos mitos, na expressão artística propriamente dita e na visualidade que caracteriza suas produções de caráter utilitário – casas, utensílios, barcos (Loureiro, 2015, p. 56).

¹ Vídeo documentário *Duas meninas e uma canoa no rio Jutai- Amazonas*, disponível para visualização em <https://www.youtube.com/watch?v=oV0btnderfY> (recuperado em 10 de outubro de 2019).

Espaços que apresentam uma rica literatura local, sendo através dela que o homem, a mulher e a criança ribeirinha explicam suas realidades.

IMAGEM 1. Território ribeirinho.



Fonte: Arquivo pessoal.

O fato é que a vida de determinada comunidade traz um processo cumulativo de experiências que se tornam hábitos, costumes, vivências entre os homens e o meio sociocultural, leva em conta a contribuição de antepassados; a forma das crianças conviverem em um determinado grupo depende dos ensinamentos dos pais, da influência da igreja e das formas de convivência grupal. Quando elas se tornam estudantes, trazem consigo todo esse aprendizado para o contexto escolar. Assim, as práticas educativas vivenciadas com e pelos estudantes servem para eles apreenderem os significados e os sentidos do currículo oculto que se faz insistentemente presente junto ao currículo institucional, ou seja, não há como ignorá-lo porque é a própria cultura ribeirinha interligada com o currículo escolar e essa imbricação precisa estar cada vez mais explícita nas práticas artístico-educativas das escolas públicas das ilhas de Belém.

Os moradores dessas ilhas possuem – social e cognitivamente – esquemas construídos por meio de ações materiais e de comportamentos simbólicos. Possuem o conhecimento cultural do uso de boa parte da biodiversidade, sa-

bem a funcionalidade da maré, da interferência da lua nas águas, têm um trato com a natureza do cuidar e do viver em relação com a mata, o rio, a floresta e a terra que dá suporte, para o que Loureiro denomina “imaginário poetizante estetizador”, governado por sistema de funções culturais, tendo como suporte material a natureza e

desenvolvendo-se por meio da vaga atitude contemplativa própria do homem da região em sua imersão no devaneio. Um devaneio que atua como ligação entre o real e o irreal, exatamente como naquele percurso sem palavras de retorno à vida, pura caminhada imaginante empreendida por Orfeu ao resgatar Eurídice da outra margem do eterno. Devaneio que é uma verdadeira meditação ontológica. É como esses trabalhadores das águas ou da terra que povoam a região assumissem uma atitude tropicalmente platônica (Loureiro, 2015, p. 15).

O autor revela que o sujeito amazônico, governado pela função estética do imaginário, faz um mergulho poetizante no mundo cultural, interpretando poeticamente a sua própria existência na relação que estabelece com o rio e a terra. Essa função estética amazônica, pelo imaginário, pelo devaneio presente nos sujeitos ribeirinhos é uma poética estético-cultural.

Conforme Loureiro (2015), essa estética dominante potencializa o sujeito ribeirinho a infundir sentido novo ao que vive, mesmo ao que lhe representa perigo ou lhe é incompreensível. Atreve-se criativamente instalar o espírito do maravilhoso, do devaneio em toda a realidade circundante e, dessa forma, afluí ao rio e à floresta, transbordando toda a energia criadora, estética instintiva ao Anfiteatro Amazônico.

O autor ainda afirma que o olhar liberto, contemplativo, transfigura o real transmitido pela tradição e inspira o caboclo ribeirinho a obras literárias de cunho oral. Não é só na beleza das lendas do Boto, Tambatajá e da Cobra Grande, e como as experiências pessoais servem de base para as narrativas destes mitos, mas pela força da libertação e originalidade poética dessa população para criar a Arte Amazônica. Arte inicialmente construída face à relação de poder dos indígenas com outras culturas. Nesse processo de inter-relação cultural, Loureiro afirma que

foi construindo, enfim, uma cultura com as peculiaridades e o poder de todas as culturas, isto é, a de determinar o comportamento dos indivíduos ou dos grupos. Um sistema geral que se vincularam, numa relação dialética de funcionalidade de dominância, todos os aspectos da vida, mesmo os mais isolados. E é nesse campo de relações que se integra a criação artística, seja no âmbito do artesanato, seja no campo das artes em geral, e onde decorrem suas significações mais profundas. Uma verdadeira *paideia* não codificada, presente no sentido formador dessa cultura de integração do ho-

mem com sua realidade prática e simbólica, como ideal pedagógico capaz de formar o adulto na vida amazônica e no mundo (Loureiro, 2015, p. 304).

Isso demonstra que houve um processo de assimilação cultural pela via da violência, mas nem todas as populações da Amazônia estão dispostas a renunciar à sua herança cultural e, por conta disso, a arte popular da Amazônia produziu-se de forma coletiva, em espaços ilhados, com assinatura da memória coletiva se configurando não como folclore, mas como obras artísticas autônomas, expressando suas próprias significações. Pode-se verificar esse fenômeno na arte musical popular da Amazônia, a dança do Carimbó, na dança dramática do Boi Tinga na cidade de São Caetano de Odivelas, no teatro popular musicado Pássaro Junino, no Boi de Parintins e artesanato artístico dos brinquedos de miriti.

Pode ser destacado, como uma das obras artísticas originariamente paraenses presentes na região insular de Belém, o teatro popular do Pássaro Junino. O teatro popular paraense reconhece a diversidade da identidade étnica da população amazônica, portanto, tem uma formação intercultural. Abaixo, a reportagem do SBT Pará “Pássaro Junino Cultura Popular amazônica com três séculos de história” com o grupo atuante mais antigo².

Na Amazônia, no campo da cultura popular, facilmente é possível se deparar com referências da música, dança e teatro originárias da região, ao longo do seu processo histórico de formação cultural. Sobre este ponto, considera-se ser importante, para o processo de formação continuada de professores, o entendimento da cultura ribeirinha que, no seio da tradição cabocla marajoara, vem se constituindo ao longo dos rios e matas e igarapés da região.

As manifestações artísticas dos sujeitos ribeirinhos e seu modo de viver vêm sendo gerados no sentido da interculturalidade, no reconhecimento da diversidade. Portanto, a formação dos sujeitos das ilhas deve ser intercultural, apontando para novas práticas educativas que potencializem a identidade das populações das ilhas, com a presença de vozes de diferentes sujeitos.

4. A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ORGANIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS PÚBLICAS DAS ILHAS DE BELÉM

A cidade de Belém tem uma parte de suas escolas no estuário amazônico geograficamente marcado por uma grande concentração de ilhas. A região insular municipal, por sua dimensão abriga um constelário de aproximada-

² SBT Pará (2018), “Pássaro Junino: cultura popular amazônica com três séculos de história”, em <https://www.youtube.com/watch?v=h2Qxr3RQ96c>.

mente 39 ilhas em seu território. Segundo o Plano Diretor de Belém, as ilhas de Belém, excetuando Mosqueiro e Caratateua (Outeiro) são consideradas comunidades rurais.

IMAGEM 2. Barco transporte escolar.



Fonte: Arquivo pessoal.

As comunidades ribeirinhas lutaram e lutam pela educação escolar dos seus filhos, pois não têm condições econômicas, além do longo tempo das viagens nos rios que, pela demora, os impede de estudar na zona urbana de Belém. Mulheres da comunidade, sensibilizadas, doaram terrenos para serem construídas as primeiras escolas na comunidade. As escolas estão à beira do rio, rodeadas por mata e são de madeira. À frente, barcos ancorados e amarrados em pontes que interligam rio-escola-rio, por onde tem gente que passa, chega e vai em barcos ou em canoas esculpidas em troncos de madeiras, pintados com tintas vivas e com o traço do nome do dono.

E, no caminho escolar fluvial, mulheres e homens que lidam com roupas, comida, redes de pesca, crianças que brincam na natureza, exímios conhecedores do remar do lugar e significativos saberes tradicionais da cultura cabocla amazônica. O rio, tal como palco teatral, é inundado de diferentes cenas que emergem em correntes de pensamentos estéticos na busca pela durabilidade da ontologia amazônica. Segundo Loureiro, “é um rio heracliteano,

que muda tudo, desgasta, acrescenta, passa. O imaginário é que lhe impõe permanência por meio de suas âncoras culturais” (2015, p. 144).

FIGURA 1. Ilhas de Belém do Pará.



Fonte: Arquivo pessoal.

As escolas das ilhas têm o espírito do rio. As políticas e práticas educacionais, para bem ancorar e não imergir, devem incluir os saberes culturais ribeirinhos porque a escola exige maior permanência, energia e circulação com articulação de um currículo do Ensino Fundamental I e II e o Ensino Médio que tenha um olhar sobre os processos históricos locais, nacionais e mundiais. Um currículo que tenha a inteligência ribeirinha, cuja proposta curricular de formação pressuponha a relação do sujeito com o meio, mediado pelos vários conhecimentos, experiências e relações que se dão nas dimensões ecológicas, sociais, políticas, ambientais, culturais e econômicas dessas populações. Para conseguir oferecer uma visão ampla das questões locais e transnacionais, estudiosos educadores crítico-dialéticos, fundamentados na proposta pedagógica fundada na ética universal do ser humano (Freire, 1980), declaram a importância da reflexão histórica e cultural.

5. CONCLUSÃO

A proposta de formação continuada para professores dos rios e florestas deve ser compreendida sob a perspectiva da sensibilização para o *ethos* da cultura amazônica. A interface entre essas duas perspectivas possibilita considerar a escola como uma instituição com política de formação afirmativa e socializadora dos saberes culturais. Indica também, a inclusão da cultura no

currículo escolar possibilitando o currículo com as narrativas do cotidiano dos sujeitos que vivem a escola criando inúmeras possibilidades de conhecimentos da terra, da água, da mata, aproximando arte, ciência e tradição.

Afinal, é preciso entender o currículo não como um discurso de conteúdos a serem distribuídos pelos tempos e espaços escolares, mas sim como um detonador de processos exploratórios, com espaço para a atuação argumentativa, criativa e crítica do professor, sempre conectada com o ecossistema cultural local e regional onde se insere a escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOAL, A. (1996). *O arco-íris do desejo: método Boal de teatro e terapia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BOAL, A. (2003). *O teatro do oprimido e outras poéticas públicas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CACHADA, F. (2013, 08 de maio maio). *Duas meninas e uma canoa no rio Jutai, Amazonas* [Vídeo]. Youtube. Recuperado em 10 outubro de 2019, de <https://www.youtube.com/watch?v=oVobtnderfY>.
- FREIRE, P. (1980). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- FREIRE, P. (2005). *A pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- IMBERNÓN, F. (2016). *Qualidade do ensino e formação do professorado*. São Paulo: Cortez.
- GEERTZ, C. (2014) *Saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro, Vozes.
- LOUREIRO, J. D. J. (2015). *Cultura Amazônica: uma poética do imaginário*. Manaus: Valer.
- MINAYO, M. C. S. (1998). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Abrasco; Hucitec.
- MORIN, E. (2000). *Os setes saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez.
- MORIN, E. (2003). Da necessidade de um pensamento complexo. In F. M. Martins, & J. M. da Silva (Orgs.). *Para navegar no século XXI* (pp.13-36). Porto Alegre: Sulina/Edipucrs.
- PIMENTEL, L. G. (2015). Processos artísticos como metodologia de pesquisa. *Ouvirouver*, 11(1). Recuperado de <https://seer.ufu.br/index.php/ouvirouver/issue/view/1242>.
- RIBEIRO, I. A. (2019). *Projeto Preamar Teatral: arte, educação e cidadania nas escolas públicas das ilhas de Belém* (Extensão). Belém: UFPA.
- SBT PARÁ (2018, 08 de junho). *Pássaro junino: cultura popular amazônica com três séculos de história* [Vídeo]. Recuperado em 10 outubro de 2019, de <https://www.youtube.com/watch?v=h2Qxr3RQ96c&t=4s>.

BIOECONOMIA, FITOTERÁPICOS E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS AMAZÔNICOS: DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

CARLA LADEIRA PIMENTEL ÁGUAS

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Brasil)

LEDA MARIA CAIRA GITAHY

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Brasil)

RESUMO

Recorrendo à etnografia virtual, esta pesquisa analisa webinários sobre bioeconomia e conhecimentos tradicionais, configurando uma cartografia de controvérsias. Através de mapas mentais, sistematizamos os desafios e recomendações apontados pelos atores, dentre os quais: dificuldades de delimitação do conceito de bioeconomia e sua apropriação pelos povos amazônicos; riscos de comoditização dos produtos e caminhos para sua prevenção; dificuldades de diálogo interepistêmico e respostas para sua superação. Pautada pelo conceito de ecologia de saberes (Santos, 2006), a análise integra o Projeto Prospecção e Priorização Técnico-Produtivas para a Integração da Cadeia de Fitoterápicos Amazônicos (PROFITOS-BIOAM), uma parceria INPA/Unicamp e UFAM que desenvolveu uma metodologia participativa de prospecção/priorização para a integração sustentável da cadeia de fitoterápicos amazônicos.

Palavras-chave: Povos amazônicos; ecologia de saberes; bioeconomia.

1. INTRODUÇÃO

CONSIDERANDO A EMERGÊNCIA do debate em torno do conceito de bioeconomia no contexto amazônico, o objetivo desta discussão é explorar as percepções de diferentes atores a respeito do assunto, identificando lacunas e potencialidades. Para tanto, desenvolvemos uma cartografia de controvérsias (Venturini, 2010) que explora o tema “bioeconomia na Amazônia” através da análise de cinco eventos transmitidos pela internet. Realizamos, portanto, uma etnografia virtual que sistematizou os principais problemas e recomendações manifestados pelos atores, com o intuito de analisar o conceito a partir de variadas perspectivas.

Este exercício é um resultado parcial do projeto “Prospecção e priorização técnico-produtivas para a integração da cadeia de fitoterápicos amazônicos” (PROFITOS-BIOAM), fruto de uma parceria interinstitucional entre o Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (DPCT/IG/UNICAMP), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM). As duas primeiras instituições são co-coordenadoras do projeto, que foi financiado pelas Fundações de Amparo à Pesquisa do Amazonas e de São Paulo (chamada FAPEAM-FAPESP 2020).

O PROFITOS-BIOAM visou o desenvolvimento de metodologia participativa de prospecção e priorização técnico-científicas e produtivas para a integração da cadeia de fitoterápicos amazônicos, contemplando critérios de sustentabilidade. Ele se organizou em cinco frentes, a saber: 1) Prospecção de atores, processos, instituições e organizações; 2) Análise do panorama do setor de fitoterápicos em países selecionados; 3) Classificação e priorização de espécies medicinais; 4) Estudo piloto; 5) Validação do estudo piloto e da metodologia. Além disso, o projeto foi guiado por quatro propósitos – o fortalecimento da produção de matéria-prima, insumos e fitoterápicos amazônicos; o fortalecimento das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação; a promoção do bem-estar das comunidades amazônicas envolvidas; o aumento do uso de fitoterápicos pelo SUS.

O resultado final desse processo foi a elaboração de uma metodologia de prospecção e priorização voltada para fitoterápicos amazônicos, que poderá contribuir para o tema e seus diversos atores, inclusive no que se refere à elaboração de políticas públicas. Dentro desse quadro mais abrangente, a presente discussão é parte da primeira frente e, no interior desta, pertence às reflexões sobre povos amazônicos e conhecimentos tradicionais.

Dentro desse escopo, o debate aqui apresentado foi impulsionado por perguntas basilares e aparentemente óbvias, tais como o que é o conhecimento e o que é a própria natureza. A partir do propósito de “promoção do bem-

-estar das comunidades amazônicas”, entendemos que justiça social e justiça cognitiva são conceitos entrelaçados (Santos, Araújo, & Baumgarten, 2016), de maneira que a cristalização da hierarquia entre os saberes contribui de maneira decisiva para invisibilizar e excluir os povos. Fazer frente aos obstáculos que se colocam entre as comunidades amazônicas e o seu bem-estar significa, dentre outros aspectos, exercitar a horizontalidade da escuta e promover um diálogo efetivo com os saberes historicamente subalternizados.

“Há pelo menos tantos regimes de conhecimento tradicional quanto existem povos”, descreve Manuela Carneiro da Cunha (2007, p. 78) que, utilizando exatamente o exemplo da etnomedicina, advoga pelo potencial da ciência tradicional na renovação dos paradigmas de ação das substâncias ativas, ou seja: pelo “reconhecimento de que os paradigmas e práticas de ciências tradicionais são fontes potenciais de inovação da nossa ciência” (Cunha, 2007, p. 81).

Este fio condutor, segundo pensamos, encaixa-se com as demandas, especificidades e complexidades da ampla região a que denominamos genericamente como Amazônia. Portanto, a intenção do nosso trabalho junto à Frente 1 do projeto é explorar as possibilidades de convergência entre diferentes paradigmas epistêmicos, nos moldes do que Boaventura de Sousa Santos (2006) denomina “ecologia de saberes”, ou seja: através do diálogo horizontal entre conhecimentos. Como o sociólogo, entendemos que diferentes práticas sociais geram diferentes saberes, que devem ser libertos da cristalização de hierarquias para que se estabeleça um verdadeiro encontro intercultural.

A primeira parte desta discussão consiste em uma revisão de literatura, em que destacamos alguns conceitos e sobrevoamos brevemente a questão das relações humano-natureza, com destaque para o que têm a dizer alguns intelectuais indígenas amazônicos. Descrevemos em seguida as estratégias metodológicas adotadas no trabalho, para depois desenvolvermos a discussão, que traça os principais problemas e recomendações sinalizados pelos participantes dos webinários. As conclusões tecem alguns fios de reflexão sobre a bioeconomia e suas relações com os povos amazônicos, buscando escapar ao ocultamento epistêmico que lhes é frequentemente imposto.

2. MARCO TEÓRICO

A caracterização da Amazônia passa pela visão de uma enorme fonte de recursos em uma floresta “vazia de seres humanos e animais” e por cisões socioeconômicas brutais, alimentadas por questões jamais resolvidas, tais como os estragos do garimpo, grilagem, expulsão e extermínio dos povos. Como descreve Lúcio Pinto (2014), a destruição da floresta em escala intensa é uma realidade de meio século, dada a partir da combinação entre a abertura de

estradas de penetração, incentivos públicos a investimentos privados e apoio institucional a parceiros privilegiados do modelo de ocupação da região. Essa descrição ganhou tons mais severos recentemente, com o aprofundamento das crises – ambientais, éticas, políticas, sanitárias, educacionais etc. – e a dinâmica de retrocesso de direitos. Trata-se, enfim, de um cenário tanto de encantamento, quanto de perplexidade: “A sensação do absurdo é comum quando se trata de Amazônia. Por que a região é tão maltratada? (...) Os problemas são antigos, assim como a sua percepção” (Pinto, 2014, p. 19). Mas, conforme afirma Eliane Brum (2021), o desafio não se resume a reconhecer a urgência dos problemas, mas sim viver conforme esse reconhecimento.

Enxergando essa máxima a partir da questão da economia amazônica, é possível pensar sobre o que se pode efetivamente fazer em prol de – e em diálogo com – os povos amazônicos, na contramão de fenômenos tais como o avanço sobre os territórios e o empobrecimento. A ideia de “favelização da Amazônia” (Aguiar, 2018), denunciada nos últimos anos, descreve uma explosão da pobreza, temperada por questões como a ampliação do agronegócio e da ação do PCC e Comando Vermelho na região. Diante disso, Aguiar defende a repactuação do projeto brasileiro para a Amazônia, de maneira a libertá-la do papel de província mineral e energética e de fronteira agropecuária, rumo a uma economia não predatória focada na sua efetiva maior riqueza, a biodiversidade. Seria a bioeconomia uma resposta para esse novo pacto?

A delimitação do conceito de bioeconomia é bastante flutuante, um fato que, como veremos adiante, é apontado como uma de suas fraquezas. Freitas e Schor afirmam que:

A noção mais usual de bioeconomia (...) muitas vezes dá margem à construção de modelos de desenvolvimento que não incorporam inovação, ciência e tecnologia nas suas estruturas e que permitem ações não sustentáveis em termos ambientais (Freitas e Schor, 2020, p. 20).

Considerando este alerta e tomando como referência a Nota Técnica lançada em 2021 pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas, podemos dizer que o conceito se refere “ao conjunto de atividades econômicas de produção, fomento à produção, distribuição e consumo de bens e serviços provenientes de recursos da socio biodiversidade” (Sedecti, 2021, p. 3). Segundo Val e Marcovitch (2021), a promoção das cadeias de valor proposta pela bioeconomia passa pelo alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030 – que inclui fatores tais como a erradicação da pobreza, segurança alimentar, geração de emprego e renda, acesso à saúde e educação – e deve ser iniciada a partir dos que produzem localmente.

A SEDECTI propõe premissas para a discussão da bioeconomia amazônica a serem seguidas pelas estruturas de mercado: conservação da biodiversidade; ciência e tecnologia voltadas ao uso sustentável da socio biodiversidade; diminuição das desigualdades sociais e territoriais; expansão das áreas florestadas e sustentáveis. Em sua Nota Técnica, a Secretaria abre mão do conceito de cadeias de valor para apostar na proposta de “redes de conhecimento produtivo”, partindo da compreensão de que cada território estabelece formas singulares, específicas, de articulação de mercado e de produtos da bioeconomia.

O conceito de rede implica em horizontalidade. Portanto, a aplicabilidade da proposta de “redes de conhecimento produtivo” depende da desestabilização de diversas hierarquias, inclusive entre os saberes, de maneira que o diálogo possa efetivamente fluir entre os atores. Considerando que a assimetria entre os saberes caminha lado a lado com a assimetria de poderes (Santos, Meneses, & Nunes, 2004), recorremos a Boaventura de Sousa Santos para pensar em saídas para o contínuo silenciamento das populações locais, sejam elas amazônicas ou não, na construção de projetos de futuro.

Sousa Santos considera que todo conhecimento é parcelar, nenhuma cultura sozinha consegue responder a todas as perguntas que nos interpelam, o que significa que não há conhecimentos “completos” ou “puros”, mas constelações de conhecimentos. A ideia de incompletude das culturas é um aspecto basilar do seu pensamento, que contradiz a reivindicação de universalidade da ciência moderna ocidental, ao caracterizar como particulares, locais, contextuais e situacionais as formas de saber que com ela rivalizam (Santos *et al.*, 2004).

A ecologia dos saberes (Santos, 2006; Santos, Meneses e Nunes, 2006) implica na renúncia a qualquer epistemologia geral. Parte dos pressupostos de que não há epistemologias neutras – “e as que clamam sê-lo são as menos neutras” (Santos, 2006, p. 143). A caracterização de um conhecimento válido deve ser baseada não nos conhecimentos em abstrato, mas sim nas práticas dos conhecimentos e seus impactos nas práticas sociais. Para certas práticas, um tipo de conhecimento pode ser determinante, mas para outras poderá ser irrelevante ou mesmo contraproducente. Ela exige, portanto, a descolonização da ciência e o diálogo entre o saber científico e outros saberes.

Porém, “não se trata de atribuir igual validade a todos os conhecimentos, mas, antes, de permitir uma discussão pragmática entre critérios alternativos de validade que não desqualifique à partida tudo o que não cabe no cânon epistemológico da ciência moderna” (Santos *et al.*, 2006, p. 30). Sobre este ponto, e uma vez que vivemos mergulhados em tempos de desinformação e desordem informativa, acrescentamos que não se trata de colocar em diálogo o saber com a ignorância, mas de buscar, através do diálogo intercultural,

alianças horizontais entre diferentes culturas capazes de criar novas respostas e gerar inovação. Ao lançarmos o olhar sobre o leque de saberes amazônicos, partimos do princípio de que a convergência intercultural é capaz de levar ao surgimento de propostas concretas e factíveis de intervenção na realidade (Medeiros & Gitahy, 2009).

É a partir dessa horizontalidade que as diferenças de percepção sobre as relações humano-natureza se tornam mais visíveis. O pensamento moderno ocidental assenta-se histórica e filosoficamente sobre a ideia de dicotomia entre as duas partes, alçando a espécie humana acima das demais formas de vida. Quando, por exemplo, René Descartes (2001[1637]) anuncia que os “homens” são senhores e possuidores da natureza, ele descreve uma humanidade aparentemente generalizável que está desconectada daquilo que a rodeia, o que torna a natureza um conjunto inerte, passível de ser controlado e conquistado. Para Moore,

a abstração Natureza/Sociedade conforma-se historicamente a uma série aparentemente interminável de exclusões *humanas* – não importa as disciplinas racionalizadoras e políticas exterminadoras impostas às naturezas extra-humanas. Essas exclusões correspondem a uma longa história de subordinação de mulheres, populações coloniais e povos não brancos – humanos que raramente são aceitos como membros da “sociedade civilizada” de Adam Smith (Moore, 2016, p. 2, tradução livre).

Segundo Luiz Marques, essa visão nos conduz àquilo que muitos autores vêm designando como Antropoceno – dentre outros termos convergentes, como “Capitaloceno” – ou seja, uma era caracterizada pelas marcas deixadas pela ação humana sobre o sistema Terra: “Os paleontólogos do futuro, se algum futuro ainda nos resta, notarão o súbito desaparecimento dos registros fósseis de um número incalculável de espécies” (Marques, 2018, p. 473). Para Haraway, a única via de escape desta tragédia anunciada está no aprofundamento do diálogo coletivo. A autora afirma que “talvez, mas apenas talvez, e apenas com intenso compromisso e trabalho colaborativo e envolvimento com outros terráqueos, será possível florescer ricas associações multiespécies que incluam pessoas” (Haraway, 2015, p. 160, tradução livre).

Desde o Brasil, a intelectualidade indígena vem também alertando sobre os riscos gerados pelo modelo de compreensão do mundo pautado pela cisão natureza/humanidade. “Na floresta, a ecologia somos nós”, explica o intelectual amazônico Davi Kopenawa (Kopenawa & Albert, 2015, p. 480). Ele espanta-se com o apego ocidental ao mundo material, como se o possuísse, e designa a parte dominante da população como “povo da mercadoria”. O também amazônico Gersem Baniwa, por sua vez, descreve as economias indígenas como detentoras de alta capacidade de autossustentação, que pode ser

explicada através da “profunda interdependência entre o mundo da natureza – algo vivo, composto por vegetais e animais, pedras, serras, rios – e o mundo dos homens” (Luciano, 2006, p. 190). A seu ver, a sustentabilidade ambiental, que garante a sustentabilidade físico-cultural desses povos, fundamenta-se na condição de conhecer e respeitar a natureza, o que significa uma visão integrada das potencialidades e necessidades materiais e espirituais dos sujeitos e coletividades.

Também é a partir da visão indígena do mundo que o conceito de bem-estar ganha outras cores, para além do conforto material. Trata-se de uma reivindicação de amplitude que faz o caminho contrário do conceito de bioeconomia: enquanto o último, como veremos, precisa ser melhor delimitado, o primeiro se expande para outras dimensões da vida, a exemplo da concepção de *buen vivir* que, em última análise, incorpora elementos tais como reciprocidade, solidariedade e harmonia com a natureza (Acosta, 2016). Segundo o intelectual indígena Ailton Krenak (2020, p. 17), “o Bem Viver não é distribuição de riqueza. Bem Viver é abundância que a Terra proporciona como expressão mesma da vida”.

Pensar em bioeconomia na Amazônia exige a articulação entre uma ideia ampliada de bem-estar com uma concepção de natureza capaz de desafiar a dicotomia hegemonicamente colocada. E isso só pode ser feito com abertura epistêmica, ou seja, a escuta ativa de variados saberes. Acreditamos que a partilha de saberes é tanto factível quanto necessária, rumo ao que Sousa Santos (2007) denomina utopia do interconhecimento, ou seja, a possibilidade de se aprender outros conhecimentos, sem esquecer os próprios.

3. OBJETIVOS E METODOLOGIA

O objetivo desta discussão é explorar as percepções de diferentes atores a respeito da bioeconomia na Amazônia, identificando problemas e recomendações sobre o tema. A ideia foi considerar o manancial de debates que vêm sendo promovidos via internet, aproveitando os conteúdos já disponíveis a fim de identificarmos as suas principais ramificações, bem como os pontos críticos apontados pelos especialistas em cada uma delas. Vale lembrar que os resultados parciais aqui apresentados fazem parte de um projeto mais amplo, o PROFITOS-BIOAM, que visa contribuir para um maior protagonismo dos fitoterápicos derivados de plantas medicinais da Amazônia, a partir da consideração do ambiente produtivo e da geração e uso de conhecimentos científicos e não científicos – incluindo os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade – e do planejamento e gestão da CT&I.

O que partilhamos até o momento é uma cartografia de controvérsias (Venturini, 2010) que recorre à etnografia virtual para explorar o tema. Esta cartografia é uma face metodológica da Teoria Ator-Rede (Latour, 2012), que busca dar conta das múltiplas realidades sociais e interesses relacionados a diferentes grupos. Ela consiste em um conjunto de técnicas destinado a explorar e visualizar versões heterogêneas de temas não consensuais, manifestadas por diferentes atores.

Na discussão aqui apresentada, analisamos os conteúdos de cinco eventos virtuais, escolhidos de maneira a contemplar uma satisfatória diversidade de atores. São eles: “Indigenizando a bioeconomia na Amazônia”, promovido pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB (01/10/2021); Sessões 1 e 2 do “I Wokshop de Bioeconomia”, promovido pelo INPA/USP (01-04/08/2021); “Bioeconomia no estado do Amazonas – Entrevista com Tatiana Schor”, promovido pelo Projeto Bioeconomia FAPEAM/FAPESP (06/10/2021) e; “Ciclo Alternativas Sistêmicas Rumo à Sustentabilidade da Vida”, promovido pela Faculdade de Economia da UNICAMP (29/11/2021).

Na primeira etapa de trabalho, foi elaborada uma planilha para cada evento, contendo dados gerais e conteúdo da fala de cada participante, com certo detalhamento. Dessa etapa, derivou a sistematização seguinte, consistindo no mapa mental do evento, contendo os principais problemas e recomendações apontados. Por fim, o conjunto dos mapas mentais foi sintetizado e dividido em cinco blocos temáticos, que por sua vez foram traduzidos em cinco novos mapas mentais.

Os blocos temáticos segmentaram as principais dimensões debatidas. São elas a dimensão conceitual, econômica, contextual, ambiental e cultural/epistêmica. Portanto, utilizamos uma estratégia de “afunilamento” de conteúdos, partindo de sistematizações mais específicas e detalhadas de cada evento, até sínteses bastante enxutas e organizadas por categorias. A intenção do processo foi facilitar a visualização das problemáticas e recomendações apontadas pelo conjunto de atores.

4. DISCUSSÃO

A cartografia de controvérsias sobre “Bioeconomia na Amazônia” resultou na identificação dos limites do tema – que, segundo muitos atores ouvidos, não pode ser considerado como uma panaceia capaz de redirecionar de maneira generalizante o cenário socioeconômico amazônico, em sua diversidade – bem como das suas possíveis potencialidades, que acenam para modelos divergentes à tendência de concentração (de terras, recursos), de desprezo pelas economias já existentes e de descarte dos seus saberes. As informações,

sintetizadas e organizadas em blocos temáticos, são apresentadas nos quadros abaixo. No que se refere aos problemas apontados pelos participantes dos cinco eventos analisados, temos:

QUADRO 1. Principais problemas relativos à bioeconomia segundo os eventos analisados.

Grupos temáticos	Principais problemas
Dimensão conceitual	Amplitude do conceito: “bioeconomia” pode fomentar tanto o desenvolvimento local, quanto impactos negativos (tais como da monocultura), a depender da delimitação da palavra; Limites do conceito de “cadeias produtivas”; Tendência à variação de muitos outros conceitos, de acordo com a compreensão de cada cultura.
Dimensão econômica	Deterioração das condições de vida, especialmente com a pandemia, e ampliação das desigualdades no contexto amazônico; Comoditização da produção, comprometendo a biodiversidade e modos de vida tradicionais; Concentração de renda e terra com a comoditização; Riscos de exclusão das economias já existentes; Riscos para o mercado interno e segurança alimentar com a comoditização; Riscos de exploração do trabalho; Pouca cultura de empreendedorismo; Patentes indevidas; Incertezas na repartição de benefícios; <i>Crowding out</i>: tendência de mais lucro com perda social; Ausência de distribuição justa de valor; Falta de orçamento público adequado; Excessiva variação nos preços dos produtos.
Dimensão contextual (estrutural/legal)	Contexto político desfavorável, gerando problemas tais como o esvaziamento do Fundo Amazônia (aspecto que se viu alterado recentemente); Lacunas nas estratégias de avaliação: como avaliar os impactos de projetos e políticas públicas? Demandas por infraestrutura: no caso da castanha, por exemplo, os rendimentos são maiores nas comunidades onde há barcos e armazéns;

Grupos temáticos	Principais problemas
Dimensão contextual (estrutural/legal)	Fragilização do conhecimento tradicional pela Lei nº 13.123/2015, favorecendo os interesses de empresas; Inadequação da legislação para tratar da bioeconomia; Falta de laboratórios; Complexidade da região; Ameaças contra os territórios.
Dimensão ambiental	Produção de carvão vegetal em RESEX: ampliação do interesse neste tipo de produção pelas comunidades; Desmatamento crescente e perda da biodiversidade; Mudanças climáticas.
Dimensão cultural/epistêmica	Falta de acesso ao conhecimento científico: existência de muitos artigos em inglês e sem acesso aberto, por exemplo. Aonde esse conhecimento chega? Pouco impacto da C&T na realidade local: poucas pesquisas científicas geram benefícios práticos e poucas redes digitais são capazes de ampliar os impactos; Falta de conhecimento sobre bioeconomia; Dificuldades de reconhecimento do conhecimento tradicional e efetiva repartição de benefícios; Assimetrias de informação; Pouca visibilidade dos saberes dos povos; Poucos espaços de diálogo entre diferentes atores; Desconsideração das experiências já existentes.

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere às recomendações, são as seguintes:

QUADRO 2. Principais recomendações relativas
à bioeconomia segundo os eventos.

Grupos temáticos	Principais recomendações
Dimensão conceitual	Delimitar o conceito de bioeconomia, com base nas premissas de bem-estar e redução das desigualdades, conservação da biodiversidade, ampliação da floresta biodiversa sustentada, respeito à cultura, inclusão social e digital; Delimitar o conceito de desenvolvimento, que não deve ser condicionado pelo macroeconômico; Delimitar o conceito de bem-estar, com base nas percepções de diferentes culturas; Delimitar o conceito de cadeias produtivas, com base na noção de redes de conhecimento produtivo; Enfatizar a diversidade na delimitação de conceitos, nos campos biológico e cultural; Considerar, na discussão conceitual, como os benefícios são distribuídos – para quem, para quê, em qual escala; Considerar o conceito de governança experimentalista, abordagem que implica no envolvimento de vários atores em metas, projetos experimentais adequados aos contextos e análise de seus impactos, formando um círculo virtuoso de aprendizagem coletiva.
Dimensão econômica	Buscar não apenas a geração de renda, mas também sua distribuição; Garantir a justa repartição de benefícios; Buscar o desenvolvimento econômico com base nos insumos da biodiversidade e nos recursos já existentes na região; Não focar no macroeconômico para o direcionamento do desenvolvimento econômico; Fortalecer dinâmicas comunitárias; Combater a concentração de terras; Combater a comoditização da produção; Agregar valor material e imaterial; Usar marketing para agregação de valor;

Grupos temáticos	Principais recomendações
Dimensão econômica	Alinhar a discussão sobre bioeconomia com o debate mundial sobre sustentabilidade, buscando financiamentos; Considerar a noção de bem comum; Focar na segurança alimentar; Conciliar interesses de curto, médio e longo prazos; Melhorar e qualificar as compras públicas; Valorizar relações não produtivistas com os territórios; Considerar os limites de impacto do mercado sobre os territórios; Evitar o apelo ao consumo; Verificar quem ganha com as certificações; Combater a exploração do trabalho e o sobretrabalho feminino.
Dimensão contextual (estrutural/legal)	Considerar o contexto, com base no que é a Amazônia e sua escala; Promover a reestruturação de setores-chave, como da castanha; Expandir projetos e estruturas existentes; Criar e fortalecer laboratórios; Melhorar as condições de trabalho de jovens doutores e mestres; Buscar a interoperabilidade dos sistemas informáticos nos territórios; Criar o Instituto de Geografia e Estatística do Estado do Amazonas; Dialogar com planos de manejo dos territórios; Proteger e fortalecer os territórios; Ampliar a representatividade dos povos; Reconhecer plenamente o conhecimento tradicional, em termos jurídicos e institucionais; Criar espaços de diálogo permanente nos territórios, gerando uma agenda colaborativa; Garantir os direitos previstos pelo marco legal.
Dimensão ambiental	Priorizar a floresta em pé e desmatamento zero; Considerar os serviços ambientais, inclusive o fluxo das águas no continente; Dialogar com os ods, internacionalizando o debate;

Grupos temáticos	Principais recomendações
Dimensão ambiental	Considerar as mudanças climáticas nas tomadas de decisão; Considerar o papel dos povos no controle das mudanças climáticas.
Dimensão cultural/epistêmica	Valorizar a cultura e conhecimento tradicional; Aliar tecnologia de ponta e técnicas tradicionais de manejo; Considerar a heterogeneidade de valores, a começar pela própria noção de bem-estar; Discutir a partir do concreto, não do abstrato; Promover capacitações; Promover inclusão digital; Realizar a gestão do conhecimento, com uso assíncrono de internet, uso de IA e compartilhamento de dados; Reduzir assimetrias de informação sobre a legislação ligada à bioeconomia; Trabalhar com equipes multidisciplinares.

Fonte: Elaboração própria.

Os dois quadros – que no âmbito da pesquisa derivaram em mapas mentais – nos levam a algumas constatações. Não é nossa ambição aqui esgotar cada um dos elementos enunciados, mas sim tecer algumas considerações iniciais que impulsionem futuras análises mais detalhadas, com ênfase na discussão epistêmica. Assim temos, como um primeiro ponto a ser destacado, a dificuldade de delimitação do próprio conceito de bioeconomia e de sua apropriação pelos povos amazônicos. Por um lado, o termo corre o risco de tornar-se tão amplo que acabe por perder o sentido e o potencial transformador, se nele couberem variações tão díspares que permitam, por exemplo, a inclusão do agronegócio. Para que o conceito em si não se dissolva em múltiplas interpretações, é necessária a definição de premissas claras e discutidas junto aos povos.

Outro aspecto refere-se aos riscos de comoditização dos produtos amazônicos. Portanto, é preciso traçar caminhos para a sua prevenção, impedindo que interesses de mercado se sobreponham a outros interesses em jogo, tais como a conservação ambiental e o bem-estar das populações, num sentido capaz de ir além das conquistas materiais.

Conforme observado por André Baniwa, consultor da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), durante o webinar “In-

digenizando a Bioeconomia na Amazônia”¹, a economia milenar indígena não precisa viver de déficit ou superávit. Defendendo uma maior representatividade dos povos originários na discussão sobre o tema, ele destacou a necessidade de criação de uma linguagem própria da Amazônia, a partir dos amazônidas, citando também a importância das experiências virtuosas já existentes.

Soma-se a essas questões o problema das fragilidades estruturais nos territórios – que incluem invasões e outras ameaças – o que exige respostas para o seu fortalecimento. Essa proteção deve incluir a garantia dos direitos já previstos, bem como os avanços do marco regulatório, ao invés dos recuos que assistimos recentemente no Brasil.

Outra recomendação é o controle do avanço destrutivo sobre a floresta, de maneira a estancar o colapso ambiental. Por fim, as dificuldades de interação entre diferentes paradigmas de conhecimento emergiram como mais um problema a ser superado. Como construir um diálogo real com os povos amazônicos, garantindo que a bioeconomia não se transforme em mais uma palavra abstrata – como tantas outras – imposta de fora para dentro? Sobre este ponto, o conceito de “redes de conhecimento produtivo” parece fazer sentido: por um lado, dissolve a cristalização da ideia de “cadeia”, uma metáfora linear e pouco adequada à complexidade do tema; além disso, a ênfase no termo “conhecimento”, que substitui a palavra “valor”, sublinha o papel dos saberes dos atores na construção de seu próprio futuro e capacidade de autodeterminação.

5. CONCLUSÕES

Apresentamos algumas das inquietações ligadas à ideia de bioeconomia, extraídas das cinco dimensões analisadas. Em termos metodológicos, discutimos aqui os resultados parciais de uma cartografia de controvérsias, elaborada no âmbito do projeto PROFITOS-BIOAM, que analisa problemas e recomendações extraídos de cinco debates virtuais. Desta análise deriva uma série de perguntas que podem contribuir com a discussão, como por exemplo: como valorizar as culturas e os conhecimentos tradicionais – quais estratégias, quais metodologias? Como distribuir benefícios de forma justa – benefícios para

¹ Evento transmitido remotamente no dia 01/10/2021 em <https://www.facebook.com/coiabamazoniaoficial/videos/281324620486500>. Ele constitui um ótimo exemplo da diversidade de atores envolvidos e da reivindicação dos povos amazônicos pela apropriação do termo e participação nas discussões sobre bioeconomia na região.

quem, para quê e em qual escala? Como desconstruir um imaginário de desenvolvimento que é focado no macroeconômico? Como conciliar interesses de curto, médio e longo prazos? Como enfrentar as assimetrias de informação, quais linguagens, formatos? Como avançar com a bioeconomia em um contexto de ameaça aos territórios, que enfrentam invasões, garimpo, desmatamento e tantas outras violências? Como pensar em uma bioeconomia que não seja moldada de fora para dentro, mas de dentro para fora?

Seguimos rumo aos passos seguintes do trabalho, através da ampliação dos eventos analisados e da exploração de webinários focados em um segundo tema igualmente relevante: o conhecimento tradicional na Amazônia, sem perder de vista a relevância desses saberes não só para a região, mas para o nosso próprio planeta. Desenhamos também um mapa-síntese enxuto dos principais problemas e recomendações. Findo este ciclo, analisamos mais de perto o contexto de uma espécie selecionada pelo projeto PROFITOS-BIOAM – o guaraná.

As análises foram conduzidas conceitualmente pelos mesmos fios condutores que nos pautaram nesta discussão: a necessidade de diálogo entre os saberes e da escuta ativa de concepções não hegemônicas de natureza. Considerando-se que a diversidade epistêmica do mundo é potencialmente infinita (Santos *et al.*, 2004), argumentamos que a interculturalidade é um caminho capaz de enfrentar exclusões e produzir o novo. Ao tratarmos da bioeconomia na Amazônia, consideramos que o diálogo interepistêmico – ou ecologia de saberes, nos termos de Sousa Santos – é uma estratégia capaz de evitar a diluição semântica da proposta. Na ausência de horizontalidade entre setores e universos culturais/cognitivos, o aporte “bio” corre o risco de se tornar um mero acessório, desperdiçando a potencialidade de uma proposta de economia capaz de abraçar vários mundos dentro da complexa teia que compõe a realidade amazônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, A. (2016). *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante.
- AGUIAR, D. (2018). A favelização da Amazônia e a necessidade de repactuar o papel da floresta na economia do século XXI. Entrevista por Patrícia Fachin. *Revista IHU Online*. Recuperado em 20 abril de 2022, de <https://n9.cl/euvos>.
- BRUM, E. (2021). O negacionista “sincero” pode nos levar à extinção. Recuperado em 19 abril de 2022, de <https://n9.cl/34c2t>
- CUNHA, M. (2007). Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saberes científicos. *Revista USP*, 75, 76-74.
- DESCARTES, R. (2001[1637]). *O discurso do método*. São Paulo: Martins Fontes.

- FREITAS, N., & SCHOR, T. (2020). Bioeconomia e a Bolsa de Mercadorias da Amazônia: uma iniciativa inovadora para o desenvolvimento sustentável da região amazônica. *Interesse Nacional*, ano 13, 20-25.
- HARAWAY, D. (2015). Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: making kin. *Environmental Humanities*, 6, 159-165.
- KOPENAWA, D., & ALBERT, B. (2015). *A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.
- KRENAK, A. (2020). *Caminhos para a cultura do Bem Viver*. Rio de Janeiro: Escola Parque.
- LATOUR, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba.
- LUCIANO, G. (2006). *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/Museu Nacional.
- MARQUES, L. (2018). *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Editora Unicamp.
- MEDEIROS, I., & GITAHY, L. (2009). Novas formas de construção do conhecimento. *XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires*, Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 1-14.
- MOORE, J. (2016). Introduction. Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism. In J. MOORE (Ed.). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism* (pp. 1-11). Oakland: PM Press.
- PINTO, L. (2014). *O fim da Amazônia: desmatamento e grilagem*. Manaus: UEA.
- SANTOS, B. (2006). *A gramática do tempo. Por uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, B. (2007). Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 11-43.
- SANTOS, B., MENESES, M., & NUNES, J. (2004). Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In B. Santos (Ed.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais* (pp. 19-101). Porto: Afrontamento.
- SANTOS, B., MENESES, M., & NUNES, J. (2006). Conhecimento e transformação social: por uma ecologia de saberes, *Hileia*, 4(6), 11-103.
- SANTOS, B., ARAÚJO, S., & BAUMGARTEN, M. (2016). As epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. *Sociologias*, 18(43), 14-23.
- SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. (2021). *Notas Técnicas: Ciência, Tecnologia e Inovação na Bioeconomia. Diretrizes para a construção conceitual da bioeconomia no Amazonas*, Manaus: Governo do Amazonas.
- VAL, A., & MARCOVITCH, J. (2021). Repensar a bioeconomia na Amazônia. *Jornal da Ciência*, xxxvii(796), 13.
- VENTURINI, T. (2010). Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. *Public understanding of science*, 19(3), 258-273.

AMAZÔNIA BRASILEIRA: ATUALIZAÇÕES ACERCA DE SUA SOCIOECONOMIA E SUA RELAÇÃO COM A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

MARCELO BENTES DINIZ

Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil)

MÁRCIA JUCÁ TEIXEIRA DINIZ

Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil)

RESUMO

O artigo se propõe apresentar alguns aspectos relacionados à evolução recente da economia formada pelos estados da Amazônia Legal brasileira nas duas primeiras décadas do século XXI. Verificam-se algumas características relacionadas à composição da estrutura produtiva da região e sua participação na economia nacional; as formas predominantes de ocupação e uso do solo e os impactos dessas características em termos da qualidade de vida da população local e impacto ambiental.

Palavras-chave: Amazônia brasileira; trajetória socioambiental; mudanças estruturais.

1. INTRODUÇÃO

A REGIÃO AMAZÔNICA BRASILEIRA, naquilo que é definido em termos político-administrativos de Amazônia Legal¹, está circunscrita a uma área de 5.015.067,86 Km², o que é equivalente a 58,93% do território brasileiro.

¹ A delimitação oficial da Amazônia Legal, utilizada para fins de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), foi definida inicialmente

Compreende hoje a 772 municípios, distribuídos entre os estados que compõe a região Norte do país – Rondônia (52), Acre (22), Amazonas (62), Roraima (15), Pará (144), Amapá (16) e Tocantins (139) –, mais o total dos municípios do Mato Grosso (141), na região Centro-Oeste e ainda 181 municípios pertencentes ao Maranhão na região Nordeste, e que representa 79,3% da área territorial e 83% dos municípios desse estado.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, a Amazônia Legal experimentou importantes e significativas alterações em seu espaço territorial, que são determinadas de um lado por alterações em sua estrutura produtiva, com repercussões sobre a dinâmica de uso e ocupação do solo na região; e de outro, por alterações em nível institucional e territorial, que alcançam a sua governança territorial e ambiental. Estes dois processos se autodeterminam de forma convergente, embora com contradições internas, que vão se refletir, especialmente, na forma assimétrica, como se distribuem espacialmente, os benefícios sociais à população e o passivo ambiental na região, considerando o conjunto de seus estados formadores e a posição relativa desses em nível nacional.

A grosso modo, pode-se afirmar, que as mudanças institucionais especialmente determinadas pelas diferentes formas de intervenção do estado na região e pautadas nas políticas de desenvolvimento regional, vão assumir quatro características: a) sobreposição de domínios de atuação de órgãos públicos, em nível federal, estadual e municipal; b) retorno do processo de planejamento para região a partir do governo federal, conferindo seu desenho inicial às suas diferentes esferas de decisão dentro das estruturas hierárquicas dos órgãos governamentais, mas garantindo uma maior participação a outros atores sociais no seu acompanhamento e avaliação; c) maior integração de políticas de caráter fundiário, agrário, de desenvolvimento (regional); territorial e ambiental, só que agora com predominância desta última; d) construção de uma governança ambiental, em uma concepção mais ampla e que vem assumindo em alguns momentos um caráter de governança compartilhada, com maior ingerência de *stakeholders* internacionais na região.

Importa mencionar que estas políticas mais integradas entre si não vão significar que não sejam conflituosas e em muitos casos contraditórias (Diniz, 2017), seja do ponto de vista da operacionalização dos planos, programas e projetos envolvidos, seja do ponto de vista dos atores que são mobilizados nesse processo. Além disso, nessas duas últimas décadas, ficam evidentes que, em função da aceleração do ritmo de apropriação dos recursos naturais, suas possibilidades de exaustão e a divisão desproporcional de benefícios e custos desse processo recaindo de forma desproporcional sob a população local (tra-

pela lei nº 1.806/1953, seguida da lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, e lei complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, é composta pelos estados da região Norte e dos estados do Mato Grosso e do Maranhão, a oeste do Meridiano 44.

dicional) (Marques, 2019), passa a demandar uma nova lógica no movimento do capital na região.

O objetivo deste artigo é apresentar de forma sumarizada as principais mudanças econômicas, sociais e ambientais, pelas quais a Amazônia brasileira, em seu recorte de Amazônia Legal, vem passando especialmente nas últimas duas décadas deste século.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INTERVENÇÃO RECENTE NA REGIÃO

Desde o final da década de 1980, o Brasil vem sofrendo uma pressão mais ostensiva da comunidade internacional acerca de sua política ambiental voltada para a Amazônia. De fato, já em 1989, os governos dos países que integram G-7 – grupo dos países mais industrializados –, apresentavam um plano de proteção e uso sustentável das florestas brasileiras: Floresta Amazônica e Mata Atlântica, naquilo que foi denominado de Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do G-7 (PPG-7), que mais tarde foi oficializado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92), realizada no próprio Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Assim, não é forçoso afirmar que a década de 1990 inaugura a tentativa de implementação de um modelo de intervenção estatal pautado no “desenvolvimento sustentável” (Ferreira & Salati, 2005), muito embora as principais forças que impulsionam o uso e a ocupação do solo na região, seguem numa direção contrária.

Outra iniciativa que contou com a participação internacional foi o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), criado em 2004 a partir da constituição de um Grupo de Trabalho Interministerial sobre o Desmatamento da Amazônia sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República e que foi implementado em quatro fases.

A primeira fase, entre os anos de 2004-2008, fundamentou-se, entre outros (Mello & Artaxo, 2017): no ordenamento fundiário e territorial; valorização da floresta para fins de conservação e uso sustentável; recuperação de áreas degradadas; criação de unidades de conservação e a homologação de terras indígenas; aprimoramento dos instrumentos de monitoramento, licenciamento e fiscalização do desmatamento.

Observa-se, ao longo deste período, que outras ações também atuaram no sentido de coibir o desmatamento ilegal e que de forma direta ou indireta, estão relacionadas ao PPCDAM. Pode-se citar como exemplo o Decreto Federal nº 6.321/07, que visava responsabilizar os diferentes atores envolvidos na cadeia produtiva relacionada às atividades promotoras do desmatamento, associando penalidades e sanções conjuntas aos agentes identificados.

Dentre os principais mecanismos que esse dispositivo legal trouxe, estão (IPAM, 2009):

- 1) Identificação dos municípios de maior concentração do desmatamento, estabelecendo estes em uma lista publicada pelo Ministério do Meio Ambiente como prioridade nas ações de prevenção e combate ao desmatamento;
- 2) Imposição de restrições ao crédito rural (instrumentalizado pela resolução nº 3545/08 do Banco Central), agora com condicionantes ambientais: a) CCIR válido; b) regularidade em relação à Reserva Legal e Área de Preservação Permanente, ou ter dado entrada em procedimento formal para regularização junto ao órgão ambiental estadual; c) imóvel do tomador não pode constar na lista do Ibama de imóveis embargados; e d) seguir as condicionantes do Zoneamento Ecológico-econômico, quando houver; e) recadastrarem dos imóveis rurais nos termos da IN 44/08 do Incra;
- 3) Embargo do Uso Econômico de Áreas Degradadas, inclusive, em com penalizações e a proibição de obtenção de crédito agropecuário em instituição oficial e o cancelamento de seus registros em órgãos ambiental, fiscais (Receita Federal) e sanitários.

Entre os anos de 2006 e 2008, os chamados pactos setoriais vão ter repercussão nas ações de conservação e preservação da Floresta Amazônica, no qual diferentes setores produtivos, mediante suas associações representativas, governos em diferentes esferas, bancos públicos e privados, bem como órgãos do poder judiciário, entraram em acordo, e firmaram compromisso no combate ao desmatamento ao longo das suas respectivas cadeias produtivas. São exemplos nessa direção, a chamada Moratória da Soja, compromissada pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC), o Pacto pela Madeira Legal e Desenvolvimento Sustentável, liderados pela Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), a Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Estado do Pará (AIMEX) e o Grupo de Produtores Florestais Certificados da Amazônia (PFCA).

A segunda fase, entre os anos de 2009-2011, teve como eixo principal a busca pelo “desmatamento ilegal zero”, que visava a integração de ações voltadas ao fomento das atividades produtivas sustentáveis concomitantemente ao ordenamento territorial e fundiário e a maior eficiência no monitoramento e controle e condenação dos infratores. Nessa direção, as ações estratégicas vão procurar conciliar a valorização da floresta para fins de conservação da biodiversidade, manejo florestal de produtos madeireiros e não madeireiros, bem como, a prestação de serviços ambientais, o que incluiu o apoio a processos de certificação e de agregação de valor aos produtos das cadeias produtivas florestais. Além disso, buscou-se incentivar a utilização produtiva de áreas já degradadas, com a utilização de sistemas agroflorestais, agricultura ecológica, entre outras (Presidência da República, 2009).

Verifica-se que já na segunda fase do PPCDAM, este passa a ter uma grande influência nas outras políticas de desenvolvimento voltadas para a região, como é o caso do Plano Amazônia Sustentável (PAS), implantado a partir de 2008.

A terceira fase do PPCDAM, delimitada entre os anos de 2012-2015, traz uma tônica mais relacionada às oportunidades de mercado que uma economia de base florestal (Economia Verde) poderia trazer ao mesmo tempo em que se adequa a outras diretrizes da “política” ambiental brasileira e internacional, em função da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e, da consequente instituição da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) (lei nº 12.187/2009) que estabelece os compromissos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa, que passam a ser assumidos pelo Brasil.

Ademais, a terceira fase do PPCDAM veio reforçar também a implantação do novo marco regulatório ambiental relacionado ao uso e ocupação do solo no país, o Novo Código Florestal Brasileiro (2012). Por exemplo, vai dar apoio técnico e financeiro na implantação em nível dos estados e municípios do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que foi tornado obrigatório pelo novo código.

Os objetivos estratégicos da terceira fase do PPCDAM foram organizados em três eixos: Eixo Ordenamento Fundiário e Territorial; Eixo Monitoramento e Controle e Eixo Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis (MMA, 2013).

Depois de mais de uma década de inércia, no ano de 2003 o governo federal retoma o planejamento central para a região, assentado na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que se desdobrou em dois períodos ou etapas e com características pretensamente diferenciadas em relação às políticas anteriores, principalmente, em relação a sua perspectiva, agora de caráter multiescalar (Silva, 2015; Costa, 2017).

A primeira etapa da PNDR ocorreu no período de 2003 a 2010², mas teve pouca capacidade de intervenção em função dos poucos recursos que pôde mobilizar para sua efetivação a partir dos Fundos de Desenvolvimento regional específicos: Fundos Constitucionais (FNO, FNE, FCO), Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FNDE) (Monteiro Neto *et al.*, 2017).

A segunda etapa iniciou-se a partir de 2011, calcada em três objetivos (Portugal, 2017). Primeiro, diminuir as assimetrias regionais, a partir da promoção da convergência de renda e de outros indicadores que denotam desenvolvimento econômico, em relação às outras regiões do país, em especial, aquelas mais desenvolvidas relativamente. Segundo, promover a geração de emprego e renda, tanto para a população migrante da região, mas em particular, à população originária da própria região e, que é, em

² Embora esta fase só foi efetivamente implementada no ano de 2007 a partir do decreto nº 6.047/2007.

geral, caracterizada como de baixa renda. Terceiro, está relacionado à agregação de valor, em áreas especializadas na produção de *commodities*, o que inclui atividades da cadeia da mineração, como, também, cadeias produtivas da agropecuária, em especial relacionada à produção de grãos; quarto: consolidação de cidades policêntricas, ao encontro de promover a qualidade de vida população, em cidades que comportam projetos minerais e hidrelétricos (elemento transversal ao terceiro objetivo) e, ao mesmo tempo, que o planejamento do crescimento dessas cidades ocorra em uma dinâmica urbana que concilie a dimensão da sustentabilidade ambiental a outras variáveis relacionadas ao desenvolvimento humano.

No conjunto da nova perspectiva multiescalar, inclusive, do ponto de vista espacial que a PNDR e, mais tarde a PNDR II vão empregar, algumas inovações metodológicas no processo de planejamento passam a ter um papel de destaque: i) divisão dos espaços regionais em regiões de renda alta, regiões de renda baixa, regiões dinâmicas e regiões estagnadas, excluindo as regiões de renda alta do sul e sudeste; ii) foram criadas “Regiões Elegíveis”, definidas dentro da PNDR II como Regiões Programa (RPS) e Sub-Regiões de Planejamento (SRPS), tomadas em diferentes escalas, além da criação de Regiões de Programas Especiais (RPES); iv) toma-se como marcos espaciais de intervenção territorial: os Territórios Rurais e os Territórios da Cidadania.

Atualmente a PNDR II, foi atualizada pelo decreto nº 9.810, de 2019, que já havia sido modificada pelas Portarias MI nº 34 e 80, respectivamente, de janeiro e março de 2018, fazendo modificações nas classificações das microrregiões antes adotadas no âmbito da PNDR.

Além dos instrumentos acima mencionados, a implantação e operacionalização do PPCDAM, também, passa a ter forte influência na elaboração dos Planos Plurianuais, como é bem explicitado no documento norteador da terceira fase do PPCDAM (MMA, 2013), que dedica um capítulo a articulação deste em seus três eixos, com o Plano Plurianual 2012-2015.

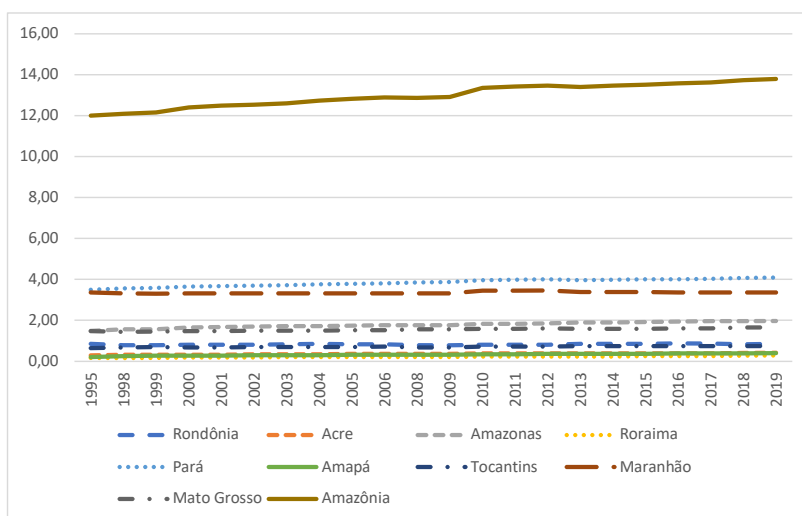
3. MUDANÇAS ESTRUTURAIS RECENTES

3.1. *Evolução demográfica*

A população do conjunto dos estados que formam a Amazônia Legal brasileira alcançou o valor aproximado de 29 milhões de habitantes em 2019, entretanto sua participação relativa no contexto nacional ainda é desproporcional ao seu tamanho. De fato, nos últimos vinte anos esta participação relativa salta de 12,4% no ano 2000 para 13,8% em 2019, o que representa uma variação na participação relativa de cerca de 11% no período, ou um crescimento bruto dessa participação de 1,4 ponto percentual.

Observa-se, ainda, como pode ser visto no gráfico 1 abaixo, que a participação relativa de cada estado na população nacional manteve-se relativamente estável entre os anos de 1995 a 2019, sendo o estado do Pará, aquele estado que apresentou maior variação na sua participação relativa. Vale observar, que a participação relativa do estado do Pará em termos nacionais (4,0%) é cerca de duas vezes a do Amazonas (2,0%), o segundo estado mais populoso da região.

GRÁFICO 1. Evolução da participação relativa da população residente (estimada) dos estados da Amazônia Legal brasileira, 1995-2019.



Fonte: Sistema de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579#resultado>.

*2010 - População censitária - disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1288#resultado>

*2000 - População censitária - disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/202#resultado>

*2007 - Contagem da população disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/794#resultado>

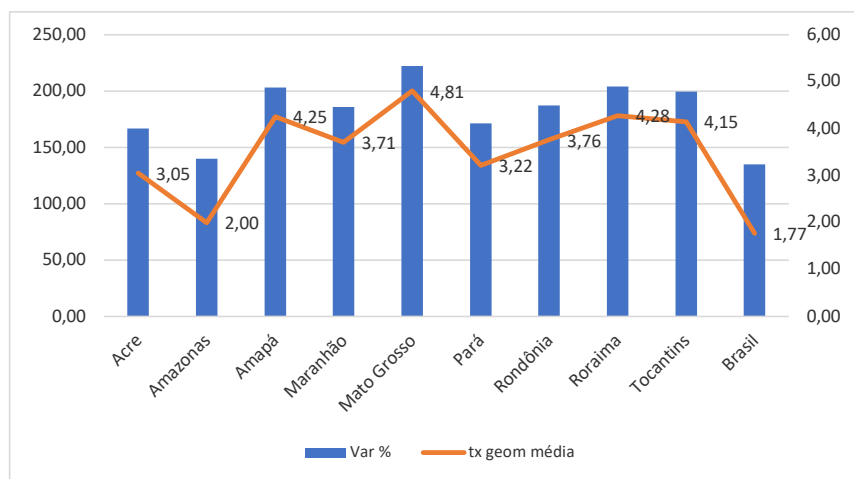
Para os anos de 1995, 1998 e 1999, considerou-se os dados referentes em Estimativas da População 2013 IBGE, conforme o IPEADATA.

3.2. *Evolução da estrutura produtiva*

No período de 2000 a 2018, todos os estados que compõem a Amazônia Legal tiveram um crescimento do seu Produto Interno Bruto superior ao observado para o país no mesmo período. Enquanto o Brasil cresceu 134,75%, o que corresponde a uma taxa média (geométrica) de crescimento de 1,77% ao ano, a variação percentual média para o conjunto dos estados da Amazônia foi de 181,45%, equivalente a uma taxa média (geométrica) de crescimento 3,5% ao ano.

No intervalo temporal de 2000 a 2018, Amazonas, o estado de menor crescimento, experimentou uma variação de 140%, correspondente a uma taxa média (geométrica) de crescimento de 2,0% ao ano, enquanto que o estado que alcançou a maior variação no crescimento foi Mato Grosso, 222,09%, crescendo a uma taxa média (geométrica) de 4,81% ao ano. No gráfico 2 a seguir, encontram-se dispostas a variação percentual e as taxas de crescimento (geométrica) para as unidades federativas da Amazônia Legal no período de 2000 a 2018.

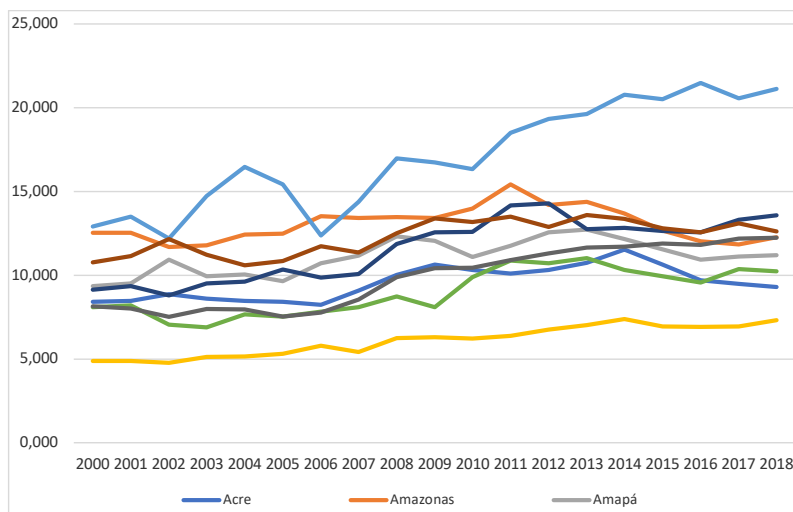
GRÁFICO 2. Variação percentual e taxas de crescimento médias (geométricas) do PIB para os estados da Amazônia Legal no período de 2000 a 2018 a preços constantes de 2010.



Fonte: Ipeadata (<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>).

Esse crescimento do Mato Grosso no período mencionado também vai se traduzir em ganhos no PIB *per capita*, que entre 2000-2018 a preços de 2010, vai quase que duplicar (R\$11.915,00 para R\$21.126). Importa dizer, que em 2018 o PIB *per capita* do Mato Grosso vai ser quase três vezes maior que o do Maranhão.

GRÁFICO 3. Trajetória do PIB per capita dos estados da Amazônia Legal no período de 2000 a 2018 a preços constantes de 2010.



Fonte: Ipeadata (<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>).

A diferença de crescimento entre os estados da Amazônia Legal nas duas primeiras décadas do século XXI, em grande parte vai refletir a composição e a evolução de suas respectivas estruturas produtivas, que não são homogêneas entre si, ainda que seus setores mais dinâmicos sejam predominantemente baseadas na exploração de seus recursos naturais mais abundantes (terra e minério).

Essa heterogeneidade estrutural das atividades produtivas em nível dos estados da Amazônia Legal, que impõem diferenças significativas no nível de renda e na intensidade do crescimento entre esses estados, vai ser determinante nos ganhos de participação relativa que cada estado da região alcançará na economia nacional.

A tabela 1 apresenta a evolução da participação relativa dos estados da Amazônia Legal na economia brasileira (2000, 2010, 2017), considerando a contribuição ao valor adicionado segundo os macrossetores da economia: Agropecuária; Indústria Extrativa Mineral; Indústria de Transformação; Serviços; Comércio e Administração Pública.

A participação do conjunto dos estados que formam parte da Amazônia Legal na composição do valor adicionado da agropecuária nacional cresceu significativamente no período de 2000 a 2017, passando de 13,89% a 21,35%. E este crescimento de mais de 50% da participação nacional no período foi, particularmente, puxado por Mato Grosso e Pará, que representam em conjunto cerca de 70% do valor adicionado da agropecuária da região.

A outra atividade econômica com base nos recursos naturais da região, a mineração, é concentrada na atividade de “exploração” dos diferentes minérios, cujas reservas são abundantes na região, como ferro, bauxita (Alumina, Alumínio), níquel, manganês, estanho, caulim, nióbio, ouro, entre outros. Segundo Cordani e Juliani (2018), a Amazônia até 2018 apresentava nove regiões entre os principais depósitos e ocorrências minerais do Brasil: Surucucus, Porto Trombetas, Amapá Vila Nova, São Luís/Gurupi, Paragominas, Rondônia, Tapajós, Juruena-Arapiuanã e Carajás, com cerca de 300 minas, correspondendo a 10% à época do total de minas no país.

Todavia, tem havido o crescimento da agregação de valor na cadeia produtiva de vários minérios na região, tal que indústria extrativa mineral tem crescido, com uma intensidade muito grande nas duas últimas décadas. Nessa direção, inclusive, a participação reativa da indústria extrativa mineral da Amazônia, com uma predominância muito grande do estado do Pará (mais de 90% do valor adicionado desta atividade na região), salta de 6,3% em 2000 para 23,7% em 2017.

A situação da evolução da indústria de transformação contrasta com a evolução da indústria extrativa mineral. De fato, embora tenha havido um discreto crescimento da participação relativa nacional entre os anos de 2000 e 2017 de 5,3 a 6,1%, a indústria de transformação na Amazônia não parece decolar na mesma proporção do que os outros setores anteriormente citados. E isto pode ser atribuído ao baixo desempenho de seu principal eixo dinâmico, o Polo Industrial de Manaus, como também a pouca verticalização industrial no processamento das atividades de base natural, indústria mineral e agroindústria.

Assim, o estado do Amazonas que já chegou a responder em 2001 por cerca de 60% do valor adicionado da indústria de transformação na Amazônia, teve em 2017 essa participação de 47%.

Alguns estados da Amazônia, especialmente os estados menores como Acre, Amapá e Roraima, têm sua dinâmica produtiva baseada em uma economia de serviços, com baixa participação da agropecuária e diversificação industrial. No entanto, a participação relativa nacional dos estados que compõem a Amazônia Legal é baixa e diminuiu entre os anos de 2000 e 2017, caindo de 7,58% a 5,47% no período.

Por seu turno, a participação relativa do valor adicionado do comércio e da administração pública também cresceu no período, correspondendo, respectivamente, a 9,53% e 12,62% do total nacional em 2017. Vale destacar, a grande importância do setor público como empregador direto, ou gerador de ocupações indiretas, com os serviços públicos concentrados nas capitais dos estados e cidades médias.

TABELA I. Mudanças na Participação Relativa dos Estados no Valor Adicionado Nacional por Setor entre os anos de 2000, 2010 e 2017.

	V.A. Agr.	2010	2017	V.A. Ind. Ext. Min.	2010	2017	V.A. Ind. Transf.	2010	2017	V.A. Serv.	2010	2017	V.A. Com.	2010	2017	V.A. Adm. Pub.	2010	2017
Acre	0,1	0,49	0,443	0	0,012	0,002	0,058	0,064	0,043	0,221	0,136	0,147	0,143	0,249	0,238	0,444	0,513	0,519
Amazonas	0,512	1,388	1,85	2,772	1,111	0,493	3,025	3,192	2,919	1,721	0,934	0,912	1,285	1,374	1,196	1,164	1,633	1,631
Amapá	0,113	0,123	0,103	0,224	0,089	0,033	0,012	0,033	0,023	0,288	0,168	0,183	0,494	0,254	0,241	0,475	0,683	0,668
Maranhão	1,886	2,837	2,478	0	0,743	0,23	0,496	0,303	0,707	0,995	0,884	0,979	0,924	1,728	1,493	1,322	1,944	2,177
Mato Grosso	4,289	5,235	7,436	0,769	0,129	0,352	0,469	1,174	1,148	1,589	0,967	1,12	1,921	2,088	2,886	1,404	1,684	1,989
Pará	5,408	5,05	5,526	2,387	13,792	22,465	1,008	0,9	0,955	1,663	1,385	1,39	1,442	2,033	1,944	2,014	2,572	3,095
Rondônia	1,111	1,435	1,94	0,161	0,083	0,114	0,181	0,35	0,291	0,59	0,32	0,321	0,596	0,764	0,651	0,863	1,091	1,075
Roraima	0,056	0,093	0,201	0	0,05	0,022	0,003	0,019	0,021	0,151	0,088	0,1	0,137	0,203	0,187	0,34	0,554	0,553
Tocantins	0,412	1,088	1,373	0	0,064	0,031	0,07	0,104	0,238	0,359	0,218	0,318	0,245	0,454	0,692	0,387	0,835	0,912
Participação Relativa Amazônia/Brasil	13,887	17,739	21,35	6,313	16,073	23,742	5,322	6,139	6,345	7,577	5,1	5,47	7,187	9,147	9,528	8,413	11,509	12,619

Fonte: Ipeadata. Os dados têm como fonte primária o Sistema de Contas Regionais do IBGE, sendo para o ano de 2000, o sistema antigo e para os anos de 2010 e 2017, o sistema atual. Elaboração dos autores.

3.3. *Espaço rural heterogêneo e em transformação*

Comparando mais especificamente a evolução da atividade agropecuária, circunscrita ao espaço rural da região, o Censo Agropecuário também traz evidências de um grande espaço em transformação, especialmente, relacionado às formas de uso e ocupação do solo. Assim, a tabela 2 apresenta a evolução das principais formas de uso e ocupação da terra para os anos do Censo Agropecuário de 1975 a 2017, considerando a distribuição percentual das suas diferentes formas de uso e ocupação, que dentre outros movimentos gerais pode-se observar: a) para a maioria dos estados houve uma redução das matas naturais, que comparado com aqueles que experimentaram um incremento a perda de cobertura vegetal original é muito maior; b) um aumento da área ocupada pelas lavouras permanentes em todos os estados até 2006, seguido de uma retração na comparação entre 2017 e 2006; c) crescimento na maioria dos estados da área ocupada pela lavoura temporária, mas com oscilações significativas dentro do intervalo de tempo considerado e entre os estados; d) também, para a maioria dos estados, ocorreu uma diminuição progressiva das pastagens naturais, que parece terem sido substituídas, pelo menos em parte, por pastagens plantadas.

Essas observações podem ser melhor qualificadas com base na análise dos indicadores, que expressem os coeficientes técnicos de produção: i) relação área (ha) por estabelecimento; ii) relação pessoal ocupado por estabelecimento e iii) relação pessoal ocupado por área (ha) apresentados na tabela 3. Nela, de uma maneira geral, pode-se afirmar que entre os estados da Amazônia Legal não existem diferenças muito significativas e, ao mesmo tempo, também, são relativamente similares à média nacional.

Verifica-se, na análise dos coeficientes técnicos, uma característica bem presente na agropecuária na Amazônia: o uso mais intensivo da terra, como é o caso da pecuária extensiva, muito presente na região, atrelada a baixa relação de pessoal ocupado por estabelecimento e por área (em hectare). O número de pessoas ocupadas por estabelecimento varia entre três a seis, entre os estados, e vem decrescendo em todos eles, seguindo, em verdade, a tendência nacional.

TABELA 2. Distribuição percentual da utilização da terra na Amazônia entre 2006 e 2017.

Brasil						
Distribuição % Utilização da Terra	1975	1980	1985	1995-1996	2006	2017
Lavouras permanentes	2,589	2,870	2,641	2,133	3,500	2,208
Lavouras temporárias (1)	9,761	10,588	11,267	9,687	14,659	15,873
Pastagens naturais	38,886	31,217	28,031	22,072	17,272	13,471
Pastagens plantadas (2)	12,257	16,610	19,762	28,181	30,691	31,932
Matas naturais (3)	20,950	22,790	22,142	25,140	28,562	30,338
Rondônia						
Lavouras permanentes (1)	1,485	3,258	4,125	4,869	4,865	2,408
Lavouras temporárias (2)	4,792	3,891	6,032	3,407	4,784	6,227
Pastagens naturais	1,948	4,645	4,242	6,573	5,348	4,372
Pastagens plantadas (3)	5,338	9,767	16,833	49,366	87,407	112,199
Matas naturais (4)	82,794	73,316	77,932	97,450	55,626	46,240
Amazonas						
Lavouras permanentes (1)	0,579	1,441	1,671	1,396	4,813	1,480
Lavouras temporárias (2)	2,569	3,280	2,421	1,961	7,546	1,703
Pastagens naturais	1,855	3,289	2,989	4,574	3,314	4,925
Pastagens plantadas (3)	1,106	2,364	3,803	2,972	8,394	11,364
Matas naturais (4)	74,072	75,785	61,103	30,590	26,248	35,878
Roraima						
Lavouras permanentes (1)	0,503	0,167	0,217	2,164	2,981	1,332
Lavouras temporárias (2)	0,973	1,026	1,078	2,305	3,789	2,716
Pastagens naturais	72,189	61,688	51,184	41,875	23,545	25,171
Pastagens plantadas (3)	1,505	3,343	6,839	9,944	18,619	17,115
Matas naturais (4)	15,858	25,065	31,655	34,331	47,420	2,849
Pará						
Lavouras permanentes	0,847	1,129	1,267	1,165	4,461	2,748
Lavouras temporárias (1)	3,508	3,338	3,095	2,424	3,766	3,155
Pastagens naturais	11,178	8,371	9,487	7,242	8,126	6,781
Pastagens plantadas (2)	7,609	13,701	17,189	25,865	40,166	44,325
Matas naturais (3)	59,357	53,364	51,050	51,478	39,808	38,261
Amapá						
Lavouras permanentes	0,796	0,961	1,345	1,391	3,961	1,407
Lavouras temporárias (1)	2,581	1,743	1,409	1,444	3,150	2,885
Pastagens naturais	45,996	24,648	37,733	31,349	25,539	25,712
Pastagens plantadas (2)	1,177	1,746	1,910	3,645	5,025	4,139
Matas naturais (3)	27,812	36,231	32,882	41,381	46,158	59,500
Tocantins						
Lavouras permanentes			0,313	0,134	0,691	1,138
Lavouras temporárias (1)			3,461	1,460	3,748	6,897
Pastagens naturais			42,372	34,600	19,740	15,687
Pastagens plantadas (2)			19,001	31,476	36,648	40,008
Matas naturais (3)			16,782	18,108	34,932	32,387
Maranhão						
Lavouras permanentes	0,337	0,413	0,555	0,642	2,407	0,870
Lavouras temporárias (1)	8,172	8,870	7,835	5,901	16,441	10,194
Pastagens naturais	20,877	17,779	17,084	19,137	13,146	8,638
Pastagens plantadas (2)	9,817	14,261	17,946	23,142	31,007	37,988
Matas naturais (3)	24,291	22,686	19,904	22,673	31,949	35,562
Mato Grosso						
Lavouras permanentes	0,192	0,376	0,361	0,341	0,839	0,181
Lavouras temporárias (1)	2,092	4,119	5,267	5,582	12,361	17,781
Pastagens naturais	39,368	29,190	25,598	12,419	9,046	7,275
Pastagens plantadas (2)	11,857	13,582	17,759	30,623	36,268	34,622
Matas naturais (3)	32,352	38,720	37,337	43,090	39,243	37,744

Fonte: IBGE (2019), Censos Agropecuários 1975/2017. Elaboração dos autores.

(1) Lavouras temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para corte na data de referência (5); (2) Pastagens plantadas, em más condições por manejo inadequado ou por falta de conservação, e em boas condições, incluindo aquelas em processo de recuperação em na data de referência (5); (3) Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e/ou florestas naturais e áreas florestais também usadas para lavouras e pastoreio de animais na data de referência (5); (4) Efetivo de animais – animais existentes no estabelecimento na data de referência (5); (5) Data de referência: 1975, 1980, 1985 e 2006 em 31/12, Em 1995-1996 em 31/07 e em 2017 em 30/09.

TABELA 3. Evolução dos Coeficientes Técnicos da Utilização da Terra no Brasil e Estados da Amazônia Legal.

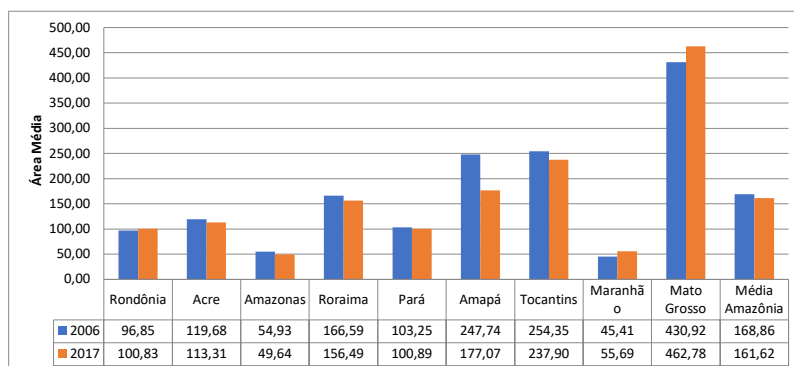
Brasil						
Coeficientes Técnicos	1975	1980	1985	1995-1996	2006	2017
Relação área (ha) por estabelecimento	64,867	70,710	64,622	72,762	64,471	69,243
Relação pessoal ocupado por estabelecimento	4,075	4,102	4,032	3,690	3,201	2,977
Relação pessoal ocupado por área (ha)	0,063	0,058	0,062	0,051	0,050	0,043
Rondônia						
Relação área (ha) por estabelecimento	120,95	107,99	74,83	115,53	96,85	100,83
Relação pessoal ocupado por estabelecimento	4,08	3,66	4,02	3,96	3,19	2,96
Relação pessoal ocupado por área (ha)	0,03	0,03	0,05	0,03	0,03	0,03
Amazonas						
Relação área (ha) por estabelecimento	70,06	69,66	50,38	39,89	54,93	49,64
Relação pessoal ocupado por estabelecimento	4,48	4,58	4,69	4,21	3,99	4,09
Relação pessoal ocupado por área (ha)	0,06	0,07	0,09	0,11	0,07	0,08
Roraima						
Relação área (ha) por estabelecimento	608,22	658,23	336,44	398,18	166,59	156,49
Relação pessoal ocupado por estabelecimento	6,31	4,52	3,40	4,61	2,86	3,98
Relação pessoal ocupado por área (ha)	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,03
Pará						
Relação área (ha) por estabelecimento	86,47	91,38	97,65	109,11	103,25	100,89
Relação pessoal ocupado por estabelecimento	4,16	4,54	4,78	4,28	3,57	3,48
Relação pessoal ocupado por área (ha)	0,05	0,05	0,05	0,04	0,03	0,03
Amapá						
Relação área (ha) por estabelecimento	185,08	170,80	250,83	209,03	247,74	177,07
Relação pessoal ocupado por estabelecimento	4,74	3,37	4,45	4,97	3,71	3,66

Relação pessoal ocupado por área (ha)	0,03	0,02	0,02	0,02	0,01	0,02
Tocantins						
Relação área (ha) por estabelecimento			366,75	373,29	254,35	237,90
Relação pessoal ocupado por estabelecimento			5,06	0,18	3,13	3,20
Relação pessoal ocupado por área (ha)			0,01	0,01	0,01	0,01
Maranhão						
Relação área (ha) por estabelecimento	24,98	30,47	29,26	34,11	45,41	55,69
Relação pessoal ocupado por estabelecimento	3,01	3,37	3,15	3,62	3,45	3,15
Relação pessoal ocupado por área (ha)	0,12	0,11	0,11	0,11	0,08	0,06
Mato Grosso						
Relação área (ha) por estabelecimento	391,12	545,17	485,56	632,79	430,92	462,78
Relação pessoal ocupado por estabelecimento	4,69	5,03	4,61	4,15	3,17	3,56
Relação pessoal ocupado por área (ha)	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01

Fonte: IBGE (2019), Censos Agropecuários 1975/2017. Elaboração dos autores.

Na comparação entre os anos de 2006 e 2017, observa-se que a área média dos estabelecimentos agropecuários (em hectares) não sofreu grande variação no conjunto dos estados, com diferenças bem marcantes entre as unidades federativas sendo mantidas. Por exemplo, a área média dos estabelecimentos agropecuários no Mato Grosso é mais de nove vezes superior ao observado para o Maranhão e o Amazonas, ao mesmo tempo, que é mais de três vezes o verificado no Pará.

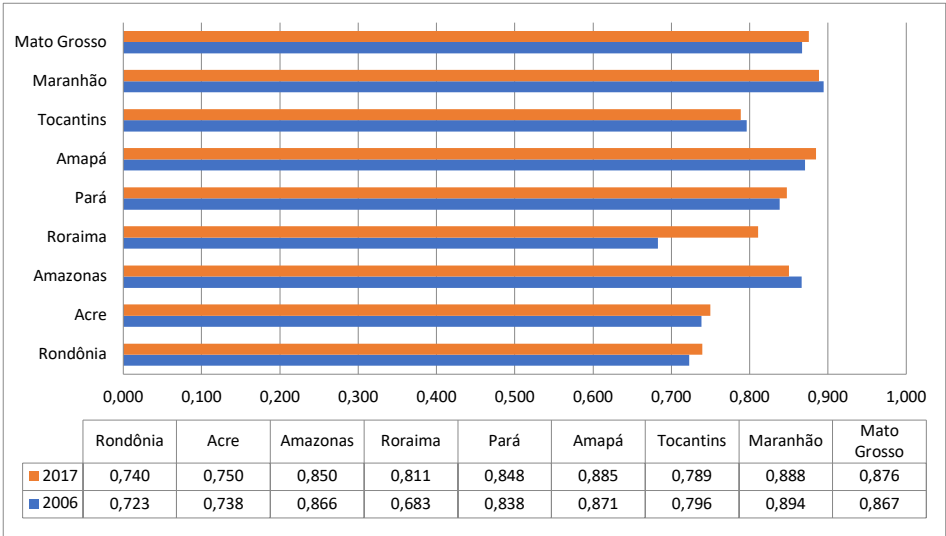
GRÁFICO 4. Área Média dos Estabelecimentos Rurais.



Fonte: IBGE (2019); Atlas do Espaço Rural Brasileiro, IBGE (2020).

Por fim, uma outra característica dos estabelecimentos agropecuários, que em verdade reflete uma característica da estrutura agrária na região, é o elevado Coeficiente de Gini, que denota o grau de concentração da terra entre os proprietários rurais, tendo sofrido muito pouca variação entre os anos de 2006 e 2017. Nos extremos, os estados com maior Coeficiente de Gini para os dois anos são: Mato Grosso, Maranhão, Amapá, Amazonas e Pará.

GRÁFICO 5. Coeficiente de Gini dos Estabelecimentos Agropecuários nos anos de 2006 e 2017.



Fonte: IBGE (2019); Atlas do Espaço Rural Brasileiro, IBGE, 2020.

Uma outra característica do espaço rural da Amazônia na última década tem sido o crescimento da agricultura familiar, tanto em termos do número de estabelecimentos, como da área ocupada em hectares. Assim, como pode ser observado na tabela 4, enquanto houve uma decréscimo do número de estabelecimentos da agricultura familiar em nível nacional, na Amazônia cresceu quase 25% entre 2017 e 2006, com um aumento mais acentuado no Amapá, Roraima, Acre, Pará e Amazonas.

TABELA 4. Número de Estabelecimentos da Agricultura Familiar.

	2006			2017			Variação 2017 e 2006		
	Total	Agr. Ñ Fam.	Agr. Fam.	Total	Agr. Ñ Fam.	Agr. Fam.	Total	Agr. Ñ Fam.	Agr. Fam.
Brasil	5.175.636	809.369	4.366.267	5.073.324	1.175.916	3.897.408	-1,98	45,29	-10,74
Rondônia	87.078	11.913	75.165	91.438	17.109	74.329	5,01	43,62	-1,11
Acre	29.483	4.369	25.114	37.356	6.247	31.109	26,70	42,98	23,87
Amazonas	66.784	4.954	61.830	80.959	10.601	70.358	21,23	113,99	13,79
Roraima	10.310	1.412	8.898	16.846	3.743	13.103	63,39	165,08	47,26
Pará	222.029	26.044	195.985	281.699	41.962	239.737	26,87	61,12	22,32
Amapá	3.527	662	2.865	8.507	1.523	6.984	141,20	130,06	143,77
Tocantins	56.567	13.758	42.809	63.808	18.853	44.955	12,80	37,03	5,01
Maranhão	287.039	24.997	262.042	219.765	32.647	187.118	-23,44	30,60	-28,59
Mato Grosso	112.987	27.172	85.815	118.679	37.044	81.635	5,04	36,33	-4,87
Média Amazônia							30,98	73,42	24,61

Fonte: IBGE (2011, 2019); Sistema SIDRA (sidra.ibge.gov.br).

Os Censos Agropecuários de 2006 e 2007 nos ajudam a verificar também como nesse período tem ocorrido a ocupação do solo a partir das atividades agropecuárias. Nessa direção, a tabela 5 apresenta a evolução das culturas mais importantes na Amazônia, por estado, em termos de área plantada, quais sejam, soja, arroz, feijão, milho, mandioca, cacau, cana-de-açúcar e guaraná. Juntas em 2006, elas representavam em média cerca de 87% da área plantada, com algumas variações entre os estados. Assim, por exemplo, para Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Acre, as mesmas culturas representavam mais de 90% da área plantada.

Por seu turno, em 2017, a representatividade das culturas mencionadas passou para 88,71% da área total plantada, enquanto para os estados de Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Pará, a participação dessas culturas foi superior a 90%.

Dois destaques precisam ser feitos em termos de crescimento de duas culturas em particular. A cultura da cana-de-açúcar, que teve um ganho de participação relativa na área plantada no estado do Tocantins de 312% e da soja, que obteve um ganho de participação relativa de 355,42% no Pará, 131,8% em Rondônia e 94,4% no Maranhão.

TABELA 5. Variação da área Plantada das Principais Culturas Agrícolas 2017-2006.

	Cereais, leguminosas e oleaginosas	Arroz	Feijão 1ª Safra	Feijão 2ª Safra	Feijão 3ª Safra	Milho 1ª Safra	Milho 2ª Safra	Soja	Mandioca	Cacau	Cana-de- açúcar	Guaraná	Total
Brasil	4,28	-46,74	-38,75	-43,39	-21,24	-53,54	188,92	21,22	-30,55	-18,33	14,13	-3,86	5,58
Rondônia	30,31	-55,76	-75,41	0,00	0,00	-71,19	25,09	131,88	-10,88	-66,26	0,69	0,00	20,61
Acre	-25,90	-77,27	0,28	-45,81	0,00	6,95	2,30	0,12	43,49	0,00	2,33	-97,45	-3,67
Amazonas	-46,78	-77,41	3,04	1,13	0,00	-71,35	0,04	0,00	46,48	0,45	-33,21	5,38	11,89
Roraima	-8,28	-68,61	4,15	-87,42	0,00	-70,96	0,93	37,80	-8,66	0,02	0,45	0,00	-9,42
Pará	-10,25	-78,39	0,79	-82,98	0,00	-58,19	4,62	355,42	19,75	4,92	-10,58	2,74	4,86
Amapá	38,96	-78,00	0,00	-66,75	0,00	-71,80	0,00	37,96	-23,04	0,00	0,28	0,00	1,50
Tocantins	0,62	-58,76	-82,77	-59,80	0,02	-40,86	7,14	22,72	-53,14	0,00	311,71	0,00	-0,69
Maranhão	11,13	-71,09	-29,83	-10,68	0,00	-33,30	10,17	94,48	-34,59	0,00	17,29	0,00	-4,59
Mato Grosso	1,50	-63,12	200,07	334,32	13,73	-71,54	18,60	-17,82	-73,58	0,01	-32,99	-71,57	2,27
Média	-0,44	-67,52	-1,84	-6,14	-0,75	-53,58	25,78	68,38	-12,47	-7,92	27,01	-16,48	2,83

Fonte: IBGE (2011, 2019).

Quanto à pecuária, como pode ser visualizado na tabela 6, os espaços da Amazônia se tornaram uma grande área de criação para distintos rebanhos e não apenas bovinos e bubalinos. De fato, para dados do Censo Agropecuário de 2017, os principais rebanhos de criação na Amazônia, com tamanhos representando mais de 25% da dimensão nacional eram bubalinos (72,79%); muares (39,07%); bovinos (37,34%); patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões (28,96%); e equinos (27,13%).

TABELA 6. Rebanhos da Agropecuária na Amazônia segundo sua Participação Nacional.

Rebanhos	Mato Grosso	Pará	Rondônia	Maranhão	Tocantins	Amazonas	Acre	Amapá	Roraima	Amazônia
Asininos	0,95	3,11	0,42	10,92	0,90	0,08	0,14	0,01	0,15	16,66
Avestruzes	2,55	4,33	0,74	3,40	1,31	0,96	0,19	-	-	13,48
Bovinos	14,07	8,31	5,69	3,14	3,75	0,73	1,24	0,02	0,39	37,34
Bubalinos	1,19	33,76	0,38	6,09	0,40	7,20	0,18	23,56	0,02	72,79
Caprinos	0,55	1,15	0,29	3,04	0,36	0,22	0,11	0,02	0,13	5,87
Codornas	1,41	0,07	0,48	0,09	0,04	0,29	0,10	0,01	0,05	2,56
Equinos	6,69	7,64	3,01	3,60	2,95	0,78	1,55	0,23	0,67	27,13
Galináceos	3,92	2,15	0,46	0,71	0,52	0,31	0,17	0,02	0,08	8,34
Muare	7,90	13,51	2,88	9,23	4,02	0,32	1,01	0,03	0,17	39,07
Ovinos	1,69	1,13	0,54	1,40	0,44	0,24	0,38	0,02	0,21	6,05
Patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões	2,01	9,04	1,34	5,97	1,22	4,95	2,29	0,83	1,31	28,96
Perus	0,05	0,24	0,03	0,09	0,04	0,02	0,02	0,00	0,02	0,51
Suínos	5,97	2,00	0,72	1,58	0,73	0,39	0,35	0,08	0,20	12,02

Fonte: IBGE (2019).

4. EVOLUÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E A INSUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Ao longo das últimas duas décadas, pode-se afirmar que ocorreu uma melhoria das condições de bem-estar da população residente nos estados que compõem a Amazônia Legal. E isto pode ser dito a partir da evolução de um conjunto de indicadores, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano cresceu como média dos estados da região, de 0,683 em 2010 a 0,730 em 2017, com maiores variações observadas para os estados do Amazonas, Acre e Maranhão, no entanto, com crescimento abaixo do verificado em termos nacionais.

Do ponto de vista relativo, o IDH dos estados da região, ficou abaixo da média nacional para seis estados em 2006, enquanto para o ano de 2017, todos os estados da região não alcançaram a média nacional, embora o estado de Mato Grosso ficasse muito próximo a esta média. Ademais, como pode ser verificado para os dois anos em análise, existe uma assimetria muito grande entre os estados, especialmente na comparação entre os estados do Maranhão e Pará em relação ao estado do Mato Grosso.

A diferença entre os estados é mais evidente ainda na comparação da renda mensal domiciliar *per capita*, pois a do Mato Grosso é quase o dobro da verificada pelo Maranhão e cerca de 67% superior à do Amazonas e Pará.

A situação social relativa dos estados da Amazônia Legal, também, é retratada na tabela 7, que apresenta para o ano de 2018, a situação da pobreza, em termos do número absoluto e o percentual de domicílios vivendo em situação de pobreza e pobreza extrema. Verifica-se que o percentual de pobreza em nível nacional era próximo de 30% e de pobreza extrema cerca de 12% e quase todos os estados da região amazônica eram superiores a este percentual, sendo os estados mais populosos Pará e Amazonas, acima de 50% de domicílios em situação de pobreza.

A diferença relativa da qualidade de vida dos estados da Amazônia e o resto do país também aparece no baixo grau de acesso da população local a importantes amenidades ambientais (rede de abastecimento de água, rede de esgotamento sanitário e serviços regulares de coleta de resíduos domiciliares), como pode ser observado na tabela 8.

Os maiores déficits em nível dos estados aparecem em relação ao esgotamento sanitário, que em média fica em torno de apenas 20% da população vivendo em domicílios atendidos por esse tipo de serviço e, com estados como Rondônia, Pará, Amapá e Amazonas não atingindo a 10%. Destaca-se que estes indicadores refletem características mais próximas dos municípios das capitais e encontram-se muito superestimados para a maioria dos municípios, que

apresentam taxa zero ou próxima de zero, para serviços de saneamento e tratamento de esgoto.

Tabela 7. Indicadores Seleccionados da Qualidade de Vida da População.

Territorialidades	Rendimento mensal domiciliar		
	IDH 2010	IDH 2017	per capita - R\$ [2019]
Rondônia	0,69	0,725	1136
Acre	0,663	0,719	890
Amazonas	0,674	0,733	842
Roraima	0,707	0,752	1044
Pará	0,646	0,698	807
Amapá	0,708	0,74	880
Tocantins	0,699	0,743	1056
Maranhão	0,639	0,687	636
Mato Grosso	0,725	0,774	1403
Amazônia (Média)	0,683	0,730	966
Brasil (Média)	0,7	0,778	1089

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP (2020). Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Tabela 8. Indicadores Seleccionados da Qualidade de Vida da População.

Territorialidades	% da população urbana residente em domicílios ligados à rede de abastecimento de água	% da população urbana residente em domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário	% da população urbana atendida por serviços regulares de coleta de resíduos domiciliares
	2017	2017	2017
Rondônia	61,51	5,95	80,89
Acre	65,41	14,78	74,29
Amazonas	73,97	9,06	78,18
Roraima	99,69	54,46	88,62
Pará	50,34	7,26	63,7
Amapá	40,44	7,36	76,54
Tocantins	95,27	33,47	77,3
Maranhão	65,44	15,25	46,86
Mato Grosso	91,45	36,41	67,97
Amazônia (Média)	71,50	20,44	72,71
Brasil	91,08	58,95	82,85

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP (2020). Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Além disso, grande parte da população denominada de ribeirinha, compostas por populações tradicionais como caboclos, indígenas e quilombolas

também não têm acesso a água potável, muito embora vivam às margens de grandes cursos d'água e na maior bacia hidrográfica do país.

Em verdade, grande parte da população da Amazônia, mesmo aquelas concentradas nos maiores centros urbanos da região, vive imersa em condições de pobreza estrutural. A tabela 9 apresenta apenas os indicadores de pobreza e pobreza extrema, considerando apenas a dimensão renda. Assim, na comparação dos estados da Amazônia Legal e o conjunto do país, verifica-se que todos estes estados apresentavam em 2018 uma proporção de pobres acima da média nacional, enquanto apenas os estados de Mato Grosso e Rondônia apresentavam um percentual de pobreza extrema abaixo da referência nacional na mesma data. Em alguns estados como Maranhão (58,4%); Amazonas (51,58%) e Pará (50,58%) a proporção da população vivendo em “domicílios pobres” supera a 50%.

4.1. *Impacto Ambiental*

O crescimento e mudança da estrutura produtiva da Amazônia, especialmente nas últimas décadas, tem ocorrido às custas de um grande passivo ambiental, com um comprometimento de cerca de 20 a 25% do seu bioma original de florestas. Apesar disso, neste período têm ocorrido transformações importantes na governança ambiental na região desde o ano de 2000, quando foi criado, por exemplo, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). E, como descrito anteriormente, houve a construção de um aparato técnico e de governança ambiental bastante destacado na região.

A governança ambiental na região fortemente marcada por políticas de comando e controle, algumas delas integradas com as políticas e instrumentos de desenvolvimento regional, entre 2004 e 2012, logrou um efeito significativo na redução do desmatamento, como observado por Assunção, Gandour e Rocha (2012); Nepstad *et al.* (2014); Ferreira e Coelho (2015); Monteiro Neto, Castro e Brandão (2017); Diniz, Diniz, Silva e Simões (2018); Jung e Polasky (2018); Alves e Diniz (2020).

Não obstante ao êxito obtido no controle do desmatamento, a partir de 2014 ocorre um recrudescimento desse processo, visto que até 2020 haviam sido desflorestados quase 460 mil km², com uma distribuição muito assimétrica do desflorestamento observado entre os estados da Amazônia Legal, com os estados do Pará e Mato Grosso respondendo por mais de 65% do desmatamento total. Importa chamar atenção que grande parte do desmatamento ilegal ocorre em conjunto com as queimadas, que também têm uma parcela significativa na perda florestal da Amazônia.

TABELA 9. Situação dos Domicílios em Pobreza e Pobreza para os Estados da Amazônia em 2018.

	Sem rendimento	Mais de zero até %	Mais de ¼ até %	Mais de ½ até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5						
	%	%	%	%	%	%	%		% Pobreza Extrema	% Pobreza	Pop. Vivendo em Domicílios em Pobreza Extrema	Pop. Vivendo em Domicílios em Pobreza	
Brasil	207.742.957	1,175	10,630	17,581	28,255	25,483	7,562	5,132	4,182	11,805	29,386	24.523.445	61.047.371
Norte	17.856.608	1,182	19,743	26,131	27,341	16,471	4,307	2,778	2,047	20,925	47,056	3.736.518	8.402.608
Roraima	1.747.154	1,375	8,418	20,684	32,780	24,831	6,693	2,996	2,222	9,793	30,477	171.095	532.479
Acre	852.568	1,097	22,094	22,660	27,286	15,991	5,284	3,595	1,993	23,191	45,850	197.716	390.905
Amazonas	3.918.075	1,050	23,436	27,102	25,446	14,738	3,951	2,964	1,312	24,486	51,588	959.384	2.021.267
Roraima	513.025	2,944	13,490	21,141	25,259	20,971	6,467	6,008	3,720	16,433	37,574	84.306	192.766
Pará	8.463.454	1,104	21,584	27,898	26,782	14,631	3,531	2,248	2,223	22,688	50,586	1.920.157	4.281.282
Amapá	821.042	1,327	21,827	26,054	23,921	17,137	4,235	3,777	1,721	23,154	49,209	190.105	404.023
Tocantins	1.541.290	1,117	12,752	23,755	31,602	19,917	5,548	2,911	2,399	13,869	37,623	213.754	579.886
Maranhão	7.112.790	2,186	28,411	27,808	25,147	12,155	2,285	1,285	0,723	30,597	58,405	2.176.288	4.154.222
Mato Grosso	3.388.361	1,018	3,711	15,034	31,246	31,029	8,677	6,350	2,934	4,729	19,763	160.245	669.639
Nordeste	56.588.732	1,289	22,049	25,393	27,929	15,298	3,859	2,451	1,733	23,338	48,730	13.206.481	27.575.800
Sudeste	87.651.771	1,204	4,978	13,682	28,548	30,195	9,126	6,480	5,786	6,183	19,865	5.419.294	17.411.867
Sul	29.693.428	0,887	3,428	10,534	27,527	34,769	11,080	6,944	4,831	4,314	14,849	1.281.119	4.409.117
Centro-Oeste	15.952.419	1,142	4,375	14,844	30,175	28,528	9,203	6,500	5,233	5,517	20,360	880.034	3.247.979

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas.

Notas: Exclui as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

Salário mínimo de referência: R\$ 954,00.

Por outro lado, no cômputo das emissões de gases de efeito estufa do país, as principais fontes estacionárias derivam dos processos de uso e ocupação do solo. De fato, na soma das emissões diretas, com as emissões indiretas derivadas do desmatamento, a agropecuária responde por 80% das emissões de GEE no Brasil entre 1990 e 2018 e cerca de 69% em 2018 (Angelo & Ritti, 2019).

Uma consequência do recrudescimento do desmatamento e das queimadas, é o fato de que no balanço de carbono (saldo final entre absorções e emissões) tanto da Amazônia Sul-Americana, como da Amazônia brasileira entre 2010 a 2018, o saldo foi positivo, significando que a Amazônia passou a condição de emissor líquido (Gatti *et al.*, 2021). Além disso, a intensidade do desmatamento e algumas características de sua dinâmica recente apontam que esse processo irá comprometer as Emissões Reduzidas (ER) estabelecidas na Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida apresentada no chamado Acordo de Paris, pelo Brasil (Alves & Diniz, 2022).

Existem evidências sólidas baseadas em muitos estudos científicos que apontam para processos de savanização da floresta amazônica; maior incidência de incêndios florestais; períodos mais prolongados e intensos da estação seca (agosto-outubro) (Nobre, 2005; Nobre & Borma, 2009; Phillips *et al.*, 2009; Nobre, 2014; Gatti *et al.*, 2021).

Um outro fato preocupante é que em função do recrudescimento do desmatamento e das queimadas, o balanço de carbono (saldo final entre absorções e emissões) tanto da Amazônia Sul-Americana, como da Amazônia brasileira foi positivo entre 2010 a 2018, significando que a Amazônia passou a condição de emissor líquido (Gatti *et al.*, 2021).

Também existe uma correlação positiva entre os desequilíbrios ecológicos promovidos pelo desmatamento, o aumento da proliferação e a migração de vetores e a incidência de certas doenças como Malária e Leishmaniose (Saccharo Junior, Mation, Sakowski, 2015).

Por fim, estudos, também, mostram que a população mais pobre da Amazônia (em grande parte convergindo com a população tradicional) é a que apresenta maior vulnerabilidade aos efeitos das mudanças climáticas que se avizinham na região (Menezes *et al.*, 2018; Gatti *et al.*, 2021).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução da economia da Amazônia nas duas últimas décadas, formada pela economia dos estados que compõem a Amazônia Legal brasileira, configura ganhos de participação relativa em termos nacionais, particularmente, em setores econômicos mais dinâmicos na região, baseados na abundância dos seus recursos naturais: agropecuária e indústria extrativa mi-

neral. Embora, de forma não homogênea entre os estados, considerando as diferentes culturas agrícolas, a soja e a cana-de-açúcar são aquelas que experimentaram crescimento mais expressivo. Ademais, diferentes rebanhos vêm assumindo uma proporção crescente em termos relativos, não se restringindo mais apenas aos rebanhos bovino e bubalino. Em um espaço rural bastante heterogêneo em termos do tamanho da área média entre os estados, uma outra característica dessa dinâmica é a importância da agricultura familiar, que cresceu em termos médios cerca de 25% entre 2017 e 2006.

Observa-se, que nesse período, embora possam ter ocorridos melhorias no bem-estar medido pela variação absoluta em alguns indicadores socioeconômicos, a exemplo do IDH, a condição de baixo bem-estar social dos cidadãos que vivem nos estados da Amazônia Legal, pelo menos para a maioria deles, alcança uma posição relativa em termos da média nacional. Ademais, as mudanças estruturais e a dinâmica de crescimento, calcadas no uso intensivo dos recursos naturais da região, vêm se traduzindo em um grande passivo ambiental.

A perda da área florestal provocada pelo desmatamento ou por queimadas tem gerado efeitos diretos e indiretos sobre a população residente na região e, ainda, tem comprometido a própria capacidade da Amazônia em realizar serviços ecossistêmicos de sumidouro de carbono da floresta em pé, apontando que, no ritmo que o desmatamento assumiu nos últimos anos, o Brasil não alcance as metas de redução pretendidas pelo país, no âmbito do Acordo de Paris.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, V. da P., & DINIZ, M. B. (2022). Redução de emissões de carbono por desmatamento evitado na Amazônia brasileira: uma abordagem baseada no cenário business-as-usual. *Revista Gestão Ambiental e Sustentabilidade - GeAS*, 11(1), 1-23.
- ALVES, V. da P., & DINIZ, M. B. (2020). A influência da governança sobre o desmatamento na Amazônia: uma análise com regressões quantílicas. In *Anais do XVIII Encontro da Associação Nacional de Estudos Regionais e Urbanos*, Natal, RN, Brasil.
- ANGELO, C., & RITTI, C. (2019). Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas do Brasil (1970-2018). São Paulo: SEEG; Observatório do Clima.
- ASSUNÇÃO, J., GANDOUR, C. C., & ROCHA, R. (2012). Deforestation slowdown in the Legal Amazon: prices or policies?. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative. Recuperado em 14 fevereiro de 2016, de <http://climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2012/03/Deforestation-Prices-or-oliciesWorking-Paper.pdf>.
- CORDANI, U. G., & JULIANI, C. (2019). Potencial mineral da Amazônia: problemas e desafios. *Revista de Estudios Brasileños*, 6(11), 91-108.

- COSTA, R. P. da. (2017). Política regional na Amazônia: a PND R II. In A. MONTEIRO NETO, C. N. DE CASTRO, & C. A. BRANDÃO (Orgs.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas* (pp. 99-125). Rio de Janeiro: Ipea.
- DINIZ, M. B. (2017). *Desmatamento e ausência de riqueza na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu.
- DINIZ, M. B., DINIZ, M. J. T., SILVA, A. B., & SIMÕES, J. E. M. (2018). Dinâmica de curto prazo do desmatamento da Amazônia Legal: análise do papel das políticas públicas no período de 2000 a 2010. *Revista de Economia Aplicada*, 22, 177-206.
- FERREIRA, M. D. P., & COELHO, A. B. (2015, janeiro/março). Desmatamento recente nos estados da Amazônia Legal: uma análise da contribuição dos preços agrícolas e das políticas governamentais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(1), 93-108.
- FERREIRA, A. M. M., & SALATI, E. (2005). Forças de transformação do ecossistema amazônico. *Estudos Avançados*, 19(54), 25-44.
- GATTI, L. V., BASSO, L. S., MILLER, J. B., GLOOR, M., DOMINGUES, L. G., CASSOL, H. L. G., TEJADA, G., ARAGÃO, L. E. O. C., NOBRE, C., PETERS, W., MARANI, L., ARAI, E., SANCHES, A. H., CORRÊA, S. M., ANDERSON, L., RANDOW, C. V., CORREIA, C. S. C., CRISPIM, S. P., & NEVES, R. A. L. (2021). Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change. *Nature*, 595, 388-393.
- INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS DA AMAZÔNIA (2009). *Desmatamento na Amazônia: medidas e efeitos do Decreto Federal 6.321/07*. Brasília: IPAM.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2011). *Censo Agropecuário 2006. Segunda apuração*. Rio de Janeiro: IBGE.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2018). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua 2018. Consolidado de Primeiras Entrevistas. Rio de Janeiro: IBGE.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2019). *Censo Agropecuário 2017. Resultados Definitivos*. Rio de Janeiro, IBGE.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2020). Atlas do Espaço Rural Brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), FUNDAÇÃO JOAQUIM PINHEIRO (FJP), & PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). (2022). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Recuperado em 20 de março de 2022, de <http://www.atlasbrasil.org.br/>.
- JUNG, S., & POLASKY, S. (2018). Partnerships to prevent deforestation in the Amazon. *Journal of Environmental Economics and Management*, 92, 498-516.
- MARQUES, G. de S. (2019). *Amazônia: riqueza, degradação e saque*. São Paulo: Expressão Popular.
- MELLO, N. G. R. de, & ARTAXO, P. (2017, janeiro/abril). Evolução do plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 66, 108-129.
- MENEZES, J. A., CONFALONIERI, U., MADUREIRA, A. P.; DUVAL, I. B., SANTOS, R. B. D., & MARGONARI, C. Mapping human vulnerability to climate change in the Brazilian Amazon: The construction of a municipal vulnerability index. *PLoS ONE*, 13(2).

- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. (2013). *Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) 3ª Fase (2012-2015) pelo Uso Sustentável e Conservação da Floresta*. Brasília: MMA.
- MONTEIRO NETO, A., ARISTIDES *et al.* (2017). Desenvolvimento territorial no Brasil: reflexões sobre políticas e instrumentos no período recente e propostas de aperfeiçoamento. In A. MONTEIRO NETO, C. N. DE CASTRO, C. A. BRANDÃO (Orgs.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas* (pp. 37-64). Rio de Janeiro: Ipea.
- MONTEIRO NETO, A., CASTRO, C. N. DE, & BRANDÃO, C. A. (2017). Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: IPEA.
- NEPSTAD, D. *et al.* (2014, June). Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains. *Science*, 344(6188), 1118-1123.
- NOBRE, A. D., (2005). Is the Amazon Forest a Sitting Duck for Climate Change? Models Need yet to Capture the Complex Mutual Conditioning between Vegetation and Rainfall (pp. 107-114). In P. L. Silva Dias, W. C. Ribeiro, & L. H. Nunes (Eds.). *A contribution to understanding the regional impacts of global change in South América*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.
- NOBRE, A. D. (2014). The future climate of Amazonia. São José dos Campos: ARA; CCST-INPE; INPA.
- NOBRE, C., & BORMA, L. (2009). "Tipping points" for the Amazon forest. *Current Opinion Environmental Sustainability*, 1(1), 28-36.
- PHILLIPS, O. *et al.* (2009). Drought sensitivity of the Amazon rainforest. *Science*, 80, 1344-1347.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (2009). *Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal 2ª Fase (2009 - 2011). Rumo ao desmatamento ilegal zero*. Brasília.
- SACCARO JUNIOR, N. L., MATION, L. F., & SAKOWSKI, P. A. M. (2015). *Impactos do desmatamento sobre a incidência de doenças na Amazônia* (Texto para discussão nº 2142). Brasília: IPEA.
- SILVA, S. A. (2015). *A PNDR e o planejamento regional brasileiro no início do século XXI* (Texto para discussão, nº 2150). Brasília: IPEA.

EXTRATIVISMO EM PEQUENA ESCALA PARA SOBERANIA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA

JONAS DIAS DE SOUZA

Universidade do Estado do Amazonas (UEA, Brasil)

MÁXIMO ALFONSO RODRIGUES BILLACRÊS

Universidade do Estado do Amazonas (UEA, Brasil)

RESUMO

O trabalho analisa as características próprias do extrativismo em pequena escala, em contraponto às definições de extrativismo de grande escala, voltadas ao mercado. A partir de discussões das dimensões culturais, históricas e ecológicas do extrativismo de pequena escala, e sua vinculação com questões de sustentabilidade e soberania alimentar, toma-se como estudo de caso o extrativismo do açaí (*Precatoria sp*) nos municípios da tríplice fronteira amazônica, Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte. A pesquisa teve como metodologia a revisões bibliográficas, trabalhos de campo nos locais de extração e comercialização, entrevistas e confecção de mapas síntese. Os resultados mostram que o extrativismo em pequena escala possui importância na geração de renda para as comunidades e que apresenta potencialidades para valorização e fortalecimento da soberania alimentar das famílias e sustentabilidade das práticas.

Palavras chave: Extrativismo em pequena escala; tríplice fronteira amazônica; soberania alimentar; açaí.

1. INTRODUÇÃO

ATUALMENTE, quando se discute o extrativismo, privilegia-se as atividades praticadas em grande escala e vinculadas aos circuitos espaciais mundiais de produção, circulação e comercialização dos produtos extrativos, destacando-se as consequências sociais e ecológicas negativas que as atividades geram. Definida e conceituada nesses termos, entretanto, confundem-se as características e críticas deste com o extrativismo praticado em pequena escala, de alcance local, cujas particularidades e atributos vão mesmo em sentido contrário daquele primeiro. Dessa forma, este trabalho visa discutir o extrativismo de pequena escala e sublinhar sua importância para a soberania alimentar e sustentabilidade da Amazônia, tomando como estudo de caso o extrativismo do açaí (*Precatoria sp*) nos municípios da tríplice fronteira amazônica, Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte.

Os três municípios localizam-se a oeste do estado do Amazonas (imagem 1), na fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. No conjunto, os municípios possuem uma população estimada de aproximadamente 134.243 habitantes (IBGE, 2010), grande parte constituída de diversas etnias indígenas (Ticuna, Kokama, Cambeba, Canamari, Matis, Marubo, etc.). A região apresenta um dos mais baixos índices socioeconômicos do Brasil e grave ocorrência de insegurança alimentar em âmbito nacional (IBGE, 2010; CAISAN, 2018), sendo o extrativismo de pequena escala a principal atividade econômica desenvolvida pela população e fonte básica e central de alimentação e renda para muitas famílias.

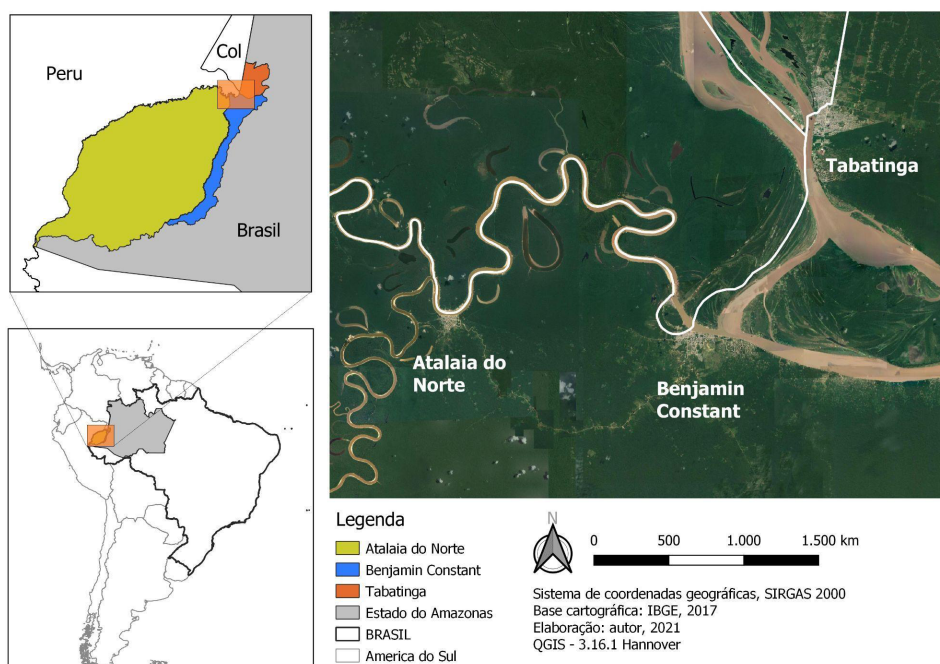
Para estudar o extrativismo vegetal do açaí e discutir o extrativismo de pequena escala em termos de soberania e sustentabilidade foram realizadas revisões bibliográficas sobre o tema, trabalhos de campo nos locais de extração e comercialização, entrevistas semiestruturadas com produtores e autoridades públicas e confecção de mapas síntese. Assim, a partir de uma breve reconsideração do conceito de extrativismo e de uma revisão das opiniões em torno do extrativismo na Amazônia, o trabalho analisa o extrativismo do açaí da forma como praticado nos municípios da tríplice fronteira amazônica e sua importância como fonte de renda e, principalmente, para o fortalecimento da soberania alimentar, destacando suas dimensões culturais, históricas e ecológicas.

2. EXTRATIVISMO EM GRANDE E EM PEQUENA ESCALA

Em coletânea recente, intitulada *Our extractive age: expressions of violence and resistance* e organizada por Judith Shapiro e Jhon-Andrew McNeish (2021), o extrativismo é entendido como a ação de extrair recursos em grandes volumes, de forma intensa, predatória, violenta, voltada para o mercado, e

que se estende não só aos recursos naturais mas também ao extrativismo de dados, informações e conhecimentos (Chagnon, Hagolani-Albov, & Hokkanen, 2021). Para os autores, viveríamos mesmo não apenas numa era extrativista, mas hiper extrativista devido a amplitude que as atividades extrativas alcançaram.

FIGURA 1. Localização dos municípios de Tabatinga, Atalaia do Norte e Benjamin Constant.



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Ligado ao sistema e lógica capitalista de produção de mercadorias, o extrativismo foi usado como modelo econômico de desenvolvimento nacional por diversos países. Argumentam os autores, contudo, sobre o caráter contraditório e conflitivo do extrativismo como modelo de desenvolvimento, evidenciado não apenas nos locais de extração em si, mas também nos locais e espaços envolvidos com a produção, circulação e comercialização de materiais extrativos.

Reconhece-se não apenas da violência visível envolvida na securitização dos enclaves extrativistas mas também da violência estrutural e simbólica que

a governança, economia e governabilidade da extração tem produzido (Shapiro & McNeish, 2021, p. 2).

Durante, Kroeger e Lafleur (2021, p. 22) recorrem até a etimologia e definições de dicionários dos termos extrair e extrativismo para mostrar o caráter violento das atividades. As definições, segundo os autores, “atribuem ao verbo as qualidades de força e esforço, especialmente dirigidos contra uma parte não cooperativa. Portanto, pode-se discernir aqui a natureza violenta da extração”.

Cabe razão, são legítimas e necessárias as análises e denúncias feitas pelos pesquisadores sobre o extrativismo, este extrativismo de grande escala, intensivo e voltado ao mercado. Entretanto, é preciso diferenciar este primeiro do extrativismo de menor escala, mais amíúde, com alto potencial de sustentabilidade e voltado não só para o mercado, mas também para a sobrevivência e reprodução da vida social. Quer dizer, torna-se necessário não confundir as análises e críticas do extrativismo em grande escala, inseridos nos circuitos mundiais de produção, daquele extrativismo praticado em comunidades locais e organizado segundo lógicas e dinâmicas próprias.

Com efeito, existe um extrativismo que não se encaixa na definição mais geral de atividade de apropriação intensa de grandes quantidades de recursos, pouco ou não processados industrialmente, destinadas à exportação e a obtenção de lucros (Martín, 2017); Gudynas *apud* Shapiro & Mcneish, 2021, p. 21). No caso da Amazônia brasileira, há um outro extrativismo que desempenha um papel além do seu valor econômico e que é praticado em pequena escala, envolvendo extração e circulação local dos produtos extrativos. A atividade, como praticada na região amazônica, possui, além dos aspectos econômicos, dimensões históricas, culturais e de identidades territoriais que incidem decisivamente na soberania alimentar da população envolvida e na sustentabilidade do ambiente (Lescure & Pinton, 1993; Lescure, 2000; CGEE, 2011).

Nesta direção, o extrativismo de pequena escala pode ser valorizado como opção portadora de processos e preceitos que se apoiam em outros parâmetros para o desenvolvimento, destacando questões como a promoção de direitos humanos e cidadania, além dos seus laços culturais e simbólicos (Silva, Claudino, Oliveira, Matei, & Kubo, 2016). O extrativismo caminha, portanto, no rumo dos argumentos de Acosta e Brand quando afirmam:

É preciso reorganizar a produção, desvincular-se da excessiva dominação dos mecanismos de mercado e restaurar a matéria utilizada para então reciclá-la e reordená-la em novos ciclos ecológicos. O mundo necessita também de uma racionalidade ambiental que desconstrua a irracionalidade econômica por meio da reapropriação da Natureza e da reterritorialização das culturas. As visões utilitaristas devem ceder espaço a outras aproxima-

ções, sustentadas nos Direitos da Natureza e, sempre, nos Direitos Humanos (Acosta & Brand, 2018, p. 104).

Toda relação dos homens com a natureza envolve trabalho e um conjunto de técnicas que permitem à sociedade se apropriar e transformar o espaço em que vivem de maneira a permitir a reprodução da vida, das relações sociais e das condições de existência (Santos, 2021). O extrativismo local na Amazônia é uma maneira de se relacionar com a natureza que se realiza no esforço e dispêndio de tempo e energia da comunidade na organização para caça, pesca e coleta de espécies vegetais e na confecção e desenvolvimento de instrumentos de trabalho. Nesse sentido, concordamos com Durante *et al.* (2021) de que o extrativismo é uma maneira particular de pensar e agir em relação a natureza, mas que não necessariamente traz consigo violência e destruição, constituindo-se antes como condição material de existência para parcela da população, cuja defesa, inclusive, está na pauta das lutas de diversos movimentos sociais não só na Amazônia, mas no mundo todo (Alier, 2015).

Como outra forma, uma forma particular de se relacionar com a natureza, o extrativismo de pequena escala praticado na Amazônia carrega outras racionalidades, outras lógicas e valores ambientais, na direção do que defende Enrique Leff (2010). De fato, os potenciais ecológicos, a sustentabilidade, a diversidade e a diferença no sentido da existência dos povos, suas histórias e culturas dão substrato às atividades extrativas, fazendo “descer do seu pedestal o regime universal e dominante do mercado como medida de todas as coisas, como princípio organizador do mundo globalizado e do próprio sentido da existência humana” (Leff, 2010, p. 26).

Esse pensar e agir diferente sobre a natureza, essas outras racionalidades para além de sua conotação econômica, revelam-se, por exemplo, no conhecimento dos extrativistas, no seu saber-fazer. Isto é, a atividade extrativa não se realiza apenas no ato de colher o produto vegetal, mas encerra também um domínio do espaço temporal da floresta, no conhecimento das estações do ano, dos caminhos, das plantas, do saber-fazer o extrativismo. Permeia também as memórias, a construção das identidades, dos modos de vida e das relações entre a comunidade (Claval, 2004), não se esgotando como recurso econômico a ser posto no mercado. É praticando o extrativismo que o homem observa a natureza, conhece as plantas, experimenta sua utilização, reprodução e apreende os ciclos naturais; é para prática extrativa que os homens se organizam para percorrer os caminhos das florestas e rios, que se dividem e se socializam na realização dos trabalhos.

As atividades extrativas são prenhes de trabalho, de história e cultura humana, afinal, revelados também na domesticação das plantas usadas no extrativismo. Levis *et al.* (2018) demonstraram em pesquisa que muitas espécies

vegetais utilizadas na Amazônia são frutos de manejos realizados ao longo do tempo, compondo os produtos à base do regime alimentar e da medicina tradicional das populações. Dessa forma, a domesticação reforça o conhecimento, as técnicas, as relações sociais construídas por gerações através das atividades extrativas porquanto são forjadas nas práticas de observação e experimentação socializadas dentro do grupo de indivíduos que desenvolvem o extrativismo.

É importante frisar, por outro lado, que o extrativismo na Amazônia, o extrativismo em pequena escala, se articula a toda uma organização social e espacial de produção de alimentos, complementando o trabalho de criação de animais, plantação de roças nas várzeas e cuidado das plantas frutíferas nos quintais e sítios ao redor das casas (Lescure & Pinton, 1993; Witkoski, 2021). Dessa forma, o extrativismo não é uma prática que satisfaz as necessidades sociais independentemente de outras atividades. Segundo Antônio Carlos Witkoski,

o extrativismo – seja ele vegetal ou animal (caça e pesca) – comparece à unidade de produção familiar camponesa associado, de modo intrínseco à agricultura de corte e queima, à pequena criação de animais, cujo principal finalidade é a subsistência e, depois, à comercialização. Ele deixa de ser, igualmente, extrativismo de um só produto, para ser exercido de modo diversificado. (...) Aqui, não devemos considerar essa atividade como uma prática acessória da economia camponesa, mas como uma das formas de trabalho desse ator sobre o ambiente que habita, procurando realizar sua vida e de sua família (Witkoski, 2021, pp. 296-297).

Valorizada em suas características próprias, nos seus outros atributos particulares, o extrativismo de pequena escala coaduna-se ainda na busca por maior soberania alimentar. Quer dizer, se analisamos o extrativismo na perspectiva da segurança e soberania alimentar, o reconhecimento dos aspectos sociais, culturais, ecológicos das práticas extrativas vai de encontro dos objetivos da soberania alimentar, na medida em que “esta visão propõe o privilégio das agriculturas locais em suas múltiplas vocações (sociais, ambientais e culturais) enquanto eixo fundamental para a busca de soluções com vistas a uma alimentação adequada de qualidade” (Marques, 2010, p. 81).

Reconhecer as características próprias do extrativismo em pequena escala e procurar uma forma de fortalecer a atividade junto a população, com a valorização e a conscientização social de seus aspectos que vão além da consideração econômica, pode, assim, contribuir para robustecer a soberania alimentar, ressaltando as qualidades socioculturais da alimentação local. Ademais, valorizar o extrativismo local pode também levar ao melhor aproveitamento

dos produtos, gerando maior sustentabilidade das práticas, com o maior uso das plantas já socialmente conhecidas.

3. CRÍTICAS AO EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA

Numa obra clássica sobre história do Brasil, Caio Prado Júnior (2008) dedica um capítulo do livro para discutir a produção extrativista no país, discorrendo principalmente sobre a Amazônia. O autor reconhece as características particulares que a atividade extrativa traz para a região “determinando nela características tão próprias e exclusivas que não se podem assimilar a nada que se passa em outras partes” (Prado Júnior, 2008, p. 209).

Embora Caio Prado Júnior afirme que o extrativismo “fixou o povoamento e colonização do vale” e que constituiu a base de subsistência nas aldeias e vilas fundadas na região, o autor refere-se, sobretudo, ao extrativismo de produtos destinados principalmente à exportação. Este extrativismo, porém, nem sempre o extrativismo foi visto com bons olhos.

O extrativismo vegetal na Amazônia foi criticado no passado – e ainda o é no presente – por autores que discutiram e discutem o desenvolvimento regional. Mas os autores referem-se, principalmente, ao extrativismo de grande escala. Araújo Lima (1937), Djalma Batista (2003), Samuel Benchimol (2011) e Alfredo Homma (2018), por exemplo, consideram que o extrativismo não é um modelo viável de desenvolvimento econômico para a região: o direcionamento da economia extrativista para o mercado externo, as técnicas de trabalho, a pouca produtividade e a ocupação da mão de obra, a incapacidade produtiva para atender demandas crescentes são algumas das considerações críticas feitas pelos autores.

Destarte, na opinião de Araújo Lima:

O amazônico deixou-se abandonar no pouso sombreado e pacato, que, à beira dos lagos e dos paranás remansosos, lhe dava os meios de vida e de subsistência, embotando-lhe o sentido de novas aspirações (Araújo Lima, 1937, p. 106).

Djalma Batista, por sua vez, diz que o extrativismo não contribui para a ocupação do imenso espaço amazônico, uma vez que o extrativismo requer uma grande área para a coleta das frutas ou caça dos animais, não dando suporte a ocupação do espaço por grandes agrupamentos humanos.

Em debates mais recentes, Alfredo Homma (2018) assevera que a economia extrativista não é a melhor opção de desenvolvimento para a Amazônia, sendo preferível as atividades agrícolas. Para o autor, o extrativismo não consegue atender o crescimento populacional e a demanda de produtos, gerar um

baixo nível de renda para os produtores, e ser uma economia frágil, sujeita ao esgotamento de recursos ou a substituição por sintéticos. O autor argumenta ainda:

A manutenção do extrativismo na Amazônia exige conservar a floresta, impedir o surgimento de atividades competitivas, promover a melhoria ou abertura de estradas, manter baixa densidade populacional e, sobretudo, evitar o financiamento de pesquisa de domesticação, uma vez que esse tipo de atividade se torna indutora do seu desaparecimento. No caso da Amazônia, a evidente simpatia de cientistas e ambientalistas de países desenvolvidos pela manutenção do extrativismo vegetal pode criar vetores de força impedindo a domesticação, apesar dos evidentes benefícios sociais para os produtores e consumidores. Nesse sentido, as políticas visando apoiar o extrativismo vegetal em detrimento da domesticação podem prejudicar os interesses sociais da população (...). Toda política pública para a Amazônia deve estar voltada para a utilização de mais de 76 milhões de hectares (2016) que já foram desmatados e constituem a Segunda Natureza. Essa área é três vezes a do Estado de São Paulo ou mais do que a soma dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o que mostra o potencial agrícola que poderia ser obtido transformando uma parte dessa área em uma Terceira Natureza, com a aplicação correta de práticas agrícolas e de atividades mais adequadas (Homma, 2018, pp. 65-66).

3.1. Para além das críticas ao extrativismo na Amazônia: o caso do extrativismo do açaí em pequena escala na tríplice fronteira da Amazônia

As discussões teóricas sobre outras racionalidades e lógicas ambientais, porém, revelam a importância do extrativismo local e, para nosso estudo de caso, o extrativismo do açaí praticado nos municípios da tríplice fronteira amazônica e relativizam sua importância exclusivamente econômica.

Atualmente, segundo os dados do IBGE (2020), o fruto do açaí tem destaque como um dos principais produtos obtidos da extração vegetal nos municípios brasileiros da tríplice fronteira. Apesar dos problemas na obtenção e quantificação de dados sobre o extrativismo na Amazônia, como alerta (Les-cure, 2000; Menezes, 2011), o fruto do açaí é o que apresenta uma das maiores quantidades produzida na extração vegetal ao lado da extração de castanha do Pará, madeira em tora, lenha, Hévea (látex coagulado) e buriti (tabela 1).

TABELA 1. Quantidade produzida na extração vegetal entre 186 – 2021.

Tipo de produto extrativo	Município		
	Tabatinga	Benjamin Constant	Atalaia do Norte
Açaí (fruto) (Toneladas)	1531	1561	1386
Castanha-do-pará (Toneladas)	7506	0	0
Hevea (látex coagulado) (Toneladas)	25	120	369
Fibras (Toneladas)	10	1	203277
Lenha (Metros cúbicos)	743362	1145145	687943
Madeira em tora (Metros cúbicos)	159800	771285	1386

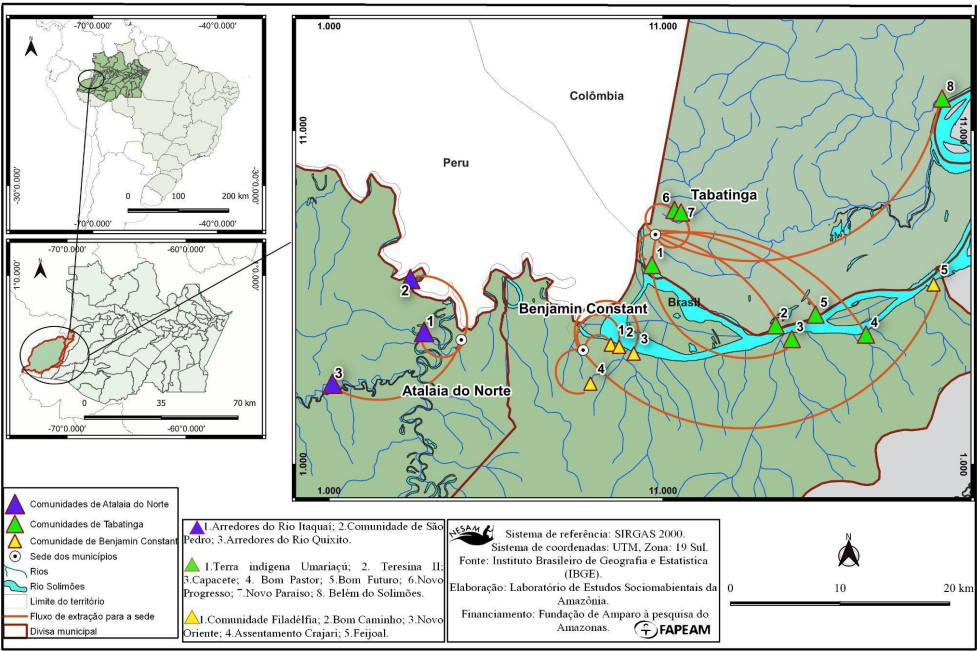
Fonte: SIDRA – IBGE (2020).

Nos municípios analisados, a extração e comercialização do açaí se dá em escala local, o fruto sendo extraído dos sítios e fazendas próximas aos núcleos urbanos, das comunidades ribeirinhas, das terras indígenas demarcadas na região (figura 2). Depois de colhido, o açaí é transportado, de canoa ou motorcarro, até os locais de processamento onde são usados uma batedeira, filtro de água e peneira para retirada da polpa do açaí (imagem 1). Do processamento resulta o vinho do açaí, vendido nos próprios locais de processamento ou em pontos distribuídos ao longo da malha urbana de cada cidade.

Essa rede de extração e comercialização do açaí envolve diferentes sujeitos sociais: são beneficiados I) a população ribeirinha e indígena, brasileira e peruana, responsável pela extração do fruto, II) os transportadores, indígenas ou não indígenas, que recebem pelo transporte do fruto, e III) os vendedores de vinho de açaí.

Para parte da população envolvida, o açaí é a melhor fonte de renda durante o ano. Mesmo com o reforço de empregos temporários e incertos (bicos) e o auxílio de programas sociais (bolsa família, aposentadoria, auxílio defeso), é o açaí que garante a alimentação (quando consumida diretamente pela família) ou dinheiro para compra de bens de consumo. É ilustrativo nesse sentido, a fala dos entrevistados em campo quando afirmam “criei meus filhos batendo açaí nessa máquina” ou “o açaí é o que dá dinheiro aqui em casa”. São famílias que dependem do açaí para a compra de arroz, feijão, macarrão, carne, farinha, café, açúcar, salsicha, sabão, gás de cozinha e gasolina (informações obtidas em campo).

FIGURA 2. Rede de extração e comercialização do açaí nos municípios de Tabatinga, Atalaia do Norte e Benjamin Constant.



Elaboração: Marta Patrícia Lujan (2021).

IMAGEM 1. Instrumentos usados no processamento do açaí.



Fonte: Autores, trabalho de campo em 2020.

Uma das deficiências na rede de produção de açaí nos municípios da tríplice fronteira, contudo, deficiências já constatadas em outras áreas de produção de açaí (Sawyer, 2011; Paes-de-Souza, Silva, Pedrozo, & Souza Filho, 2011; Silva, 2014), é a falta de organização dos produtores, de associações e cooperativas que os habilitem para acesso a crédito, financiamentos, mercados e projetos de desenvolvimento. A falta de preparo e qualificação para trabalhar com a gestão e burocracia administrativa foram, realmente, uma das causas apontadas, nas entrevistas e conversas, para a falta de sucesso na implantação de associações e cooperativas, embora o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas venha desenvolvendo ações para o cooperativismo e desenvolvimento da produção de açaí nos municípios da região.

Por outro lado, o fortalecimento na organização dos produtores deve ser pensada, igualmente, na perspectiva de valorização da escala local na qual a extração de açaí se insere na tríplice fronteira, porquanto a inserção do extrativismo em redes e circuitos maiores de circulação e comércio importa a relativização das atividades extrativistas, consoante afirmam Homma (2018) e Cortezzi (2020).

De fato, em estudo recente sobre o açaí no modelo de mundialização de plantas amazônicas feitas por Cortizzi (2020), o extrativismo, embora permaneça praticado, perde força frente aos produtos colhidos em plantações ou substituídos por sintéticos. Na medida em que o consumo do açaí vai se mundializando, acumulando as etapas de difusão, colonização, massificação e mercantilização, novos processos produtivos, inovações biotecnológicas, regulamentos e mercados são incorporados, diminuindo a participação das atividades extrativas e do extrativista no circuito espacial de produção.

O extrativismo em escala local promove ligações e circulações que são relevantes em termos sociais, territoriais e urbanos para os municípios. Trata-se, portanto, de analisar o extrativismo do açaí na tríplice fronteira amazônica, considerando-a também em função de sua relevância para as redes locais que organiza e mantém entre as comunidades ribeirinhas, territórios indígenas, entre os países e as cidades (Schor & Oliveira, 2011).

Dessa forma, as redes locais organizadas pelo extrativismo do açaí em Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte são importantes e devem ser valorizadas pelas conexões, circulação, geração de renda e garantia de alimentação que proporciona tanto para as populações das comunidades como das cidades, sem falar na sua relevância para as dinâmicas econômicas e espaciais dos municípios.

Grande parte da extração de açaí aproveita somente o fruto da planta. O extrator utiliza uma peconha, um facão e alguns sacos de estopa para pegar os frutos no alto das árvores (palmeiras) e armazená-los (imagem 2). Alguns

outros aproveitamentos da planta de açaí são possíveis, entretanto, e podem aumentar a sustentabilidade das práticas extrativas e a geração de renda para a população. Na ilha do Marajó (Pará), por exemplo, Nagaishi (2007) estudou a utilização do caroço do açaí para a geração de renda e energia para comunidades isoladas, e concluiu pela viabilidade da produção de carvão vegetal e energia elétrica a partir do caroço. Assevera que “o uso alternativo dos resíduos de extrativismo de açaí (caroços) garante a geração de renda, emprego e melhoria de vida à população” (Nagaishi, 2007, p. 105).

IMAGEM 2. Extração de açaí.



Fonte: Autores, trabalho de campo em 2021.

Além do fruto e do caroço, também o palmito, a palha, a estirpe a raiz e o cacho são aproveitáveis em diferentes formas de alimentação, como remédio, na confecção de utensílios domésticos e material de construção, contribuindo na renda e qualidade de vida da população e sustentabilidade das práticas extrativas.

São dois os sentidos que a diversificação nos usos do açaí pode caminhar: primeiro, na maior instrução dos produtores na utilização e beneficiamento das possibilidades oferecidas pela planta e frutos, e, segundo, no incremento tecnológico no manejo e processamento dos produtos. Já existem tecnologias de manejo que compatibilizam a exploração econômica com a preservação ambiental, aumentam a produtividade por área e que facilitam o transporte e a armazenagem, como a liofilização e a secagem.

São, enfim, dimensões do extrativismo que podem ser considerados e valorizados como formas alternativas de fomento e desenvolvimento à atividade na tríplice fronteira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vistas em suas dimensões econômicas, as atividades extrativas apresentam poucas perspectivas para o desenvolvimento da região amazônica. As críticas baseiam-se na sua baixa produtividade, seu caráter exportador, a substituição por sintéticos são apontadas como fragilidades do extrativismo para promoção do crescimento econômico da Amazônia.

Mas quando reconhecido em sua dimensão cultural, histórica, ecológica expressas no trabalho comunitário, nos saberes fazeres, nos processos de domesticação das plantas, abre-se a valorizações que podem contribuir com alternativas ao desenvolvimento e fortalecimento das promoções que oferece.

É o caso do extrativismo do açaí na fronteira amazônica entre Brasil, Colômbia e Peru, cuja valorização em termos históricos, da escala da rede, da população envolvida este trabalho destacou e procurou discutir. Caracterizada como uma região marcada por carências econômicas, educacionais, de infraestrutura, falta de emprego, etc., o extrativismo na tríplice fronteira abre-se para seu reconhecimento enquanto prática histórica relevante e como forma de ampliar a soberania alimentar da população e a sustentabilidade das práticas.

É necessário, portanto, entender as atividades extrativas como parte das práticas da população dos municípios e comunidades da tríplice fronteira da Amazônia em suas várias dimensões: econômicas, culturais, históricas, alimentar e sociais. Reduzir o extrativismo a sua esfera econômica limita todas as potencialidades que a prática pode trazer para a região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, A., & BRAND, U. (2018). *Pós-extrativismo e decrescimento: saída do labirinto capitalista*. São Paulo: Elefante.
- ALIER, J. M. (2015). *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração* (2ª ed.). (M. Waldman, Trad.). São Paulo: Contexto.
- BATISTA, D. (2003). *Amazônia: cultura e sociedade*. Manaus: Editora Valer; Governo do Estado do Amazonas; Editora da Universidade Federal do Amazonas.
- BENCHIMOL, S. (2011). *Amazônia: a guerra na floresta*. Manaus: Banco da Amazônia; EDUA.
- CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. (2018). *Estudo técnico CAISAN*. Recuperado de <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/noticias/arqui->

- vos/files/Estudo%20T%C3%A9cnico%20CAISAN%20MapaInsan%20versao_final.pdf.
- CENTRO DE GESTÃO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). (2011). *Surgimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.
- CHAGNON, C. W., HAGOLANI-ALBOV, S. E., & HOKKANEN, S. (2021). Extractivism at your fingertips. In J. SHAPIRO, & J.-A. McNEISH. *Our extractive age: expressions of violence and resistance*. London; New York: Routledge.
- CLAVAL, P. (2004). *Epistemologia da geografia* (2ª ed.). (M. d. PIMENTA, & J. A. PIMENTA, Trans.) Florianópolis: Editora da UFSC.
- CORTEZZI, F. (2020). L'acaí dans le modele de mondialisation des plantes amazonniennes: un produit ancien, de nouvelles formes de production et de reproductuin dans l'espace. *Geosaberes*, 11, 493-516.
- DURANTE, F., KROGER, M., & LAFLEUR, W. (2021). Extraction and Extractivisms: definitions and concepts. In J. SHAPIRO, & J.-A. McNEISH. *Our extractive age: expressions of violence and resistance*. Londres; Nova York: Routledge.
- HOMMA, A. K. (2018). *Colbendo da natureza: o extrativismo vegetal na Amazônia*. Brasília: Embrapa.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). *Censo demográfico 2010*. Recuperado de <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2020). <http://www.ibge.gov.br/>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2021). Sidra: Sistema IBGE de Recuperação Automática. Recuperado em 10 de julho de 2023, de <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/289#resultado>.
- LEFF, E. (2010). *Discursos sustentáveis*. (S. C. Leite, Trad.). São Paulo: Cortez.
- LESCURE, J. P. (2000). Algumas questões a respeito do extrativismo. In L. Emperaire (Org.). *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado.
- LESCURE, J. P., & Pinton, F. (1993). Extractivism: a controversial use of the tropical forest ecosystem. In M. HLADIK, A. HLADIK, O. LINARES, H. PAGEZY, A. SEMPLE, & M. HADLEY. *Tropical Forest People and food: biocultural interactions and applications to development* (pp. 767-774). Carnforth: UNESCO Publishing; Parthenon Publishing Group.
- LEVIS, C., FLORES, B. M., MOREIRA, P. A., LUIZE, B. G., ALVES, R. P., FRANCO-MORAES, J., LINS, J., KONINGS, E., PEÑA-CLAROS, M., BONGERS, F., COSTAS, F. R. C., & CLEMENT, C. R. (2018). How People Domesticated Amazonian Forests. *Frontiers in Ecology and Evolution*, 5(171).
- LIMA, A. (1937). *Amazônia: a terra e o homem. Com uma introdução à antropogeografia* (2ª ed.). São Paulo; Rio de Janeiro; Recife: Companhia Editora Nacional.
- MARQUES, P. E. (2010). Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 17(2), 78-87.

- MARTÍN, F. (2017). Reimagining Extractivism: Insights from spatial theory. In B. ENGELS, & K. DIETZ. *Contested Extractivism, Society and the State, Development, Justice and Citizenship*. London: Palgrave Macmillan.
- MENEZES, M. (2011). Aspectos socioeconômicos do extrativismo. In Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Recuperado de https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/livro_extrativismo_capa_oio92011_7461.pdf.
- NAGAISHI, T. Y. (2007). *Açaí (Euterpe oleracea mart): extrativismo, características, energia e renda em uma comunidade na Ilha de Marajó/ PA*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, Pará, PA, Brasil.
- PAES-DE-SOUZA, M., SILVA, T. N., PEDROZO, E. Á., & SOUZA FILHO, T. A. de (2011). O Produto Florestal Não Madeirável (PFNM) Amazônico açaí nativo: proposição de uma organização social baseada na lógica de cadeia e rede para potencializar a exploração local. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, 3(2).
- PRADO JÚNIOR, C. (2008). *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense.
- SANTOS, M. (2021). *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia* (6ª ed.). São Paulo: Edusp.
- SAWYER, D. (2011). Entraves regulatórios de atividades extrativistas na Amazônia: problemas, enfrentamento e soluções. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Recuperado de https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/livro_extrativismo_capa_oio92011_7461.pdf.
- SCHOR, T., & Oliveira, J. A. (2011). Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia brasileira. *ACTA Geográfica*, 15-30.
- SHAPIRO, J., & MCNEISH, J.-A. (2021). *Our extractive age: expressions of violence and resistance*. London; New York: Routledge.
- SILVA, D. W., CLAUDINO, L. S., OLIVEIRA, C. D., MATEI, A. P., & KUBO, R. R. (2016). Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia brasileira. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 38, 557-577.
- SILVA, M. A. (2014). *As limitações institucionais de inserção da gestão biotecnológica na produção de polpa de açaí*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, AM, Brasil.
- WITKOSKI, A. C. (2021). *Terras, florestas e águas de trabalho: as formas de uso dos recursos naturais nas várzeas amazônicas*. Manaus: Editora Valer.

RIBEIRINHOS: AGRICULTORES DE VÁRZEA E AGENTES AMBIENTAIS

DELMA PESSANHA NEVES

Universidade Federal Fluminense (UFF, Brasil)

RESUMO

Por este artigo, registra-se a análise de processos de constituição política e econômica de ribeirinhos sediados às margens do Médio Solimões, nos municípios de Tefé, Alvarães e Coari (Amazonas, Brasil), posição a partir e em defesa da qual vieram a se consolidar como agentes ambientais em reivindicação da fundamental preservação de recursos naturais, reprodução de modos de vida segundo reclamada territorialidade e conformação de quadros institucionais projetados para atender e oficialmente demarcar conquistas. Correlativamente, integra-se o estudo da organização política de ribeirinhos cujos desdobramentos das ações coletivas propiciaram a constituição da Reserva Extrativista Catuá-Ipixuna e reafirmam a institucionalização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – lei nº 9.985/2000), parte da política de sustentabilidade ambiental e social definida pela proposição do conjunto de Unidades de Conservação (UC).

Palavras-chave: Sustentabilidade ambiental; organização política; Médio Solimões/Amazonas; ribeirinhos.

1. INTRODUÇÃO

NESTE TEXTO ANALISAM-SE PROCESSOS DE MUDANÇAS nas condições de mobilização da ação pública promovida pelo Movimento de Educação de Base (MEB), constituído em 1961 como sociedade civil vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a partir de representantes da Igreja Católica em Prelazias dos municípios de Tefé e Coari (Amazonas, Brasil). Para

tanto, ressaltam-se os investimentos mobilizados e desdobrados em projeções de diferenciadas relações com instituições estatais, propiciando a construção de demandas por reconhecimento de reivindicações territoriais de ribeirinhos do Médio Solimões (Amazonas, Brasil). Certos desdobramentos políticos de tais ações coletivas e redefinições de meios de mobilização colaboraram para a institucionalização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – lei nº 9.985/2000), parte da política de sustentabilidade ambiental e social definida pela proposição do conjunto de Unidades de Conservação (UC). Diversamente concebidas, elas correspondem à forma social de intervenção de órgãos estatais nos planos federal, estadual e municipal, segundo distintas categorias de respostas a instrumentos de proteção e usos permitidos, e articulação de engajamentos da população concernente.

O contexto político exprime associação de processos sociais expressivos de mudanças institucionais, remodelações das relações entre sociedade civil e Estado, enfim, projeção de modelos de objetivação de forma estatal. No processo em causa – do Estado intervencionista ao neoliberal – múltiplas restrições de ações públicas incidiram sobre domínios da vida social, na prática referenciando regulamentação restritiva do extrativismo hegemonicamente orientado por imediatismos de rapina.

Empiricamente, estão sendo analisados sistemas de crenças e práticas referenciais à divisão do trabalho político em organização local e as respectivas articulações em redes sociais que, em 2003, culminaram na decretação da Reserva Extrativista Catuá-Ipixuna. De fato, sistemas aqueles pautados em inserções verticalizadas de organização de comunidade em correspondente constituição oficial de associações civis, institucionalizados por agentes religiosos e mediadores constituídos nesses processos. Em assim sendo, sinalizam-se as singulares eficácias da crescente divisão de trabalho político dos comunitários em vinculação com a Prelazia de Tefé, pela qual se instituíram posições e funções estruturantes e reprodutoras de contínua, expandida e vigorosa participação política em plano local, também instigada por vinculações nacionais e internacionais.

2. AÇÃO PÚBLICA E RECATEGORIZAÇÃO POLÍTICA DE AGENTES SOCIAIS

No bojo de contextuais distintos processos de expropriação de meios de vida de agricultores, expressou-se a expansão de modos de mobilização política de muitos desses segmentos populacionais que, em consonância, foram enquadrados como tradicionais, designação jurídica mais ampla em reconhecimento político de povos e populações tradicionais (Almeida, 1989, pp. 163-196; Little, 2002). Associadamente, expandiu-se o reconhecimento dos anteriormente qualificados ribeirinhos, diante de práticas assumidas por

aproximação ao reconhecimento desejado: – por reprodução de princípios consuetudinários de apropriação dos recursos naturais; – ou por projetada e delimitada apropriação referenciada à concepção de território e de ações de territorialização (Almeida, 2012). A valorada noção de território indicava a projeção coletiva de formas de apropriação de espaços por grupos humanos reivindicantes de contingenciais pertencimentos e relações de poder, princípios concomitantemente cognitivos que referenciam concepções quanto aos ambientes biofísicos e distintos modos de vida. Os termos explicitam mobilizações contrapostas a diversas formas de expropriação de áreas de fixação residencial, muitas delas sem regulação oficial dos domínios antecedentes.

Sinteticamente, focalizam-se demandas orientadas pela construção de outras regulamentações legais de direitos, antes associados a específico modo de vida dos então designados ribeirinhos. Sendo oficialmente enquadrados como tradicionais, puderam legitimar demandas de regulações e vinculações institucionais próprias, concernentes a práticas consuetudinárias.

Pela análise enfatizam-se certas condições empíricas decorrentes da constituição de associações civis em contexto da referida ação pública, pautadas em práticas e representações referenciais à construção de regulação de relações sociais (Dubois, 2009). Todos esses dados valorizados assim o são mediante trabalho de campo realizado no ano de 2002, permitindo a compreensão de princípios de apropriações e ressignificações que orientaram a constituição de instituições mediadoras, propiciantes de aprendizagens, diálogos e negociações com agentes públicos estatais, fundamentais para a construção dessa conversão política e reelaboração de práticas sociais enquadradas pelo ideário da sustentabilidade ambiental.

Para a constituição das ações coletivas, múltiplos processos vieram a fortalecer a centralidade dos embates em torno da consagração da vida comunitária e da redefinição de agentes políticos locais. Os ribeirinhos se entrelaçaram em múltiplas redes e inserções em universos de ressignificações sociais e institucionalidades públicas e privadas, no mínimo como as explicitadas nos termos da decretação oficial da Resex.

A Reserva Extrativista Catuá-Ipixuna (ResexCatuá-Ipixuna) situa-se entre os municípios de Tefé e Coari, com área aproximada de 217.486,00 ha. Abriga em 2003 um total de 1457 habitantes. Foi oficialmente reconhecida pelo Decreto – 23.722 - 05/09/2003 e doravante gerida pela SEMA-AM- Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas, sob mediação de Conselho Deliberativo, no entanto só criado em 2008. Em complementaridade dos dados de reconhecimento oficial (...) ela (...) alcançou a indicação para acesso ao Pronaf pela Portaria 19 de 28 de julho de 2004; e a aprovação do Plano de Gestão da Resex, instrumento de gestão do plano de manejo, em 28 de setembro de 2010. Por fim, veio a obter a aprovação do zoneamento pela

Resolução 02, de 26 de janeiro de 2010 (Unidades de Conservação no Brasil, 2022).

Nesse ambiente de construção de grupo de interesses políticos, a equipe de pesquisa participou, em Tefé (Amazonas, Brasil), do “Encontro dos representantes de setores, catequistas e agentes ambientais” (2002), espaço público de estruturação de papéis militantes, definidos por sistema de distribuição e hierarquização de funções inerentes à diocese de Tefé. Na ocasião, a equipe foi convidada a colaborar com eles mediante sistematização da ressaltada experiência de ação pública, da valorada organização comunitária.

No contexto da criação da Reserva Extrativista Catuá-Ipixuna, os marcos legais foram definidos pela constituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, no caso, unidades de conservação de uso sustentável. Mas também no inicial compromisso com essa forma de gestão pelo quadro de políticas do Estado do Amazonas, que privilegiava as reservas extrativistas. Tal opção fora justificada pelo uso múltiplo e sustentável dos recursos florestais por comunidades locais, tanto que, em termos do decreto de criação da Resex, as unidades de manejo sustentável correspondiam a categorias de unidades de proteção dos atributos naturais, admitindo-se a utilização dos recursos disponíveis em regime de manejo sustentável, sujeito às delimitações legais. Consequentemente, a categorização representava uma conquista frente a outras alternativas de designação que, pela equivalente política pública, também se apresentavam como parte do enquadramento transferido a agentes estatais (Neves, 2005).

Nos termos do decreto, a categorização fundamentava-se, menos na reivindicação dos comunitários, mas em concordância não explicitada, porque atribuída a estudos realizados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e pela Secretaria Executiva Adjunta de Extrativismo (SEAE). E sinalizava doravante uma convivência dos ribeirinhos com órgãos do Estado, cujos porta-vozes legitimavam suas ações segundo aludido primado da prática científica. De qualquer modo, esse procedimento imprescindível se antecipava às alternativas de reconhecimento daquelas reivindicações políticas. Por este legitimado procedimento, cumpria-se um dever do Poder Público de proteger a coletividade, defendê-la e preservá-la para as presentes e futuras gerações, fundamento irretorquível da definição desses específicos espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos.

A gestão do território político e administrativo, nos termos apontados, ancorava-se na criação de um conjunto de unidades institucionais de intervenção e de articulação, quadro no qual os comunitários vieram a ser considerados enquanto categoria formal e figura jurídica de representação delegada,

mediante participação em Conselho Deliberativo, presidido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS); por intermédio do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme disposto em regimento. Por essa atribuição, o Conselho Deliberativo da RESEX poderia vir a celebrar ajuste para a gestão da área com outras entidades ou instituições públicas, organizações da sociedade civil de interesse público e objetivos afins ao da unidade. As formas de acesso, apropriação e uso dos recursos naturais foram reordenadas segundo os contratos de concessão de direito real de uso pela população tradicional, efetivados mediante intervenção do Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM). A apropriação daqueles recursos, em conformidade ao Plano de Manejo da RESEX Catuá-Ipixuna, seria elaborado no prazo máximo de cinco anos após a publicação do decreto, e segundo aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Em continuidade, serão analisadas as condições anteriores de organização política dos comunitários, dos ajustes que eles foram procedendo para corresponder à convivência entre outras esferas de poder, para tanto se fazendo dotados de distintos atributos valorados para tais ações públicas. E ainda será ressaltado o quanto a centralidade de específicos modos de viver em sociedade fundamentou a luta pela aprovação do decreto de criação da Resex, ancorando-se na existência efetiva de múltiplas interdependências.

O tema preservação, no contexto em pauta, operava como ideia-valor (Dumont, 1997): referências entranhadas como moralidades em configurações culturais de múltiplas dimensões sociais. Os valores, representações embebidas nas ações e decisões morais de cada momento, apresentavam-se como base de estrutura de significações culturais e se contrapunham a outro farol organizativo de práticas e projeções, identificado pela noção de conservação. De fato, os dois termos delimitavam a constituição de campos políticos concorrentes: abarcavam agenciamentos mobilizados por representantes do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, criado em 1999, com sede no município de Tefé; contrastavam-se ao das lideranças da rede institucional constitutiva da Prelazia de Tefé (Neves, 2008, 2012).

Mediante tais valorações, foram consideradas as condições pelas quais eles construíram vigilância e poder; investiram na pacificação dos conflitos e reconciliações; alcançaram construir uma crença comum contraposta à de outros segmentos de produtores e trabalhadores, em absoluto, orientados pela expansão produtiva e pelo lucro. Valorando tais princípios de representação das formas de exercício de poder, a análise incidiu sobre processos de intervenção e tutela estatais, como a criação das reservas extrativistas pressupõe e coloca em ato. Por restrições do tempo do trabalho de campo, não foi possível

compreender algumas das formas de governabilidade das ligações entre comunitários e mediadores de quadros institucionais de intervenção de políticas estatais de preservação ambiental.

3. POSSEIRO: APROPRIAÇÃO DA TERRA DEVOLUTA E TERRITORIALIDADE

Correspondendo a modelo amplamente difundido entre os ribeirinhos do Solimões, a interpretação do processo de formação das atuais unidades residenciais (comunidades), geralmente datado na primeira metade do século passado, fundamenta-se numa primeira apropriação por um chefe de família que, na sucessão geracional, agregou a parentela e outros trabalhadores bons vizinhos. Essa forma de narrar a vida social local, amplamente reproduzida, reafirma o princípio da linearidade da origem fundacional, reconhecimento coletivo de que aquelas primárias famílias se aproximaram de forma isolada e relativamente autônoma dos beiradões (margens dos rios), efeito mediado da derrocada dos sistemas seringal e castanhal e dos emblemáticos barracões instalados em porto de circulação de mercadorias de exportação e consumo interno dos trabalhadores então imobilizados. O termo faz ainda referência à magnitude das margens dos rios pouco atingidas pelas anuais cheias, mas designa especialmente a contraposição ao centro, interior das florestas onde se instalavam as colocações – áreas atribuídas ao trabalhador para coleta da seiva das seringueiras. A articulação dos termos exprime a distinção da espacialidade do sistema de exploração da borracha ou da castanha, consubstanciado na imobilização da força de trabalho e na reprodução da dívida dos trabalhadores, dependentes pela provisão dos suprimentos básicos à alimentação e ao processo de trabalho.

Essa apropriação residencial nem sempre fora pacífica, muitas vezes também dependendo de concessões do patrão ou proprietário do seringal ou castanhal, bem como da contraposição à impostura de alguns grileiros (usurpadores ilegítimos) que, se valendo da legitimidade da versão que consagra a apropriação mansa e pacífica da terra, impunham-se como antecessores no controle de extensas áreas de terra (Almeida, 1989; Neves, 2005, 2008).

Alguns dos entrevistados, reportando-se à experiência de luta pela reafirmação da posse da terra disputada por patrões, definiram os princípios de apropriação por uma temporalidade distinguida por duas situações contrapostas: tempo de submissão aos patrões ou impostores, cujos efeitos, se positivos, eles rememoram como inauguração do tempo de libertação. Para tanto, outros vínculos institucionais foram incorporados, contexto em que o mundo social desses beiradeiros também se tornou referenciado às ações da Prelazia de Tefé, aos estagiários do Projeto Rondon e dirigentes do Sindicato

dos Trabalhadores Rurais. Em decorrência, diferenciados quadros institucionais da prefeitura municipal e da justiça pública local.

Tratam-se, portanto, de formas de dominação e poder fundamentadas em relações pessoais e em princípios de reciprocidade, mais ou menos generalizada e hierarquizada. A condição de convívio, referida à afiliação comunitária ou ao tempo do consagrado líder, reafirma o vínculo com o grupo social e a terra, princípios de legitimidade que referendam o pertencimento social e a moralidade em questão. A periodização recobre contextos de investimentos para apropriação autônoma da terra e para a constituição da organização social categorizada como comunidade, correspondente à construção da agregação possível no tempo do liberto, em contraponto ao tempo do patrão e da freguesia (instituição da dívida por antecipação dos meios de provisão para o trabalhador e sua família). Ao domínio do isolamento por imobilização social, eles contrapõem o contexto da vivência referenciada a universos mais amplos de relações sociais, que classificam por negócio de comunidade, ter ou não comunidade (aí destacando o caráter de construção social e serviços comuns e públicos). Explicitam plena consciência do protagonismo da constituição desse modo de vida fundamentado em afetividades, proximidades e pessoalidades, mas enquanto ação relativamente racional (no sentido weberiano): ações orientadas a um fim, no caso legitimamente convencido e aceito (Neves, 2008).

Na comunidade Santa Luzia do Bóia, espaço do trabalho de campo, o descendente do fundador e sua parentela e vizinhos, todos residem em casas independentes, situadas no espaço onde estão edificadas os galpões destinados a amparar a prestação de serviços públicos e comunitários. As áreas onde os comunitários preparam as roças estão situadas às margens dos igarapés, afastadas dos beiradões e dos portos para canoas, lavagem de roupas e utensílios e banhos. Aos domingos e dias de festas, moradores desta e de comunidades circunvizinhas se reúnem para reafirmar as intenções operativas do reconhecido pertencimento social; do acatamento às regras informalmente institucionalizadas; e da convicta demonstração de apoio à elaboração de projetos que definam destino também comum.

4. CENTRALIDADE RESIDENCIAL E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

O investimento dos representantes da igreja católica nessa política cultural, referência mais ampla a unir os moradores espalhados sob certa individualização familiar nos beiradões, instituiu o modelo de vida em comunidade, valorativo da harmonia e devoção religiosa. Em sendo referência agregadora das dispersas famílias, suscitou aproximações que fundamentavam a prestação de serviços não só religiosos como educativos e atenções básicas de saúde, cons-

trução de espaços públicos de sociabilidade, agregação em grupos por distinção referida à específica concepção de relações de gênero (clube de mães), formação de catequistas, professoras e parteiras e, quando possível, a escola radiofônica rural, viável em horários programados para transmitir curso de alfabetização, acompanhado, preferentemente, por uma orientadora local. Instituíram-se por tais serviços, segundo o modelo de vida em comunidade, valorando engajamentos por ação individual e grupal e articulando sistema de prestação de serviços, inclusive religiosos. Os beiradeiros, sob mobilização do ideário religioso, vieram a ser reconhecidos ribeirinhos, categorização valorativa da preconcebida singularidade e da politicamente revalorizada condição de vida dos habitantes das margens de rios. Como categorização designativa, esse termo alcançou amplo reconhecimento social, diante de protagonismos de ação pública que coletivamente foram assumidos (Fávero, 2006).

Em sequência às narrativas de constituição da comunidade, serão destacados alguns dos princípios estruturantes desse modelo de organização. A partir do século XVII, os investimentos intermediários postos em prática por diversas ordens religiosas marcaram o tom do caráter da colonização portuguesa, atrelada às ações mais consistentes de reconversão de grupos indígenas. Construíram escolas para meninos e meninas, ampliaram o número de sacerdotes e irmãos para consolidar o investimento político-missionário e moldaram os costumes de uma constituinte população vinculada à gestão local.

As Prelazias dos municípios de Coari e Tefé ergueram seminários e diversas escolas, formando quadros que deram continuidade à obra da catequese. A eles se integravam os filhos das famílias dotadas de melhores recursos financeiros, tendo esse modelo pedagógico sido responsável pela formação da elite dirigente local. A aliança de interesses foi reafirmada até que o sistema de ensino foi sendo assumido pelo Estado, isto é, como prestação de serviço de direito universal. Ao lado do trabalho educativo, as irmãs (religiosas), em complementaridade da obra catequética, também aí se instalaram e foram responsáveis pelos primeiros cuidados em termos de serviço de saúde.

O principal investimento catequético da Igreja Católica em relação à população que fixara residência nas margens dos rios e lagos, os beiradeiros, fundamentava-se no modelo das desobrigas, trabalho missionário difundido em viagens anuais de sacerdotes e catequistas, por canoas a remo. Nessas passagens, os agentes eclesiásticos reafirmavam o sistema de crenças, a afiliação dos catequizados pela participação em rituais de comunhão e batismo, e reproduziam o sistema de recrutamento de alunos, alguns deles para formação de padres e irmãs.

As desobrigas representavam atos de mobilização para ampliar as adesões, mas também momentos de escuta e tomada de conhecimento das condições

de vida dos que estavam afastados das sedes dos municípios. Por esse contato, mesmo que descontínuo, os agentes eclesiais consagraram-se, por autopromoção especialmente do bispo, como porta-vozes das demandas reivindicativas da presença ativa de instituições estatais junto à população.

Institucionalizações complementares também foram se formalizando enquanto expressões de mobilizações das agências estatais; e diversas outras de domínio privado, principalmente integrantes do amplo leque de instituições gravitantes do projeto religioso. Nesse quadro social, elas foram ainda renovadas pela construção de diferentes formas de reconhecimento e definição da pobreza. No bojo dessa transformação, do católico apassivado para o autovalorizado agente de mudanças sociais, configurou-se certa divisão social do trabalho pastoral ou atribuições dos agentes pastorais, mediadores dedicados ao exercício de funções complementares e valorativas da liberdade, isto é, autonomia fundada pela apropriação construtiva do território. As ações implicavam mudanças cognitivas para as quais o domínio da leitura e da escrita legitimamente operava como alicerce fundamental.

Com doações advindas de organizações religiosas internacionais, o bispo da prelazia de Tefé construiu o Hospital São Miguel, inaugurado em 1968, mas tempos depois entregue ao governo estadual. Os bispos de Tefé e Coari se anteciparam à ação mais direta do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) (1970-1985), na instalação de estações de Rádio de Educação Rural, por meio das quais ministravam aulas radiofônicas. Essa prática de difusão cultural foi consolidada pela ação direta dos agentes educacionais do Movimento de Educação de Base (MEB), instalado no início da década de 1960. Os correspondentes agentes educacionais estimulavam a constituição de diretorias de clubes comunitários, clube de mães, cooperativas, associações e sindicatos.

A reivindicação da presença de serviços advindos do Estado, num contexto de redefinição do papel da instituição, permitiu que no município de Tefé se instalasse a Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar, 1970), tempos depois substituída pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e, mais adiante, pelo Instituto de Desenvolvimento da Amazônia (Idam). Da mesma forma, pela liderança do bispo de Tefé, demandas foram encaminhadas para a instalação do *campus* avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Minas Gerais, Brasil), ligada ao Projeto Rondon, ato celebrado e oficializado em 13 de junho de 1969.

Da realização da desobriga e da valorização da devoção doméstica, o método missionário passou a preconizar a promoção social e evangélica. Em 1972, o bispo de Tefé cria as comunidades eclesiais de base e, a partir de uma nova concepção de Igreja Viva, não totalmente dependente da ação de padres e irmãos, consolida a ação missionária sistemática, de eficácia contra-

posta às descontínuas desobrigas. Esse processo, em ampliação de eficácia, fora imediatamente adotado pelo bispo de Coari. O trabalho missionário foi transferido para os agentes pastorais e expandido para e pela constituição de aglomerados fixados às margens dos rios e lagos, desde então reconhecidos como comunidades (no sentido da ideologia da vida em comum pregada pelos agentes eclesiais). Os ribeirinhos, em espaço comum, caracterizado pela proximidade física e social, orientaram-se pela construção e usufruto de equipamentos institucionais como clubes de futebol e de mães, escola de ensino fundamental, capela e associação comunitária. Padronizando esse modo de viver, a modalidade de intervenção adotada pelos agentes locais vinculados à Igreja Católica também configurou as demandas encaminhadas aos serviços públicos municipais e os esforços comunitários, contrapartida assegurada pelo trabalho gratuito. Os educadores vinculados ao MEB fizeram integrar à organização dos ribeirinhos, assim irmanados, uma divisão social e sexual do trabalho comunitário, como demonstra o seguinte sistema de posições: catequista, coordenadora do clube de mães, coordenador da equipe de futebol e líder de comunidade.

Essa última função redefiniu a convivência dos ribeirinhos com a representação delegada. Num primeiro plano, ela se exercia junto aos demais líderes, cujas comunidades (associações) foram inter-relacionadas pela delimitação de um setor. Num plano de maior amplitude das relações sociais, ela era reconhecida junto aos demais líderes de comunidade que constituíam o conselho de representação delegada, por setor; e junto aos educadores voltados tanto para a formação de agentes de catequese quanto para a de porta-vozes das demandas dos representados, vis-à-vis os representantes de órgãos de prestação de serviços públicos.

Por influência dos agentes eclesiais foi constituído em Tefé, em 1974, o Projeto Agrovila, destinado a famílias ribeirinhas vitimadas pelas sucessivas enchentes daquela década. Alguns agricultores foram orientados para o desenvolvimento de culturas perenes e criação de animais de pequeno porte. Deslocando-se para a terra firme (não alagável) mantiveram-se referenciados a um modo de vida organizado pelo ideário do contrato entre os comuns, reificado pela ideia de comunidade ou vida comunitária.

Como inflexão dos modos de constituição do campo de forças, reproduzido para perenizar a obra da colonização, é importante registrar o acontecimento da 1ª Assembléia Rural, realizada em 1988, momento a partir do qual os agentes missionários vinculados à Igreja Católica, em Tefé, abraçaram a causa preservacionista, isto é, a defesa da reprodução da pesca como meio de vida dos reconhecidos ribeirinhos, mais tarde se integrando ao amplo campo político referenciado à sustentabilidade ambiental de múltiplos seres vivos em reciprocidade. Nas duas Prelazias foram instituídas pastorais, a partir das

quais coletivamente elaborou-se o ideário humanitário e cristão que estimulou os ribeirinhos para a luta pela preservação dos lagos e a se constituírem em agentes ambientais. Diversos agentes passaram a adotar um sistema de práticas sociais em divisão social do trabalho e, para tanto, eles desdobraram a constituição de uma série de funções interdependentes, base do reivindicado sucesso da vida comunitária e da reprodução dos meios de engajamento social.

5. AÇÃO COLETIVA E DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO POLÍTICO

Pelos vínculos com a Igreja Católica, afiliados se constituíram em catequistas, representantes de comunidades e representantes de setores, bem como em agentes de saúde. Pelo vínculo ao sistema educacional público, outros deles vieram a ocupar cargos de professor por assalariamento pela administração municipal. E num sistema de rodízio, a cada dia uma das mães dos alunos se dirige à escola para a limpeza do espaço e preparação da merenda escolar.

A função de catequista, por exemplo, redimensionada desde a década de 1960, tem sido reproduzida pela reafirmação dos meios de constituição de estilos de vida cristã, exercidos pela expressividade da vida comunitária. Ela é recorrentemente ocupada por mulheres. Os homens que a exercem, todavia, tendem a alcançar a posição de catequista regional ou representantes de setor, liderança que aglutina as representações comunitárias num espaço social concebido por redes sociais de moradores de um conjunto de comunidades (associações), constitutivo de um setor. Neste caso, além da obra catequética enquanto catequista regional, ele também opera como representante de setor, cujo papel fundamental é a produção de engajamentos políticos mais amplos e reconhecimento das relações de poder que assim se configuram. Tais atributos incorporados ao cargo, mas justificados pelo comportamento de quem o exerce e definidores da capacidade de liderança, correspondem à contrapartida dos atos de construção de interesses comuns e de mediação na elaboração sistematizada de visões de mundo. Os conteúdos que conformam essas visões de mundo guardam certa consonância com relações que, direta e indiretamente, engajam a todos em outros quadros institucionais.

Eleita para o exercício de práticas e eventos que ampliem a visibilidade da rede de interdependência e referência entre comunidades (associações), consagra-se a posição do animador de setor, objeto de maiores investimentos em formação e agregação pelos agentes eclesiais da Prelazia de Tefé. Por outro lado, da posição legitimada pelo cargo religioso, o agente se ocupa de várias ações constitutivas da agenda de debates políticos, conformadores de reivindicações mais sistemáticas dos moradores do setor. Na base, o catequis-

ta confirma a importância da vida comunitária como uma cumplicidade com a paz e a ajuda mútua, mas tais comportamentos prefiguram a construção dos interesses comuns quanto ao fluxo do sistema de poder verticalizado. O animador de setor exerce então muito mais funções propriamente políticas: constituição de identidades sociais referenciadas a demandas conformadoras de problemas comuns e soluções públicas aproximadas.

Pelos vínculos com as instituições do quadro de assistência técnica e desenvolvimento sustentável, os moradores de comunidades (localidades) de várzea e terra firme do Lago do Catuá, fundaram uma organização não-governamental, GPD – Grupo de Preservação e Desenvolvimento e formaram divulgadores de saberes técnicos, segundo os ideários da produção agrícola e pecuária sob preservação. Contrataram técnicos agrícolas, filhos dos associados ao GPD, para prestação de serviços aos agricultores. Pela afiliação às propostas de trabalho do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPt), alguns deles foram elevados à posição de agentes ambientais voluntários.

Por tais interdependências e pela diferenciação de prestígio que aqueles desempenhos atribuem, os agentes se integraram a funções mais restritas à vida local; percorreram outras que na articulação se sucederam e cujo exercício pressupôs abertura de universos de significação; inseriram-se em redes de agregação institucional ou de conformação de campos de luta. Por esses percursos, cada agente pode-se dotar de conhecimentos mais amplos e diferenciados, conhecimentos que reafirmam o caráter missionário ou educativo para engajamento dos demais comunitários, num exercício de produção de adesões a causas políticas, cujos efeitos acenam para melhoria das condições coletivas de vida. O quadro institucional tende assim a se ampliar e complexificar por esses exercícios de mediação política na constituição e participação em outros universos sociais de pertencimento e referência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas formas de integração do exercício daquelas funções, algumas delas desdobradas por superposição de objetivos elaborados por instituições que vão se interseccionando, outras reproduzindo papéis tradicionais fundantes da construção social da comunidade (associação política), esses agentes políticos demonstram a importância da renovada e reprodutora agregação de energias sociais, norteadas por fluxos de formação de novos papéis, em reconfiguração ou reafirmação de outros tantos de caráter mais tradicional,

conformando recursos geridos no sentido da definição de objetivos e ações em convergência.

As funções exercidas por afiliação ao quadro institucional da Igreja Católica pressupõem formação contínua e renovada aplicação prática de comportamentos e atitudes recomendadas para o cargo. Criam alternativas de deslocamento da vivência restrita ao grupo de residência; e reafirmam o pertencimento diferenciado relativamente aos demais comunitários e às diversas comunidades integrantes da Resex.

Portanto, a divisão formal do trabalho social para a ação política estrutura específica configuração de relações de forças centrífugas e centrípetas, interposta às relações de parentesco e vicinais, ambiente pelo qual reordenações intelectuais e morais se interpuseram frente ao até então predominante ideário religioso.

As formas de organização política dos ribeirinhos frente à luta pela preservação de lagos guardam aproximação com os modelos de agregação referenciados pela intervenção da Igreja Católica e suas instituições paralelas. As relações consanguíneas e afins do parentesco e a consagração dos laços de vizinhança constituíram substratos às formas de instituição do nós, então irmanados pela referência ao sistema de crenças cristãs. Os ribeirinhos, cristãos praticantes agregados em associações sociais e agentes ambientais mobilizados e afiliados ao MEB, são então partes da mesma história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. W. B. (1989). Terras de preto, terras de santo, terras de índio. In CASTRO, E., & HEBBETE, J. (Eds.). *Na trilha dos grandes projetos* (pp. 163-196). Belém: NAEA, UFPA.
- ALMEIDA, M. W. (2012). Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Dossiê - Amazônia: Sociedade e natureza*, 17(1), 121-152.
- DUBOIS, V. (2009). L'action publique. In A. COHEN, B. LACROIX, B., P. RIUTORT (Dir.). *Nouveau manuel de science politique* (pp. 311-325). Paris: La Découverte.
- DUMONT, L. (1997). *"Homo Hierarchicus": o Sistema de castas e suas implicações* (2ª ed.). São Paulo: EDUSP.
- FÁVERO, O. (2006). *Uma Pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB - Movimento de Educação de Base (1961-1966)* (v. 1). Campinas: Autores Associados.
- LITTLE, P. (2002). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, 322, Brasília, Universidade de Brasília.
- NEVES, D. P. (2005). Os agricultores de várzea no médio Rio Solimões: condições socioambientais de vida. In D. MAGALHÃES (Ed.). *Diversidade socioambiental nas*

várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade (v. 1, pp. 101-156). Manaus: IBAMA/Provárzea.

NEVES, D. P. (2008). *Organização comunitária e ação política: os ribeirinhos e o Movimento de Educação de Base*. In D. P. NEVES (Ed.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos* (pp. 61-98). Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR.

NEVES, D. P. (2012). Santa Luzia do Bóia (AM): vida comunitária em consagração. In R. WIGGERS, H. E. RATIER, & C. M. C. RODRIGUES (Eds.). *Comunidades rurais: organização, associações e lideranças* (pp. 294-386). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL. (2022). “Reserva Extrativista Catuá-Ipixuna”. Recuperado em 23 de fevereiro de 2022, de <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/3551>.

ATENDIMENTO DE DEMANDAS CIENTÍFICAS A RIBEIRINHOS EM VÁRZEA DO RIO AMAZONAS SOBRE CRIAÇÃO DE ABELHAS NATIVAS DA AMAZÔNIA

ALCILENE MAGALHÃES CARDOSO

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA, Brasil)

LUCIETTA GUERREIRO MARTORANO

Embrapa Amazônia Oriental (Embrapa, Brasil)

DANIEL SANTIAGO PEREIRA

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, Brasil)

ADCLÉIA PEREIRA PIRES

Associação dos Meliponicultores do Estado do Pará (Brasil)

RESUMO

As várzeas do Baixo Amazonas apresentam características históricas de diferentes usos pelas populações ribeirinhas, estabelecidas nas margens dos rios, tradicionalmente agroextrativistas. O poder público tem sido deficitário no estabelecimento de marcos regulatórios fundiários capazes de assegurar juridicamente às famílias o direito à terra e à garantia de suas formas de produção. Para atender demandas dos ribeirinhos foram realizadas ações de campo com instituições públicas federais, estaduais, municipais e organização não governamental no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Urucurituba, região de várzea no município de Santarém. Participaram das visitas técnicas 18 ribeirinhos (homens e mulheres) que receberam orientações sobre

o tamanho das caixas, como conduzir os criatórios, manejo das colmeias, localização no sentido leste-oeste e sobre coleta e armazenamento do mel. Essa ação contou com o apoio do Programa voltado ao fortalecimento da Rota da Biodiversidade e serviços ambientais prestados pelos criadores de abelhas nativas da Amazônia, executado pela Embrapa.

Palavras-chave: Meliponicultura; bioeconomia; sociobiodiversidade.

1. INTRODUÇÃO

AS ABELHAS SEM FERRÃO (*Hymenoptera, Apidae, Meliponinae*), diferentemente das *Apis mellifera* (italianas, africanas ou ainda, europeias), como o próprio nome diz, não possuem glândula de veneno, nem ferrão. São abelhas nativas que produzem um mel bem característico, muito apreciado tanto para alimento como para remédio caseiro. Além do mel, estas abelhas têm um papel importantíssimo na manutenção da floresta: são polinizadores de até 90% das plantas dependendo da região (Holzschuh, Dudenhöffer, & Tschardtke, 2012).

Venturieri, Pereira e Rodrigues (2006) destacaram que a divulgação da meliponicultura ainda era bem restrita, apesar do Brasil possuir em seu território a maior biodiversidade de meliponíneos do planeta, inclusive com espécies endêmicas de cada Bioma, como por exemplo, no Bioma Amazônia. A presença das abelhas é essencial para preservação e conservação da diversidade nos ecossistemas, imprescindível para a propagação de muitas espécies.

Costa, Farias e Brandão (2012) e Pires *et al.* (2017) afirmaram que a meliponicultura é capaz de propiciar uma renda extra com comercialização dos seus produtos como mel, enxames e outros subprodutos, desta forma, apresenta-se como uma atividade econômica que se encaixa perfeitamente aos conceitos de diversificação e uso sustentável das terras da Amazônia, praticada pelas populações de várias comunidades e territórios, em especial os de ocupação tradicionais.

A perda de uma espécie de abelha polinizadora pode reduzir ou mesmo extinguir espécies vegetais. Por isso, é necessário utilizar alternativas que atendam aos interesses sociais, econômicos e, principalmente, ambientais para a preservação destes organismos (Santos, 2010). Dentro do universo de práticas de uso sustentável de recursos naturais, a meliponicultura se enquadra nos conceitos de diversificação e melhor uso das áreas da Amazônia (Venturieri, 2008a).

Albuquerque Silva e Moraes (2017), ao avaliarem o impacto de tecnologias meliponícolas no estado do Pará associado à conservação ambiental, apontaram que a meliponicultura tecnificada favoreceu a manutenção da biodiver-

sidade com efeito positivo, principalmente no indicador relacionado à diminuição da perda de espécies e variedades caboclas. Em relação aos fatores atmosféricos, capacidade produtiva do solo e água, não se verificou alterações decorrentes da adoção do manejo de abelhas nativas em caixas racionais.

Quanto ao aspecto de recuperação ambiental, observou-se que o uso de técnicas modernas de manejo meliponícola relacionado ao uso de caixas racionais promoveu impacto positivo expressivo, pois houve contribuição para a mitigação da degradação nos ecossistemas, nas áreas de preservação permanentes e nas áreas de reserva legal.

No Pará, a Embrapa tem tido forte atuação na difusão de tecnologias ligadas à meliponicultura. Estima-se que a Embrapa Amazônia Oriental seja responsável por 70% de participação na adoção da atividade no estado. Utilizando-se de mecanismos de transferência de tecnologias, como cursos e dias de campo, ela tem conseguido levar a inovação aos pequenos produtores e aos agentes multiplicadores que atuam na cadeia produtiva do mel, tais como a EMATER-Pará, o Sebrae, Senar e as Associações de produtores (Silva & Moraes, 2017).

Assim, a assistência técnica de órgãos como Embrapa, EMATER e outros poderá contribuir para o aumento da produção de mel de abelha sem ferrão na comunidade de Piracão e, no PAE Urucurituba de forma em geral, através da implantação do método de criação racional possibilitando assim o aumento da produtividade por colmeia, o número de criadores e o número de colmeias por criador. Porém, importante observar que:

Abordagens voltadas à elaboração de políticas públicas para a meliponicultura, enquanto atividade econômica, devem respeitar as necessidades para a conservação das espécies de abelhas sem ferrão e, sempre que possível, os valores sociais e culturais atribuídos à atividade (Barbiéri Junior & Franco, 2020, p. 1).

A polinização é importante na prestação de serviços ecossistêmicos promovidos pelas abelhas, no entanto, apesar da sua importância, a maioria dos produtores desconhece o efeito financeiro da polinização realizado pelas abelhas sem ferrão, podendo ser usufruída por povos tradicionais e indígenas, apresentando uma estratégia de uso sustentável dos recursos naturais com alto desenvolvimento econômico promovendo a conservação ambiental e geração de renda (Maíra, 2012).

Os 300.000 km² de terra inundáveis (várzeas e igapós) da Amazônia dependem, sem dúvida, de polinizadores para a frutificação de seus arbustos, arvoretas e árvores de grande porte. Além de aumentar a abundância de frutos em matas inundadas, a criação de abelhas sem ferrão é uma atividade que

contribui para a diversificação da produção e aumento da renda do ribeirão. Na área do PAE Urucurituba, como em toda a várzea do Baixo Amazonas, a criação de abelhas sem ferrão é uma importante alternativa de renda para as famílias ribeirinhas, estando presente em 40% das famílias moradoras da comunidade de Piracãoera de Baixo e se considerarmos todas as famílias do PAE, 26% criam abelhas.

A criação de abelhas é uma atividade tradicional entre as famílias do PAE e em especial da comunidade de Piracãoera de Baixo, porém, ainda utilizando métodos rústicos e apresentando baixa produtividade, aspectos que precisam ser melhorados através da implantação de novas técnicas que possibilitem a estas famílias melhorar seus sistemas de criação e manejo de coleta. Para Bustamante, Costa, & Lopes (2016), a criação de abelhas indígenas sem ferrão envolve aspectos como: o ambiental, o econômico e o socioeducativo, bem como Sistemas Agroflorestais conforme Viana *et al.* (2021). Enquanto Jati (2007) enfatiza que a criação de abelhas é uma atividade da produção familiar, capaz de fixar o homem e seus descendentes à terra e melhorar sua qualidade de vida.

A produção e comercialização do mel de abelha que antes era resultado da retirada na floresta, e que muitas vezes consistia na derrubada de uma ou mais árvores, foi substituída pela confecção de caixas de madeiras e criação de abelhas sem ferrão para a produção (Souza, 2017). Essa ação do homem contribuiu para o desequilíbrio do ecossistema, homens que realizam essa prática são chamados de meleiros.

De acordo com Barbiéri Junior e Franco (2020) a meliponicultura vem passando por um processo recente de popularização, com diversas iniciativas utilizando esta atividade como meio de produção. Observando em campo, vimos o quantitativo de meliponários e o valor do litro do mel varia de R\$ 40,00 a R\$ 70,00 reais, sendo a média de R\$ 50,00 L⁻¹ no ano de 2019 a produção por criador foi variante, pois depende do número de colmeias de cada um e da disponibilidade do pasto melitófilo.

2. OBJETIVOS

O objetivo neste trabalho foi analisar a dinâmica da criação de abelhas sem ferrão nas áreas de várzea do município de Santarém, no Pará, tomando como área de estudo a comunidade de Piracãoera de Baixo no PAE Urucurituba para atender demandas de assistência técnica e científica de ribeirinhos.

Para alcançar o objetivo geral foram estabelecidos os objetivos específicos e algumas atividades a serem desenvolvidas durante as expedições de coleta de campo e intervenção de assistência técnica pela equipe multidisciplinar:

a) Identificação das áreas de meliponários na comunidade bem como suas potencialidades; b) Levantamento da flora presente na comunidade e entorno, bem como os cultivos agrícolas e seu calendário produtivo; c) Traçar um perfil dos manejadores e criadores de abelhas na comunidade e histórico de criação a partir de metodologias participativas para um diagnóstico do processo de organização dos criadores e manejadores de abelhas e suas perspectivas de futuro para atividade; e e) Apresentar resultados para subsidiar estratégias melhoria do manejo, produção, beneficiamento e comercialização do mel das abelhas nos meliponários da comunidade.

3. METODOLOGIA

Pressupostos metodológicos foram adotados, usando dados e informações a partir de grupos de interesse, tais como os criadores e manejadores de abelha da área de estudo, os gestores incumbidos da elaboração e execução de políticas públicas de normatização ambiental e sanitária da atividade, compradores locais de mel e lideranças comunitárias de forma em geral no PAE. Foram levantados dados primários e secundários na área de estudo para maior compreensão da atividade e sua relação com as demais como agricultura de culturas perenes e anuais muito presente em Piracão de Baixo, com destaque para a horticultura.

Assim foram realizadas etapas como: a) Pesquisa bibliográfica com levantamento de dados disponíveis em publicações técnico-científicas que forneceram subsídios para elaboração do diagnóstico do território estudado; b) Uso de metodologias participativas e realização de entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos no processo de criação das abelhas, entre elas o mapeamento das áreas, uso de imagens termográficas, resgates da oralidade com criadores experientes e interessados na consolidação da meliponicultura, entre outros; c) Realização de dias de campo, rodadas de conversas e palestras para devolutiva dos resultados, fortalecimento das ações em assistência técnica e formação de multiplicadores do processo na comunidade.

Utilizando-se abordagem qualitativa foram realizadas expedições de curta e média duração em dias alternados, sendo selecionadas as comunidades ribeirinhas de Piracão de Baixo, no PAE Urucurituba e de Pixuna, no PAE Tapará, ambas no município de Santarém, em região de várzea. Foram enviados convites, articulou-se a participação do líder do projeto no “Bom Dia Santarém”, programa de TV local, como estratégia de divulgação da agenda de campo. Em cada comunidade, primeiramente a coordenação do evento e liderança do projeto fizeram explanações sobre as formas de uso da terra para a produção de alimentos e, a importância sobre os arranjos sociais e culturais

no contexto criação de abelhas nativas e prestação de serviços ambientais associada à polinização das plantas. Como resultado das rodas de conversa, monitoramento com o termógrafo, identificação dos locais dos criatórios e orientações sobre o manejo das abelhas foi possível registrar as diferentes percepções sobre a importância do evento. Esses eventos possibilitam a integração entre os moradores, pesquisadores e manejadores de abelhas nativas, ampliando-se a participação de lideranças comunitárias, jovens aprendizes e mulheres.

Além da pesquisa documental com materiais impressos e cartilhas relacionadas às experiências na meliponicultura, em especial das práticas de produção, beneficiamento e comercialização do mel e outros produtos, a pesquisa/projeto de extensão coletou informações a partir das entrevistas com manejadores e técnicos que atuam nas comunidades. Dados e informações oriundos desses dias de capacitações foram utilizados para realização desta pesquisa devolutiva à sociedade.

Para entender melhor o papel das abelhas nativas nos sistemas produtivos das comunidades – tais como plantio de hortaliças em canteiros suspensos, plantios de melancia, milho e jerimum, entre outros –, foram realizadas visitas nos roçados em horários diferentes para entender o processo de interação com as abelhas. Os registros fotográficos, vídeos e diários de campo trouxeram informações que balizaram a compreensão sobre as áreas de produção de forma adaptativa em decorrência do regime de sazonalidade do volume de água nos rios (período das cheias e época de seca) nas áreas de várzea.

O perfil socioeconômico das comunidades também pode ser analisado usando a meliponicultura como variável resposta. Os dois âmbitos de estudo possuem áreas e número de famílias semelhantes, porém arranjos produtivos diferentes quanto ao uso e ocupação do solo (exemplo a pecuária bovina e bubalina extensiva em Pixuna e inexistente em Piracão de Baixo), evidenciando fortes indicadores do interesse na meliponicultura nos produtores mais associados a hortaliças e culturas anuais, esses os mais interessados em buscar conhecimento sobre a meliponicultura.

Na imagem 1 é possível observar o cartaz referente a uma das ações desenvolvidas em áreas de várzea para a pesquisa. Destaca-se que a equipe focou em indicadores potenciais para a melhoria da atividade produtiva voltada ao fortalecimento da cadeia de valor com qualidade de vida aos produtores agrícolas e pescadores ribeirinhos que são manejadores de abelhas nativas como forma de complementação da renda e desempenho dos sistemas agrícolas por eles praticados.

IMAGEM 1. Cartaz do evento enviado às instituições afins e divulgado em diferentes mídias sociais.



Organização: Embrapa Amazônia Oriental - NAPT Médio Amazonas em parceria com Adepará, Emater, ICMBio, Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, IPAM, PSA e Ufopa / PPGSND

Apoio:



Fonte: Autores (2021).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A várzea – por ser uma planície de inundação mais baixa, destinando-se muito para a pesca e agricultura tendo pouca atividade de pecuária –, também se mostra a região onde mais encontram-se os meliponários, criadouros de abelhas nativas sem ferrão. A espécie de maior predominância e que apresenta potencial de criação racional é a *Melipona interrupta*, conhecida como Jandaíra ou Jupará pelos meliponicultores.

A produção em média por colmeia é de dois a três litros, sua criação consiste em espaços coletivos ou individuais com estrutura de dois metros acima do nível do rio, devido a maior facilidade para o manejo de acordo com a subida do nível das águas no período chuvoso amazônico (janeiro a junho) e a vazante a partir de julho, em que as várzeas ficam com o solo disponível aos diferentes usos até o mês de dezembro. De acordo com Carvalho-Zilse (2006) abelhas do gênero *Melipona* podem produzir cerca de 1L de mel em cada colônia, ao longo do ano, considerando os sistemas racionais de criação.

Geralmente os espaços construídos são rústicos e em madeira com cobertura em palha ou telha e sem paredes. Os modelos das caixas usadas para colmeia em sua maioria são porroncas, conforme se observa na imagem 2A, porém, alguns meliponicultores já vêm usando novas tecnologias, como o uso racional das caixas (imagem 2B).

IMAGEM 2A. Caixa modelo porronca;



2A

Imagem 2B. Caixa modelo racional.



2B

Fonte: Autores (2021).

Os comunitários que criam abelhas sem ferrão nativas na várzea comercializam o litro do mel no valor médio de R\$ 60,00 no ano de 2020 a 2022, na região de Santarém, Pará, na área urbana e em feiras, venda direta a clientes

ou para “atravessadores” compradores que têm acesso aos meliponicultores e compram toda a produção para comercializar com valor maior para o mercado externo ou fracionado em porções menores.

Mesmo que o mel de abelhas sem ferrão tenha potencialmente condições de obtenção de valor agregado, os meliponicultores da região ainda não de- têm de técnicas de boas práticas de fabricação (BPFs) pela falta de orientações técnico-científicas e apoio para aquisição de equipamentos e melhoria na estrutura física dos meliponários (Pires *et al.*, 2021). Para adequação do processo é fundamental capacitar os produtores quanto a importância de obedecer rigorosamente às normas sanitárias, bem como a legislação vigente para alimentos.

Também é importante uma Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER) pensada na gestão do empreendimento e com foco na operacionalização de crédito e outras formas de fomento à produção. A venda do mel ocorre ainda em vasilhames reutilizados, como litros de bebida alcoólicas ou em garrafas pet (imagem 3), sem rótulos específicos e informações sobre a origem e composição do produto, o que dificulta a colocação dos mesmos nas prateleiras dos estabelecimentos comerciais como supermercados (Pires *et al.*, 2021).

IMAGEM 3. Mel envasado em garrafas pet.



Fonte: Autores (2021).

Recomendamos que esse processo de melhoramento das práticas de criação, beneficiamento e comercialização na cadeia da meliponicultura leve em conta atividades tais como: 1) realização de capacitações sobre a ecologia, criação e manejo de abelhas sem ferrão, 2) elaboração de um diagnóstico participativo, 3) treinamento dos criadores para o beneficiamento e o comércio, 4) acompanhamento técnico em modalidade presencial e a distância e 5) organização do processo de legalização dos meliponários, ambiental e sanitário.

É importante que os ribeirinhos criadores de abelhas sem ferrão nativas, possam entender melhor o papel das abelhas na ecologia de várzea e as espécies de plantas mais utilizadas por elas nos ambientes varzeiros e assim se integrarem nos levantamentos de informações que poderão nortear as melhorias na atividade. Uma possibilidade é a formação de grupos para realizar diagnósticos participativos sobre o potencial para a criação de abelhas, identificar os criadores e os que desejam iniciar a criação e mesmo realizando o mapeamento dos ambientes mais importantes para criação de abelhas. Nesse contexto, Pereira *et al.* (2008) reafirma que a meliponicultura é uma atividade promissora para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, beneficiando as comunidades quilombolas e populações tradicionais, uma alternativa de renda, porém, necessitando de políticas públicas e projetos que estimulem a cadeia produtiva.

De acordo com Camargo e Pedro (2012), consideraram notável a falta de assistência técnica e inovações tecnológicas no meio rural paraense, apontando como estratégia o desenvolvimento de políticas que possam auxiliar os agricultores a alavancarem suas produções, garantindo o bem-estar de suas famílias.

A compreensão dos problemas técnicos identificados por agricultores familiares é essencial para a definição de políticas específicas a cada segmento da agricultura familiar. De acordo com Castro (2015), o modelo de inovações tecnológicas não foi disseminado em todo meio rural, mas apenas aos grandes proprietários do agronegócio, sendo estas pouco acessadas pelos agricultores familiares. Através do acesso ao crédito rural seria possível o produtor seguir adiante com o seu trabalho, pois alguns relatam a falta de recursos financeiros. Para Rebello e Homma (2009), a agricultura necessita para se consolidar de três instrumentos essenciais, ou seja, de políticas contendo apoio ao crédito subsidiado, extensão rural e pesquisa agropecuária.

Conforme destacam Pereira, Deus, Holanda-Neto e Oliveira (2020), a carência de uma legislação atrelada à política pública de acesso ao crédito, que garanta aos produtores a viabilidade amparada na legislação para explorar economicamente as abelhas nativas e/ ou seus subprodutos, é um dos principais gargalos ao desenvolvimento e fortalecimento da cadeia melipônica no

estado do Pará. As normas de regramento da atividade também trariam, além da segurança do licenciamento ambiental, as orientações para a obtenção dos selos de inspeção sanitária para os meliponários contribuindo para a abertura de novos mercados para os produtos e subprodutos dos meliponicultores paraenses (Pires *et al.*, 2021).

Desse modo, o processo de ATER contribui com uma atividade fundamental que é a de capacitação com as técnicas racionais de criação de abelhas abordando os principais aspectos desde a construção das caixas (figura 1) e técnicas de divisão de colmeias (figura 2) até a coleta e manuseio do mel.

Essa capacitação técnica garante que os participantes estejam preparados para criar suas abelhas de forma racional com uma melhor produção de suas colmeias, em condições de higiene necessárias e as técnicas apropriadas na coleta, manuseio e armazenamento do mel para evitar a contaminação do produto e assim assegurar qualidade e rastreabilidade. De acordo com Carvalho, Martins, & Mourão (2014) é necessário e de suma importância a presença de ATER para o desenvolvimento das comunidades rurais e da estruturação de seus sistemas produtivos frente ao mercado.

De acordo com Venturieri (2008b), inicialmente, as colmeias verticais têm sua origem a partir do proposto por Portugal-Araújo (1955), o modelo de caixa, de seção quadrada, consiste em uma área para o alojamento das crias, situada na base, e em bandejas para o alojamento de potes de alimento; estas últimas dispostas em cima da área destinada às crias.

Já bem conhecida na região do Baixo Amazonas a técnica de multiplicação de colônia de abelhas sem ferrão, que significa formar uma colônia a partir de uma ou mais colônias fortes, vem sendo implantada em algumas comunidades inclusive em Piracão de Baixo, mas ainda timidamente devido à ausência de assistência técnica e relatos de alguns criadores sobre não se adaptarem a ela. A colônia forte (original) é também denominada “colônia mãe” porque é a doadora de material biológico para a nova colônia e, também, porque é essa colônia que possui uma rainha já fecundada. O sucesso de qualquer divisão está no manejo correto dos favos de cria nascente, que são os favos que possuem coloração mais clara, desse modo o criador aumenta o número de colmeias sem ter que realizar novas capturas na floresta (Cardoso, 2010 p. 250).

FIGURA 1. Modelo de caixa racional indicado para a região de várzea.

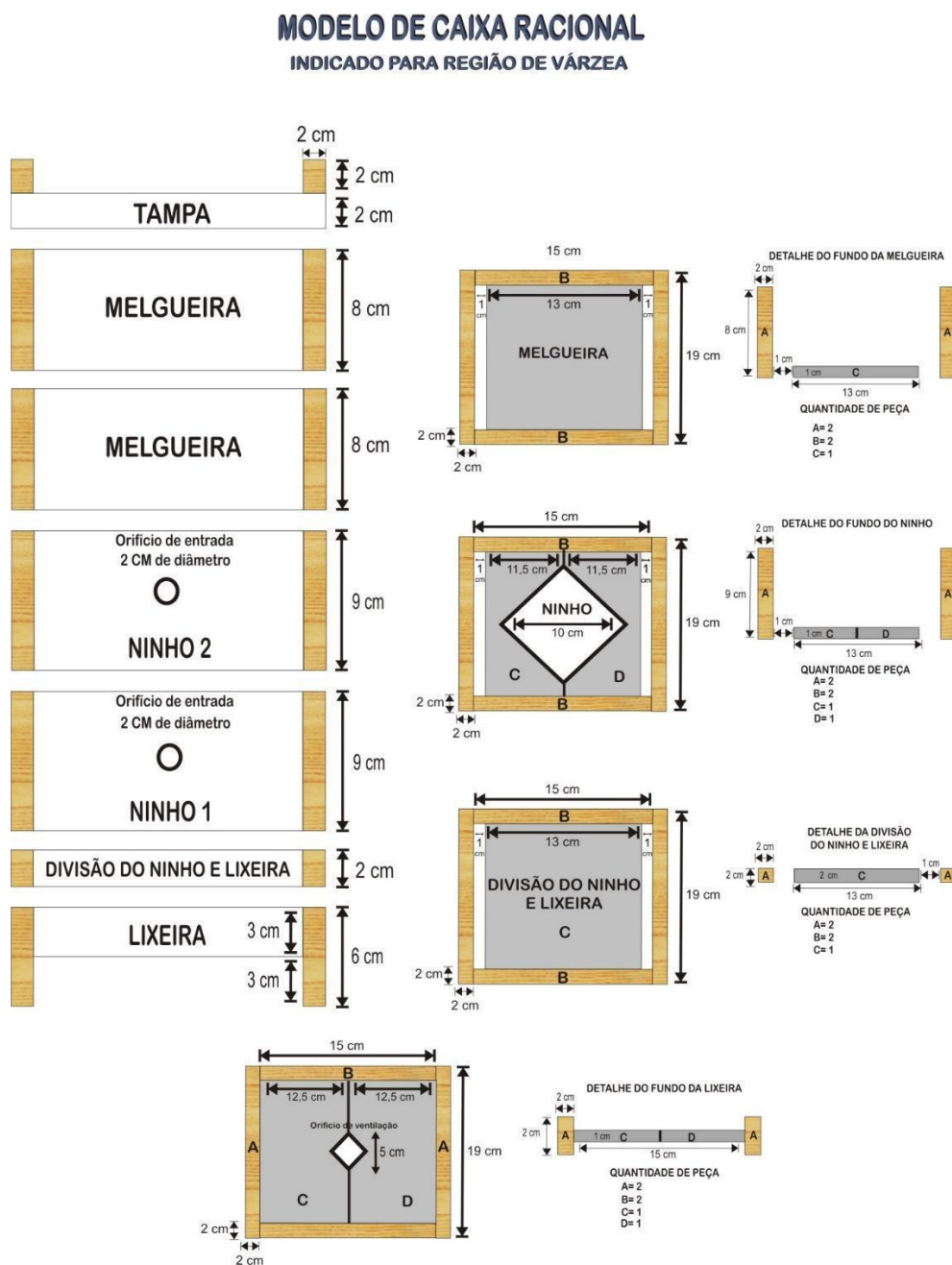
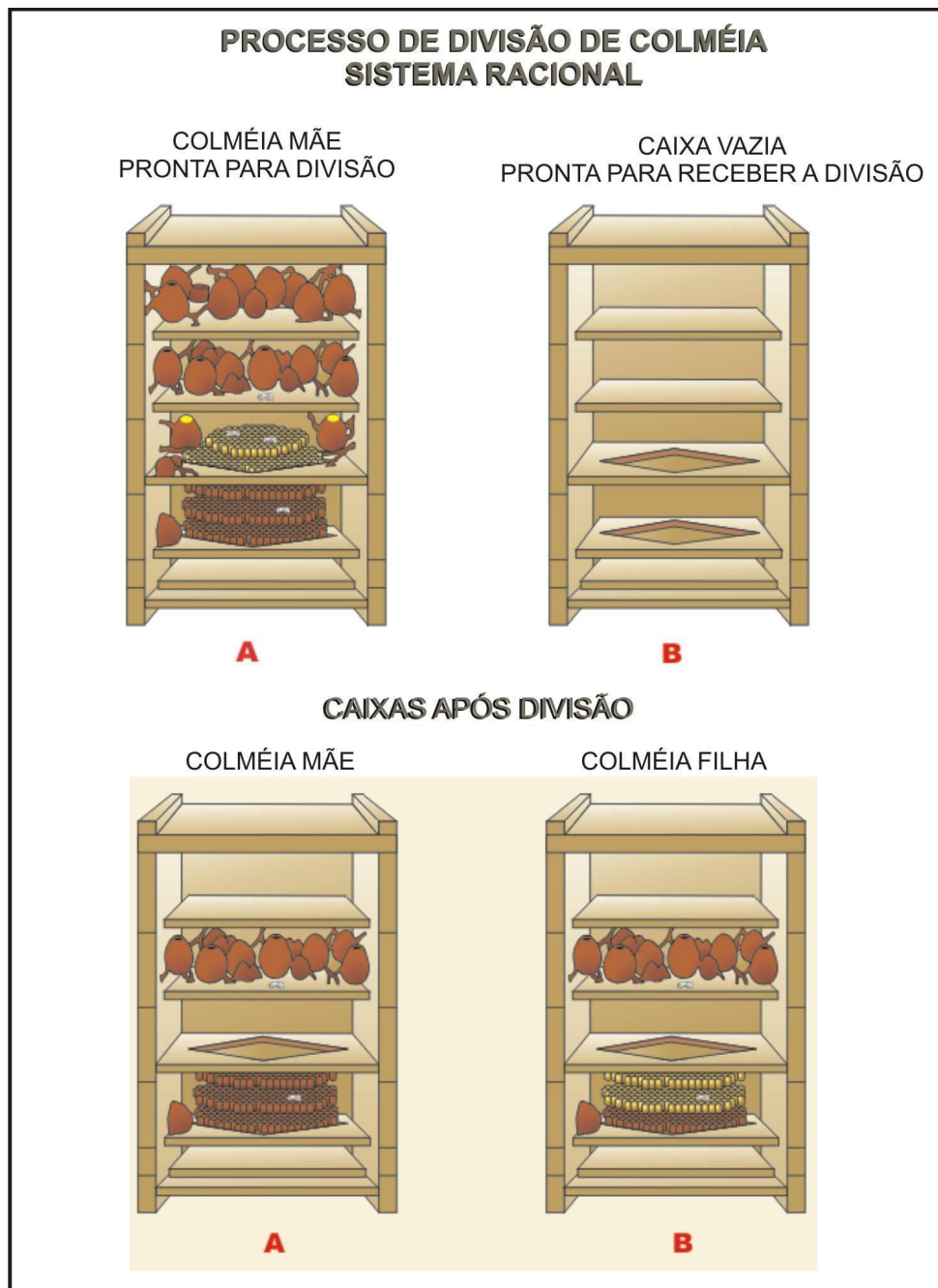
Fonte: Cardoso *et al.* (2010).

FIGURA 2. Esquema de multiplicação de colmeias.



O ciclo anual de criação de abelhas sem ferrão na várzea envolve cinco etapas, com a maior parte das atividades concentradas entre os meses de julho e outubro. A captura e transferência de novas colônias podem ser feitas em dois períodos, no mês de janeiro e de julho a setembro, com pequenas variações a depender das questões climáticas. A recomendação de período para realizar a multiplicação de colmeias é de agosto até outubro e a revisão das colmeias deve ser feita duas vezes por ano, janeiro-fevereiro e setembro-outubro. Nesse cronograma (tabela 1) que envolve todo o ciclo anual tem ainda a fase da troca de rainhas que se recomenda realizar entre os meses de setembro a outubro, já a extração do mel pode concentra-se em dois períodos, sendo o primeiro em fevereiro e o segundo entre os meses de setembro a outubro.

TABELA 1. Cronograma anual de criação de abelhas sem ferrão para as áreas de várzea.

ATIVIDADE	MESES											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Captura e transferência de colônia												
Multiplicação de colmeias												
Revisão de colmeia												
Troca de rainha												
Extração de mel												

Fonte: Cardoso *et al.* (2010).

A tabela 2 apresenta a mudança do período de manejo adequado com o clima da região do Baixo Amazonas para a área de várzea. Devido às flutuações climáticas nos últimos anos, o manejo com as abelhas foi mudando de acordo com o período de menor oferta pluvial, construída de acordo com observações em campo o período de colheita de mel inicia no mês de julho, estendendo-se até o mês de novembro. De acordo com Mendonça-Neto, Xavier, Pires, Vinholte e Galvão (2021), as abelhas estocam os alimentos em sua colmeia para a sua manutenção no período de escassez de néctar e pólen, no caso da região do Baixo Amazonas, são os meses de janeiro a junho.

Tabela 2. Cronograma anual de criação de abelhas sem ferrão para as áreas de várzea.

ATIVIDADES AO LONGO DO ANO												
Meses	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Revisão de colmeia												
Alimentação												
Captura de colônias												
Colocar melgueira												
Multiplicação												
Colheita do mel												

Fonte: Mendonça-Neto *et al.* (2021).

Conhecer as condições climáticas e a região geográfica contribui para tomada de decisões na cadeia da meliponicultura, realizar o manejo das colmeias corretamente contribui para a saúde e manutenção das abelhas, produção de mel e outros produtos, além da reprodução em novas colmeias. A criação de abelhas poderá promover o aumento da produção, produtividade e qualidade dos produtos do estado do Pará; diversificação da produção melipônica na região; consolidação de bases para regulamentação e defesa sanitária da atividade na eco-região amazônica; produção de serviços ambientais apícolas para outras cadeias como, por exemplo, polinização de açaizais nativos e cultivados; ampliação da organização do setor com maior agregação de valor aos produtores familiares (Pereira *et al.*, 2020).

5. CONCLUSÃO

A tarefa de agregar valor para fortalecer cadeias produtivas na Amazônia merece atenção e sensibilidade dos atores que participam do processo de regularização dos meliponários na região de várzea. Faz-se necessário avançar os debates sobre os novos conceitos, bem como sobre as legislações vigentes e as lacunas de novos normativos específicos capazes de consolidar as cadeias produtivas e o fortalecimento da bioeconomia local, inclusive sobre o potencial de pagamento por serviços ambientais no oeste do Pará. Ainda existe lacuna na difusão do conhecimento científico para subsidiar gestores e legisladores quanto a seleção de indicadores sociais, econômicos e ambientais que fortaleçam o desenvolvimento das populações locais e suas estratégias de produção.

A meliponicultura nas áreas de várzea apresenta uma lógica associada aos espaços com alto potencial de produção que promovam a garantia do modo de vida, nos ecossistemas de várzeas do oeste do Pará. A pesquisa com abelhas nativas aponta indicadores potenciais na qualidade ambiental dos territórios de incidência com forte aderência também na agregação de valor na sociobiodiversidade e na bioeconomia.

A consolidação do processo que está em curso para a normatização e legalização dos meliponários abre um espaço para que as comunidades nas várzeas possam fortalecer a integração entre o homem e a natureza de forma sustentável. É imprescindível que gestores públicos, produtores e/ou manejadores, profissionais da academia e membros da sociedade civil em geral estejam atentos para o fortalecimento da meliponicultura para que não haja perdas irreparáveis aos criadores que almejam que esta seja reconhecida como cadeia da sociobiodiversidade e assim terem seus empreendimentos produtivos legalizados para investir nas melhorias de estruturas, práticas e técnicas tanto de produção quanto de beneficiamento e comercialização.

A pesquisa e a extensão rural possuem adicionalidades relevantes ao processo produtivo para garantir avançar nos diálogos voltados à promoção de normas assertivas com assistência técnica e fomento à cadeia de valor na meliponicultura regional. O compartilhamento de conhecimentos, os técnicos e os tradicionais, possibilita um ambiente de aprimoramento da atividade, equilíbrio ambiental, aumento da geração de renda, mas sobretudo manutenção dos modos de vida da população local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBIÉRI JUNIOR, C., & FRANCOY, T. M. (2020). Modelo teórico para análise interdisciplinar de atividades humanas: A meliponicultura como atividade promotora da sustentabilidade. *Ambiente & Sociedade*, 23, 01-20.
- BUSTAMANTE, N. C. R., COSTA, K. B., & LOPES, M. C. (2016). *A meliponicultura na Região Amazônica: instrumento de sustentabilidade para o pequeno produtor*. Manaus: Edua.
- CASTRO, N. (2015) Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. *Boletim regional, urbano e ambiental*, (12), 49-59.
- CAMARGO, J. M. F., & PEDRO, S. R. M. (2012). Meliponini Lepeletier, 1836. In J. S. Moure, D. URBAN, & G. A. R. MELO (Orgs.). *Catálogo das Abelhas (Hymenoptera, Apoidea) na Região Neotropical*. Curitiba: UFPR.
- CARVALHO, R. M. A., MARTINS, C. F., & MOURÃO, J. S. (2014). Meliponiculture in Quilombola communities of Ipiranga and Gurugi, Paraíba state, Brazil: an ethnoecological approach. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 10(3), 1-12.

- CARDOSO, A. M., MCGRATH, D. G., PINHEIRO, D., PIMENTEL, E., SÁ, E., RIBEIRO, J. V., CASTELO, L., CUNHA, M., BARBOZA, R., & ALMUDI, T. (2010). *Projeto Básico de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Agroextrativista Urucurituba*. Santarém.
- CARVALHO-ZILSE, G. A. (2006). Meliponicultura na Amazônia. *vii Encontro sobre abelhas*. Ribeirão Preto.
- COSTA, T. V., FARIAS, C. A. G., & BRANDÃO, C. DOS S. (2012). Meliponicultura em comunidades tradicionais do Amazonas. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 7(3) 106-115.
- HOLZSCHUH, A., DUDENHÖFFER, J. H., & TSCHARNTKE, T. (2012). Landscapes with wild bee habitats enhance pollination, fruit set and yield of sweet cherry. *Biological Conservation*, 1(153), 101-107.
- JATI, S. R. (2007). Qualidade do mel de abelha, no estado de Roraima, Brasil. *Ambiente: gestão e desenvolvimento*, 2(1), 5-15.
- MAÍRA, G. A. (2012). *Vantagens e desvantagens ecológicas da meliponicultura para a conservação da biodiversidade*. Monografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, PR, Brasil.
- MENDONÇA-NETO, J. S. N., XAVIER, N. T. B., PIRES, A. P., VINHOLTE, B. P., & GALVÃO, A. T. (2021). Samburá: O alimento fermentado das abelhas sem ferrão na sua mesa. *PUBVET*, 15(12), 1-8.
- PEREIRA, D., DEUS, J. C. S. DE, HOLANDA-NETO, J. P. DE, & OLIVEIRA, H. J. S. de. (2020). Meliponicultura: oportunidade de negócio sustentável na Amazônia Oriental. In A. N. Pontes & A. S. do Rosário. *Ciências ambientais: política, sociedade e economia da Amazônia*. Belém: EDUEPA.
- PEREIRA, D. S, *et al.* (2006). Abelhas nativas encontradas em meliponários no Oeste Potiguar-RN e proposições sobre seu desaparecimento na natureza. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, 1(2), 54-65.
- PIRES, A. P., PACHECO, A., MARTORANO, L. G., SILVA, A. DO S. L. DA, VIANA, A. P. DA S., DINIZ, M. C., GALVÃO, A. T., & MORAES, J. R. da S. C. de. (2017). Índices productivos de abejas nativas asociados a condiciones ambientales en arapiuns, Pará. *Agroecosistemas*, 9(2), 204-222.
- PIRES, A. P., MENDONÇA-NETO, J. S. N., PEREIRA, D. S., OLIVEIRA, P. C. DE, GASPAR, R. B., & SAMPAIO, J. da S. (2021). Cadeia produtiva do mel de abelhas nativas: o impasse da legislação do estado do Pará & implicações sobre possíveis indicações geográficas e marcas coletivas. *Anais do Seminário Internacional de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas do Estado do Pará*, 1. Belém: SEDAP. Recuperado em 10 janeiro de 2023, de <https://n9.cl/o8h4s>
- PORTUGAL-ARAÚJO, V. (1955). Colméias para “abelhas sem ferrão”. *Boletim do Instituto de Angola*, (7), 9-31.
- REBELLO, F. K., & HOMMA, A. K. O. (2009). Estratégias para reduzir desmatamentos e queimadas na Amazônia (pp. 235-261). In J. E. da Veiga (Org.). *Economia socio-ambiental*. São Paulo: Editora Senac.
- SANTOS, A. B. (2010). Abelhas nativas: polinizadores em declínio. *Natureza on line*, 8(3), 103-106.
- SILVA, E. S. A., & MORAES, A. J. G. (2017). Relatório de avaliação dos impactos econômicos, sociais e ambientais das tecnologias geradas pela Embrapa: manejo de Abelhas Nativas, em caixas racionais, para desenvolvimento da Meliponicultura

- na Amazônia. Embrapa Amazônia Oriental - Setor de Prospecção de Tecnologias (SPAT).
- SOUZA, D. N. F. de. (2017). Um outro senso comum: práticas socioambientais entre os ribeirinhos do Baixo Amazonas. *Revista Nova Hileia*, 3(1).
- VENTURIERI, G. C., PEREIRA, C. A. B., & RODRIGUES, S. T. (2006). Manejo de polinizadores autóctones de açaizeiro (*Euterpe oleraceae* Mart.) na Amazônia oriental. *Anais do VII Encontro Sobre Abelhas*, USP Ribeirão Preto, SP, Brasil.
- VENTURIERI, G. C. (2008a). Criação de abelhas indígenas sem ferrão (2ª ed.). Belém: Embrapa Amazônia Oriental.
- VENTURIERI, G. C. (2008b). Caixa para a criação de urucu-amarela *Melipona flavolineata* Friese, 1900. *Comunicado Técnico 212*, Embrapa.
- VIANA, A. P. DA S., PAULETTO, D., GAMA, J. R. V., PIRE, A. P., AZEVEDO, H. H. F., & PACHECO, A. (2021). Meliponiculture in agroforestry systems in Belterra, Pará, Brazil. *AC-TAApicola Brasilica*, v. 9, e7913.

AMAZÔNIA DO EXTRATIVISMO E ILEGALIDADES À BIOECONOMIA

DANIELLE MENDES THAME DENNY

Universidade de São Paulo (USP, Brasil)

MICHELLE MÁRCIA VIANA MARTINS

Universidade Federal de Viçosa (UFV, Brasil)

HELOISA LEE BURNQUIST

Universidade de São Paulo (USP, Brasil)

RESUMO

A Amazônia legal brasileira é uma região de grande dimensão, porém com diversas carências, apresentando um dos piores indicadores de desenvolvimento humano no Brasil. Este artigo evidencia que enquanto a Amazônia não tiver uma política adequada para tornar a região economicamente viável, medidas conservacionistas serão inócuas para manter a floresta em pé. Os investimentos responsáveis, não têm sido suficientes para promover o desenvolvimento econômico da região. Destaca-se a necessidade de preservar a natureza e aumentar a qualidade de vida da população amazônica, eliminando o desmatamento e as atividades extrativas ilegais. Tem sido difícil identificar investimentos que tragam ganhos reais de sustentabilidade e melhor opção financeira para os produtos extrativos. Os resultados da análise mostram ser preciso um esforço combinado entre iniciativas públicas e privadas para aumentar a responsabilidade ambiental social e corporativa das empresas que compõem cadeias de valor global, melhorar o ambiente institucional, catalisando medidas sócio ambientalmente responsáveis para a criação de uma bioeconomia circular sustentável pujante na região amazônica. Para tal, o texto aborda aspectos relacionados a investimentos responsáveis, bioeconomia circular, mercado internacional, redução do des-

matamento, produção de commodities, regularização fundiária e extração e cultivo de bioinsumos.

Palavras-chave: Amazônia; bioeconomia circular; desenvolvimento sustentável; desmatamento.

I. INTRODUÇÃO

O NOVO DOCUMENTÁRIO *AMAZÔNIA EM CHAMAS* (Siewierski, 2020) – diferente-mente do anterior (1994) (Frankenheimer, 1994) com o mesmo nome, que apresenta uma biografia de Chico Mendes permeada pelos conflitos econômicos e políticos da região – considera simplisticamente a cadeia global de consumo da carne como a principal causa do desmatamento, delegando ao consumidor a obrigação de mudar sua dieta carnívora, para uma baseada em vegetais, como forma de resolver um problema que é muito mais complexo. O consumo de carne traz benefícios para a dieta dos indivíduos, além do fato de que seus impactos não passam de uma ponta de iceberg. O que realmente falta para que o bioma mais diverso (UNEP-WCMC, 1988) do planeta seja preservado, tanto no que tange aos bioinsumos, como aos serviços socioambientais ofertados, é a identificação de direcionadores de desenvolvimento que incluam a realidade econômica, social e cultural da região.

Desvios do livre comércio, como os que ocorrem na forma de sanções ou uso de medidas protecionistas ao comércio internacional da carne, sempre resultam em ineficiência econômica. As barreiras não tarifárias ao comércio internacional reduzindo a concorrência, prejudica as empresas que têm produzido de modo sustentável e as expõe a medidas retaliatórias indevidas. Este texto considera ser necessário um esforço combinado entre iniciativas públicas e privadas para aumentar a responsabilidade ambiental, social e corporativa das empresas que produzem na cadeia de valor global, facilitar os investimentos sustentáveis e a criação de uma bioeconomia circular pujante na região que beneficie primordialmente os amazônidas.

O presente trabalho considera que uma premissa básica para tal é aumentar e transformar o modo em que a economia faz uso dos bioinsumos – uma classe de produtos de origem biológica: animal, vegetal ou microbiana, que contribuem para que o sistema de produção seja renovável e se aproxime do modo sustentável na criação de biomassa. Nesse sentido a biotecnologia é uma opção que aumenta o potencial de transformação cadeias produtivas, aumentando a produtividade e circularidade dos bioinsumos ao mesmo tempo que tem como externalidade positiva o desenvolvimento econômico e social da região e o aumento da importância geopolítica dos países amazônicos como detentores desse potencial tecnológico da biodiversidade. A associação entre desenvolvimento, tecnologia e poder gera benefícios, ainda que a

capacidade de investimentos seja limitada, sobretudo quando comparada ao orçamento de outros países (Cunha *et al.*, 2021).

Há importantes iniciativas já em andamento, mas o poder público poderia incentivar ainda mais setores estratégicos para desenvolvimento de biotecnologia, para transformar a produção de biomassa em uma atividade economicamente mais rentável, seja de forma direta ou indireta. Nem sempre é preciso inovações de ponta, várias técnicas e tecnologias consolidadas há tempo e amplamente praticadas em outras regiões do país já trariam mais rentabilidade que a pecuária extensiva que vem se estabelecendo na região na sequência do desflorestamento.

Essa produção pecuária pouco rentável, com baixa produtividade e elevado impacto negativo para o ambiente, gera degradação do solo dada as características agrônômicas peculiares da região, o que já vem sendo identificado desde a década de 1970 (Falesi & Serrão, 1977). Porém a substituição ou adequação da atividade pecuária não é uma tarefa trivial, particularmente na região amazônica, onde a fiscalização quanto à adoção (ou não) de um manejo sustentável não tem sido bem-sucedida. Medidas eficientes precisam ser identificadas e implementadas, dado o avanço já observado na consolidação de atividades inadequadas para promover a sustentabilidade de forma efetiva e isso num horizonte já de curto-prazo, como apontado por estudos científicos que monitoram as transformações em curso e suas consequências (IPCC, 2021).

Em um contexto global e especialmente na Amazônia, a transição para uma bioeconomia circular sustentável requer mudanças tecnológicas, políticas públicas adequadas, disponibilidade de biomassa sustentável, padronizada e certificada e, acima de tudo, da capacidade em atrair investimentos massivos. Para abordar essa temática, é importante atentar à existência de mecanismos como o Fundo Amazônia, o novo Fiagro e as novas possibilidades de investimentos com responsabilidade social, ambiental e corporativa (ESG, do inglês *environmental, social and governance*). Contudo, existe uma inércia no emprego desses recursos para atender à sua finalidade.

Se os mesmos padrões históricos de extrativismo forem mantidos e não houver monitoramento e penalidades, exigindo o cumprimento de compromissos, acompanhamento por meio de relatórios, adoção de padrões e certificações consistentes pelos agentes do mercado nos diferentes elos da cadeia produtiva, o capital desregulado continuará a levar à tragédia dos comuns (Hardin, 1968, 1974; Levin *et al.*, 2012; Ostrom, 1990).

Esta comunicação é um resumo de um texto original e contempla, além desta Introdução, a exploração madeireira contextualizada com a derrubada de florestas nativas da Amazônia na Seção 2 e; o ciclo da grilagem com discussões para frear, senão eliminar, atividades extrativistas e a exportação de recursos naturais da região enquanto o desenvolvimento regional é estimu-

lado, com iniciativas bem-sucedidas e criativas para a recuperação regional a partir da bioeconomia.

2. OBJETIVOS

Demonstrar que o filme/documentário “Amazônia em chamas” (Siewierski, 2020) simplifica muito a questão do desmatamento que precisa ser tratado de maneira complexa levando em conta diversos aspectos, inclusive uma necessária mudança de paradigma econômico e de desenvolvimento aplicado na região ao longo de décadas.

3. METODOLOGIA

O texto faz uso de metodologia descritiva e analítica com base em revisão bibliográfica, documental e legislativa.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1. *Exploração madeireira*

O comércio madeireiro ainda é um elo que fortalece os atos criminosos que driblam a legislação e a fiscalização nas práticas de desmatamento. De acordo com o Imazon (Souza & Cardoso, 2020), só no estado do Pará, que mantém as maiores taxas de desmatamento no país, 38 mil hectares de florestas foram explorados para a atividade madeireira entre agosto de 2017 a julho de 2018. Desse total, apenas 30% possuía Autorizações para Exploração Florestal operacionais no período. Os 70% restantes correspondem às derrubadas irregulares.

Os envios de madeira ilegal envolvem corrupção e são alvos recorrentes de ações do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, da Polícia Federal e de outros órgãos públicos que atuam no setor florestal. A falta de fiscalização e, novamente, a insuficiência de informações relacionadas aos recursos florestais, respaldam a impunidade sobre as infrações ambientais e reforçam os envios de madeiras ilegais. O recente desmonte e enfraquecimento institucional dos órgãos de fiscalização ambiental, como o ICMBio e o Ibama, compromete a capacidade de fiscalização dos órgãos públicos, e evidencia um fator de preocupação para a manutenção das florestas nativas da Amazônia. Também reflete a precariedade dos atuais sistemas de monitoramento e controle florestal que dificultam a garantia da origem legal da madeira, cujos métodos convencionais de extração comprometem umas das maiores florestas do mundo.

4.2. “*Terras de ninguém*” e o ciclo da grilagem

Além da exploração madeireira e da mineração clandestina, a abertura de terras com objetivos patrimoniais também é um vetor do desmatamento. Dadas as dimensões continentais do Brasil e a existência de terras pouco povoadas, o número de títulos de propriedades irregulares no país é crescente. Também contribui para o aumento das áreas de terras não tituladas e a indefinição dos direitos de propriedades. No Brasil, 36,1% de todas as terras são públicas (com 6,4% oficialmente não designadas), 44,2% são privadas e, 16,6% são não registradas ou com posse desconhecida e surpreendentemente, as sobreposições entre as categorias de posse da terra somam 50% do território registrado (Sparovek *et al.*, 2019).

Só na Amazônia brasileira, 49,8 milhões de hectares de florestas são consideradas áreas não designadas, ou seja, propriedades públicas da União ou dos Estados destinadas para uso sustentável dos recursos ou para a criação de unidades de conservação (Azevedo-Ramos *et al.*, 2020). No ordenamento jurídico do país, as terras não designadas podem ser direcionadas para a produção rural e para a reforma agrária, em especial para uso pelos povos indígenas e comunidades tradicionais, mas, historicamente, essas florestas públicas têm sido vulneráveis às especulações de terras.

A morosidade e a complexidade em designar as terras, conforme explorado por Oliveira e Ferreira (2021), é justificada pela dificuldade técnica em demarcá-las com precisão e pela demora da análise e reconhecimento dos órgãos responsáveis por fazê-los. De acordo com Azevedo-Ramos *et al.* (2020) as esferas federais e estaduais por vezes não reconhecem as agências oficiais responsáveis pela gestão e proteção das terras não designadas. Por isso, as “terras de ninguém” destacam a vulnerabilidade das florestas ao desmate e à apropriação das terras públicas pelos grileiros.

O ciclo da grilagem compreende cinco etapas e, provavelmente, o objetivo final da apropriação das terras é a venda futura para fins especulativos. A primeira etapa inicia-se com a derrubada das florestas e a venda de madeiras, especialmente aquelas com maior valor comercial. A segunda é marcada pela queimada da região desmatada para a formação de pastos. A criação de gado de baixa produtividade marca a terceira fase, em que a pecuária é uma forma de assegurar a posse da terra sem a necessidade de grandes investimentos, o que se explica pelo risco de perda do valor investido com a possível contestação dos direitos de propriedade obtidas de forma ilegal. O gado é removido para outra área de invasão e inicia-se a produção de monoculturas, como a soja. A atividade agrícola define a quarta etapa e geralmente é uma atividade de maior retorno financeiro aos invasores, consequentemente, atribui valor à

terra para a consolidação da quinta fase, que encerra o ciclo com a venda da área (Perosa, 2014).

A compreensão desse ciclo é importante por duas questões: primeiro, para identificar uma coordenação que envolve grileiros, mineradores e exploradores de madeira, e pode contar com o apoio de organizações políticas municipais, estaduais e nacionais. Em segundo lugar, para desvincular, pelo menos parte da produção agropecuária, das práticas de desmatamento. O desenvolvimento das atividades do agronegócio podem ser consequência de outras motivações econômicas, como a ocupação de terras que poderão valorizar-se no futuro. Esse ciclo de desmatamento cria uma defasagem temporal entre o momento do desmate e a utilização da área nas atividades do agronegócio, podendo justificar que os incentivos do desmatamento ilegal não visam, pelo menos imediatamente, as demandas agrícolas, exceto se a expansão da fronteira elevar as expectativas dos ganhos monetários futuros para os desmatadores.

Ainda que não haja vínculo direto, o desmatamento desvaloriza o valor da terra em 93,5% dos municípios brasileiros, minando os benefícios dos produtores que têm condições de aumentar sua área cultivada a partir de estratégias isentas de desmate. As decisões de desmatamento ocorrem, além da grilagem já mencionada, pela decisão de expandir a área de produção associada às limitações financeiras, de gestão, escala e força de trabalho. Na falta de condições de ampliar a produtividade, o aumento da área de cultivo ocorre pelo desmatamento. Produtores que apostam em estratégias de intensificação e melhores práticas, em vez da expansão da área cultivada via desmatamento, são prejudicados pela perda desvalorização do valor da terra pelo desmatamento de outros.

Apesar disso, na prática, há ainda uma tolerância, omissão ou complicidade com o desmatamento ilegal e uma defesa da possibilidade do desmatamento legal.

Lideranças do setor não têm se mobilizado para combater o desmatamento ilegal e a grilagem de terras na Amazônia, para cessar o desmonte da legislação ambiental ou a rotina de atos de regularização fundiária que premiam quem desmata (Escolhas, 2022, p. 13).

Com a criação do CAR, os órgãos reguladores melhoraram o acesso aos dados de propriedades rurais no país, o que lançou luz sobre fortes indícios da prática de grilagem em decorrência da grande sobreposição de propriedades privadas, que corresponde a 50% de toda a área com registro no Brasil (Oliveira e Ferreira, 2021). Isso significa que uma mesma propriedade foi registrada mais de uma vez. Azevedo-Ramos *et al.* (2020) afirmam que 11,6 milhões de

hectares das terras públicas têm sido registradas no CAR. Em teoria, o cadastro deveria ser fiscalizado pelos órgãos estaduais, mas isso nem sempre ocorre e o invasor das “terras de ninguém” as vendem antes mesmo de receber o título cadastrado.

Entre os efeitos negativos da grilagem, é chamada atenção para dois: a produção ineficiente, do ponto de vista do uso da terra e dos recursos naturais; e a aplicação de políticas de comando (penalização) e controle (monitoramento). A produção nas áreas ilegais impossibilita pleitear financiamentos para a adoção de tecnologias e para promover alterações na infraestrutura para certificar a origem dos bens, deixando-os à margem dos mercados formais. Também pela inexistência de propriedades bem definidas, dificilmente encontram-se os culpados pelos crimes ambientais. A ação das organizações criminosas é reflexo das ameaças críveis a que estão submetidos. Se as sanções das leis sobre apropriação indevida de terras públicas ocorrem, se há multas, prisões e destruição dos equipamentos empregados no ato ilícito, os sinais e as expectativas emitidas sobre as ações futuras podem impedir atividades ilegais e o avanço na apropriação indevida de terras.

A regularização fundiária como política pública, se realizada a partir de critérios bem definidos e justos, permite a dinamização econômica ao atribuir segurança jurídica e estimular o cuidado ambiental pela alocação do uso da terra aos agricultores sem comprometer os interesses dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Por permitir uma visão de longo prazo, a concessão das terras tem finalidades definidas para fins produtivos e não especulativos, o que acarreta a redução parcial dos desmates e um possível ganho de receitas para o Estado. Também é importante pontuar os benefícios sociais e distributivos, como a possibilidade de melhorar a fiscalização pelos órgãos reguladores e assegurar áreas de preservação. Essa questão é debatida com mais detalhes na próxima seção.

4.3. *Estado omissivo e réu indefinido: a pior combinação para fazer valer a lei*

Os conflitos agrários em torno dos recursos naturais e das propriedades de terras na Amazônia geram violência, mortes e vitimização dos agricultores e posseiros que vivem nos limites do descaso e da omissão do Estado. Nessa região, há uma ocupação desordenada do território, onde áreas que deveriam ter destinações para a criação de unidades de conservação e demarcação de terras indígenas e quilombolas, têm apresentado um processo de ocupação ilegal e sem critérios técnicos. Nesse caso, a distribuição de títulos de terra é apontada como solução imediata, inclusive para o desmatamento, uma vez

que nem toda a produção em terras públicas é fruto da ação de quadrilhas que compactuam com o desmatamento ilegal e a apropriação indevida de terras. Os programas de regularização fundiária aparecem como solução para a identificação e transferência do domínio ou da posse das terras públicas para ocupantes que cumprem os requisitos legais.

As discussões sobre a regularização fundiária na Amazônia entre 2008 e 2009, que ensejaram a medida provisória nº 458/2009, foram responsáveis pela criação da lei nº 11.952/2009, que tem como objetivo promover o processo de regularização das áreas rurais e urbanas situadas em terras públicas remanescentes na região. Instituído pelo Programa Terra Legal, foi criado um mecanismo de anistia para propriedades de até 1.500 hectares cuja ocupação tivesse ocorrido até 2004. O programa foi expandido em 2016, com o aumento da área de propriedades passíveis de regularização e com a reconsideração do marco temporal da ocupação de terras para 2011. O mesmo ocorreu em 2019 com a expansão das propriedades que poderiam ser regularizadas, com nova flexibilização para o início das atividades de ocupação para 2018. Por não ter sido votada até o prazo determinado, a MP de 2019 perdeu sua eficácia, mas já existe um projeto de lei nº 510/2021, sobre matéria de regularização fundiária, em avaliação.

O resultado esperado pelo programa e suas alterações a partir das MPs, é a redução da incerteza por parte dos produtores, que passam a ter títulos de propriedades e, obrigatoriamente, mantêm a terra em uso produtivo para garantir renda e inclusão econômica. Outro resultado esperado é a redução das invasões criminosas e do desmatamento nas terras públicas. Sobre esse último aspecto, Azevedo-Ramos e Moutinho (2020) alegam que na ausência de uma governança fundiária efetiva (elevando o risco de grilagem), as áreas desmatadas em terras públicas entre 2010 e 2015 aumentaram em 25% do total acumulado nas florestas amazônicas. Robinson *et al.* (2014) acrescentam que as terras não designadas são particularmente vulneráveis ao desmatamento.

A emissão de títulos também é adequada para identificar, responsabilizar e punir aqueles que desmatam pelos crimes ambientais. No entanto, por existir possibilidade da regularização de terras adquiridas de forma ilícita, ou seja, a legitimação das práticas de grilagem, pode ocorrer um efeito contrário, que estimula a novas ocupações ilegais na expectativa de obtenção de um título.

Para substanciar a regularização das terras, alinhadas com objetivos de redução de desmatamento e recuperação de passivos ambientais em imóveis rurais, Brito *et al.* (2021) discutem algumas ações para que as práticas fundiárias atuais estejam alinhadas com a conservação da floresta amazônica e rompam com a cultura da ilicitude fundiária: a) instituir processos transparentes e controle social para a destinação de terras públicas, o que possibilita

priorizar áreas de conflito ou de conservação ambiental. Atualmente a sociedade não sabe quais áreas públicas estão sendo designadas e tampouco quem está recebendo os títulos de propriedade; b) proibir as privatizações de áreas predominantemente florestais, exceto quando há sobreposição em áreas tradicionais ou de conservação. As regiões florestais só devem ser alocadas para concessões florestais conforme a Lei federal nº 11.284/2006. A partir dessa ação, a privatização de áreas que possuem, por exemplo, mais de 80% de cobertura florestal, poderá ser desmatada legalmente até 20% da propriedade e; c) definir um marco temporal que limita a data de ocupação de terras públicas passíveis de titulação. Essa medida visa evitar ações grileiros que ocupam terras de forma articulada e efetivam a regularização de áreas ilícitas.

Em suma, mudanças recentes no uso da terra na Amazônia brasileira apontam para um número recorde de incêndios, uma série de omissões e desaparecimento levadas a cabo pelo governo federal (Ferrante & Fearnside, 2019). Um possível envolvimento de políticos do alto escalão do ministério do meio ambiente com madeireiras ilegais (Chapola, 2021) evidencia a necessidade de uma governança aprimorada da região, incluindo o papel dos consórcios dos governos estaduais, a sociedade civil e os investidores nacionais e internacionais. Há agora um novo senso de urgência em torno da proteção da Amazônia, com pesquisas recentes indicando que o desmatamento da região pode se tornar uma fonte estresse hídrico de outras regiões, inclusive para o Centro-oeste do país, fundamental para o agronegócio, além do risco de reputação para os produtos que não puderem ser rastreados (Follador *et al.*, 2021; Rajão *et al.*, 2020).

4.4. *Bioeconomia circular*

Investimentos responsáveis devem se afastar de práticas ineficientes e poluidoras, direcionando-se à circularidade da bioeconomia: aumentando a produtividade dos recursos, otimizando o uso do solo e água, reduzindo emissões de gases de efeito estufa, restaurando ecossistemas degradados, e aumentando a capacidade de produção sustentável. Contudo, o conceito de bioeconomia circular ainda é debatido, com visões divergentes, desde a confiança na tecnologia para resolver problemas atuais e manter padrões de consumo (Elkington, 2020) até a necessidade de redesenhar a economia para desvincular prosperidade de crescimento (Jackson, 2009). A bioeconomia é vista como uma solução para combater a estagnação econômica e superar os limites dos recursos não renováveis e a poluição (Giampietro, 2019).

Inserida na economia verde, foca no uso de matérias-primas renováveis e na aplicação de pesquisa, desenvolvimento, inovação e biotecnologia em se-

tores como alimentos, medicamentos, produtos químicos e biocombustíveis. Seu objetivo é criar oportunidades de crescimento econômico, considerando os objetivos de desenvolvimento sustentável, os desafios da insegurança alimentar e as restrições ambientais. A circularidade visa dissociar o uso de recursos da sua finitude, otimizando sua utilização. A bioeconomia, por sua vez, refere-se aos processos biofísicos necessários para reaproveitar a biomassa várias vezes (Giampietro, 2019).

Segundo o Fórum Mundial da Bioeconomia Circular, o design de produtos e serviços com matérias-primas sustentáveis pode criar produtos renováveis, recicláveis e biodegradáveis, substituindo gradualmente o carbono fóssil pelo biológico. A produção de produtos químicos e polímeros de base biológica, com reciclagem total no final de sua vida útil, deve ser combinada com a reciclagem de materiais de carbono fóssil durante o período de transição. O carbono renovável, chave para a economia circular de base biológica, pode ser obtido de fontes agricultáveis, recapturadas ou recicladas tecnologicamente. A biomassa para carbono renovável pode ser primária (proveniente de campos e florestas) ou derivada de resíduos biogênicos e fluxos colaterais de setores diversos (WCBEF, 2020).

Apesar de promissora, a bioeconomia circular ainda é distante da realidade brasileira, onde a atividade econômica na Amazônia é marcada por ilegalidades e irresponsabilidades que comprometem a cobertura florestal e a otimização dos recursos naturais. Esforços são necessários para melhorar as práticas produtivas, como gestão eficiente e educação dos produtores, para assegurar a produção sustentável e legal (WCBEF, 2020).

5. CONCLUSÕES

Sob os holofotes globais e, principalmente, face às experiências sobre as condições climáticas extremas, vivenciadas com maior frequência pela população nos diferentes países, aparentemente parece ter reduzido o número de céticos quanto à existência de relação entre a forma como vivemos, alicerçados aos combustíveis fósseis, consumindo rápido e de forma ilimitada o produto da extração e destruição de recursos naturais. Falta, no entanto, um trabalho mais acentuado de convencimento baseado em conhecimento científico quanto à importância de evitar que os recursos hoje existentes sejam esgotados.

Aumentou também a frequência com que ouvimos manifestações de preocupação com a necessidade de promover políticas assertivas de preservação ambiental com responsabilidades de cunho social, ambiental e corporativa. Mas o que isso realmente significa? Um dos principais objetivos do presente

trabalho foi extrair e apresentar de forma organizada, os diversos problemas que podem se encaixar de uma forma ou outra nesta bandeira, devidamente acompanhados de suas causas e consequências.

No entanto, a despeito da aparente complexidade das políticas governamentais e iniciativas do setor público, ainda não se pode concluir que sua formulação é praticamente uma situação utópica, ou se é um jogo de quebra-cabeças, com muitas peças, representando um desafio para identificar e encaixar as peças corretas. Além disso, sabe-se que um trabalho colaborativo permite que o jogo seja finalizado mais rapidamente.

No Brasil, já dispomos de avanços. Investimentos como o Fundo Amazônia e o Fiagro podem estimular uma transição célere que estimule a bioeconomia circular e o avanço de tecnologias que garantam preços competitivos, disponibilidade de biomassa sustentável, padronizada e certificada e a atração de investimentos. Afinal, o setor precisa de capitalização para se intensificar e adotar gestão qualificada de atividades produtivas em áreas da economia mais vulneráveis às mudanças climáticas.

Devemos nos perguntar, no entanto, se para a preservação é necessário deixar a natureza intacta, ou se a alternativa pode ser o melhor aproveitamento dos recursos e investimentos a serem realizados pelo país e pela iniciativa privada, estimulando o cultivo de alimentos, bioenergia e fibras, empregando o que cientistas desenvolveram ao longo das últimas décadas como melhores práticas para o uso do solo, da água, da biodiversidade. Criando, com isso, um novo paradigma de coexistência entre o desenvolvimento econômico, conservação e restauração da natureza.

Parece razoável argumentar pela segunda alternativa. Já que melhores práticas aumentam a probabilidade de reduzir progressivamente a emissão líquida dos gases de efeito estufa; restaurando ecossistema degradados e aumentando a capacidade dos sistemas de continuarem produzindo. Nesse caso, a simples preservação da existência da floresta teria um valor, passível de ser negociado em um mercado, onde os *traders* mais experientes tendem a auferir os maiores lucros e sem continuidade. Ao passo que ao utilizar a biotecnologia e técnicas para aumentar a circularidade seria uma forma de conservação, perene, autorregenerativa, que mudaria os paradigmas econômicos que vêm sendo aplicados.

Um grande desafio, conforme considerado nas discussões ao longo do trabalho, parece ser identificar como resgatar as riquezas da região, respeitando aspectos sociais, culturais, ambientais e ao mesmo tempo convencer investidores quanto ao valor que há intrínseco à recomposição do bioma destruído. Um segundo desafio seria administrar o valor econômico gerado com o manejo sustentável dos recursos naturais.

Se houver coordenação entre os vários segmentos da economia, incluindo governos, investidores e o setor privado, para integrar as sinergias da economia circular e da biotecnologia, um processo robusto e resiliente de conservação e recuperação pode ser criado. Focando na utilização de matérias-primas naturais em ciclos fechados, a solução estaria em selecionar os desenvolvimentos científicos que tragam maiores benefícios nesta empreitada. Uma vantagem adicional, principalmente para o nosso país, é que esse processo de conservação e recuperação pode se valer de boas práticas de manejo e de produção de biotecnologias como a de insumos biológicos, que já vêm sendo desenvolvidas há tempo em centros de pesquisas nacionais com abundância para atrair investimentos.

Os esforços combinados entre iniciativas públicas e privadas, voltados especificamente para a sustentabilidade nas cadeias globais de valor, associados a um conjunto responsável de políticas, podem criar um ambiente econômico que beneficie primordialmente os amazônidas. Romper com os padrões históricos de extrativismo, garimpo e desmatamento devem ser consideradas medidas emergenciais no momento. A pecuária extensiva e as práticas agrícolas ou extrativistas praticadas sem preocupação socioambiental na Amazônia têm degradado e fragmentado a floresta. Essa tendência resultou na perda de uma gama de serviços ecossistêmicos dos quais a população local depende, especialmente aqueles que sustentam a produção agrícola, como a biodiversidade, o fornecimento de água e a fertilidade do solo. Além disso, perde-se o potencial de usos com alto valor agregado como biotecnologias e desenvolvimento de fármacos e cosméticos.

Para garantir que esses esforços sejam eficientes, o Estado, por meio de mecanismos que promovam investimentos responsáveis na agricultura e nos sistemas alimentares, pode contribuir para suprir falhas de mercado e corrigir ineficiências sistêmicas que afastem o interesse da iniciativa privada. Esse é um dos principais desafios econômicos atualmente e, superá-lo, exigirá grandes avanços de coordenação internacional, nacional, pública e privada para governança e gestão, de maneira integrada, longe das análises essencialmente setoriais, visando minimizar as externalidades negativas, ao mesmo tempo que maximiza as positivas.

O estabelecimento de sistemas agroecológicos que permitam a exploração agropecuária integrada à floresta, a restauração florestal além de gerar renda para os amazônidas contribui para desenvolver paisagens agrícolas mais resilientes. A ILPF, como exemplificado no texto, integra alta biodiversidade florestal com a agropecuária e dispõe de diversas linhas de crédito. Esses sistemas são caracterizados por seu alto nível de complementaridade que tem se mostrado eficaz para contribuir para a adaptação às mudanças climáticas. Mas também precisam de investimentos em melhores técnicas e capacitação.

Assim, diferentemente do que propõe o documentário *Amazônia em chamas*, nenhuma solução para os problemas da região é simples se quiser resultados efetivos. A abordagem precisa coordenar diferentes interesses e se basear em três pilares: integridade do ecossistema, criação de sistemas de governança fortes e processos de planejamento coerentes e eficazes. Precisamos dos óculos da inclusão social pela ciência e tecnologia para corrigir nossa visão míope de longo prazo e conseguir estruturar uma bioeconomia circular de ponta capaz de gerar desenvolvimento econômico, social e ambiental para a região e assim consequentemente também para o país e para o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO-RAMOS, C. *et al.* (2020). Lawless land in no man's land: the undesignated public forests in the Brazilian Amazon. *Land Use Policy*, 99, 104863.
- BRITO, B. *et al.* (2021). *10 fatos essenciais sobre regularização fundiária*. Belém: Imazon.
- CHAPOLA, R. (2021, 30 de abril). A misteriosa história do ministro Ricardo Salles com madeireiros ilegais. *IstoÉ*.
- CUNHA, G. L. da *et al.* (2021). Biodiversidade, biotecnologia e poder. In S. M. F. BUENAFUENTE, & M. C. GANTOS (Orgs.). *Políticas ambientais na Amazônia: sustentabilidade socioeconômica e povos indígenas*. Roraima: Editora da UFRR.
- ELKINGTON, J. G. S. (2020). *The Coming Boom in Regenerative Capitalism*. S. l: Fast Company Press.
- ESCOLHAS, I. (2022). *Como o Agro brasileiro se beneficia do desmatamento?* São Paulo: Instituto Escolhas.
- FERRANTE, L., & FEARNSIDE, P. M. (2019). Brazil's new president and 'ruralists' threaten Amazonia's environment, traditional peoples and the global climate. *Environmental Conservation*, 46(4), 261-263.
- FOLLADOR, M. *et al.* (2021, 02 de julho). Brazil's sugarcane embitters the EU-Mercosur trade talks. *Scientific Reports*, 11(1), 13768.
- FRANKENHEIMER, J. (Dir.). (1994). *Amazônia em chamas/The burning season* [Filme]. HBO. Recuperado em 16 julho de 2021, de https://www.imdb.com/title/tt0109351/?ref_=fn_al_tt_1.
- GIAMPIETRO, M. (2019). On the Circular Bioeconomy and Decoupling: Implications for Sustainable Growth. *Ecological Economics*, vol. 162, 143-156.
- HARDIN, G. (1974). The tragedy of the commons. *Crowding and Behavior*, v. 162.
- HARDIN, G. (1968, 13 de dezembro). The Tragedy of the Commons. *Science*, 162(3859), 1243-1248.
- IPCC. (2021). AR6 Climate Change 2021: the Physical Science Basis. Recuperado de <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/#SPM>.
- JACKSON, T. (2009). *Prosperity without growth: economics for a finite planet*. Londres: Sterling, VA: Earthscan.

- LEVIN, K. *et al.* (2012). Overcoming the tragedy of super wicked problems: constraining our future selves to ameliorate global climate change. *Policy Sciences*, 45(2), 123-152.
- LIMA, R. (2021, 29 de julho). Financiamento sustentável para plano ABC+. *Agronews broadcast*.
- OLIVEIRA, G., & FERREIRA, A. V. (2021). Agricultura, pecuária, florestas e uso da terra: é possível tornar o Brasil uma potência agroambiental? In G. OLIVEIRA, & A. V. FERREIRA (Eds.). *Nem negacionismo nem Apocalipse - economia do meio ambiente* (pp. 131-161). São Paulo: Bei.
- OSTROM, E. (1990). *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action*. Nova York: Cambridge University Press.
- PEROSA, B. (2014). Desmatamento da Amazônia: a culpa não é da agropecuária. *Agro-analysis*, v. Edição Esp, 26-29.
- RAJÃO, R. *et al.* (2020, 17 de julho). The rotten apples of Brazil's agribusiness. *Science*, 369(6501), 246-248.
- ROBINSON, B. E., HOLLAND, M. B., & NAUGHTON-TREVES, L. (2014). Does secure land tenure save forests? A meta-analysis of the relationship between land tenure and tropical deforestation. *Global Environmental Change*, v. 29, 281-293, Nov.
- SIEWIERSKI, M. (Dir.). (2020). *Amazônia em chamas/Takeout* [Filme]. Brazil Production Services. Recuperado de https://www.imdb.com/title/tt12063420/?ref_=nv_sr_srsq_o.
- SOENDERGAARD, N. *et al.* (2021). *Decoupling soy and beef from illegal Amazon deforestation*. Rio de Janeiro: Cebri.
- SOUZA, C., & Cardoso, D. (2020). *Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex): Estado do Pará 2017-2018*. Belém: Imazon. Recuperado em 28 julho de 2021, de <https://imazon.org.br/publicacoes/sistema-de-monitoramento-da-exploracao-madeireira-simex-estado-do-para-2017-2018/>.
- SPAROVEK, G. *et al.* (2019). Who owns Brazilian lands? *Land Use Policy*, 87, 104062.
- THE ECONOMIST (2020, 11 DE JUNHO). *How big beef and soya firms can stop deforestation*.
- UNEP-WCMC. (1988). *Megadiverse Countries definition*. Biodiversity A-Z. Recuperado em 1º fevereiro de 2021, de <https://www.biodiversitya-z.org/content/megadiverse-countries>.
- WCBEF, W. C. B. F. (2020m 10 de setembro). *The World Bioeconomy Forum Declaration*. 2020 World Bioeconomy Forum. Recuperado em 29 de julho de 2021, de <https://wcbeef.com/about-us/declarations/declaration-2020/>.

Amazônia brasileira: problemas e desafios é uma coletânea de estudos apresentados no II Congresso Internacional de Ciências Sociais e Humanas, organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca (Espanha), em 2022. A obra está dividida em três partes — História e Território; Questão Ambiental; Sociedade, Economia e Educação —, o volume congrega contribuições de pesquisadores de distintas instituições e áreas do saber, oferecendo uma visão abrangente das múltiplas dimensões que conformam a região. Os artigos abordam temas como trabalho escravo contemporâneo, feminicídio, políticas ambientais, bioeconomia, educação intercultural e soberania alimentar, entre outros. O conjunto de textos evidencia os desafios históricos e atuais da Amazônia, articulando abordagens empíricas e teóricas que dialogam com o direito, a sociologia, a antropologia, a geografia e os estudos ambientais. Esta obra constitui uma contribuição relevante para o aprofundamento do debate acadêmico sobre a Amazônia e sua centralidade nas agendas nacional e internacional contemporâneas.

UNIVERSIDAD
DE SALAMANCACENTRO DE
ESTUDIOS
BRASILEÑOS

ISBN: 978-84-1311-990-8



9 788413 119908